DAN JONES

TEMPLÁRIOS

Ascensão e queda dos guerreiros de Deus

CRÍTICA

TEMPLÁRIOS

Ascensão e queda
dos guerreiros de Deus

DAN JONES

TEMPLÁRIOS

Ascensão e queda
dos guerreiros de Deus

Tradução
Claudio Carina

CRÍTICA

Copyright © Dan Jones, 2017
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2021
Copyright © Claudio Carina
Todos os direitos reservados.
Título original: *The Templars*

PREPARAÇÃO:	Tiago Ferro
REVISÃO:	Carmen T. S. Costa e Nine Editorial
DIAGRAMAÇÃO:	Nine Editorial
MAPAS:	Spaansenmedia / VBK Media | Uitgeverij Omniboek
CAPA:	adaptado do projeto original de Head of Zeus / Matt Bray
IMAGEM DE CAPA:	Shutterstock
ADAPTAÇÃO PARA EBOOK:	Hondana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Jones, Dan
Os templários [livro eletrônico] : ascensão e queda dos guerreiros sagrados de Deus / Dan Jones ; tradução de Claudio Carina. -- São Paulo : Planeta, 2021.
ePUB

ISBN 978-65-5535-467-6 (e-book)
Título original: The Templars

1. Templários - História I. Título II. Carina, Claudio

21-2603 CDD 271.7913

Índices para catálogo sistemático:
1. Templários - História

Ao escolher este livro, você está apoiando o manejo responsável das florestas do mundo

2021
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP CEP 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

Para Georgina

Sumário

Lista de mapas
Nota do autor
Introdução

PARTE I Peregrinos

1 **“Uma bacia de ouro, cheia de escorpiões”**
2 **“A defesa de Jerusalém”**
3 **“Uma nova fidalguia”**
4 **“Toda boa dádiva”**

PARTE II Soldados

5 **“Um torneio entre o Céu e o Inferno”**
6 **“A moenda da guerra”**
7 **“A torre que Deus esqueceu”**
8 **“Poder e riqueza”**
9 **“Problemas em dois territórios”**
10 **“Lágrimas de fogo”**
11 **“Ai de ti, Jerusalém!”**

PARTE III Banqueiros

12 **“A busca pela fortuna”**

13 **“Em nenhum lugar na pobreza”**
14 **“Damieta!”**
15 **“Animosidade e ódio”**
16 **“Desfraldem e levantem a nossa bandeira!”**

PARTE IV Hereges

17 **“Um caroço na garganta”**
18 **“A cidade cairá”**
19 **“Sob a indução do Diabo”**
20 **“Depravação herética”**
21 **“Deus vingará nossa morte”**

Epílogo – O Santo Graal
Apêndices
Notas
Bibliografia

Lista de mapas

Europa e a Terra Santa, *c.* 1119
A Terra Santa, *c.* 1119
A viagem de Saewulf, *c.* 1102
Jerusalém no século XII
Palestina e o sul da Síria
Os mongóis e os mamelucos, *c.* 1260–1291
Acre em 1291

Nota do autor

A história dos templários nos remete a uma grande amplitude de épocas, territórios e culturas. Alguns são familiares para os leitores ocidentais, outros nem tanto. A nomenclatura convencional referente aos povos e aos lugares varia significativamente entre o inglês, o francês, o alemão, o espanhol, o italiano, o latim, o grego, o árabe, o turco e todas as línguas usadas durante o período coberto por este livro, e a grafia normalmente carece de coerência nas fontes originais.

Transcrever nomes árabes e turcos para outro idioma é um desafio. Não existe uma fórmula única estabelecida para se fazer isso, e nenhum acordo consagrado sobre a melhor forma de grafar em outro idioma nem mesmo um nome importante como o de Maomé, muito menos nomes de indivíduos pouco conhecidos. Ao escrever este livro, muitas vezes tive de fazer escolhas, frequentemente arbitrárias.

Por exemplo, Salah al-Din Yusuf ibn Ayyub, o grande sultão curdo do Egito e da Síria e flagelo dos templários, é

mais conhecido para a maioria dos leitores pelo apelido grosseiramente reduzido de Saladino, dado pelos cruzados. Atualmente, Salah al-Din é considerada uma abreviação mais sutil, mas não deixaria muito claro a quem me refiro. Por isso o chamei de "Saladino". Contudo, não chamei seu menos conhecido irmão e sucessor de Al-Adil de Safadino, preferindo a convenção dos acadêmicos modernos e não a dos cronistas cristãos medievais.

Nem todos os casos são tão simples assim. Como podemos traduzir o nome do império estabelecido pelo povo turco das estepes, que invadiu Bagdá em 1055 e ocupava boa parte da Terra Santa quando os cruzados chegaram, algumas décadas depois? Poderíamos transliterar o árabe e chegar a "Saljuq", ou transcrever o turco para "Selcük". Há outras variações populares, inclusive "Seljuk" e "Seljuq". Em casos como esse, em que há muitas opções plausíveis sem nenhuma obviamente melhor, me deixei orientar pela *The New Encyclopedia of Islam*, que usa Seljuq [seljúcida em português]. Antes, já havia pedido ajuda ao professor Paul M. Cobb sobre a matéria; como sempre, ele me deu sugestões razoáveis, pelas quais sou grato. As iliteracias que restaram são de minha total responsabilidade.

Outras escolhas: decidi não incluir os sinais usados às vezes na transliteração do árabe para a escrita romana, por acreditar que mais desorientam do que ajudam os leitores em um texto não produzido exclusivamente para referência acadêmica. Preferi traduzir os nomes da maioria dos

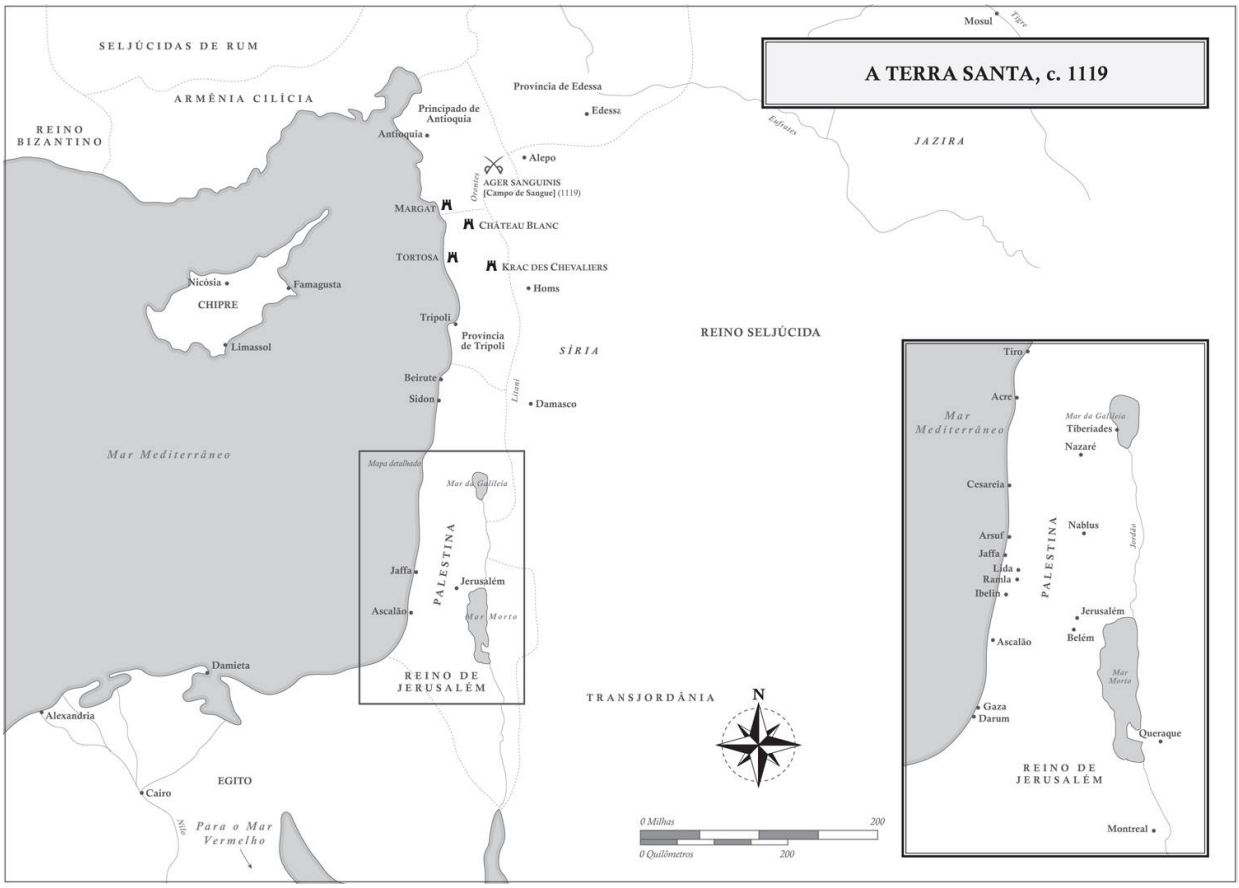
personagens deste livro para sua forma-padrão em inglês, de modo a usar James of Molay e não Jacques de Molay, como é a prática padronizada na maior parte das obras modernas em inglês sobre esse período histórico.[1]

Em muitos casos modernizei ou ao menos atualizei nomes de lugares por uma questão de clareza: assim, no capítulo 1, Joppa se tornou Jaffa (embora o assentamento que descrevo encontre-se hoje em Tel Aviv-Jafo). Porém, em muitos casos a modernização seria imprópria, por isso preferi usar o nome Constantinopla e não Istambul.

Quanto aos assentamentos cruzados na Terra Santa, às vezes há três ou mais transcrições possíveis para o mesmo local. A grande fortaleza templária ao sul de Acre (atual Akka) era conhecida pelos homens que a construíram como Castelo Pèlerin [Castelo do Peregrino]. Hoje os estudiosos o chamam de Atlit ou Atlite. Mas preferi modernizar o francês e chamá-lo de Château Pèlerin, inserindo Atlit entre parênteses na primeira menção e ocasionalmente nas referências seguintes.

Nada disso chega a constituir um sistema rigoroso: só o que tenho a dizer é que busquei a legibilidade em vez da coerência. Haverá ocasiões em que não consegui nem uma coisa nem outra: só posso pedir a paciência e a compreensão do leitor.

EUROPA
e a
TERRA SANTA,
c. 1119
N
NORUEGA
ESCÓCIA
SUÉCIA
ESTONIANOS
LITUANOS
Mar da Norte
Mar Báltico
DINAMARCA
IRLANDA
Dublin
York
Lincoln
Pais de Gales
REINO UNIDO
Londres
Tâmisa
Winchester
Canterbury
Hamburgo
POMERÂNIOS
PRUSSIANOS
RÚSSIA
FRÍSIOS
ALEMANHA
Elba
Colônia
POLÔNIA
Oceano Atlântico
Normandia
Rouen
Paris
Sena
Worms
Reno
HEILIGE
Praga
Citeaux
Troyes
Clairvaux
Nantes
Loire
Vézelay
Dion
Danúbio
ROMANO
Viena
Budapeste
HUNGRIA
MOLDÁVIA
0 Milhas 400
0 Quilômetros 400
Cluny
Genebra
FRANÇA
REINO
ROMÊNIA
Compostela
Oviedo
Leon
Burgos
NAVARRA
Lyon
Milão
Veneza
ARLES
Avignon
Gênova
Garonna
Rodano
CASTELA & LEON
Florença
CROATA
Belgrado
Danúbio
Mar Negro
PORTUGAL
Pamplona
Toulouse
ARAGÃO
Província de Barcelona
DALMÁCIA
SÉRVIOS
BÚLGAROS
Mar Adriático
Salamanca
Madrid
Zaragoza
Lérida
Tejo
Lisboa
Toledo
Tortosa
Córsega
ITÁLIA
Roma
Apúlia
Constantinopla
Salonica/
Tessalônica
REINO BIZANTINO
Niceia
Dorileia
SELJÚCIDAS
DE RUM
Província de Edessa
ANDALUZIA
Córdoba
Sevilha
ALMORÁVIDA
Sardenha
Nápoles
Salerno
Bari
Brindisi
Corfu
ARMÊNIOS
Edessa
Mósul
Baleares
Mar Mediterrâneo
Palermo
Messina
Sicília
Esmirna
Éfeso
Tarso
Eufrates
Tigre
Atenas
Antioquia
Principado de Antioquia
Bagdá
Famagusta
Nicósia
Chipre
Rodes
REINO SELJÚCIDA
Tripoli
Província de Tripoli
Beirute
Sidon
Tiro
Damasco
Acre
Cesarei
Jafa
Ascalão
Gaza
Mar da Galileia
Jordão
Jerusalém
Mar Morto
Fez
REINO
Marrakech
Malta
Creta
Mar Mediterrâneo
Alexandria
Damieta
JERUSALÉM
Cairo
CALIFADO FATÍMIDA
Nilo
Mar Vermelho


A TERRA SANTA, c. 1119
SELJÚCIDAS DE RUM
ARMÊNIA CILÍCIA
REINO BIZANTINO
Principado de Antioquia
Antioquia
Provincia de Edessa
Edessa
Mosul
Tigre
Eufrates
JAZIRA
Alepo
Orontes
AGER SANGUINIS [Campo de Sangue] (1119)
MARGAT
CHÂTEAU BLANC
TORTOSA
KRAC DES CHEVALIERS
Homs
Nicósia
Famagusta
CHIPRE
Limassol
Tripoli
Província de Tripoli
SÍRIA
REINO SELJÚCIDA
Beirute
Sidon
Litani
Damasco
Mar Mediterrâneo
Mapa detalhado
Mar da Galileia
PALESTINA
Jaffa
Jerusalém
Ascalão
Mar Morto
REINO DE JERUSALÉM
TRANSJORDÂNIA
Damieta
Alexandria
Cairo
EGITO
Nilo
Para o Mar Vermelho
N
0 Milhas 200
0 Quilómetros 200
Tiro
Acre
Mar Mediterrâneo
Mar da Galileia
Tiberíades
Nazaré
Cesareia
Arsuf
Jaffa
Lida
Ramla
Ibelin
Nablus
Jordão
PALESTINA
Jerusalém
Belém
Ascalão
Mar Morto
Gaza
Darum
Queraque
REINO DE JERUSALÉM
Montreal

Não penseis que vim trazer paz à terra;
não vim trazer paz, mas uma espada.

Mateus 10:34

Introdução

Os templários eram soldados sagrados. Homens religiosos e homens da espada, peregrinos e guerreiros, pobres e banqueiros. Seus uniformes, com uma cruz vermelha estampada, simbolizavam o sangue derramado por Cristo pela humanidade, e que eles próprios estavam prontos para derramar a serviço do Senhor. Embora fosse apenas uma entre uma série de ordens religiosas surgidas na Europa medieval e na Terra Santa entre os séculos XI e XIV, a dos templários era de longe a mais conhecida e também a mais controversa.

A ordem foi um produto das cruzadas, as guerras instigadas pela Igreja medieval que visavam sobretudo, ainda que não exclusivamente, os governantes islâmicos da Palestina, da Síria, da Ásia Menor, do Egito, do noroeste da África e do sul da Espanha. Por essa razão, os templários podiam ser encontrados numa vasta faixa do mundo mediterrâneo e em outros locais: nos campos de batalha do

Oriente Próximo e em cidades e aldeias de toda a Europa, onde conseguiram que grandes Estados financiassem suas aventuras militares. A palavra "templários" – abreviação de "A Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo" ou, menos comumente, de "Os Pobres Companheiros Soldados de Cristo e do Templo de Salomão" – anunciava suas origens no Monte do Templo em Jerusalém, a cidade mais sagrada da cristandade. Mas sua presença era sentida praticamente em toda parte. Mesmo durante seu tempo de vida, os templários foram personagens quase lendários, figurando em histórias populares, obras de arte, baladas e narrativas. Faziam parte da paisagem mental das cruzadas – uma posição que ocupam até hoje.

A ordem dos templários foi fundada em 1119, sob os princípios da castidade, da obediência e da pobreza – esta última ilustrada no selo oficial do mestre, mostrando dois irmãos armados dividindo um só cavalo –, mas a ordem logo se tornou rica e influente. Altos funcionários templários na Terra Santa e no Ocidente contavam entre seus amigos (e inimigos) reis e príncipes, rainhas e condessas, papas e patriarcas. A ordem ajudou a financiar guerras, emprestava vultosas quantias, subcontratava administradores financeiros de governos reais, recolhia impostos, construía castelos, governava cidades, organizava exércitos, interferia em disputas comerciais, envolvia-se em guerras particulares contra outras ordens militares, cometia assassinatos políticos e até ajudava homens a se tornarem reis. A partir

de um início pífio, os templários se tornaram uma das mais poderosas organizações existentes no fim da Idade Média.

Ainda assim – talvez estranhamente –, os templários também exerciam um grande apelo popular. Para muita gente, não eram uma elite distante, mas heróis locais. As orações que os muitos irmãos que não eram soldados da ordem proferiam em suas casas religiosas por toda a Europa eram tão importantes quanto os sacrifícios que os cavaleiros e os sargentos templários realizavam nos campos de batalha, e ambas as atividades eram da maior importância na busca da salvação celeste para todos os cristãos. Parte da riqueza da ordem vinha do patrocínio da nobreza devota, mas uma quantia quase igual era fruto de pequenas doações de pessoas comuns, que davam o pouco que tinham – um casaco aqui, uma horta de legumes ali – às sedes regionais para ajudar a ordem na sua missão militante no Oriente.

Claro que havia dissidentes. Para alguns observadores, a ordem era perigosamente irresponsável, uma corrupção dos princípios supostamente pacíficos do cristianismo. Às vezes os templários eram alvos de ataques ferozes, particularmente de estudiosos e monges desconfiados do status privilegiado de que gozavam: protegidos pela autoridade do papa e isentos das regras e dos impostos exigidos de outros grupos religiosos. Bernardo de Claraval – uma espécie de patrono da ordem – aclamava os templários como "uma nova fidalguia", porém, um século mais tarde,

outro monge erudito francês os definiria como “uma nova monstruosidade”.

No entanto, a súbita dissolução da ordem, no início do século XIV – que envolveu prisões em massa, perseguições, torturas, julgamentos espetaculares, queimas de grupos inteiros na fogueira e o confisco de todos os bens dos templários –, foi um choque para a cristandade. Em poucos anos a ordem foi fechada, liquidada e dissolvida, com seus membros sendo acusados por uma lista de crimes designados especificamente para ultrajar e causar desprezo. Foi um fim tão repentino e violento que aumentou ainda mais a lenda dos templários. Até hoje, setecentos anos depois da derrocada, os templários continuam sendo objeto de fascínio, imitação e obsessão.

Mas, afinal, quem eram os templários? Não é simples dizer. Os templários já foram personagens de inúmeras obras de ficção, filmes e programas de televisão, apresentados como heróis, mártires, assassinos, valentões, vítimas, criminosos, pervertidos, hereges, subversivos e depravados, guardiões do Santo Graal, protetores da linhagem sanguínea de Cristo e agentes viajantes no tempo de uma conspiração global. No campo da história “popular”, existe um manancial de fantasias sobre “os mistérios dos templários” – sugerindo sua participação em algum plano atemporal para esconder os segredos sujos do cristianismo, insinuando que a ordem medieval ainda continua em ação, manipulando o mundo como vultos nas sombras. Às vezes

isso é muito divertido. Mas não tem nada a ver com os templários reais.

Este livro pretende contar a história de como eram os templários, não como as lendas os adornaram desde então. Meu objetivo não é tanto desmitificar ou até mesmo contrariar os aspectos mais fantasiosos da mitologia templária, mas sim mostrar que suas verdadeiras proezas foram ainda mais extraordinárias que os romances, as meias verdades e as histórias fantásticas que os acompanham desde sua derrocada. Também acredito que os temas relacionados às histórias dos templários continuam ressoando fortes até hoje. Este é um livro sobre uma guerra aparentemente interminável na Palestina, na Síria e no Egito, onde facções de muçulmanos sunitas e xiitas combateram invasores cristãos militantes vindos do Ocidente; sobre uma organização "globalizada" e isenta de impostos que enriqueceu tanto que se tornou mais poderosa que alguns governos; sobre a relação entre as finanças internacionais e a geopolítica; sobre o poder da propaganda e da mitificação; sobre violência, perfídia, traição e ganância.

Os leitores de meus livros sobre a Inglaterra dos Plantageneta[1] não se surpreenderão ao perceberem que esta é uma narrativa histórica. Conta a história dos templários desde sua criação até sua dissolução, explorando a natureza evolutiva da ordem, sua disseminação pelo Oriente Próximo e pela Europa e seu papel nas guerras medievais com os exércitos cristãos e as forças do islã. Apresento um texto

com detalhadas notas no fim e uma bibliografia remetendo os leitores a uma ampla gama de fontes originais e estudos acadêmicos, mas sem me desviar do meu objetivo original: escrever um livro que entretenha e informe ao mesmo tempo.

Para conduzir os leitores pelos dois séculos desde o discreto nascimento da ordem e sua espetacular aniquilação, dividi o livro em quatro seções. A primeira, "Peregrinos", descreve as origens dos templários, no início do século XII, quando foram fundados como uma ordem de guerreiros religiosos cristãos pelo cavaleiro francês Hugo de Payns e (como foi mencionado depois) oito companheiros em busca de um propósito em Jerusalém no turbulento rescaldo da Primeira Cruzada. A intenção inicial desses homens era formar um pequeno grupo para proteger os peregrinos ocidentais que seguiam os passos de Cristo pelas perigosas estradas da Terra Santa. Em parte, foram inspirados por um grupo de paramédicos voluntários que construiu um hospital em Jerusalém por volta de 1080, conhecido como hospital de São João. Tendo recebido a aprovação oficial do rei cristão de Jerusalém e as bênçãos do papa em Roma, os templários logo se institucionalizaram e se expandiram. Montaram seu quartel-general na cidade sagrada, na mesquita de Al-Aqsa, no Monte do Templo (conhecido pelos muçulmanos como Haram al-Sharif), mandaram emissários para a Europa para recrutar homens, conseguir apoio financeiro e procurar patronos famosos. Seu guia espiritual foi Bernardo de

Claraval, que ajudou a escrever a regra da ordem, e os primeiros apoiadores incluíram os principais cruzados da época, como Foulques, conde de Anjou, um antepassado dos Plantageneta que – com uma pequena ajuda dos templários – tornou-se rei de Jerusalém. Em duas décadas, os templários deixaram de ser nove guerreiros sem dinheiro em busca de uma causa para se tornarem uma organização ambiciosa, com um propósito claro e os meios para realizá-lo.

A segunda parte deste livro, "Soldados", mostra como os templários deixaram de ser uma equipe de resgate de beira de estrada e se tornaram uma unidade militar de elite no front das guerras das cruzadas. Descreve o papel crucial dos templários na Segunda Cruzada, quando ajudaram a conduzir não apenas um punhado de peregrinos, mas todo um exército sob o comando do rei da França pelas montanhas da Ásia Menor, chegando em segurança à Terra Santa, salvando o comandante da bancarrota e depois lutando na linha de frente quando os cruzados tentaram conquistar Damasco, uma das maiores cidades do mundo islâmico. A partir desse momento, os templários se tornaram agentes proeminentes na história política e militar dos Estados cruzados cristãos (o reino de Jerusalém, o condado de Trípoli e o principado de Antioquia). A parte II ainda acompanha os templários no desenvolvimento de uma rede de castelos, de uma série de protocolos militares e na aquisição da experiência institucional necessária para

cumprir suas tarefas. Mostra também alguns dos personagens mais extraordinários de toda a história das cruzadas: o devoto porém desafortunado Luís VII da França, o mestre templário Gérard de Ridefort, orgulhoso e quase suicida, que ajudou a comandar os exércitos de Deus em uma batalha apocalíptica em Hattin em 1187; Balduíno IV, o rei leproso de Jerusalém; e o mais famoso sultão muçulmano que já viveu, Saladino, que assumiu como missão pessoal varrer os cruzados do mapa e supervisionou pessoalmente a execução de centenas de cavaleiros templários num único dia.

A terceira parte é intitulada “Banqueiros”, e analisa como a Ordem do Templo amadureceu, passando de uma força cruzada auxiliar apoiada por doações do Ocidente a uma instituição que combinava capacidade militar com uma sofisticada rede de funcionários e propriedades por toda a cristandade, interligando o Ocidente cristão com a zona de guerra oriental, numa época em que o fervor das cruzadas começava a diminuir.

Depois de ser praticamente aniquilada como força de combate por Saladino, os templários foram restaurados nos anos 1190 com a ajuda de um brilhante, brutal e muito famoso rei da Inglaterra, Ricardo Coração de Leão, cuja confiança e afinidade com a liderança dos templários indicou a direção que a ordem tomaria durante o século XIII. Protegidos pelo patrocínio real, logo seguido por nobres e autoridades urbanas, os templários aumentaram suas terras

rurais, expandiram seu portfólio de propriedades e obtiveram vantajosas isenções de impostos. Tornaram-se extremamente ricos e financeiramente sofisticados, e com o tempo passaram a ser procurados por papas e reis como administradores financeiros, para cuidar do tesouro, organizar guerras e levantar recursos em tempos de crise.

Houve muitas ocasiões como essas, e a parte III mostra os templários ainda profundamente incorporados às guerras contra o islã. Dois grandes ataques à cidade de Damieta, no delta do Egito, foram facilitados pela competência financeira dos templários. Ambos terminaram em caos, com os cavaleiros e sargentos da ordem lutando em ações de retaguarda nos pântanos pestilentos de um Nilo transbordante. Como os templários descobriram, levantar e organizar fundos para a guerra era uma coisa, bem diferente era empreender longas campanhas em terras desconhecidas contra um inimigo muito mais familiarizado com as condições geográficas.

A parte III mostra ainda os templários assumindo cada vez mais responsabilidade pela segurança dos Estados cruzados, o que os colocou em contato com alguns dos personagens mais memoráveis do século XIII, inclusive o canonizado rei da França Luís IX, com quem se entenderam muito bem, e o bombástico e livre-pensador imperador Frederico II Hohenstaufen do Sacro Império Romano, que se proclamou rei de Jerusalém e imediatamente iniciou uma guerra contra os homens designados para defender a cidade.

A essa altura os templários tiveram de lutar contra o surgimento dos protegidos de Frederico, a Ordem Teutônica, uma das inúmeras ordens militares formadas em paralelo aos templários (e que às vezes os imitavam). Estas incluíam a Ordem de São Lázaro, que cuidava de peregrinos leprosos; as Ordens de Calatrava, de Santiago e de Alcântara, estabelecidas nos reinos da Espanha; os Irmãos Livônios da Espada, que combatiam os pagãos do Báltico; e os hospitalários, com os quais os templários conviveram desde o começo e com quem travariam algumas de suas mais famosas batalhas. Na Terra Santa, a importância cada vez maior das ordens militares, combinada com sua crescente diversidade, exacerbou conflitos entre facções, e os templários foram arrastados para guerras entre grupos rivais de mercadores italianos e barões defendendo seus próprios interesses. No fim, isso prejudicou tanto as bases políticas dos Estados cruzados que, quando uma nova ameaça surgiu nos anos 1260, os templários encontravam-se tão indefesos quanto o restante de suas contrapartes cristãs para resistir.

A parte IV chama-se “Hereges” e remete às raízes da destruição dos templários a acontecimentos dos anos 1260, quando os irmãos no Oriente estavam na linha de frente de uma guerra contra os dois inimigos mais perigosos que os cruzados enfrentaram: os exércitos dos mongóis descendentes de Genghis Khan e uma casta de soldados-escravos muçulmanos conhecidos como mamelucos. A

derrota para os mamelucos deu margem a críticas mais generalizadas aos templários do que as anteriores, quando seus grandes recursos e associação próxima a fortunas resultantes das guerras contra o islã reverteram contra eles.

Enquanto as pressões se acumulavam, a ordem ficou mais exposta a ataques políticos. Isso aconteceu de forma súbita e violenta, numa investida maciça do devoto, porém inescrupuloso, rei francês Filipe IV. A prisão de todos os templários na França numa sexta-feira, 13 de outubro, foi o começo de um movimento cujo único interesse era acabar com a ordem e tomar posse de seus bens. Ao mesmo tempo incitado e contido por um comprometido Papa Clemente V, Filipe IV e seus ministros transformaram uma incursão contra propriedades dos templários em uma guerra aberta à ordem em todo o mundo cristão, usando métodos que já haviam sido praticados contra outros alvos vulneráveis, inclusive a população judaica na França. Embora a França tivesse sido tradicionalmente o reino onde os templários obtiveram o maior apoio, Filipe tomou para si a inabalável missão de julgar, torturar e matar os membros da ordem a partir de cima, com o último grão-mestre templário, Jacques de Molay, morrendo na fogueira em Paris, em 1314, prometendo em suas últimas palavras que Deus se vingaria em nome da ordem.

Os motivos de Filipe para eliminar os templários usando inquéritos judiciais e barbarismo pessoal tiveram pouco a ver com o verdadeiro caráter ou com a conduta dos membros

da ordem na linha de frente da guerra contra o islã ou na França, onde eles viviam em geral como monges. As ações de Filipe originaram-se de suas preocupações políticas e de seus traços psicológicos pessoais: radical, cruel e implacável, mas seu ataque coincidiu com um momento em que a ordem encontrava-se mais suscetível que o habitual a calúnias e agressões, quando o interesse do público pelas cruzadas estava muito enfraquecido. A morte de Jacques de Molay sinalizou o fim dos templários como organização, quase duzentos anos depois de suas modestas origens em Jerusalém. No entanto, a lenda estava só começando. O epílogo deste livro sumariza a jornada dos templários na imaginação popular e analisa o processo pelo qual a ordem tem sido romantizada e até ressurgida desde então.

Um conhecido estudioso sugeriu que uma história narrativa dos templários é "enganosa, pois implica que a ordem teve uma ascensão e um declínio, que as críticas a ela foram aumentando regularmente e que certos eventos causaram eventos posteriores".[1] Isso está certo e errado. Certamente seria uma tolice tentar escrever numa estrutura cronológica um relato abrangendo os dois séculos em que a ordem esteve ativa no reino de Jerusalém, na península Ibérica, na França, na Inglaterra, na Itália, na Polônia, na Alemanha, em Chipre e outros lugares. A experiência de milhares de homens e mulheres que viveram como templários integralmente professos ou membros associados não cabe em um relato coerente de suas atividades mais

notáveis. No entanto, é inegável que a Ordem dos Pobres Companheiros Soldados de Cristo do Templo de Salomão teve um começo, existiu e terminou, e esse processo ocorreu em um período fixo, no qual o tempo avançou normalmente. É uma história que nos proporciona uma visão mais abrangente das cruzadas, relacionada a diversos teatros de guerra e a uma dezena de gerações de homens e mulheres. É também uma história que costuma ser contada de forma mais temática, um tratamento que com muita frequência torna-se digressivo e até enfadonho. Minha escolha por narrar esses fatos como uma *história* da maneira tradicional não implica uma inevitável jornada moral desde a honra à corrupção, desde a húbris à destruição, pois esse tipo de visão tem deformado a longa tradição de escrever sobre as cruzadas, desde pelo menos o século XVII.[2] Eu apenas acreditei que um relato sobre os templários pode ser contado cronologicamente para satisfazer os que gostam de uma história narrada de forma sequencial. Espero que, ao fazer isso, não tenha resvalado muito na teleologia ou representado mal a vida e as experiências de pessoas que viveram, lutaram e morreram com uma cruz vermelha no peito. Também espero que este livro estimule os leitores a explorar a volumosa literatura acadêmica existente sobre as ordens militares em geral e os templários em particular, de destacados acadêmicos como Malcolm Barber, Helen Nicholson, Alan Forey, Joachim Burgtorf, Alain Demurger, Jonathan Riley-Smith, Judi Upton-Ward, Anthony Luttrel,

Jonathan Phillips, Norman Housley, Jochen Schenk, Paul Crawford, Peter Edbury, Anne Gilmour-Bryson e muitos outros, que usei como referência neste livro com respeito e gratidão.

Os templários travavam suas batalhas empunhando um estandarte preto e branco, e às vezes cantavam um salmo enquanto cavalgavam para lhes dar força. Parece apropriado mencionar esses versos ao começarmos a nossa história.

"Não para nós, Ó Senhor, não para nós, mas dar glória a Teu nome, por Teu amor e lealdade inabaláveis."

Aproveitem a jornada.

PARTE I

Peregrinos

c. 1102–1144

✝

Lutem, eu vos suplico, pela salvação de vossas almas!

Balduíno I, rei de Jerusalém

1

“Uma bacia de ouro, cheia de escorpiões”

✢

Era uma chuvosa manhã de outono em Jaffa quando os peregrinos saíram da igreja. Foram imediatamente atropelados por uma multidão desabalada correndo em direção ao mar, atraída por uma horrível cacofonia: o rangido de madeira sendo destroçada e, quase inaudíveis no rugido do vento e na explosão das ondas, os gritos de homens e mulheres aterrorizados lutando pela vida. Uma violenta tempestade, formada no dia anterior, desabara durante a noite e cerca de trinta navios ancorados na sonolenta e aconchegante baía de Jaffa eram assolados por grandes montanhas de água. O maior e mais sólido deles havia se soltado das âncoras e sido

lançado contra escarpas afiadas e bancos de areia até que, nas palavras de um espectador, tudo foi "despedaçado pela tempestade".[1]

A multidão na praia observava impotente enquanto marinheiros e passageiros eram varridos dos conveses. Alguns tentavam se manter à tona agarrando em mastros e vergas quebrados, mas a maioria estava condenada. "Alguns, enquanto se seguravam, eram atingidos pelo madeirame dos próprios navios", escreveu o observador. "Alguns, que sabiam nadar, entregaram-se voluntariamente às ondas, e foi assim que muitos deles pereceram."[2] Na praia, cadáveres trazidos pela maré começaram a se acumular. Os mortos chegariam a mil, e apenas sete navios não naufragariam na tempestade. "Uma grande tristeza em um só dia que nenhum olhar jamais viu", escreveu o peregrino. Era segunda-feira, 13 de outubro de 1102.

O peregrino a quem devemos esse relato era um inglês conhecido como Saewulf.[1] Ele já estava viajando fazia vários meses, tendo saído de Monopoli, na costa da Apúlia (o salto da bota na moderna Itália) em 13 de julho, um dia que ele define como *hora egyptiaca*, que era considerado desde o tempo dos faraós como uma data astrologicamente amaldiçoada para começar qualquer empreendimento importante.[3] E assim se provou ser. Saewulf já tinha sofrido um naufrágio em sua travessia entre a Inglaterra e o leste do Mediterrâneo; sobrevivendo por milagre. Sua rota o levou a Corfu, a Cefalônia e a Corinto, depois por terra via Tebas até o mar Egeu, seguindo depois para o sul pelas ilhas Cíclades e

do Dodecaneso até Rodes. Outros vários dias no mar o levaram ao porto cipriota de Pafos, de onde, depois de exatamente treze semanas durante as quais viajou cerca de 3.220 quilômetros, ele finalmente chegou a Jaffa, o principal porto do reino cristão de Jerusalém. Saewulf foi levado até a praia num barco a remo poucas horas antes da tempestade fatal.

Apesar das muitas privações e terríveis perigos das viagens marítimas, Saewulf viu coisas incríveis em sua jornada ao Oriente enquanto ele e seus companheiros de viagem desembarcavam a cada poucos dias para implorar por acomodações de ilhéus, os quais ele chamou, generosamente, de gregos. Passou pelas lojas de seda de Andros e esteve onde havia muito se erguera o já desaparecido Colosso de Rodes. Visitou a antiga cidade de Mira, com seu lindo teatro semicircular, e esteve em Finike, um porto mercantil fundado pelos fenícios, assolado pelo vento numa região conhecida pelos habitantes locais como "sessenta remos", devido à turbulência do mar. Já havia rezado no túmulo de São Nicolau e caminhado por Chipre seguindo os passos de São Pedro. Mas o que mais desejava estava além. Assim que a tempestade amainou, Saewulf partiu para a cidade mais importante do mundo: seguiu a estrada para sudeste até Jerusalém, onde pretendia rezar ante o túmulo de Jesus Cristo, o Filho de Deus e salvador de toda a humanidade.

Para um cristão como Saewulf, que se definia piamente como "indigno e pecador", uma visita a Jerusalém era uma jornada redentora ao centro do mundo.[4] Deus dissera ao

profeta Ezequiel, do Velho Testamento, que havia estabelecido Jerusalém "no meio das nações", o que era considerado como mais que uma simples figura de linguagem.[5] Os mapas produzidos na Europa na época representavam a Terra Santa como o cerne em torno do qual se erigiam todos os reinos da humanidade, tanto cristãos quanto pagãos.[2] Esse fato da geografia era também um dado da cosmologia. Jerusalém era considerado um lugar onde o celestial se manifestava, onde o poder das orações era potencializado pela presença de relíquias e locais sagrados. Não era algo apenas visível, mas também sensível: um visitante podia vivenciar pessoalmente os detalhes sagrados das histórias bíblicas, desde os feitos dos reis do Velho Testamento à vida e a Paixão de Cristo.

Chegando a Jerusalém pela estrada que partia de Jaffa, Saewulf teria entrado pelo Portão de David, um portal bastante fortificado nas espessas muralhas defensivas da cidade, guardado por uma grande cidadela de pedra construída sobre os remanescentes de uma fortaleza erguida por Herodes – o rei que a Bíblia afirmava ter executado todos os bebês de Belém numa tentativa de matar o menino Jesus. Ao andar pelas ruas, ele podia ver o Monte do Templo dominando o sudeste da cidade, coroado com a reluzente Cúpula da Rocha, que os cristãos chamavam de Templo do Senhor. Pouco depois havia a mesquita de Al-Aqsa, uma construção larga, baixa e retangular, também encimada por uma cúpula, erigida no século VII e convertida pelos cristãos

em um palácio para o rei cristão de Jerusalém, um nobre rico de Boulogne, conhecido como Balduíno I.

Além do Monte do Templo, do outro lado da muralha oriental de Jerusalém, havia um cemitério, e logo a seguir o Getsêmani, onde Jesus orou com seus discípulos e foi traído por Judas na noite em que foi preso. Mais adiante situa-se o Monte das Oliveiras, onde Jesus passou muitas semanas pregando e de onde afinal ascendeu ao céu. Saewulf escreveu em seu diário que subiu o Monte das Oliveiras e contemplou Jerusalém de cima, observando até onde as muralhas e os limites da cidade haviam se expandido durante a ocupação dos romanos.

O local mais sagrado de todos, a verdadeira meta das peregrinações cristãs, estava em Jerusalém. Era a igreja do Santo Sepulcro, que Saewulf chamava de "mais celebrada que qualquer outra igreja, e isso é digno e justo, uma vez que todas as profecias e predições do mundo inteiro sobre nosso Salvador Jesus Cristo foram verdadeiramente realizadas aqui".[6] Era um complexo de dois andares de capelas e pátios internos interligados, muitos dos quais celebravam – e considerava-se que literalmente assinalavam – os pontos de eventos cruciais da Paixão. Saewulf fez uma relação deles: a cela da prisão onde Jesus ficou preso após ser traído; um local onde um fragmento da cruz fora encontrado; o pilar onde o Senhor foi amarrado quando açoitado por soldados romanos e "o lugar onde foi forçado a vestir o manto púrpura e coroado com a coroa de espinhos"; o Calvário, "onde o patriarca Abraão fez um altar e em obediência a Deus quis

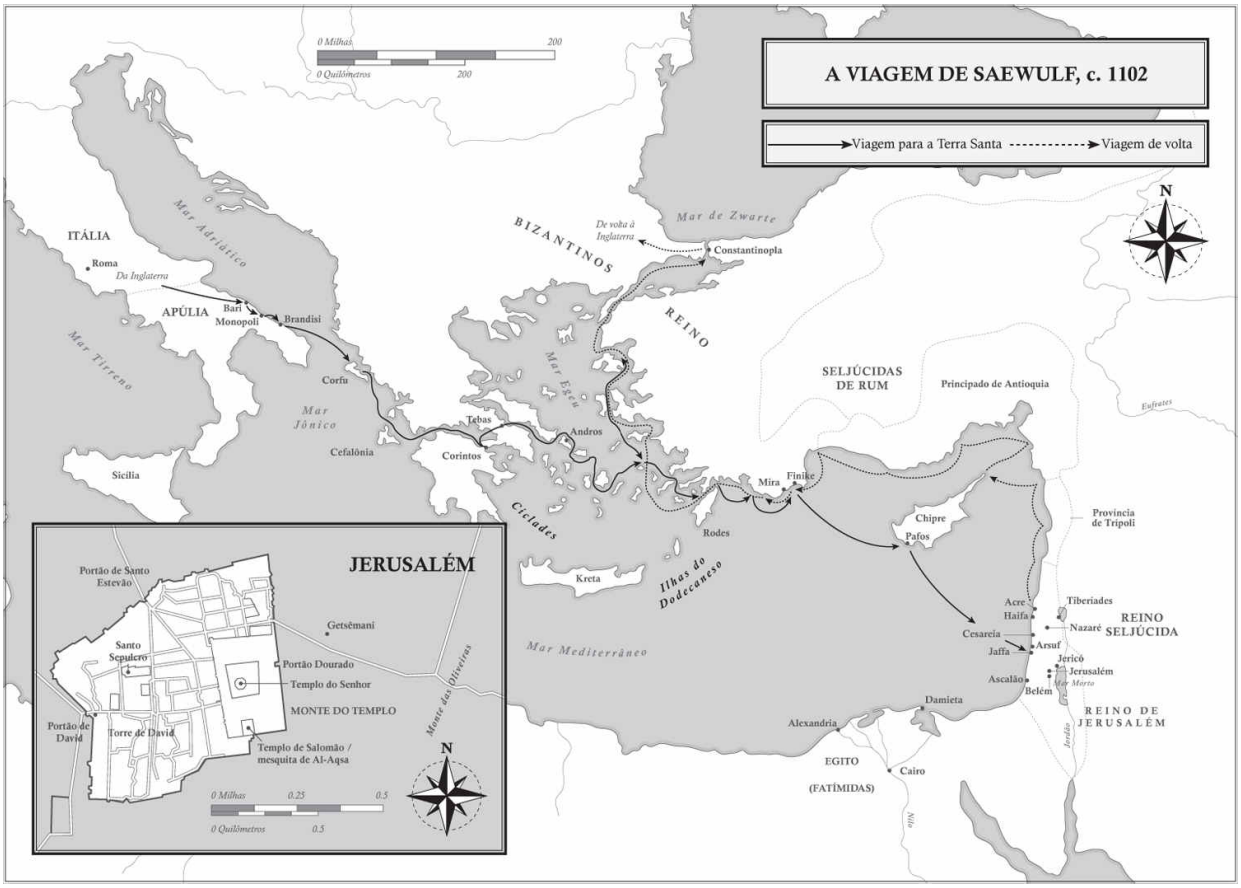
sacrificar seu filho [Isaac]" e onde Jesus foi crucificado – aqui Saewulf viu o buraco onde a cruz fora fincada e uma pedra rachada em dois, como estava no Evangelho de São Mateus.[7] Havia capelas dedicadas a Maria Madalena e a São João Apóstolo, a Virgem Maria e a São Tiago. O mais importante e impressionante de tudo, porém, era a grande rotunda no lado oeste da igreja, pois lá encontrava-se o túmulo de Cristo. Era a caverna onde Jesus foi enterrado depois da crucificação, antes da ressurreição. O santuário era rodeado por lampiões a óleo permanentemente acesos e recoberto com lajes de mármore: um lugar tranquilo e perfumado para orações e devoção.[8] Nenhum outro local no mundo ou na história era mais sagrado para os cristãos. Como Saewulf escreveu logo na primeira linha de suas memórias: "Eu estava a caminho de Jerusalém para rezar no túmulo do Senhor". Estar diante do Sepulcro era se aventurar no berço da cristandade, a razão de peregrinos como Saewulf se disporem a arriscar a própria vida para chegar lá.

Peregrinação era um aspecto crucial da vida cristã no início do século XII, como vinha sendo já por quase mil anos. Viajavam-se distâncias incríveis para visitar capelas de santos e locais de famosos feitos cristãos. Fazia-se isso pelo bem da própria alma: algumas vezes para buscar alívio divino para doenças, outras como penitência para compensar pecados. Alguns achavam que rezar em certo santuário asseguraria a proteção daquele santo em sua passagem para a outra vida. Todos acreditavam que Deus tinha consideração pelos peregrinos e que um homem ou uma mulher que se

aventurassem com fé e humildade ao centro do mundo melhorariam sua situação aos olhos de Deus.

Mas a perigosa jornada de Saewulf não foi apenas de devoção; foi também oportuna. Embora os cristãos realizassem peregrinações a Jerusalém desde pelo menos o século IV, o território nunca fora totalmente amistoso. Pela maior parte dos setecentos anos anteriores, a cidade e a área ao redor estiveram sob o controle de imperadores romanos, reis persas, califas omíadas e governantes seljúcidas chamados beis (ou emires). Desde o século VII, quando um exército árabe tomou a cidade do domínio bizantino cristão, até o fim do século XI, Jerusalém esteve nas mãos dos muçulmanos. Para os seguidores do islã, era a terceira cidade mais sagrada do mundo, depois de Meca e Medina. Os muçulmanos a reconheciam como a localização de Al-Masjid al-Aqsa (A Mesquita mais Distante), lugar onde, segundo o Corão, o profeta Maomé foi trazido de sua "Jornada Noturna", quando o anjo Gabriel o transportou de Meca para o Monte do Templo, de onde os dois ascenderam aos céus.[9]

Porém, as condições haviam mudado radicalmente. Três anos antes da viagem de Saewulf, um dramático levante conturbara a cidade e as regiões costeiras mais extensas da Palestina e da Síria, o que mudou fundamentalmente o apelo e a natureza da peregrinação para homens e mulheres do Ocidente latino. Na esteira de uma guerra sofrida e prolongada, que assolou a região entre 1096 e 1099, grandes partes da Terra Santa foram conquistadas pelos exércitos do que veio a ser conhecido como Primeira Cruzada.



Grandes expedições de peregrinos-guerreiros viajaram do oeste da Europa para a Terra Santa (que às vezes era chamada de "Outremer", que se traduz simplesmente como "ultramar"). Esses peregrinos ficaram conhecidos por escritores cristãos como "latinos" ou "francos", um termo inspirado por textos muçulmanos, que se referiam a eles como *ifranj*.[10] Respondendo a um apelo por ajuda militar do imperador bizantino Comneno, apoiado pelas entusiasmadas pregações do Papa Urbano II, homens e mulheres marcharam primeiro para Constantinopla e em seguida para o litoral levantino, para lutar contra os muçulmanos que dominavam a região. Urbano prometeu, de forma tentadora, que

participar de uma cruzada poderia ter o mesmo efeito que todas as penitências que a Igreja podia impor a um indivíduo por causa de seus pecados – teoricamente, toda uma vida de transgressões poderia ser zerada numa única jornada. De início, esses peregrinos armados eram pouco mais que uma turba violenta e indisciplinada, liderada por agitadores como o padre francês Pierre, o Eremita, que estimulavam em seus seguidores um frenesi de devoção, mas eram incapazes de abastecê-los adequadamente ou de controlar seus surtos de violência. Ondas subsequentes de cruzados foram comandadas por nobres da França, da Normandia, da Inglaterra, de Flandres, da Bavária, da Lombardia e da Sicília, motivados por um senso moral genuíno de que era seu dever cristão libertar os locais sagrados dos invasores muçulmanos, encorajados pelo fato de que Jerusalém e seus arredores estavam divididos política e militarmente entre inúmeras facções do mundo islâmico mutuamente hostis.

As fissuras eram políticas, dinásticas e sectárias. De um lado havia os seljúcidas, originalmente da Ásia Central, que construíram um império que se espalhava da Ásia Menor ao Hindu Kush, misturando as culturas turca e persa e mantendo lealdade religiosa ao califa abássida em Bagdá, o líder espiritual do islã sunita. Antes de 1092, durante vinte anos, o império seljúcida foi governado pelo sultão Malique Xá. Com sua morte, o império foi dividido entre seus quatro filhos, que se lançaram numa turbulenta disputa.

Em oposição aos seljúcidas havia o grosso do califado fatímida, com seus redutos no Egito, cujos líderes afirmavam

serem descendentes da filha de Maomé, Fátima. Desde meados do século X, os fatímidas dominaram a maior parte do Norte da África, da Síria, da Palestina, da região de Hejaz e até da Sicília, leais ao seu califa xiita no Cairo. No fim do século XI, o império seljúcida também começava a se esfacelar, perdendo território e influência e recuando aos seus enclaves no Egito. Rivalidades sectárias e políticas entre os seljúcidas e os fatímidas, bem como internas ao império seljúcida, resultaram num período de desunião excepcional no mundo islâmico. Como um de seus próprios cronistas observou, os diversos governantes estavam "em desacordo entre si".[11]

E foi assim que os cristãos da Primeira Cruzada conseguiram uma surpreendente série de vitórias. Jerusalém caiu em 15 de julho de 1099, com uma impressionante investida militar acompanhada por lamentáveis saques e massacres dos habitantes judeus e muçulmanos da cidade, cujos corpos decapitados foram empilhados nas ruas, muitos ainda com o ventre rasgado pelos conquistadores cristãos para retirar moedas de ouro que as vítimas tinham engolido para escondê-las da pilhagem dos invasores.[12] Sacerdotes ortodoxos gregos de Jerusalém foram torturados até revelarem a localização de algumas de suas mais preciosas relíquias, inclusive um fragmento de madeira da verdadeira cruz em que Cristo havia morrido, incrustada em um lindo relicário de ouro em forma de crucifixo.

Os cruzados tomaram as principais cidades do norte: Edessa e Antioquia, bem como cidades menores, que

incluíam Alexandreta, Belém, Haifa, Tiberíades e uma importante e estratégica cidade portuária, Jaffa. Outras cidades costeiras, como Arsuf, Acre, Cesareia e Asquelom, continuaram nas mãos dos muçulmanos, que concordaram em pagar tributos para se manterem autônomos, mas acabaram sendo conquistadas por gerações posteriores de invasores.

Em vista das condições sem precedentes de sua chegada, da grande distância de seus países de origem e da natureza desgastante de uma guerra num clima tão inclemente, o domínio cristão desses territórios continuou incompleto. Na ocasião da peregrinação de Saewulf a Jerusalém, tropas, barcos e homens religiosos chegavam do Ocidente para ajudar a expandir os territórios sob domínio do governo do primeiro rei cruzado de Jerusalém, Balduíno I. Mas eles não eram muitos, e se viram ameaçados por múltiplos inimigos externos e cisões internas entre os cruzados, recrutados em regiões do Ocidente pouco conhecidas pela facilidade de cooperação.

Assim, no verão de 1102, Saewulf encontrava-se em um novo e pequeno reino cristão no Oriente, às vezes assediado, mas sempre agressivo, cuja própria existência era considerada pelos fanáticos que o instituíram como a evidência de que Deus havia "aberto para nós a abundância de Suas bênçãos e misericórdia". Como era de se esperar, os muçulmanos desterrados viam as coisas de outra forma. Referiam-se aos novos vizinhos como o produto de "um tempo de desastres" trazido pelos "inimigos de Deus".[13]

✢

Durante os seis meses seguintes, Saewulf explorou cada centímetro da Cidade Sagrada e a área ao redor, cotejando aquilo que via com seu conhecimento das Escrituras e relatos anteriores sobre Jerusalém, inclusive um escrito pelo monge e teólogo inglês do século VIII conhecido como Venerável Beda. Saewulf ficou fascinado com o Templo do Senhor e a igreja do Santo Sepulcro, com o Monte das Oliveiras e o Jardim de Getsêmani. Foi ao mosteiro da Santa Cruz, onde os visitantes podiam espiar por baixo do grande altar e ver o cepo da árvore da qual o crucifixo de Jesus fora feito, encapsulado numa caixa de mármore branco com uma janelinha vazada. Ficou maravilhado com a magnificência do que viu. Sobre o Templo do Senhor comentou que "sua altura era maior que as montanhas ao redor, e sua beleza e glória sobressaíam a todas as outras casas e edifícios".[14] Admirou-se com as gloriosas esculturas e as formidáveis defesas da cidade. Via em cada item as Escrituras vindo à vida: o lugar onde Pedro curou o homem manco e por onde Jesus entrou em Jerusalém, "montado num jumento, enquanto os meninos cantavam *Hosana ao filho de David*!".[15]

No entanto, Saewulf considerava as estradas de peregrinação no entorno de Jerusalém sinistras e inseguras. A trilha para o interior partindo de Jaffa era particularmente longa e difícil, uma dura jornada por uma "difícil estrada montanhosa".[16] A instabilidade geral do reino dos cruzados era evidente em toda parte. Salteadores muçulmanos –

Saewulf os chamava de “sarracenos” – vagavam pelas zonas rurais, vivendo em cavernas rochosas, assustando peregrinos que acreditavam que “eles ficavam acordados dia e noite, sempre de olho em alguém para atacar”. De tempos em tempos, Saewulf e seus companheiros avistavam figuras assustadoras, ameaçando-os antes de sumirem de vista. Todos viajavam com medo, sabendo que qualquer um que se cansasse e ficasse para trás estaria propenso a sofrer um destino medonho.

Por toda parte cadáveres jaziam apodrecendo sob o sol. Alguns no meio do caminho, outros na beira da estrada, vários deles “mutilados por animais selvagens” (raposas, chacais e leopardos eram animais nativos das montanhas da Palestina). Aqueles cristãos haviam sido abandonados por seus companheiros de viagem sem qualquer tentativa de proporcionar aos mortos um enterro decente, pois naquela terra ressecada pelo calor a tarefa teria sido impossível. “Há pouca terra por aqui e não é fácil remover as pedras”, escreveu Saewulf. “Mesmo se houvesse um solo ali, quem seria tolo de se separar de seus confrades e ficar cavando uma cova sozinho? Qualquer um que fizesse isso, cavaria uma cova não para o seu companheiro cristão, mas para si mesmo.”[17]

A dez quilômetros ao sul de Jerusalém, ele considerou Belém “toda arruinada”, com exceção do grande mosteiro da Bem-Aventurada Virgem Maria, que continha “a manjedoura onde estavam o boi e o jumento” quando Cristo nasceu, assim como uma mesa de mármore onde a Virgem teria

jantado com os reis Magos.[18] Mais ao sul ficava Hebron, também "arruinada pelos sarracenos", notável por ser o local de sepultamento dos "santos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó", além de "Adão, o primeiro homem criado".[19] A leste ele via o mar Morto, "onde a água do Jordão é mais branca e se parece mais com leite do que com outras águas".[20] Ao norte, a três dias de viagem, Saewulf visitou Nazaré, o mar da Galileia e a cidade de Tiberíades, onde Jesus realizou milagres, inclusive o de alimentar 5 mil pessoas.

A grande concentração de locais sagrados era profundamente comovente, e Saewulf manteve um detalhado registro de tudo, relembrando até mesmo o "cheiro de sândalo e de especiarias muito preciosas" que permanecia em suas narinas quando ele visitava santuários particularmente populares.[21] Mas sempre esteve ciente de que suas viagens devotas eram feitas por territórios traiçoeiros. Via igrejas e cidades desabadas em ruínas de pedras cortantes. Mosteiros pranteavam dezenas de confrades massacrados por causa de sua fé. Horrores novos e antigos misturavam-se. Aqui, um local onde em tempos antigos São Pedro molhou a terra com suas lágrimas depois de trair o Senhor; ali, uma igreja abandonada mais recentemente por medo dos "pagãos" que se reuniram nas margens longínquas do rio Jordão, "na Arábia, que é muito hostil com os cristãos e odeia todos os veneradores de Deus".[22]

No fim da primavera de 1103, Saewulf havia viajado até o mais longe que podia e realizado amplamente seu propósito

como peregrino: “Eu tinha explorado o máximo que podia de cada um dos locais sagrados da cidade de Jerusalém e das cidades próximas, e os venerado”, escreveu. Voltou a Jaffa para conseguir um catre em algum navio mercante para o Ocidente. Mas sua segurança ainda não estava garantida. As águas no caminho para Chipre eram patrulhadas por navios inimigos do Egito fatímida, que dominava muitas cidades costeiras e mantinha sua esquadra no mar, sempre reabastecida de água e víveres. Nenhum navio cristão se atrevia a fazer uma longa viagem sem perder a costa de vista. Em 17 de maio, Saewulf embarcou em um de três grandes barcos conhecidos como drómons, que estavam zarpando juntos para o norte e navegariam próximos da costa, parando em portos amistosos e passando pelos inamistosos o mais rapidamente que o vento predominante permitisse e seus remadores conseguissem.

Após 120 quilômetros de viagem, quando os barcos se aproximavam de Acre, 26 belonaves árabes surgiram no horizonte. Eram navios fatímidas, o que logo provocou pânico nos conveses. Saewulf viu quando os dois drómons que acompanhavam sua embarcação começaram a remar freneticamente para chegar em segurança à cidade de Cesareia, ocupada por cristãos. O barco em que estava ficou à deriva. O inimigo formou um círculo ao redor, mantendo-se fora do alcance das flechas, aos gritos de alegria ante a promessa de tal butim. Os peregrinos se armaram para resistir e se alinharam para a defensiva no convés. “Nossos

homens estavam preparados para morrer por Cristo", escreveu Saewulf.[23]

Felizmente, aquela mostra de coragem foi suficiente para fazer o comandante fatímida pensar duas vezes antes de empreender o ataque. Depois de uma tensa hora de considerações, ele decidiu que poderia encontrar alvos mais fáceis, desistiu do ataque e partiu para águas mais profundas. Saewulf e seus companheiros de viagem oraram ao Senhor e seguiram viagem, chegando a Chipre oito dias depois, antes de prosseguir para a costa da Ásia Menor e retornar mais ou menos pela mesma rota que havia percorrido em sua viagem de vinda. Finalmente eles tomaram o rumo norte pelo estreito de Dardanelos, em direção à grande cidade de Constantinopla, com mais relíquias ainda a serem visitadas e veneradas. Durante a viagem, foram assediados por piratas e ameaçados por tempestades. Quando ponderou sobre a grande viagem da sua vida, já na segurança de seu lar, Saewulf refletiu que a única coisa que o havia protegido fora a graça de Deus.

✢

Saewulf foi apenas um entre milhares de peregrinos a fazer essa viagem à Terra Santa depois da Primeira Cruzada. Eles vinham de todo o mundo cristão: existem inúmeros relatos sobre o novo reino cristão de Jerusalém, frágil em suas primeiras décadas, produzidos por homens que viajaram

de Portugal, de Flandres, da Alemanha, da Rússia e até da Islândia. Como a Terra Santa era na verdade uma zona de guerra, muitos consideraram o lugar assustador. O cronista Foucher de Chartres observou em 1101 que, quando visitavam Jerusalém, os peregrinos chegavam "muito timidamente [...] passando por piratas hostis e portos sarracenos, com o Senhor mostrando o caminho".[24] Um escritor russo conhecido como Daniel, o Abade, viajou em peregrinação desde Kiev, entre cerca de 1106 e 1108. Ele também escreveu sobre a aterrorizante estrada ligando Jaffa a Jerusalém, onde "sarracenos faziam investidas para matar viajantes", e lamentou o número de locais de veneração "destruídos pelos pagãos". Na estrada para o lago Tiberíades, escapou de "ferozes pagãos que atacam viajantes nos fiordes do rio" e de leões que vagavam pela mata em "grande número". Caminhando desacompanhado pelo desfiladeiro alto e estreito entre o monte Tabor e Nazaré, Daniel rezou pela própria vida, tendo sido alertado de que os aldeões locais "matam viajantes naquelas terríveis montanhas".[25] Felizmente ele sobreviveu, voltando para sua casa em Kiev com um pedacinho de pedra da tumba de Cristo, arrancado sub-repticiamente pelo guardião da chave e lhe dado de presente como uma relíquia.

Peregrinos de todas as épocas sempre souberam dos perigos representados por salteadores. Mas a hostilidade dos muçulmanos que viviam nos limites ou ao redor dos novos Estados cruzados era mais do que meramente oportunista. As perdas sofridas pelo seu povo com a primeira aparição dos

francos, em 1096, eram consideradas vexatórias e desconcertantes – um sinal do desagrado de Deus com as divisões no mundo islâmico e um apelo a todos os fiéis para se erguer em armas e reagir aos invasores. "Exércitos como montanhas, uns atrás dos outros, avançaram vindos das terras dos francos", escreveu o poeta sírio Ibn al-Khayyat, antes de 1109. "As cabeças dos politeístas já amadureceram, portanto não os negligenciem como uma safra e uma colheita!"[26] Outros escritores, como o sábio e visionário Ali ibn Tahir al-Sulami, apelou para um esforço em conjunto de todo o mundo islâmico – turcos e árabes, sunitas e xiitas – para que se aliassem numa *jihad*, ou guerra santa, para "tomar de volta o que [os francos] tomaram do país dos muçulmanos [e] as representações da religião do islã neles".[27]

O contra-ataque por meio da *jihad* esperado por Al-Sulami não aconteceu – ao menos não nos anos logo a seguir ao estabelecimento do reino cristão. As rancorosas divisões internas continuaram, tornando impossível qualquer reação séria e sustentável ou eficiente à ocupação. Em termos de alta política e príncipes guerreiros, os francos estavam em Jerusalém para ficar. Mas, ao mesmo tempo, para os cristãos que arriscavam tudo o que possuíam, inclusive a própria vida, viajando milhares de quilômetros para visitar os locais sagrados do Oriente, o reino de Jerusalém era um lugar onde o êxtase e o terror eram vivenciados lado a lado, em geral no decorrer de um mesmo dia. Como observou um escritor muçulmano, citando a Torá, Jerusalém era "uma bacia de

ouro cheia de escorpiões".[28] Ao desejo de desbravar esses perigos se somava o fascínio de uma peregrinação, pois o desconforto e o sofrimento eram considerados necessários para a redenção da alma e a absolvição dos pecados desejadas por todos os peregrinos. Mas havia um limite para o número de corpos empilhados pela estrada, dilacerados e degolados. Na medida em que os cruzados fincavam raízes nesse novo reino no centro do mundo, tornava-se claro que eles precisariam de proteção.

É aí que começa a história dos templários.

2

“A defesa de Jerusalém”

✢

A Ordem do Templo foi fundada em Jerusalém em 1119, e reconhecida oficialmente em algum momento entre 14 de janeiro e 13 de setembro de 1120.[1] A verdade foi que quase ninguém notou. Os templários não surgiram numa onda de demanda popular, nem foram um produto criado por um planejamento visionário conjurado entre os nascentes Estados cruzados e as autoridades religiosas da cristandade ocidental. Nenhuma crônica existente do período imediato, seja cristã ou muçulmana, prestou qualquer atenção aos primeiros movimentos da ordem – na verdade, só várias gerações depois a história das origens dos templários foi escrita, e na época ganhou as cores do que a ordem já havia se tornado.[2]

Mas isso não deveria ser surpreendente. Assim como os governantes e habitantes de Jerusalém, historiadores e colecionadores de fofocas da Terra Santa do ano 1120 tinham coisas mais importantes com que se preocupar.

Os cruzados que ficaram para governar a Terra Santa eram invasores estrangeiros, tentando estabelecer seu domínio sobre uma população mista de muçulmanos sunitas e xiitas, judeus, gregos e cristãos ortodoxos sírios, samaritanos e colonos pobres vindos de toda a Europa. Era uma sociedade naturalmente dividida por idiomas e religiões, por culturas e lealdades, na qual todos tentavam se estabelecer num ambiente que às vezes parecia naturalmente hostil. Em 1113 e 1114, a Síria e a Palestina foram abaladas por violentos terremotos, que arrasaram cidades inteiras e sufocaram muita gente embaixo das construções desmoronadas. Praticamente todas as primaveras traziam pragas de ratos e gafanhotos que acabavam com videiras e lavouras, arruinando colheitas e descascando as árvores. De tempos em tempos, estranhas eclipses manchavam a lua e tingiam o céu de vermelho-sangue. Tudo isso mexia com a cabeça dos supersticiosos colonos. Era como se a terra tentasse expelir os cruzados e os céus quisessem castigá-los por sua conquista.[3]

Tão graves quanto as pragas e os presságios era a questão da proteção e da segurança. Vinte anos depois da conquista de Jerusalém e do estabelecimento de seus quatro Estados cruzados, os francos ainda eram obrigados a lutar

arduamente para manter uma posição segura no litoral. Houve grandes conquistas: as cidades de Acre, Beirute e Trípoli foram tomadas, em parte graças a influxos regulares de tropas do Ocidente cristão (inclusive uma grande expedição da Escandinávia comandada por Sigurd, rei da Noruega, que ajudou o rei Balduíno a capturar Sidon em 1110). Mas esses impressionantes avanços territoriais não conseguiram mudar a realidade da vida sob o sol inclemente do litoral levantino, imprevisível e violento.

Em 1118 morreu Balduíno, o primeiro rei de Jerusalém. Sua morte foi seguida três semanas depois pela do principal clérigo latino do reino, Arnulfo, patriarca de Jerusalém. Os dois foram sucedidos pelo conde de Edessa, um cruzado experiente que se tornou o rei Balduíno II, e por Gormond de Picquigny, um energético clérigo de uma proeminente família do norte da França. Ambos eram personagens formidáveis, mas ainda assim a transição provocou invasões simultâneas dos seljúcidas do leste da Síria e dos fatímidas do Egito, com uma nova rodada de guerras e escaramuças. A defesa do reino era custosa em recursos humanos e em moral, e as forças francas estavam sempre sobrecarregadas. O cronista Foucher de Chartres considerava "um maravilhoso milagre vivermos entre tantos milhares de milhares [de inimigos]".4

No ano de 1119, as coisas iam tão mal como sempre, graças a dois acontecimentos particularmente graves. O primeiro ocorreu no Sábado de Aleluia, 29 de março, em

seguida ao milagre do fogo celestial na igreja do Santo Sepulcro. Nesse ritual anual, um lampião a óleo mantido ao lado da laje da tumba de Cristo se acendia espontaneamente na véspera da Páscoa; a chama sagrada era usada então para acender velas e lampiões de homens e mulheres fiéis, que se reuniam para testemunhar o acontecimento. Infelizmente, em 1119, assim que o milagre ocorreu, setecentos peregrinos em êxtase saíram da igreja para o deserto, pretendendo se banhar nas águas do rio Jordão e agradecer a Deus. O rio ficava a 32 quilômetros das muralhas do leste de Jerusalém, mas os peregrinos nunca chegaram ao seu destino. O cronista Albert de Aachen registrou que, assim que eles desceram da montanha e chegaram a "um lugar tranquilo perto do rio, de repente surgiram sarracenos de Tiro e de Asquelom [duas cidades ainda nas mãos dos muçulmanos] armados e muito ferozes". Eles atacaram os peregrinos, "que estavam praticamente desarmados" e "cansados depois de uma viagem de vários dias, enfraquecidos pelo jejum em nome de Jesus". Nem chegou a haver luta: "os malvados açougueiros os perseguiram, passando trezentos na espada e capturando sessenta", escreveu Albert.[5]

Assim que soube do ataque, Balduíno II despachou soldados de Jerusalém para se vingar. Mas era tarde demais. Os agressores já tinham retornado à segurança de seus redutos, contando seus prisioneiros e se regozijando com os espólios obtidos na incursão.

Mal se passaram dois meses e mais notícias terríveis chegaram do norte. Em 28 de junho de 1119, em Sarmada, no noroeste da Síria, uma grande força de cristãos que ocupava Antioquia entrou em batalha com um exército comandado por um governante artúquida conhecido como Il-ghazi,[1] um general bêbado porém perigoso, que ocupou a cidade próxima de Alepo. Segundo uma testemunha, a batalha foi travada durante uma violenta tempestade de areia: um "redemoinho [...] girando e subindo como um enorme jarro na roda de um oleiro, queimado por fogos sulfurosos".

Os cristãos foram massacrados às centenas. O comandante, Roger de Salerno, foi "golpeado pela espada de um cavaleiro no meio do nariz que penetrou até o cérebro" e morreu instantaneamente. Por toda sua volta a paisagem ficou juncada de cadáveres humanos e cavalos moribundos, tão crivados de flechas que pareciam porcos-espinhos.6 "A cavalaria foi destruída, a infantaria despedaçada, os servos e seguidores foram todos feitos prisioneiros", escreveu o historiador árabe Ibn al-Adim, em tom de aprovação.7 E não foi só isso. Depois da batalha, várias centenas de prisioneiros cristãos foram amarrados pelo pescoço e obrigados a marchar sob o virulento calor do dia, torturados pela visão de um barril de água do qual não podiam beber. Alguns eram espancados. Outros açoitados. Alguns foram apedrejados até a morte. Outros decapitados.8 Foucher de Chartres estima que ao todo 7 mil cruzados foram mortos, levando com eles não mais que vinte homens de Il-ghazi.9 Faucher pode ter

exagerado nos números, mas a desmoralizante derrota ficou conhecida entre os francos como o "Campo de Sangue".[2] A batalha em Sarmada foi um momento horrível não só para os cristãos de Antioquia como para os francos em geral. Mas deu origem ao germe de uma ideia que se aninharia no coração da ideologia templária.

Depois do confronto seriam necessárias medidas desesperadas para resistir a quaisquer outras perdas em Antioquia. Il-ghazi estava preparando um ataque direto à cidade. Segundo Walter, o Chanceler, um graduado burocrata de Antioquia que muito provavelmente estava presente e foi feito prisioneiro no Campo de Sangue, "quase toda a força militar dos cidadãos francos foi perdida". Foi requerido um auxílio armado urgente do reino de Jerusalém, mas claramente demoraria algum tempo para chegar.

Nesse vácuo surgiu um homem chamado Bernardo de Valence, patriarca latino de Antioquia.[10] Bernardo era um dos clérigos de mais alto escalão de todos os Estados cruzados. Era patriarca desde 1100, quando os invasores ocidentais que conquistaram Antioquia expulsaram o patriarca ortodoxo grego e instalaram seu próprio homem, que seguia as tradições da Igreja romana. Durante esse período, várias vezes ele ajudou exércitos cristãos a se preparar espiritualmente para a batalha, pregando para os soldados e ouvindo confissões dos que haviam derramado sangue nas guerras. Agora não eram apenas almas que ele teria de salvar, era a sua cidade.

“Por necessidade, todos vieram ao clérigo”, escreveu Walter, o Chanceler, e não era mera retórica.[11] Enquanto Il-ghazi reunia suas tropas, o patriarca assumiu o comando militar supremo de Antioquia. Ordenou o toque de recolher noturno e decretou que ninguém poderia portar armas dentro da cidade a não ser os francos. Em seguida assegurou que todas as torres ao longo das defesas de Antioquia fossem guarnecidas por monges e clérigos, apoiados por todos os cristãos leigos que conseguissem encontrar para ajudá-los. Bernardo organizou para que fossem proferidas preces constantes “para a segurança e a defesa do povo cristão”, e enquanto isso acontecia ele “não deixava [...] de se revezar em visitas, noite e dia, com seus clérigos e cavaleiros armados, agindo como guerreiros, nos portões, nas trincheiras, nas torres e muralhas”.[12]

Foram atitudes de um príncipe soldado, não medidas de segurança de um homem da Igreja. E foram extremamente bem-sucedidas: ao ver que a cidade estava bem defendida, Il-ghazi decidiu não atacar. A calmaria das hostilidades permitiu que Balduíno II reunisse tropas e empreendesse a campanha. Antioquia foi salva. Nas palavras de Walter, o Chanceler, “o clérigo [...] fez o papel de um militar com vigor e sabedoria, dentro e fora, e com a força de Deus manteve a cidade intacta diante do inimigo”.[13] Foi uma pequena amostra do que viria à frente.

✢

A noção de que homens da Igreja poderiam participar de batalhas, não só por meio de preces, mas com armas mortais, não era nova. Expressava uma tensão existente no cerne do pensamento cristão há mil anos, com o pacifismo sugerido pelo exemplo da vida de Cristo esbarrando numa mentalidade marcial entranhada na linguagem da retórica cristã e nas Escrituras.[14] Era também uma consequência natural das ideias subjacentes a todo o movimento cruzado.

Sob esse aspecto, o cristianismo era uma fé baseada na paz. Jesus repreendia seus discípulos quanto ao apelo à violência, até mesmo sob as mais extremas provocações, exigindo que baixassem suas armas quando foi preso no Jardim de Getsêmani, afirmando "porque todos os que lançarem mão da espada, à espada morrerão".[15] Porém, durante as décadas imediatamente após sua morte, São Paulo exortou os efésios a se armarem com "a couraça da justiça", "o capacete da salvação" e "a espada do Espírito, que é a palavra de Deus".[16] A belicosidade apregoada por Paulo era mais espiritual que física, mas os termos da ideologia cristã se inspiraram diretamente na linguagem da guerra. A ideia da existência cristã como um ato de batalha cósmica, espiritual – uma luta contra o demônio –, dominou a visão de mundo de muitos dos grandes pensadores cristãos do mundo clássico, como santo Ambrósio e santo Agostinho de Hipona. Talvez isso não devesse surpreender, dada a frequência com que os fiéis se viram obrigados a cometer ou suportar violência física durante o primeiro século desde o

surgimento do cristianismo, fosse nos anfiteatros dos romanos ou sofrendo a agonia da morte do martírio. Na verdade, o martírio se tornou uma coisa admirável em si, e um aspecto básico do conceito de santidade.

Na época da Primeira Cruzada, a noção de uma guerra cristã não era apenas metafórica. As sociedades cristãs da Europa eram estruturadas em torno da existência de uma casta guerreira – os cavaleiros –, e os clérigos acabaram se envolvendo mais diretamente com a guerra, não mais se contentando com as lutas da alma. Rudolf I, bispo de Wurtzburgo, morreu lutando contra os magiares em 908. Um documento inglês conhecido como a crônica de Abingdon, compilado pouco antes da Primeira Cruzada, descreve como o abade de Abingdon comandou um séquito de cavaleiros.[17] Isso não quer dizer que a prática da guerra santa fosse universalmente aceita: no século IX, o Papa Nicolau I afirmou especificamente que, para os clérigos, a autodefesa deveria seguir o exemplo de Cristo, de oferecer a outra face, e com a princesa bizantina e biógrafa Anna Komnene expressando em seus textos um marcante desagrado pela ideia de clérigos cristãos tendo qualquer envolvimento com a mutilação ou morte de pessoas.[18]

Mas na fúria da guerra na Síria e na Palestina, qualquer restrição ao porte de armas pelos cristãos tornava-se cada vez mais impraticável. Para começar, um fator importante por trás do movimento das cruzadas foi uma ampla aceitação do conceito de guerra santa cristã, travada por

homens seculares em busca de recompensa espiritual. Sucessivos papas transformaram esse conceito em uma filosofia prática da violência cristã, manifestada na Primeira Cruzada. Os leigos que lutariam contra os muçulmanos no Oriente eram definidos como tendo aderido à "cavalaria de Cristo" (*militia Christi*) e assumido a "cavalaria do evangelho" (*evangelicam militiam*).[19]

A partir daí foi um passo relativamente pequeno argumentar que, se homens que lutavam poderiam se tornar santos, era possível imaginar que homens santos poderiam lutar. Na verdade, em vista da pressão sobre os recursos dos Estados cruzados nos anos 1120, era uma questão de necessidade permitir que um clérigo de tempos em tempos empunhasse armas sem ser reprovado – como o patriarca Bernardo havia feito em Antioquia. Alguns meses depois, em uma grande reunião de clérigos e líderes seculares no reino de Jerusalém, a ideia de homens da Igreja portarem armas foi institucionalizada pela primeira vez.

O Concílio de Nablus reuniu-se em 16 de janeiro, sob os auspícios do rei Balduíno II e de Gormond, o patriarca latino de Jerusalém. Contou com a presença de muitos dos mais graduados homens da Igreja da Terra Santa, inclusive o arcebispo de Cesareia, os bispos de Nazaré, Belém e Ramla e – significativamente, como se provou mais tarde – os priores do Santo Sepulcro e do Templo do Senhor em Jerusalém. O propósito dessa reunião em Nablus (uma cidade aninhada em um vale entre duas montanhas na Palestina

central, notável pela grande quantidade de oliveiras) era o de fornecer um conjunto de leis escritas, ou "cânones", pelas quais o reino pudesse ser propriamente governado de maneira a agradar a Deus.[20]

O Concílio de Nablus produziu 25 decretos, que de início abordaram questões de jurisdição entre as autoridades seculares e clericais, a maioria concentrada em sexo.[21] Foram feitas declarações contra pecados que incluíam adultério, sodomia, bigamia, cafetinagem, prostituição, roubo e relações sexuais com muçulmanos, para os quais as punições prescritas variavam entre exílio, castração e amputação do nariz. Inserido em meio a isso havia um ditame que seria fundamental para as origens e a história dos templários. Era o cânone 20, e sua primeira linha afirmava simplesmente que "se um clérigo pegar em armas no caso de autodefesa, ele não sofrerá nenhuma culpa". A segunda linha sugeria que isso era projetado como uma medida temporária e que o abandono do dever sagrado por uma atitude marcial só poderia ser praticado sob ameaça (clérigos que largassem suas tonsuras para se tornarem cavaleiros ou retornar à sociedade secular podiam ser disciplinados pelo patriarca e pelo rei). De qualquer forma, no contexto dos primeiros meses de 1120, isso foi realmente importante. Os homens que se reuniram em Nablus não estavam só elaborando um código de leis e moralidade para a Terra Santa. Estavam semeando na lei uma ideia revolucionária, que logo evoluiria na noção – e no fato – de

que homens religiosos em armas poderiam servir como elemento essencial na defesa dos Estados cruzados.

✢

"No início do reinado de Balduíno II", escreveu um homem da Igreja do fim do século XII chamado Miguel, o Sírio, "um francês veio de Roma a Jerusalém para rezar".[22] O nome desse francês era Hugo de Payns. Ele nasceu em alguma data antes de 1070, provavelmente na aldeia de Payns, perto da cidade de Troyes, no condado de Champagne, a 145 quilômetros a sudeste de Paris. Sabemos pouco sobre o início da vida de Hugo de Payns, a não ser que tinha uma posição suficientemente alta para servir como testemunha para documentos de nobres regionais da França. Se Miguel, o Sírio, estiver certo, à época da reunião do Concílio de Nablus, em janeiro de 1120, Hugo de Payns estava na Terra Santa mais ou menos desde que Balduíno se tornara rei – cerca de vinte meses. Foi tempo suficiente para apreciar a paisagem, avaliar os perigos da região e, evidentemente, decidir que, em vez de fugir para casa singrando pelas águas infestadas de piratas do leste do Mediterrâneo, ele ficaria um bom número de seus anos restantes como parte da comunidade de francos que ocupava Jerusalém. De início, pensou em servir no exército real, depois em se retirar da vida dura na linha de frente para ser monge.[23]

Hugo não estava sozinho ao tomar essa decisão. Na época havia outros homens da estirpe de cavaleiros na cidade de Jerusalém, e eles começaram a se reunir no ponto de encontro mais óbvio para turistas e recém-chegados de todas as origens e nacionalidades: a igreja do Santo Sepulcro.[24]

Na verdade, eles fizeram mais do que se reunirem. Parece que, nos meses que precederam o Concílio de Nablus, um punhado de cavaleiros expatriados de Jerusalém (fontes posteriores sugeriram que eram inicialmente entre nove e trinta homens) formaram uma espécie de frouxa irmandade, ou confraternidade, do tipo das que surgiram no Ocidente durante o século anterior, com o propósito de defender igrejas e santuários de bandidos.[25] Eles fizeram um voto de obediência a Gérard, prior do Santo Sepulcro, de cujo patrocínio e hospitalidade dependiam para a vida cotidiana.[26] Estritamente falando, eles não eram clérigos, mas sim hábeis guerreiros peregrinos, que sabiam lutar e que tomaram a importante decisão de adotar uma vida quase monástica de penitência, pobreza, obediência e dever que iam além dos votos normais de um cruzado.

No início de janeiro de 1120, considerou-se que esses soldados envolvidos com religião estavam sendo mal utilizados. Um escritor posterior caracterizou a vida cotidiana de Hugo de Payns e de seus companheiros na época como uma frustração dissipada e mal empregada: "beber, comer, perda [...] de tempo e não fazer nada" no

Santo Sepulcro.[27] Se fosse verdade, seria claramente um vergonhoso desperdício de talento. Na época já existia uma ordem de monges beneditinos que se dedicavam a cuidar de peregrinos doentes ou feridos, numa enfermaria conhecida como hospital de São João de Jerusalém. Essa ordem – os hospitalários – recebeu o reconhecimento oficial do papa em 1113, e funcionava em instalações não muito longe do Santo Sepulcro. Eles ainda não eram soldados (embora tenham se tornado mais tarde), mas sua contribuição para a vida de Jerusalém já vinha de gerações e era altamente valorizada. Deve ter parecido que uma ordem complementar de acompanhantes armados poderia aliviar a carga dos hospitalários e melhorar ainda mais as condições dos milhares de peregrinos que passavam pela região.

Por ocasião do Concílio de Nablus, foi decidido que, em vez de continuar ligado ao Santo Sepulcro, esse grupo de cavaleiros devotos deveria ganhar independência, alguns meios para se alimentar e se vestir, acesso a padres que pudessem fazer preces por eles em horas apropriadas do dia e um lugar para morar em uma das áreas proeminentes de Jerusalém. A Coroa os ajudaria com os meios de sustento, mas a principal tarefa do grupo seria de igual interesse do rei, do patriarca e de qualquer outro visitante cristão que chegasse à Terra Santa. Eles seriam responsáveis, nas palavras de um documento produzido em 1137, pela "defesa de Jerusalém e a proteção de peregrinos".[28] Em parte guarda-costas, em parte pobretões convictos, nascia uma

pequena irmandade dedicada somente às armas e à oração: agora os templários tinham um propósito.

✢

Há milhares de anos existiam templos na zona leste de Jerusalém. O primeiro era um enorme complexo construído pelo rei Salomão, o governante fabulosamente rico, sábio e cosmopolita do Velho Testamento, que reinou sobre as tribos de Israel depois da morte do pai, o rei David. A construção do Templo de Salomão é descrita em detalhes no Livro dos Reis. Era formado por "estátuas preciosas", forrado de madeira de oliveira minuciosamente esculpida, de cedro e ouro e sustentado por incontáveis pilares; oculto em seu âmago, o "Lugar Santíssimo", uma sala sagrada onde "vivia" o nome de Deus e onde a arca da aliança – o repositório das tábuas originais inscritas com os dez mandamentos – ficava guardada.[29]

Em 586 a.C., o rei da Babilônia, Nabucodonosor II, destruiu o Templo de Salomão, e desde então a arca da aliança desapareceu. Porém, algumas décadas depois o templo foi reerguido. O Segundo Templo foi construído por exilados judeus que retornaram a Jerusalém em 520 a.C., tendo sido muito ampliado meio milênio depois, no reinado de Herodes, o Grande. Situava-se numa imensa plataforma de pedra cobrindo uma montanha natural – o Monte do Templo – e servia como local de sacrifícios, preces,

veneração, comércio, tratamento médico e entretenimento. Foi concluído por volta de 10 a.C. e era o centro da vida dos judeus em Jerusalém na época do ministério de Jesus. Assim como o templo original de Salomão, o Segundo Templo foi destruído pela ira de um império externo: arrasado pelo fogo em 70 d.C., durante a repressão de uma revolta judaica contra o imperador romano Tito. Sessenta anos depois, suas ruínas foram demolidas para sempre e estátuas pagãs foram erguidas no local.

Na época em que Hugo de Payns estabeleceu sua ordem em Jerusalém, o Monte do Templo havia sido reformado mais uma vez: não por judeus ou cristãos, mas pelos omíadas – o todo-poderoso califado sunita cujos exércitos tinham conquistado a cidade no fim do século VII a.C., algumas décadas depois da morte de Maomé. Duas construções extraordinárias dominavam agora o horizonte de Jerusalém. O telhado dourado da Cúpula da Rocha refulgia como uma bola de fogo, visível num raio de quilômetros ("assim que os raios de luz batem na cúpula e o cilindro irradia a luz, realmente é maravilhoso de se contemplar", registrou um geógrafo viajante muçulmano do século X).[30] Na extremidade oposta do complexo do Monte do Templo havia outra construção imponente: a mesquita de Al-Aqsa, reformada nos anos 1030. Era considerada a mesquita mais importante e mais bela fora da Arábia, mais magnífica até que a mesquita de Damasco. Quando um viajante persa visitou Al-Aqsa em seu auge, a descreveu assim:

> Duzentas e oitenta colunas de mármore, apoiando arcadas feitas de pedra, com as hastes e os capitéis esculpidos [...] a mesquita é adornada por toda parte com mármores coloridos, com as juntas rebitadas em chumbo. [...] Acima ergue-se um imponente domo ornamentado com figuras esmaltadas.[31]

Em torno dessa construção viviam homens devotos que tinham se retirado do mundo e se entregado à vida religiosa: o cronista Ibn al-Athir escreveu que à época da Primeira Cruzada a mesquita era frequentada por "imanes, ulemás, homens virtuosos e ascetas, muçulmanos que saíram de suas terras nativas e vieram viver uma vida sacra neste augusto local".[32]

Sob a lei dos cruzados, tanto a Cúpula da Rocha quanto a mesquita de Al-Aqsa foram destituídas de sua sagração islâmica: a Cúpula se tornou uma igreja e a mesquita foi transformada num palácio para o rei de Jerusalém. Os cristãos chamaram a Cúpula da Rocha de "Templo do Senhor", e identificaram a mesquita de Al-Aqsa com o Templo de Salomão, prestando um tributo a sua localização histórica. O magnetismo do local para homens do mundo que desejavam adotar a vida espiritual sobreviveu intacto à transição do domínio muçulmano para o cristão, pois foi lá que Hugo de Payns e seu pequeno grupo de seguidores se alojaram quando da criação de sua ordem, em 1120. Segundo um escritor conhecido como Ernoul, era a residência "mais

esplêndida" da cidade.[33] O arcebispo e cronista do século XII William de Tiro explicou que, "por morarem ao lado do Templo do Senhor e do palácio do rei, eles eram chamados de irmãos da Cavalaria do Templo".[34]

Apesar desses alojamentos, não se poderia dizer que os templários viviam no luxo. Nos seus primeiros tempos no Santo Sepulcro, eles dependiam de caridade, inclusive de doações dos hospitalários, que lhes deixavam suas sobras de comida.[35] O reconhecimento oficial e a mudança para o Monte do Templo não aumentaram muito seus bens materiais. Segundo o cortesão e cronista galês Walter Map, Hugo de Payns e seus homens viviam ali "com trajes humildes e uma dieta escassa", enquanto Hugo usava de "persuasão, preces e todos os meios que podia" para induzir "todos os peregrinos que eram homens em armas a dedicarem a vida para servir o Senhor naquele lugar ou ao menos a se comprometerem com isso por algum tempo".[36] Os impostos recolhidos de algumas aldeias perto de Jerusalém foram concedidos a eles por Balduíno II e pelo patriarca Gormond, "para cuidar de sua alimentação e das roupas", mas a maior parte da primeira década de existência dos templários foi passada na penúria e na dependência de caridade, com o pequeno número de irmãos usando roupas de segunda mão, não os uniformes marcantes que adotariam mais tarde.[37]

Na verdade, o local onde moravam também não tinha nada de impressionante. "Grande e maravilhosa" foram os

termos usados por Foucher de Chartres para descrever a estrutura básica da mesquita de Al-Aqsa reformada. Mas o chumbo que forrava o telhado fora arrancado e vendido pelo rei Balduíno I, e não houve tentativas subsequentes para fazer consertos. “Por causa da nossa pobreza, [o local] não pôde ser mantido nas condições em que o encontramos”, escreveu Foucher.[38] Durante a conquista cristã de Jerusalém, em 1099, o lugar foi palco de um dos piores massacres de mulheres e crianças muçulmanas, com o sangue das vítimas correndo até a altura dos tornozelos. Agora, nas palavras de um peregrino que visitou o local não muito depois de Hugo de Payns e seus homens irem morar lá, era “a habitação dos novos cavaleiros que protegiam Jerusalém”.[39]

Para conseguir proteger os habitantes cristãos, os peregrinos e o território de Jerusalém dos muitos inimigos que os ameaçavam, esse novo grupo de cavaleiros precisaria crescer: aumentar em número, em recursos e riqueza. Ademais, precisaria de uma identidade. Para aumentar sua riqueza, os homens de Hugo de Payns teriam de procurar além do entorno mais próximo, no mundo que os havia mandado para a Terra Santa. Teriam de apelar diretamente ao papa.

3

“Uma nova fidalguia”

✢

Numa véspera de Natal, poucos anos antes da queda de Jerusalém, um garoto de sete anos de Fontaines, na Borgonha, teve um sonho. Enquanto dormia, ele viu a Virgem Maria segurando o menino Jesus nos braços, como se tivesse nascido naquele momento, bem diante de seus olhos extasiados. Bernardo (conhecido mais tarde como Bernardo de Claraval, e depois simplesmente como São Bernardo) se tornaria uma das maiores figuras da Igreja de sua época: um campeão da reforma monástica, renomado acadêmico, bombástico e incansável missivista, pregador brilhante e primeiro patrono e patriarca fundador dos Cavaleiros

Templários.[1] Seu despertar religioso determinaria a direção da Igreja ocidental na primeira metade do século XII.

Em 1126, quando Hugo de Payns partiu para a França, Bernardo tinha 26 anos. Havia doze anos era abade de seu próprio mosteiro em Claraval ("vale claro"), no condado de Champagne. O mosteiro situava-se num solo pantanoso, alimentado pelo rio Aube e flanqueado por dois montes baixos: um com uma plantação de uvas e o outro de grãos. Ali viviam várias dezenas de monges cristãos, vestidos de branco e sob a orientação de Bernardo, seguindo uma vida monástica estrita e despojada. A ordem cisterciense havia sido fundada em 1098, quando um grupo de monges da ordem beneditina, mais popular, construiu um novo mosteiro em Citeaux, perto de Dijon, para se dedicar a uma forma mais pura de vida religiosa. Os valores centrais cistercienses eram simples: existência asceta, rigoroso trabalho manual e vida isolada e distante da civilização. Os cistercienses se contrastavam nítida e deliberadamente da irmandade de hábitos negros de um mosteiro tipicamente beneditino, que tendia a se dar ao luxo de boas comidas, preferia cantos litúrgicos a trabalho físico e enchia suas enfeitadas capelas com artefatos e objetos de arte. Em comparação, os monges cistercienses sob os cuidados de Bernardo eram comprometidos com uma vida de obediência, orações, estudos, austeridade e trabalho incessante nos moinhos de farinha da abadia, na lavoura e em lagoas piscosas. "Aqui é um lugar onde há muito para deliciar os

olhos, reviver o espírito fraco, aliviar o coração dolorido e elevar a devoção de todos que buscam o Senhor", escreveu um visitante de Claraval no século XII.[2] Mas era também um ambiente despojado e desafiador, pois os esforços físicos de uma vida de parco sustento eram considerados um estímulo ao desenvolvimento espiritual e à proximidade com Deus. Assentava-se perfeitamente a Bernardo.

E também a muitos outros, pois os cistercienses não eram os únicos homens tentando recriar a vida monástica. O século XII foi uma das épocas mais ricas de renovação do cristianismo em toda a Idade Média. O monasticismo tornou-se extremamente popular, florescendo com uma diversidade nunca vista desde os primeiros momentos da Igreja. "Oh, como uma inumerável multidão de monges se multiplicou pela divina graça, sobretudo nos nossos dias", escreveu um abade nos anos 1130. "Cobriu quase todo o interior da Gália [França] e encheu as cidades, castelos e fortalezas."[3] E era mais que simples retórica: estima-se que entre meados do século XI e meados do XII, o número de monastérios em muitas partes da Europa tenha aumentado em 1.000%.[4]

Esse enorme incremento da vida monástica trouxe consigo um apetite por novas maneiras de viver, a maioria centrada na pobreza, na obediência e na contemplação. Além dos cistercienses, o fim do século XI e o início do XII viram o nascimento dos cartusianos (uma ordem de eremitas fundada por São Bruno em 1084); dos grandmontinos (uma

ordem extremamente estrita e pobre fundada perto de Limoges por volta de 1100); dos tironensianos (freis de hábitos cinzentos, austeros e penitentes seguindo o exemplo de São Bernardo de Tiro, que fundou uma abadia em 1109); dos premonstratensianos (organizados por São Norberto por volta de 1120, para pregar e atender aos paroquianos comuns da comunidade como "cônegos regulares") e de muitas outras ordens, algumas duradouras e outras mais passageiras. Muitas ordens religiosas, antigas e recentes, construíram casas para mulheres viverem sob suas regras como freiras; houve também uma tendência crescente de mulheres que se tornaram eremitas ou anacoretas, passando a vida reclusas em celas remotas e esquálidas. Tudo isso permitia que as pessoas expressassem seus impulsos religiosos por meio da ordem a que pertenciam: um modo de vida rigoroso, que determinava o que vestiam, onde moravam, o que comiam e como falavam (quando falavam).

Em algum momento antes de outubro de 1126, Bernardo de Claraval recebeu uma carta do rei Balduíno II de Jerusalém.[5] O rei dizia que um novo grupo religioso havia se formado nos contestados territórios do Oriente, cujos membros haviam sido "instigados pelo Senhor" para defender os domínios dos cruzados.[6] Balduíno escreveu que eles eram os *fratres Templarii* – os irmãos do Templo – e que o que mais desejavam eram confirmação e um papel para determinar suas vidas. Para esse fim, ele pretendia enviar dois de seus homens para "obter a aprovação do papa para

sua ordem". Balduíno esperava que o pontífice os ajudasse a levantar dinheiro e apoio, para que os templários pudessem desempenhar melhor sua luta contra "os inimigos da fé".[7] Balduíno pediu a Bernardo para usar sua influência nesse projeto e estimular governantes seculares de toda a Europa a apoiar os templários, e pressionar o papa por um reconhecimento formal da nova ordem.

Provavelmente não havia ninguém melhor na Europa para pedir esse tipo de ajuda. Bernardo era um reformador, um pensador de talento e alguém que entendia o que levava as pessoas a buscar uma nova vocação na vida. Mais importante, era um mestre em obter favores de poderosos e influentes. Em centenas de cartas durante sua longa carreira, escritas em latim floreado e muitas vezes bastante longas, ele lisonjeava, suplicava, intimidava e repreendia qualquer um, de papas a reis, de arcebispos a abades, de noviços desistentes a futuras freiras duvidosas da própria vocação. Defendia causas de peso, como guerras internacionais e cismas papais, mas também se sentia bem ao lutar pelas causas dos humildes e indefesos. Em uma carta endereçada ao Papa Inocêncio II em nome de um grupo de pobres cistercienses, Bernardo pediu desculpas por importunar Inocêncio quando ele estava tão ocupado, para em seguida fazer uma preleção sobre a questão de ser papa: "Se o senhor for fiel ao dever e às tradições da Sé Apostólica, não desconsiderará as queixas dos pobres".[8] Em outra ocasião, escreveu a uma jovem virgem, Sophia,

estimulando-a insistentemente a manter sua castidade e convidando-a a se comparar a outras mulheres, que viviam com mais lassidão e se entregavam a luxos e não à pureza da alma: "Elas estão cobertas de tecidos finos e purpurina, mas têm a alma em farrapos. Seus corpos cintilam com joias, mas têm a vida suja de vaidades".[9] Bernardo era um mestre da retórica e amigo dos pobres – uma combinação poderosa em qualquer época.

Porém, não foi apenas a sutil eficácia dos apelos de Bernardo que o tornaram um defensor tão convincente da nova ordem. Havia semelhanças entre o ideal dos templários, ainda em desenvolvimento, e o movimento cisterciense pelo qual Bernardo se deixou arrebatar quando jovem. Ambas eram novas organizações espirituais que adotavam a pobreza e a obediência de coração, rejeitando as vaidades mundanas em favor do inclemente trabalho físico a serviço do Senhor. E a Ordem do Templo tinha laços fortes, por meio de seus primeiros membros, com Champagne, a região da França em que ficava a abadia de Claraval e onde Bernardo havia passado a maior parte de sua vida adulta.

Assim, em 1126, quando recebeu a carta do rei Balduíno solicitando sua ajuda, o abade Bernardo teve uma opinião favorável. O que foi muito bom, pois no ano seguinte, no outono de 1127, o grupo de emissários prometido por Balduíno chegou à Europa.[10] Um dos mais proeminentes entre eles era o primeiro mestre do Templo, Hugo de Payns.

✢

Hugo de Payns foi enviado ao Ocidente com uma clara missão: angariar apoio para o reino do Oriente. E não foi sozinho. Na verdade, estava entre diversos embaixadores de renome da Terra Santa que foram à Europa entre 1127 e 1129, todos com o mesmo objetivo e agindo de forma coordenada: fortalecer os vínculos entre os dois blocos da cristandade latina. Um deles era Guillaume de Bures, condestável do rei Balduíno, que foi à Europa para acordar o casamento de Foulques, conde de Anjou, com a filha mais velha do rei Balduíno, Melisenda – uma união que prometia torná-lo herdeiro do trono de Balduíno, que não tinha filhos homens. O conde de Anjou era a escolha perfeita como futuro rei: um viúvo rico, com cerca de quarenta anos, devoto, porém, um cruzado enérgico e experiente, muito interessado nas questões do Oriente. Consta que mantinha cem cavaleiros em Jerusalém com recursos próprios (uma quantia considerável). Durante o tempo que passou em ultramar, no começo dos anos 1120, conheceu alguns dos primeiros templários, e desde então começou a pagar um modesto – mas muito útil – estipêndio anual de "trinta libras na moeda de Anjou".[11]

No entanto, garantir esse acordo para se tornar herdeiro de Balduíno era uma operação política delicada. Exigia que Foulques passasse suas terras ao filho, viajasse 1.600 quilômetros para conhecer uma mulher, tomá-la como esposa e assumir o posto militar mais desafiador do mundo cristão. Para adoçar o acordo, Guillaume levou consigo

presentes realmente magníficos, inclusive um fragmento da Vera Cruz e uma espada ornamentada, que seria entregue na catedral de Le Mans, no coração do território de Foulques.[12]

Hugo de Payns não veio trazendo presentes tão impressionantes, mas sua tarefa era igualmente urgente, talvez até mais difícil. Enquanto Guillaume tentava persuadir um só homem a aceitar uma coroa, Hugo tinha a tarefa de convencer centenas a abandonar suas posses e possivelmente a própria vida em troca de uma recompensa bem mais incerta.

Hugo estava numa turnê de recrutamento militar, com um objetivo importante. No reino de Jerusalém, Balduíno II vinha planejando um grande ataque a Damasco, tentando transformar um período de investidas iniciado no fim de 1125 em uma campanha de conquista total. Sua esperança era tomar definitivamente a grande cidade – outrora sede do califado sunita – de seu governante, o atabegue turco[1] Toghtekin.[13] Balduíno calculou que a tomada de Damasco exigiria, nas palavras do cronista Guilherme de Tiro, "toda a força militar do reino".[14] Ele previa a necessidade de obter reforços do Ocidente; recrutar mais cavaleiros e comandantes experientes para se juntar à campanha era o principal objetivo de Hugo.

O papel de Hugo como mestre da Ordem do Templo foi um fator crucial em sua escolha para liderar essa importante missão. Apesar de nova, a ordem já tinha se estabelecido como uma organização militar de elite agindo em nome dos

Estados cruzados. A afirmação feita nos anos posteriores de que só havia nove templários durante os primeiros nove anos de existência da ordem era romântica e numericamente aprazível, porém falsa.[15] Hugo foi à Europa acompanhado por pelo menos cinco irmãos templários: Godefroy de St. Omer, Rolland, Payen de Mondidier, Geoffroy Bisol e Archambaud de St. Amand.[16] Era uma delegação impressionante, pois todos tiveram audiências com alguns dos homens mais poderosos do noroeste da Europa.

Entre outubro de 1127 e a primavera de 1129, Hugo de Payns e seus companheiros se encontraram com o conde de Flandres e o conde de Blois, fizeram uma visita a Foulques, conde de Anjou, conseguiram fechar um acordo de ajuda para a campanha de Damasco e chegaram a se encontrar com Henrique I, rei da Inglaterra e duque da Normandia, a quem pressionaram para obter permissão para levantar fundos do outro lado do canal da Mancha. O encontro entre eles foi registrado na *Anglo-Saxon Chronicle* [Crônica anglo-saxã]: "Hugo dos Cavaleiros Templários veio de Jerusalém até o rei na Normandia; e o rei o recebeu com grande cerimônia, e lhe deu grandes tesouros de ouro e prata, e o mandou depois à Inglaterra, onde foi recebido por todos os homens bons". Nitidamente, o cronista considerou o encontro um sucesso. Hugo escreveu: "recebeu tesouros de todos, e na Escócia também; e por ele muita riqueza, inteiramente em ouro e prata, foi mandada para Jerusalém".[17] A missão conseguiu convencer mais gente a ir

lutar no Oriente "que nunca antes desde a época da Primeira Cruzada".[18] Foi realmente uma proeza. Entre 1127 e 1129, Hugo de Payns e seus companheiros templários estavam, com efeito, pregando sua própria cruzada.[19] Não tinham nenhum apoio formal do papa, e seus contemporâneos não os registraram organizando o tipo de convocação em massa de adesão à cruz que caracterizou a Primeira Cruzada, mas seus apelos diretos pelo reforço de homens em armas vindos do Ocidente foram extremamente bem-sucedidos. Quando Balduíno finalmente organizou seu ataque, em 1129, a percepção em Damasco foi bem parecida. O cronista árabe Ibn Al-Qalanisi estimou que o exército cristão tinha a força de dezenas de milhares, graças aos reforços vindos de ultramar.[20]

Ao mesmo tempo que procurava formar um exército para atacar Damasco, Hugo de Payns estava ansioso para expandir o alcance, a riqueza e o número de membros da Ordem do Templo. Trabalhando com laços familiares e relações sociais, especialmente ao redor de sua região natal de Champagne, conseguiu doações em terras, em rendimentos de propriedades, direitos a pagamentos feudais, ouro, prata e – talvez o mais valioso – promessas de serviços pessoais. Dezenas fizeram votos de que viajariam à Terra Santa para ingressar na ordem, fosse temporariamente ou para sempre.

Em outubro de 1127, os templários ganharam uma casa, uma granja e uma ravina em Barbonne, a oeste de

Champagne. Mais ou menos ao mesmo tempo, conseguiram um rendimento de inquilinos feudais em Flandres. Na primavera de 1128, enquanto Hugo estava em Anjou para presenciar o conde Foulques assumindo a cruz, os templários conseguiram obter terras no condado vizinho de Poitou. Doações foram mandadas de lugares distantes como Noyon, uma igreja ao norte de Paris, e de Tolouse, a um dia de viagem dos Pirineus.

Vale notar que Hugo ainda não estava tentando estabelecer uma sede ocidental de sua incipiente ordem. Suas preocupações militares limitavam-se ao Oriente, e seu principal objetivo era a construção de uma rede de patrocínios, capital e interesses pessoais que pontificasse os 3.220 quilômetros que separavam os ricos Estados da França central das perigosas planícies e montanhas da Síria e da Palestina.[21]

Mas o maior propósito por trás da viagem de Hugo não poderia ser realizado por ricas doações nem por promessas de assistência militar. Como a carta do rei Balduíno de 1126 intimava, o que os templários queriam acima de tudo era a confirmação da legitimidade de sua ordem pelo papa, e um papel formal sob o qual viveriam. Em janeiro de 1129, um grande concílio ecumênico reuniu-se em Troyes, em Champagne – convenientemente localizado a apenas oitenta quilômetros a noroeste daquele austero mosteiro cisterciense no rio Aube, onde Bernardo de Claraval rezava e

observava as energéticas atividades de seus conterrâneos com cada vez mais interesse.

✢

O Concílio de Troyes reuniu-se formalmente para sua primeira sessão no domingo, 13 de janeiro de 1129. Foi um encontro entre amigos e colegas, principalmente do nordeste da França. Sede do condado de Champagne, Troyes era um prestigiado eixo comercial, cujos limites eram dominados por duas grandes edificações religiosas: a catedral romanesca de São Pedro e São Paulo e a abadia de St. Loup, uma casa famosa de cônegos agostinianos eruditos. Até recentemente a cidade fora o lar do grande cruzado lorde Hugo, conde de Champagne, que doou a terra para a fundação da abadia de Claraval. Era o mesmo Hugo que, como ex-soberano (e possivelmente parente) de Hugo de Payns, abdicou de seu título em 1125 para ingressar na Ordem do Templo em Jerusalém (Bernardo de Claraval escreveu para recomendá-lo quando de sua abdicação: "De conde você se tornou um simples soldado, de homem rico se tornou pobre").[22] Quando o concílio se reuniu, em 1129, Hugo continuou na Terra Santa, mas foram suas conexões e sua riqueza que aproximaram o mestre do Templo e o abade de Claraval.

O concílio foi presidido por um emissário papal, Mateus, bispo de Albano, representando o Papa Honório II. Vinte

outros clérigos compareceram: dois arcebispos, onze bispos e sete abades. Quase todos eram de Champagne ou da vizinha Borgonha, assim como os dois proeminentes nobres também presentes: Theobald, conde de Champagne e Guilherme, conde de Nevers.[23] A maioria dos abades era cisterciense.

As duas vozes que mais sobressaíram durante os procedimentos foram a de Hugo de Payns e a de Bernardo de Claraval. Hugo tinha convocado a reunião para que os templários fossem oficialmente reconhecidos e adquirissem um papel quase monástico. O registro do concílio, anotado por um escriba de nome Jean Michel, esboçou o procedimento: "Nós ouvimos a exposição dos lábios do [...] mestre, irmão Hugo de Payns e, segundo as limitações da nossa compreensão, elogiamos o que nos pareceu bom e benéfico e abstivemo-nos do que pareceu errado".[24]

Em outras palavras, foi um comitê de redação, envolvido no processo de ouvir, debater e alterar as práticas desenvolvidas em Jerusalém durante os primeiros nove anos de sua existência. No encerramento do concílio, Jean Michel havia elaborado em latim um código de 68 pontos para a conduta dos templários, mais tarde conhecido como "A regra primitiva" (ou "latina"). Esta detalhava o processo pelo qual cavaleiros da ordem seriam selecionados e recebidos, como iriam rezar e quais dias de jejum deveriam observar, o que deveriam vestir, comer e beber, onde

deveriam dormir, como iriam se comportar em público e com quem poderiam – ou não poderiam – socializar.[25]

"Nessa ordem religiosa distingue-se e é revitalizada a ordem da cavalaria", afirmava a regra, enaltecendo todos os que ingressassem nos templários dispostos a oferecer suas almas a Deus "para nossa salvação e a propagação da verdadeira fé". A ideia de os templários representarem uma nova forma de cavalaria, que não aterrorizasse os fracos e que se dedicasse a destruir o mal, foi uma noção que Bernardo de Claraval vinha desenvolvendo por ocasião do Concílio de Troyes, e sobre a qual discorreria extensivamente nos anos seguintes. A regra estampava a marca inconfundível de sua convicção pessoal de que a cavalaria poderia e deveria ser reformulada, cristianizada, despida de suas vaidades mundanas e transformada em um chamado à dignidade, ao dever e ao propósito divino.

A regra começava abordando temas práticos, como a maneira que um irmão templário poderia equilibrar a vida de preces de um monge com a vida agitada de um soldado na sela de um cavalo. Ao aceitar que os membros provavelmente passariam mais tempo patrulhando ou lutando no campo de batalha que numa capela contemplando o crucifixo, a regra permitia que um irmão substituísse cada dia de missa perdido na igreja por um determinado número de repetições das preces do Senhor (ou *paternoster*). Treze *paternosters* compensavam a perda das rezas matinais, nove compensavam a perda das vesperais e

noturnas, e sete compensavam as orações diárias cantadas, conhecidas como horas canônicas. Essa versão despojada da rotina diária da veneração monástica foi projetada para ser possível para leigos não eruditos. Qualquer um, até o mais analfabeto camponês na França, sabia o pai-nosso; ao reduzir os deveres sacros a simples repetição da prece mais conhecida da cristandade, os templários abriram as possibilidades de recrutas em potencial a homens dedicados e talentosos de todas as castas, não só dos ricos e bem-educados. A regra também deixava claro que havia duas categorias distintas de cavaleiros: os que ingressavam para toda a vida, "tendo abandonado seus próprios desejos", e os que concordavam em participar temporariamente e lutar "por um período fixo". Estes podiam satisfazer facilmente as exigências religiosas da ordem com um mínimo de educação religiosa formal.

Reações ao estereótipo do cavaleiro se destacaram durante os procedimentos de Troyes. A regra adotava a simplicidade e a igualdade. Os cavaleiros templários usariam hábitos inteiramente brancos,[2] "o que significa pureza e castidade total".[26] Hábitos pretos ou marrons eram prescritos para templários de patentes mais baixas, sargentos e escudeiros – irmãos que eram membros jurados da ordem, mas não tinham a mesma patente ou treinamento de um cavaleiro templário.

Tudo isso estava muito distante da aparência típica de um guerreiro do século XII, que fazia questão de ostentar seu

status com trajes coloridos, tecidos finos e acessórios decorativos. Para enfatizar esse ponto, muitos acessórios dos cavaleiros convencionais foram explicitamente proibidos. “As túnicas não devem ter enfeites nem qualquer sinal de orgulho”, dizia a regra, “e se qualquer irmão por um sentimento de orgulho ou arrogância desejar ter ao seu dispor um hábito melhor e mais fino, que se lhe seja dado o pior.” Peles eram proibidas. Uma camisa de linho e um cobertor de lã eram permitidos como proteção contra os extremos de temperatura no Oriente, mas quaisquer outros adornos externos deveriam ser desprezados. Uma proscrição particularmente violenta foi aplicada contra calçados da moda, que no início do século XII podiam ser muito extravagantes. “Proibimos sapatos pontudos e cadarços e proibimos qualquer irmão de usá-los [...] pois é manifesto e bem conhecido que essas coisas abomináveis pertencem aos pagãos.” A lança do cavaleiro não podia ser enfeitada com uma bainha decorativa. Essa austeridade se estendia a todos os outros aspectos da cavalaria: “Proibimos terminantemente qualquer irmão de usar ouro ou prata em suas rédeas, nem nos estribos nem nas esporas”. As sacolas em que um cavaleiro transportava suas rações diárias deviam ser feitas de simples linho ou lã e havia um irmão para assegurar que todos cortassem o cabelo regularmente e aparassem devidamente barbas e bigodes, “para que não seja notado nenhum excesso em seu corpo”.[3]

A vida numa casa templária era planejada para se assemelhar o máximo possível com a de um mosteiro cisterciense. As refeições eram comunitárias e deveriam ser feitas quase em silêncio, enquanto se ouvia uma leitura da Bíblia. A regra reconhecia que a elaborada linguagem de sinais usada pelos monges para expressar suas necessidades enquanto comiam podia não ser conhecida pelos recrutas templários, e nesse caso "silenciosamente e em particular deve se pedir o que for necessário à mesa, com toda a humildade e submissão". Porções iguais de comida e vinho deveriam ser servidas a cada irmão, e as sobras seriam distribuídas aos pobres. Os inúmeros dias de jejum do calendário da Igreja precisavam ser observados, mas havia permissões especiais concedidas pelas necessidades dos homens em luta; carne deveria ser servida três vezes por semana, nas terças, quintas e sábados. Se a programação de dias de jejum anuais interrompesse esse ritmo, as rações poderiam ser aumentadas para compensar pela perda de substância assim que terminasse o período de jejum.

Era reconhecido que os templários podiam matar. "Esta companhia de cavaleiros armados pode matar os inimigos da cruz sem pecar", afirmava a regra, resumindo sucintamente a conclusão de séculos de filosofia experimental cristã, que concluíra que matar "pagãos incréus" e "os inimigos do filho da Virgem Maria" era um ato digno de louvor divino e não de condenação. Fora isso, esperava-se que os templários vivessem em devota autonegação.

Somente três cavalos eram permitidos a cada cavaleiro, acompanhados por um escudeiro em quem "o irmão não pode bater". Caçar com falcões – um dos passatempos favoritos de guerreiros de toda a cristandade – era proibido, assim como caçar com cães. Os únicos animais que os templários podiam matar eram os leões das montanhas da Terra Santa. Eram proibidos até de estar em companhia de caçadores, pela razão de "ser apropriado para qualquer homem religioso andar simples e humildemente, sem rir ou falar demais".

Também era proibido estar em companhia de mulheres, que a regra desdenhava desta maneira:

> Uma coisa perigosa, pois por ela o velho demônio já tirou o homem do caminho direto ao paraíso [...] a flor da castidade deve sempre [ser] mantida entre vocês. [...] Por essa razão, nenhum de vocês pode se atrever a beijar uma mulher, seja viúva, garota jovem, mãe, irmã, tia ou qualquer outra. [...] A Cavalaria de Cristo deve evitar a qualquer custo os abraços de mulheres, pelos quais homens têm muitas vezes perecido.

Apesar de ser permitido o ingresso de homens casados na ordem, eles não podiam usar a capa branca, e as esposas não podiam se juntar aos maridos nas casas templárias.

Antevendo uma consequência natural dessa insistência na castidade, foi criada mais uma cláusula para cavaleiros que

se encontrassem no mesmo recinto, em tavernas, enquanto a serviço dos templários. “Se possível a casa onde eles durmam ou se alojem não deve ficar sem luzes à noite, para que inimigos sombrios não possam levá-los à malícia, que Deus lhes proíbe.”

Finalmente, a ordem deveria ser gerida por um mestre, assessorado por um conselho “daqueles irmãos que o mestre sabe que darão conselhos sábios e benéficos”. Obediência às ordens dos mestres era essencial, e, assim que fossem dadas, deveriam ser cumpridas “como se o próprio Cristo tivesse ordenado”. O mestre tinha o poder de examinar e receber novos recrutas na ordem, distribuir cavalos e armaduras entre os irmãos, castigar os que pecassem ou desobedecessem à regra e usar de seu critério na aplicação da regra como considerasse apropriado.

Com o passar do tempo, a regra templária se transformaria em um conjunto de princípios regulatórios muito extenso e de formidável complexidade, adaptando-se e desenvolvendo-se na medida em que a ordem crescia e mudava. Porém, com essa primeira versão, formulada e aprovada sob a autoridade do enviado papal em Troyes em janeiro de 1129, Hugo de Payns alcançou um dos principais objetivos de sua viagem à Europa. Conseguiu para sua nascente organização uma estrutura e um código de conduta pelos quais viver. Sua próxima tarefa era tornar os Cavaleiros do Templo famosos e convencer os próprios irmãos de que estavam fazendo o trabalho do Senhor.

✢

Mais ou menos na mesma ocasião em que Hugo de Payns estava no Concílio de Troyes, um homem que se identificava como "Hugo, o Pecador" (Hugo *Peccator*), escreveu uma carta endereçada aos "soldados de Cristo no Templo de Jerusalém".[27] Não se sabe exatamente quem ele era, mas é tentador (e plausível) identificá-lo como o próprio Hugo Payns, por demonstrar muito da mesma preocupação com o fomento da missão dos templários. A carta era rudimentar, porém apaixonada. Algumas das alusões bíblicas foram truncadas, outras simplesmente inventadas. De qualquer forma, Hugo, o Pecador, instava seus leitores a uma simples missão: lutar e vencer em nome de Jesus Cristo.

O diabo, escreveu, estava constantemente tentando afastar homens bons de suas boas ações. Era dever dos templários resistir aos ardis de Satanás, manter sua fé na ordem em que ingressaram e ignorar as tentações que o mundo dispunha a sua frente. Não deveriam "se embebedar, fornicar, brigar, difamar". O autor mostrava-se muito preocupado com o enfraquecimento do moral dos templários em face das dificuldades de sua missão. "Posicionem-se com firmeza e resistam a seu adversário que é o leão e a serpente", escreveu. "Aguentem com paciência o que Deus ordenou a vocês." O dever do templário não era sair em busca de fama pessoal, mas servir à ordem.

Por volta da mesma época, foi escrito um tratado bem mais longo, que também falava diretamente à ordem, explicando seu lugar especial no mundo e a providencial importância de sua missão. Nesse caso o autor era estimado e inconfundível: Bernardo de Claraval.

"O livro dos Cavaleiros do Templo, em louvor à nova cavalaria" (*Liber ad milites templi de laude novae militia* – agora em geral referido como *De Laude*) foi escrito em algum momento entre a fundação da ordem e o ano de 1136. O conteúdo sugere que Bernardo começou a trabalhar nele por ocasião do Concílio de Troyes, em 1129. Endereçado diretamente a Hugo de Payns – "meu caro Hugo" –, a quem Bernardo diz "pediu-me não uma ou duas vezes, mas três vezes para escrever algumas palavras de exortação a você e seus camaradas".[28]

"Um novo tipo de fidalguia parece ter surgido recentemente na Terra", começou. "Ela trava infatigavelmente um duplo combate, contra a carne e o sangue e contra hostes espirituais do mal nos céus."[29] Lutar e morrer em nome do Senhor era o sacrifício final. Bernardo enfatizava a profunda diferença entre o homicídio – o pecado de matar um homem – e o "malicídio", o ato de matar o próprio mal, que Deus considerava uma nobre façanha. Armados com essa engenhosa distinção teológica, os cavaleiros do Templo podiam assumir a mais exaltada das tarefas: não meramente agir como guarda-costas de peregrinos, mas defender a própria Terra Santa. "Marchem

confiantes cavaleiros", escreveu Bernardo, "e com o coração valente rechacem os inimigos da cruz de Cristo."

Assim como a regra dos templários ia contra a roupagem dos cavaleiros seculares, o mesmo fazia *De Laude*, encharcado de valores cistercienses. Cabelos compridos, armaduras enfeitadas, escudos e selas decorados, esporas douradas, túnicas esvoaçantes, mangas compridas, dados, xadrez, falcoaria e entretenimentos, inclusive com bufões, bardos e mágicos, tudo era descartado com desdém. "São essas as roupagens de um guerreiro ou os berloques de uma mulher?"[30] Bernardo preferia enaltecer a vida do novo cavaleiro do Templo como asceta, divino: disciplinado e casto, o rosto marcado pelo sol e a poeira, prático, igualitário, bem falante e ocupado. Eram homens que viviam pelo único propósito de destruir os infiéis e expulsar "os obreiros da iniquidade [...] da cidade do Senhor".[31] "Eles concentram a mente em lutar para vencer, não em desfiles de espetáculos", montando cavalos fortes e rápidos e não animais enfeitados, procurando ser "formidáveis em vez de espalhafatosos". Assim, escreveu Bernardo, os novos cavaleiros poderiam ser vistos como os salvadores de Jerusalém: um exército fiel ao espírito dos macabeus da antiga Judeia, que travaram uma guerra contra forças superiores para libertar a Cidade Sagrada da ocupação estrangeira. "Essa é a ajuda enviada a você pelo Sagrado! Deus escolheu a dedo esses soldados."

Essa ode ao caráter e ao propósito dos templários ocupava os primeiros quatro capítulos do *De Laude*. O restante – mais nove capítulos – era um guia turístico dos locais da Terra Santa onde os templários haviam se reunido para defender. Começa pelo próprio templo – "adornado com armas e não joias" – e inclui descrições sucintas de Belém, Nazaré, do Monte das Oliveiras, do rio Jordão, do Santo Sepulcro e das aldeias de Betfagé e Betânia – pontos de peregrinação populares a um dia de viagem de Jerusalém. Bernardo nunca esteve em Jerusalém – para ele, a abadia de Claraval era o verdadeiro centro de toda espiritualidade –, por isso suas descrições físicas da Terra Santa fiavam-se em detalhes colhidos por viajantes e peregrinos.

Cada capítulo era efetivamente um pequeno sermão.[32] Fossem lidos em voz alta ou recitados de cor em um lugar sagrado relevante, teriam fomentado inspiração, encorajamento e assimilação aos que ali estivessem. Um cavaleiro do Templo protegendo uma procissão de peregrinos na estrada para Belém estaria tanto prática como espiritualmente equipado para a tarefa. Seria capaz de explicar em termos razoavelmente cultos o significado de cada local sagrado aos civis que viajavam ao seu lado. E se estivesse tremendo por dentro por medo de emboscadas, ele poderia se controlar com as palavras escritas por Bernardo sobre a cidade, refletindo que ali estava "a casa do pão" onde Cristo, "o pão vivo vindo do céu nasceu da Virgem".[33] Também em Nazaré, o momentaneamente desolado

templário poderia se animar ao se lembrar de outro dos aforismos de Bernardo, ao se recordar que estava caminhando no mesmo local onde "o Deus menino [...] amadureceu, como a fruta amadurece a partir da flor".[34]

Hugo de Payns pedira a Bernardo para escrever "algumas palavras de exortação" para levantar os espíritos de homens na linha de frente do combate. Sua tarefa seria fornecer apoio "moral, mais do que material" à nova ordem.[35] Ninguém havia pensado mais sobre a peculiar fusão dos papéis de monge e cavaleiro dos templários, e ninguém era mais adequado para colocar em palavras o espírito dessa poderosa nova ordem. Mas Bernardo não foi o único a pensar seriamente sobre os templários; longe da Terra Santa, outro patrocinador também refletia sobre como poderia ajudar a ordem recém-fundada. Seu nome era Alfonso, rei de Aragão – e ele não estava lutando contra seljúcidas e fatímidas na Terra Santa, mas contra os mouros no sul da Espanha, na guerra conhecida como Reconquista.

4

“Toda boa dádiva”

✢

Em julho de 1134, Alfonso, o Batalhador, rei de Aragão, acampou às portas da cidade de Fraga e ordenou a seus servos para que trouxessem suas relíquias, das quais tinha uma impressionante coleção. Durante o curso de uma longa e aventurosa carreira, o rei de 61 anos tinha adquirido fragmentos dos corpos ou pertences da Virgem Maria, de diversos apóstolos, de alguns dos primeiros mártires cristãos e de vários outros santos, todos acondicionados em pequenas caixas de marfim folheadas a ouro ou prata e cravejadas de pedras preciosas. A relíquia mais preciosa de todas era um pedaço de madeira da cruz em que Jesus fora crucificado, esculpida como um minicrucifixo e guardada em uma arca de ouro maciço

incrustrada de joias. Alfonso tinha roubado o crucifixo de um mosteiro em León, na rota de peregrinação de Santiago de Compostela.[1]

Era um hábito de Alfonso manter suas relíquias próximas, em qualquer ocasião. Aqueles fragmentos sagrados tinham visto muita ação, pois Alfonso havia passado quase toda sua vida adulta no campo de batalha, lutando com grande sucesso e pouca descriminação, tanto contra príncipes cristãos nos territórios vizinhos como contra muçulmanos que ocupavam boa parte do sul da península Ibérica. Durante a maior parte desse tempo, as relíquias fizeram parte de sua bagagem, transportadas com a tenda que servia como sua capela portátil. Agora os padres traziam as relíquias para fora, e, diante daqueles preciosos fragmentos de madeira, osso, pele e couro, Alfonso fez um juramento violento.

A cidade de Fraga ficava nas margens do rio Cinca, em uma região fronteiriça, onde a Europa cristã lutava contra Al-Andalus: os Estados muçulmanos que ocuparam a maior parte do sul da Espanha quando os exércitos do califado dos omíadas atravessaram o estreito de Gibraltar, no século VIII. Por várias gerações, cristãos e muçulmanos conviveram lado a lado sob uma colcha de retalhos mutável e multiétnica de reinos e emirados que se alternavam entre coexistência pragmática e guerras brutais. A partir do século X, contudo, houve um recrudescimento das diferenças religiosas na península, e as guerras entre os vários reinos assumiram

uma natureza cada vez mais sectária, na qual os governantes cristãos do norte viam como seu dever expulsar as forças do islã de volta ao Norte da África. Essa iniciativa recebeu as bençãos do Papa Pascoal II em 1101, que proibiu cristãos espanhóis de se aliarem à guerra santa no Oriente, recomendando-os a "ficar em seu país lutando com todas as forças contra os moabitas e os mouros".[2] Essa ordem foi reiterada no Primeiro Concílio de Latrão, em 1123, e as guerras contra os muçulmanos na Espanha ganharam uma paridade explícita com as guerras na Terra Santa. As pessoas começaram a falar da *via de Hispania*: o "caminho da Espanha", pelo qual os cristãos poderiam abrir uma rota marítima para Jerusalém a partir dos portos libertados, ou até mesmo uma rota terrestre pelo Norte da África e Egito. E as campanhas para erodir Al-Andalus se tornaram um segundo teatro oficial numa guerra muito mais grandiosa, cuja meta final era a conquista da Terra Santa.[3] Alfonso era um adepto entusiasta dessa visão de mundo.

Fraga estava nas mãos dos muçulmanos. Os cidadãos pediram a Alfonso, por meio de intermediários, para suspender o cerco à cidade, aceitar sua rendição e permitir que as pessoas partissem em paz. Alfonso já fora avisado de que, se não os atendesse, um grande exército de guerreiros muçulmanos viria destruí-lo. Mas isso só aguçou seu apetite por uma luta. Com Deus e os santos como suas testemunhas, Alfonso declarou que não haveria piedade. "Ele planejava capturar a cidade e matar toda a classe nobre muçulmana",

escreveu um cronista cristão. "Queria suas esposas e filhos como prisioneiros e [...] confiscar todas as suas riquezas."[4]

Os duzentos camelos bem carregados que surgiram ao lado das margens do rio Cinca ali perto na manhã de terça-feira, 17 de julho de 1134, poderiam ter propiciado ao rei de Aragão uma pausa para pensar. Os fortes e desajeitados animais de carga e seus condutores eram parte de um grande exército muçulmano comandado pelo emir de Múrcia e Valência: um "bravo guerreiro" de nome Iáia ibn-Gania, mais conhecido para os cristãos como Abengenia.[5] Seu exército incluía tropas de outras fortalezas muçulmanas regionais como Córdoba e Lérida, e reforçado por homens, animais e provisões despachados do império de Almorávida, no Norte da África – o verdadeiro centro de poder do mundo ocidental islâmico, com sua capital em Marrakesh. Os almorávidas eram um inimigo exótico e perigoso: seus líderes militares eram famosos pelos turbantes que usavam o tempo todo no deserto, deixando só os olhos à mostra. Segundo uma estimativa, eles tinham enviado 10 mil homens a Fraga. Mesmo levando-se em contar algum exagero, as forças que agora confrontavam Alfonso eram certamente muito grandes.[6]

A coluna de camelos se aproximando das muralhas da cidade estava carregada de suprimentos para aliviar os cidadãos. Alfonso mandou um parente, Bernardo, conde de Laon, liderar um ataque e trazer a pilhagem. Bernardo hesitou, sugerindo uma estratégia mais cautelosa; Alfonso

teve um acesso de fúria, repreendendo o primo e o chamando de covarde. Foi um erro fatal.

Quando as forças aragonesas se movimentaram para confrontar o comboio muçulmano, os camelos e seus condutores militares fizeram meia-volta e fugiram. Os cristãos saíram em perseguição, mas foram atraídos a uma armadilha. O restante do exército de Ibn-Gania, dividido em quatro colunas, avançou, cercou o inimigo e sem hesitar "começou o ataque com lanças, flechas, pedras e outros mísseis".[7] Enquanto isso, os cidadãos de Fraga saíram pelos portões da cidade. "Homens e mulheres, jovens e velhos", todos invadiram o acampamento de Alfonso. Os homens massacraram os cristãos não combatentes, enquanto as mulheres organizaram uma pilhagem geral, roubando das tendas comida, equipamentos, armas e máquinas de sítio.[8] O mais humilhante foi que os muçulmanos levaram tudo que havia na capela de Alfonso, roubando a arca de ouro e deixando a tenda sagrada "totalmente rasgada e jogada ao chão".[9]

Foi uma grande derrota. Diversos bispos e abades foram mortos, além de dezenas dos melhores cavaleiros de Aragão e a maioria dos comandantes do exército. Praticamente todos os membros da casa de Alfonso foram capturados, com todos os setecentos soldados da infantaria de guarda-costas sendo mortos. Em todas as décadas de guerras em que travou batalhas e lutou contra cercos, de Baiona a Granada, Alfonso nunca havia sofrido uma derrota tão arrasadora.

Alfonso lutou com todas as suas forças no campo de batalha, mas afinal seus esforços foram fúteis e ele foi persuadido a fugir com um pequeno grupo de cavaleiros. Seguiram para o oeste, para Saragoça, antes de virar para o norte, na direção do pé dos montes Pirineus e do lindo mosteiro romanesco de San Juan de la Peña, onde o pai de Alfonso estava enterrado. O rei guerreiro voltava para casa.

Na sexta-feira, 7 de setembro de 1134, Alfonso morreu, muito provavelmente em decorrência dos ferimentos sofridos em Fraga, embora cronistas cristãos e muçulmanos atribuam a causa da morte à tristeza. As guerras de reconquista cristã da península Ibérica perdiam um de seus mais ferozes e energéticos campeões. Mas se o destino havia afastado um líder, trouxe em sua esteira uma nova onda de guerreiros que mudaria totalmente a direção do conflito.

Alfonso morreu como sempre viveu, austero em espírito e estritamente focado em feitos de guerra. Como apropriado a um homem que dormia sobre o escudo todas as noites e acreditava "ser mais adequado para um guerreiro se associar a homens e não a mulheres", ele nunca teve filhos.[10] Em seu testamento, escrito três anos antes de sua morte, o rei designou como seus principais herdeiros três ordens com base em Jerusalém: os cônegos do Santo Sepulcro, os cavaleiros hospitalários e os templários, que ele ainda definia como "o Templo do Senhor com seus cavaleiros que lutam para defender o nome da cristandade".[11] A essas três entidades, Alfonso declarou:

> Eu concedo [...] todo meu reino, assim como o domínio que tenho sobre meu reino, a soberania e os direitos que tenho sobre toda a população de minhas terras, clérigos e laicos, bispos, abades, cônegos, monges, magnatas, cavaleiros, burgueses, camponeses, mercadores, homens e mulheres, pequenos e grandes, ricos e pobres, também judeus e sarracenos.

Apenas cinco anos depois de o Concílio de Troyes ter lhes dado uma regra formal, os templários ganharam um terço de todo um reino: uma grande doação. Isso estabeleceu também um curso para o futuro da ordem. Primeiro, significava que pelos dois séculos seguintes os templários teriam uma parte da Reconquista. Segundo, demonstrava o espírito de generosidade ostensiva que se alastrava pela Europa em relação à cruzada e aos cruzados, sem o qual todo o conceito de ordens militares teria fracassado.

✢

Quando Hugo de Payns voltou a Jerusalém, a fama de sua jovem ordem já estava firmemente estabelecida. Mas, apesar das promessas aos seus patronos na França e na Inglaterra, ele não lançou a ordem em grandes campanhas militares de imediato. O envolvimento dos templários no ataque a Damasco, em 1129 – um projeto bastante propalado por

Hugo em sua turnê de recrutamento –, não foi muito promissor. Segundo um relato, as forças cristãs conduziram-se de forma "muito imprudente e [...] além dos limites da disciplina militar".[12] As tropas de Balduíno aproximaram-se da cidade no outono, porém ingenuamente divididas; foram emboscadas e desbaratadas em meio àquele clima medonho, mortas pelos defensores da cidade sob a neblina e uma chuva pesada. O veredito no Ocidente foi severo: o autor da *Crônica anglo-saxã* considerou que os recrutas alardeados como uma gloriosa nova cruzada haviam sido "lamentavelmente ludibriados".[13]

Durante os dez anos seguintes, os templários só tomaram parte de duas outras ações importantes. Em 1137, dezoito de seus cavaleiros estavam entre os sitiados ao lado de Foulques de Anjou no castelo de Montferrand, perto de Homs, no condado de Trípoli (nessa época, Foulques era rei de Jerusalém, tendo sucedido Balduíno II depois de sua morte, em 1131). Dois anos depois, houve outro ignominioso conflito, dessa vez no reino de Jerusalém, perto de Hebron. Diversos templários se juntaram a um exército cristão que enfrentou um grande bando de "ladrões e bandidos malignos"; foi uma escaramuça imprudente e desorganizada que terminou em debandada, com os cristãos fugindo por uma planície rochosa e acidentada e tombando em números desalentadores. "Alguns pereceram pela espada, outros foram arremessados de cabeça dos precipícios", escreveu o cronista Guilherme de Tiro.[14]

Em seus primeiros anos, a ordem não costumava participar desse tipo de ação; os templários eram então considerados mais apropriados para a importante tarefa de proteger castelos. Em 1136, eles foram designados para guarnecer a fortaleza que cobria os perigosos desfiladeiros dos montes Amanus, perto de Antioquia. Tratava-se de uma grande responsabilidade estratégica: atravessar os desfiladeiros de Amanus era uma rota-chave entre a Síria e a Ásia Menor, e seu controle era vital para o condado de Edessa e o principado de Antioquia, bem como para a segurança de peregrinos que chegavam por terra a Jerusalém.

Hugo de Payns morreu no dia 24 de maio de 1136. Nenhum cronista contemporâneo mencionou as circunstâncias de seu falecimento, e a data só é conhecida por ter sido oficialmente celebrada nos anos seguintes. Talvez o mais notável tenha sido que a ordem que ele criou tenha sobrevivido sem nenhuma crise. A regra aprovada em Troyes não dizia nada sobre a forma de nomear um novo mestre, mas acréscimos deixaram claro que isso seria feito por eleição, em uma reunião da irmandade em que os templários mais antigos do Oriente e do Ocidente votariam. O sucessor de Hugo foi Robert de Craon (também conhecido como Robert Borgonhês), um astuto aristocrata de Poitou, com ligações estreitas com Foulques, o novo rei de Jerusalém. Guilherme de Tiro o definia como “um distinto cavaleiro, valente nas armas, nobre tanto de acordo com a

carne como por natureza".[15] À época da morte de Hugo, Robert servia como senescal da ordem, um título tirado da casa real que designava um mordomo com grandes deveres administrativos. Robert era um membro dedicado da ordem, que havia abandonado uma noiva em sua cidade natal em 1125 para lutar na Terra Santa. Como Hugo, viajava regularmente entre Jerusalém e o Ocidente, e como mestre passava a maior parte do tempo solicitando doações de ricos benfeitores no sul da França e resolvendo disputas legais pendentes do testamento de Alfonso I de Aragão.[16] Foi especialmente habilidoso na formação de alianças entre a ordem e a corte papal em Roma.

Em 29 de março de 1139, durante uma das visitas de Robert de Craon à França e à Itália, o Papa Inocêncio I divulgou uma bula endereçada aos templários. Como todas as bulas papais, esta ficou conhecida pelas primeiras palavras do texto, *Omne Datum Optimum* ("Toda boa dádiva"), uma citação da Epístola de Tiago.[1]

A *Omne Datum Optimum* concedia aos templários uma série de privilégios extraordinários. O papa elogiou os cavaleiros que haviam ingressado na ordem por se transformarem de "crianças da ira" em ouvintes que abandonaram as pompas mundanas e as possessões pessoais.[17] Em seguida confirmou o direito dos cavaleiros do Templo de "sempre usarem no peito o sinal dadivoso da cruz" – um símbolo que, quando gravado em vermelho nas

túnicas brancas dos templários, transformou-se num uniforme icônico.

O apoio de Inocêncio I aos templários fazia sentido. Ele foi ajudado em uma grande crise política entre 1130 e 1138 por Bernardo de Claraval: o papado tinha sofrido um cisma e Bernardo apoiou Inocêncio contra o antipapa Anacleto II. Quando o cisma foi resolvido em seu benefício, Inocêncio tinha todas as razões para retribuir o favor, presenteando a ordem com recompensas espirituais. Mesmo assim, a *Omne Datum Optimum* foi excepcionalmente generosa.

A bula colocava os templários "sob a proteção e tutela da Santa Sé por todos os tempos vindouros". Robert de Craon e seus sucessores não responderiam a ninguém além do papa. Assim, tornaram-se explicitamente independentes da autoridade de reis e patriarcas, de barões e bispos em toda a cristandade, e seus costumes foram declarados livres de interferências de "qualquer pessoa eclesiástica ou secular". A regra elaborada em Troyes foi confirmada, e os templários foram designados como "defensores da Igreja Católica e agressores dos inimigos de Cristo", uma licença tão ampla a ponto de ser efetivamente abrangente no todo.

Os templários ganharam o direito de ser governados por um mestre selecionado entre seus membros e foram isentos do pagamento de dízimos – os impostos recolhidos rotineiramente pela Igreja de seus seguidores –, ao mesmo tempo que podiam cobrar dízimos dos que viviam em suas propriedades. Esse rendimento seria reservado

exclusivamente para uso próprio. Podiam designar seus padres particulares para administrar os "sacramentos e ofícios divinos", ignorando a autoridade de bispos locais, além de construir oratórios – capelas particulares – e casas templárias onde os irmãos seriam enterrados. Os padres templários só respondiam aos seus mestres – um estado de coisas altamente incomum, pois os mestres, apesar de jurarem obediência à regra, não precisavam ser ordenados.

Juntas, essas concessões concederam aos templários um privilégio, uma independência e uma autonomia invejáveis. Em comparação, os hospitalários, que por volta de 1120 haviam expandido seu papel médico e pastoral para apoiar um braço militar, só tiveram sua regra confirmada pelo papa em 1153, apesar de estarem também construindo uma rede de propriedades e favores na Europa para apoiar sua missão na Terra Santa. Os templários ainda foram protegidos pela mais definitiva sanção papal: qualquer um que os perturbasse seria excomungado, proibido de "compartilhar do corpo mais sagrado de nosso Senhor, Jesus Cristo", e condenado a "sofrer graves castigos" no juízo final. Era uma ameaça muito grave, pois, segundo textos antigos da Igreja, os castigos prescritos para os infiéis e desobedientes incluíam, no Dia do Apocalipse, serem queimados num vasto poço de piche e enxofre, pendurados pelas sobrancelhas sobre um lago de fogo e ter o ventre devorado por uma massa de vermes se contorcendo.[18]

As excelentes relações dos templários com o papado continuariam até meados do século XII. Celestino II, que ocupou o posto por seis meses entre a morte de Inocêncio, no outono de 1143, e sua própria morte em março do ano seguinte, divulgou em 9 de janeiro de 1144 uma bula intitulada *Milites Templi* ("Cavaleiros do Templo"), que assegurava a todos que ingressassem na ordem alívio de penitências e um enterro cristão garantido. Os templários também tinham permissão para abrir uma vez por ano igrejas que tivessem sido postas sob Interdito[2] e realizar missas ali, quando poderiam recolher doações. Finalmente, o Papa Eugênio III, um abade cisterciense e protegido de Bernardo de Claraval, que ocupou o posto de fevereiro de 1145 até julho de 1153, elaborou uma terceira bula, conhecida como *Militia Dei* ("A Cavalaria de Deus"), que confirmou o direito dos templários de nomear seus próprios padres e construir seus oratórios particulares, onde podiam rezar missas livres dos perigos que poderiam surgir, sem se "misturarem com multidões de homens e sem que encontrassem mulheres nas ocasiões em que fossem à igreja".[19] Posto dessa forma, poderia parecer que o propósito de Eugênio era aliviar dos templários o fardo de se misturarem com mulheres e com pobres encardidos. Mas isso mascarava um valioso privilégio financeiro: os oratórios templários tinham permissão de recolher dízimos e cobrar para enterrar os mortos, mesmo se estivessem estabelecidos na jurisdição de outros clérigos. Ademais, não repassavam

nada do que recolhiam para os bispos, arcebispos e abades locais. Com o tempo, esse privilégio aparentemente inócuo permitiu que eles acumulassem riquezas imensas.

✢

O selo templário, usado para autenticar cartas e documentos, era um disco de cera com dois irmãos segurando um mesmo cavalo, um lembrete do juramento solene de viver na pobreza. Porém, ironicamente, ao se comprometerem em viver na penúria, os templários enriqueceram. O compromisso de proteger peregrinos na Terra Santa e sua filosofia de violência divina, aliados à virtude pessoal, angariou para a ordem patrocínios de altos postos. E, assim como os poderosos, o mesmo fizeram homens e mulheres mais pobres da cristandade, que inchavam os cofres dos templários com legados de terras, propriedades, construções, rendas feudais, serviços e posses pessoais.

Os homens mais devotos e capazes podiam ingressar na ordem, fazer seus votos, viajar ao Oriente e enfrentar as forças do islã, tanto lutando como cavaleiros quanto apoiando as operações da ordem em alguma outra função, como capelães, servos ou sargentos, irmãos jurados que usavam túnicas pretas e cumpriam funções vitais que não de combate.

Mas a vida na sela nas estradas entre Jerusalém e Jaffa não era possível nem desejável para qualquer um. Por isso, alguns preferiam se associar à ordem oferecendo partes de suas posses. Estas poderiam ser parcas como um engradado de lenha ou uma velha capa, uma espada ou uma cota de malha – ou exuberantes como terras, uma igreja ou uma grande quantia em dinheiro, e geralmente vinham dos que não tinham meios de se juntar pessoalmente à guerra santa. Entre 1133 e 1134, Lauretta, uma mulher de Douzens (no norte dos Pirineus, entre Carcassonne e Narbona), doou terras, direitos feudais e o trabalho de seus súditos aos templários, "que lutavam com coragem pela fé contra os ameaçadores sarracenos que estão constantemente tentando destruir a lei de Deus e os fiéis que as seguem".[20] Um registro obituário de uma igreja templária em Reims, iniciado poucas décadas depois, relacionava todas as doações de indivíduos e as datas em que deviam ser lembrados pelos irmãos. Homenageava pessoas como "Sibila, sobrinha de Thierry Strabo: ela deu a esta igreja um terço de seu vinhedo" e "Balduíno Ovis, que pela missa de aniversário de sua esposa, lady Pontia, deu a esta igreja uma barraca no mercado".[21]

Somado o que foi doado por um Ocidente generoso – dinheiro, cavalos, roupas, armas – para apoiar a ação no Oriente, proveu o que ficou conhecido em latim como o *responsio* dos templários. Um terço dos lucros obtidos em

casas templárias era mandado para a linha de frente, onde a ordem mais necessitava.

As doações vinham principalmente de quatro regiões: dos territórios do norte da França acima do Loire (a região da *langue d'oïl*), dos condados do sul da França ao redor de Provence (a *langue d'oc*), da Inglaterra e da Espanha. Para administrar as doações e propriedades que recebiam e coordenar o processo de escoamento dos rendimentos para a Terra Santa, o oeste da Europa foi organizado sob a autoridade de funcionários graduados com responsabilidade por suas próprias regiões. Pequenos pedaços de terra eram anexados a terrenos maiores, supervisionados por uma série de casas em estilo monástico, conhecidas como preceptorias ou comandarias.[3] Essas terras podiam ser arrendadas, usadas para lavoura ou pasto, de acordo com a localização. Parte dos rendimentos sustentava o próprio terreno; os lucros financiavam a ordem. Muitas dessas preceptorias teriam sido difíceis de se distinguir de um mosteiro cisterciense normal, guarnecido por um punhado de sargentos, com um plantel de servos fazendo trabalhos braçais para apoiá-los.

Em algumas casas podiam se encontrar algumas mulheres, e não só criadas: ocasionalmente, maridos e mulheres entravam para a ordem juntos como membros associados, o que significava que podiam compartilhar certos aspectos da vida templária sem fazer os votos de pobreza, castidade e obediência. De tempos em tempos,

mulheres especialmente ricas chegavam a ser designadas como preceptoras e comandavam as casas que haviam doado – embora não se saiba ao certo se elas realmente assumiam seus cargos ou se nomeavam delegados homens, pois a regra templária era clara quanto à necessidade de estrita segregação entre os sexos, para evitar tentações. Casas templárias nos reinos da Espanha eram particularmente propensas a flexibilizar as regras e permitir que mulheres ingressassem na ordem, como associadas e até como irmãs plenas, pois lá talvez as mulheres tivessem mais liberdade para dispor das próprias posses.[22]

Diferentemente da maioria dos monastérios, as casas templárias eram ligadas por uma hierarquia coerente e respondiam a uma estrutura de comando regional. No fim dos anos 1120, certo Hugo de Rigaud assumiu a responsabilidade de aceitar doações em Provence, Aragão e Toulouse. Tinha o título de "procurador", sugerindo o papel de agente de negócios.[23] Outros procuradores anteriores incluíram Hugo de Argentein na Inglaterra e Payen de

Montdidier, responsável pelas atividades da ordem no norte da França.

Os grandes e poderosos nem sempre precisavam estar diretamente envolvidos na guerra santa para ver os benefícios de patrocinar os templários. A ordem obteve ganhos importantes na Inglaterra nos anos 1130, lucrando com o sangrento conflito (agora conhecido como Anarquia) que envolveu o reino após a morte do rei Henrique I, em

1135. Henrique morreu sem deixar um legítimo herdeiro homem, e sua filha, Matilda, entrou em guerra contra o primo Stephen de Blois para garantir sua sucessão. Ambos os lados tinham boas razões para favorecer os templários. Matilda era casada com Geoffroy Plantageneta, conde de Anjou, filho mais velho do rei Foulques de Jerusalém, enquanto Blois, o condado natal de Stephen, não ficava longe de Champagne, o cadinho de recrutamento da ideologia dos templários. O pai de Stephen fora um herói da Primeira Cruzada, enquanto sua esposa, Matilda, condessa de Boulogne, era uma das sobrinhas de Balduíno I. Stephen e Matilda competiam abertamente para se mostrarem os mais generosos benfeitores da ordem. Em troca, esperavam apoio político e segurança espiritual, enquanto os templários prometiam rezar por sua boa fortuna e suas armas imortais.

Durante a turnê de Hugo de Payns pela Inglaterra em 1128, a ordem havia estabelecido uma casa em Londres, conhecida como o "Velho" Templo, perto de Holborn.[24] Por ocasião da Anarquia, seguiu-se uma torrente de outros presentes reais, inclusive terras e propriedades em Oxfordshire, Hertfordshire, Essex, Bedfordshire, Lincolnshire, Berkshire e Sussex. Em 1137, a esposa de Stephen deu aos templários as riquezas da bem localizada mansão de Cressing, em Essex (agora Templo de Cressing), à qual Stephen mais tarde acrescentou terras próximas em Witham.[25] Com o tempo, essa doação se tornaria a base para uma propriedade rural ativa, com dezenas de famílias

trabalhando na terra e disseminando uma rede de casas monásticas, cozinhas e casas de fazenda, com os frutos de seu trabalho enchendo dois vastos celeiros de grãos do século XIII, o Wheat Barn [celeiro de trigo] e o Barley Barn [celeiro de cevada], que existem até hoje.

Do outro lado do canal da Mancha, a história foi muito parecida. Os templários construíram uma grande rede de propriedades em Champagne, em Blois, na Britânia, em Aquitânia, em Toulouse e Provence, estabelecendo preceptorias para assinalar sua presença no local. Dezenas de casas templárias se espalharam desde o golfo de Gênova até o novo reino de Portugal no Atlântico, que também estava sendo tirado de mãos islâmicas e restabelecido pelos cristãos com o autoproclamado primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, também conhecido como Afonso I. Durante os anos 1140, Afonso Henriques libertou a região do baixo Tejo, conquistando as terras do sul até Lisboa, onde o rio deságua no oceano Atlântico. Até o início de 1128, Afonso Henriques se definia como um irmão (*confrater*) dos templários.[26] Entregou várias fortalezas magníficas nas mãos deles, inclusive os castelos de Soure e Almourol, e em abril de 1147 baixou um decreto desviando os rendimentos de todas as igrejas na região de seu castelo em Santarém para os templários: "para os [...] cavaleiros e seus sucessores terem e deterem com direitos perpétuos de forma que nenhum clérigo ou leigo possa alegar qualquer direito sobre elas".[27] Envolver os templários nos negócios de seu novo

reino lhe trazia segurança e prestígio. Foi uma forma pragmática de colonizar e proteger o território recém-conquistado.

Com cada avanço desse tipo, e com cada doação que recebiam, a riqueza dos templários aumentava, aumentando sua capacidade de lutar a guerra santa e também a própria fama. Embora possa não ter percebido, Alfonso, o Batalhador, rei de Aragão, foi um pioneiro em um movimento que mudaria a face das cruzadas.

✢

No decorrer de toda uma vida lutando contra muçulmanos, Alfonso pensou muito na ideia de uma ordem militar. Na verdade, duas vezes ele tentou começar uma: em 1122, estabelecendo a Confraternidade (ou Irmandade) de Belchite, nome derivado de sua sede, numa cidade-fortaleza fronteiriça a cerca de 32 quilômetros de Saragoça. Isentos de impostos e com a permissão de manter quaisquer butins que conseguissem tirar de mãos islâmicas, cavaleiros que quisessem oferecer seus serviços a Belchite juravam manter uma hostilidade imorredoura e implacável aos "pagãos" e nunca fazer paz com eles.[28] Seis anos depois, Alfonso fundou outra ordem, em uma cidade inteiramente nova chamada Monreal del Campo, construída do zero e dotada de rendimentos e liberdades explicitamente inspiradas nas concedidas aos templários.

Nem a ordem de Belchite nem a de Monreal del Campo chegaram a fincar raízes. Nunca tentaram reivindicar os mesmos privilégios papais que os templários, e suas esferas de operações jamais se expandiram além das fronteiras imediatas que tinham a tarefa de manter seguras. Porém, ainda assim, é significativo que Alfonso tenha tentado incorporar em suas escaramuças com os inimigos islâmicos aspectos da luta sendo travada no reino de Jerusalém. Nos anos 1130, a guerra na península ibérica ganhou o status político e espiritual de uma cruzada. Talvez fosse apenas natural que se assemelhasse a uma cruzada também na organização.

Nos anos 1130 e 1140, os templários inundaram a Espanha. Nunca assumiram o comando de Aragão, pois o excêntrico testamento de Alfonso foi contestado, e chegou-se a uma solução política convencional para a crise de sucessão resultante. Em poucas palavras, e até de forma simples: o irmão de Alfonso, Ramiro, um monge beneditino, foi retirado da santa ordem e casado com a irmã do duque de Aquitânia; a filha dos dois foi casada ainda criança com o conde de Barcelona, Ramon Berenguer IV; Ramiro retornou à clausura e Ramon assumiu o controle de Aragão, anexando o reino permanentemente aos seus territórios. Mesmo assim, a ordem obteve bons lucros com o último testamento de Alfonso. Como parte do acordo final, selado em 1143 entre Ramon Berenguer IV e Robert de Craon, os templários receberam uma formidável garantia de rendimentos e a

custódia de seis importantes castelos, bem como as terras sujeitas ao domínio desses castelos. Algumas eram propriedades esplêndidas e prosperaram ainda mais sob a administração templária.

A ensolarada fortaleza no alto de uma montanha em Monzón, orgulhosamente construída pelos governantes árabes de Saragoça no século XI, foi reformada pela gestão templária para incluir novas torres e muralhas defensivas, estábulos e alojamentos. Era um dos elos numa corrente de castelos fronteiriços – Mongay, Chalamera, Barbará, Remolins e Belchite – que agora encontravam-se em mãos templárias para serem administrados, guarnecidos e mantidos. Como era um trabalho dispendioso, os templários de Aragão foram bem recompensados. Teriam direito a 10% das arrecadações do reino, dinheiro no valor de mil *solidi* (uma moeda de ouro antiquada, porém valiosa) pago pelos cidadãos de Saragoça, além de isenções de impostos cobrados pelos reis aragoneses e o direito a um quinto de qualquer pilhagem que adquirissem de incréus.

Não chegava a exatamente um terço do reino, mas ainda assim era uma fortuna, e muito mais do que foi recebido pelos hospitalários, que foram privados de sua parcela do testamento e receberam apenas pequenas doações em terras como compensação (assim como os cônegos do Santo Sepulcro).[29] Claro que os castelos e os rendimentos não foram dados simplesmente para enriquecer a Ordem do Templo. A responsabilidade da manutenção das fortalezas

fronteiriças significava que os templários agora tinham um papel direto nas cruzadas ibéricas. O documento confirmando os direitos dos templários a esses castelos de Aragão, escritos em nome de Ramon Berenguer, explicava que o propósito de enriquecimento e o fortalecimento da Ordem do Templo era "estabelecer uma milícia no poder do exército celeste para defender a Igreja ocidental na Espanha, esmagar, derrotar e expulsar a raça dos mouros [...] da mesma maneira que o Templo de Salomão em Jerusalém, que protege a Igreja oriental".[30] É bem provável que Alfonso, astuto até o fim, pretendesse exatamente isso.

A reputação dos templários aumentava em todo o Ocidente latino, enquanto o portfólio de propriedades da ordem crescia exponencialmente. Seus líderes haviam se mostrado politicamente hábeis, fazendo amizade com reis cristãos da Inglaterra até Jerusalém, cortejando favores de três diferentes papas e inspirando homens tão temperamentais e diferentes como Alfonso I de Aragão e Bernardo de Claraval a apoiarem a ordem com todo seu poder. Os templários eram organizados de forma eficiente, numa pirâmide de casas que respondiam aos mestres regionais, coordenados pelo grão-mestre em Jerusalém. Quando ameaçados, eles se batiam com força por seus direitos.

Ainda não haviam se passado três décadas desde o primeiro mestre do Templo ter estendido sua mão plebeia ao Concílio de Nablus pedindo reconhecimento oficial, um lugar

para dormir e algumas doações de caridade para se manter no dia a dia. No fim dos anos 1140, os templários eram famosos em todo o mundo cristão.

Mas só a fama não era suficiente. Afinal, os templários constituíam um bando de cavaleiros sagrados. Eram soldados: guerreiros cuja razão de ser era proteger ou matar. E em 1147 o tempo de matar estava próximo. Meio século após o ataque original do Ocidente à Terra Santa, a Igreja romana estava se preparando para patrocinar outra investida maciça ao Oriente. A operação ficou conhecida como Segunda Cruzada, e dessa vez os templários estavam no centro dos acontecimentos.

PARTE II

Soldados

1144-1187

"Eles eram os lutadores mais temíveis entre todos os francos"

Ibn al-Athir

5

“Um torneio entre o Céu e o Inferno”

✢

Imad al-Din Zengui inspecionou a escavação feita por seus sapadores embaixo das muralhas do norte de Edessa e afirmou estar satisfeito.[1] Eles estavam trabalhando havia quatro semanas, e o túnel então se estendia até o “ventre da Terra”, com as paredes apoiadas por fortes vigas de madeira e a entrada protegida pelas catapultas de sítio de Zengui, conhecidas como manganelas, que mantinham os poucos defensores da cidade – um bando de sapateiros, padeiros, lojistas e padres – acuados atrás de barricadas para se proteger do constante bombardeio de pedras pesadas. Com as pedras voavam flechas, segundo um

cronista muçulmano, deixando o ar tão denso de mísseis que até os pássaros se mantinham distantes.[2]

Zengui era um homem difícil de ser satisfeito. Com sessenta anos, o atabegue de Mosul e Alepo ainda tinha boa aparência: a pele escura queimada pelo sol, cabelos grisalhos e olhos marcantes. Um admirador o chamava de "o homem mais corajoso do mundo"; outro falava de sua extraordinária perícia com arco e flecha, aperfeiçoada por incontáveis horas caçando de tudo, de gazelas a hienas.[3] Mas até mesmo seus admiradores reconheciam que ele era um indivíduo cruel, cujo sucesso militar advinha de sua reputação de ter sido sempre um sanguinário. Zengui era inventivo nas formas de usar a violência, tanto com inimigos como com subordinados e os mais íntimos. Crucificava os próprios soldados se marchassem fora de linha ou pisassem nas plantações. Se seus comandantes militares o irritassem, Zengui os matava ou os bania, e castrava seus filhos. Um acesso de raiva com uma de suas esposas terminou num divórcio sumário e com a mulher sendo arrastada a um estábulo e estuprada por seus cavalariços enquanto ele observava a cena.[4] Guilherme de Tiro o considerava "um homem muito muito malvado e um dos mais cruéis perseguidores de cristãos", um "monstro que abominava o nome de um cristão como se fosse uma pestilência".[5] Em resumo, Zengui era um dos mais temíveis líderes militares no teatro da guerra entre islâmicos e cristãos. Sorte de seus sapadores terem conseguido escavar direito.

Ao terminar a avaliação da galeria, Zengui declarou que não havia do que reclamar. Voltou à superfície e congratulou os engenheiros que esperavam por suas instruções. Ateiem fogo às escoras, ordenou. As chamas terminariam o trabalho.

Edessa era uma joia no Oriente cristão. Era o condado mais ao norte dos Estados cruzados, e a cidade fora um dos primeiros locais capturados pela Primeira Cruzada. Situava-se bem longe da costa: um posto avançado do domínio franco, um dia a cavalo além das margens do rio Eufrates, penetrando fundo no território controlado pelos seljúcidas. A população da cidade era uma mistura cosmopolita de gregos e armênios cristãos, com uma classe governante relativamente pequena de francos, com suas casas, lojas e igrejas ornamentadas de joias "cercadas por uma muralha maciça e protegidas por altas torres".[6] Edessa ainda era agraciada pelo santuário sagrado do apóstolo São Tomás (aquele que precisava "ver para crer") e São Tadeu, entre dezenas de outras relíquias preciosas.

Mas Edessa sofria do infortúnio de ser governada pelo conde Joscelino II, um homem baixo, atarracado, moreno e de olhos esbugalhados, com um nariz grande e cicatrizes de varíola por todo o rosto. Joscelino era um militar medíocre, bebia muito e era mulherengo. Mesmo assim, se ele estivesse em Edessa, o mais provável é que Zengui deixasse a cidade em paz. Mas no dia 23 de dezembro de 1144 Joscelino estava fora, visitando seu castelo de Turbessel,

vários dias a cavalo a oeste e além do rio Eufrates, acompanhado pela maior parte de seus soldados mercenários. As grandes fortificações com que ele contava para proteger a cidade em sua ausência agora estavam rachando sob as investidas das forças de Zengui.

Uma galeria bem cavada embaixo de um trecho vulnerável da muralha era algo muito difícil de neutralizar. A arte dos sapadores era uma tarefa especializada, outrora associada a peritos da Pérsia, que entenderam os procedimentos específicos necessários para derrubar pesadas fortificações de pedra.[7] Quando os homens de Zengui atearam fogo à estrutura, a madeira – previamente lambuzada de piche, alcatrão e enxofre – logo desabou, abrindo o túnel que apoiavam.[8] Acima, uma grande seção da muralha de pedra próxima ao portal da cidade, conhecido como o Portão das Horas, perdeu seus alicerces. A argamassa que mantinha as pedras rachou, desmoronando toda a edificação. Um grande vão de cem cúbitos (45 metros) se abriu, e Zengui e suas tropas atravessaram pelos escombros para em seguida passar a cidade à espada.

Os homens de Zengui se concentraram em matar mais francos que armênios, mas mesmo assim fizeram poucas distinções entre suas vítimas. “Nem idade, nem condição, nem sexo foram poupados”, escreveu Guilherme de Tiro.[9] Cerca de 6 mil homens, mulheres e crianças foram mortos no primeiro dia do saque. Em pânico, os civis de Edessa correram para a cidadela no centro da cidade. Mas isso só

provocou mais mortes, pois no tropel das pessoas se atropelando para salvar a própria vida dezenas foram pisoteadas. Hugo, arcebispo de Edessa, que assumira a responsabilidade pelo governo, foi cortado em pedaços a machadadas.

Os homens de Zengui tomaram as ruas, passando o dia de Natal "saqueando, matando, capturando, violentando e roubando", até "suas mãos ficarem cheias de tais quantidades de dinheiro, mobiliários, animais, butim e cativos para regalar seus espíritos e alegrar seus corações".[10] Consta que 10 mil crianças foram feitas prisioneiras, para serem vendidas como escravas.[11] Finalmente, em 26 de dezembro, o líder ordenou que o terror cessasse; mandou que seus homens começassem a reconstruir as defesas da cidade e seguiu seu caminho. Edessa, uma das quatro grandes cidades do Oriente latino, um orgulhoso totem do amor de Deus pelos francos, encontrava-se de novo em mãos muçulmanas. O choque reverberaria por toda a cristandade.

✢

Em 1147, a casa dos templários em Paris estava em construção, perto do trecho nordeste das muralhas da cidade, num terreno pantanoso onde hoje fica o elegante bairro do Marais. O terreno fora doado à ordem pelo devoto rei francês Luís VII. Como muitos de seus aristocratas, Luís

via diversas razões para admirar os templários e costumava presentear a ordem regularmente; em 1143-4, concedeu aos templários o rendimento dos aluguéis cobrados dos cambistas de Paris.[12] Com o tempo, o Templo de Paris se tornaria uma das mais impressionantes fortalezas urbanas do Ocidente, com uma grande torre central com quatro torretes e uma torre de menagem se destacando no horizonte, anunciando a riqueza e o poder militar da ordem. Em 1147, contudo, a construção do templo ainda se encontrava em seus primeiros estágios. O pantanal, alagado pelo Sena e seus afluentes, estava sendo drenado para tornar o local habitável. Havia muito a fazer.

Por ocasião da Páscoa, 130 cavaleiros templários se reuniram na cidade – entre eles Everard de Breteuil, Theodoric Waleran e Balduíno Calderón – atraídos ao local, juntamente com um grupo de cruzados experientes, que vieram mostrar seu apoio a um movimento que se desenvolvia desde a queda de Edessa, trinta meses antes.[13] Todos se destacavam de maneira inconfundível na multidão: as túnicas brancas já eram marcantes, mas agora havia também uma cruz vermelha estampada nos uniformes. Eram acompanhados por pelo menos o mesmo número de sargentos templários de capas escuras, além de criados e equipes de apoio, dando a impressão de haver um exército particular na cidade, tão numeroso que normalmente só poderia ser reunido pelos maiores lordes da Europa.

Na coordenação da Segunda Cruzada, e supervisionando os eventos de Paris, havia dois homens de grande reputação: o Papa Eugênio III, um ex-monge cisterciense e amigo de Bernardo de Claraval, e Luís VII, rei da França, cuja devoção pessoal marcou de tal forma seu reinado que sua esposa, a enérgica e inteligente duquesa sulista Leonor de Aquitânia, às vezes se perguntava se não tinha se casado com um monge e não com um rei. Eugênio conclamou a suprema espiritualidade do rei para organizar uma nova cruzada. Luís concordou em participar da luta.

A imagem do papa e do rei da França lado a lado em Paris causou uma profunda impressão nos observadores. O monge, cruzado e cronista Odo de Deuil, que os viu juntos no dia de Páscoa na abadia de Saint-Denis, onde morava (quando o papa benzeu um gigantesco crucifixo de ouro cravejado de joias conhecido como "A Vera Cruz do Senhor Superando Tudo e Todas as Pérolas"), escreveu ter sido uma "dupla maravilha" ver "o rei e o padre apóstolo como peregrinos".[14] Não faltavam nobres ocidentais nas fileiras do movimento cruzado, fossem como líderes permanentes ou como guerreiros que emprestavam sua espada por um limitado turno do dever. Mas até então nenhum monarca se sentira tentado a deixar seu reino para fazer o trabalho do Senhor, com exceção de Sigurd da Noruega, que navegou até Jerusalém em 1107. Quarenta anos depois, tudo isso estava prestes a mudar. Melhor ainda, não foi só Luís que concordou em partir para a cruzada: sua adesão foi

acompanhada pelo segundo mais importante monarca da Europa, Conrad III, rei dos alemães.[1]

O fato de dois importantes monarcas da Europa ocidental decidirem partir para as cruzadas representava um forte compromisso do poder real. Era uma resposta notável ao apelo às armas feito pelo Papa Eugênio, anunciado em dezembro de 1145 (e confirmado em março de 1146) por meio de uma bula conhecida como *Quantum Praedecessores* ("Quanto [nossos] predecessores"). Em sua missiva, escrita para consumo popular, Eugênio evocou os "grandes homens e nobres" a se preparar para a guerra e "lutar para se opor à multitude de infiéis, que se regozijam no momento com uma vitória obtida sobre nós, e assim defender a Igreja oriental". Suas ordens foram transmitidas com entusiasmo por Bernardo de Claraval. Envelhecendo, muito magro e frequentemente doente devido a sua insistência em jejuar a ponto da inanição, mesmo assim Bernardo fez inúmeras viagens pelos reinos do Ocidente pedindo a seus líderes que apoiassem o novo esforço de guerra. Demorou quase três anos, mas, nas semanas seguintes à Páscoa de 1147, a missão para vingar a queda de Edessa finalmente estava pronta para partir.

Os templários que comemoraram a Páscoa em Paris provavelmente partiram com os soldados do exército de Luís, em 11 de junho, depois de uma cerimônia teatral na igreja gótica dos abades em Saint-Denis: o rei aproximou-se do papa ante o grande altar folheado a ouro, ajoelhou-se

para beijar um relicário de prata contendo os remanescentes do santo padroeiro da abadia e recebeu sua bolsa de peregrino, junto à bênção do santo padre. Lágrimas foram vertidas e preces recitadas pela multidão que veio assistir à partida do rei, e com boas razões. Há cinquenta anos não havia tal fervor no Ocidente em prol das cruzadas.

No entanto, grandes exércitos com grandes senhores à frente não eram uma garantia de sucesso, especialmente pela dura viagem de milhares de quilômetros por terra. Pouco a pouco, à medida que as forças de Luís rumavam para o Oriente, tornou-se claro que o pretenso exército era de fato pouco mais que uma ralé numerosa e devota, porém indisciplinada. Não fossem pelos cavaleiros do Templo, é provável que ele nunca tivesse chegado a ver a Síria.

✢

A bula do Papa Eugênio em prol dos cruzados, *Quantum Praedecessores*, apregoada nos anos 1146 e 1147 para multidões em êxtase por toda a cristandade ocidental, que justificava ataques a não cristãos no Oriente Próximo, na Ibéria e (numa nova adição ao movimento) em regiões pagãs nas imediações do mar Báltico, mostrava algumas surpreendentes semelhanças com os textos da regra templária e com *De Laude* de Bernardo de Claraval. Formalmente endereçada a Luís VII, fazia referência direta à Primeira Cruzada, assegurando a quem a lesse que "será

visto como um grande sinal de nobreza e retidão se essas coisas adquiridas pelos esforços de seus pais forem vigorosamente defendidas". Mas Eugênio também ressaltou que aqueles que assumissem a cruz e fossem lutar pelo Senhor não deveriam "dar importância a trajes preciosos ou aparência elegante, a cães ou falcões ou outras coisas que são sinais de lascívia". Ademais, "aqueles que decidirem começar um trabalho tão sagrado não deveriam se ater a roupas multicoloridas ou debruns de peles caras nem a armaduras douradas ou prateadas".[15] Zelosos cristãos tinham conseguido estimular um frenesi de aventura durante mais de dezoito meses, mas não se deveria dar muitas mostras disso. Eles deveriam se dirigir ao reino de Jerusalém como pobres peregrinos, sem orgulho no coração e despojados de enfeites em seus arreios.

Dada a formação de Eugênio como monge cisterciense, sua atitude a esse respeito era razoavelmente previsível. No entanto, ele não poderia ter sabido ou imaginado o quanto seus soldados cristãos da Segunda Cruzada teriam de se comportar como templários.

Embora os exércitos dos fiéis tenham partido confiantes e entusiasmados, as experiências vividas no percurso logo amarguraram seus espíritos. Tanto Luís VII quanto Conrad III preferiram ir para Edessa por terra, pela rota seguida pelos primeiros cruzados: uma marcha que atravessava os territórios da Grécia e da Bulgária e chegava a Constantinopla, a capital do Império Bizantino, considerada

por seus habitantes e muitos outros como a maior cidade do mundo. De lá eles planejavam atravessar o território hostil dos seljúcidas na Ásia Menor, antes de seguir caminho de navio ou por terra até o principado cruzado de Antioquia. Outros – inclusive nobres de Flandres e da Inglaterra – preferiram chegar ao Levante de barco, parando nos portos do oeste do Mediterrâneo e enfrentando os muçulmanos de Al-Andalus no caminho (esse contingente tomou parte da conquista de Lisboa pelo rei português Afonso Henriques, em 1147). Tanto considerações práticas quanto românticas influenciaram a decisão dos reis francês e alemão de fazer a viagem por terra: havia o desejo de seguir os passos dos primeiros cruzados, mas os navios também custavam caro. De qualquer forma, em última análise, foi uma decisão calamitosa.

Para evitar tensões entre as partes, os dois reis escalonaram as partidas. Conrad partiu de Nuremberg no fim de maio, seguindo inicialmente para Constantinopla. Inevitavelmente, como Conrad estava efetivamente liderando uma migração de massa consistindo de cerca de 35 mil soldados e um grande número de peregrinos não combatentes, começaram a surgir problemas.[16] Alimentar tantas bocas era um grande desafio; manter a ordem com os alemães convivendo com estrangeiros não muito simpáticos a sua presença foi mais difícil ainda. Enquanto os cruzados de Conrad atravessavam o território grego, violentas escaramuças eclodiram em algumas cidades, mercados e até

ao redor de mosteiros. Em setembro, enquanto acampava em Choiribacchoi, a oeste de Constantinopla, o exército foi surpreendido por enchentes repentinas, que causaram muitas baixas. Quando chegaram às muralhas de Constantinopla, ficou claro que o imperador bizantino Manuel I Comneno seria um anfitrião recalcitrante.

Cinquenta anos antes, os exércitos da Primeira Cruzada vieram para atender a um pedido de ajuda do bisavô de Manuel, Aleixo I Comneno, que implorou ajuda ao Ocidente latino para sua guerra contra os seljúcidas. Dessa vez não houvera nenhum pedido. Na verdade, o imperador bizantino ficou muito irritado com a ideia de cruzados latinos fazendo novos avanços na Síria, principalmente nas imediações de Antioquia, que ele considerava por direito parte do seu império. Seu maior desejo deve ter sido ver o rei dos alemães e seus indisciplinados comandados seguirem pelo Bósforo para a Ásia Menor, e assim se livrar deles de uma vez por todas.

A primeira parte de seu desejo foi realizada, mas não a segunda. Os alemães atravessaram o Bósforo, dividiram seus homens entre soldados e peregrinos e em meados de outubro partiram para sudeste por duas rotas divergentes em direção a Antioquia. Em novembro, todos foram dispersos e tiveram que voltar a Constantinopla e entorno, famintos, doentes e feridos. Ao tentarem atravessar os planaltos áridos ao redor de Dorileia, onde o território bizantino cedia lugar a áreas seljúcidas hostis, os cruzados

foram atacados por velozes e letais arqueiros a cavalo, com armamentos leves e disparando suas flechas a galope. Guilherme de Tiro descreveu as rápidas investidas em que esses infernais inimigos eram especializados:

> Os turcos [...] atacavam *en masse*; enquanto ainda a distância eles disparavam chuvas de flechas que caíam como granizo sobre os cavalos e os cavaleiros e causavam mortes e ferimentos de longe. Quando os cristãos tentavam persegui-los, os turcos davam meia-volta e fugiam a cavalo e assim escapavam das espadas de seus inimigos.[17]

O rei Conrad foi gravemente ferido em um desses ataques. Seu exército voltou se arrastando para o território cristão para se encontrar com Luís VII e seus soldados.

A segunda onda de cruzados, a dos franceses, chegou a Constantinopla poucos dias após a partida dos alemães, em 4 de outubro de 1147. Os franceses foram recebidos um pouco mais calorosamente que os alemães, graças em parte aos esforços de Everard de Barres, mestre do Templo na França, que fora mandado à frente numa missão diplomática. Os portões de Constantinopla se abriram para admitir o rei Luís e seus vassalos mais respeitáveis, para uma cerimônia de recepção. Nas palavras de um cronista, "todos os nobres e homens ricos, clérigos assim como pessoas laicas, saíram às ruas para encontrar o rei e recebê-lo com as devidas honras".[18] Por trás do cortejo, contudo,

vicejava uma desconfiança mútua. Os gregos tinham aversão aos rudes bárbaros do Ocidente; os francos desprezavam a obsequiosidade abjeta de seus anfitriões. Odo de Deuil, descrevendo a cruzada francesa em detalhes vívidos, considerou que "quando [os gregos] tinham medo, eles se tornavam desprezíveis ao se rebaixarem excessivamente, e quando estavam em vantagem eram arrogantes na violência severa com os que se submetiam a eles". E foi além: "Constantinopla é arrogante em sua riqueza, traiçoeira em suas práticas, corrupta em sua fé".[19]

Luís VII fez o melhor possível para instilar alguma disciplina básica nas dezenas de milhares de seus seguidores, que não tinham o treinamento militar dos templários. Infelizmente, assim como Conrad, viu-se diante de uma tarefa além de suas forças. Fora de seu reino, sua capacidade de comandar ficou reduzida; à parte sua guarda pessoal e o núcleo central de seu exército, muito maior, Luís só conseguia exercer alguma liderança aconselhando, instruindo e tentando influenciar um conselho de nobres.[20] Pequenos delitos e dissenções eram quase impossíveis de evitar. "O rei costumava castigar os ofensores cortando suas orelhas, mãos e pés, mas não conseguia controlar a loucura do grupo todo", lamentou Odo de Deuil. Nas imediações de Constantinopla, os homens de Luís discutiam com os habitantes locais e queimaram valiosas oliveiras, "fosse por querer lenha ou por razões de arrogância e bebedeira dos tolos".[21]

Era de interesse dos dois lados que os cruzados franceses seguissem seu caminho para Edessa. Mas assim que iniciaram a jornada pela Ásia Menor, em direção ao território dos seljúcidas, a falta de disciplina teve consequências ainda mais terríveis. Depois de seguirem a estrada costeira no primeiro estágio da viagem, entre Nicomédia e Éfeso, no início de janeiro de 1148 eles viraram para o interior em direção a Adália, no litoral sul. A estrada os levou a um território agreste e hostil, juncado pelos cadáveres de soldados alemães tombados no outono anterior e ainda desenterrados. Depois de vários dias, em 8 de janeiro, chegaram à difícil encosta do monde Cadmus. "Uma montanha amaldiçoada", escreveu Odo de Deuil, "íngreme e rochosa", exigindo que a longa caravana de animais, carroças, soldados de infantaria e cavaleiros passassem por "uma cordilheira tão alta que seu pico parecia tocar o céu e o córrego do vale abaixo descer ao inferno".[22] Pedras rolavam do alto. Quando perdiam o pé, os cavalos de carga mais fracos e famintos caíam centenas de metros para se despedaçar abaixo, arrastando para a morte qualquer um que se encontrasse no caminho. Pior ainda, batedores turcos haviam sido avistados à frente.

Tentar conduzir um exército por uma cadeia de montanhas era uma tarefa bem além da capacidade de Luís VII. Desastradamente, ele permitiu que seu exército se separasse para atravessar o pico do monte Cadmus em três grupos defasados: foi um presente para os inimigos. A

retaguarda de Luís ficou acampada ao pé da montanha, enquanto a vanguarda partiu à frente. Suas ordens eram de fazer a subida, parar e passar a noite perto do topo, mas os capitães da vanguarda ignoraram as ordens do rei, chegaram ao cume e desceram pelo outro lado para armar suas barracas em terreno mais baixo. Fora de visão e mal defendido, o grande comboio de carroças com alimentos, tendas e outros artigos essenciais foi deixado para fazer a travessia da montanha sozinho.

Uma carroça de suprimentos é vulnerável, movendo-se lentamente mesmo em situações melhores, e essa foi a abertura esperada pelos turcos que vinham seguindo os franceses: eles atacaram o comboio e massacraram os condutores desarmados. Odo de Deuil registrou o pânico que sentiu quando os turcos "arremeteram com suas espadas, e as pessoas fugiam ou eram abatidas como carneiros. Nesse momento, elevou-se um grito que chegou até o céu".

Os gritos de terror chegaram ao pé da montanha, e Luís e uma tropa da retaguarda se lançaram ao ataque para resgatar seus companheiros. A batalha que se seguiu foi desesperadora, na qual o próprio Luís quase morreu: só conseguiu escapar de uma onda de atacantes turcos arrastando-se para baixo de uma pedra protegida por três raízes e reagindo aos agressores de espada na mão até eles se cansarem da perseguição e se afastarem. Só reencontrou seus homens depois do escurecer, tendo chegado até eles "no silêncio do meio da noite, sem um guia".[23] As baixas

entre os franceses foram consideráveis, para não mencionar o orgulho ferido; depois de uma semana contornando o inimigo, eles tinham se saído tão mal quanto os alemães. Escrevendo em Damasco, Ibn Al-Qalanisi registrou que na Síria "relatos recentes de perdas [entre os francos] e da destruição de seus números chegaram constantemente até o fim do ano de 542 – que no calendário cristão correspondia ao fim da primavera de 1148.[24] Alguma coisa teria de mudar para evitar uma aniquilação total.

Os templários que acompanhavam Luís, muito mais treinados na realidade dos combates no Oriente que seus camaradas, emergiram da debacle do monte Cadmus relativamente bem. Enquanto a maioria das tropas e dos cavalos de Luís estava faminta por conta da pilhagem dos comboios de mantimentos e provisões vitais, os templários conservaram seus pertences. Enquanto o corpo principal das tropas tendia à desobediência e a entrar em pânico, os templários ajudaram os que estavam ao redor a sobreviver aos ataques dos turcos. Talvez mais importante, o contingente dos templários era comandado pelo mestre francês Everard de Barres, em quem Luís confiava.

Agora sua influência junto ao rei e a flagrante superioridade de seus homens em relação ao resto do exército transformaram toda a expedição. O rei Luís fez algo surpreendente: passou o comando efetivo de toda a missão aos cavaleiros templários, permitindo que reorganizassem a estrutura militar, assumissem o controle das táticas e do

treinamento e – o mais extraordinário de tudo – que alistassem na ordem temporariamente qualquer um da grande comitiva real, do mais humilde peregrino ao mais poderoso cavaleiro. De repente, os templários deixaram de ser apenas uma pequena unidade competente dentro do grande exército francês da Segunda Cruzada: agora eles eram efetivamente seus líderes, e todos os homens que os seguissem eram, ao menos por algumas semanas, seus irmãos.

Odo de Deuil registrou que o rei admirava o exemplo e a competência dos templários, e desejava que seu espírito restaurasse o restante de seu exército de forma que "mesmo se a fome os enfraquecer, a unidade de espírito os fortaleceria". Luís conseguiu bem mais que disseminar encorajamento. Odo registra em detalhes os passos tomados pelos templários para tirar os cruzados da desolação provocada pelo massacre do monte Cadmus:

> Por consentimento comum, foi decidido que durante este perigoso período todos deveriam estabelecer fraternidade com os templários, ricos e pobres fazendo votos de que não fugiriam da luta e obedeceriam sob todos os aspectos aos oficiais designados pelos templários.[25]

Um templário de nome Gilbert assumiu o comando geral do acampamento. Os cavaleiros franceses comuns foram agrupados em divisões de vinte homens, cada uma

comandada por um templário que respondia a Gilbert. E imediatamente o novo comando começou a treinar as tropas na arte da luta contra os turcos.

Um dos deveres mais importantes para qualquer cavaleiro ou sargento templário, enunciado explicitamente na regra, era a obediência. "Assim que alguma coisa for ordenada pelo mestre ou por quem o mestre tenha dado autoridade, deve ser cumprida sem retardo, como se o próprio Cristo tivesse ordenado", afirmava a regra. "Nenhum irmão deve lutar ou descansar de acordo com a própria vontade, mas sim de acordo com as ordens do mestre, a quem todos devem se submeter."[26] Manter a formação era – e sempre fora – um princípio básico de conduta militar competente, mas no pânico reinante no monte Cadmus as ordens transmitidas foram simplesmente ignoradas, com soldados fugindo ou lutando como bem entendessem. Isso teria de mudar. Ao fazer um voto de fraternidade aos templários, cada um dos guerreiros peregrinos de Luís aceitava como seu dever sagrado obedecer a Gilbert e a seus subordinados: manter-se firme ou esconder-se como fossem orientados. Era uma autoridade maior do que Luís VII conseguira exercer sobre seu exército, e seus efeitos foram imediatamente notados.

Os cruzados também fizeram um curso intensivo sobre as táticas turcas, e como combatê-las. Arqueiros montados eram mortais, porém previsíveis: seus métodos vinham sendo refinados com grande sucesso por milhares de anos, e dependiam de rápidas emboscadas e investidas que Odo de

Deuil já conhecia bem e registrara em impressionantes detalhes. Cavaleiros de capacetes redondos, com aljavas de flechas presas à cintura, surgiam subitamente diante do inimigo e atacavam.[27] No último minuto, puxavam as rédeas dos cavalos, faziam meia-volta e se retiravam. Enquanto se afastavam, disparavam saraivadas de flechas, deixando o inimigo chocado, sangrando e atônito. Esses ataques aconteciam em ondas, com os cavaleiros desaparecendo atrás de uma chuva de setas letais, trocando de cavalos e voltando para um novo ataque. Os cavaleiros eram incrivelmente habilidosos, capazes de controlar com uma das mãos ou até sem mãos lindos corcéis muito bem treinados que pesavam entre 350 e 400 quilos, empunhando um arco pesado a galope e disparando com uma acuidade mortal enlaçados no pescoço, na cabeça e nos flancos dos animais.[28] Trabalhavam em pequenos grupos móveis, chegando um após o outro e mantendo pressão constante. Quando precisavam lutar a curta distância, os cavaleiros prendiam os arcos nas costas e usavam espadas ou lanças, embora fosse uma tática arriscada na luta contra os francos ocidentais, que preferiam armaduras mais pesadas que as dos turcos e se sentiam mais à vontade em combates corpo a corpo convencionais.

Eram sem dúvida inimigos ferozes e assustadores, capazes de semear o terror e o pânico. Mas não invencíveis, como o templário Gilbert e seus capitães ensinaram aos companheiros recém-alistados. O essencial era manter a

disciplina ante a emboscada por tempo suficiente para organizar um contra-ataque. Odo de Deuil registrou a estratégia dos templários:

> Nossos homens foram orientados a resistir aos ataques dos inimigos, até receberem uma ordem; e para se retirar imediatamente assim que chamados. [...] Quando aprenderam isso, foram também instruídos sobre ordem unida, de forma que ninguém na dianteira corresse para a retaguarda, e a retaguarda e os guardas dos flancos não debandassem. [...] Aqueles que por natureza ou destino se tornaram soldados da infantaria [...] eram posicionados na retaguarda para se oporem com seus arcos às flechas inimigas.[29]

Não era nenhuma grande inovação tática. Na verdade, o fato de os seguidores de Luís terem de aprender o posicionamento básico das tropas e a obedecer às ordens dos oficiais, como se fossem jovens imaturos sendo instruídos sobre os princípios elementares de um combate, ilustra o quanto os cruzados estavam despreparados.[30] De todo modo, com um pouco de estrutura e a direção firme de seus novos comandantes, o exército cruzado conseguiu descer da montanha e se animar ao chegar em terreno mais baixo.

Uma triunfante canção composta por volta de 1146 para recrutar homens para a cruzada de Luís exaltava a missão de recuperar Edessa em termos arrebatadores, proclamando

que “Deus organizou um torneio entre o Céu e o Inferno” (*Deus ad un turnei enpris/ Entre Enfern e Pareïs*).[31] Esse torneio continuou furiosamente quando os cruzados marcharam em sua nova formação rumo a Adália, na costa sul da Ásia Menor. Ainda estavam a quase duas semanas do porto, e seriam atormentados pelos turcos a cada estágio do percurso.

O primeiro teste se deu quando o exército tentou atravessar uma região alagadiça, onde dois rios corriam a 1,6 quilômetro de distância um do outro, com as margens enlameadas e escorregadias. Atravessar o primeiro rio já foi bem difícil: alguns cavalos, fracos e famintos, afundaram na lama e tiveram de ser puxados à mão, um trabalho exaustivo para homens que também estavam mal alimentados.

A estrada para chegar ao segundo rio passava entre dois penhascos altos, perfeitos para o posicionamento de franco-atiradores: qualquer um em cima dos despenhadeiros poderia disparar no exército cruzado passando lentamente lá embaixo. A nova liderança das tropas estava alerta ao perigo. Cavaleiros foram mandados para ocupar os penhascos, correndo contra os turcos. Os cruzados e seus agressores ocuparam penhascos opostos. Por um breve momento de impasse, os turcos tentaram intimidar seus oponentes com um sinal de desafio e desprezo. Odo de Deuil afirma que eles “arrancavam cabelos da cabeça e jogavam no chão, e com esse sinal, segundo nos informaram, eles indicavam que não poderiam ser desalojados do local por nenhum tipo de

medo".[32] Dessa vez, contudo, os cruzados não lançaram mão de medo, mas de aço. A estrada entre os penhascos foi bloqueada e uma tropa de infantaria foi instruída a atacar as posições turcas. Venceu quem estava em maior número, e logo os turcos fugiram do penhasco, perseguidos pelas tropas cristãs. E foram massacrados ao descerem para as planícies alagadas. Odo de Deuil regozijou-se, observando que os incréus "encontraram a morte e uma cova em um lugar adequado a suas naturezas imundas".[33]

O moral subiu com essa vitória, e depois disso o exército seguiu para Adália, chegando à cidade em 20 de janeiro de 1148. Mas ainda assim em condições adversas: cavalos morreram à beira da estrada, onde foram deixados apodrecendo ou fatiados pelo que restava de carne em seus ossos descarnados. Com a redução do número de animais de carga, os homens foram obrigados a abandonar bagagens, barracas e armaduras que não conseguiam carregar nas costas. Quando o exército fez uma parada e acampou nas imediações de Adália, os soldados começaram a ficar doentes, com sintomas sem dúvida agravados pelo estado de fraqueza dos homens malnutridos, e os inescrupulosos cidadãos de Adália cobravam preços exorbitantes pela comida de que tanto precisavam.

A neve e as tempestades do inverno chegaram, e o vento soprou no sentido contrário durante cinco semanas, impedindo que os cruzados partissem da cidade de navio. Mas ao menos agora o exército estava bem treinado e

capacitado a se proteger; três ataques dos turcos ao acampamento fora das muralhas de Adália foram rechaçados, inclusive um em que os templários se misturaram disfarçados a um grupo de outros cavaleiros para perseguir o inimigo. Eles tinham decidido que seria melhor ficar com fome para manter os animais vivos, e o sacrifício agora mostrava seus resultados: a visão de muitos cavaleiros cristãos montados em cavalos aparentemente bem alimentados convenceu os inimigos que os cruzados tinham conseguido se reabastecer, e os turcos se retiraram.

De um jeito ou de outro, quando chegou a primavera os cruzados ainda estavam vivos, tendo sobrevivido a uma das mais massacrantes marchas imagináveis. A rota por terra para a Síria levaria mais quarenta dias a pé, e foi discutido se seria melhor seguir os passos de seus predecessores ou fazer a opção mais cara, porém mais curta, de partir de navio até Antioquia. Depois de muita deliberação e excruciantes negociações com os marinheiros e os donos de navios de Adália, que extraíram cada peça de prata que puderam de seus chocados convidados, Luís partiu na primeira leva da travessia oceânica. Seus homens o seguiram, alguns conseguindo passagens de barco, e o restante tentando marchar. Segundo Odo de Deuil, outros simplesmente desistiram de suas promessas de chegar ao reino de Jerusalém e aceitaram esmolas e um salvo-conduto para voltar à Ásia Menor como debilitados prisioneiros de um bando de turcos.

Os templários sofreram as mesmas privações que o restante do exército de Luís. Porém, sem a disciplina, a lucidez, os recursos e o comprometimento com a causa que demonstraram, a cruzada do rei francês talvez nunca tivesse passado de Constantinopla. Assim, no começo de março, Luís desembarcou em Antioquia e se preparou para a fase seguinte do plano para retomar Edessa. Mais uma vez, os templários se envolveriam intensamente.

6

“A moenda da guerra”

✢

Luís VII chegou à Terra Santa pelo porto de St. Simeon, na foz do rio Orontes, e percebeu que estava falido.[1] Além do sangue derramado e de seu orgulho muito ferido, os custos financeiros impostos ao rei na longa jornada de Paris a Antioquia exauriram seu orçamento para a gloriosa peregrinação. Seus homens haviam sido explorados pelos gregos de Constantinopla e de Adália, que perceberam o desespero deles e venderam alimentos e passagens a preços exorbitantes. A perspectiva de começar uma série de ofensivas militares contra cidades em poder dos muçulmanos era mais do que os cofres do rei poderiam suportar. Felizmente, Luís ainda contava com Everard de

Barres, um homem comprometido pessoalmente com a participação francesa na cruzada. Foi para Everard que ele então se voltou em busca de ajuda.

Os franceses precisavam de um empréstimo muito grande, e Luís tinha esperança que Everard resolvesse essa questão. Não era segredo que os templários, apesar de individualmente comprometidos com uma vida de pobreza, já tinham ficado muito ricos. Eles conheciam bem as terras e as pessoas do Oriente latino, e estavam numa boa posição para levantar fundos, tanto usando recursos próprios como convencendo outros a apoiar a causa. Talvez o mais importante, eles tinham o dever jurado de proteger os peregrinos, e nas atuais circunstâncias isso poderia englobar a solvência do rei. Em 10 de maio de 1148, Everard de Barres deixou Luís em Antioquia e viajou para Acre, ao sul, para angariar fundos.

A quantia que conseguiu, em parte de fundos dos próprios templários e em parte hipotecando suas propriedades, foi extraordinário. Mais tarde, naquele mesmo ano, Luís escreveu aos regentes que deixara para governar a França em sua ausência e pediu que amealhassem 30 mil libras parisienses (*livres parisis*) e 2 mil marcos de prata para pagar sua dívida com os templários.[1] Era metade ou até mais do rendimento anual da Coroa francesa.[2] Em carta ao abade Suger de Saint-Denis, um de seus regentes, Luís escreveu que não teria conseguido fazer sua viagem à Terra Santa sem toda a ajuda prestada pelos irmãos da Ordem do

Templo, e que a própria ordem quase havia falido para apoiá-lo e a sua missão.[3] Supondo-se que havia alguma verdade nessa história, que não tenha sido apenas simples retórica para lançar uma luz favorável sobre os templários, a impressão é de que a ordem se desdobrou para proteger o rei francês da vergonha e corrigir as falhas de seu esforço pelas cruzadas.

Luís não foi o único rei cruzado ocidental a pedir ajuda aos templários na primavera de 1148. Conrad III também sofrera sérios reveses em seu trajeto pelo litoral da Síria e nas proximidades de Constantinopla antes de navegar para Acre e em seguida para Jerusalém, onde se hospedou na formidável mesquita de Al-Aqsa, então convertida em quartel-general dos templários.

Por ocasião da visita de Conrad, a mesquita já estava toda nas mãos dos templários, mas ainda mantinha uma elegância majestosa. Um cronista a chamou de "a mais rica" edificação de Jerusalém.[4] Era uma ampla estrutura retangular encimada por uma cúpula, com a fachada guarnecida por grandes portas arqueadas e uma sacada no alto. Ao redor da construção, a que os cristãos se referiam como o palácio do rei Salomão, equiparando-a com antiga residência do lendário e sábio rei do Velho Testamento, havia muitos novos edifícios em diversos estágios de construção: um salão e um claustro a oeste e edifícios funcionais a leste.[5] Uma mesquita menor ao lado fora convertida em uma capela – um fato notado pelo erudito

poeta e diplomata sírio Usama ibn Munqidh – e havia planos de construir uma nova grande igreja para demonstrar o crescimento da ordem.

Culto e cosmopolita, Ibn Munqidh – que viveu até os 93 anos e teve uma perspectiva sem paralelo do turbulento primeiro século das cruzadas – considerava os templários como amigos, apesar das diferenças religiosas. Registrou que, sempre que visitava a mesquita de Al-Aqsa, os cavaleiros faziam questão de liberar a capela para ele poder orar de frente para a Meca. Vale notar que ele registrou esse fato no contexto de uma narrativa mais longa ilustrando a estupidez, o barbarismo e a grosseria dos outros francos – Ibn Munqidh não conseguia escrever sobre cristãos que não fossem templários sem rogar pragas como "Que Deus os amaldiçoe!" e "Deus todo-poderoso é maior que o conceito que têm deles os infiéis!".[6]

Um espaçoso bloco de estábulos ficava abaixo do complexo, construído sob a plataforma que cobria o Monte do Templo. Diziam-se que haviam sido construídos pelo próprio Salomão – apesar de provavelmente datarem do reino de Herodes, época do nascimento de Cristo. Um escritor afirmou que eles podiam abrigar 2 mil cavalos e 1.500 camelos; outro visitante, mais entusiasmado, sugeriu que a capacidade estava mais para 10 mil.

Conrad chegou a Jerusalém a tempo para celebrar a Páscoa. Seu meio-irmão Otto, bispo de Freising, escreveu que ele entrou na cidade "em meio a grande júbilo por parte

dos clérigos e do povo e foi recebido com muitas honras". Em sinal do respeito merecido pelo rei alemão, os templários providenciaram acomodações para seu companheiro de viagem, Frederick de Bogen, que morreu pouco depois de chegar à cidade e foi enterrado no cemitério particular dos templários, perto das muralhas do Templo.

Conrad passou a maior parte do tempo em Jerusalém na companhia dos templários. Otto de Freising observou que o rei fez uma turnê pelos locais veneráveis, "visitando os lugares sagrados em toda parte".[7] Os templários devem ter insistido em prestar seus serviços. Por mais que estivessem se transformando numa brigada de combate, os irmãos ainda eram membros de uma organização que fornecia segurança e orientação nas trilhas de peregrinação.

Enquanto cumpria esse itinerário de rezas e celebração, Conrad fazia planos para a futura guerra ao norte. Jerusalém tinha um novo rei, Balduíno III, que sucedeu ao pai, Foulques I, após sua morte em 1143. Agora com dezesseis anos, bem-educado e com uma boa formação aristocrata, Balduíno já governava a cidade havia três anos, ao lado da mãe, Melisenda, e se preparava para comandar uma grande expedição militar. Nas palavras de Otto de Freising, Conrad concordou que o jovem rei, patriarca latino da cidade, "e os Cavaleiros do Templo liderariam um exército que iria à Síria por volta de julho do ano seguinte para tomar Damasco".[8]

✢

Indiscutivelmente, Damasco era uma das joias do mundo muçulmano, e a cidade mais importante ao sul da Síria. O geógrafo árabe do século X, conhecido como Al-Muqadassi, a definia como uma das "noivas do mundo", uma cidade "entrecruzada por riachos e rodeada por árvores [frutíferas]", abençoada pela presença da mais bela mesquita de todo o mundo islâmico. A Grande Mesquita dos omíadas, construída no século VII, era um edifício imenso e suntuosamente decorado, com as paredes recobertas de mármore e mosaicos dourados, que dizia-se ter custado "dezoito mulas carregadas de ouro" para ser construído. Era considerada pelos fiéis como o quarto local mais sagrado do mundo, depois de Meca, Medida e Jerusalém: tão pura que as aranhas nunca faziam teias nos seus cantos.[9]

Apesar de uma grande cidadela de argila ao lado da mesquita funcionar como um eixo defensivo a Damasco, as muralhas da cidade eram relativamente baixas e frágeis. Quilômetros de pomares cercavam a cidade por todos os lados, com densos aglomerados de árvores frutíferas isolados em pequenos lotes por onde só se entrava por caminhos estreitos. Com certeza eram obstáculos inconvenientes, mas não impossíveis de serem ultrapassados. Levando-se tudo em conta, Damasco parecia um alvo viável para a conquista cristã. Assumir o controle de Damasco poderia representar um triunfo na escalada para a captura de Acre e até de Jerusalém.

Mas Damasco não era Edessa, a cidade que deu origem à convocação da Segunda Cruzada. Não era mencionada na bula *Quantum Praedecessores* do Papa Eugênio e nem uma cidade cuja salvação tivesse sido defendida por todo o Ocidente por Bernardo de Claraval. Suas defesas podiam ser basicamente compostas por árvores frutíferas e não por grandes muralhas que exigissem sapadores, mas mesmo assim não era um alvo fácil. Esse fato havia sido provado recentemente, em 1129, quando o rei Balduíno II fracassou ao tentar tomar a cidade, uma derrota vista com desprezo e indignação no Ocidente. Ademais, em 1148, seu governador, Mu'in ad-Din Unur, era um aliado do reino de Jerusalém, com quem partilhava um inimigo comum representado pelo agressivo e expansionista Zengui. Desviar o foco da Segunda Cruzada de Edessa para Damasco era uma mudança de planos abrupta e ousada, na qual os templários claramente tiveram influência.

Muitas coisas tinham mudado nos três anos e meio desde a queda de Edessa, em 1141. Uma delas fora a morte de Zengui. O velho tirano foi assassinado na cama, em setembro de 1146: atacado por um criado descontente depois de desmaiar de bêbado e acabar sofrendo uma morte lenta e dolorosa.[10] Zengui foi sucedido por seus dois filhos, dos quais o mais novo, Nur al-Din, era ainda mais beligerante que o pai. Como novo governador de Alepo, Nur al-Din estava determinado a manter as botas apertando a garganta dos cristãos no condado de Edessa e a aumentar seus

domínios mais ao sul, chegando ao principado vizinho de Antioquia.

Segundo o cronista Ibn al-Athir, Nur al-Din, que tinha trinta anos quando os cruzados se concentraram na periferia de sua cidade, era "alto e moreno de compleição. Não usava barba a não ser no queixo, e tinha uma testa larga. Era um homem bonito, com olhos cativantes. Seus domínios se estendiam muito [...] a fama de seu bom e justo governo abrangia o mundo".[11] Seu nome significava "luz (Nur) da fé (al-Din)".

Trata-se de uma avaliação muito generosa, com a qual os cruzados não teriam concordado. Sob o governo de Nur al-Din, Edessa foi submetida a outro massacre horrível, em reação a uma tentativa de libertar seu líder deposto, o conde Joscelino II. As defesas da cidade foram destruídas e o que restou da população cristã foi morta ou escravizada. Era então tarde demais para os cruzados salvarem qualquer alma em Edessa. Para complicar as coisas, em 1147 Nur al-Din sabotou uma aliança com os cristãos buscada pelo governador de Damasco ao se casar com a filha de Unur, e os governantes de Alepo e Damasco começaram a formar uma frente cada vez mais unida contra os francos. Por essas razões, no verão de 1148 fazia muito mais sentido tentar romper uma perigosa parceria do que insistir numa causa perdida em Edessa. Outra opção era tentar tomar Ascalão, um porto de posse dos fatímidas, a 48 quilômetros ao sul de

Jaffa. Mas a proposta foi rejeitada, por estar muito distante do propósito original da Segunda Cruzada.[12]

Na quinta-feira, 24 de junho de 1148, o dia da festa de São João Batista, a cidade de Palmarea, perto de Acre, contava com a presença de quase todas as figuras mais importantes do Oriente latino. Os reis Conrad, Luís e Balduíno de Jerusalém, com dezoito anos de idade, estavam na cidade, bem como a mãe de Balduíno e também governadora Melisenda. A pletora de nobres dignitários do Oriente e do Ocidente estava acompanhada por um impressionante número de príncipes da Igreja, inclusive o patriarca de Jerusalém, dois arcebispos e um delegado papal. Ao lado dessas figuras de proa encontravam-se os mestres dos hospitalários e dos templários, Raymond de Puy e Robert de Craon, agora um dos líderes mais decisivos nos reinos das cruzadas.

O propósito do encontro (normalmente chamado de Concílio de Acre) era chegar a um acordo em relação ao objetivo da próxima ação militar. Guilherme de Tiro registrou que houve um sério debate sobre a adoção de uma política em relação a Damasco: "Foram oferecidas opiniões de diversas facções e apresentados argumentos prós e contras".[13]

Mas se acreditarmos no relato de Otto de Freising, a questão já estava praticamente pré-decidida. Assim que Luís concordou que o plano era razoável, a única questão a ser discutida era "quando e onde o exército deveria ser

reunido”.[14] Todos estavam confiantes. Segundo Ibn al-Qalanisi, seus “corações maliciosos estavam tão confiantes na captura que eles já tinham planejado a divisão de seus Estados e distritos”.

Mas a conquista de Damasco não se mostraria tão simples.

✢

Ibn Jubayr, um viajante muçulmano espanhol que esteve em Damasco no fim do século XII, descreveu a cidade como incomparavelmente luxuriante: “O paraíso do Oriente [...] os perfumados jardins floridos são um sopro de vida para a alma [...] jardins circundam a cidade como um halo circunda a lua [...] seus oásis verdejantes se estendem até onde a vista alcança, e ao longo de seus quatro lados as frutas maduras atraem o olhar”.[15] Mas no sábado, 24 de julho de 1148, quando as tropas combinadas do exército cruzado começaram a penetrar aquele cinturão de árvores férteis, ninguém considerou a paisagem tão convidativa.

Guilherme de Tiro descreve a aproximação tensa e claustrofóbica a Damasco quando os exércitos dos três reis cristãos adentraram, em colunas separadas, os estreitos meandros da periferia da cidade. As trilhas utilizadas eram “largas o suficiente para permitir a passagem de jardineiros e cuidadores com animais de carga que levavam as frutas para a cidade”, escreveu, mas para um grande corpo de

soldados arrastando armas e maquinário de guerra, conduzindo bois e camelos em grandes comboios de bagagem, as trilhas se mostraram perigosamente impróprias. Defensores se escondiam entre as árvores, saltando para atacar os soldados, ou disparando do alto das torres de vigília que se erguiam aqui e ali para proteger os pomares de invasores. “A partir desses pontos mais altos, eles mantinham uma constante chuva de flechas e de outros mísseis”, continuou. Paredes de argila escondiam homens armados com lanças, que observavam os invasores através de buracos, esperando o melhor momento para estocar o inimigo pelos lados. Os cruzados avançavam em “perigo de morte instantânea”, escreveu William; “em todas as direções o perigo era equivalente”.[16]

Um destacamento tinha se posicionado nas margens do rio, equipado com catapultas e arqueiros para defender os portões da cidade. Mas uma furiosa carga direta da cavalaria alemã de Conrad desbaratou aquela primeira defesa: cavaleiros desceram das montarias e avançaram brandindo as espadas. O próprio Conrad participou da luta com destaque: consta que derrubou um cavaleiro turco com tanta selvageria que com um só golpe decepou a cabeça e o ombro, o braço esquerdo e parte do torso do homem. O rio que passava pela periferia de Damasco foi logo tomado, e os cruzados começaram a cavar, erguendo suas barricadas com árvores abatidas dos pomares. “A moenda da guerra não

parava de moer", observou o cronista de Damasco Ibn Al-Qalanisi.[17]

Os exércitos cruzados estavam tão confiantes num triunfo rápido que não trouxeram máquinas de sítio, nem provisões que durassem mais que uns poucos dias. Foi calculado que as frutas pilhadas dos pomares e a água retirada do rio os sustentariam, e que o tempo máximo necessário para tomar a cidade seria de duas semanas. Os cristãos não levaram em conta a ferocidade da defesa muçulmana, nem o fato de que, assim que seus exércitos se aproximaram das muralhas da cidade, começaram a surgir relatos de reforços marchando rapidamente em direção ao acampamento dos cruzados. "Grande número de arqueiros" chegaram a cavalo do vale do Beca, a leste de Beirute, para fustigar os sitiantes, enquanto as forças dentro da cidade começaram a bombardear as posições dos francos "com a agilidade de gaviões caçando perdizes na montanha".[18]

O que aconteceu em seguida seria tema de debates por muitos anos. Na terça-feira, 27 de julho, observadores posicionados nas torres de vigília da cidade viram o acampamento dos cruzados estranhamente em silêncio. Ocasionais arremetidas a cavalo ou soldados da infantaria eram rechaçados com uma salva de lanças e flechas, mas de maneira geral o cerco se imobilizou. "Era como se eles estivessem planejando um ardil e preparando um estratagema", escreveu Ibn Al-Qalanisi.

Nisso ele estava correto. Os três reis que comandavam o cerco estavam reunidos, e chegaram a uma ousada e altamente controversa decisão. Subitamente – e, para muitos, surpreendentemente –, foi decidido abandonar a ofensiva no lado oeste da cidade e assumir uma nova posição a sudeste, onde a inteligência revelou que os pomares eram menos densos e as muralhas mais fracas, tornando a vitória mais rápida. Os rumores de grandes tropas de reforço parecem ter assustado a liderança dos francos a ponto de eles apostarem tudo na mudança de estratégia para obter uma rápida vitória.[19] Sua posição duramente obtida foi abandonada e todo o exército se deslocou para o leste. Como depois ficou claro, foi uma manobra desastrosa.

Embora não estivesse presente pessoalmente no cerco a Damasco, Guilherme de Tiro entrevistou quantos veteranos conseguiu, e pintou um quadro funesto dos eventos.[20] A retirada do exército provocou um descontentamento geral, logo amplamente justificado pelos acontecimentos. Ao chegarem à nova posição, os francos encontraram o local muito bem defendido, e não uma porta aberta à conquista. É verdade que não havia pomares, mas na prática isso significava que o exército sitiante não tinha mais o que comer. Qualquer possibilidade de retornar ao lado oeste da cidade foi imediatamente eliminada, pois, assim que viram o movimento dos francos, os defensores da cidade correram para bloquear as estradas com grandes pedras e troncos de árvores caídas e guarnecidas por arqueiros. Os cristãos não

podiam mais avançar, pois o exército não tinha provisões para um cerco mais prolongado, e tampouco podiam voltar. A possibilidade de um ataque de tropas de reforço aumentava a cada hora. De alguma forma, os francos conseguiram desperdiçar a mais promissora posição militar obtida em anos.

Os líderes do ataque se reuniram para uma conferência e concluíram, depois de uma virulenta discussão, em que foram trocadas acusações de traição de parte a parte, que a única estratégia razoável era fazer as malas e voltar para casa. Foi uma humilhação quase insuportável. Homens haviam viajado milhares de quilômetros, enfrentado doenças, inanição, naufrágio, emboscadas e carências na esperança de seguir os passos dos primeiros cruzados e vencer uma série de magníficas vitórias em nome do Senhor. Mas, no fim, a investida da Segunda Cruzada acabou não sendo mais que um ataque de quatro dias a um pomar forrado de armadilhas, algumas escaramuças isoladas e uma impotente retirada. "Nossa gente voltou sem glórias", escreveu secamente Guilherme de Tiro.[21]

✢

Os cruzados haviam investido muito na Segunda Cruzada. Conduziram Luís VII pela Ásia Menor e apoiaram sua cruzada com grandes loas. Recrutaram Conrad III e lhe forneceram proteção e uma assessoria militar considerável.

Ao lado do mestre dos hospitalários, Robert de Craon tinha apoiado o plano de atacar Damasco em vez de Edessa. E a recompensa por tudo isso foi pífia.

Depois de Damasco, os reis francos consideraram brevemente um ataque a Ascalão, que não deu em nada. Conrad partiu da Terra Santa em setembro de 1148. Luís ficou por mais oito meses, comemorando a Páscoa em Jerusalém antes de voltar à França no fim de abril. Então começaram as recriminações.

O consenso entre os cronistas francos foi que seus senhores não poderiam ter fracassado tão fragorosamente a não ser que tivessem sido traídos. Era uma questão evidente que alguém havia sabotado a campanha – foi assim que Conrad III explicou o desastre, apesar de não conseguir localizar a fonte da traição. Havia vários suspeitos: um dos nomes especulados foi o do cruzado Thierry, conde de Flandres, que pensava-se cobiçar o governo de Damasco para si, despertando ciúmes entre seus pares, que se convenceram a sabotar intencionalmente toda a missão apenas para desbancá-lo. Outros disseram que um lorde oriental chamado Elinandus de Tiberíades aceitara um grande suborno – pago com um falso tesouro – para convencer seus superiores a mudar de tática. Até o rei Balduíno e sua mãe se tornaram suspeitos, enquanto homens buscavam uma explicação terrena para uma palhaçada militar que só poderia ser atribuída à ira de um Deus caprichoso.

Os templários também despertaram suspeitas. O polemista e burocrata inglês John de Salisbury, que servia como embaixador na corte papal, culpou expressamente a ordem por seu papel na debacle, apesar de não conseguir dizer exatamente o que fora feito. John não era simpático aos templários, cujos privilégios considerava muito perigosos à Igreja, mas prestava muita atenção às fofocas da corte papal de Eugênio III, onde as conversas corriam e os templários eram muito discutidos.

Nenhuma evidência sugere que isso não fosse mais que uma calúnia. Os templários haviam feito seu trabalho com o máximo de diligência e devoção que se poderia esperar racionalmente deles. Sua função era proteger peregrinos – e seu papel em escoltar, defender, treinar, financiar, assessorar e lutar ao lado dos peregrinos na Segunda Cruzada foi a mais alta demonstração possível de dever. Eles arriscaram a própria vida e quase faliram para apoiar os esforços dos exércitos cruzados, que às vezes eram comandados com uma negligência que beirava o suicídio. Sob certo sentido, culpá-los pelo fracasso da cruzada era pura ingratidão. Mas também mostrava o quanto os templários estavam agora intimamente associados ao destino da Terra Santa e à defesa dos assentamentos cristãos na região. Em três décadas eles praticamente se tornaram sinônimos do reino de Deus que fora encravado no Oriente Próximo islâmico. Esse papel seria ao mesmo tempo sua mais alta honra e sua maior maldição.

7

“A torre que Deus esqueceu”

✢

A decadente cidade de Gaza estava deserta e silenciosa. Já fora uma das mais belas cidades do Oriente Médio: um ponto de parada na estrada costeira que saía da Síria, passava pela Palestina e chegava ao Egito, enriquecida por um mercado vibrante e famosa por suas mesquitas, igrejas e casas grandes e arejadas construídas em mármore.[1] Porém, em 1149, apenas seus poços e reservatórios naturais continuavam indicando que aquele fora um lugar onde pessoas de várias religiões haviam prosperado. A guerra tinha invadido suas ruas e esvaziado Gaza, aparentemente para sempre. “Agora estava em ruínas”, escreveu Guilherme de Tiro, “e totalmente

desabitada."[2] Os edifícios vazios e demolidos refletiam as palavras de um dos maiores poetas nativos da cidade,

Abu Ishaq al-Ghazzi: "O passado se foi [...]. Nós só temos o momento em que existimos".[3]

No inverno de 1149-50, Gaza começou a se mexer. Pás romperam a terra para escavar novas fundações, pedreiros cortaram blocos para novas fortificações. A cidade – ou ao menos uma parte significativa dela – estava se erguendo uma vez mais. Numa colina no centro da cidade destruída um novo castelo se erigia, "notável por sua muralha e suas torres". Não era apenas um ato de regeneração urbana. Era parte de uma nova e agressiva estratégia militar sendo implantada no extremo sul do reino dos cruzados, com os templários no centro de tudo. Pois enquanto o novo castelo era construído, os irmãos se preparavam para atuar tanto como guardiões quanto beneficiários.

Aquele inverno foi um momento de instabilidade para os cavaleiros do Templo. Robert de Craon morrera em 13 de janeiro de 1149, e Everard de Barres foi eleito para o seu lugar, o mestre que havia servido tão diligentemente ao rei Luís VII na França por ocasião do fiasco da Segunda Cruzada. Everard era sem dúvida um financista competente e um diplomata habilidoso, mas seu coração morava na França. Assim como Robert de Craon, ele via mais valor em representar a ordem entre os patrocinadores na Europa do que assumir um papel militar em tempo integral em

Jerusalém, inclusive pelos valores do crédito que a ordem havia concedido à Coroa francesa.

Everard voltou a Paris quando os navios reais zarparam, na primavera de 1149. Deixou como encarregado André de Montbard, um cavaleiro de meia-idade que servia aos templários pelo menos desde 1130. André era um entre oito filhos de uma família nobre na Borgonha; dois de seus irmãos eram monges cistercienses em Citeaux,[4] e ele era tio (apesar de alguns anos mais novo) de Bernardo de Claraval, a quem regularmente elogiava por carta pelas realizações do Templo e pelas dificuldades enfrentadas na terra do Senhor. André certa vez comparou seu trabalho com o de uma formiguinha, mas sua humildade disfarçava um considerável talento militar.[5] Durante o tempo em que esteve com a ordem, tinha chegado ao posto de senescal, e portanto era o homem responsável final pela bandeira do Templo, a *confanon bauçant*, ou bandeira malhada: um simples estandarte preto e branco que era erguido no campo de batalha por outro oficial, o marechal, para os templários lutarem em volta, e que só poderia ser recolhido quando todos os cavaleiros tivessem morrido.[1] André de Montbard conhecia bem a política do Oriente latino, e sempre relatava os acontecimentos para amigos.

Infelizmente, logo depois da partida de Everard para Paris, André de Montbard começou a mandar cartas ao mestre informando sobre as mortes de muitos irmãos na defesa de uma bandeira malhada salpicada de sangue.

Em 29 de junho, em uma desastrosa batalha em Inab, perto de Antioquia, as forças do príncipe Raymond de Antioquia foram dizimadas pelo filho de Zengui, Nur al-Din, o atabegue de Alepo. Raymond era um personagem controverso, para dizer o mínimo. Quando viajou a Poitiers para reivindicar o trono de Antioquia, por ter se casado com sua herdeira de nove anos, Raymond se desentendeu com o rei da Sicília, com o imperador de Bizâncio e com o patriarca de Antioquia. Houve boatos de que também havia ofendido seriamente Luís VII por seu excesso de mesuras cavalheirescas com a esposa do rei, Leonor de Aquitânia, que inclusive era sua sobrinha. A batalha de Inab marcou o fim da ascensão de Raymond: ele foi capturado no campo de batalha e decapitado. Nur al-Din mandou a cabeça ao cáfila sunita de Bagdá como troféu.

Mas o reino de Jerusalém ainda sofreria outras perdas. Balduíno e sua mãe, a rainha Melisenda, pediram ajuda aos templários para impedir que os exércitos de Nur al-Din vissem na crise da morte de Raymond uma oportunidade para atacar a cidade de Antioquia. Os templários se aliaram de imediato ao exército do rei, fornecendo 120 cavaleiros e aproximadamente mil "sargentos e escudeiro bem armados". Em seguida marcharam para o norte, escreveu André de Montbard, e no trajeto tomaram emprestados 7 mil bizâncios[2] de Acre e mil bizâncios de Jerusalém para financiar a campanha.[6]

Eles chegaram a Antioquia, mas foram imediatamente imobilizados por soldados muçulmanos vindos de Icônio (atual Cônia, na Turquia) e de Khorasan (na Pérsia). Ao perceberem que se encontravam numa situação desesperadora, requisitaram reabastecimento e reforços com urgência. "Estamos escrevendo para pedir que volte para nós rapidamente e sem demora", disse André a Everard:

> Você jamais terá uma razão melhor para voltar, nem seu retorno será mais abençoado por Deus, mais útil para nossa casa e para a terra de Jerusalém. [...] Muitos de nosso exército morreram, e é por isso que precisamos que volte para nós com os irmãos e sargentos que você sabe serem adequados à tarefa. Por mais rapidamente que você chegar, não acreditamos que nos encontre vivos, mas venha sem demora; esse é o nosso desejo, nossa mensagem e nosso pedido. [...] Venerável pai, venda tudo que puder e traga os recursos para nós pessoalmente para que possamos continuar vivos. Adeus.

A carta de André de Montbard faz um retrato funesto da situação militar em Antioquia, quando os francos tentavam resistir a um dinâmico Nur al-Din. Também resumia bem a realidade da vida dos templários no reino de Jerusalém. Esperava-se deles que providenciassem uma rápida resposta militar de apoio sempre que o inimigo atacasse um dos três Estados cruzados restantes: Jerusalém, Trípoli e Antioquia.

Foi no contexto desses abrangentes deveres que os templários começaram a guarnecer regularmente fortalezas de onde poderiam policiar as regiões mais vulneráveis sob domínio latino. Uma dessas estava sendo construída na colina de Gaza. "Quando inteiramente concluída em todas as suas partes", escreveu Guilherme de Tiro, "foi entregue por consenso geral aos templários, para ser ocupada por eles em perpetuidade com todo o distrito adjacente. Esse encargo, os irmãos, bravos e valentes guerreiros, cumpriram com sabedoria e fé."[7]

Foi um grande elogio de Guilherme de Tiro, um erudito acadêmico latino nascido em Jerusalém por volta de 1130. Cruzado de segunda geração, fez seus estudos à vista do palácio templário, na escola da catedral adjacente à igreja do Santo Sepulcro, antes de concluir sua formação em Paris e em Bolonha – as duas mais importantes universidades da Europa – e voltar ao Oriente para seguir sua carreira na Igreja. Chegou a ser arquidiácono e finalmente arcebispo de Tiro – um posto espiritual só superado pelo patriarca de Antioquia. Amigo de reis, grande articulador político, Guilherme de Tiro escreveu diversas narrativas épicas, inclusive uma história do islã desde a época do profeta Maomé. Por volta de 1170, produziu uma volumosa crônica latina sobre o Oriente cristão chamada *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum* [História das proezas realizadas além-mar] – com o título deixando evidente ser

uma obra designada aos círculos eruditos das universidades e cortes europeias.

Guilherme compartilhava com outros homens da Igreja ocidental certo interesse pelo conceito genérico das ordens militares. Desconfiava particularmente dos templários, e raramente perdia uma oportunidade de levantar dúvidas quanto aos propósitos da ordem em suas crônicas. No caso de Gaza, no entanto, fatos eram fatos: logo depois de tomarem posse do castelo, os templários rechaçaram uma ofensiva fatímida com tanta eficácia que nenhum outro ataque foi realizado desde então. O castelo era essencialmente a primeira linha de defesa das regiões mais ao sul do reino de Jerusalém: um posto avançado de influência latina, antes de o litoral se tornar uniformemente hostil. A ordem sabia do trabalho que se esperava dela em Gaza, e o fazia bem.

✢

O novo castelo de Gaza não foi construído por sua visão do território. Mas sim para atender a uma política específica de expandir a influência cristã para o sul. Gaza ficava no extremo sudoeste dos territórios latinos: ao sul de Jaffa, Jerusalém e, ainda mais importante, de Ascalão, uma cidade solidamente fortificada ainda leal aos fatímidas. Ascalão era uma base avançada na estrada litorânea, de onde podiam partir ataques ao território cristão; era também um baluarte

contra qualquer avanço dos reis de Jerusalém sobre o Egito. A conquista de Ascalão seria uma garantia de maior segurança, e aumentaria a possibilidade de consolidar a influência cristã na península do Sinai. A invasão de Ascalão foi considerada, porém rejeitada, pelos exércitos da Segunda Cruzada, tanto antes como depois do fracasso do cerco de Damasco. Mas agora havia uma sensação cada vez maior de que a cidade poderia – e deveria – ser tomada. Três anos se passaram antes de o jovem rei Balduíno III conseguir levar a cabo essa ideia, pois sua preocupação maior era a disputa com sua mãe pelo poder, que não queria abrir mão do controle que exercera durante a minoridade do filho. Mas a nova fortaleza indicava que um movimento em direção a Ascalão estava afinal se formando.

A presença dos templários em Gaza isolava Ascalão do Egito, tornando a estrada litorânea insegura e inviável para as forças fatímidas. A única maneira de o califa xiita do Cairo mandar reforços à cidade era por mar: um sério inconveniente, pois a cidade não tinha uma enseada bem protegida, mas somente uma praia de areia que tornava o atracamento difícil se o clima não estivesse calmo.[8] A fortaleza de Gaza completava um círculo de contenção de castelos ao redor de Ascalão, que vinham sendo construídos havia uma década e meia.

A cerca de quarenta quilômetros, nas planícies a leste de Ascalão, situava-se Bayt Jibrin, uma fortaleza de médio porte construída por volta de 1136 e entregue aos

hospitalários.[9] A curta distância ao norte de Bayt Jibrin havia dois outros castelos construídos para defender as fronteiras ao sul do reino: Ibelin e Blanchegarde, construídos respectivamente em 1141 e em 1142. Individual e coletivamente, eram uma afirmação nada sutil do poder dos francos, sinalizando a intenção dos cristãos de sufocar Ascalão lentamente, com uma forca feita de pedra.

✢

Em 25 de janeiro de 1153, uma bandeira com o sinal da cruz tremulou nos arredores das muralhas guarnecidas por torres de Ascalão, onde tremulava a grande bandeira com a estrela e a lua crescente que simbolizava o domínio da cidade costeira fortemente militarizada. A bandeira cruzada anunciava a chegada do rei Balduíno III, com 22 anos, seguido por um entusiasmado exército cristão fazendo juras de combater com a maior força possível os defensores de Ascalão.[10] A liderança do exército, uma grande delegação de príncipes, lordes, clérigos importantes e soldados experientes, inspecionava a imponente construção enquanto seus homens erguiam as barracas num acampamento em forma de círculo, subdividido em várias partes, cada uma leal a um diferente lorde. Em meio a esse agrupamento sedento de sangue, havia um considerável destacamento de templários.

A cidade era formidável. Construída numa bacia natural em um terreno arenoso cheio de vinhedos e árvores frutíferas, suas muralhas eram iluminadas pelo sol do inverno durante o dia, enquanto à noite a alvenaria cintilava com as chamas de lampiões a óleo, permitindo que os atentos sentinelas vissem qualquer um que se aproximasse das guaritas fortificadas. A maior dessas guaritas, conhecida como o Portão de Jerusalém, indicava em sua arquitetura agressiva a cautela dos cidadãos de Ascalão: altas torres providas de seteiras e uma série de portões menores internos protegendo uma passagem sinuosa que levava à entrada principal.

Os templários que acompanhavam o exército real tinham um novo mestre, o quarto da ordem desde sua fundação, que herdara seu posto com a aposentadoria de Everard de Barres, que abriu mão do cargo em algum momento depois de abril de 1152. Everard optou por trocar a vida militar por uma vida monástica e contemplativa ao lado do já envelhecido Bernardo de Claraval. A essa altura, Bernardo estava bem decaído fisicamente: incapaz de ingerir qualquer coisa além de minúsculas porções de comida liquefeita, as pernas tão inchadas e doloridas que às vezes nem o deixavam se sentar para escrever, muito menos andar. Bernardo morreu em 20 de agosto de 1153: “um espírito apto em um corpo fraco”, em suas próprias palavras. Everard viveu mais um quarto de século nas tranquilas cercanias da abadia, e ainda estava vivo para ver o patrono templário ser canonizado, em 1174.[11]

Bernardo de Tremelay, que assim como muitos dos primeiros templários era da Borgonha, perto de Dijon, não era um líder experiente: fazia menos de um ano que exercia o posto de mestre quando liderou sua delegação de templários para Ascalão, no fim de janeiro. Mas o que lhe faltava em experiência era compensado em bravura e beligerância, e Bernardo estava prestes a comandar seus irmãos no mais ousado confronto militar desde a fundação da ordem. Em 25 de janeiro de 1153, o grande cerco a Ascalão estava prestes a começar: uma batalha decisiva para submeter a poderosa cidade dos fatímidas ao controle cristão. Era uma "façanha árdua e quase impossível", escreveu Guilherme de Tiro. Quase, mas não impossível.

Os primeiros dois meses do cerco foram lentos e inconclusivos. Os cidadãos de Ascalão eram em maior número que os francos que os atacavam na proporção de dois para um. Estavam bem treinados, fornidos e altamente motivados para resistir. Nas palavras de Guilherme de Tiro, "eles estavam lutando por suas mulheres e filhos, o que é o mais importante, pela própria liberdade".[12] Porém, embora pudessem resistir, não conseguiam contra-atacar. A visão a partir das torres e muralhas mostrava que o acampamento de Balduíno III parecia uma cidade-satélite eriçada – fortemente protegida contra quaisquer reforços em potencial e tão bem planejada que contava inclusive com um mercado. A visão da praia era ainda menos promissora: uma pequena fragata de quinze galés comandadas por Gérard de Sidon

bloqueava a chegada a Ascalão pelo mar. Escaramuças diárias aconteciam ao redor da cidade, favorecendo ora um lado, ora o outro, mas no geral o conflito permanecia em impasse.

Então, por volta da Páscoa, que naquele ano caiu no dia 19 de abril, os ventos começaram a soprar a favor dos latinos. Na medida em que a primavera acalmava as rotas marítimas da Europa, o influxo anual de navios trazendo peregrinos começou a chegar a Jerusalém; não se tratava de uma força de cruzados armados para a guerra, mas a chegada de navios e cristãos fiéis no momento exato em que eram necessários reforços militares foi um estímulo valioso.

Ao saber da chegada dos peregrinos, Balduíno III deu ordens para não permitir a saída de ninguém que entrasse em seu reino, e qualquer um que ingressasse no exército em Ascalão seria pago por sua participação em "um trabalho tão aceitável para Deus". Mais importante, o rei apreendeu todos os navios que chegaram aos portos e os distribuiu pelas águas ao redor de Ascalão. Os recursos humanos dos cristãos aumentavam dia após dia. "Grande era a alegria no acampamento, e a esperança de obter a vitória era ilimitada", escreveu Guilherme de Tiro. "Entre o inimigo, pelo contrário, a preocupação e a ansiedade prevaleciam cada vez mais."

Os marinheiros que seguiram as instruções de Balduíno e rumaram para o sul poderiam ter imaginado que receberiam ordens para se juntar ao bloqueio naval. Mas, quando

chegaram, seus barcos foram trazidos à praia, onde os mastros foram cortados e os cascos arrancados, até só restarem as vigas. Todos foram muito bem pagos pela perda das embarcações, e a madeira foi usada para construir máquinas de sítio. Estas incluíam catapultas para lançar pedras e andaimes móveis para proteger os sapadores que tentavam escavar os taludes e aterros que seguravam as grandes muralhas da cidade. Uma arma em particular decidiria o destino de Ascalão pelas três décadas seguintes. Era uma gigantesca estrutura, tão alta quanto as muralhas, composta de longas vigas de madeira apoiando plataformas de ataque, todas cobertas por uma carapaça à prova de fogo feita de peles de animais esticadas numa armação de vime. Seu propósito era fazer os cavaleiros francos alcançarem o nível dos parapeitos e matarem os defensores no mesmo plano. O cerco de cidades era uma característica dos confrontos europeus, e a estrutura construída em Ascalão mostrou-se de alto padrão. Ela ficou conhecida até na longínqua Damasco, onde o cronista Ibn Al-Qalanisi escreveu sobre ela com uma combinação de desgosto e admiração renitente. Os francos reduziram Ascalão a uma "situação dolorosa", afirmou, "ao usar no ataque uma torre que Deus esqueceu, acompanhada por uma grande horda (que Deus defenda a cidade de sua maldade)".[13]

Comandados pelo mestre Bernardo de Tremelay, os templários devem ter observado a construção da torre de sítio com atenção. Quando ficou pronta e foi posicionada em

um ponto muito bem escolhido das muralhas da cidade, os templários se posicionaram nas imediações do que era agora o ponto focal da intensa luta diária, com boa parte ocorrendo bem acima do solo.[14] As catapultas de Balduíno fustigavam as muralhas da cidade com pedras, enquanto, no alto da formidável torre, homens em armas lutavam corpo a corpo contra soldados que resistiam e disparavam flechas nos cidadãos em pânico correndo pelas ruas abaixo. Pelo mar, uma fragata egípcia de setenta galés chegou com um vento favorável soprando do sul, dispersando o agora pequeno e impotente bloqueio naval de Gérard de Sidon. Mas isso não chegou a interferir no que acontecia no campo de batalha em terra.

Em meados de agosto, o cerco de Ascalão já estava em progresso havia mais de seis meses. O moral na cidade estava em baixa. Enquanto conseguiu, usando sua torre, o exército de Balduíno se manteve em vantagem; os reforços marítimos foram úteis, mas a cidade só poderia ser preservada se rechaçasse as tropas terrestres. Os principais cidadãos se reuniram e resolveram fazer alguma coisa para destruir aquela torre. A única ideia que tiveram foi a de produzir um fogo tão intenso que conseguisse queimar as peles grossas que protegiam sua estrutura de madeira. Homens e mulheres de Ascalão foram escalados para recolher "madeira seca e outros materiais apropriados para atear fogo", escreveu Guilherme de Tiro. "Parecia não haver outra esperança."

Na noite de sábado, 15 de agosto, o plano de derrubar a torre foi posto em ação. As porções de material combustível recolhidas foram levadas para a muralha mais próxima da torre e jogadas pela lateral. Pouco a pouco, uma pira foi se formando no vão entre a torre da alvenaria. Quando já estava bem alta, piche e óleo foram despejados de cima. Em seguida foi lançada uma tocha e a fogueira pegou.

O vento que trouxera os navios beirando a costa levantina soprava no sentido do mar para Ascalão. No decorrer da noite, contudo, repentinamente o vento mudou de direção e começou a soprar do leste, de trás dos exércitos cristãos. Para os habitantes de Ascalão foi um desastre. O vento forte reavivou as chamas na base da torre de Balduíno, atiçando-as violentamente contra a muralha da cidade, superaquecendo as pedras e a argamassa já enfraquecidas por meses de abalos causados pelas catapultas dos francos.

Na alvorada de domingo, a torre de sítio continuava de pé. Mas a muralha não aguentava mais. As pedras quentes racharam, e, quando a primeira luz do dia surgiu atrás dos sitiantes, uma grande porção da muralha desmoronou. Logo depois, a muralha desabou com um estrondo, fazendo homens dos dois lados despertarem sobressaltados e pegarem suas armas. Enquanto faziam isso, houve outro estrondo. As pedras que caíam rolaram para a base da torre, rachando a madeira dos mastros dos navios que compunham as vigas verticais. Quando as vigas romperam, a terrível máquina balançou, quase derrubando os homens que faziam

vigília acocorados nos andaimes. Mas não caiu. E agora Ascalão estava exposta.

Bernardo de Tremelay e seus companheiros templários estavam acampados mais perto da torre, ou talvez mais alertas que seus camaradas cristãos ao amanhecer – ou possivelmente as duas coisas. Assim que ouviram o som da alvenaria trincando na base da torre, todos já estavam em armas, avançando pela brecha na muralha. Bernardo assumiu pessoalmente o comando de seus homens.

"Os francos (que Deus os amaldiçoe) são os mais cautelosos de todos os homens em guerra", escreveu Usama ibn Munqidh, que passou quatro meses envolvido em batalhas contra incursões de grupos de cristãos nas imediações de Ascalão durante os anos imediatamente anteriores ao grande cerco.[15] Naquele dia, os templários não foram nada disso. Quando baixou a poeira do rombo aberto na muralha, cerca de quarenta cavaleiros avançaram por baixo da torre de sítio, passaram pelo que restava da muralha e entraram na cidade. Segundo escreveu Ibn Al-Qalanisi, "eles invadiram a cidade, e houve um grande número de mortos dos dois lados".[16]

O que levou Bernardo de Tremelay a ordenar que seus homens tomassem de assalto sozinhos a brecha na muralha de Ascalão? Com certeza ele esperava apoio do restante do exército às suas costas. O certo é que foi a última decisão importante que ele tomou na vida. Dentro da cidade, sitiada havia seis meses, os templários estavam em número muito

menor que homens que a defendiam desesperadamente. Os cidadãos pegaram suas armas e atacaram. Outros arrastaram vigas de madeira para a brecha na muralha e começaram a construir barricadas. Os templários ficaram encurralados. Mesmo se houvesse uma rota de fuga, a regra proibia que fugissem do campo de batalha. O destino daqueles homens estava selado.

Isolados numa cidade hostil, sem chance de escapar ou ser resgatados, os templários foram massacrados. Ninguém foi feito refém – nem mesmo o mestre. Era algo incomum para prisioneiros de tão alto valor. Foi uma demonstração da temível reputação que os templários tinham entre os inimigos, e do medo e do desespero acumulados de cidadãos sob um cerco que já durava meio ano. Nenhuma quantidade de riqueza ou butim valia a vida de quarenta dos mais habilidosos soldados cristãos na contenda, que entraram na cidade vulneráveis e sem apoio. Nenhum registro detalhado da luta entre os cidadãos de Ascalão e os cavaleiros do Templo sobreviveu. Mas, ao seu término, todos os templários estavam mortos.

Seria necessário mais uma semana de luta para os habitantes de Ascalão serem forçados a desistir da defesa de sua muralha remendada e concordar em entregar a cidade aos cristãos em troca de um acordo de paz. No sábado, 22 de agosto, o estandarte de Balduíno III foi hasteado na torre mais alta da cidade. Mas a vitória teve um custo alto: a batalha final foi travada com a visão dos corpos mutilados

dos quarenta templários mortos pendurados em cordas estendidas no alto das muralhas da cidade.

✢

Bernardo de Tremelay foi sucedido como mestre pelo devoto e culto senescal André de Montbard, que serviu até 1156. Apesar de a perda de quarenta irmãos ter causado uma grave redução nos recursos armados da ordem, como organização os templários não foram fatalmente feridos. Era sempre possível recrutar novos homens, graças à crescente rede da organização na Europa, especialmente nas imediações das tradicionais regiões da Borgonha, de Champagne e Poitou. Eles continuaram de posse do castelo de Gaza e eram um elemento militar importante na política de segurança do reino de Jerusalém. No extremo norte, os templários ainda ocupavam castelos que guardavam os desfiladeiros das montanhas de Amanus, mas a hostilidade despertada em alguns pela atitude tomada no cerco de Ascalão ilustrava a ambivalência cada vez maior com que os templários eram avaliados.

Guilherme de Tiro foi abrasador em seu desdém, atribuindo os piores e mais baixos motivos a Bernardo por ter ordenado a missão suicida. O costume cristão nas batalhas, explicou, era que o butim pertencia a quem o pilhasse. Por isso, argumentou que, diante da oportunidade de fazer a primeira incursão em Ascalão, os templários

quiseram ser os únicos saqueadores a entrar na cidade, preservando os espólios da vitória apenas para eles. “Por cupidez, eles se recusaram a permitir que seus camaradas dividissem o butim”, escreveu. “Portanto, foram eles que optaram por sofrer o perigo da morte.”[17]

Poderia ser verdade? Guilherme estava escrevendo em retrospectiva, numa ocasião em que se sentia muito incomodado pela independência da ordem e por suas ocasionais desconsiderações de decretos reais. Contudo, em sua longa e detalhada história do reino cristão de Jerusalém, ele também fez elogios à robusta defesa de Gaza pela ordem, relatando outros episódios com relativa imparcialidade. Claramente, havia um sentimento genuíno entre suas fontes de que o comportamento de Bernardo de Tremelay em Ascalão fora na melhor das hipóteses insensato e, na pior, ganancioso.

Nenhum outro escritor cobriu esses eventos com tanta profundidade, o que torna difícil contestar o julgamento de Guilherme de Tiro. Os segredos do coração de Tremelay deixaram a terra quando seu corpo foi pendurado nas periclitantes muralhas da cidade que invadira com seus homens. Mas será que poderia ter imaginado que derrotaria uma cidade inteira com apenas quarenta homens?

Em 1154, os templários continuavam sendo um componente vital na capacidade militar do reino de Jerusalém. À parte o ocorrido em Ascalão, mantinham a disciplina no campo de batalha, com a regra insistindo que,

os comandos precisavam ser obedecidos sem hesitação e que o martírio era preferível à fuga. Mas, ao mesmo tempo, também parecia claro que apesar da rigidez no tocante à obediência e à disciplina de sua estrutura de comando, o mesmo não se aplicava necessariamente no caso de conflitos com outras partes. Os templários não deviam obediência a ninguém além de Deus, do mestre e do papa. Nem reis nem patriarcas exerciam qualquer poder formal sobre eles, e, apesar de seus serviços serem procurados e fornecidos de boa vontade, em última análise, os templários eram livres de qualquer supervisão efetiva. Defendiam os ideais da cristandade e a honra de Cristo, mas a maneira como faziam isso, tecnicamente, só seguia seus próprios instintos e julgamentos.[18] Por um lado, isso os tornava uma força de elite extremamente ágil e útil nas batalhas. Às vezes, porém, essa independência os tornava perigosos, e os templários passaram a causar tanto admiração quanto suspeita aos governantes seculares com quem precisavam estar lado a lado no campo de batalha.

8

“Poder e riqueza”

✢

O filho do vizir conseguira escapar do Egito, mas desde então muita gente vinha tentando matá-lo. Fugiu do Cairo nas primeiras horas da sexta-feira, 29 de maio de 1154, passando pelas torres maciças, fortificadas e retangulares do Portão da Vitória da cidade, com uma pequena comitiva de membros da família, os poucos amigos restantes e com o tesouro que conseguiu tirar do palácio real. Pelos oito dias subsequentes todos foram assediados incansavelmente por árabes de tribos nômades armados de arcos e espadas, que perseguiram o pequeno comboio que seguia rapidamente na direção das poeirentas colinas que flanqueavam o vale de Moisés, perto da antiga cidade de Petra. A comitiva dirigia-se ao norte em

busca de refúgio em Damasco, onde Nur al-Din poderia protegê-la, mas suas chances de chegar lá incólume pareciam desoladoramente remotas. Cada hora de luz do dia trazia uma nova rodada de ataques.[1]

O filho do vizir, Nasr al-Din, e seu pai, Abbas, tinham boas razões para fugir, depois de terem provocado um banho de sangue no Cairo. Dias antes os dois haviam conspirado para matar o califa fatímida, Al-Zafir, para se vingar de suas tentativas de depor Abbas de seu posto; o assassinato desencadeou as mortes violentas de vários irmãos do califa, de um escudeiro da casa real, de pelo menos um criado e de um considerável número de soldados egípcios.

Não era o primeiro assassinato que Abbas e Nasr al-Din cometia, mas com certeza o mais espetacular. Na ocasião da morte do califa, Abbas estava atuando como seu vizir, ou ministro-chefe, o mais alto cargo político do país, um posto a que havia chegado matando seu ocupante anterior. Por sua vez, Nasr al-Din era o melhor amigo do califa, seu confidente e, segundo boatos, também seu amante: um jovem extraordinariamente belo, com quem o califa passava os dias deleitando-se no palácio e as noites vagando disfarçado pelas ruas da cidade.[2]

O assassinato do califa foi tramado para aumentar o poder de Abbas e atenuar a crescente notoriedade de seu filho como sodomita. No fim não conseguiu nem uma coisa nem outra. O califa foi atraído à noite para a casa de Nasr al-Din, perto do mercado de espadas do Cairo, e cortado em

pedaços antes de ser jogado num poço. No dia seguinte, o palácio sofreu um expurgo sangrento – porém, mesmo para os padrões sanguinários dos fatímidas, o caso foi longe demais. Al-Zafir era o líder espiritual e político supremo da dinastia à qual todos os muçulmanos xiitas ismaelitas do mundo juravam obediência: um homem, nas palavras do cronista Guilherme de Tiro, "que os egípcios estão acostumados a estimar e a reverenciar como uma divindade suprema".[3] Sua morte provocou tumultos nas ruas do Cairo e levou o governador do Alto Egito, Talai ibn Ruzzik, a invadir a cidade e decretar um golpe militar. Em vez de assumir o comando do califado, Abbas e Nasr al-Din foram obrigados a fugir para salvar suas vidas.

Abbas não ficou contente com a maneira como foram forçados a sair do Cairo. Uma das razões é que seu horóscopo o havia alertado contra sair da cidade numa sexta-feira. Sua consternação estava bem fundada, pois em 7 de junho, quando chegou ao deserto e passou pelo posto avançado de Al-Muwaylih, tendo finalmente (ou ao menos momentaneamente) escapado de seus perseguidores árabes, sua comitiva foi emboscada por um destacamento de cristãos.

Para os templários e seus companheiros, a visão da caravana de Nars al-Din e Abbas foi um belo presente. Usama ibn Munqidh, um sírio culto e homem de letras que estava no Cairo como convidado do vizir por ocasião do banho de sangue, foi obrigado a fugir com os assassinos.

Mais tarde, ele relembrou que o grupo incluía cavalos, camelos, escravos, esposas e preciosidades pilhadas do palácio. O cavalo de Nasr al-Din estava lindamente encilhado, com a manta da sela bordada com quase quinhentos gramas de fios de ouro.[4] Não se tratava apenas de muçulmanos importantes: eram uma presa suculenta, carregada de riquezas, e a patrulha cristã arremeteu contra sem hesitar.

Usama ibn Munqidh descreveu o confronto que se seguiu como uma batalha, mas parece ter se tratado de um massacre. Alguns egípcios foram estripados, outros capturados e aliviados de seus tesouros e de suas mulheres. A patrulha de templários era formada por oponentes formidáveis: organizados, bem treinados e implacáveis. Alguns egípcios conseguiram fugir do ataque, correndo para as montanhas e deixando os cavalos de reserva galopando à solta. Foi uma escolha sábia. Quando a poeira baixou, Abbas estava morto, assim como um de seus filhos, Husam al-Mulk. Nasr al-Din foi levado como prisioneiro, provavelmente para Gaza, o castelo templário mais próximo. A queda da família foi rápida e dolorosa. Enquanto isso, no Cairo, o novo vizir, Ibn Ruzzik, recolhia os restos mortais do califa assassinado e organizava um enterro apropriado.[5]

O encontro de Nasr-al-Din com os templários foi tão sensacional que foi comentado na Inglaterra, onde o cáustico cronista da corte Walter Map produziu um relato vivaz das escandalosas aventuras do jovem.[6] Map mostrou especial

interesse pelo papel dos templários, assim como Guilherme de Tiro. Os dois ouviram e registraram versões da mesma história: tendo sido emboscado e aprisionado pelos templários, Nasr al-Din não reagiu aos seus captores com ressentimento, mas sim tentando impressioná-los. Disseram que enquanto estava na prisão ele se converteu à fé dos francos, pedindo para "ser renascido em Cristo", implorando aos seus guardas para que lhe ensinassem o alfabeto ocidental e os primeiros dogmas da fé cristã.[7]

Nenhum dos dois cronistas islâmicos mais bem informados mencionou essa suposta conversão, e o relato de Walter Map apresenta uma versão tão obviamente enfeitada, didática e romântica da história que é difícil saber se alguma parte é baseada em fatos. De qualquer forma, a versão essencial da história que chegou à Europa no fim dos anos 1150 dizia que, ao ser feito prisioneiro pelos templários, Nasr al-Din ensaiou renunciar sua fé na esperança de salvar o pescoço.

Infelizmente, seus cálculos estavam errados, como de costume. Os templários não eram uma organização de missionários. Podiam ser soldados de Deus, mas seu propósito não era acolher inimigos nos amorosos braços de Cristo; era lutar e matar esses inimigos. Desprezavam até os próprios membros que flertassem com a ideia de abandonar sua fé, mesmo sob pressão. Por volta dessa época, um irmão templário conhecido como Roger, o Germano, foi capturado numa escaramuça perto de Gaza e forçado por seus captores

muçulmanos a levantar o dedo e recitar a *shahada*: "Não existe nenhum deus além de Deus, e Maomé é seu profeta". Roger foi libertado, mas depois expulso da ordem.[8] Renegar a própria fé e trair juramentos não era algo que os cavaleiros do Templo admitissem. Ademais, os templários eram pragmáticos. Tinham uma nobre missão, mas o mundo em que operavam era caótico. No contexto da longa guerra em que travavam, Nasr al-Din não era uma alma a ser salva, mas sim um homem procurado e um valioso prisioneiro.

A política dos fatímidas do Egito era bem conhecida pelos que viviam e operavam na região, e os captores de Nasr al-Din logo perceberam que havia homens no Cairo que gostariam que ele prestasse contas: homens preparados para pagar muito bem pela perspectiva de uma vingança. Para os templários, esse fato pesava mais que qualquer outro. Assim, depois de manter Nasr al-Din detido "por um longo tempo", iniciaram negociações para vendê-lo aos seus inimigos.[9] Foi acordado um preço de 60 mil peças de ouro, e pouco depois Nasr al-Din foi entregue aos agentes de Ibn Ruzzik para retornar ao local de seus crimes, algemado, enjaulado e levado pelo deserto no lombo de um camelo.

O cronista Ibn al-Athir escreveu que Nasr al-Din permaneceu em silêncio durante toda a viagem de volta ao Cairo. Só quando chegou aos portões da cidade abriu a boca para recitar um verso curto, refletindo sobre seus infortúnios: "Sim, outrora nós vivíamos aí/ mas acidentes do destino e o cambaleante acaso nos destruíram".[10] Walter

Map escreveu que Nasr al-Din continuou ferrenhamente apegado à sua recém-encontrada fé cristã, terminando seus dias crivado de flechas e amarrado a uma estaca. Map era um homem cuja pena mantinha o passo de sua fantasiosa imaginação, e ao contar essa história aludiu intencionalmente às hagiografias dos mártires santo Edmundo e São Sebastião. Outros escritores concordam que na verdade Nars al-Din foi arrastado e feito em pedaços por uma turba de cidadãos, que em seguida amarraram seu corpo esquartejado numa cruz no alto das grandes torres redondas de pedra do portão Zuwayla do Cairo. "As pessoas literalmente o fizeram em pedaços aos poucos, com os próprios dentes", escreveu Guilherme de Tiro.[11] Independentemente de qual tenha sido seu destino, poucos teriam lamentado sua morte.

✢

Em meados de 1150, os templários tinham se disseminado por todos os Estados latinos cristãos da Terra Santa. Eram uma força relativamente pequena: talvez menos que mil cavaleiros distribuídos pelos três Estados cruzados que ainda restavam, embora seu número se multiplicasse várias vezes graças a muitos sargentos e tropas auxiliares – como a cavalaria leve da Síria, ou turcópolos – que a ordem contratava como mercenários em tempos de necessidade. E tinham muito o que fazer. Cartas e crônicas da época fazem

referências casuais às atividades dos templários: um ataque aqui, uma escaramuça ali, homens perdidos em batalha ou em prisões do inimigo, batalhões fornecidos a exércitos reais para aventuras militares, captura de valiosos prisioneiros para levantar fundos para as missões normais da ordem. Uma carta escrita em 1157 ao Papa Adriano IV caracteriza bem a situação. Depois de um trecho lamentando a captura de inúmeros cavaleiros, inclusive o mestre Bertrand de Blancfort, a carta prosseguia descrevendo em termos casuais um ataque conduzido pelos templários contra uma festa de casamento muçulmana. Duzentos e trinta "pagãos" foram postos em fuga, informaram orgulhosamente ao papa; foi assegurado ainda que todos haviam sido feitos prisioneiros ou "mortos pela espada". A despeito da descrição da violência gratuita (ou talvez por essa razão), a carta começava enaltecendo os templários como os novos macabeus, defensores dos que viviam sob o domínio ou eram perseguidos pelos infiéis.[12]

O centro de operações – a sede onde ficavam o mestre, o senescal, o marechal e a bandeira – continuava no complexo do Templo em Jerusalém, que até meados do século XII esteve efetivamente em posse da ordem. A dimensão da grandeza do Templo foi retratada por Theodoric, um intrépido peregrino alemão que humildemente se definia como "o cocô de todos os monges", que esteve na Terra Santa entre 1169 e 1174. No relato de sua jornada, descreveu em consideráveis detalhes o quartel-general dos templários,

que ele chamou de “Palácio de Salomão”, e seu relato apresenta um quadro vívido de sua aparência.

> Como uma igreja, é oblonga e apoiada por pilares, e também no fim do santuário ergue-se um teto circular grande e redondo, também como uma igreja. Este e todos os edifícios vizinhos ficaram de posse dos soldados templários. Eles ficam aquartelados neste e em outros edifícios que lhes pertencem. E com depósitos de armas, roupas e alimentos estão prontos para guardar e proteger a província. Nos baixos eles têm estábulos construídos pelo rei Salomão. Ficam perto do palácio e sua estrutura é notavelmente complexa. [...] O disparo de uma balestra mal atravessaria de uma ponta a outra esse edifício, nem no comprimento nem na largura.
>
> Encosta acima a área é cheia de casas, moradias e edifícios para todos os tipos de propósitos, e é cheia de passarelas, gramados, câmaras de conselhos, varandas, consistórios e fornecimento de água em esplêndidas cisternas. Abaixo o terreno é igualmente cheio de lavatórios, lojas, armazéns, madeireiras e outros tipos de lojas de artigos domésticos.
>
> A oeste, os templários construíram uma nova casa, cuja altura, comprimento e largura, e todos os seus celeiros e refeitórios, a escadaria e o teto, estão bem além do costumeiro nesta terra. Realmente, o teto é

> tão alto que, se eu fosse mencionar o quanto é alto, os que ouvissem mal acreditariam em mim. [...] Lá também eles fundaram na orla do pátio externo uma nova igreja de tamanho e artesanato magnificentes.[13]

O templo não foi a única coisa da ordem que impressionou Theodoric durante suas viagens. "Não é fácil para qualquer um saber o quanto de poder e riqueza os templários possuem", escreveu.

> Pois quase todas as cidades e aldeias, outrora frequentes na Judeia e depois destruídas pelos romanos, eles e os hospitalários capturaram, e construíram castelos por toda parte e os guarneceram com soldados. Isso é um acréscimo a um grande número de propriedades conhecidas que eles possuem em terras estrangeiras.[14]

Uma das primeiras coisas que os peregrinos viam ao chegar à Terra Santa eram os castelos dos templários na estrada entre Jaffa e Jerusalém. Dois dos mais proeminentes entre eles eram o castelo Arnald, construído pelo patriarca e os cidadãos de Jerusalém no início dos anos 1130 (no reinado de Foulques I) e entregue aos templários pouco tempo depois, que protegia uma ponte onde a estrada se afunilava antes de entrar pelas montanhas; e o Toron des Chevaliers (também chamado Latrun), que protegia outro desfiladeiro.

Europeus e viajantes teriam notado que esses castelos eram bem diferentes dos que conheciam em seus locais de origem. Havia uma torre central construída sobre um monte de terra chamado de mota, em geral cercada por uma muralha externa delimitando uma área onde ficavam as construções externas. No Oriente, os templários preferiam construir e guarnecer pátios fechados e bem protegidos, onde erigiam cômodos de uso comum como refeitórios, capelas, salões de reuniões e alojamentos geminados com as muralhas. Essas muralhas perimetrais, largas e funcionais, rodeavam um pátio que funcionava ao mesmo tempo como convento e área de treinamento.[15]

Postos avançados templários menores podiam ser vistos a leste da Cidade Sagrada, na estrada para o rio Jordão, onde Jesus foi batizado, e frequentado por um grande número de peregrinos que iam se banhar e rezar. Particularmente notável nessa estrada era uma torre minúscula, porém impressionante, de menos de dez metros de cada lado, conhecida como Maldoim, ou "A Cisterna Vermelha".[16] Para onde fossem os peregrinos, iam também os templários. Onde estivessem, as construções da ordem costumavam ser assinaladas por um logotipo característico escavado na pedra: um escudo triangular com um "T" de ponta-cabeça seccionando a metade superior.[17] Fortalezas e torres de vigia com esse logo diferenciado podiam ser encontradas nas rotas que percorriam o reino de Jerusalém, o condado de Trípoli e o principado de Antioquia.

Os portos de Haifa e Acre, assim como o de Jaffa, eram pontos de desembarque muito utilizados pelos peregrinos. Os templários tinham uma casa em Acre próxima à costa, que Theodoric considerou "muito grande e bonita". Como Acre era muito maior e mais bem localizada no litoral do que Jaffa, a cidade vinha se tornando o ponto de abastecimento mais importante da ordem, por onde chegavam homens, dinheiro e equipamentos vindos dos portos da Europa.[18] Fora das muralhas da cidade, os castelos templários podiam ser encontrados em pontos notavelmente perigosos. Onde a estrada costeira passava perto de Haifa e se afunilava num trecho vulnerável a ataques de salteadores, a ordem mantinha uma torre sobre uma elevação de arenito conhecida como Le Destroit (Districtum), em referência ao estreito por onde passava a estrada sinuosa. Mais para o interior, estrategicamente localizada na intersecção das estradas que ligavam Jerusalém a Tiberíades e Acre a Baisan, erguia-se uma grande fortificação chamada La Fève (ou al-Fule). Era um posto avançado sofisticado e bem equipado: Theodoric notou que fora construído numa piscina natural, de onde uma roda mecânica tirava água.[19]

Ocupado por volta de 1172, La Fève era um dos maiores castelos construídos no século XII. Com uma área de 90 por 120 metros, podia abrigar centenas de soldados e cavalos: um ponto ideal para reunir homens antes de alguma batalha e para policiar uma estrada que ligava quatro grandes cidades em posse dos cruzados. Nos anos 1180, um escritor

árabe chamou La Fève de “o melhor castelo e o mais fortificado, o mais cheio de homens e munição e o mais bem fornido”.[20] Outro castelo muito enaltecido era Le Chastellet, construído a altíssimo custo a montante do rio Jordão, acima do nível do mar da Galileia. Os governantes árabes invejavam aquela ameaçadora fortificação, notando que suas muralhas, construídas com grandes lajes de pedra, tinham mais de seis metros de espessura.[21]

No condado de Trípoli, os templários guarneciam um dos seus castelos mais fortes no mundo todo, adjacente à costa e à muralha do pequeno assentamento litorâneo de Tortosa. A ordem foi convidada para guarnecer Tortosa por William, bispo de Trípoli, para reagir aos devastadores ataques de Nur al-Din, atabegue de Alepo. Apesar de ter sido abalado por um terremoto no começo do século XIII, continua sendo uma fortificação intimidante e imponente, com onze torres erguidas de uma muralha dupla, dando à construção a aparência de uma coroa. Junto à Tortosa vieram os direitos à pequena ilha próxima de Ruad (Aradus); em outro ponto em direção ao interior havia outra imensa fortaleza, o Chastel Blanc (Safita), que pertencia à ordem desde mais ou menos a mesma época, início dos anos 1150.

Como Edessa foi tomada antes da Segunda Cruzada e não havia sido recuperada, as possessões cruzadas mais ao norte só chegavam a Antioquia, que era atacada regularmente. Aqui o principal foco dos templários era a vigilância das montanhas de Amanus. Os irmãos monitoravam o trânsito

por terra pelas seteiras das torres de Baghras, Darbsak e La Roche de Roussel, nas encostas das montanhas, garantindo que os visitantes desejáveis passassem sem ser molestados e impedindo a passagem dos indesejáveis.

Juntas, essa malha de torres e castelos defendiam o norte e o sul dos territórios dos Estados latinos, tentando manter certo grau de segurança nos pontos mais sensíveis. Uma pequena força de elite formada por algumas centenas de cavaleiros morava nessas fortificações, apoiados por um número maior de sargentos, equipes de suporte, mercenários contratados, criados e escravos. Todos eram sustentados basicamente pela grande e cada vez maior infraestrutura de casas templárias na Europa, que nos anos 1170 estavam transformando a Ordem do Templo numa organização global.

Enquanto isso, em Aragão, Castela e Leão, Navarra e Portugal, os templários entranhavam-se na tessitura da guerra santa. No fim dos anos 1150, eles já estavam estabelecidos na península Ibérica havia três décadas, tendo construído um grande portfólio de fortalezas e outras propriedades doadas pelos monarcas que lutavam pela Reconquista.

O patrono mais entusiasta da região era Afonso Henriques, conde de Portugal, que quando jovem declarou

ser um irmão templário, sugerindo que já havia algum tempo se tornara formalmente um membro associado da ordem. Era generoso com seus presentes. O primeiro castelo que os templários ocuparam em Portugal era uma imensa fortaleza em Soure, que o ambicioso governante doou à ordem em 1128, na primeira década de sua existência. Não demorou muito para a ordem se expandir na região. Nos anos 1140, Afonso Henriques avançou com suas tropas para o sul, tomando o território muçulmano ao redor do vale do rio Tejo; em 1144 os templários locais o ajudaram a atacar a cidade de Santarém, um antigo assentamento romano sob domínio islâmico desde o século VIII. Afonso Henriques acabou com essa história conquistando a cidade e expulsando a população muçulmana. Por sua ajuda nesse ataque, os templários ganharam os proventos de todas as igrejas na cidade recém-cristianizada.

Três anos depois eles trocaram Santarém por uma recompensa bem maior. Entre julho e outubro de 1147, um exército português investiu contra Lisboa, apoiado por uma frota de mais de 150 navios a caminho da Segunda Cruzada, com soldados da Inglaterra e da Escócia, da Frísia, da Normandia e de Flandres. Em um cerco que durou dezessete semanas, os portões e as muralhas da cidade foram demolidos por aríetes, torres de sítio e catapultas. A invasão que se seguiu foi furiosa e perdurou vários dias, com a guarnição da cidadela sendo trucidada, apesar da promessa de que os defensores seriam poupados.

A conquista de Lisboa resultou numa grande ascensão para Afonso Henriques. Em uma década ele conseguiu assegurar a Portugal o status de reino. Para afirmar suas credenciais cristãs, criou um bispado em Lisboa, que assumiu as igrejas de Santarém doadas aos templários. Mas a ordem não saiu perdendo com isso: como compensação, o novo rei deu aos templários portugueses a fortaleza de Cera e o direito de fundar a cidade de Tomar, para usá-la como um quartel-general regional. Os presentes continuaram fluindo até o decorrer do século XIII.

A ordem também prosperou em Aragão. Em 1143, o sucessor de Alfonso, Ramon Berenguer IV, chegou a um acordo com os templários na questão da herança de um terço do reino cedendo à ordem uma malha de grandes fortalezas. Talvez a melhor fosse a de Monzón, um forte praticamente à prova de sítio construído pelos muçulmanos numa elevação perto do rio Cinca, que os templários ampliaram até se equiparar a qualquer castelo da Terra Santa. A ordem passou a lutar ao lado dos exércitos de Ramon e a sitiar cidades em seu nome, recebendo generosas recompensas por seu trabalho. As ações cruzadistas nas fronteiras de Aragão eram tão coordenadas entre templários e reis quanto nos mais famosos postos avançados do Oriente.

O mesmo não era tão verdadeiro em outras partes dos reinos espanhóis. Em Castela, os templários foram postos de lado antes de ganharem maior apoio real. Por alguns anos eles mantiveram o castelo de Calatrava, que acabou sendo

devolvido à Coroa em 1158. A essa altura, governantes de Castela começaram a mostrar suas preferências por ordens militares nativas, primeiro com a Ordem de Calatrava, fundada por um monge cisterciense chamado Ramon de Fitero, em 1163. Três anos mais tarde foi estabelecida em León a Ordem de Alcântara (também conhecida como a Ordem de San Julián de Pereiro), e por volta da mesma época surgiu a Ordem de Santiago, dedicada à proteção de peregrinos a caminho de um dos locais mais sagrados do Ocidente: a capela de Santiago de Compostela, na Galícia. Eram ordens mais dependentes dos reinos onde haviam sido fundadas, e nunca ultrapassaram suas fronteiras nem se tornaram organizações internacionais como os templários e os hospitalários. Mas mostravam que o ideal de uma ordem militar continuava popular em todas as áreas relacionadas às cruzadas.

9

“Problemas em dois territórios”

✝

O rei Amalric de Jerusalém era esforçado. Era gago, o que dificultava qualquer conversação eloquente. Comia pouco, mas engordava tanto que seus peitorais bulbosos caíam até a cintura como os seios de uma idosa.[1] Tinha dificuldade em agradar seus cortesãos, que o consideravam taciturno e pouco conversador, e quase sempre sua fé perdia a batalha contra o pecado da fornicação, pois dividia sua cama com mulheres casadas e também solteiras.

Mais que tudo, Amalric lutava contra as demandas infernais e complexas de governar Jerusalém: defender as disparatadas terras cristãs do Oriente dos ataques cada vez mais numerosos de seus inimigos, que ganhavam cada vez

mais força sob a liderança regional de Nur al-Din. Era uma luta travada em diversas frentes, contra adversários no Egito e na Síria, que aos poucos iam ganhando mais coesão, confiança e propósito. Amalric era um rei competente: um escritor muçulmano enalteceu sua "bravura e sua astúcia sutil, algo que os francos não viam desde que surgiram na Síria".[2] Porém, durante a década em que governou Jerusalém, seu reino se tornava cada vez menos estável, e às vezes isso o lançava num conflito aberto com seus próprios homens.

Quando foi coroado rei, em 18 de fevereiro de 1163, Amalric tinha 27 anos. Seu irmão, Balduíno III, tinha morrido havia oito dias, sucumbindo aos 33 anos a um ataque de febre e disenteria que o debilitou por vários meses. Guilherme de Tiro desconfiou de algum tipo de atentado, culpando um médico sírio cristão de Antioquia chamado Barac por ter ministrado a Balduíno pílulas que se mostraram venenosas. Experimentos posteriores à morte do rei parecem provar essa teoria, pois os tabletes, quando misturados com pão, foram suficientemente fortes para matar um cachorro. Fosse qual fosse a causa, o rei morreu em Beirute, e uma procissão solene o trouxe de volta a Jerusalém para ser enterrado. Tanto o funeral de Balduíno como a coroação de Amalric aconteceram na igreja do Santo Sepulcro.

A transição do reino preocupou os barões cristãos da Terra Santa. Poucos anos antes, Balduíno havia se casado

com uma jovem de treze anos, Agnes de Courtenay. Com apenas dezessete anos por ocasião da morte do rei, Agnes não tinha filhos, e, portanto, não havia muito o que contestar na sucessão de Amalric. Mesmo assim, houve resmungos entre os principais lordes do reino quanto à sua aptidão para reinar. Quando o novo rei escreveu a Luís VII, sete semanas após sua coroação, jactando-se de que sua ascensão fora tranquila e bem respaldada, na verdade ele estava dourando a pílula da ambivalente receptividade de alguns de seus pares.[3] O rei foi mais verdadeiro ao admitir que os problemas enfrentados por seu reino recém-herdado eram graves e que "a cristandade do Oriente está terrivelmente exaurida e sob mais pressão que o normal".[4] No verão anterior, terremotos tinham danificado castelos e outras edificações em Antioquia, e agora as forças de Nur al-Din ameaçavam arrasar tudo o que a natureza não conseguira destruir. Renaud de Châtillon, príncipe de Antioquia, um dos mais severos nobres a chegar aos Estados latinos e que governava seu principado com mão de ferro, fora feito prisioneiro e apodrecia nas masmorras de Nur al-Din. A autoridade cristã estava se esfacelando ao norte, enquanto o poder de Nur al-Din aumentava. O temível atabegue começava a se concentrar em seu objetivo estratégico final: a união de toda a Síria sob seu governo, para depois tomar o Egito, fomentando um golpe contra os governantes fatímidas do Cairo, ou simplesmente conquistando o país.

Durante os anos 1140 e 1150, Nur al-Din tinha expandido seu domínio a partir de Alepo para cidades e Estados vizinhos. Requisitou a soberania de Mosul em 1149, após a morte de seu irmão, e em 1154 depôs o governante de Damasco. Em 1164, as terras que outrora compunham o condado de Edessa estavam todas sob seu controle. Pela primeira vez desde a chegada dos cruzados à Terra Santa, a Síria estava unida, com o Egito fatímida praticamente na bancarrota. Desde a queda de Ascalão, em 1153, o país vinha pagando tributos aos reis cristãos de Jerusalém, e a aleatoriedade das dinastias que se sucederam resultou numa série de califas jovens e fracos. Era um país pronto para ser conquistado.

A união do Egito com a Síria era uma perspectiva tão preocupante para os cristãos, quanto estimulante para Nur al-Din. A fusão dos dois Estados cercaria os territórios costeiros cristãos com inimigos ao norte, ao sul e a leste. A cisão que havia décadas contrapunha os seljúcidas sunitas turcos aos egípcios fatímidas xiitas era crucial para a capacidade dos cruzados de manter seu reino. Todos entendiam que o dever de qualquer rei cristão de Jerusalém, Amalric inclusive, era garantir que as duas potências muçulmanas continuassem divididas.

Em 1163, o mestre do Templo era Bertrand de Blancfort, um veterano nas guerras do Oriente. Bertrand foi eleito como o sexto grão-mestre templário em 1156, após a morte de André de Montbard, e forneceu ajuda militar a Balduíno

III em diversas ocasiões, com altos custos pessoais. Em junho de 1157, sofreu uma humilhante derrota militar em Banias, na Antioquia; durante uma emboscada, Balduíno foi obrigado a fugir do campo de batalha e muitos francos proeminentes foram feitos prisioneiros, inclusive o marechal do rei, Odo de Saint-Amand, o poderoso lorde Hugo de Ibelin e o próprio Bertrand.

Guilherme de Tiro definia Bertrand como um "um homem religioso e temente a Deus".[5] Sua experiência como prisioneiro de Nur al-Din sugere que era também um homem calejado pela guerra. Depois da derrota em Banias, Bertrand foi levado a Damasco em um vergonhoso comboio: os cavaleiros foram amarrados de dois em dois em cada camelo, com os animais levando uma bandeira adornada pelos escalpos dos homens mortos pendurados em suas lanças. Prisioneiros de mais alto status como Bertrand puderam viajar sozinhos e a cavalo, com seus coletes de malha e capacetes, mas também foram obrigados a transportar o macabro estandarte na montaria.[6] Bertrand foi mantido prisioneiro em Damasco até 1159; quando Amalric foi coroado rei de Jerusalém, já fazia quase quatro anos que havia sido libertado. Seu compromisso era colocar a Ordem do Templo a serviço da Coroa de Jerusalém, mas receava avançar seus homens para combater uma força combinada que eles não tinham esperança de derrotar.

O primeiro confronto dos templários com Nur al-Din foi surpreendentemente bem-sucedido. No outono de 1163, os

cristãos foram informados de que Nur al-Din estava descansando seus exércitos em La Boquée (Buqaia), no condado de Trípoli. Foi planejada uma emboscada, aparentemente instigada por dois lordes de alta posição no Ocidente: Godefroy Martel, irmão do conde de Angoulême, e Hugo "le Brun" de Lusignan, ambos numa viagem de peregrinação na Terra Santa.

Godefroy e Hugo eram homens de considerável prestígio. É altamente provável que mantiveram contato com Bertrand de Blancfort desde o momento em que chegaram, e com certeza no outono conheceram os templários de Trípoli, pois, quando Nur al-Din foi atacado em La Boquée, Godefroy e Hugo escolheram como comandante de campo um cavaleiro templário de alta patente e reputação idônea: Gilbert de Lacy.

Em 1163, Gilbert de Lacy era o preceptor, ou comandante regional, dos templários no condado de Trípoli. Com mais ou menos cinquenta anos de idade, Gilbert passara boa parte de sua vida adulta na Inglaterra, em meio à turbulenta política da guerra civil hoje conhecida como a Anarquia. Alinhou-se à filha de Henrique I e herdeira designada, a imperatriz Matilda, em sua amargurada luta pela sucessão contra o primo, o rei Stephen. Uma crônica da época, conhecida como *Gesta Stephani* [Feitos de Stephen], chamava Gilbert de "astuto e engenhoso", definindo-o como "cauteloso e diligente em qualquer ação de guerra".[7]

Ademais, Gilbert tinha uma longa história de envolvimento com os templários. Durante a Anarquia ele doou uma mansão para a ordem em Guiting, um lote fértil e valioso entre Gloucester e Oxford, nas montanhas baixas e verdejantes de Cotswolds. Quando a luta terminou e o filho de Matilda foi coroado como o rei Henrique II, Gilbert considerou sua carreira política realizada: abriu mão de suas terras para o filho em 1158 e ingressou na ordem. Foi um recruta de alto status: aristocrata, um guerreiro e cristão caridoso, preparado para abandonar os confortos da vida doméstica para comandar os exércitos dos fiéis. Dois anos depois, estava em Paris como membro de uma delegação de templários que atuou como avalista de um acordo de paz entre o novo rei inglês e Luís VII da França (as grandes terras continentais mantidas pelos reis Plantageneta da Inglaterra eram causa de disputas quase constantes com os governantes franceses). Porém, para um soldado da ativa, só havia um lugar para estar: em 1162, Gilbert viajou para a Terra Santa e assumiu o comando dos templários em Trípoli, e agora liderava a emboscada às forças de Nur al-Din em La Boquée.

O ataque pegou as tropas de Nur al-Din totalmente desprevenidas. “Muitos dos seus homens foram feitos prisioneiros e mais ainda pereceram pela espada”, escreveu Guilherme de Tiro. “Em desespero e em risco de vida, ele fugiu em uma debandada geral. Toda a bagagem e até sua espada foram abandonadas. [...] Mas os cristãos, carregados

de espólios e muitas riquezas, retornaram vitoriosos a sua própria terra."[8] O triunfalismo do relato de Guilherme reflete o sucesso da emboscada, mas na verdade foi apenas um pequeno revés para Nur al-Din.

Em 1164, os templários estavam mais uma vez envolvidos em um ataque direto a forças muçulmanas, dessa vez ao sul. Quase imediatamente depois de ser coroado, Amalric começou a planejar uma série de campanhas contra o Egito, lançando seu primeiro ataque meses depois da coroação. Assim como Nur al-Din, ele reconhecia a fraqueza dos fatímidas e queria tirar vantagem da intensa luta pelo poder que acontecia no Cairo entre o vizir, conhecido como Xauar, e um general curdo imponente e extravagante, com os olhos velados por cataratas, chamado Shirkuh, que tentava fomentar uma rebelião para depor o governo egípcio em nome de Nur al-Din. Amalric sabia que o Egito era um país muito rico, que poderia prover uma pilhagem lucrativa, além de ser um manancial de territórios a ser oferecido como recompensa a aristocratas leais que servissem bem à Coroa. Percebia que a segurança ao redor de Ascalão e Gaza teria de ser reforçada se os cavaleiros cruzados quisessem se apossar de cidades do delta do Nilo mais próximas da costa, como Damieta, Roseta e Alexandria. Também sabia que o estabelecimento de rotas comerciais no restante do Mediterrâneo seria bastante facilitado se qualquer uma dessas cidades fosse tomada.[9]

Os templários se juntaram à segunda marcha de Amalric contra o Egito em julho de 1164. O rei chegou às imediações do delta do Nilo e sitiou Shirkuh na antiga cidade de Bilbeis. Amalric e seus aliados dedicaram vários meses ao cerco, conseguindo evacuar Shirkuh e exigir uma recompensa financeira de Xauar por seus esforços, mas em outubro tiveram de partir sem nenhum ganho territorial importante. Pior ainda, enquanto se empenhavam em manobras de guerra ao sul, Nur al-Din aproveitou a oportunidade para atacá-los pelo norte. Assim que Amalric partiu para o Egito, Nur al-Din penetrou fundo em Antioquia, e em 10 de agosto enfrentou um grande exército de cristãos comandado por Raymond III, conde de Trípoli, e Bohemond III, príncipe de Antioquia, na batalha de Artah. Consta que o exército cristão era formado por 12 mil soldados de infantaria e seiscentos cavaleiros, dos quais mais de sessenta eram templários. Mas dessa vez Nur al-Din estava em vantagem, destruiu os exércitos cruzados, matou um grande número de cavaleiros, aprisionou todos os líderes e seguiu para Antioquia, tomando a importante cidade costeira de Banias. Foi uma grande lição para Amalric. Os cristãos teriam de escolher entre atacar o Egito ou defender seus territórios dos ataques de Nur al-Din pelo norte; era arriscado demais tentar fazer as duas coisas.

Bertrand de Blancfort percebeu isso claramente. Assim como seus predecessores, escreveu cartas e mandou enviados a Luís VII da França, na esperança de estimulá-lo

com a perspectiva de comandar outra cruzada; em outubro e novembro de 1164, o mestre mandou duas cartas descrevendo os inconvenientes de combater em duas frentes ao mesmo tempo na Terra Santa. Era mais que uma questão de teoria militar. Em Artah os templários perderam sessenta cavaleiros, um número bem maior de sargentos e um grande número de mercenários sírios conhecidos como turcópolos, que eles contratavam para engrossar suas fileiras no campo de batalha. Era uma quantidade significativa de homens, que custaria caro repor. Somente sete templários conseguiram escapar.

"Sereníssimo rei, os problemas nas duas terras de Jerusalém e Antioquia são numerosos demais para enumerar", escreveu Bernardo em sua primeira carta. Continuou em outra um mês depois, queixando-se das infelicidades infligidas por Nur al-Din enquanto ele estava ocupado no Egito. "Embora o nosso rei Amalric seja grandioso e magnificente, graças a Deus", escreveu Bertrand, "ele não consegue organizar um exército quádruplo para defender Antioquia, Trípoli, Jerusalém e Babilônia [i.e. o Egito] [...] mas Nur al-Din pode atacar as quatro posições de uma só vez e ao mesmo tempo, se assim desejar."[10] Bertrand demonstrou conhecer bem as minúcias dos cálculos na guerra do Oriente: era basicamente uma questão de números. Nur al-Din os tinha. A maioria dos francos não.

Aqui tornavam-se visíveis os primeiros sinais de uma lacuna entre as expectativas do rei e a capacidade de uma ordem militar sobrecarregada. Bertrand concluiu sua carta a Luís dizendo que estava enviando um mensageiro para explicar pessoalmente o que não poderia fazer por escrito. Esse mensageiro, Walter Brisebarre, era "honesto e meticuloso com os assuntos de Deus e esteve envolvido nesses eventos do início ao fim". Seria uma maneira cifrada de preparar o rei para ouvir uma verdade menos envernizada de seu mensageiro do que ele gostaria de dizer por escrito? Não podemos saber. Mas no outono de 1146 estava claro que, embora os templários estivessem preparados para ajudar Amalric, o mestre da ordem tinha reservas sobre a perspectiva de um sucesso duradouro enquanto ele estivesse no trono.

✢

Em 30 de janeiro de 1167, Amalric partiu mais uma vez de Ascalão, agora em direção ao Egito. O exército latino tinha então a missão de deter outro ataque de Shirkuh ao Cairo, com o objetivo de expulsar os fatímidas da cidade. Amalric partiu para o sul a pedido de Xauar, com a promessa de um enorme butim como prêmio pela vitória. Em troca da ajuda dos cristãos, Xauar prometeu pagar ao rei de Jerusalém 400 mil dinares. Em peso, eram 1.700 quilos de ouro maciço, em dinheiro vivo. Amalric e seus homens estavam preparados

para enfrentar as dificuldades de uma marcha pelo deserto, onde os redemoinhos de areia eram tão densos que era impossível fazer qualquer coisa a não ser desmontar dos cavalos até as tempestades ofuscantes e abrasivas amainarem.[11] Também estavam preparados para desconsiderar o fato de o Egito estar num estado de agudo caos interno, sem condições de pagar a atraente quantia prometida pelo vizir.

Mais uma vez, os templários marcharam com o rei, apesar de os ânimos estarem mais tensos, pois no ano anterior Amalric tinha enforcado doze irmãos da ordem num acesso de raiva. Em 1166, um nobre de alto escalão e associado real chamado Filipe de Nablus[1] entrou para a ordem logo depois da morte da esposa, doando uma significativa porção de terras na Transjordânia para uso dos templários. A Transjordânia (também conhecida por seu nome francês, Oultrejourdain) era uma região altamente volátil na periferia do Egito, cujo controle era disputado por Amalric e Nur al-Din.[12] Uma transferência de terras dessa proporção numa parte sensível do reino teria de ser assinada pelo rei. Amalric concordou, mas lamentou sua decisão quase de imediato.

Um dos bens que Filipe doou à ordem era uma caverna fortificada. Amalric deu aos templários instruções específicas de defendê-la a qualquer custo, mas logo a seguir a ordem perdeu a fortificação para os homens de Shirkuh. No relato curto e hostil de Guilherme de Tiro sobre

o episódio, houve um notável bafejo de traição. Segundo sua crônica (tendenciosa e influenciada por sua relação pessoal com Amalric, que o contratou como tutor do filho), um destacamento muçulmano atacou a caverna, e o rei organizou devidamente "uma boa companhia de cavaleiros" para viajar até o rio Jordão e recuperar o local. No entanto, antes de chegarem lá, foram informados de que os templários haviam se rendido. "Desconcertado e furioso [...] o rei condenou doze dos templários responsáveis pela rendição a serem enforcados em um cadafalso."[13]

Mesmo assim, os templários apoiaram a campanha de 1167 e se juntaram ao exército real. Uma confronto inconclusivo, conhecido como a batalha de Al-Bebein, foi travado em 18 de março a certa distância do sul de Cairo. O exército de cavaleiros cristãos de Amalric, apoiado por um contingente de "imprestáveis e efeminados egípcios" que Guilherme de Tiro chamou de "um estorvo e não uma ajuda", investiu contra uma força muito maior de Shirkuh, cuja cavalaria pesada chegava aos milhares.[14] A batalha desandou em confusão, com baixas para ambos os lados.

Amalric insistiu. Seguindo Shirkuh, o rei voltou pelo delta do Nilo, em direção noroeste, e sitiou a famosa cidade portuária de Alexandria, bloqueando-a com uma frota naval e bombardeando-a com catapultas por terra. O cerco a Alexandria só foi abandonado quando Shirkuh propôs um acordo de paz, concordando em sair do Egito e aceitando que Xauar continuasse como vizir de Cairo, com uma guarnição

cristã controlando Alexandria. A curto prazo isso pareceu um resultado razoavelmente bom. Mas em um ano a paz tinha acabado, envenenando ainda mais as relações do rei com os templários.

✢

Em 1164, um cavaleiro templário chamado Godefroy Fulcher partiu de Paris para o Oriente e chegou a Acre. Godefroy era o preceptor de Jerusalém, um veterano havia vinte anos na ordem, que já tinha viajado muito entre a Europa e os Estados latinos, e mantinha relações próximas com Luís VII da França. Prestando um favor ao rei francês, Godefroy passou seus primeiros meses ao voltar à Terra Santa viajando por pontos de peregrinação e tocando cada um deles com um anel. Depois enviou o anel a Paris, como um presente para o rei, com cartas lamentando os desastres militares que haviam abalado o reino de Jerusalém e pedindo mais homens e recursos.

Três anos depois, em 1167, Godefroy estava atravessando o deserto na campanha do Egito. Fora escolhido pelo rei Amalric como enviado especial para obter de Xauar promessas firmes de que os cristãos seriam pagos pela intervenção. Godefroy entrou no Cairo com Hugo de Cesareia, um lorde nascido no reino de Jerusalém, e a experiência dos dois no palácio foi realmente estonteante.

Como vizir do Egito fatímida, Xauar servia ao califa Al-Adid, um jovem de dezesseis ou dezessete anos que teve uma infância terrível e turbulenta. O pai fora assassinado por Nasr al-Din e Abbas; seu irmão mais velho, Al-Fa1'iz, governou por pouco tempo antes de morrer ainda criança. Al-Adid tornou-se califa em 1160, aos onze anos, mas na prática Xauar exercia o poder em seu nome. Apesar de isso parecer conveniente ao califa, que um cronista cristão dizia levar "uma vida decadente entre suas garotas", supostamente com uma concubina para cada dia do ano, Al-Adid era reverenciado pelo seu povo, que acreditava que ele tinha o poder de fazer o Nilo transbordar.[15]

Os latinos sabiam muito bem do prestígio do califa e, ao tratar com os fatímidas, se preocupavam em conseguir concessões e garantias não só do vizir, mas também de seu senhor. Por essa razão, Godefroy de Fulcher e Hugo de Cesareia foram enviados ao Cairo para se encontrar pessoalmente com Al-Adid e fazer com que cumprisse as promessas feitas por Xauar. Suas instruções eram de só levar a sério a palavra pessoal do califa e seu aperto de mão. A missão os arrastou a uma aventura no coração do califado fatímida: um lugar que poucos homens e somente um punhado de cristãos nascidos no Ocidente haviam visto.

Godefroy e Hugo definiram o esplendor que viram a caminho do santuário interno como "único e de um feitio desconhecido no nosso mundo".[16]

Segundo contaram depois a Guilherme de Tiro, para entrar no complexo do palácio, eles foram conduzidos por passagens escuras e estreitas, guarnecidas por todos os lados por dezenas de guarda-costas armados de espadas. A cada soleira de porta havia grandes sentinelas, que saudavam entusiasticamente o vizir quando ele passava. Conduzidos pelo eunuco chefe do palácio, os dois atravessaram admirados enormes pátios cercados por passarelas, colunas de mármore e cintilantes lagoas de peixes, onde pássaros exóticos cantavam estranhas melodias. Finalmente, chegaram ao aposento do califa, forrado de cortinas com brocados de pérolas. Viram Xauar se jogar no chão três vezes na base de um trono dourado e beijar os pés de um jovem bonito e de barba rala, enquanto conselheiros particulares e eunucos observavam das coxias.

O preceptor dos templários, incongruente em meio a todas aquelas vênias e reverências com seu simples uniforme branco com a cruz vermelha estampada, não fez nenhuma genuflexão ao califa. Pelo contrário. Ficou observando enquanto Hugo falava com o líder do mundo xiita como se fosse um falcoeiro ardiloso no bazar de Cesareia. Ignorando os eunucos e a bajulação dos funcionários, Hugo fez Al-Adid repetir palavra por palavra os termos do acordo do rei Amalric com Xauar, antes de exigir que ele simbolicamente honrasse o acordo com um aperto de mãos sem luvas.

Os lacaios do califa ficaram perplexos e boquiabertos, mas Al-Adid cumpriu seu dever e despachou Godefroy e Hugo. Um pacto político e militar entre o governante fatímida e os Estados cristãos foi selado com um dos rituais mais íntimos de que o jovem califa já havia participado. Sua validade baseava-se em grande parte num aperto de mãos entre um califa e um templário. Mas será que o califa cumpriria sua palavra? E, igualmente importante, será que o rei de Jerusalém faria o mesmo?

O grande investimento pessoal dos templários no pacto e a posição que mantinham em Gaza devem ter sido fatores importantes no ano seguinte, quando as relações com o rei voltaram a azedar. Em outubro de 1168, praticamente sem avisar nem mesmo seus confidentes mais próximos, Amalric renegou seu acordo com Xauar, "reuniu as forças de seu reino e marchou para o Egito".[17] Levou a cabo um breve cerco em Bilbeis, massacrou civis e seguiu direto ao Cairo, onde acampou nos portões da cidade e esperou que o vizir lhe fizesse outra polpuda oferta para partir.

A oferta foi feita: dessa vez foram 2 milhões de peças de ouro – uma quantia tão vasta que chegava a ser risível. Amalric retirou suas tropas, estendeu a mão e ficou esperando o dinheiro começar a cair. Foi um erro calamitoso.

Se Bertrand de Blancfort ou Godefroy de Fulcher estivessem presentes, talvez pudessem ter aconselhado Amalric a confiar menos no vizir e a pensar duas vezes antes de selar seu acordo com o califa. Porém, nessa ocasião eles

não foram consultados. Preferiram não ter nada a ver com aquela missão imprudente e antidiplomática, que renegava um acordo feito de boa-fé. Recusaram-se terminantemente a participar da invasão: uma grave ofensa ao rei que só pode ter sido decidida depois de muitas preces e reflexões.

Enquanto o rei de Jerusalém esperava sentado a primeira parcela do pagamento em ouro, Xauar entrou em contato com seu ex-inimigo Nur al-Din e implorou sua ajuda para expulsar os gananciosos francos. Shirkuh foi devidamente despachado para o Cairo, reunindo um grande exército pelo caminho. Conseguiu enganar Amalric e posicionou suas tropas na frente da cidade em tal número que se tornou claro que não havia esperança para os cristãos vencerem o embate. Em 2 de janeiro de 1169, Amalric percebeu que não tinha escolha a não ser levantar acampamento e voltar a Jerusalém. Ele não conseguiu conquistar o Cairo. Tudo o que fez foi trucidar os habitantes civis de uma cidade do delta do Nilo, ficar acampado algumas semanas e voltar para casa.

Isso foi apenas o começo dos seus problemas. Assim que Amalric saiu do Egito, Shirkuh deu o passo simples e letal pelo qual esperara havia tanto tempo. Convidou Xauar para uma conversa amistosa nos arredores do Cairo. Na hora do encontro, escapuliu e foi dar uma volta à beira d'água. Xauar esperava uma discussão amistosa, mas encontrou os homens de Shirkuh prontos para matá-lo. Eles o atacaram, o jogaram ao chão, esfaquearam-no diversas vezes e deceparam sua cabeça. Shirkuh voltou de sua caminhada,

mandou uma mensagem ao califa dizendo que queria visitá-lo no Cairo e entrou, anunciando a si mesmo como o novo vizir. Em pouco tempo e com uma degola, o Egito tinha caído nas mãos de Nur al-Din. O processo de anexação pela Síria sunita teve início, e os dias dos califas fatímidas, que governavam de seus exóticos palácios o Cairo havia mais de 250 anos, estavam para chegar abruptamente ao fim. Os piores temores dos templários se materializaram: agora eles se encontravam cercados por um inimigo unificado e fortalecido. Uma situação bem parecida à que Bertrand de Blancfort e o preceptor Godefroy de Fulcher anteciparam em suas cartas pessimistas enviadas à França.

Em meses, as forças ressurgentes do islã teriam um novo líder, mais perigoso que Nur al-Din, mais astuto que Shirkuh e não menos feroz que Zengui. Ele causaria nos francos em geral, e nos templários em particular, mais problemas do que já haviam enfrentado em sete décadas de ocupação. Para seus admiradores, ele era "um dos maiores heróis, poderoso de espírito, forte na coragem e de grande firmeza, que não tinha medo de nada".[18] Para os que sofreram o pior de sua ira, ele era "o açoite da fúria do Senhor", enviado para "devastar e exterminar o povo obstinado".[19]

Seu nome era Saladino.

10

“Lágrimas de fogo”

✢

A poeira levantada pela marcha do enorme exército de Saladino era suficiente para transformar a mais luminosa manhã em uma névoa escura e opaca. “Às vezes, a terra gemia sob os esquadrões”, escreveu seu secretário e administrador Imad al-Din, “e os céus recebiam com alegria as partículas de poeira.” Com força total, deveria ser uma visão realmente assustadora: 12 mil cavaleiros profissionais galopando à frente de um número três vezes maior de voluntários. Os associados de Saladino se gabavam de que, quando os francos de Jerusalém (que eles consideravam como “poluição” e “imundície da escória da humanidade”) fossem informados de que a horda

vinha se aproximando, eles estremeceriam de terror e desejariam "nunca terem nascido".[1]

Durante a década que se seguiu à queda de Cairo, Salah ad-Din Yusuf ibn Aiube, um soldado carismático, politicamente hábil, implacavelmente ambicioso e extraordinariamente autoconfiante, tornou-se o mais destacado líder do mundo islâmico e fundador da dinastia de sultões conhecida como aiúbidas, em referência ao pai de Saladino. Saladino foi um dos principais comandantes e líderes das campanhas de Shirkuh no Egito, não só por ser sobrinho do ancião. Mas as circunstâncias de seu nascimento não explicam por si os seus sucessos, e não demorou muito para o sobrinho superar as realizações do tio. Um ano depois da capitulação da cidade, Shirkuh teve uma amidalite – um abcesso grave na garganta provocado por uma voraz sessão de comilança de carnes gordurosas. Ele morreu de repente, em 22 de março de 1169, e Saladino assumiu o controle.[2] Pouco depois, o Cairo deixou de ser regido pelo califa xiita fatímida Al-Adid para se submeter ao califa sunita abássida de Bagdá, e Saladino iniciou uma campanha com o objetivo de anexar todos os territórios islâmicos importantes do Egito, da Síria e da Mesopotâmia ao seu comando.

Como seria de se esperar, a ambição de Saladino deu origem a muitos inimigos, entre eles Nur al-Din, que apoiou o golpe de Shirkuh no Egito e não se via como um arrivista curdo, mas como um homem destinado a governar a Síria e

o Egito unificados. Mas Saladino tinha outros planos. Com uma combinação de uma incisiva liderança militar, incansáveis campanhas, a força de sua personalidade e uma saudável dose de boa sorte, entre 1169 e 1177, Saladino expandiu sua área de influência para além do Egito e se tornou a ameaça mais temível para outros governantes muçulmanos, em Alepo, Damasco e Mosul. Em 1171, com a morte de Al-Adid, o califado fatímida foi formalmente abolido. Saladino passou então a consolidar o domínio sunita sob seu próprio comando por todo o Egito.

Todas as tentativas de matá-lo à traição, por complô ou no campo de batalha fracassaram. Seu principal rival no domínio regional, Nur al-Din, morreu em 1174, e Saladino imediatamente tomou seu lugar. Primeiro impôs sua posição em Damasco, organizando um rápido golpe contra os que tentavam defender a liderança do filho de onze anos de Nur al-Din. Saladino retirou o garoto da cidade e se casou com a viúva de Nur al-Din, ganhando assim um verniz de legitimidade. Com Damasco assegurada, no ano seguinte lançou uma campanha contra a família de Nur al-Din e seus seguidores mais ao norte, impondo-lhes uma derrota decisiva no campo de batalha e tomando as cidades de Homs e Hama. Seus respeitáveis apelos ao califa abássida de Bagdá surtiram então efeito, e em reconhecimento a sua crescente reputação e conquistas, em 1175, Saladino assumiu o título de sultão do Egito e da Síria. No fim dos anos 1170, ele continuava a pressionar a família de Nur al-Din e antigos

associados em Alepo (que acabou tomando em 1182) e em Mosul (que não conseguiu controlar). No começo dos anos 1180, Saladino era inquestionavelmente a figura dominante de todo o Levante islâmico.

Saladino baseou suas exigências de autoridade numa imagem de si mesmo muito bem construída, como o de um verdadeiro defensor da fé, cujo comprometimento com a *jihad* superava a de todos os outros. Governante generoso, dedicado, sagaz e (relativamente) humano, era também habilidoso no julgamento de homens e de suas motivações, com uma personalidade, além de suas façanhas, que deixava uma profunda impressão nos que lhe eram próximos. Seus seguidores mais íntimos, Ibn Shaddad e Imad al-Din, que escreveram detalhados relatos sobre a vida e as façanhas de Saladino, raramente tiveram que forçar a pena ou a imaginação na busca de discursos laudatórios para o seu mestre.

Sempre constante em seus maiores elogios era o ilimitado desejo de Saladino de enfrentar diretamente os malditos francos, que ocupavam Jerusalém e dominavam os territórios de Trípoli e Antioquia. Ibn Shaddad escreveu sobre ele:

> A *jihad*, seu amor e paixão por ela, tinha se apoderado de seu coração e de todo o seu ser, tanto que ele não falava de nada mais, não pensava em nada além dos meios de realizar sua missão, só se

> preocupava com seus recursos humanos e só apreciava os que falavam sobre isso e o encorajavam.[3]

Isso era mais que simplesmente religiosidade. A grande visão de Saladino, que direcionou muito de sua carreira, era a compreensão pragmática de que o fomento da unidade no frágil mundo islâmico (e a solidificação de sua autoridade pessoal) poderia ser atingido de melhor forma mobilizando seus companheiros muçulmanos sob a bandeira da guerra santa contra um inimigo incréu.

A pura ambição de Saladino pela conquista e seu intenso sentimento anticristão o levaram à guerra contra o reino latino. A única verdadeira surpresa foi ele ter demorado mais de uma década para fazer seu primeiro movimento. Mas, quando isso foi feito, os templários estavam na vanguarda dos que se opuseram a ele.

✢

Depois da tomada de poder de Saladino no Egito em 1169, as relações entre os templários e o rei de Jerusalém ficaram fragilizadas. Bertrand de Blancfort morreu nesse ano, e o convento central da ordem elegeu Filipe de Nablus, um lorde nascido no Oriente, com uma longa folha de serviços ligados à corte de Amalric. Filipe pode muito bem ter sido imposto aos templários a pedido do rei, embora seja igualmente

possível que sua eleição tenha sido um movimento intencional por parte da ordem para melhorar as relações com a Coroa. De qualquer forma, deu certo no curto prazo, pois sob o comando de Filipe os templários retornaram ao Egito para participar de uma (fútil) invasão real. No entanto, a lealdade de Filipe à Coroa superava seu compromisso com a ordem. Em 1171, ele resignou seu posto com o intuito de liderar uma embaixada real para o imperador bizantino Manuel I Commeno, em Constantinopla. A viagem não foi longa, mas ele acabou morrendo a caminho da corte imperial.

Filipe foi sucedido por outro aparente aliado de Amalric, Odo de Saind Amand, que também havia prestado serviços à corte como marechal de Jerusalém, um alto cargo no comando militar real. É presumível que o efeito desejado com a eleição de Odo tenha sido o de manter o templo alinhado com a política real, mas dessa vez não deu muito certo. As atitudes de Odo como líder demonstraram um temperamento agressivo e impulsivo, e ele logo passou a colocar a independência da ordem acima de quaisquer obrigações de servir os propósitos de Amalric.

A primeira crise da liderança de Odo envolveu uma seita xiita dissidente chamada de “assassinos”, cujos membros praticavam a arte de cometer assassinatos espetaculares em público. O quartel-general dos assassinos era no castelo Alamut, na Pérsia, mas desde 1130 eles também mantinham bolsões de territórios nas montanhas da Síria e ocupavam

inúmeros castelos entre o condado de Trípoli e o principado de Antioquia, no alto das montanhas Nosairi. Guilherme de Tiro acreditava que havia 60 mil membros da seita pelo reino de Amalric, cujas dez fortalezas eram mantidas por impostos cobrados de todas as aldeias próximas. Os assassinos provavelmente derivavam seu nome ["haxixins"] do gosto pelo haxixe que ingeriam antes de lançar ataques terroristas a partir da Pérsia para a Palestina. "Se acontecer de um príncipe incorrer no ódio ou desconfiança de seu povo, o chefe coloca uma adaga na mão de um dos seus diversos seguidores", escreveu Guilherme de Tiro. "Esses assim designados partem de imediato, independentemente das consequências da missão ou da probabilidade pessoal de escapar."[4] Mais tarde, o cronista alemão Oliver de Paderborn escreveu ter ouvido que "os assassinos e seu chefe, o Velho da Montanha, tinham o costume de lançar facas contra os cristãos para ceifar as vidas dos relacionados com assuntos da cristianidade".[5] Na verdade, os assassinos estavam mais preocupados com outros líderes muçulmanos, que foi o motivo de Amalric buscar uma acomodação pacífica com eles contra seus inimigos sunitas em comum na Síria e no Egito.

Para esse fim, o Velho da Montanha despachou um enviado à corte de Amalric. O enviado era conhecido como Abdallah, que segundo o tendencioso relatório de Guilherme de Tiro era "sábio e eloquente, habilidoso em aconselhamento e muito bem instruído segundo a doutrina de seu mestre".[6] Mas os templários não gostaram da

eloquência de Abdallah, pois um dos acordos que ele fora mandado propor teria posto fim a uma lucrativa fonte de rendimentos para a ordem.

Os assassinos e os templários eram quase vizinhos e se conheciam muito bem. Os templários tinham um grande castelo em Tortosa, muito perto das montanhas Nosairi, que eram salpicadas de fortalezas dos assassinos. A mais próxima delas, La Coible (Qala'at al-Khawabi), ficava a pouco mais de oito quilômetros do território templário. Não chegava a ser uma ameaça mortal por si só: em geral os assassinos não se preocupavam em atacar a ordem, pois, na época, os templários eram facilmente substituíveis, e irmãos individuais eram muito menos importantes que a ordem como um todo.[7] Eles pagavam aos templários aproximadamente 2 mil bizâncios de ouro por ano para serem deixados em paz. O cancelamento desse acordo foi visto por Guilherme de Tiro como importante na lista de pontos de negociação de Abdallah, ele percebeu em Amalric o desejo de abrir mão dessa questão em favor de uma segurança mais abrangente. O rei propôs um acordo e mandou o assassino de volta às montanhas escoltado por guardas armados, com cartas de proteção para finalizar os termos com seu líder.

Guilherme de Tiro narrou o que aconteceu a seguir. "Sob a escolta e a guarda [...] providenciadas pelo rei, Abdalla já tinha passado por Trípoli e estava prestes a entrar em seu território", escreveu. Mas quando se aproximava das

montanhas, Abdalla foi emboscado. Walter de Mesnil, um cavaleiro templário reconhecível por só ter um olho, e outros cúmplices anônimos trajando o uniforme dos templários "atacaram a comitiva com espadas desembainhadas e mataram o enviado".[8]

A notícia dessa chocante traição deixou Amalric frenético. Reuniu seus barões e reclamou que "a autoridade real parecia ter sido reduzida a nada, e uma infâmia não merecida [abateu-se] sobre a boa-fé e a constância da profissão cristã".[9] Despachou dois barões, nomeados por Guilherme de Tiro como Saher de Mamedunc e Godechaux de Turout, para "exigir do mestre dos templários [...] satisfações prestadas ao rei e a todo o reino por esse ultrajante sacrilégio". Amalric queria a cabeça do caolho Walter de Mesnil numa bandeja.

Infelizmente, Odo se recusou a cooperar. Afirmou que era uma questão de disciplina interna, provavelmente referindo-se às bulas papais decretadas nos anos 1140, que colocavam a ordem fora da jurisdição real e responsável somente perante o papa. Odo disse que imporia uma penitência a Walter e o mandou a Roma para ser julgado. "Ele proibiu qualquer um, por parte do papa, de exercer violência contra o irmão", escreveu Guilherme de Tiro, observando que o mestre também havia "acrescentado outras afirmações, ditadas pelo espírito da avassaladora arrogância de que estava possuído". Devem ter sido palavras cruas se Guilherme, que gostava de salpicar suas crônicas

com histórias divertidas sempre que possível, as considerou impróprias para consumo público.

Assim, a expectativa de que Odo seria um mestre templário flexível morreu com Abdallah. Mas Amalric mandou prender Walter de Mesnil. Enviou dois cavaleiros para tirar satisfações com o mestre em Sidon, retirou Walter da casa templária onde estava alojado e o arrastou acorrentado a Tiro, onde foi deixado apodrecendo numa masmorra real. Mas foi o máximo que se atreveu a fazer. Por alguma razão, optou por se conter a impor medidas mais duras à ordem como um todo, exercendo uma moderação que Guilherme de Tiro considerou surpreendente.[10] As relações foram deixadas para esfriar. Os templários continuaram comprometidos com a defesa dos Estados latinos, mas era um papel que desempenhavam em seus próprios termos, com um ferrenho sentido de independência da supervisão real.

Em 1179, em um sínodo geral na Igreja ocidental de Roma, conhecido como Terceiro Concílio de Latrão, houve uma tentativa de estabelecer limitações na liberdade das ordens e supervisões militares das autoridades na esfera religiosa, se não na militar e diplomática (é possível, embora não provado, que o próprio Guilherme de Tiro tenha liderado esse esforço; ele compareceu ao concílio como arcebispo de Tiro e representante dos Estados orientais). Mas a verdade era que os templários e os hospitalários desempenhavam um papel cada vez mais essencial, que ninguém queria dificultar

desnecessariamente. Isso havia se tornado sem sombra de dúvida claro nos anos 1180, quando a ameaça representada por Saladino aumentou; a cada dia ficava mais aparente que as divisões internas eram menos importantes que a simples luta pela sobrevivência.

✢

Em dezembro de 1177, um mensageiro chegou cansado pelo norte de Jerusalém em direção ao castelo de Harin, perto de Alepo. Estava "mutilado e lacerado", ensanguentado, fraco e quase morto, mas agarrado a uma preciosa carga: uma carta aberta para todos os fiéis cristãos descrevendo acontecimentos que haviam ocorrido poucas semanas antes entre Ramla e Ibelin, num lugar chamado monte Gisardo (Tell al-Safiya). A carta fora escrita por Raymond, o mestre em exercício do hospital de Jerusalém, onde as instalações médicas haviam ultrapassado sua capacidade. Só isso já era uma questão séria. O hospital de Jerusalém era tão palaciano quanto o Templo: bem em frente à igreja do Santo Sepulcro, contava com onze alas e entre mil e 2 mil leitos para doentes e feridos.[11] Era preciso uma grande crise para sobrecarregar a instituição – mas era exatamente o que a carta de Raymond dizia. Um exército de cristãos, inclusive muitos templários e hospitalários, havia entrado em conflito com uma formação de guerreiros de Saladino; milhares tinham sido mortos de ambos os lados, e

muitos dos que sobreviveram encontravam-se gravemente feridos, com seus ferimentos sendo suturados pelos irmãos do hospital e as almas tratadas pelas preces dos fiéis. “Maravilhosos são os trabalhos do Senhor”, escreveu o hospitalário. “Abençoado o que não estiver chocado por eles.”[12]

A batalha do monte Gisardo foi o primeiro grande conflito armado entre Saladino e um exército cristão, e o momento em que aconteceu não foi acidental. Em 1174, o reino de Jerusalém estava enfraquecido pela morte súbita do rei Amalric, de uma disenteria contraída durante o cerco de Banias. O choque causado pela morte de Amalric foi ainda agravado pela sua sucessão: seu filho Balduíno IV tinha treze anos e sofria de lepra – uma doença terrível e devastadora que começou como entorpecimento dos membros na infância e avançou até causar grandes dores, cegueira, deixando-o grotescamente desfigurado e incapaz de qualquer atividade por longos períodos.

A lepra era uma doença relativamente comum no reino latino: tão bem conhecida que o hospital para leprosos situado a pouca distância de Jerusalém foi incorporado à Ordem de São Lázaro nos anos 1140. Seus membros tinham assumido funções militares, da mesma forma que os hospitalários e os templários. Mas os únicos cuidados que os leprosos recebiam eram paliativos, pois com o passar dos anos a bactéria entorpecia as extremidades e infecções secundárias apodreciam os dedos dos pés e das mãos dos

doentes e partes do rosto, provocando lesões por todo o corpo e problemas na visão e no sistema respiratório. A única incerteza era a de quanto tempo a vítima demoraria para morrer.

Durante três anos, Saladino observou o rei leproso Balduíno IV lutar para assumir o controle de seu reino, enquanto ele próprio assegurava sua posição como sultão da Síria e do Egito, e manobrava contra partidários de Nur al-Din em Alepo e Mosul. Em 1177, ele estava pronto para testar a força dos Estados cruzados. No fim do verão, reuniu um grande exército no Egito, marchou para o território dos francos, contornou uma pequena força cristã posicionada para atrasá-lo em Ascalão e avançou rapidamente em direção a Jerusalém, queimando casas e aldeias no caminho. O rei Balduíno, doente e incapaz de liderar a defesa pessoalmente, foi apoiado por inúmeros lordes cristãos de alto escalão, inclusive o combativo ex-príncipe de Antioquia, Reynald de Châtillon, cuja década e meia como prisioneiro em Alepo só havia aumentado seu inflexível desejo de guerrear contra soldados do islã. Em novembro de 1177, Reynald recrutou o mestre Odo de St. Armand e oitenta cavaleiros templários em nome do rei, que juntos partiram de Gaza com a missão de perseguir o enorme exército de Saladino para desviá-lo do reino e fazê-lo voltar ao Egito da forma que fosse possível.

Os templários cavalgando em formação de batalha eram uma visão formidável. Sua regra latina original havia sido

então expandida com dezenas de outras cláusulas redigidas em francês, que não falavam de rotina religiosa, mas da difícil prática de lutar nas planícies e nos desfiladeiros das montanhas da Síria e da Palestina. A hierarquia templária era estritamente definida, com o mestre[1] apoiado por oficiais que incluíam o senescal, que era o seu segundo em comando, o marechal, que exercia um papel importante quando os templários avançavam no campo de batalha, e comandantes regionais, ou preceptores, com responsabilidades por uma única cidade ou região. O turcópolo era responsável pelo recrutamento e organização da cavalaria leve dos sírios, usada como uma força de mercenários nas campanhas. O porta-bandeira era um mestre intendente, que garantia que os cavaleiros e sargentos fossem devidamente equipados com armas, armaduras, uniformes, camas de campanha, acessórios para acampamento e tudo mais que precisassem no campo.

A disciplina era valorizada acima de tudo. Os cavaleiros seguiam a bandeira malhada e a regra estabelecia diretrizes estritas de comportamento no campo, cavalgando em colunas ou lançando um ataque. Os templários eram fiéis aos seus votos de obediência: a Deus, à regra e aos seus superiores militares.

Cavaleiros templários eram proibidos de carregar bagagem ou selar seus cavalos sem uma ordem explícita do marechal. Quando qualquer dessas ordens era dada, esperava-se que os irmãos respondessem rápida e

afirmativamente: "*De par Dieu!*", significando "Em nome de Deus!", antes de cumprirem imediatamente com seu dever. Nas marchas, os templários conduziam os cavalos em colunas, enquanto seus escudeiros andavam na frente levando lanças. Nas marchas noturnas, as colunas marchavam em silêncio quase total, e mesmo durante o dia apenas poucas e necessárias palavras eram permitidas. Sair do próprio lugar na coluna não era recomendado. Durante o combate, romper as fileiras era totalmente proibido por qualquer razão, exceto para ajudar um companheiro irmão cuja vida estivesse iminentemente em perigo. Os irmãos cavalgavam sem falar nada e de forma determinada para o campo de batalha, rompendo o silêncio só quando soava o toque da corneta ordenando um ataque: aí eles cavalgavam juntos, cantando o Salmo 115:[13]

> *Não para nós, Senhor, não para nós,*
> *mas para Teu nome ser a glória,*
> *por Teu amor e lealdade.*

Debandar ou fugir em face do perigo era considerado uma desgraça. Qualquer irmão que fizesse isso teria seu cavalo confiscado e seria levado de volta ao acampamento a pé – um castigo particularmente humilhante para um cavaleiro, já que toda a sua identidade marcial jazia em sua destreza a cavalo e habilidade na sela. Até mesmo um irmão que fosse mutilado a ponto de ficar incapacitado era proibido de deixar seu esquadrão sem permissão expressa do comandante.

Retirar-se do campo de batalha era proibido até que o exército inimigo fosse derrotado.

Essa determinação de resistir até o último homem era o que tornava os templários um componente tão valioso em qualquer exército organizado pelos reis de Jerusalém. Era a razão de o finado Amalric permitir-lhes tanta amplitude, a despeito dos desafios da ordem a sua autoridade e política. E foi a razão de o filho de Amalric, o rei leproso Balduíno IV, e Reynald de Châtillon terem enviado oitenta dos templários de Gaza ao monte Gisardo quando os exércitos de Saladino foram avistados na região, no inverno de 1177.

A julgar por um relato escrito pelo acadêmico e cronista do século XIII Abu Shama, o exército de Saladino não esperava muita resistência dos francos. O sultão deixou seus soldados se espalharem pela região, saqueando aldeias em vez de se manterem unidos. "A sorte estava contra eles", lamentou Abu Shama, e não estava enganado.[14] O exército latino, levando à frente o fragmento da Vera Cruz de Jerusalém – sua mais preciosa relíquia –, apareceu inesperadamente e investiu contra os muçulmanos da maneira que conheciam melhor: com uma carga da cavalaria pesada, na qual os cavaleiros arremetiam desenfreadamente contra o inimigo, com cada guerreiro de armadura se deslocando o mais rápido e atacando o mais violentamente possível. Realizado de forma apropriada, era uma visão impressionante, e os exércitos muçulmanos eram tradicionalmente fracos na defesa a esse tipo de tática. Os

cavaleiros francos estavam em grande desvantagem numérica, mas investiram contra os homens de Saladino com a fúria dos justos.

Abu Shama foi poético em seu relato do ataque dos francos: "Ágeis como lobos, ladrando como cães [...] atacaram em massa, como as labaredas de uma chama".[15] Escolheram o momento certo, esperando Saladino tentar um rearranjo tático das tropas de que dispunha por perto: atacando com intensidade num intervalo de confusão.[16] Mesmo assim, seguiu-se uma árdua batalha. O corajoso sobrinho de Saladino e emir (ou nobre comandante) Taqi al-Din "lutou bravamente com a espada e a lança", mas ao seu redor homens tombavam às centenas. "Muitos de seus valentes oficiais encontraram o martírio", escreveu Abu Shama, "e foram saborear as alegrias da casa eterna."[17]

Saladino guerreou rodeado por seus guarda-costas de elite, compostos por mamelucos: soldados escravos sequestrados das estepes asiáticas e criados como guerreiros desde a infância, que usavam uma seda amarela no peitoral, combinando com a cor do traje de batalha do sultão. "Sempre ao redor do seu senhor, todo o empenho era o de protegê-lo do perigo, e eles se mantinham ao seu lado até a morte", escreveu Guilherme de Tiro.[18] Assim como os templários, aqueles homens eram definidos por sua determinação ao autossacrifício, um supremo treinamento marcial e a recusa em abandonar o campo de batalha, mesmo quando diante de uma avassaladora derrota. "É

frequente acontecer de que, enquanto os demais conseguem escapar se retirando, quase todos os mamelucos tombam", escreveu Guilherme de Tiro.[19]

Monte Gisardo foi o palco de uma grande matança de mamelucos. Os que tentavam fugir do campo de batalha eram perseguidos por quilômetros de charcos traiçoeiros conhecidos como o "Pântano dos Estorninhos", livrando-se de suas armas e armaduras para correr mais depressa. Cem valiosos peitorais de aço foram recolhidos por francos colecionadores de troféus, que acorriam ao local da batalha quando a luta terminava. Saladino escapou da morte, mas foi humilhado e fez uma árdua viagem de volta a sua base no Egito, fustigado pelo clima do inverno, seus homens lamentando os amigos perdidos e a comida e bebida abandonadas e sua caravana sendo roubada por tribos de beduínos nas estradas para o Cairo. Foi uma das piores derrotas militares sofridas por Saladino, que o atormentou por muitos anos: uma indignidade que exigia vingança.[20]

Os oitenta templários de Gaza que lutaram no monte Gisardo comemoraram a glória de uma sangrenta vitória, que o mestre titular dos hospitalários relatou como "uma feliz vitória sobre uma incalculável horda de sarracenos".[21] Poucos sabiam que eles também haviam contribuído com o triunfo usando de um habilidoso estratagema. Dois filhos de Taqi al-Din, sobrinho de Saladino, participaram da batalha. Um deles, Ahmad, "um jovem muito bonito", quase ainda imberbe, conseguiu atingir um cavaleiro latino com uma

flecha, mas foi morto pouco depois, ao tentar um segundo ataque às linhas inimigas.[22] O segundo, que Abu Shama chamou de "Chahinchah", teve uma história bem mais complicada. Antes da batalha ele foi abordado por um agente em Damasco, que trabalhava secretamente para os templários. Esse agente secreto conseguiu convencer Chahinchah que, em troca de uma promessa de aliança, o rei Balduíno estaria disposto a designá-lo como governante do Cairo no lugar de seu tio-avô.

Apesar da improbabilidade óbvia de o rei leproso estar em posição de tirar Saladino do Egito, e muito menos de controlar sua sucessão, de alguma forma a trama se desenvolveu e o agente de Damasco entregou ao jovem ingênuo documentos forjados que pareciam autorizar sua defecção para o lado cristão. Chahinchah concordou com um encontro pessoal, mas foi levado pela alameda de um jardim até um "local ermo" e entregue aos templários, que o acorrentaram e o fizeram prisioneiro. Ele foi mantido pela ordem por mais de sete anos, antes de ser usado para libertar prisioneiros cristãos das masmorras de Saladino. Além de sua bem conhecida competência no campo de batalha, os templários também contribuíam com uma sofisticada inteligência militar para o teatro de operações. Em 1177, fizeram uso dos dois procedimentos para ajudar a conter a primeira penetração mais séria tentada por Saladino no reino dos francos.

Mas o sultão da Síria e do Egito não era um homem acostumado a aceitar uma derrota.

✢

Um novo castelo dos cruzados estava em construção em uma montanha além do rio Jordão, entre o vale de Hula e o lago Tiberíades, um lugar chamado vau de Jacó. A pedra fundamental foi lançada em outubro de 1178, sob ordens do rei de Jerusalém, e nos seis meses seguintes as fundações foram fincadas e muralhas "de espessura maravilhosa e altura adequada" começaram a ser erguidas.[23] A posição dessa nova fortaleza era ao mesmo tempo estratégica e sagrada: fora lá que o patriarca Jacó do Velho Testamento fizera uma parada para dividir seu povo em dois bandos, mandou uma mensagem ao seu vingativo irmão Esaú e lutou contra um anjo de Deus, que deslocou seu quadril.[24] Os muçulmanos o chamavam de "vau das lamentações", e veneravam o local tanto quanto os cristãos. A esse significado antigo foi acrescentado um valor mais prático: o vau de Jacó era uma importante travessia na estrada que ligava Acre a Damasco, e parte de uma rota muito mais longa de caravanas conhecida como via Maris, ligando o Egito à Mesopotâmia. Em última análise, formava um importante eixo central de uma artéria de comércio global que ia da China, no Extremo Oriente, ao Marrocos.

A passagem do vau de Jacó era um ponto problemático, assolado por bandidos e salteadores que faziam rápidas investidas partindo de esconderijos na montanha acima do vale do Zebulom, assaltando viajantes e tornando a estrada quase intransitável sem uma escolta militar. O novo castelo seria uma guarnição protetora permanente, assegurando o trânsito de peregrinos e mercadores pela Palestina cristã. Também prometia prover segurança contra potenciais ataques de Damasco, a poucos dias de viagem de distância – uma necessidade particularmente premente em vista da investida de Saladino no ano anterior.

O castelo no vau de Jacó era um projeto em conjunto da Coroa com a Ordem do Templo. Durante todo o inverno de 1178-9, pedreiros trabalharam para erguer as muralhas, enquanto patrulhas de soldados francos defendiam a estrada e as encostas da montanha de bandidos, emboscando e matando quantos conseguiam. Em abril de 1179, as obras do castelo já estavam bem adiantadas: com três quartos das fundações escavadas, uma muralha externa com cinco portões e uma torre construídos e um poço e uma cisterna instalados. Os trabalhadores continuavam atarefados com suas pás, enxadas e carrinhos de mão, transitando de um lado para o outro entre grandes pilhas de pedra, cal e cascalho.[25] Como outras partes do reino também precisavam de atenção, Balduíno IV voltou a Jerusalém e deixou a fortaleza pela metade, para Odo de Saint Amand e os

cavaleiros do Templo cuidarem de sua defesa, da conclusão, do acabamento e do mobiliário.

Havia bastante trabalho ainda a ser supervisionado: uma segunda muralha exterior estava planejada, assim como um fosso e guaritas ligando dois pátios. Centenas de operários viviam com os cavaleiros e sargentos que formavam a guarnição militar: pedreiros, arquitetos, ferreiros, fabricantes de espadas, armeiros e prisioneiros muçulmanos, usados como trabalhadores braçais.[26] Cerca de 1.500 homens estavam acampados ao redor do complexo da fortaleza. A ordem conseguia bancar essa grande operação, que incluía não só a construção como a defesa do castelo já terminado, graças aos direitos financeiros que tinha sobre as terras ao redor. Mesmo sem sua estrutura completa, o castelo do vau de Jacó estava ao menos devidamente equipado e pronto para começar a servir ao seu propósito.[27]

Semanas após o hasteamento da bandeira malhada no castelo, suas defesas ainda incompletas foram postas à prova. A construção não poderia ter passado despercebida de Saladino, que viu a fortaleza como uma tentativa provocadora de alterar o equilíbrio de poder na região entre o Acre cristão e a muçulmana Damasco, e uma afronta direta à propriedade religiosa: os infiéis estavam construindo em solo considerado sagrado por todos os bons muçulmanos. Assim que o rei Balduíno e seu *entourage* partiram do vau de Jacó, Saladino trouxe um exército para Banias – bem dentro do alcance do castelo – e, nas lacônicas palavras de Ibn al-

Athir, “permaneceu por um tempo e despachou investidas ao território dos francos”.[28] Ibn al-Athir soube que o sultão fez uma oferta de 60 mil dinares para o castelo ser demolido pacificamente; a oferta foi recusada.[29] Assim, poucos dias antes do domingo da Santíssima Trindade, 27 de maio de 1179, Saladino se preparou para forçar os templários a abandonarem o castelo à força.

Segundo Guilherme de Tiro, Saladino avançou tropas até as muralhas do castelo e “sem interrupção lançava densas saraivadas de flechas e assediava os sitiados dentro das muralhas com repetidos ataques”.[30] Era uma missão exploratória, que terminou poucos dias depois, quando um templário chamado Renier de Mareuil disparou uma flecha a partir dos entulhos empoeirados da obra inacabada e conseguiu ferir mortalmente um dos mais graduados emires de Saladino. Este se retirou, mas não ficou muito tempo afastado.

Ao perceber que não poderia deixar Odo e os templários defendendo a edificação indefinidamente, o conselho de Balduíno esforçou-se para despachar tropas para o vau de Jacó via Tiberíades. Ao marcharem pelos campos ao redor de Banias, os soldados podiam ver colunas de fumaça subindo de aldeias queimadas pelo exército do sultão: medidas urgentes se faziam necessárias.

No domingo, 9 de junho, a cavalaria do rei se separou dos soldados de infantaria que a acompanhavam. Os cavaleiros que partiram na frente do restante do exército encontraram

um grupo de soldados de Saladino envolvidos numa expedição de pilhagem e os venceram numa escaramuça. Os dois lados recuaram. Os cavaleiros latinos perseguiram os saqueadores espalhados por vários quilômetros, mas logo encontraram o próprio Saladino, acompanhado por uma tropa bem mais substancial. De repente, a situação foi revertida: depois de uma breve tentativa de manter a posição e lutar, os latinos então fugiram para salvar a própria vida. Alguns se espalharam pelas montanhas, outros conseguiram chegar ao castelo de Beaufort, nas imediações. O rei Balduíno IV, que acompanhou o exército, foi salvo por seus guarda-costas pessoais, mas cerca de 270 cavaleiros cristãos foram capturados e levados como prisioneiros. Desastrosamente para os templários, seu mestre Odo de Saint Amand estava entre eles.

Odo já havia passado um tempo na cadeia, aprisionado em Damasco na época de Nur al-Din, junto a Bertrand de Blancfort. Guilherme de Tiro o tratava com especial desdém, alterando intencionalmente citações do livro de Jó para defini-lo como "um homem mau, soberbo e arrogante, cujas narinas remoíam com o espírito da fúria".[31] Sem ser muito específico quanto à natureza dos erros de Odo, Guilherme o culpou pela derrota e escreveu que "muita gente o responsabilizou pelas perdas e pela infinita vergonha desse desastre".[32] Na verdade, Odo não errou sozinho. Ibn al-Athir observou que os outros prisioneiros capturados no vau de Jacó incluíam Balian de Ibelin, "o franco de mais alto escalão

depois do rei", assim como Hugo da Galileia, lorde de Tiberíades, o mestre dos hospitalários "e outros cavaleiros e déspotas notáveis". Os prisioneiros foram levados do campo de batalha enquanto Saladino voltava a Banias, muitos deles tendo pela frente longos e infelizes anos de espera até serem resgatados.

Para Odo de Saint Amand, seria o último gosto de liberdade que sentiria. "Um ano depois, ele morreu numa prisão esquálida, sem ser pranteado por ninguém", escreveu Guilherme de Tiro. O estudioso persa Imad al-Din foi ainda menos empático: "O mestre dos templários saiu de sua cela de prisão para a masmorra do inferno".[33] A ordem depois pediu seu corpo em troca de um líder muçulmano que mantinha prisioneiro. Foi um triste fim para o oitavo mestre da ordem.

Imad al-Din registrou a reação de Saladino ao ficar sabendo que uma fortaleza estava sendo construída no vau de Jacó. É provável que as palavras exatas sejam mais uma invenção literária do que um discurso registrado diretamente, mas captam sua naturalidade em relação à liderança em tempos de guerra:

> Aos que lhe disseram que o castelo, quando construído, controlaria pontos fracos na fronteira muçulmana e tornaria muito difícil uma passagem fácil, Saladino respondeu: "Deixem que eles

> terminem e nós o destruiremos de alto a baixo, até não restar nenhum vestígio".[34]

No fim do verão de 1179, foi exatamente o que ele se prontificou a fazer.

Os homens de Saladino chegaram de Banias na sexta-feira, 24 de agosto, com todos os equipamentos para um cerco. Trouxeram catapultas capazes de atingir as muralhas com grandes pedras, cortaram árvores para usar como madeira e arrancaram as vinhas do solo para produzir escudos de proteção para os operadores das catapultas contra as setas de balestras disparadas das muralhas do castelo.[35] Também trouxeram escadas, equipamento de escavação e materiais para produzir fogo.

Sabendo que provavelmente logo haveria reforços a caminho, Saladino planejou um ataque que não duraria mais que uma semana. O cerco começou por volta das cinco da manhã, com um ataque maciço a uma barbacã (uma guarita externa fortificada) perto das principais muralhas do castelo. Soldados profissionais foram acompanhados por cidadãos entusiasmados, que se juntaram aos soldados pela aventura, pelo butim e pela glória da *jihad*, ou pelas três coisas ao mesmo tempo. Segundo Ibn al-Athir:

> A luta foi intensa e furiosa. Um dos cidadãos comuns de camisa rasgada subiu pela barbacã do forte e lutou sobre a muralha quando chegou lá. Outros de

seus camaradas o seguiram. Os soldados se juntaram a eles e a barbacã foi tomada.[36]

Quando caiu a noite, soldados muçulmanos ocuparam a barbacã recém-tomada, de prontidão contra qualquer ataque inesperado. Fogueiras foram acesas ao lado de cada um dos pontos de entrada do castelo, para garantir que ninguém entrasse ou saísse sem ser notado.

Cercados, os templários no castelo decidiram manter sua posição e continuar atrás das muralhas, com uns bons sete metros de espessura, à espera de reforços. Não faltavam armas e alimento, e eles poderiam resistir semanas se necessário. Enquanto aguardavam um resgate, devem ter esperado ouvir os baques infernais de uma catapulta dando início ao bombardeio. Mas o som que veio a seguir foi outro, igualmente desalentador: o ruído de pás escavando, quando uma turma de mineiros de Alepo começaram a abrir um túnel sob a única grande torre da fortaleza para fazê-la desabar.

Os mineiros escavaram por dois dias, até abrirem um túnel de cerca de vinte metros abaixo do solo e uma abertura de aproximadamente 2,5 metros. Isso foi considerado suficiente para derrubar a torre. As vigas de madeira internas foram incendiadas, mas nada aconteceu: a imensa torre simplesmente continuou de pé e firme. No raiar do dia da segunda-feira, Saladino designou toda sua força de apoio à tarefa de apagar o fogo dentro do túnel: foi oferecido um

dinar a cada um que trouxesse um balde de água para jogar nas chamas.

Na terça-feira, chegaram notícias de que reforços estavam a caminho. Os templários dentro da fortaleza só precisavam aguardar alguns dias com a esperança de que os sitiantes seriam dispersos.

Saladino também estava ciente da pressão do tempo, e mandou seus mineiros de volta ao túnel ainda fumegante para cavar como jamais haviam feito antes. Eles trabalharam por mais dois dias, alargando e aprofundando o vão embaixo da torre. Na noite de quarta-feira o fogo foi aceso de novo, e dessa vez a turbulência subterrânea foi maior que as imensas muralhas da torre conseguiam aguentar. Quando o sol raiou na manhã de quinta-feira, uma das seções desabou, seguida por entusiasmados aplausos do lado de fora.[37] Reanimados, os homens de Saladino invadiram. O exército enviado por Balduíno ainda estava a muitas horas de distância, e o que parecia um jogo de espera transformou-se num último bastião.

Atrás das muralhas desmoronadas, os templários tinham armado tendas e barricadas de madeira. Quando a torre caiu, uma massa de ar escaldante foi lançada para dentro da fortaleza, ateando fogo a tudo e em todos que atingia e dando início a um incêndio que disseminou pânico por todo o castelo.[38] Os homens de Saladino invadiram, capturando os cristãos mais valiosos e chacinando sem piedade quaisquer

apóstatas muçulmanos e arqueiros mercenários que caíssem em suas mãos.

Fiéis ao espírito de sua regra, os cavaleiros templários não cederam mansamente ao ataque inimigo. O chanceler de Saladino, Al-Qadi al-Fadil, escreveu uma carta exuberante ao califa sunita de Bagdá narrando a batalha suicida dos templários em meio aos escombros da fortaleza em chamas. Ele descreveu "lágrimas de fogo" caindo da torre desmoronando e soltou as rédeas da imaginação para transmitir o horror que havia presenciado:

> As sombras púrpuras da escuridão foram substituídas por uma romãzeira carmesim. [...] Era como se a aurora tivesse preenchido a noite, e o céu foi iluminado por outros fogos além dos do leste e do oeste. [...] O hálito das chamas devorava homens e pedras, e uma voz sinistra e catastrófica gritava: "Eu estou falando com você, vizinho! Ouça-me!". [...] Os infiéis gritavam: "Realmente, é uma coisa terrível!".[39]

Havia mais do que poesia na carta de Al-Fadil, pois ele registrou o momento final do comandante templário quando as ameias em chamas foram transpostas:

> O príncipe que comandava o local testemunhou sua destruição e os desastres que se abateram sobre seus amigos e companheiros. Quando as chamas

> chegaram ao seu lado, ele se atirou em um buraco em chamas sem temer as labaredas. Ao ser queimado, foi logo lançado a outra fornalha [i.e. o Inferno].

Na tarde de quinta-feira, 30 de agosto, a fortaleza do vau de Jacó havia sido tomada e o solo estava forrado de centenas de flechas, equipamentos abandonados e cadáveres retorcidos dos mortos, alguns com o crânio rachado por golpes de espada, outros com os membros decepados. Cavalos, mulas e jumentos que não morreram durante o ataque foram reunidos e levados, assim como mil armaduras de cotas de malha. Alguns cadáveres foram deixados para os animais, outros foram jogados na cisterna de água: uma tola indignidade, dado o surto de doenças que logo assolou o exército do sultão. Assim que o castelo foi despido de tudo que valia a pena saquear, Saladino cumpriu a terrível promessa que fizera. Continuou no local até outubro, para ver o castelo ser destruído "de alto a baixo, até não restar nenhum vestígio".[40]

A derrota de monte Gisardo fora bem e justamente vingada. Um escritor muçulmano da época chamou o castelo do vau de Jacó de "um ninho de infortúnio".[41] O poeta Al-Nashw ibn Nafadha coroou:

> *A destruição dos francos foi súbita,*
> *Agora é o momento de esmagar suas cruzes.*
> *Não estivesse tão perto a hora de suas mortes,*

Não teriam construído a Casa das Lamentações.[42]

Em busca de uma causa à qual atribuir o desastre, Guilherme de Tiro analisou a situação geral dos latinos. E concluiu sua descrição da debacle no vau de Jacó com uma passagem dos salmos: "O Senhor, seu Deus, retirou deles o seu amparo", escreveu, desesperado.[43]

Por algum tempo, pareceu que ele estava certo.

11

“Ai de ti, Jerusalém!”

✢

Por muitos anos, a Terra Santa permaneceu em fogo brando. Depois de monte Gisardo e do vau de Jacó, tanto Saladino quanto os francos precisaram de tempo para se recuperar, se organizar e se consolidar. Na primavera de 1180 foi acordada uma trégua de dois anos, para o sultão se concentrar em estabelecer seu poder em Alepo e Mosul, e os francos lidarem com a crise de liderança decorrente da piora da saúde do rei Balduíno IV. Como em todas as grandes questões nos Estados cruzados, os templários estavam envolvidos de perto.

Primeiro surgiu a eternamente difícil tarefa de conseguir apoio do Ocidente para o déficit no Oriente. Graças a sua infraestrutura internacional, vinculando casas ocidentais

lucrativas com unidades de combate no ultramar, as ordens militares eram um conduto natural para relações diplomáticas entre as duas metades da cristandade. Assim, em 1180, uma delegação de templários foi enviada ao Papa Alexandre III em Roma para pressionar pela proclamação de uma nova cruzada. Alexandre não era um defensor ferrenho das ordens militares. No ano anterior ele havia presidido o Terceiro Concílio de Latrão, cujos éditos advertiam especificamente os templários e os hospitalários por ignorarem a autoridade de bispos e recolherem dízimos para uso próprio, mas ainda assim os irmãos que foram a Roma em 1180 conseguiram convencê-lo de suas dificuldades e carências.[1] O papa concordou em usar sua influência na convocação de uma nova cruzada, liderada por um ou mais grandes reis da época. A delegação dos templários fez seu apelo por assistência militar junto ao já envelhecido rei da Inglaterra, Henrique II, e a um novo e jovem rei da França. Enquanto os irmãos estavam na Europa, chegaram notícias de que o rei Luís VII havia morrido por um derrame, aos sessenta anos, deixando a coroa para seu único filho, de quinze anos, Filipe II (depois conhecido como Filipe Augustus).[2] A turbulência dessa grande transição tornou difícil atrair a atenção dos dois reis para a Terra Santa: ainda não era o momento para uma terceira grande cruzada.

Apesar de a missão dos templários em Roma não ter dado origem a uma nova cruzada, a ordem não se acomodou nem aceitou a nova situação. Em Jerusalém, efetuou uma ousada

mudança em sua liderança. Com Odo de Saint Amand definhando na cela de uma prisão, a ordem ficou sem um mestre funcional. Robert Fraisnel assumiu o título de "grande preceptor", mas não podia ser eleito mestre enquanto Odo estivesse vivo.[3] Então, quando Odo morreu na prisão em 1180 e o cargo ficou vago, os templários do convento central preferiram não promover Robert Fraisnel, e aliás nenhum outro irmão do Oriente. Pelo voto, eles transmitiram a liderança a Arnold de Torolla, um cavaleiro mais velho e experiente que passara a maior parte de sua longa carreira comandando os exércitos de Cristo em Aragão. Arnold era mestre da Espanha e da Provença desde 1167, mostrando-se notavelmente bem-sucedido para obter patrocínios e enriquecer a ordem num difícil momento da cristandade.[4] Ele tinha ganhado uma reputação que ia além de seu posto de comando, pois a eleição de um homem da Catalunha *in absentia* para liderar os cavaleiros em Jerusalém, em Trípoli, em Antioquia e em todos os demais locais demonstrava um extraordinário nível de fé em seu talento. Também sugeria a consciência de que a ordem precisava tirar vantagem de seu papel como organização internacional. Em comparação à tormentosa relação entre a Coroa e a ordem sob a liderança de Odo, a eleição de Arnold foi uma tentativa pensada para redirecionar os templários para seus deveres originais, afastando-os de interferências disruptivas de políticas domésticas.

Arnold precisou de mais de um ano para viajar ao Oriente e assumir seu cargo, onde começou abalando a liderança de alto escalão. Robert Fraisnel foi retirado de seu cargo de grande preceptor e substituído por Gilbert Eral, um nativo de Aragão.[5] Uma das primeiras missões de Arnold foi mediar uma disputa entre o príncipe e o patriarca de Antioquia, um esforço diplomático que dividiu com Roger de Moulins, o experiente e cauteloso mestre dos hospitalários. Conciliar disputas entre facções rivais dos francos era sem dúvida um trabalho cansativo, mas ele deveria saber que não era nada em comparação com os desafios que teria à frente.[6]

Assim que a paz temporária expirou, em 1182, uma nova série de campanhas de retaliação teve início, com os maiores conflitos envolvendo o controle de duas importantes rotas comerciais: as estradas para caravanas entre o Egito e Damasco, que passavam pela Transjordânia, e o território sob disputa perto da Galileia e no entorno de via Maris. Saladino estruturava seus ataques aos territórios e possessões cristãos na linguagem da *jihad*, pois suas reivindicações de supremacia no Cairo e em Damasco, em Mosul e Alepo baseavam-se na sua autoproclamada imagem de flagelo dos infiéis. Alguns lordes francos faziam troças com o estereótipo que ele representava. O mais ofensivo era Renaud de Châtillon, uma figura influente na política nos Estados cristãos que desistira do título de príncipe de Antioquia e agora era lorde de Queraque. Em 1183, Renaud comandou uma flotilha numa expedição de pilhagem ao

longo da costa leste do mar Vermelho e entrou em Hejaz – a província mais sagrada da Arábia – incitando rumores de que pretendia invadir Meca e Medina e roubar o corpo de Maomé. Saladino nunca o perdoou por essa insolência.

Nos primeiros anos de seu governo, Saladino passou muito mais tempo lutando contra muçulmanos que se opunham ao seu posto do que atacando os cristãos. Em 1182, isso começou a mudar.[7] Com a paz oficialmente interrompida, ele invadiu os territórios cristãos duas vezes em dois verões consecutivos. No alto verão de 1182, atravessou o rio Jordão com um exército e passou pelas terras dos francos ao sul do mar da Galileia. Em seguida tentou sem sucesso sitiar Beirute por mar. No verão seguinte, o sultão voltou, ameaçando territórios semelhantes. Um grande exército latino foi reunido para rechaçá-lo, comandado por Guy de Lusignan, que se casara com Sibila, irmã de Balduíno, e ganhava cada vez mais influência no reino. Ao recusar um confronto direto e atraindo os muçulmanos para uma escaramuça móvel ao redor de La Fève, Guy esgotou a paciência e as provisões de Saladino e o forçou a abandonar a luta: uma tática inteligente, mas que deu origem a ásperas acusações de covardia por parte de seus oponentes, inclusive do poderoso Raymond, conde de Trípoli. Essas críticas o magoaram profundamente.

Em meio às tensões de 1183, com os exércitos de Saladino então nas imediações do território dos francos, e Balduíno

cada vez mais incapacitado, havia mais com que se preocupar do que com os ressentimentos de Guy de Lusignan. A lepra havia impedido Balduíno de ter filhos, e uma decisão sobre o futuro governo de Jerusalém tornava-se urgente e necessária. Depois de algumas deliberações, o rei nomeou como herdeiro outro Balduíno: o filho pequeno de sua irmã Sibila com Guillaume de Montferrat, que morreu em Ascalão em 1177, antes de a esposa dar à luz. Em 20 de novembro de 1183, a criança foi coroada como príncipe regente na igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém, em uma cena ridícula, descrita por Guilherme de Tiro. Os barões da Terra Santa juraram obediência ao menino de seis anos como Balduíno V, mas Guilherme escreveu que muitos deles se sentiram muito pouco à vontade com o fato de que, apesar de o reino ter agora dois monarcas, "como ambos estavam impedidos, um por doença e o outro pela idade, [a coroação] era totalmente inútil".[8]

Exatamente por essa razão, a resolução sobre a sucessão pouco fez para estabilizar a situação política de Jerusalém. Na verdade, seu principal efeito foi piorar as tensões existentes entre dois dos mais poderosos nobres do reino. De um lado estava o jovem padrasto do rei, Guy de Lusignan; do outro, Raymond, conde de Trípoli, que já havia atuado como regente em diversas ocasiões, presidido a coroação do rei Balduíno V e esperava ganhar a proeminência apropriada ao seu status. O ódio mútuo entre Guy e Raymond abria uma fissura na política dos francos em um período de fragilidade,

e teria consequências arrasadoras para o reino que ambos consideravam como seu dever defender. Em maio de 1185, Balduíno morreu com apenas 24 anos, cego, entrevado e em agonia. Foi enterrado ao lado do pai na igreja do Santo Sepulcro, e Balduíno V, aos sete anos, tornou-se o único rei. Mas isso não resolveu nada, muito menos a venenosa rivalidade entre Guy de Lusignan e Raymond de Trípoli, que foi designado para servir como regente do monarca menino.

A ascensão ao trono de uma criança sem idade suficiente para erguer uma espada, muito menos para empunhá-la, teve um impacto direto na Ordem do Templo. Em 1184, com o leproso Balduíno IV se aproximando da cova e a autoridade real acelerando em direção a uma grave crise, as habilidades diplomáticas de Arnold de Torrolla foram requisitadas a serviço de outra missão, no Ocidente. Dessa vez o objetivo era persuadir um governante adulto e capaz de um dos grandes reinos da Europa a vir para o Oriente e assumir a Coroa de Jerusalém por eleição. Os embaixadores templários de 1180 tinham fracassado em atrair tanto Henrique II da Inglaterra quanto Filipe II da França a sair em ajuda ao reino. Agora o próprio mestre dos templários voltava, acompanhado por Heráclito, patriarca de Jerusalém, e Roger de Moulins, mestre dos hospitalários. A intenção era a de implorar pela ajuda dos monarcas para evitar uma catástrofe no Oriente, que se provassem reis verdadeiramente cristãos e que viessem em auxílio da cidade de Cristo e de seu povo naquele inclemente momento de necessidade.

A missão foi um fracasso. Em primeiro lugar, Henrique e Filipe tinham muita coisa em jogo nos próprios reinos para arriscar abdicar de suas Coroas; ambos foram solidários, mas recusaram as propostas. E tudo isso a um alto custo. Arnold de Torrolla nem chegou às cortes reais, pois o mestre morreu durante a longa expedição – uma árdua viagem marítima e um trajeto por terra de mais de 1.600 quilômetros. A ordem foi obrigada a eleger seu terceiro líder em quatro anos.

A escolha que fizeram foi decisiva. O substituto de Arnold, Gérard de Ridefort, um soldado voluntarioso e ainda novo na ordem, se atirou com muito mais energia nas lutas e no torvelinho da Terra Santa. Porém, enquanto fazia isso, seus companheiros templários e todo o reino de Jerusalém estavam em rota de colisão com seu momento mais funesto.

✢

Gérard de Ridefort chegou ao Oriente vindo de Flandres, no noroeste da França, tendo chegado em 1175. Sabia falar árabe e tinha experiência nos mais altos escalões de serviços, tendo trabalhado com Raymond, conde de Trípoli, e sido nomeado marechal real; mas seu ingresso na ordem foi o resultado indireto de um acesso de raiva: um desentendimento catastrófico com Raymond por causa de um contestado acordo de casamento. Em 1179, o conde prometera casar Gérard com a próxima filha elegível de um

de seus vassalos que chegasse ao “mercado conjugal”. Mas assim que uma herdeira se tornou disponível, Raymond renegou o acordo e preferiu vender a mão da pretendida noiva de Gérard (filha do lorde de Botron) para um mercador de Pisa chamado Plebanus, que prontificou-se a pagar literalmente o peso da garota em ouro. Gérard se sentiu profundamente insultado, acreditando que sua honra fora maculada. A situação toda piorou pelo fato de que parte dos falantes em francês da cristandade desprezava os italianos. Gérard abandonou a corte de Raymond furioso. Entrou para o serviço do rei Balduíno e, depois de se recuperar de um período de convalescença, entrou para os templários. É possível que sua doença fosse grave e que ele tenha feito uma promessa de ingressar na ordem se o Senhor permitisse sua recuperação. De todo modo, a vida de templário lhe caía bem, e, assim que assumiu a túnica branca, Gérard foi rapidamente promovido. Em 1183, já estava servindo como senescal.[9] Como segundo em comando, era um candidato óbvio para ser promovido a mestre quando Arnoldo de Torrolla morreu, em 1184, mas sua escolha acabou sendo altamente controversa.

Quase desde o momento em que foi eleito, Gérard dividiu opiniões, graças a sua predileção por ações políticas ousadas que em geral se mostravam extremamente precipitadas. Para um escritor da época, Gérard era um “homem feliz!” – um soldado abençoado e glorioso que dedicava a vida a feitos marciais em nome de Cristo. Sob esse ponto de vista, as

características que o definiam eram seu orgulho aristocrático e a persistência em não recuar, mesmo quando sua vida corria perigo.[10]

Outros tinham uma visão diferente, considerando-o não um individualista com um coração de leão, mas um cabeça quente rancoroso, que estimulava outros a acompanhá-lo em suas atitudes precipitadas, o que acabava levando muitos soldados à morte.[11] Não é fácil dizer qual das visões melhor definia Gérard. Com certeza ele não mostrava nada da cautela instintiva que caracterizava as políticas militares conservadoras de Bertrand ou Blancfort, nem a sutileza diplomática de Arnold de Torrolla, e seu temperamento causou muitos problemas para a ordem e para si mesmo. Mas, por outro lado, Gérard vivia e liderava em tempos bem menos fáceis. A rota para o Céu nos anos 1180 não estava aberta para os tímidos.

No fim de agosto de 1186, o rei Balduíno V morreu em Acre. Aos oito anos de idade, só chegou a reinar sozinho por pouco mais de um ano. Os templários escoltaram o corpo do garoto de volta a Jerusalém, onde foi enterrado ao lado de seu tio real e o avô na igreja do Santo Sepulcro, numa pequena e sofisticada tumba detalhadamente adornada com flores de acanto, uma imagem de Cristo flanqueado por anjos e pequenas imagens esculpidas de filhotes de passarinhos mortos.[12] A beleza do local de descanso do garotinho não conseguiu obscurecer o fato de o reino estar então entrando numa grave crise de sucessão.

Quando Balduíno V se tornou rei, foi combinado que, no caso de sua morte, o próximo rei de Jerusalém deveria ser escolhido por um grupo que incluiria os mais ilustres governantes da cristandade ocidental: o papa, os reis da Inglaterra e da França e o imperador do Sacro Império Romano. Esse princípio magnânimo remontava à escolha de sucessão de Foulques de Anjou. Teoricamente, havia muito que recomendasse esse método, principalmente o de impedir algum eleitor de se apropriar do cargo pessoalmente. Confiar na loteria da sucessão por nascimento e precedência familiar já havia deixado o reino com um leproso e um rei criança; não era uma boa maneira de defender o reino mais sagrado da Terra. Infelizmente, em agosto de 1186, quando Balduíno morreu, a ideia de uma eleição foi abandonada em favor de uma implacável luta pelo poder: um golpe possibilitado, e até certo ponto orquestrado, por Gérard de Ridefort.

Por vários anos a regência de Jerusalém foi disputada entre Raymond, conde de Trípoli, e Guy de Lusignan. A morte de Balduíno proporcionou uma oportunidade para Sibila e Guy resolverem de vez essa rivalidade, e ambos viram em Gérard um aliado especial e bem posicionado. O mestre templário não tinha nem esquecido nem perdoado o conde Raymond pelo insulto sofrido ao vender sua legítima esposa por um pote de ouro. Além disso, ele tinha uma participação vital na liberação da parafernália essencial para o ritual de transmissão do trono de Jerusalém.

Em vez de esperar meses por uma decisão a ser tomada por poderosos internacionais, Sibila, Guy e Gérard resolveram apoiar a reivindicação pessoal de Sibila ao trono do pai – o que significava colocar de lado a reivindicação rival de sua irmã mais nova, Isabella. Conseguiram convencer Heráclito, patriarca de Jerusalém, a conduzir a cerimônia de coroação antes que qualquer um pudesse impedi-los. Para contentar seus inimigos, prometeram que Sibila se divorciaria de Guy e se casaria com alguém que ela escolhesse.

Um golpe nessa velocidade e com essa ousadia requeria alguma ajuda prática, pois dependia de Sibila conseguir lançar mão do tesouro sagrado exigido para sua coroação. O tesouro contendo as joias reais e as prerrogativas de Jerusalém só podia ser aberto com três chaves diferentes ao mesmo tempo. Uma ficava de posse do patriarca de Jerusalém, outra com o mestre dos hospitalários, Roger de Moulins, e a terceira com o mestre dos templários.

Gérard e o patriarca Heráclito apoiavam o direito de Sibila ao trono, mas Roger de Moulins não tinha tanta certeza. Gérard concluiu que a melhor forma de argumentar com ele era a mais direta: na sexta-feira, 11 de novembro de 1186, com os portões de Jerusalém fechados para impedir que seus inimigos entrassem na cidade, Gérard e seus aliados foram até os alojamentos de Roger no hospital de Jerusalém e o persuadiram, exigindo que entregasse sua chave e se submetesse à inevitável transferência de poder. Roger se

recusou. Só depois de um confronto físico entre os dois mestres, o hospitalário afinal concordou em liberar sua chave, que ele de forma petulante jogou no quintal em vez de entregá-la de uma forma mais educada.

A coroação poderia então ser realizada. Como o homem que já havia literalmente se apossado da coroa do guarda-joias, Gérard de Ridefort teve a principal posição na cerimônia, e mal conseguia conter sua alegria. Quando a coroa foi colocada na cabeça de Sibila, ele estava perto do altar, e mais perto ainda das intenções tortuosas de Sibila. Depois de coroada, a nova rainha foi indagada sobre quem pretendia escolher como rei no lugar do discordante Guy de Lusignan, que deveria se divorciar de Sibila em pouco tempo. Para choque de muitos reunidos no Santo Sepulcro, ela chamou o próprio Guy, ordenou que se ajoelhasse a sua frente e colocou uma segunda coroa na cabeça dele.

Ao lado de Sibila, Gérard de Ridefort pôs a mão na coroa de Guy e o ajudou a ajustá-la. Ao fazer isso, ouviram-no murmurar com satisfação: "Esta coroa vale bem o casamento de Botron", referindo-se à noiva que Raymond havia tirado dele. O mestre templário agora fizera o rei. E logo encontrou seu lugar entre uma facção belicista da corte, sempre apregoando a agressão como uma diretriz de governo, dirigida tanto às forças do islã como a inimigos mais próximos de casa. O que acabaria sendo uma combinação mortal.

✢

Na noite de 30 de abril de 1187, sentinelas de Nazaré avistaram inúmeros homens armados de Saladino passarem pela cidade numa missão de reconhecimento, em direção à cidade fortificada de Séforis (Saffuriya), poucos quilômetros a noroeste. Com seu grande castelo quadrado de pedra e o que havia sobrado de um anfiteatro romano, Séforis fora marcada como ponto de reunião para um exército defensivo cristão reunido pelo novo rei para resistir às investidas cada vez mais determinadas de Saladino ao reino. Por muitos anos, a visão de exércitos muçulmanos marchando por territórios latinos, incendiando lavouras no caminho, era muito comum, e então lá estavam novamente os sarracenos, bem distantes do rio Jordão e atravessando uma região importante das terras cristãs.

A controversa sucessão de Guy e Sibila em agosto do ano anterior fora justificada como uma forma de aumentar a segurança do reino latino, mas o que aconteceu em seguida foi o oposto. A aflitiva dilapidação do poder real dos francos nos anos desde a morte de Amalric e o confuso estado do reino teriam estimulado qualquer governante com ambições sobre suas terras, e as investidas cada vez mais ousadas de Saladino eram também um reflexo dessa atitude que se desenvolvia em relação aos francos. No início dos anos 1180, Saladino se contentava em lançar ataques esporádicos a regiões específicas sob litígio, mas depois de 1186 sua visão se expandiu e ele começou a considerar os latinos do Oriente não como simples rivais a serem fustigados, mas como um

inimigo existencial a ser eliminado da face da Terra. Saladino forjou sua trajetória cultivando cuidadosamente a imagem de um fanático purificador, para quem a *jihad* era o centro de tudo. A certa altura ele teria de dar sequência a sua retórica. O sultão também esteve gravemente doente no fim de 1185: "Sua vida estava em desespero e correram rumores de que ele havia morrido", escreveu seu biógrafo e conselheiro Ibn Shaddad.[13] Ter sobrevivido parece ter inspirado nele um desejo intenso de destruir seus inimigos a qualquer custo.

No inverno de 1186-7, as facções que apoiavam o rei Guy e seu rival Raymond de Trípoli estavam se encaminhando para uma guerra civil. O ressentimento de Raymond à descarada tomada de poder de Guy havia evoluído para uma tentativa ostensiva de substituir os dois monarcas por uma dupla de sua escolha: Onfroy de Toron e sua esposa Isabella, irmã de Sibila. Para se proteger enquanto tramava o golpe de Estado, Raymond deu um passo perigoso, quase absurdo, ao fazer uma trégua pessoal com Saladino, permitindo que ele organizasse expedições exploratórias em seu território. Foi sob os termos desse acordo que Saladino conseguiu mandar 7 mil homens passarem por Nazaré no último dia de abril de 1187. As tropas foram lideradas por seu confiável e experiente emir turco Muzaffar ad-Din (também conhecido como Gökböri, ou o "Lobo Azul"). O velho soldado dividia o comando com o confiável filho e aparente herdeiro de Saladino, conhecido como Al-Afdal.

Gérard de Ridefort estava perto de Nazaré na noite de 30 de abril, integrando uma delegação que viajava de Jerusalém a Tiberíades com o objetivo de fazer Raymond chegar a bons termos com o rei. O mestre templário vinha insistindo em um ataque armado ao conde dissidente para colocá-lo na linha, mas Guy resistiu e programou uma conferência de paz a ser realizada em Tiberíades no início de maio. Gérard estava a caminho em companhia de Roger de Moulins e Josias, arcebispo de Tiro, com seus respectivos *entourages*. O plano era pegar o poderoso lorde Balian de Ibelin no castelo templário de La Fève e de lá todos iriam para Tiberíades tentar convencer Raymond o mais calmamente possível.

Quando Gérard de Ridefort soube que Raymond havia concedido a Saladino liberdade de vagar pelo seu território, os instintos mais combativos do mestre foram despertados. Nazaré não estava sujeita ao senhorio de Raymond, e sua gente não estava comprometida pela paz que ele havia negociado. Gérard levava a sério os atributos de seu mandato como líder dos templários: era seu dever defender a terra.[14] Mandou uma mensagem à guarnição mais próxima dos templários em Caco (atual Qaqun), convocando oitenta irmãos cavaleiros para se reunir a ele. Roger de Moulins seguiu seu exemplo e organizou dez hospitalários, e quarenta cavaleiros a serviço do rei se juntaram a eles. Em vez de continuarem para La Fève e Tiberíades, todos foram para Nazaré com o objetivo de seguir as forças do sultão e botar todos para correr.

Cento e cinquenta cavaleiros (o destacamento original mais os reforços) formavam uma força respeitável, considerando-se a presteza com que foi reunida, mas representavam muito pouco em comparação aos 7 mil homens sob o comando dos generais de Saladino. Na manhã de 1º de maio, essa disparidade tornou-se horrivelmente aparente quando os templários seguiram Al-Afdal e seu exército até uma região arborizada nas fontes de Cresson, uma nascente natural próxima à Nazaré.[1] Gérard tinha agora ao seu lado quase um contingente completo de oficiais templários do mais alto escalão: o senescal, Urs de Alneto; o outrora grande preceptor Robert Fraisnel, que agora atuava como marechal do Templo; e o respeitado irmão Jacques de Maillé.15 Eles avaliaram a cena com Roger de Moulins e todos decidiram que a única opção seria uma discreta retirada – ou melhor, todos menos Gérard de Ridefort.

"Gérard era um cavaleiro energético, porém impetuoso e irrefletido." Esse foi o veredito do cronista alemão Oliver de Paderborn ao descrever a conduta do mestre templário nas fontes de Cresson.16 Mesmo levando-se em conta a vantagem de um ataque surpresa, era impossível acreditar que uma luta entre umas poucas centenas de homens contra milhares levaria a qualquer coisa que não fosse a aniquilação. Gérard insistiu que o dever dos cristãos era atacar, "no desejo de defender a herança de Cristo".17 Zombou do mestre hospitalário e de Jacques de Maillé por suas reticências, insinuando que eles eram covardes.18

O cronista inglês Ralph de Coggeshall, descrevendo a cena de longe, pôs nos lábios de Gérard um discurso longo e floreado, no qual ele enalteceu o desdém dos templários por "coisas vãs e perecíveis" e argumentou que eles eram os verdadeiros herdeiros dos macabeus, que haviam lutado "pela Igreja, pela lei e pela herança do Crucificado".[19] Em outras palavras, as cruzes vermelhas em seus mantos brancos exigiam que lutassem. É quase certo que Ralph de Coggeshall tenha imaginado essas palavras, mas soube captar bem a abordagem radical de Gérard às normas dos cavaleiros do século XII e a mentalidade idealizada da ordem de maneira geral.

Todos os que usavam a cruz vermelha haviam jurado servir à ordem até o fim da vida, obedecer ao mestre e "ajudar a conquistar, com a força e o poder que Deus lhes dera, a Terra Santa de Jerusalém".[20] Cada um dos templários em Cresson tinha em algum estágio de sua vida respondido "sim, senhor, se Deus assim desejar", quando indagado se estava preparado para seguir esses preceitos. Chegara a hora de fazer valer aquela promessa. Instruídos pelo mestre a investir contra um exército talvez vinte vezes maior, eles não tinham escolha a não ser obedecer. Os homens fizeram o sinal da cruz. Gritaram juntos: "Cristo é nossa vida e a morte é nossa recompensa", e saíram galopando, insanamente, em direção a Al-Afdal e sua horda.[21]

Quando escreveu o manifesto para sua nova ordem de cavaleiros, em 1120, Bernardo de Claraval rogou que os

templários diante de um perigo mortal dissessem a si mesmos: "Quer vivamos ou morramos, nós pertencemos ao Senhor".[22] Disse a eles que se encaminhar intencionalmente à morte em nome de Cristo era um caminho certo para a salvação. Claro que uma coisa era Bernardo escrever essas palavras, teorizando a milhares de quilômetros da Terra Santa e glorificando um martírio que ele próprio jamais viveria. Mas era bem diferente para um bando de noventa templários, chamados de seu castelo e ordenados a empreender um ataque sob condições impossíveis, engolir o próprio medo e ir em frente. Mas foi o que fizeram. Todos tocaram seus cavalos à frente, e a batalha travada em Cresson viveria muito tempo na mitologia dos cruzados.

A crua verdade é que, dos 140 cavaleiros que atacaram os sarracenos, alguns deles templários e outros simplesmente levados pela loucura, somente um punhado escapou vivo. Gérard de Ridefort, que ordenou o ataque, foi gravemente ferido na luta, mas conseguiu sobreviver ao campo de batalha acompanhado por três companheiros. Cinquenta ou sessenta cavaleiros morreram afogados nas próprias vísceras; o restante foi feito prisioneiro e escravizado ao bel-prazer de Saladino. Roger de Moulins, o mestre dos hospitalários, que relutou em participar da batalha, foi decapitado, assim como o marechal templário Robert Fraisnel e (ao que parece) o senescal Urs.[23] Mas não morreram facilmente: o cronista Ibn al-Athir escreveu que foi "uma batalha de deixar cabelos pretos grisalhos".[24]

Mesmo assim, como observou Ralph de Coggeshall, “a morte cruel consumiu quase todos”.[25] Os templários e seus companheiros aceitaram ser coroados pelo martírio, e conseguiram. Assim como o mestre dos hospitalários e muitos de seus irmãos, além de um grande número de cidadãos de Nazaré que vinha seguindo a companhia de cavaleiros a distância, esperando pela pilhagem, só para serem perseguidos por cavaleiros muçulmanos enquanto fugiam para casa.

Talvez como uma homenagem à negligência do ataque, lendas santificadas logo se espalharam a respeito da conduta dos que morreram em Cresson. A morte de Jacques de Maillé foi transformada numa história folclórica cristã, e ele passou a ser apontado como um exemplo idealizado de cruzado, acolhendo o martírio como glória e júbilo. Segundo o autor de uma crônica da época, Maillé ficou sozinho quando quase todos os seus companheiros haviam sido mortos, “cercado pelas tropas inimigas e quase abandonado por qualquer ajuda, mas, quando viu tantos milhares acorrendo de todas as direções, fortaleceu sua decisão e corajosamente retomou a batalha, um homem contra todos”.[26] Segundo essa história, os inimigos de Jacques ficaram tão admirados com a bravura do templário que o instaram a depor suas armas e se render para que poupassem sua vida. Mas o templário os ignorou e continuou lutando até, “afinal, acuado porém não conquistado pelas lanças, pedras e flechas, cair no chão e entrar alegremente no céu com a coroa de mártir”. Mais

tarde foi dito que o cavalo e o uniforme brancos convenceram os homens de Saladino de que Jacques era uma manifestação de São Jorge, "o Cavaleiro de Armadura Brilhante, o protetor dos cristãos", de maneira que todos ficaram muito felizes quando finalmente o mataram.

Eles podem ter matado o homem, mas não a lenda. Assim que esfriou e enrijeceu e foi abandonado aos elementos, o corpo de Jacques se tornou um manancial de relíquias sagradas. Alguns jogaram poeira no corpo e em seguida a salpicaram na própria cabeça, na esperança de assimilar o valor do homem morto. Um outro cortou seus genitais "e os guardou em segurança para gerar filhos, de forma que mesmo depois de morto o membro do homem – se tal coisa fosse possível – produziria um herdeiro com uma coragem tão grande quanto a dele".[27]

Para cada berloque recolhido do cadáver de Jacques de Maillé, dez outros foram colhidos de seus camaradas chacinados pelos soldados de Saladino. Gérard de Ridefort escreveu ao papa para informar sobre a dolorosa derrota em Cresson, queixando-se de ter "sofrido graves perdas de cavalos e armas, além da perda de homens", e alertando ao santo padre que "a raça maligna de pagãos está inflamada para atacar a [...] terra com mais força que o normal por causa dos propósitos de sua iniquidade".[28] Ele não mencionou o fato de que o exército de Saladino tinha se retirado, com seus homens empunhando as cabeças de dezenas de templários espetadas em lanças.

✢

Menos de dois meses depois da derrota em Cresson, na sexta-feira, 27 de junho de 1187, Saladino voltou a atravessar o rio Jordão, poucos quilômetros ao sul do mar da Galileia. Dessa vez trazendo 30 mil homens, cerca da metade composta pela cavalaria. Eles haviam passado várias semanas em Ashtara reunindo as tropas, fazendo exercícios militares e revendo táticas de batalha. Essa não era uma expedição exploratória; era uma invasão em massa, o ataque havia muito prometido para varrer o reino cristão de Jerusalém.

Como o sultão não havia feito segredo de suas intenções, o rei Guy de Jerusalém conseguiu reunir suas forças. Depois da batalha de Cresson, Guy mandou uma mensagem convocando todos os homens cristãos capazes no Oriente para pegar em armas e juntar-se a ele na defesa do reino. Isso ficou conhecido como *arrière-ban* – uma imposição geral – e sua promulgação foi o sinal de um perigo existencial. Castelos foram quase inteiramente esvaziados de suas guarnições, de forma que "nenhum homem apto a lutar na guerra permanecesse nas cidades ou nas aldeias ou nos castelos".[29] As ordens militares foram recrutadas, bem como todos os cavaleiros seculares. Milhares de mercenários foram contratados para suplementar a infantaria e formar uma cavalaria ligeira. O custo de tudo foi arcado por um financiamento excepcional pago à igreja por Henrique II,

como penitência por seu papel no assassinato de Thomas Becket na catedral de Canterbury, em dezembro de 1170. O financiamento seria utilizado para pagar uma nova cruzada, e foi guardado em segurança pelos templários, que preferiram liberá-lo nesse momento de emergência. Um cronista registrou que Gérard de Ridefort, sempre pronto a um acerto de contas, ficou feliz em liberar o tesouro para "combater os sarracenos e vingar a desonra e os danos que haviam feito a ele".[30] Feitas as contas, o exército de Guy provavelmente chegava a pelo menos 20 mil homens, dos quais 1.200 eram cavaleiros, inclusive várias centenas de templários de mantos brancos, representando cerca de um terço de toda a elite das tropas de combate da ordem nos Estados cruzados. Eles se reuniram na base segura de Séforis (Saffuriya), onde poderiam ser abastecidos para enfrentar o ataque que viria. "Era uma multidão ilimitada, inumerável como as areias do deserto", escreveu o chanceler de Saladino, Imad al-Din.[31] A Vera Cruz, levada adiante de qualquer exército cristão desse tamanho, foi trazida para oferecer a proteção de Cristo se fosse necessária.

Imad al-Din estimou que os francos sabiam que estavam ameaçados por uma guerra apocalíptica – "o todo das forças do islã contra toda a infidelidade" – e estava certo.[32] Depois da debacle de Cresson, foi estabelecida uma frágil paz entre o rei e Raymond de Trípoli, mas o conselho de guerra de Guy estava longe de uma união e muitos entre eles (inclusive o mestre templário) continuavam considerando Raymond um

traidor. Quando se ficou sabendo que Saladino atravessara o rio, as animosidades pessoais e a discordância da abordagem da guerra no conselho logo vieram à tona.

A reação instintiva de Guy quando diante de um exército hostil era protelar, ganhar tempo e cansar o inimigo sem entrar em combate, até ser forçado a enfrentar a inevitável loteria do campo de batalha. Apesar de ter reunido um dos maiores exércitos da história do reino cristão, essa continuava sendo sua intenção em julho de 1187. O exército de Saladino era sem dúvida imenso, mas estava longe de estar unificado: "tão divididos em termos de locais de origem, ritos e nomes quanto unidos na determinação de destruir a Terra Santa", escreveu um autor franco da época.[33] A estratégia favorita de Guy era evitar o confronto com Saladino por tempo suficiente para sua coalizão se desfazer e seu exército começar a se desintegrar.

Era exatamente essa postura que Saladino queria fazer o oponente abandonar. Felizmente, era uma estratégia militar que contava com pouco apoio dos homens ao redor do rei. Como regente, Guy foi escarnecido por seu fracasso ante Saladino no ataque a Jerusalém de 1183, e ele estava suscetível a sugestões que pudessem compensar a humilhação passada.

Em 2 de julho de 1187, Saladino chegou a Tiberíades ao raiar do dia e sitiou a cidade. Seus habitantes não dispunham nem da vontade nem da capacidade de resistir, e a cidade foi logo saqueada e incendiada. A guarnição resistiu, mas isso

também resultou num problema: a esposa de Raymond de Trípoli, Eschiva, foi presa na cidade e corria então o risco de cair nas mãos de Saladino. Era improvável que fosse maltratada, mas o resgate seria imenso e representaria uma desonra considerável se fosse feita prisioneira.

Para crédito de Raymond, ele deixou de lado sua preocupação com a cidade e a esposa e disse ao rei para se manter firme e não ser atraído para uma batalha nos termos de Saladino. Insistiu que era melhor pagar o resgate por sua esposa a ser atraído a uma armadilha. Gérard de Ridefort foi tomado pelo mesmo espírito de retidão e beligerância que havia demonstrado oito semanas antes em Cresson e, ao lado do novo mestre dos hospitalários, Armengaud de Asp, aconselhou exatamente o contrário.[34] Uma fonte francesa atribuiu a Gérard um discurso fogoso em que perguntou enojado se o rei iria realmente ouvir o conselho de um traidor, dizendo que sua honra real dependia de avançar.[35] Em vista do espírito vingativo e a propensão a extremismos mostrados por Gérard, isso parece plausível. No entanto, era um conselho escandalosamente pífio. Apanhado entre a incerteza da batalha e a promessa de uma derrota sem derramamento de sangue, porém vergonhosa, Guy aceitou o conselho do mestre templário e resolveu atacar. E assim cair na armadilha. Como o próprio Saladino observou, "a alvorada estava para surgir na noite dos infiéis".[36]

Na manhã de 3 de julho, os cavaleiros do Templo reuniram-se na retaguarda do grande exército do rei Guy,

que partiu de Séforis e tomou a velha estrada dos romanos rumo ao leste em direção a Tiberíades. Segundo Ibn al-Athir, "era alto verão e estava extremamente quente". Também havia dificuldades práticas para homens armados marcharem pelo deserto.[37] Os irmãos já tinham uma longa experiência em lutar nessas condições, mas não podiam deixar de sentir sede, e, assim como o restante do exército de Guy, eles dependiam de fontes naturais para renovar seus suprimentos de água. Ao meio-dia, o exército parou na cidade de Turan, que tinha uma fonte, embora mal fosse suficiente para molhar a garganta de 20 mil homens e seus cavalos e animais de carga. À frente deles se estendia uma região árida, pela qual Saladino havia mandado batedores para tapar todos os poços e bloquear todas as fontes que conseguissem encontrar. Seu exército era suprido pela retaguarda por caravanas de camelos trazendo água do mar da Galileia. O sultão estava determinado a não permitir que os cruzados tivessem a mesma regalia.

A loucura do conselho de Gérard de Ridefort agora se tornava clara. Avançar para além de Turan significava entrar num território em que o exército ficaria mais fraco pela simples desidratação a cada hora que passasse. Porém, já comprometido com a estratégia, Guy não mudaria mais de ideia. Os templários da retaguarda, comandados por Gérard e seu segundo em comando, o senescal da ordem Thierry, seguiram o exército a caminho de Tiberíades. Enquanto marchavam, os templários faziam seu trabalho, rechaçando

pequenos destacamentos enviados por Saladino, que já tinha mudado de posição, marchando para Kafr Sabt e parado para aguardar a chegada dos latinos.

De acordo com histórias contadas pelos irmãos templários nos meses e anos subsequentes, estabeleceu-se uma profunda inquietação nas tropas de Guy. Consta que, enquanto marchavam, o camareiro do rei olhou para o escaldante céu do alto verão e viu uma águia pairando sobre o exército real, segurando em suas garras uma balestra e sete setas (representando os sete pecados capitais) e "gritando numa voz terrível: 'Ai de ti, Jerusalém!'".[38] À frente deles, Saladino os esperava.

Assim que o exército de Guy saiu de Turan, os sobrinhos do sultão, Taqi al-Din e Muzzafar al-Din, avançaram para tomar a cidade, cortando a possibilidade de retirada e eliminando qualquer esperança de manter um suprimento de água na retaguarda. Nas palavras de Saladino, eles ficaram "incapazes de fugir e impedidos de ficar".[39] Assediado e avançando sem esperanças em direção a um platô rochoso, exposto e ressecado, o exército cristão estava cercado. Depois de ter marchado o dia inteiro a um ritmo dolorosamente lento, eles afinal pararam, obrigados a acampar à noite sem água, com o inimigo circundando tão perto que se podiam ouvir os soldados conversando entre si no escuro. "Se um gato fugisse das hostes cristãs, não poderia escapar sem ser pego pelos sarracenos", escreveu uma fonte bem informada.[40] Gritos de *Allahu Akbar* ("Deus é

grande") e *la 'ilaha 'illa-llah* ("não existe deus a não ser Deus") atormentavam os cristãos na miserável noite que passaram sob as estrelas. A noroeste erguiam-se as duas montanhas rochosas de um vulcão extinto conhecido como Chifres de Hattin. Abaixo do acampamento havia uma aldeia com uma fonte, mas o caminho estava bloqueado. Não restava nada para os francos a não ser recostar no escuro e sofrer.

Ao alvorecer, os sedentos francos levantaram e se armaram, à espera de um ataque. Cruel, porém brilhante, Saladino prolongou a tortura deixando-os se arrastar um pouco mais, na direção dos Chifres de Hattin. Em seguida mandou seus homens atearem fogo nos arbustos do deserto. Colunas de fumaça encheram o ar, arranhando gargantas sedentas e antecipando, segundo esperava Saladino, uma imagem do inferno que os aguardava. Finalmente, quando a planície estava densa de fumaça acre, Saladino deu ordens para os arqueiros armarem suas flechas. Cordas foram estiradas e flechas disparadas. Elas encheram o ar "como uma nuvem de gafanhotos". Cavalos e soldados da infantaria começaram a tombar.

Quase cegos, acalorados, cansados, fracos e sob fogo, a disciplina dos francos começou a se esvair. Um contra-ataque era essencial. Assim, segundo uma carta escrita por um mercador em Acre que ouviu relatos vindos da batalha, Guy virou-se para os templários e pediu que liderassem o ataque aos agressores. "Ele deu ordens para o mestre e os

cavaleiros do Templo darem início às hostilidades. [...] Atacando como fortes leões, os cavaleiros mataram parte dos inimigos e fizeram que o restante se retirasse."[41]

O senescal Thierry posicionou-se ao lado de Raymond de Trípoli, que comandava a vanguarda. Com eles estavam Reynald de Sidon, liderando a retaguarda, e Balian II de Ibelin. Juntos, os quatro lideraram um ataque dirigido à seção do exército de Saladino comandada por Taqi al-Din. Mas, em vez de manter a posição e enfrentar o ataque, Taqi al-Din simplesmente mandou seus homens se dividirem e deixarem os cavaleiros passar por suas fileiras, incólumes. Assim que passaram, sua infantaria voltou a cerrar fileiras, bloqueando sua retirada. Quatro dos líderes cristãos mais graduados no campo de batalha ficaram isolados do restante dos homens que deveriam estar comandando. Com outras poucas opções, eles esporearam os cavalos e fugiram. Alguns dias depois da batalha, em sua carta aberta a todos os irmãos templários do Ocidente, Thierry sentiu-se compelido a explicar que foi somente "com grande dificuldade que [...] nós mesmos conseguimos escapar do horror daquele campo de batalha".[42]

O exército que eles deixaram para trás encontrava-se agora tremendamente desmoralizado, desgastado pela sede, cansado e exaurido. Mas ainda não estavam derrotados. "Eles entenderam que só seriam salvos da morte se a encarassem com ousadia", escreveu Ibn al-Athir:

> Eles fizeram sucessivas investidas, que quase desalojaram os muçulmanos de suas posições, apesar de serem em menor número. [...] Entretanto, os francos não atacavam e se retiravam sem sofrer baixas. [...] Os muçulmanos os cercaram como um círculo fechando o seu ponto central.[43]

A luta continuou pela tarde. Apesar do calor, foi um combate brutal. O próprio Saladino narrou em termos dramáticos e poéticos a ferocidade com que seus homens atacaram os francos:

> Os olhos das lanças eram dirigidos aos seus corações. [...] Rios de espadas buscavam seus fígados. [...] Os cascos dos cavalos erguiam nuvens de poeira; chuvas de flechas e dardos eram disparados, misturando-se ao clamor dos cavalos relinchando e ao brilho das espadas cintilando entre eles.[44]

O exército franco debandou. Segundo Ibn Shaddad, "um grupo fugiu e foi perseguido por heróis muçulmanos. Nenhum deles sobreviveu".[45] O rei Guy e seus cavaleiros se prepararam para a batalha final.

O rei e um grupo de cavaleiros, provavelmente incluindo Gérard de Ridefort e seus templários, conseguiram fugir para os Chifres de Hattin, onde ruínas de fortificações da Idade do Ferro e da Idade do Bronze ofereciam alguma

proteção natural. Ao chegarem ao alto, os homens sedentos, cansados e aflitos podiam ver abaixo a grande e inalcançável extensão das águas frescas do mar da Galileia. Tornando a posição defensável por um curto período, eles ergueram a tenda vermelho-vivo do rei Guy. Um apressado bispo de Acre entrou nela, levando consigo a única coisa na qual os latinos ainda tinham esperança de poder salvá-los: um baú cravejado de joias com o fragmento da Vera Cruz, na qual Cristo havia sofrido e morrido, que deveria ser defendida a qualquer custo.

De sua posição de comando, Saladino viu a tenda de Guy ser montada e os cristãos se preparando para defender o rei e a sagrada relíquia. Ao seu lado estava seu filho, Al-Afdal, que depois contou a Ibn al-Athir os tensos momentos que se seguiram. O sultão sabia que a cavalaria do inimigo lutaria até a última fímbria de suas forças. Os homens estavam protegidos, preparando-se para um ataque a um segmento do exército muçulmano que poderia transformar uma iminente derrota em vitória: Saladino e sua guarda pessoal de mamelucos. O sultão, disse seu filho, parecia "desolado de aflição e com a compleição pálida".[46]

Mais jovem e menos experiente, Al-Afdal não conseguia entender a apreensão do pai. A cada investida dos cristãos vinda da tenda de Guy a ser rechaçada, Al-Afdal urrava de alegria, gritando: "Nós os derrotamos!".

"Meu pai se aproximou de mim", lembrou-se mais tarde. Ele disse: "Fique quieto! Nós só teremos vencido quando

aquela tenda cair".

Assim que Saladino murmurou essas palavras, os dois viram a tenda vermelha de Guy finalmente ser tomada. O rei e a Vera Cruz foram capturados. A batalha havia terminado. "O sultão desmontou, prostrou-se para agradecer a Deus Todo-Poderoso e chorou de alegria."[47]

✢

Quando Ibn al-Athir visitou o local um ano depois, o ensanguentado campo de batalha de Hattin estava marcado por dois monumentos: um domo erguido sob instruções de Saladino, conhecido como *qubbat al-nasr* (domo da vitória), e ossos espalhados pelo solo, empilhados em montes descarnados por toda a planície. O sultão vangloriou-se de ter supervisado a matança de 40 mil homens na batalha.[48]

Os que sobreviveram à batalha de Hattin ficaram à mercê de Saladino, a serem executados ou aprisionados, de acordo com os ditames de suas posições. Muitos foram levados prisioneiros e vendidos como escravos. Ibn Shaddad soube de um alegre combatente muçulmano conduzindo trinta soldados cristãos amarrados por uma corda da tenda.[49] O preço de escravos nos mercados de Damasco despencou por causa da enorme oferta. Mas alguns prisioneiros mereciam mais que uns poucos bizâncios nos leilões públicos. Gérard de Ridefort e centenas de templários e hospitalários estavam entre os que foram levados vivos do campo de batalha, num

surpreendente desfile de ilustres prisioneiros que incluíam o rei Guy, Reynald de Châtillon, seu enteado Onfroy de Toron e muitos outros. Uma carta enviada para Arquibaldo, mestre dos hospitalários na Itália, lamentava que mais de mil "dos melhores homens foram capturados ou mortos, com o resultado de não mais de duzentos cavaleiros ou soldados da infantaria terem escapado".[50]

Na noite de 4 de julho, o rei Guy e Reynald de Châtillon foram levados até Saladino, acomodado no esplendor da varanda de sua tenda real. O sultão consolou o rei sedento, derrotado e assustado e ofereceu uma taça de julepo (água de rosas) para saciar sua sede. Foi ao mesmo tempo uma cortesia entre monarcas e uma demonstração de hospitalidade, que na tradição árabe implicava que agora a vida do rei estava a salvo sob a proteção de Saladino. Quando Guy passou a taça a Reynald, a atitude de Saladino mudou: informou a Reynald por intermédio de um tradutor que não lhe havia oferecido a bebida, e que, portanto, ele ainda não estava a salvo. Os dois foram mandados para comer e encontrar seus alojamentos, depois trazidos de volta à presença do sultão. Guy foi acomodado dentro do pavilhão e obrigado a observar quando Reynald ficou cara a cara com Saladino, que fizera um juramento de se vingar dele por um ataque realizado a uma caravana de muçulmanos e por suas investidas piratas em Hejaz em 1183.

Saladino discorreu sobre a irreligiosidade, a impertinência e a traição do outrora príncipe de Antioquia,

xingando-o e falando sobre seus muitos malfeitos. Disse que a única maneira de Reynald salvar a própria vida era se convertendo ao islã – uma proposta que sabia que seria recusada. Quando a representação acabou, o sultão se levantou, desembainhou a cimitarra e golpeou o pescoço contraído do veterano. Sua intenção era cortar a cabeça de Reynald, mas em seu entusiasmo Saladino errou o alvo, decepando um de seus braços à altura do ombro. Reynald caiu e os criados acorreram, arrastando o homem sangrando da tenda e pondo fim a sua vida.[51] Saladino virou-se e assegurou que Guy não corria perigo. Não deve ter insuflado muita confiança no apavorado rei.

A morte de Reynald foi uma questão de vingança pessoal de Saladino: a realização de um juramento de morte por um rancor mantido havia anos. Porém, a forma como tratou os templários foi resultado da frieza de seus cálculos políticos e militares. Os cavaleiros templários, com suas contrapartes dos hospitalários, tinham lutado com grande distinção em Hattin, como notado por mais de um correspondente muçulmano, e Saladino não tinha intenção de deixá-los vivos para voltar à luta. "Eles eram lutadores mais temíveis que todos os francos", escreveu Ibn al-Athir, e seu zeloso comprometimento com a guerra santa era um pilar na "defesa dos Estados latinos".[52] Assim como tinha varrido o castelo templário do vau de Jacó da face da Terra, agora Saladino iria erradicar seus prisioneiros.

Imad al-Din relatou que Saladino queria "purificar a Terra daquelas duas ordens impuras, cujas práticas são inúteis, que nunca desistem de sua hostilidade e que não têm utilidade como escravos. Uma e outra eram o pior dos infiéis".[53] Uma polpuda recompensa de cinquenta dinares por prisioneiro foi oferecida a qualquer muçulmano que trouxesse um cavaleiro do Templo ou do Hospital para o sultão. "Ele ordenou que todos teriam a cabeça decepada e seriam eliminados da terra dos vivos", escreveu Imad al-Din.[54]

Foi enviada uma ordem para os membros do *entourage* clerical de Saladino para fazer cumprir a sentença. Voluntários foram recrutados entre místicos, sufis, advogados, estudiosos e ascetas, muitos dos quais nunca haviam feito nada semelhante na vida. "Cada um deles pedia o favor de executar um prisioneiro, desembainhava a espada e arregaçava as mangas", relatou Imad al-Din. Os soldados e emires de Saladino se alinharam ao seu lado para assistir à grotesca carnificina. Os irmãos do Templo e do Hospital foram decapitados um a um. Alguns entre os inexperientes golpeavam com precisão e eram aplaudidos. Outros usavam lâminas sem fio. "Outros eram ridículos e tiveram de ser substituídos", escreveu Imad al-Din. Enquanto isso, Saladino olhava e sorria, sua expressão sorridente contrastando com os esgares mortais dos irmãos cristãos perecendo diante dele, abatidos como carneiros.

“Nenhum dos templários sobreviveu”, escreveu Saladino em sua triunfante carta contando a vitória em Hattin. Mas sua afirmação não estava totalmente correta. Alguns anos depois, um cavaleiro templário apareceu em Acre afirmando não só ter escapado do campo de Hattin, como também dizendo ter fugido com a Vera Cruz e a enterrado em segurança, embora depois tenha se esquecido de onde a guardara.[55] Gérard de Ridefort foi poupado dos desajeitados golpes dos sufis. Ficou detido por algum tempo numa prisão de Damasco, até ser resgatado pela ordem a um custo dolorosamente alto. Thierry exerceu o comando da ordem até a libertação de Gérard. Quando estimou o custo humano dos acontecimentos daquele verão, calculou que, entre Cresson e Hattin, 290 cavaleiros haviam sido perdidos: uma imensa parte dos recursos humanos dos templários no Oriente. E isso era apenas uma fração dos milhares de homens que haviam tombado com eles, vítimas da obsessão do mestre pelo martírio, que parecia ceifar todos menos ele próprio.

Hattin foi uma humilhante derrota militar, um desastre espiritual e o começo do fim do reino latino de Jerusalém. Ao retirar dos castelos e das cidades do litoral cristão qualquer um que fosse capaz de lutar para conduzi-los até a boca do inferno de Hattin, o rei Guy deixou o reino terrivelmente vulnerável a um rápido ataque, que foi o que Saladino imediatamente executou. Nos três meses seguintes a Hattin, seus homens enxamearam pelos territórios sem liderança

como formigas. Em rápida sucessão, tomaram Tiberíades e Acre, Sidon e Beirute, Haifa e Cesareia. Nazaré e Belém foram perdidas e dezenas de outras cidades e castelos caíram, com apenas um punhado das maiores fortalezas do interior conseguindo se manter. Jaffa, o porto de Jerusalém, foi tomado. Ascalão, conquistada depois de tanta luta nos anos 1150, foi ocupada em setembro, assim como Darum e Lida. Por volta do outono, todas as maiores fortalezas do reino de Jerusalém estavam perdidas, com as exceções das de Tiro e Jerusalém. Em 20 de setembro, Saladino chegou à Cidade Sagrada, pronto para terminar o que havia começado.

Àquela altura, Jerusalém não estava em condições de defender suas muralhas. Balian de Ibelin comandou uma patética guarnição composta por um punhado de homens feitos cavaleiros com o propósito de montar uma defesa honrosa. Porém, totalmente inadequada. Saladino pôs seus sapadores e catapultas imediatamente em ação, e depois de nove dias funestos, em que as mulheres da cidade choraram e rasparam a cabeça dos filhos como penitência por seus pecados, abriu-se uma brecha. Balian de Ibelin propôs um acordo de paz e em 30 de setembro a cidade se rendeu formalmente, com a condição de uma transferência pacífica de poder sem massacres e uma anistia de quarenta dias para cidadãos cristãos pagarem por sua liberdade antes de ser escravizados.

Saladino fez sua entrada formal em Jerusalém na sexta-feira, 2 de outubro, no aniversário da “jornada noturna de

Maomé", quando o profeta viajou com o anjo Gabriel para o que agora é conhecido como a Cúpula da Rocha, o lugar que os cristãos chamavam de Monte do Templo. Derrubaram a cruz que havia sido erguida e, segundo uma carta enviada para a Inglaterra pelo irmão Thierry, arrastaram-na pela cidade por dois dias, maltratando-a cerimonialmente para os habitantes da cidade assistirem.

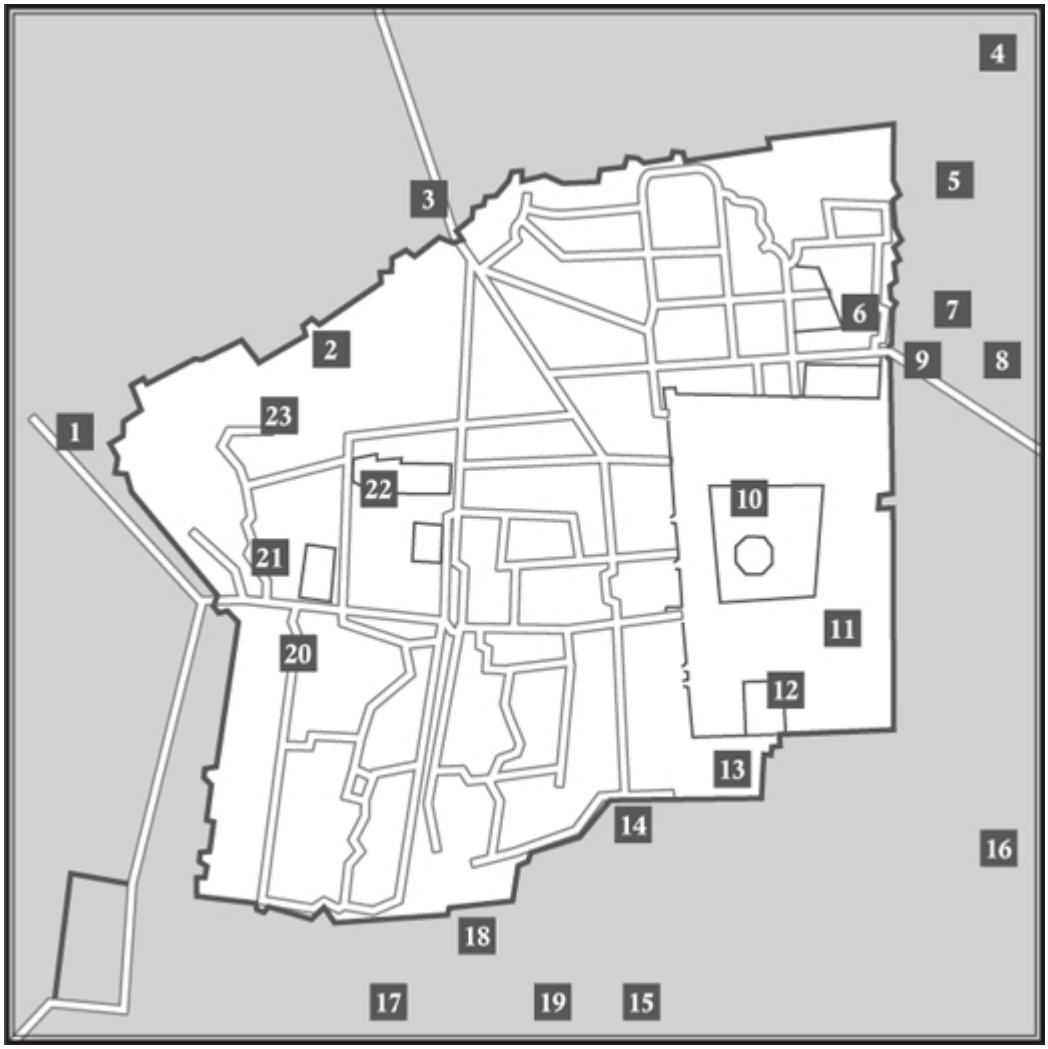
Em seguida, se mudaram para o quartel-general dos templários, na mesquita de al-Aqsa. A mesquita estava repleta de porcos e imundície, escreveu Imad al-Din, "e obstruída por construções do tempo dos infiéis, essa raça de perdição, injusta e criminosa".[56] As forças do sultão começaram a trabalhar diariamente para purificar o lugar, derrubando paredes e edificações erguidas durante a ocupação dos templários e lavando o edifício todo de cima a baixo com água de rosa. Na sexta-feira, 9 de outubro, preces soaram de todas as quatro direções do Monte do Templo, e um sermão foi proferido por um imane de Damasco, Ibn al-Zaki, celebrando o trabalho de Saladino e convocando todos os muçulmanos a continuarem com a *jihad*.

Cinquenta templários despejados de seu quartel-general tiveram permissão para formar uma guarda para escoltar os refugiados cristãos que se retiraram de Jerusalém para se assentar onde conseguissem encontrar um novo local seguro. A maioria foi para o condado de Trípoli, onde a cidade costeira de Tiro se mantinha como um bastião da ousadia latina. Os irmãos se dividiram em uma vanguarda e

uma retaguarda de 25 cavaleiros e conduziram os combalidos cidadãos para o norte, com cada passo os afastando cada vez mais da cidade da Paixão de Cristo, em direção a um território hostil e perigoso.[57] Foi um lamentável revés para tudo o que a ordem representava.

Sessenta e oito anos tinham se passado desde que Hugo de Payns e seus companheiros cavaleiros se reuniram ao redor do Santo Sepulcro para imaginar uma nova ordem que defenderia a Cidade Sagrada e protegeria seus peregrinos cristãos. Demorou menos de quinze semanas para Saladino massacrar seus membros, aprisionar seu mestre, tomar seus castelos, atropelar os locais sagrados que haviam jurado proteger e transformar quase tudo o que a ordem representava em pó.

Era difícil não concluir que Deus havia abandonado Seus soldados.



Jerusalém no século XII

Escala 1:17.500 (1 cm = 175 metros)

1. Torre de Tancredo
2. Portão de São Lázaro
3. Portão de Santo Estevão
4. Monte das Oliveiras
5. Vale de Josafá
6. Portão de Josafá
7. Túmulo da Virgem Maria
8. Getsêmani

9. Portão Dourado
10. Templo de Salomão
11. Mesquita de Al-Aqsa
12. O Templo
13. Palácio Real
14. Portão de Siloé
15. Piscina de Siloé
16. Vale do Cédron
17. Monte Sião
18. Portão de Sião
19. Vale de Hinom
20. Torre de David
21. Hospital de São João
22. Igreja do Santo Sepulcro
23. Palácio do Patriarca

PARTE III

Banqueiros

1189–1260

"Saiam, leve ou pesadamente armados, e lutem pela causa de Deus

com seu dinheiro e suas vidas"

Ibn Wasil, citando o Corão IX, 41[1]

12

“A busca pela fortuna”

✢

O quartel-general da Ordem do Templo, outrora um vasto palácio em Jerusalém, era agora uma barraca no monte Toron, rodeada por outras barracas abrigando as maiores e mais importantes figuras da Terra Santa cristã.[2] De suas origens humildes, os templários voltavam a ser humildes: com dezenas de castelos perdidos, centenas de homens mortos e sua missão desbaratada. Os irmãos ser orgulhavam muito de sua resistência a dificuldades humilhantes.[3] Entre 1187 e 1189, contudo, a humilhação e as dificuldades os atormentavam. Não havia como evitar a evidência de seu fracasso: do alto do monte Toron eles podiam olhar para

baixo, para a cidade de Acre, e lembrarem-se diariamente de tudo o que haviam perdido.

Os telhados de Acre eram uma mixórdia emaranhada de oficinas, casas, igrejas, torres fortificadas e propriedades comerciais reunidas em torno de uma cidadela central, limitada pelo sul e pelo oeste pelo mar e rodeada na fachada que dava para o interior por uma forte muralha de pedra em frente a uma imensa planície de areia. Acre era um dos maiores portos da Terra Santa: o principal ponto comercial do litoral. A cidade havia deslumbrado o viajante e escritor muçulmano espanhol Ibn Jubayr, inspirando-o a citar o Corão quando registrou que "Acre é a capital das cidades dos francos na Síria [e] o local de desembarque de 'navios com mastros altos como montanhas'". Apesar de deplorar as ruas fedorentas, imundas de lixo e excremento, e reclamar da conversão de antigas mesquitas em locais de veneração cristã, Ibn Jubayr chegou a dizer que, "em sua grandeza, parece Constantinopla".[4]

Por ocasião da visita de Ibn Jubayr, no outono de 1184, antes do tumulto de Hattin, essa cidade magnífica era uma das mais importantes fortalezas cristãs no ultramar. Mas no outono de 1189 estava ocupada pelos exércitos do islã, como praticamente todos os outros anteriormente assentamentos cristãos no mar da Galileia, com exceção de Trípoli e da impenetrável fortaleza da ilha de Tiro. Às sextas-feiras, as rezas dos fiéis soavam no lugar dos sinos da igreja, e guardas muçulmanos vigiavam desconfiados a partir das

torres que pontuavam as defesas de pedra de Acre. Havia muito para ocupar a atenção deles, pois no verão de 1189 uma coalizão de tropas cristãs começou a reunir suas forças em frente às muralhas de Acre com um objetivo simples: retomar a cidade.

Entre os irmãos templários morando embaixo das tendas de lona no monte Toron estava Gérard de Ridefort. Por quase um ano desde Hattin ele esteve detido na cela de uma prisão em Damasco, mas em junho de 1189 foi libertado como parte de um acordo feito entre Saladino e o rei Guy. O rei foi solto em troca da rendição de Ascalão e foi permitido que escolhesse dez cavaleiros para acompanhá-lo. A lista incluía um dos seus irmãos, Aimery de Lusignan, e Gérard de Ridefort, mestre dos templários. O preço pago pela libertação de Gérard foi alta: a ordem foi obrigada a abandonar seu castelo em Gaza. Essa atitude falava mais de seu senso de honra do que de estratégia militar, pois, enquanto os mestres eram substituíveis, Gaza não o seria. Um eixo militar que custara caro para ser construído, controlando as rotas entre o Egito e o litoral da Palestina estava agora em mãos muçulmanas; um preço alto a ser pago.

De qualquer forma, o acordo foi feito, e Gérard libertado. Quando retornou ao poder, depôs o líder interino Thierry, que desapareceu da hierarquia central da ordem por quase dez anos, talvez acreditando que, por ter sobrevivido a Hattin e ajudado a lidar com suas consequências seu dever estava cumprido. Gérard logo voltou ao seu estilo de

liderança habitual: beligerância, fosse qual fosse o custo. Havia muita coisa para animá-lo. Ao olhar para a Acre ocupada de cima do monte Toron, ele teria reconhecido o grande palácio dos templários na região sudoeste da cidade, agora residência de um advogado amigo de Saladino de nome Issa el-Hakkari. Era uma perda intolerável.

Tanto os hospitalários quanto os templários haviam mantido belas propriedades em Acre, como adequado aos seus status na Terra Santa. A casa dos hospitalários era na cidade, enquanto a dos templários fora construída numa faixa de terra avançando para o Mediterrâneo, perto do quebra-mar e em forma de "L", abrigando navios ancorados na enseada interna. O peregrino alemão Theodoric escreveu que a casa era "muito grande e bonita", talvez se referindo aos grandes arcos romanescos em suas formidáveis paredes de pedra.[5] Mas era mais que bonita. Graças a sua bela localização na agitada fortaleza mercante, era o eixo comercial mais importante da ordem no Oriente. Os interesses comerciais dos templários em Acre eram supervisionados por um sargento de alto escalão conhecido como o comandante (ou preceptor) da marina de Acre, e era por seu intermédio que os principais carregamentos de suprimentos, munição e recursos humanos vindos do Ocidente chegavam aos Estados latinos.[6]

Foram escavados grandes túneis subterrâneos, de cerca de quatrocentos metros de comprimento, desde os celeiros do palácio, embaixo do bairro toscano, até a alfândega da

cidade, conhecida como a corte de Chain. Lá, clérigos sentavam-se em bancos de pedra forrados de mantas para calcular os rendimentos recebidos usando penas mergulhadas em tinteiros de ébano ornamentados de ouro.[7] Para garantir uma passagem segura para entrar e sair dessa guilda contábil, a ordem cavou um sofisticado eixo de tráfego, que a certo ponto se dividia em dois túneis paralelos guardados por uma guarita escavada na pedra, onde um irmão sargento podia monitorar através de uma grade de metal o tráfego passando abaixo.[8]

Ao norte do palácio principal, num subúrbio conhecido como Montmusard, havia duas outras áreas pertencentes à ordem: o bairro templário e um grande conjunto de estábulos. Reunidas, as posses dos irmãos em Acre eram substancialmente maiores que as em Jerusalém, que agora estavam nas mãos do inimigo. O advogado Issa el-Hakkari havia sido presenteado com tudo: suas "casas, fazendas, terras [...] lavouras e outras propriedades".[9] Sob sua administração, o palácio principal fora ampliado com uma grande torre que se erguia insolente acima do horizonte da cidade, uma provocação visível para Gérard de Ridefort e seus camaradas no monte Toron.[1]

Na primeira semana de outubro de 1189, os templários ficaram acampados fora de Acre por cinco semanas. Gérard foi um dos que os levou até lá. Recém-saído da prisão, fez um reconhecimento das ruínas do reino cristão e insuflou o rei a uma política de ação decisiva para reagir a Saladino. As

perdas da batalha de Hattin, de Jerusalém e da Vera Cruz tinham provocado a reação dos reinos cristãos do Ocidente, e era bem sabido que os reis da Inglaterra e da França, o imperador do Sacro Império Romano, Frederico Barbarossa, e muitos outros nobres ilustres estavam planejando uma grande cruzada – a maior desde 1096. Apoiado pelo irmão do rei Guy, Aimery de Lusignan, Gérard argumentou que seria vergonhoso se esses monarcas chegassem e encontrassem o rei de Jerusalém ocioso em seu reino eviscerado. "É bem melhor se eles ficassem sabendo que você sitiou uma cidade", exigiam os dois homens.[10] Sempre suscetível ao ver sua honra posta em questão, Guy concordou.

A cidade escolhida foi Acre. Um exército real, reunido a partir dos territórios remanescentes dos francos em Antioquia e nas imediações de Tiro, afinal chegou lá em 29 de agosto de 1189. De início eram seiscentos cavaleiros, incluindo uma modesta delegação de templários, mas os números aumentaram de forma significativa. No último dia de agosto, diversos barcos repletos de soldados toscanos desembarcaram no sul da cidade e acamparam na praia. Dez dias depois, mais cinquenta navios já haviam chegado, trazendo milhares de cruzados dinamarqueses e frísios comandados pelo famoso cavaleiro e nobre flamengo Jacques de Avesnes, um dos mais temidos e respeitados líderes militares do norte da Europa. No fim de setembro, o inimigo de Guy, o nobre toscano Conrad de Montferrat, que fazia agitação para substituir Guy como rei, trouxe de Tiro mil

cavaleiros e 20 mil soldados de infantaria. Apesar das disputas pessoais, agora se tratava de uma força muito grande de francos, capaz de bloquear Acre pelo mar e realizar um cerco parcial por terra.

Em resposta, Saladino foi a Acre com um exército de bom tamanho também. Assim que o exército cristão cercou a cidade, suas tropas tomaram posição em um semicírculo ainda mais amplo, com um posto de comando numa colina conhecida como Tell al-‘Ayyadiya. A partir das primeiras semanas de setembro, os dois lados travaram várias escaramuças: os homens de Saladino tentavam manter as linhas de suprimento chegando a Acre por meio de pontos fracos nos bloqueios terrestres latinos e emboscavam excursões forrageadoras, enquanto os homens de Guy trabalhavam para mantê-los a distância. Eram pouco mais do que duelos exploratórios, mas os números de ambos os lados aumentavam, e todos sabiam bem que estavam se encaminhando a um cerco a Acre. O resultado seria uma interrupção na conquista de Saladino da Terra Santa, ou outro capítulo da triste história dos Estados latinos tendendo à extinção.

Na noite de 3 de outubro, os comandantes francos decidiram fazer seu primeiro movimento contra o exército cada vez maior de Saladino. Segundo crônica de Ibn al-Athir, o rei Guy percebeu que, embora o sultão contasse com uma força maior em Acre, muitas de suas melhores tropas estavam espalhadas por outras importantes regiões de seus

grandes domínios: algumas ao norte, em Antioquia, algumas defendendo os portos egípcios de Alexandria e Damieta e outras vigiando cautelosamente a cidade cristã de Tiro, com o intuito de rechaçar possíveis ataques vindos daquela frente. Não haveria melhor momento para lançar um ataque ao exército ao redor de Acre e cortar os suprimentos para os muçulmanos encurralados dentro das paredes da cidade. Guy ordenou que suas tropas se preparassem para uma grande manobra no dia seguinte.

Na manhã de 4 de outubro, "como uma nuvem de gafanhotos rastejando pela face da Terra", o exército cristão reuniu-se ao pé do monte Toron e avançou pela planície em passo de marcha em direção à base de Saladino em Tel al 'Ayyadiya. A infantaria mais leve, armada de arcos e balestras, precedeu "a principal força do exército [...] uma inspiradora visão com seus cavalos e armas e diversas insígnias".[11] Na retaguarda seguiram as unidades montadas, a guarda real, os hospitalários comandados por seu mestre Armengaud de Asp e os templários liderados por Gérard de Ridefort.

Levando a bandeira preta e branca à frente da companhia de irmãos, encaminhando-se devagar porém cheio de propósito pelas planícies poeirentas de Acre naquela manhã, seguia seu marechal recentemente designado, Geoffroy Morin.[12] Outrora comandante da casa templária de Tiro, Geoffroy Morin fora promovido a seu novo posto pouco antes de o mestre Gérard ter sido libertado da prisão.[13] De

acordo com os protocolos estabelecidos pela regra dos templários, Geoffroy cavalgava com uma guarda pessoal de cinco a dez cavaleiros de mantos brancos, um deles empunhando uma bandeira extra para o caso de a bandeira do mestre ser danificada ou rasgada na batalha.[14] Era o templário mais importante no campo de batalha depois de Gérard, e a ordem inteira se agrupou ao redor dos dois homens.

A bandeira malhada era uma entre muitas outras flanando enquanto o grande exército cristão atravessava a planície de Acre, observado pelas forças de Saladino. Quando a tropa chegou a distância de ataque, foi a bandeira malhada que tomou a dianteira. Tão logo o exército cristão chegou próximo ao acampamento muçulmano, foi emitido um sinal e a infantaria parou de marchar para se dividir em duas, e por essa brecha passou a cavalaria pesada, atacando o inimigo. Sem querer ficar no caminho da horda de cavaleiros, os soldados posicionados na frente da base de Saladino recuaram, abrindo caminho para a tenda real. Saladino os acompanhou, e os francos imediatamente investiram contra as posições desprotegidas, rompendo as defesas, saqueando tudo o que podiam e matando qualquer um que encontrassem pelo caminho. Entre os mortos estavam o governador muçulmano de Jerusalém, o camareiro de Saladino, Khalil al-Hakkari, e um conhecido poeta e estudioso, Ibn Rawaha.[15] Segundo um dos relatos da batalha, a própria tenda de Saladino foi brevemente tomada

pelo conde de Bar, um cruzado recém-chegado do Ocidente, embora não tenha sido destruída.[16]

"Os cavaleiros do Templo, que não ficam atrás de ninguém em renome e dedicação à matança, já tinham atacado ao longo de todas as linhas inimigas", escreveu um entusiasmado cronista cristão. "Se os demais [...] tivessem feito pressão atrás deles e perseguido o inimigo com igual entusiasmo, naquele dia eles teriam vencido uma feliz vitória pela cidade e na guerra. Mas os templários foram longe demais no risco que correram e em suas tendências."[17] Como já era hábito, sob o comando de Gérard de Ridefort, a ousadia deu lugar à imprudência.

Enquanto o exército de Saladino se retirava e os templários e seus cavaleiros recolhiam o butim deixado para trás, ninguém percebeu que uma grande comitiva de cidadãos armados havia saído pelos portões desguarnecidos de Acre e contornado a retaguarda do campo de batalha, juntando-se com alguns dos soldados do sultão que de início haviam se retirado do acampamento. Em silêncio, se aproximaram do lugar onde a bandeira preta e branca anunciava a localização dos templários. Em seguida, atacaram sem nenhum alerta.

Ao olhar para trás, os templários perceberam que estavam isolados do resto do exército, que lutava contra o flanco direito de Saladino. Isso significava que estavam vulneráveis a ataques de todos os lados, e impossibilitados de qualquer forma de comunicação com seus companheiros

francos. Tentaram recuar abrindo o caminho à força para o campo de batalha, mas era impossível. Estavam cercados. A única coisa a fazer era se reunir em torno da bandeira malhada e lutar.

Um cronista colocou nos lábios de Gérard de Ridefort um inflamado discurso quando ele avaliou o grave problema em que havia mais uma vez envolvido seus camaradas: “Instado por seus companheiros a fugir para não perecer, ele replicou: ‘Jamais! Seria uma vergonha e um escândalo para os templários. Diriam que eu salvei minha vida fugindo e deixando meus companheiros cavaleiros para ser chacinados!’”.[18] Trata-se de invenção literária, mas refletia bem o princípio do mestre de jamais recuar ante o perigo. Foi o que o levou a atacar 7 mil homens nas fontes de Cresson, e de se arrastar pelos destroços ensanguentados e fumacentos no sopé dos Chifres de Hattin. Gerard tinha conseguido escapar desses dois desastres, mas não escaparia das planícies de Acre.

Enquanto lâminas e lanças cintilavam, cavalos tombavam e homens morriam em pânico, Gérard e seus homens foram massacrados. “As espadas de Deus os superavam de todos os lados e nenhum deles escapou”, escreveu Ibn al-Athir. “A maioria foi morta e o restante foi feito prisioneiro. Entre eles estava o mestre dos templários que Saladino havia capturado e depois libertado.”[19] Dessa vez não haveria prisão, nem resgate ou piedade: Gérard foi sumariamente executado no campo de batalha. “Ele caiu morto com os mortos”,

observou o autor cristão de uma crônica conhecida como *Itinerarium Peregrinorum*.[20] Em algum lugar atrás dele a bandeira malhada, o último símbolo do orgulho e da resistência templária, falseava acima dos seus defensores cercados. Afinal ela também tombou, caindo ao chão nas mãos sem vida de Geoffroy Morin.

O dia 4 de outubro foi outra data funesta para os guerreiros latinos da Terra Santa. Enquanto os templários eram chacinados, o resto do exército debandou em pânico. Animais corriam em disparada e homens perdiam a coragem. "Eles puseram o inimigo em fuga e depois foram rechaçados e também postos em fuga", escreveu um contrariado cronista cristão.[21] Apenas uma desesperada retaguarda, organizada pelo irmão do rei Guy, Geoffroy de Lusignan, evitou a captura do monte Toron. Depois de várias horas de combate brutal, a batalha encerrou-se por exaustão. Os francos foram mais uma vez derrotados, perdendo cerca de 1.500 homens e vendo os sobreviventes retornando cambaleantes ao acampamento, tão desfigurados por seus ferimentos que os amigos não conseguiam reconhecê-los. Os homens de Saladino reuniram os corpos de suas vítimas e os jogaram nos rios vizinhos; quando os corpos apodreceram, a água se contaminou. Para os que continuaram vivos fora de Acre, ficou claro que havia um longo e terrível sítio à frente. Os prometidos reforços não chegaram a tempo para os encurralados defensores da Terra Santa – nem mesmo para o desorganizado grupo de

cavaleiros templários acéfalos que olhavam de cima do monte Toron o seu antigo palácio e conjeturavam se veriam mais uma vez sua bandeira erguida no alto.

✢

Um marinheiro horrivelmente ferido chegou se arrastando em meio às hordas de soldados que fugiam de Acre e contou sua triste história. Era 11 de junho de 1191, e durante os últimos quatro dias o pobre marujo estivera preso e fora torturado por um bando de invasores estrangeiros, que o retiraram do mar depois de uma batalha naval, deixando seus companheiros de tripulação se debatendo indefesos nas águas ao redor.[22] O infeliz estaria melhor se tivesse se afogado, pois, apesar de vivo, havia sido cruelmente mutilado e mandado para os cidadãos de Acre como exemplo do que acontecia com os que desafiavam os exércitos de Deus.

Em certo sentido, o marinheiro era apenas mais uma vítima do cerco a Acre, que em junho de 1191 estava em andamento havia 22 meses, ceifando centenas de vidas com violentos combates em terra e no mar, doenças e desnutrição. Mas era também um sinal escabroso de algo maior. Seus ferimentos grotescos haviam sido infligidos para anunciar a chegada de um perigoso novo jogador. Esse recém-chegado era "sábio e experiente na arte da guerra e sua vinda teve um efeito terrível e assustador no coração dos

muçulmanos", escreveu Ibn Shaddad.[23] Era bisneto do ex-rei Foucher I de Jerusalém, mas ele próprio era o rei da Inglaterra, apoiador dos templários e um dos mais destemidos guerreiros de sua geração. Era alto, de proporções elegantes e carismático, de cabelos vermelhos dourados e um braço que parecia ter sido feito para brandir uma espada. A história o tornaria conhecido como Ricardo *Coeur-de-Lion*: o Coração de Leão.

Homens importantes haviam chegado a Acre durante toda a primavera, entre eles o rei da França, Filipe II "Augustus", que aportou em 20 de abril com seis grandes navios, acompanhado por seus principais nobres e milhares de cruzados entusiasmados, fazendo o biógrafo e administrador de Saladino, Ibn Shaddad, admitir que ele era "um grande homem e respeitado líder, um dos grandes reis em cuja presença o exército se mostraria obediente".[24] Ricardo seguiu seu rival por várias semanas, tendo sido um dos últimos a chegar. Mas o que faltava de pontualidade no rei inglês era mais que compensado pela pura força de sua personalidade. Ibn Shaddad enalteceu Ricardo ainda mais, escrevendo que era "um poderoso guerreiro de grande coragem e forte em propósito. Tinha muita experiência de luta e era intrépido em batalha". Depois acrescentou que, embora estivesse, aos olhos dos cruzados, "abaixo do rei da França em status real", era "mais notável e renomado por suas habilidades marciais e pela coragem".[25]

Ricardo adotou a cruz em 1187 enquanto ainda príncipe, inflamado como quase todos os jovens soldados de sua geração pelas arrasadoras notícias de Hattin. A instabilidade no Ocidente, que incluiu uma disputa mortal com seu pai moribundo, Henrique II, fez com que demorasse quatro anos para Ricardo cumprir seu juramento de ir ao Oriente libertar Jerusalém.[2] Mas a demora em seus preparativos acabou produzindo uma espetacular força de cruzados. Cento e cinquenta navios partiram de Portsmouth e navegaram mais de 3.200 quilômetros via Lisboa, Sicília e Chipre, embarcando Ricardo no sul da Itália. A jornada foi um banho de sangue: Lisboa foi saqueada e a Sicília, invadida. Chipre foi conquistada e Ricardo ordenou que o governador de Bizâncio, Isaac Commeno, fosse preso e algemado com grilhões de prata pela impertinência de ter se oposto à sua atracagem. Nada disso foi muito piedoso, mas formou uma imagem de Ricardo como um comandante militar decisivo, do tipo que muito faltava entre os latinos da Terra Santa desde a morte do rei Balduíno III. O rei da Inglaterra chegou a Acre com navios, dinheiro, cavalos, armamentos, roupas, alimentos e homens. Acima de tudo, trouxe sobre os ombros as esperanças do mundo cristão.

A chegada de Ricardo foi um importante impulso no moral e nos recursos humanos dos templários. Os meses seguintes à derrota de 4 de outubro de 1189 foram de pessimismo. Havia tanta carência de irmãos experientes no Oriente, que o convento central da ordem ficou incapaz ou

inapetente para eleger um candidato adequado para substituir Gérard de Ridefort como mestre. Por alguns meses o comando foi assumido por um irmão conhecido nos documentos simplesmente como "W".[26] Era um irmão capelão, um dos padres particulares da ordem, que usava um hábito preto como um sargento e as distintas luvas cerimoniais que eram privilégio de membros ordenados. Parece que "W" era um irmão culto e dedicado, mas não um guerreiro.

Em 1190, uma substituição temporária aconteceu na forma de dois irmãos veteranos, que ficaram no lugar de "W" e compartilharam um breve comando em comum. O primeiro, Amio de Ays, era um intelectual da Borgonha com laços familiares em Provença, que assumiu o cargo de senescal. Amio já estivera no ultramar no fim dos anos 1160, durante o reinado de Amalric, mas não se assentou, preferindo construir sua reputação em Paris, administrando transações comerciais em nome de templários mais dedicados a operações financeiras na França. Sua competência o levou a ser designado mestre do Ocidente, o cargo mais alto fora da Terra Santa. Porém, no fundo, Amio era bem diferente de seus irmãos do reino de Jerusalém. Sua principal função em Paris era administrar uma rede de terras aráveis, negociando terrenos e acordos de propriedades com igrejas e abadias, e garantindo que padrões apropriados de observância religiosa fossem mantidos nas casas templárias sob sua supervisão. Sua

principal característica, expressa regularmente nos documentos que testemunhava e selava, era o desejo de uma "paz perpétua". Essa platitude foi suficiente para manter uma carreira muito bem-sucedida numa região em que os templários eram em primeiro lugar servidores religiosos, e só depois soldados. Na Terra Santa, contudo, pacifistas como Amio eram escassos e havia pouca demanda por eles.

Felizmente, em 1190, Amio ganhou a ajuda de Gilbert Eral, um ex-confidente do finado mestre Arnold de Torrolla, sob quem havia servido brevemente como preceptor (comandante) da ordem. Desde 1184, Gilbert atuava como mestre do Templo na Espanha e em Provença. A península Ibérica ainda era um agitado teatro de guerra: em meados do século XII, uma revolução islâmica no Norte da África e no sudeste da Espanha substituiu a dinastia almorávida por um regime sunita rígido e violentamente intolerante, conhecido como os almóadas, cujos líderes se declaravam califas e queriam rechaçar os avanços cristãos na península. No ano em que Gilbert foi designado mestre da Espanha e de Provença, um grande sítio havia acontecido no castelo de Santarém, perto do quartel-general português dos templários, em Tomar. Forças de Portugal conseguiram derrotar o exército sitiante dos almóadas e matar o califa Abu Ya'qub Yusuf com uma flecha envenenada. A exposição a esse tipo de conflito violento demonstrava que Gilbert tinha mais afinidade com lutas e derramamento de sangue do que seu camarada reflexivo e amante da paz. Era bastante

apropriado para o Oriente. Em 1190, Gilbert mais uma vez assumiu o papel de preceptor, e junto a Amio conduziu a ordem por anos turbulentos.

As forças de combate dos templários tinham sido evisceradas por Saladino, mas a chegada de Amio e Gilbert mostrou que a ordem era capaz de absorver golpes quase mortais na Terra Santa e ainda assim recompor seu pessoal num período relativamente curto. Em maio de 1191, Amio deixou seu cargo e voltou a Paris, para ser substituído por Roric de La Courtine. A mudança veio em boa hora: Ricardo aportou em Acre várias semanas depois, em 18 de junho, embarcado numa onda de beligerância exuberante que demandaria um total envolvimento com os templários. Foi bom Amio ter partido antes de as encrencas começarem.

A expedição de cruzados trazida por Ricardo de suas terras reais na Inglaterra e de suas possessões na Normandia, em Anjou e na Aquitânia fora planejada e executada em grande escala. Ele chegou em Acre com uma armada de quase duzentos navios, um grande exército pessoal, muitos apoiadores nobres, poderosos e experientes e uma montanha de ouro, adquirida com a venda de cargos públicos, títulos de nobreza e propriedades na Inglaterra. Também trouxe experientes e confiáveis assessores militares, com quem havia convivido durante seus 33 anos de sua vida, mais da metade passada em campanhas militares nas imediações de Poitou – que Ricardo de início governou como conde, aos quinze anos.

Um desses assessores, Robert de Sablé, era um dos mais importantes vassalos feudais aliados de Ricardo. Robert detinha uma grande porção de terra ao redor de Le Mans, no coração do território da família Plantageneta, e esteve profundamente envolvido nos preparativos para a cruzada de Ricardo em Anjou e na Normandia, durante a primavera e o verão de 1190.[27] Era um dos três almirantes do rei, e, além de comandar uma grande divisão de fragatas reais, já havia servido como embaixador quando o exército passou um inverno na Sicília. Estabeleceu também um comitê oficial responsável pela divisão das posses dos cruzados que morressem na jornada. Ricardo confiava totalmente em Robert. Pouco depois de sua chegada a Acre, Ricardo ordenou que Robert fizesse seu juramento como cavaleiro templário, e a ordem imediatamente elegeu Robert de Sablé como seu novo mestre.

Ricardo não foi o único rei a persuadir os templários a nomear um mestre de sua escolha. Everard de Barres fora um servidor de confiança do rei Luís VII, e Filipe de Nablus e Odo de Saint Amand foram efetivamente criações do rei Amalric. Mas nunca antes um mestre havia sido tão óbvia e propositadamente jogado de fora nesse cargo por um monarca visitante. Cooptar as ordens militares ao inserir lideranças próprias em sua estrutura de comando era um elemento importante na estratégia de Ricardo para a cruzada. O rei inglês também trouxe com ele um novo mestre hospitalário, Garnier de Nablus, que era prior do

hospital na Inglaterra, e Robert Anglicanus, um inglês nomeado tesoureiro do hospital em 1192.[28] Para os templários e para o reino de Jerusalém, essa política teria um efeito muito duradouro.

✢

Durante um mês, uma abominável torrente de pedras foi lançada contra as muralhas de Acre. O grande exército cruzado comandado por Ricardo Coração de Leão e Filipe Augustus fustigou torres e fortificações da cidade com monstruosas catapultas, construídas segundo os projetos então mais modernos. Ricardo tinha quatro delas, Filipe Augustus dispunha de um conjunto especialmente engenhoso de máquinas de sítio, inclusive uma enorme catapulta que ele apelidou de *Malvoisine* (“má vizinha”) e diversas máquinas móveis que podiam ser encostadas às muralhas para combates corpo a corpo nas ameias. O próprio Filipe ficava atrás de uma proteção de madeira perto da cidade, disparando sua balestra nos soldados acima e evitando mísseis em chamas lançados em sua direção. Os templários operavam suas próprias e poderosas catapultas, assim como os hospitalários; peregrinos recrutados para se juntar ao exército cruzado pagaram por outra, que eles chamaram de “Atiradeira de Deus”. No subsolo, sapadores escavavam as fundações das torres de Acre, enquanto a grande bateria de artilharia pesada atingia os cidadãos

sitiados pelo ar. O moral dentro da cidade vinha decaindo havia já algum tempo, e com o constante bombardeio nos meses de junho e julho havia chegado ao seu ponto mais baixo. "O espírito dos defensores afundava quando eles encaravam a morte de frente", escreveu Ibn Shaddad.[29]

O exército de Saladino continuava acampado ao redor de Tell al-Ayyadiya, de onde se comunicava com os amedrontados habitantes da cidade com som de tambores ou mandando nadadores passar entre os navios no porto com mensagens amarradas no pescoço. De todo modo, eles estavam basicamente indefesos. Os cerca de 25 mil cruzados tinham escavado suas posições atrás de aterros e trincheiras. Quando as forças de Saladino tentavam atacar as fileiras latinas, eram rechaçadas por homens – e mulheres – empunhando arcos, espadas, adagas, lanças, machados de dois gumes e porretes com pontas de ferro.[30] Tanto o rei Ricardo como o rei Filipe foram acometidos por uma doença, provavelmente escorbuto, que fez seus cabelos e unhas caírem, mas Ricardo continuou firme, insistindo em ser carregado de maca de sua tenda todos os dias para disparar setas de balestra nos defensores que patrulhavam as muralhas.

Na primeira semana de julho, os moradores de Acre já estavam a ponto de desistir. As muralhas haviam rompido em diversos pontos, as provisões se esgotavam e eles temiam um massacre se a cidade fosse tomada. Assim, tentaram estabelecer a paz. As negociações foram

supervisionadas do lado latino por uma delegação que incluía o novo mestre dos hospitalários, o companheiro de Ricardo, Garnier de Nablus. Apesar da resistência de Saladino a qualquer processo de paz, foi acordada uma rendição: por seus termos, a cidade seria abandonada, realizado um pagamento de 200 mil dinares de ouro, mais de 1.500 prisioneiros cristãos seriam libertados e a Vera Cruz perdida em Hattin seria devolvida. O sultão aprovou relutantemente os termos, e em 12 de julho os portões de Acre foram abertos. Os cruzados invadiram e, no meio do dia, Ibn Shaddad observava deprimido "as bandeiras dos incréus" serem erguidas nos telhados de Acre.[31] Ricardo estabeleceu residência na cidadela, e Filipe Augustus e seu *entourage* foram acomodados como hóspedes dos templários, finalmente reinstalados em sua espetacular casa perto das docas. A bandeira real francesa foi hasteada na nova torre dos templários, acrescentada durante a gestão de Issa el-Hakkari. A bandeira malhada teria de esperar. Ainda assim, após quatro anos ao relento, os templários voltavam a ter uma casa.

E também um propósito. O cerco a Acre marcou o fim da cruzada do rei Filipe: ele deu por cumpridos seus votos e retornou a Paris, ansioso por se afastar do Coração de Leão, que o havia menosprezado várias vezes durante a cruzada e rompido um acordo de se casar com sua irmã. Um dos principais fidalgos do rei, o conde de Flandres, morrera em Acre, e Filipe queria estabelecer os domínios da Coroa nas

partes mais ricas de seu legado. Em comparação, o rei Ricardo estava só começando.

E começou com uma grande marcha ao longo da costa, com o intuito de recuperar o maior número de portos e assentamentos possível entre Acre e Ascalão – inclusive Haifa, Destroit, Cesareia, Arsuf e Jaffa – antes de tomar a direção do interior em direção a Jerusalém. Uma longa campanha por terra corria o risco de incorrer em indisciplina, em vista das exigências logísticas de provisionar dezenas de milhares de homens e da certeza de que seriam fustigados pela ágil cavalaria leve e blindada de Saladino. A experiência da Segunda Cruzada, com seu tenebroso percurso pela Ásia Menor, indicava que as ordens militares seriam essenciais para proporcionar a segurança e a disciplina da movimentação, e foi exatamente para essa função que elas foram destacadas no fim do verão e começo do outono de 1191. Não havia tempo para os templários avaliarem a própria restauração. Na terça-feira, 20 de agosto, Ricardo massacrou sumariamente 2.600 prisioneiros muçulmanos na planície de Acre, atribuindo as execuções a Saladino não ter cumprido sua promessa de devolver a Vera Cruz e de fazer o pagamento de 100 mil dinares combinados na rendição da cidade. Dois dias depois, seu exército cruzado levantou acampamento e pôs-se em movimento.

A enorme coluna serpenteou para o sul, seguida pelo flanco direito por uma frota de navios beirando a costa. Os templários se posicionaram na retaguarda, vigilantes e

alertas enquanto seguiam distantes a bandeira de guerra de Ricardo numa carreta, ostentando um gigantesco dragão.[32] O trabalho dos templários era repelir investidas de destacamentos vindos das montanhas, cujos ataques às vezes eram tão intensos que obrigavam todo o comboio a parar. Durante o dia eles eram submetidos ao calor e à exaustão, e precisavam se desviar das flechas disparadas por cavaleiros determinados a vingar a impiedosa chacina de membros da família e amigos nas portas de Acre. À noite acampavam no escuro, ouvindo os cruzados recitando preces de peregrinos ao longe e aguentando os ataques de gigantescas tarântulas que se espalhavam pelo acampamento e picavam dolorosamente qualquer um que não estivesse atento.

Pouco a pouco eles prosseguiram sua marcha para o sul. Guarnições de muçulmanos abandonavam as cidades à frente, destruindo tudo antes de partir. Na terça-feira, 27 de agosto, os cruzados saíram de Haifa; no domingo, 1º de setembro, passaram por Cesareia. Dois dias depois rechaçaram um ataque massivo durante o qual os templários perderam um grande número de cavalos, quando seus agressores atacaram pela retaguarda, com uma chuva de flechas e lanças. Quando os atacantes foram espantados, foi feita uma enorme pilha de cavalos mortos e "o povo comum, em grande comoção, lutava cobiçosamente para comprar a carne, que não era barata". Na disputa pela compra da carne de cavalo surgiram tumultos na multidão. "Temperada pela

fome e não por molhos [...] era deliciosa", escreveu ironicamente um observador.[33]

Em 5 de setembro, o exército chegou à floresta de Arsuf, o marco menos importante na estrada para Jaffa. Ficaram aliviados ao constatar que, contrariando os boatos, o inimigo não tinha incendiado a floresta para impedir a passagem deles. Assim que atravessaram a mata, acamparam, e Ricardo requisitou uma conversa com Saladino. O sultão delegou seu irmão, Al-Adil (conhecido pelos cruzados como Safadino), que foi instruído a prolongar as discussões o máximo possível enquanto esperavam por reforços montados. Comentários irritados logo surgiram, com Al-Adil rejeitando desdenhosamente a exigência de Ricardo da devolução de todos os territórios cristãos perdidos desde 1187. Enquanto isso, batedores cristãos informaram que uma grande força inimiga estava se formando à frente, pronta para a batalha. "O exército deles cobria toda a face da terra ao redor e era impossível de contá-lo", registrou um escritor.[34]

Na manhã de 7 de setembro, Ricardo ordenou que seu exército se levantasse ao alvorecer e vestisse suas armaduras, de prontidão para um ataque iminente. Em seguida dividiu os cruzados em doze esquadrões, proporcionalmente arranjados em cinco batalhões e alinhados a um dos flancos perto do mar. Alterando a posição da marcha, os templários sob Robert de Sablé encontravam-se agora na linha de frente, com os

hospitalários na retaguarda. Sua estratégia era evitar ser encurralados; continuar marchando como vinham fazendo desde a partida de Acre. Esperavam manter a formação e lutar em movimento até chegar a um terreno mais alto à frente, que poderia ser usado como acampamento fortificado. Era uma tática que dependia de enorme dose de autoconfiança e, acima de tudo, de disciplina, que era o motivo de os templários terem sido postos na vanguarda.

Por volta das nove da manhã, os cruzados foram atacados por uma horda de soldados muçulmanos reunidos em lugares longínquos do império de Saladino: beduínos com arcos e escudos redondos, africanos negros a pé e, atrás deles, a cavalaria turca, cujo galope mortal era acompanhado por uma dissonante cacofonia de cornetas, trombetas, chifres, flautas, chocalhos, címbalos e agudos gritos de guerra. Atrás de tudo, vindo da direção da guarda pessoal de Saladino, ouvia-se um tambor batendo incessantemente.[35]

Em vez de atacar os templários na vanguarda, os homens de Saladino flanquearam o exército cruzado e se concentraram na luta contra os hospitalários na retaguarda. Protegidos por uma densa tempestade de flechas, romperam as fileiras cristãs, brandindo espadas e porretes dentados. As instruções de Ricardo eram para que todo o exército se mantivesse firme e repelisse essas ondas inimigas, esperando por um sinal pré-combinado de seis toques de corneta para dar início ao seu ataque de cavalaria. Porém, fustigados pelo calor opressivo e pela pressão de um ataque

contínuo, os hospitalários perderam a disciplina e atacaram antes do combinado. Poderia ter resultado num desastre, mas Ricardo e o resto do comando franco mantiveram a ordem pelo tempo necessário para coordenar o ataque da cavalaria planejado. Quando soaram as cornetas, ao longo de todas as fileiras dos cruzados, a infantaria se dividiu e os cavaleiros partiram. A sincronia foi perfeita: bastaram três ataques para debandar os dois flancos do exército de Saladino. Desalentado e furioso, o sultão se retirou, consolando-se em decapitar um punhado de prisioneiros.

A batalha de Arsuf foi outra esplêndida vitória para Ricardo. Os templários fizeram a sua parte, ajudando a manter a formação do exército sob pressão feroz. Quando a batalha acabou, o rei conferiu a eles uma honra funesta: uma delegação de irmãos templários e hospitalários, escoltados por turcópolos sírios, foram mandados de volta ao local onde havia acontecido o grosso da luta em busca do corpo de Jacques d'Avesnes. O famoso nobre e cavaleiro flamengo havia desaparecido durante a violência e temia-se que estivesse morto. Mais uma vez os templários cumpriram com seu dever, esquadrinhando o campo de batalha até o encontrarem, supostamente rodeado pelos corpos sem cabeça de quinze soldados muçulmanos, "com o rosto tão manchado de sangue coagulado que eles mal conseguiram reconhecê-lo, até ser lavado com água". Os irmãos voltaram ao acampamento com seu corpo sem vida, onde foi

enterrado em meio a grandes lamentações, com honras militares.[36]

Se Saladino e seus generais haviam subestimado Ricardo, o cerco a Acre e a batalha de Arsuf os convenceram a mudar seu modo de pensar. Enquanto os cruzados avançavam firmes em direção a Jaffa, Saladino mandou uma mensagem a Ascalão, instruindo a população muçulmana a destruir as defesas da cidade, queimar as casas, lojas e celeiros, embalar suas coisas e partir. Ele preferia arruinar pessoalmente a grande cidade costeira a permitir que caísse como Acre, e arriscar que fosse usada novamente como base cristã para ameaçar navios egípcios e lançar ataques nas estradas para o Cairo. Liberadas de seu dever, as tropas que defendiam Ascalão foram redirecionadas: "o poder das forças muçulmanas foi preservado para a proteção de Jerusalém", escreveu Ibn Shaddad.[37]

Em meados de outubro, o exército cruzado chegou a Jaffa. O caminho que os templários percorreram pela costa rendeu bons frutos, retomando valiosas cidades no litoral e conseguindo uma vitória que elevou o moral sem baixas devastadoras. A atenção dos dois lados então se voltava para Jerusalém. Negociações diplomáticas entre Ricardo e Saladino por intermédio do irmão do sultão, Al-Adil, enfatizavam o caráter sagrado da cidade para ambas as partes. Ricardo prometeu que os cristãos lutariam até o último homem para retomar a cidade, embora também tenha insinuado que a devolução da Vera Cruz poderia

apaziguá-lo momentaneamente. Saladino replicou lembrando-o de que o Monte do Templo e a Cúpula da Rocha eram os lugares onde Maomé havia se encontrado com anjos. Disse que sua vontade era de destruir a cruz, uma atitude que agradaria a Deus, mas que a mantinha por enquanto para o caso de se mostrar útil no futuro. O mais próximo que os lados chegaram de um acordo foi uma proposta extraordinária, segundo a qual todos os assentamentos cristãos na margem ocidental do rio Jordão seriam entregues aos cuidados de templários e hospitalários, com a condição de ser criada uma monarquia em conjunto em Jerusalém, sob o governo de Al-Adil e da irmã de Ricardo, Joanna. Foi uma proposta visionária, porém muito adiante de sua época; fracassou pela indignada recusa de Joanna de misturar seu sangue com o de um muçulmano e pela correspondente falta de interesse de Al-Adil de se converter ao cristianismo.[38]

Do jeito que as coisas se sucederam, ainda que fútil, essa negociação idealista foi o mais próximo que Ricardo e os guerreiros da Terceira Cruzada chegaram de Jerusalém. Em dezembro, uma grande força de peregrinos e soldados partiu pela estrada de Jaffa em direção ao interior, com a esperança de invadir a cidade e visitar o Santo Sepulcro, "pois eles tinham uma ânsia indescritível de ver a cidade de Jerusalém e concluir sua peregrinação".[39] Um clima infernal arruinou a expedição, com chuva e fortes ventos que mataram animais de carga, enferrujaram armaduras e apodreceram alimentos

perecíveis. A multidão só conseguiu chegar a Betenoble (Bayt-Nuba), na estrada para Ramla, de onde enxergavam Jerusalém a distância, como uma visão hipnótica. Porém, na medida em que se aproximavam de seu destino, os assessores de Ricardo ponderaram melhor a respeito da ideia de tentar sitiar a cidade mais fortemente defendida da Terra Santa, pela qual Saladino deixou claro que lutaria até a morte.

De acordo com uma crônica cristã, templários e hospitalários aconselharam Ricardo com veemência contra tentar uma tomada de Jerusalém, argumentando que não havia o número de soldados exigido para sitiar a cidade e ao mesmo tempo lutar contra uma rebelião, e que, mesmo se conseguissem, não teriam condições de manter o que conquistassem. Ricardo estava comandando um exército de peregrinos, cuja intenção manifesta era ver o Santo Sepulcro e voltar logo para suas casas no Ocidente, onde muitos tinham deixado famílias sem cuidados, terras e interesses comerciais. A não ser que esses homens ingressassem nas ordens militares em massa – uma perspectiva impossível –, não se poderia esperar que realizassem a difícil e potencialmente prolongada missão de manter Jerusalém, juntamente com todas as outras cidades recapturadas a oeste do Jordão. Seria muito melhor, argumentaram, focar na tarefa mais realista de reconstruir Ascalão.

Depois de algumas deliberações, Ricardo concordou. Deu meia-volta com seu exército e seguiu para a costa. Sua

decisão provocou gemidos de frustração, mas ele estava decidido. Seus pensamentos estavam começando a se voltar para a Inglaterra e para suas vastas terras patrimoniais ao norte e a oeste da França. Na Páscoa de 1192, um constante fluxo de relatórios começou a chegar de casa, informando-o de que seu reino estava sendo ameaçado por Filipe Augustus, em conluio com John, o ardiloso irmão mais novo de Ricardo. O rei estava também sofrendo de recorrentes doenças e atolando-se cada vez mais nas labirínticas políticas dos Estados latinos. Passada a Páscoa, Ricardo se viu implicado na morte violenta do magnata toscano Conrad de Montferrat, que tinha conseguido marginalizar Guy de Lusignan depois da morte da rainha Sibila, em 1190. Conrad elegeu a si próprio rei nominal de Jerusalém, só para ser morto pela seita dos assassinos em Acre, em 28 de abril de 1192, três dias depois de sua aceitação formal da Coroa.

Não era o tipo de negócio pelo qual Ricardo havia viajado ao Oriente. Em junho ele concordou em fazer mais uma investida contra Jerusalém. Porém, mais uma vez, ao chegar a Betenoble, templários e hospitalários o convenceram de que era tolice ir adiante. Depois de um plano abortado de invadir o Egito, em 2 de setembro de 1192, Ricardo concordou com uma trégua de três anos com Saladino, que estancava os ganhos territoriais como estava e garantia aos peregrinos cristãos acesso seguro para rezar no Santo Sepulcro em Jerusalém. Cinco semanas e meia depois, em 9 de outubro, Ricardo embarcou em seu navio em Acre e

zarpou para casa. Enquanto sua galé partia do porto, os que estavam a bordo devem ter visto as torres da casa templária se afastando ao longe. Para alguns, na companhia do rei, a visão pode ter sido especialmente pungente. Segundo um relato, Ricardo tentou voltar para a Inglaterra incógnito, disfarçado com um uniforme templário e rodeado por uma guarda pessoal composta por cavaleiros do Templo.[40] Se foi o caso, não seria surpresa. Os irmãos estiveram com ele o tempo todo. E pretendiam continuar até o fim.

✢

A viagem de volta de Ricardo foi quase tão agitada quando sua cruzada. O rei fez vários inimigos perigosos durante sua estada no Oriente, entre eles o duque Leopoldo V da Áustria, que ele insultou e humilhou no momento da divisão dos espólios após a queda de Acre. Um disfarce com o manto branco dos templários não foi o suficiente para impedir o Coração de Leão de cair nas mãos de Leopoldo, quando seu navio naufragou no Adriático algumas semanas após partir de Acre. Ricardo passaria quase dezoito meses na prisão do castelo de Trifels, mantido refém pelo soberano de Leopoldo, Henrique VI, o imperador do Sacro Império Romano, que exigiu – e recebeu – um resgate de 100 mil libras por sua libertação, uma quantia mais ou menos equivalente ao custo de toda uma cruzada.

Nada disso, contudo, conseguiu empanar o sentido geral de que Ricardo Coração de Leão tinha salvado os francos de ultramar. Chegou à Terra Santa como um novo rei, com tudo a ser provado. Partiu como uma lenda viva: odiado por alguns, reverenciado por outros, temido por todos. Seu nome logo se tornaria sinônimo do desejo dos cristãos de recuperar Jerusalém a qualquer custo. Cinquenta anos após sua morte, dizia-se que as mães muçulmanas advertiam seus filhos desobedientes dizendo: "Quietos! Ou eu mando o rei Ricardo da Inglaterra pegar vocês".[41]

Já perto do fim da vida, Saladino continuou profundamente impressionado pela fidalguia e pelas habilidades militares de seu oponente, e por boas razões. Por mais brutal que pudesse ser, Ricardo era um comandante inspirador, que valorizava os talentos marciais, o zelo religioso e a disciplina, e sabia como utilizar tudo isso da melhor forma, o que teve implicações diretas para os templários. A decisão pragmática de Ricardo de cooptar as duas ordens militares sob sua esfera de comando ajudou a assegurar sua vitória. O emprego dos templários para os propósitos para os quais foram criados e a disposição de seguir seus conselhos restauraram a estabilidade e o orgulho da ordem depois da administração impetuosa e desastrosa de Gérard de Ridefort. Robert de Sablé morreu em 1193, um ano depois do falecimento de Ricardo, mas sua nomeação foi um sucesso inatacável, proporcionando propósito e disciplina em um momento de crise. Isso foi tão importante

na Inglaterra como em ultramar, pois a ordem continuou usufruindo do patrocínio da Coroa.

Houve outra maneira, mais tangível, pela qual Ricardo alterou o mundo em que os templários operavam. Durante seu último ano na Terra Santa, o rei e seu protegido, Robert de Sablé, fecharam um acordo de curta duração que teria longas e imprevistas consequências para a ordem. Referia-se à ilha de Chipre, que Ricardo conquistou do governador de Bizâncio, Isaac Comneno, pouco depois de ter aportado em Acre em 1191. Tendo tomado a ilha, Ricardo precisava administrá-la de alguma forma, e considerou a ideia de vendê-la aos templários.

Em 1191 isso fazia muito sentido: depois de perder dezenas de torres e castelos nas conquistas de Saladino, a ordem ficou sem uma base permanente: o mestre Robert, homem autorizado a tomar tal decisão, era uma criação de Ricardo, e a ordem, apesar de depauperada em recursos humanos, ainda tinha dinheiro proveniente de suas terras cada vez mais extensas no Ocidente. Os dois concordaram com um pagamento de 100 mil dinares de ouro. Os templários fizeram um adiantamento de 40 mil para o rei e despacharam vinte irmãos templários e cerca de cem outros soldados, comandados por Reynald Bochart, para governar Chipre a partir da cidadela de Nicósia, a maior cidade no centro na ilha.

Bochart encontrou em Chipre uma população que não queria ser governada. Uma crônica registrou que os

habitantes da ilha “não conseguiam aguentar as indignidades que os templários infligiam a eles”. O mais provável é que a ordem tenha tentado implantar impostos rígidos para conseguir os 60 mil dinares que ainda deviam ao rei da Inglaterra. Fosse qual fosse o caso, em abril de 1192, enquanto Ricardo negociava o destino de Jerusalém com Saladino e Al-Adil, uma grande rebelião eclodiu em Chipre. O castelo de Nicósia foi sitiado e no domingo de Páscoa, justamente nessa data, os templários foram obrigados a abrir caminho com cargas de cavalaria que deixaram sangue escorrendo pelas ruas e tingindo o rio Pedieos.[42] Depois seguiram pelas planícies e montanhas com uma fúria punitiva de morte e destruição. Bochart e seus homens fracassaram, e a ordem havia se excedido. Ricardo foi convencido a dispor de Chipre de alguma outra forma.

Sua solução foi transferir a ilha para Guy de Lusignan. Em troca, pediu que Guy compensasse os templários pelas perdas e assumisse o restante da dívida. Guy estava à deriva, depois da morte de Sibila e da subsequente perda de sua Coroa. Marginalizado por Conrad de Montferrat em um venenoso conflito de facções, havia certa disposição em retirá-lo das terras latinas. Guy estivera presente desde a conquista de Chipre por Ricardo, e desejoso de manter a ilha como um feudo do império ocidental do monarca. Instalá-lo no lugar dos templários foi uma solução que agradou a todos. Guy voltaria a ser rei, Ricardo se livraria de uma ilha que havia conquistado, mas não podia administrar, e a

Ordem dos Templários poderia manter valiosas terras que rendiam dividendos em Chipre sem a onerosa responsabilidade de governo.

13

“Em nenhum lugar na pobreza”

✢

O novo livro de Geoffrey Fitz Stephen parecia esplêndido. Quase cem folhas de pergaminho, esmeradamente cortadas e montadas por um dos melhores livreiros de Londres, foram delicadamente costuradas em duas pequenas placas de madeira de faia, ambas forradas de couro macio e marrom. Estranhas e maravilhosas decorações estampavam-se na capa: leões e garças, lendários dragões alados em forma de serpente, flores minúsculas e intrincadas folhagens. Em meio a tudo isso havia uma imagem do rei bíblico David, sentado de pernas cruzadas com a coroa na cabeça, tocando uma harpa. Fechos de metal mantinham o volume fechado e uma pequena etiqueta de pergaminho se projetava da base

da lombada, para que Fitz Stephen pudesse puxar o livro da prateleira quando quisesse, para examinar as linhas claras e justas de sua caligrafia clerical.

Quando fazia isso, fileiras e mais fileiras de escrita latina abreviada saltavam das páginas para formar a agradável imagem de um próspero negócio, do qual Fitz Stephen era o oficial-chefe executivo. Não era um grande volume, mas era incrivelmente valioso – um censo de propriedades de terra, uma espécie de Livro Domesday particular.[1] Descrevia nos mínimos detalhes todas as posses da Ordem do Templo na Inglaterra, onde Fitz Stephen era o mestre.[1] As páginas relacionavam as muitas coisas valiosas que estavam sob seus cuidados: mansões e propriedades rurais, fazendas de carneiros e moinhos de água, igrejas, mercados, feiras e florestas, extensos territórios e aldeias isoladas onde dezenas de homens trabalhavam em regime de servidão, contribuindo compulsoriamente com produtos agrícolas na estação da colheita para a ordem, em troca de seus pequenos lotes de terra. Tratava-se de um portfólio acumulado por mais de meio século de doações de beatos e de espertas transações comerciais. Incluía centenas de interesses comerciais espalhados pela Inglaterra: de Connerton, no extremo sudeste da Cornualha, a Linthorpe, uma pequena aldeia no extremo nordeste da foz do rio Tees, onde, um século e meio antes, vikings ainda aportavam seus navios. Entre esses dois extremos, propriedades dos templários podiam ser encontradas em quase todos os condados da

Inglaterra. Algumas eram realmente magníficas, como a enorme mansão de Cressing, em Essex, ou a rica preceptoria de Bruer, em Lincolnshire, onde um gracioso complexo de edifícios se distribuía em direção e ao redor de uma grande igreja com uma nave redonda. Outras eram casas urbanas normais, alugadas para inquilinos ou simples e despojados lotes de terras agrícolas na tranquilidade do interior. O poder de todas essas propriedades estava em sua combinação, pois somadas representavam um orgulhoso e lucrativo império.

Além de ser o mestre dos templários na Inglaterra, Fitz Stephen era uma figura aristocrática bem relacionada e de grande status social, que contava entre seus amigos bispos e abades, príncipes e reis. Stephen assumira o posto da ordem no fim do reinado de Henrique II, por volta de 1180, e sua liderança na década que se seguiu foi uma espécie de período de amadurecimento da ordem na Inglaterra. Já fazia duas gerações que havia casas templárias no reino, habitadas por irmãos rezando e trabalhando em prol de seus benfeitores e colegas guerreiros no Oriente. Sob Fitz Stephen, no entanto, os templários ingleses solidificaram seu status especial como uma ordem favorecida cujos serviços eram vistos como indispensáveis para a Coroa.

Cavaleiros do Templo estiveram envolvidos em grandes questões do reino praticamente desde a visita de Hugo de Payns nos anos 1120. Durante a guerra civil conhecida como Anarquia, os dois lados buscaram os favores dos templários. Em 1153, quando a Anarquia foi solucionada por um tratado

garantindo a Coroa da Inglaterra ao futuro Henrique II, um cavaleiro templário de nome Oto (provavelmente o mestre) foi uma das testemunhas oficiais. Sob Henrique, cavaleiros templários tiveram papel de destaque na corte do rei, onde trabalharam como diplomatas, um papel em que a característica internacional da ordem lhes concedia certa neutralidade e aceitabilidade mútua. Quando Henrique arranjou um complexo acordo de casamento entre uma de suas filhas pequenas e o filho do rei francês Luís VII, três cavaleiros templários cuidaram da entrega dos castelos que faziam parte do dote da noiva ainda criança. Em 1164, quando Henrique teve um desacordo com Thomas Becket, seu truculento arcebispo de Canterbury, o então mestre do Templo inglês, Richard de Hastings, ajudou na mediação. Quando as palavras descuidadas e iradas de Henrique resultaram no assassinato do arcebispo Becket em frente ao altar da catedral de Canterbury, em dezembro de 1170, e o rei foi obrigado a pagar uma grande multa como penitência, ele a depositou na Ordem do Templo, que mandou o dinheiro para o Oriente para ser aplicado em tropas para a campanha de Hattin. Henrique nomeou um templário, o irmão Roger, como seu esmoler – o homem responsável por garantir a distribuição de caridade aos pobres em nome do rei. Seus barões logo fizeram o mesmo, inclusive o glamoroso cavaleiro e depois estadista William Marshal, que também nomeou um irmão como seu esmoler e fez os votos como templário em seu leito de morte, em 1219.[2] Os mestres

templários da Inglaterra – homens como Richard de Hastings e Geoffrey Fitz Stephen – foram extraídos de prósperas dinastias cujos filhos eram usados em serviços ministeriais para a Coroa. O trabalho que realizaram em nome do rei tornou a ordem visível e uma parte confiável da vida pública.

Fitz Stephen administrava a ordem do luxuoso quartel-general de Londres, cuja grandeza refletia a estima que os templários ingleses usufruíam e a riqueza que angariaram por essa razão. Originalmente, ocuparam o "Velho" Templo em Holborn, subúrbio de Londres, a noroeste da praça fortemente murada de 2,5 quilômetros da City de Londres. Em 1161, esse valioso terreno foi vendido para o bispo de Lincoln, e o convento central dos templários mudou-se oitocentos metros ao sul, onde os irmãos construíram o "Novo" Templo, em um endereço da moda à beira do rio, na Fleet Street. Ali eles tinham acesso às movimentadas vias fluviais do Tâmisa, úteis quando a maneira mais rápida de ir e vir da City era de barco. Em seu lado interior, o Novo Templo aninhava-se exatamente sobre a principal via ligando o centro mercantil da City a Westminster, onde o palácio e a imponente abadia eram o eixo dos negócios reais e religiosos.

Os antecessores de Fitz Stephen tinham construído um grande complexo monástico, com salões para os irmãos que lá moravam, estábulos, um cemitério e um pomar. Uma parede de barro e pedra cercava o perímetro, e no centro de

tudo ficava uma igreja de nave redonda construída de pedra de Caen – um calcário extraído da Normandia e enviado pelo norte da Europa como o melhor material de construção que o dinheiro podia comprar. A nave circular da igreja do Novo Templo quase cintilava quando refletia a luz do sol. A arquitetura era devota e inspiradora: seu formato reproduzia o Santo Sepulcro de Jerusalém, um lembrete da missão dos cruzados do Templo, uma ostentação implícita da riqueza e do alcance global da ordem. Era também competitiva. Ao mesmo tempo que os templários construíam sua igreja circular no Novo Templo, os hospitalários estavam erguendo uma igreja redonda em sua base em Clerkenwell, noroeste de Londres.[3]

O ano de 1185 foi um período de ouro para os templários ingleses em seus novos quartéis-generais. Primeiro, a compilação da auditoria de Geoffrey Fitz Stephen sobre as possessões templárias tivera início: comissários despacharam relatórios sobre os diligentes levantamentos do comprimento e da largura do país para o Novo Templo selecionar, separar e transcrever nas páginas do livro de registro lindamente ornamentado do mestre. Além disso, Heráclito, patriarca de Jerusalém, fez uma visita à Inglaterra.[2] Como um dos maiores clérigos do mundo, a presença de Heráclito em Londres foi uma maravilha. Embora seus poderes de persuasão tenham fracassado em convencer Henrique II a assumir o trono de Jerusalém, ainda assim Heráclito contribuiu de forma frutífera para a filial

inglesa dos templários, ao consagrar a nova igreja redonda do Novo Templo. Tal honra só poderia ser maior se o próprio papa tivesse saído de Roma para dar sua bênção.

Finalmente, em 1185 Henrique II começou a usar o Novo Templo como tesouraria, como se a ordem fosse um banco. Moedas, joias e objetos de valor ficavam depositados em Fleet Street, fazendo do Novo Templo uma caixa-forte que complementava outras fortalezas reais próximas, como a Torre de Londres, alguns quilômetros ao leste. A ordem havia impressionado Henrique com a segurança de suas construções, e o rei pode também ter apreciado o fato de os irmãos terem uma presença permanente em quase todos os condados da Inglaterra, bem como na maioria dos grandes reinos da Europa ocidental. Durante todo seu reinado, Henrique II dedicou muita atenção a mecanismos de centralização do governo, usando seus xerifes reais para projetar a vontade e as políticas financeiras de seu governo nas mais longínquas regiões. Sua decisão de começar a usar a Ordem do Templo como um banco indicou que ele via seu potencial como um corpo de longo alcance que poderia ajudá-lo em sua missão.

Em 1188, ao saber das notícias de Hattin, Henrique deu aos templários a função de ajudar a recolher uma tributação conhecida como “dízimo de Saladino”: um imposto para arrecadar fundos de emergência para uma nova cruzada. Com suas ligações íntimas com a causa e sua infraestrutura em toda a Inglaterra, os templários estavam extremamente

bem posicionados para coletar esse dinheiro, e Henrique confiou a função a eles. Fitz Stephen precisou disciplinar um irmão inescrupuloso, Gilbert de Ogerstan, apanhado desviando dinheiro para uso pessoal do recolhimento de impostos, contrariando regras rígidas dos templários contra irmãos terem dinheiro próprio. À parte isso, o papel desempenhado parece ter sido um sucesso, pois, com o passar dos anos e a coroa de Henrique sendo passada a seus sucessores, os templários só aumentaram seu status em relação a favores reais.

O filho de Henrique, Ricardo, foi importante no ressurgimento dos templários como uma força militar na Terra Santa. Era também um admirador da ordem em seu próprio reino: nos poucos meses entre sua ascensão como rei e sua partida para Acre, Ricardo firmou escrituras garantindo, confirmando e formalmente reconhecendo as possessões templárias na Inglaterra e no País de Gales, isentando-os de uma série de tributos reais aplicados a proprietários de terras em todo o reino. Na verdade, não só foram isentos de imposições rotineiras da Coroa em comunidades locais em troca da manutenção da lei e da ordem, para reforma e construção de estradas e pontes ou guarnecer castelos reais; eles foram premiados com uma doação especial de um marco de prata (i.e., dois terços de uma libra, ou 160 pence) a ser pago anualmente à ordem por todos os xerifes da Inglaterra.[4] A Ordem do Templo era tão valorizada que o rei estava preparado para permitir aos

templários uma isenção quase total das exigências comuns e das taxações do governo.

Depois de retornar à Inglaterra, após ser aprisionado pelos alemães no caminho, Ricardo passou a maior parte do restante de seu reinado lutando contra Filipe Augustus por suas porções de terra na Normandia, em Anjou e na Aquitânia. Ricardo morreu de forma súbita e chocante em 1199, por envenenamento causado por uma seta de balestra no cerco ao castelo de Châlus-Chabrol, em Limousin. Mas as relações muito próximas entre templários e reis ingleses continuariam com o desafortunado e normalmente menosprezado rei João, irmão e sucessor de Ricardo. Os templários foram um dos poucos grupos poderosos na Inglaterra que João não ofendeu ou alienou. Confiava neles para empréstimos do dia a dia e costumava se hospedar no Novo Templo para importantes festivais como a Páscoa. Os templários ficaram ao seu lado por mais de cinco anos, até João se desentender com o papa e a Inglaterra ser posta sob interdito, quando o rei foi forçado, em junho de 1215, a conceder aos seus súditos a famosa carta de liberdades conhecida como Magna Carta. O irmão Eymeric, então mestre da ordem na Inglaterra, estava entre suas testemunhas oficiais, com o nome apropriadamente grafado depois dos arcebispos, bispos e abades, que também testemunharam a selagem da carta, mas antes dos magnatas seculares.[5]

Nem todos na Inglaterra ficaram impressionados por essa relação próxima entre os reis Plantageneta e os cavaleiros do Templo. Um contemporâneo de Geoffrey Fitz Stephen na corte do rei Henrique II, o cronista Walter Map, dedicou a uma descrição dos templários várias páginas de seu longo livro *De Nugis Curialium*. Map sabia das origens dos templários sob Hugo de Payns, um homem a que se referia com uma aprovação relutante como "não covarde", um guerreiro com um "zelo pela correição" que prescrevia "castidade e sobriedade a sua ordem".[6] Map não negava que "reis e príncipes vieram a considerar que o objetivo da Ordem do Templo era bom e seu modo de vida, honrado", e reconhecia que "com a ajuda de papas e patriarcas" os templários foram altamente enaltecidos como "os defensores da cristandade" e "agraciados [...] com imensa riqueza".[7] Mas ele tinha suas dúvidas. Como era ligado à corte real, e viajava incessantemente pela Inglaterra, Normandia, Maine e Poitou – todas regiões onde se poderia encontrar um lote de terra ou uma casa dos templários –, era fácil perceber a razão.

"Em nenhum lugar, a não ser Jerusalém, eles estão na pobreza", escreveu Map. Talvez estivesse pensando na onipresença de funcionários templários nas terras plantagenetas, com comandantes regionais em ducados da Aquitânia e Normandia, cuja autoridade suplantava os limites teóricos entre diferentes soberanias. Henrique II tinha lutado a vida toda para aplicar regras em todos os

territórios tradicionalmente hostis da Gasconha, de Anjou e da Bretanha, todos com diferentes tradições de costumes e alianças históricas – mas um único mestre templário (o mestre de Aquitânia) regia as três jurisdições sem dificuldades ou contradições aparentes, administrando recursos e recolhendo esmolas, aluguéis e impostos privados.[8] Map também pode ter tido questões pessoais em mente. A grandiosa casa templária de Garway, em Herefordshire, não muito longe de seu local de nascimento, na fronteira com o País de Gales, foi construída com uma nave redonda como a do Santo Sepulcro e era sustentada por 2 mil acres de terras férteis fronteiriças com o País de Gales.[9] Realmente era algo muito longe do ideal de pobreza cisterciense que a ordem outrora adotava.

Entre outras queixas de Map, havia a objeção à inerente contradição da nova cavalaria, em que homens "empunham a espada para proteger a cristandade, a que Pedro foi proibido de pegar para defender Cristo". No fundo, ele simplesmente abominava a ideia de a cidade sagrada de Jerusalém ser defendida por cavaleiros homicidas. "Lá Pedro foi ensinado a assegurar a paz pela paciência: quem ensinou esses [templários] a superar a força pela violência, eu não sei."[10]

Nisso Map não estava sozinho. Seu contemporâneo John de Salisbury, diplomata na corte papal em Roma, também acreditava que o lema básico da existência dos templários – o conceito do guerreiro fiel a um juramento religioso – era

uma contradição profana. John detestava o fato de os templários não serem sujeitos à devida autoridade de bispos locais, suspeitando de que estivessem envolvidos em um pecado abominável: “Quando se reúnem em seus covis tarde da noite, depois de falar sobre virtude durante o dia, eles sacodem os quadris em loucuras e atividades noturnas”, escreveu.[11] Da mesma forma, o erudito abade Isaac de L’Etoile, um monge cisterciense de Poitou, via os templários como uma insidiosa perversão do ideal cisterciense. São Bernardo tinha enaltecido os templários como “uma nova cavalaria”. Isaac discordava: “uma nova monstruosidade”, era o seu veredito.[12]

Felizmente para a ordem, essa visão não era compartilhada pelo papa ou por qualquer um dos grandes monarcas que a protegiam e se utilizavam de seus serviços. Para os que exerciam o poder, os templários combinavam poder marcial com prestígio espiritual e conexões globais. Por essa razão, os cavaleiros templários frequentaram os círculos de influência de todos os papas desde a ascensão de Alexandre III, em 1159, servindo ao santo padre em seus aposentos privados como camareiros. Alexandre III também empregou uma dupla de templários chamados Bernardo e Francone para cuidar de seus assuntos financeiros: o que atesta a expertise comercial pela qual a ordem estava se tornando famosa.[13]

Na França e em seus Estados vassalos, os templários eram igualmente próximos à Coroa – talvez até mais

próximos. Havia muito existia um contato direto entre o rei francês e funcionários templários no Oriente, que remetiam à Segunda Cruzada. No fim do século XII, essa relação tinha se aprofundado e irmãos baseados no grande complexo do Templo, bem perto das muralhas da cidade de Paris, eram visitantes frequentes do palácio real na Île de la Cité. Em 1202, um irmão templário chamado Haimard, um dos moradores do Templo de Paris, foi nomeado tesoureiro da Coroa, um acordo que beneficiou igualmente ambas as partes. Os templários ganharam enorme prestígio e influência política a partir do começo de uma tradição que perduraria por mais de um século. A França instituiu o sistema contábil mais moderno da Europa, consolidando todos os rendimentos e gastos reais por meio de um único conjunto de livros, permitindo um escrutínio meticuloso e um gerenciamento numa escala que nenhum de seus vizinhos dispunha.[14] A grande dependência do rei francês à expertise dos templários foi imitada por seus súditos. Por todo o reino, homens e mulheres procuravam os conhecimentos dos templários para obter empréstimos, guardar riquezas, manter registros, tratados e testamentos e transferir fundos até longas distâncias.

Na medida em que a ordem ficava mais famosa, útil e respeitada para o rei e o país, não surpreende que suas posses tenham prosperado. Em Marselha, na costa do Mediterrâneo, foi construído um porto lucrativo, onde em 1216 os templários foram agraciados com acesso favorecido e

irrestrito, e isentos de taxas para seus navios. As embarcações levavam provisões para seus irmãos no Oriente, como cavalos, armamentos, moeda e outros suprimentos, e também lucravam transportando peregrinos e mercadores para a Terra Santa. Os templários de Marselha conseguiam oferecer esses valiosos serviços porque a ordem começou a mandar fazer e manter seus próprios navios, em vez de depender dos armadores magnatas de Veneza, Gênova e outras cidades portuárias italianas, que tradicionalmente dominavam o transporte marítimo no Mediterrâneo.

Casas e propriedades templárias se espalhavam do norte da Normandia aos Pirineus. A ordem era bem provida em sua tradicional região de Champagne, onde sucessivos condes concederam aos irmãos uma liberdade extraordinária para desenvolver seus interesses. Tinham o direito a propriedades e títulos de todos os tipos, quase chegando à soberania integral. Em movimentadas cidades comerciais como Provins, os templários eram donos de muitas casas e cobravam pesados impostos dos empreendimentos locais, inclusive abatedouros e curtumes. Tinham uma fatia da produção de lã e de tecidos; cobravam pelo uso de moinhos, fornos e pela permissão de pescar em rios; arrendavam vinhedos para vinicultores e tinham até algumas barracas de frutas no centro da cidade. Terras administradas por eles produziam vinho e cereais.[15] Por toda a França, a ordem recolhia aluguéis e taxas e lucrava com frutas produzidas em suas terras. Tornaram-se grandes senhores feudais, e

milhares de homens e mulheres viviam de diversas formas em regime de servidão em terras templárias, seguindo o antigo costume de dar o suor de seu trabalho por um número fixo de dias por ano, ou sendo obrigados a pagar um aluguel em espécie com um número estabelecido de vacas, galinhas, grãos ou ovos.

Essa situação foi replicada por todo o Ocidente cristão. Na Itália, a presença dos templários disseminou-se rapidamente pela península até o extremo sul da Sicília, onde havia grandes preceptorias em Messina e por toda a ilha. Em Aragão – onde a longa história dos templários remetia à época de Alfonso, o Batalhador – a ordem possuía mansões palacianas, vinhedos e plantações de oliveiras, além de um portfólio de propriedades comerciais e residenciais. O livro-caixa da casa templária de Huesca, ao norte de Aragão, guardava registros de transações pelas quais os irmãos haviam comprado pomares, vinícolas, lojas e casas. Recebiam doações de fiéis que às vezes se estendiam a todas as posses de penitentes cristãos que declaravam terem feito as doações por causa do "medo [das] dores do inferno e desejo de ver as alegrias do Paraíso".[16] Os irmãos rezavam regularmente pelas almas dos que faziam deles seus herdeiros: quanto melhores os presentes, mais frequentes as orações.

Assim como na França e na Inglaterra, a aquisição de terras e propriedades nos reinos cristãos da Espanha foi acompanhada por um destacado perfil político para a ordem.

Em Aragão o clímax aconteceu em 1213, quando um novo rei, Jaime I, chegou ao trono aos cinco anos de idade, depois da morte do pai, Pedro II, no campo de batalha. De início o jovem Jaime foi confiado aos cuidados do papa, mas logo o santo padre fez arranjos para que fosse criado por Guillem de Montredon, o mestre dos templários na Espanha e Provença. Jaime foi mantido em segurança pelos quatro anos da sangrenta guerra entre facções que havia matado seu pai, isolado na impenetrável fortaleza templária de Monzón: um sólido castelo numa montanha protegido por muralhas espessas de pedras vermelhas e angulares e torres, dentro do qual havia uma preceptoria que mais parecia uma cidade particular. Quando completou nove anos, Jaime começou gradualmente a ser introduzido no governo em Saragoça, e os templários o devolveram ao mundo. Jaime I foi tépido em relação ao período em que ficou sob supervisão templária, escrevendo em sua autobiografia que, enquanto estava detido em Monzón, as terras de seu pai foram hipotecadas "a judeus e sarracenos" e terminaram sendo mal administradas. Quando tinha nove anos, registrou que não podia "ser retido mais em Monzón, tão grande era meu desejo de partir".[17] Mas a ordem tinha cumprido um dever tremendamente importante. O destino de um rei e de um reino fora posto diretamente em suas mãos e o fato de Jaime ter se tornado um dos reis mais bem-sucedidos da Reconquista foi devido aos seus anos de formação em companhia de cavaleiros templários.

Quando adulto, Jaime I manteve relações próximas com a ordem, apesar de não a ter mimado com os favoritismos ostensivos que recebiam na Inglaterra e na França. A guerra contra os almóadas continuou pela maior parte de seus 63 anos de reinado, e o monarca demonstrou ser um dos maiores reis cruzados do teatro ocidental, confiando muito nos templários e nos hospitalários em suas campanhas. Com o encorajamento dos templários e uma boa dose de apoio militar, entre 1229 e 1235 Jaime conquistou as ilhas de Maiorca, Menorca e Ibiza do semi-independente governante almóada Abu-Yahya: um enorme empreendimento militar que envolveu milhares de soldados de ambos os lados e prolongados cercos a fortalezas. Na invasão de Maiorca, os templários forneceram cerca de cem cavaleiros, vários barcos de transporte e muita assessoria estratégica, e em troca foram agraciados com uma parte da ilha quando foi dividida entre os diversos grupos que ajudaram a conquistá-la – embora não se igualasse ao um quinto de todas as terras que eles ajudaram a conquistar, prometidas em 1143, quando o testamento de Alfonso I foi finalmente acertado. Mesmo assim, os templários de Aragão continuaram assessorando o rei em sua guerra de conquistas cristãs: quando voltou sua atenção para a invasão de Valência, contou com vinte cavaleiros e um comandante templários em seu exército. Em 1238, Jaime expulsou os mouros de Valência e começou a colonizar a região ao redor para formar um novo reino, tendo ele mesmo como rei. Os templários foram

generosamente recompensados, com uma casa na cidade, jardins e terras agricultáveis – ainda que mais uma vez seus ganhos tenham ficado longe do limite de um quinto a que acharam ter direito.[18] A conquista de Valência foi também uma vantagem ambígua para a ordem: sua conclusão, em 1244, significava que Aragão havia fechado sua última fronteira das forças do islã, reduzindo a urgência da missão deles no reino. Embora os templários mantivessem o comando de alguns formidáveis castelos, seu papel tenderia a diminuir em relação ao auge do século XII. Mesmo assim, a presença da ordem se manteve muito mais proeminente em Aragão do que em qualquer outro lugar dos reinos espanhóis, particularmente em Castela e Leão, onde ordens militares nativas menores tinham preferência sobre os gigantes supranacionais que mantinham seu renome e mandavam sua riqueza ao Templo e ao Hospital em Jerusalém.

✢

Entre os muitos príncipes e potentados da cristandade que valorizavam e enriqueciam os templários, que usavam seus serviços e os inoculavam contra as ferroadas dos mordazes escritores das cortes do fim do século XII e de meticulosos abades, poucos foram tão firmes em seu apoio à ordem quanto o Papa Inocêncio III. Nascido como Lotario dei Conte di Segni, Inocêncio assumiu o papado em 8 de janeiro

de 1198, antes de completar quarenta anos, e presidiu a Igreja com toda a força temível de sua desmesurada personalidade até sua morte, em 1216. Foi um grande reformador da Igreja, o flagelo de monarcas (como o rei João da Inglaterra) que não respeitavam totalmente a autoridade da Santa Sé e um entusiasmado defensor da missão militante da Igreja no Oriente.

Para gáudio dos cristãos, Saladino morreu no amanhecer do dia 3 de março de 1193, depois de uma "febre biliosa" que o acometeu por cerca de duas semanas. Tinha 55 ou 56 anos, e em sua extraordinária carreira alterou o modelo político na Síria e no Egito, estabelecendo sua dinastia, dos aiúbidas, e criando uma lenda que sobreviveria por séculos. O biógrafo de Saladino, Ibn Shaddad, escreveu que "o mundo ficou estupefato por tal sensação de perda que só Deus poderia compreender".[19]

Tal sentimento não se aplicava a Inocêncio III. Saladino havia feito mais contra o movimento das cruzadas que qualquer outro homem – e morreu sem jamais abandonar o domínio de Jerusalém nem devolver a grande relíquia da Vera Cruz, que estivera guardada no Santo Sepulcro e já fora o orgulho da Igreja latina. Entre 1202 e 1204, Inocêncio lançou a Quarta Cruzada, pretendendo atacar Jerusalém a caminho do Egito, aproveitando-se da confusão no mundo dos aiúbidas causada pela morte do sultão. Em seu tempo de vida, Saladino dividiu seu império em feudos regionais governados por vários parentes: seu filho mais velho, Al-

Afdal, administrava as terras ao redor de Damasco; seu segundo filho, Al-Aziz Uthman, reinava no Egito; e seu terceiro filho, Al-Zahir Ghazi, controlava Alepo e o norte da Síria. O irmão do sultão, Al-Adil, ficou sediado em Queraque, na Transjordânia. Com a morte de Saladino, essa difusão do poder criou uma disputa pela supremacia total que repercutiria por muitos anos.

Com o império aiúbida desarranjado, a Quarta Cruzada desejava tomar a iniciativa. Infelizmente para Inocêncio, foi um fiasco. Soldados europeus e uma frota veneziana partiram para a Terra Santa, mas se desviaram para Constantinopla, onde saquearam a cidade impiedosa e gananciosamente antes de instalar um novo governador latino, substituindo o imperador grego de Bizâncio, Alexios III Angelos, pelo conde de Flandres, que assumiu o título imperial como Balduíno I. Apesar desse vergonhoso fracasso, Inocêncio continuou apaixonadamente exaltado pelo destino dos cristãos latinos do Oriente, acalentando a ideia de que eles ainda poderiam recuperar Jerusalém. Inocêncio via os templários no Oriente como a linha de frente da defesa da Terra Santa e, em comum com a classe governante da época, enxergava seus irmãos no Ocidente como administradores e diplomatas inestimáveis.

Inocêncio III protegeu e patrocinou a ordem com grande zelo. Usava os irmãos templários como cobradores de impostos, concedeu novos privilégios à ordem e emitiu bulas papais reiterando as proteções gerais vigentes havia décadas.

Definia os membros das ordens militares como “homens de caráter e prudência” e aconselhava aos clérigos que saíam pregando em favor de sua infeliz Quarta Cruzada a sempre ter um irmão templário ou hospitalário ao lado.[20] Durante seu papado, reiterou o direito dos templários de cobrar dízimos e sua isenção de pagar dízimos cobrados por outros clérigos. Inocêncio reafirmou o direito dos templários de construir suas próprias igrejas, proibiu quaisquer outros cristãos de prejudicar os irmãos ou suas propriedades e exortou a ordem a analisar de perto seus novos recrutas para não enfraquecer a fibra moral coletiva dos templários (esta tornou-se uma importante questão depois de Hattin, quando houve necessidade urgente de novos homens, o que ameaçava diluir a qualidade do recrutamento). Interferiu para anular uma sentença de excomunhão de Gilbert Eral, o espanhol que sucedeu a Robert de Sablé como mestre da ordem em 1194, e ameaçou de anátema qualquer um que ousasse desobedecer às ordens dos templários. Como um todo, foi um importante restabelecimento dos privilégios e do poder da ordem, que não deixou de ser notado.

Os templários foram uma manifestação pragmática da visão de Inocêncio de uma igreja militante: sempre presente, capaz e experiente nas questões de lutar contra os inimigos de Cristo. Em troca, o papa era tão bom patrono quanto qualquer dos reis seculares da cristandade que já havia se utilizado da ordem. Quando Inocêncio morreu, em 1216, os templários estavam mais fortes, mais ricos e mais bem

relacionados que em qualquer outro período de sua história. Era verdade que a maioria de seus membros e associados viviam a milhares de quilômetros da linha de frente da guerra contra os muçulmanos na Síria e no Egito, que ocupavam os irmãos do Oriente havia quase um século, e que mesmo na Europa somente um pequeno número era militarmente ativo contra os almóadas. Poucos viviam a vida segundo a visão original de Hugo de Payns e São Bernardo. De qualquer forma, todos tinham um papel a desempenhar no financiamento ou na luta pelas cruzadas. Embora os templários estivessem diversificando suas atividades militares com transações bancárias, administração de patrimônio e diplomacia internacional, a ordem poucas vezes foi tão essencial para o movimento das cruzadas como seria nos anos imediatamente seguintes à morte de Inocêncio. Sem Saladino, as coisas voltavam a se agitar em ultramar: uma quinta cruzada estava sendo planejada, com foco no Egito e nas cidades mercantis do delta do Nilo. Seria um empreendimento massivo, envolvendo homens e materiais de toda a cristandade para uma campanha por terra e mar em territórios hostis. Exigiria devoção, experiência e dinheiro. E quem melhor que os templários para planejar, executar e refinar essa extraordinária nova aventura?

Palestina e o sul da Síria

Escala 1:4.000.000 (1 cm = 40 metros)

14

“Damieta!”

✢

Um vento norte soprava ao longo da costa enquanto um fluxo regular de navios zarpava do porto numa baía tranquila, cujo píer se situava à sombra de um novo e imenso castelo templário. O Château Pèlerin, nome dado em homenagem aos voluntários que ajudaram a construí-lo, era tão grande quanto qualquer outra fortificação erguida pelos cristãos na Terra Santa ao longo dos 120 anos anteriores. Situava-se numa escarpa rochosa acima do mar e não muito longe de Haifa, mais ou menos na metade do caminho entre Jaffa e Acre, a capital funcional do reino cristão de Jerusalém. A dez quilômetros de distância ficava o monte Tabor, que os sarracenos, liderados pelo irmão de Saladino, Al-Adil, haviam tomado

recentemente e fortificado com uma base militar. O Château Pèlerin fora concebido em parte como uma resposta ao monte Tabor e cumpria bem essa função.

Exemplo do que havia de mais moderno em termos militares, o castelo substituiu o complexo mais antigo em Destroit, nas proximidades, construído décadas antes para proteger a estreita estrada costeira em um ponto vulnerável a ataques de assaltantes. Enquanto Destroit era uma grande torre de vigia, o Château Pèlerin era um acampamento militar, com espaço para uma guarnição de milhares de soldados e um porto para navios templários. Foi projetado com todos os recursos de um moderno centro de comando militar: um fosso profundo protegendo o acesso por terra; defesas internas incorporando enormes blocos de pedra recuperados de uma antiga muralha fenícia; uma igreja redonda; um salão de jantar com capacidade para 4 mil soldados e escadarias internas suficientemente largas para permitir um cavaleiro montado circular à vontade pelo castelo.[1] Era equipado por grandes masmorras, para abrigar prisioneiros de guerra inimigos da ordem e irmãos desencaminhados que tivessem desobedecido à regra da ordem, que ficava cada vez mais detalhada (estudos de casos de irmãos aprisionados nas cadeias do Château Pèlerin foram preservados, registrando contravenções que variavam de brigas a se vestir com roupas seculares e a libidinagens noturnas).[2] O Château Pèlerin era uma poderosa afirmação da reconstrução cristã após o traumático confronto com

Saladino, e seu nome era uma forte lembrança da principal vantagem dos templários como força de combate: o fato de serem supridos e auxiliados por um fluxo aparentemente infinito de peregrinos devotos. O custo da construção havia sido tão alto, escreveu um autor cristão, que "era de se perguntar de onde tinha vindo aquilo tudo".[3]

A bordo de um dos navios que zarparam no fim de maio de 1218 estava Guillaume de Chartres, que se tornou mestre dos templários depois da morte de Gilbert Eral, em 1200, e da de seu sucessor Filipe de Plessis, em 1209. Viajavam com ele Garin de Montaigu, mestre dos hospitalários, e os marechais de ambas as ordens. Praticamente todo o convento central dos templários no Oriente estava se mobilizando, deixando para trás apenas um mínimo de pessoal, constituído por castelães e funcionários responsáveis diretos pela manutenção das operações comerciais e de transporte marítimo em Acre.

As ordens partiram do porto com todo o maquinário de guerra do Oriente latino. As galés viajavam carregadas de armas e armaduras, acompanhando navios de passageiros transportando cruzados que tinham vindo à Terra Santa desde Flandres, da Áustria e da Hungria, além de clérigos do alto escalão, incluindo o patriarca de Jerusalém e os bispos de Acre, Nicósia e Belém. Com eles também estava o rei de Jerusalém, Jean de Brienne, um aristocrata de Champagne que administrava o reino oriental em nome de sua filha criança, a rainha Isabella II.[1] Centenas de peregrinos

comuns também viajavam nos navios, muitos dos quais já haviam feito a longa viagem desde suas casas em Bremen e Cologne, inspirados a prestar juramento como cruzados pela milagrosa aparição de cruzes flamejantes no céu. A Quinta Cruzada, convocada pela primeira vez pelo Papa Inocêncio III em 1213, acabou ganhando o coração de fiéis cristãos do norte, e agora os que fizeram seus juramentos e partiram para a Terra Santa encontravam-se na última etapa da viagem ao seu alvo: Damieta, no delta do Nilo.

✢

Quase exatamente no mesmo momento em que um exército partia de Château Pèlerin, em maio de 1218, outra esquadra cruzada enfunava as velas e seguia para o Nilo vinda da direção oposta: partindo da costa atlântica de Portugal, contornando o Algarve para atravessar o estreito de Gibraltar e chegar às águas mais calmas e mornas do Mediterrâneo. Era composta por cerca de oitenta navios enormes, com madeirame de carvalho com uma só vela.[4] Com essa frota estava Pierre de Montaigu, um irmão havia muito tempo na ordem, de uma família de cruzados bem relacionada, que tinha subido na hierarquia e atuado como mestre templário na Espanha e Provença até se tornar mestre do Ocidente, o que fazia dele o mais graduado servidor fora da Terra Santa. Garin de Montaigu, que partiu de navio do Château Pèlerin, era seu irmão.[2]

Pierre de Montaigu nasceu em Auvergne, no sudoeste da França, e, apesar de ter feito carreira na Europa e não no Oriente, já estivera presente em muitas guerras por Deus. Em 16 de julho de 1212, participou da batalha de Las Navas de Tolosa, quando uma coalizão de forças espanholas dos reinos de Aragão, Castela e Navarra atacou um grande exército norte-africano comandado pelo califa almóada Muhammad al-Nasir.

Na virada para o século XIII, houve um ressurgimento dos muçulmanos no sul da Espanha, quando os almóadas tentaram reconquistar as terras que haviam perdido em diversos conflitos com reinos cristãos. Em 1195, na batalha de Alarcos, o califa almóada Al-Mansur infligiu uma contundente derrota em um exército comandado por Alfonso VIII de Castela. Os cristãos foram debandados do campo de batalha e perderam muitos castelos e cidades na sequência. As incipientes ordens militares espanholas que tomaram parte da batalha ficaram abaladas pela derrota: a Ordem de Santiago perdeu dezenove cavaleiros, inclusive seu mestre, e a Ordem de Calatrava perdeu dois castelos e um número incerto de homens.[5] Não foram perdas que eles conseguissem absorver com facilidade, como tampouco podiam simplesmente ignorar a humilhação da derrota. Depois de muita pressão exercida por ordens militares, em 1209 o Papa Inocêncio III foi persuadido a atribuir à luta contra os almóadas o status de cruzada, concedendo aos

combatentes a remissão dos pecados em troca de seu envolvimento.

A batalha de Las Navas de Tolosa foi a culminação dessa cruzada. Os reis de Castela, Navarra, Portugal e Aragão entraram em campo, ao lado dos templários, das ordens de Santiago e de Calatrava, bem como voluntários da França que viajaram ao sul da Espanha, entre Córdoba e Granada, com o propósito de lutar contra os almóadas.

Os templários lutaram na retaguarda da batalha, e Pierre de Montaigu foi testemunha da carnificina que se seguiu quando os cristãos romperam as hostes muçulmanas, afugentando Muhammad al-Nasir (que sucedeu Al-Mansur em 1199) do campo de batalha quando sua guarda pessoal composta por negros africanos escravizados e acorrentados não conseguiu protegê-lo das devastadoras cargas de cavalaria. O rei de Castela jactou-se depois da batalha que os cristãos perderam somente 27 ou 30 homens, enquanto haviam matado 100 mil muçulmanos.[6] Na verdade houve baixas significativas do lado cristão, muitas delas das ordens militares. Os templários perderam o mestre português, e o mestre da Ordem de Santiago também morreu. Mas foi uma vitória de levantar o moral e parecia sugerir que Deus voltava a sorrir para os cristãos.

Seis anos depois, o navio de Pierre de Montaigu estava se afastando do palco de outra vitória. Sumindo no horizonte encontrava-se a destroçada fortaleza de Alcácer do Sal (Al-Qasr), a 64 quilômetros ao sul de Lisboa, que fora sitiada no

outono anterior por uma coalizão entre cristãos portugueses e cruzados da Frísia e da Renânia, que a assediaram por meses até as muralhas finalmente desmoronarem.

O entusiasmo do ataque obrigou os defensores muçulmanos de Alcácer a abandonar o local em outubro de 1217: uma vitória anunciada por outra aparição da cruz sagrada no céu noturno. Boa parte do triunfo deveu-se aos templários espanhóis, que acorreram em massa comandados pelo mestre Pedro Alvitiz para ajudar no cerco à cidade.[7] "Os sarracenos foram conquistados pela força divina", escreveu um cronista. "Um de seus reis foi morto e com ele muitos foram massacrados ou feitos prisioneiros."[8] Era o tipo de sucesso que os cruzados ocidentais esperavam repetir quando chegaram à costa do Egito.

✢

"Damieta!", escreveu o clérigo e historiador alemão Oliver de Paderborn, que viajou de sua casa perto de Cologne para participar da Quinta Cruzada. "Renomada entre reinos, a mais famosa no orgulho de Babilônia, amante do mar."[9]

A cidade era rica, próspera e movimentada: merecedora de cada sílaba dessa entusiasmada elegia. A oeste corria um dos maiores rios dos muitos que formavam o delta do Nilo, onde a água salgada se misturava à doce, que percorria centenas de quilômetros desde os altiplanos da Etiópia, com crocodilos famintos nadando nas águas rasas.[10] No lado leste

da cidade ficava o lago Manzala, de água salgada, comprido, raso e repleto de peixes. O abundante suprimento de água fez com que a cidade fosse rodeada por aldeias e terras férteis, onde os habitantes estocavam alimentos o ano todo com as colheitas que brotavam nas áreas da enchente do rio Nilo.[11] Mas Damieta era mais que apenas um celeiro agrícola à beira do rio. Era um dos maiores assentamentos portuários da região: conveniente para mercadores das prósperas cidades-Estados de Gênova e Veneza, e bem conectada com as cidades costeiras do Levante. Com um vento razoável, um navio podia navegar de Acre até Damieta em menos de uma semana. A opulenta cidade do Cairo era de fácil acesso pelo sul. Damieta era um ponto de parada regular para navios mercantes bordejando a costa sul do Mediterrâneo e um centro tradicional de transporte marítimo comercial do Ocidente para suprir as caravanas terrestres que seguiam para o Oriente através da Índia e da China, com camelos e carroças carregados de sedas exóticas, especiarias, sal, ouro, madeira, óleos, medicamentos e escravos.[3] Assim como Alexandria, do outro lado do delta, Damieta era um troféu valioso, atacada com cansativa regularidade pelas diversas potências imperiais que ascenderam e decaíram no Mediterrâneo oriental durante os quinhentos anos anteriores.

Para os soldados cristãos reunidos nas proximidades de Damieta em 1218, vindos da Inglaterra, de Flandres, do oeste da França, dos principados alemães, da Áustria e da Hungria

e de muitos outros locais, toda essa riqueza era sem dúvida extasiante. Assim como a sedução espiritual do Egito. Damieta não fora um lugar importante na vida de Cristo, mas era o ponto de entrada para o Egito, a terra de onde os israelitas haviam fugido para vagar por terras ermas; onde Moisés recebeu os dez mandamentos; onde a Virgem Maria lavou as roupas de Jesus numa fonte sagrada (o poço em questão era um ponto importante na trilha dos peregrinos, onde cristãos devotos se lavavam na festa de Epifania, em um jardim de pinheiros). Mais do que tudo, na mente dos cruzados de 1218, Damieta era o primeiro e crucial passo para recuperar Jerusalém.

O Papa Inocêncio III apregoou a Quinta Cruzada em 1213, mas morrera em 16 de julho de 1216, encerrando um papado intensamente agressivo, em que presidiu três cruzadas, excomungou diversos príncipes e reafirmou o poder de Roma. Não viveu para ver os exércitos que havia convocado se mobilizarem, mas sua missão foi assumida por seu sucessor, Honório III. Inteligente, original de Roma e eleito papa aos 55 anos, Honório não era tão beligerante quanto Inocêncio, mas se comprometeu com o movimento cruzado a ponto de desviar um décimo dos rendimentos papais durante três anos para o projeto e para se corresponder vigorosamente com seus diversos líderes, que incluíam o rei André da Hungria, o duque Leopoldo VI da Áustria, o patriarca de Jerusalém, os mestres dos templários e dos hospitalários e Jean de Brienne, rei titular de Jerusalém.[12]

Não havia um rei inglês, pois João havia morrido em meio a uma guerra civil em 1216, deixando um filho criança como sucessor. Nem Filipe Augustus da França estava por perto. Mas Honório insistiu incansavelmente com seu protegido Frederico II Hohenstaufen, o rei dos alemães e que fora seu pupilo na infância, exigindo que ele comandasse seus vastos exércitos rumo ao sul para se aliar aos ataques. O papa também decretou que houvesse procissões pelas cruzadas em todas as cidades da cristandade na primeira sexta-feira de cada mês, "para que todos os fiéis pudessem interceder em favor dos cruzados ao se prostrar humildemente durante suas orações".[13]

Uma coisa que Honório não fazia, contudo, era se envolver em estratégia militar. Considerava que era tarefa de príncipes e potentados que haviam se apresentado para liderar a missão. Em parte, foi por essa razão que uma cruzada originalmente convocada para retomar Jerusalém para os cristãos se desviou para um posto comercial na foz do Nilo, a 320 quilômetros da Cidade Sagrada.

A decisão de atacar Damieta e não Jerusalém foi feita em Acre em outubro de 1217, em um conselho de guerra que reuniu todos os cruzados mais graduados do Oriente e do Ocidente. Em carta ao Papa Honório, o mestre templário Guillaume de Chartres explicou que Jerusalém não poderia ser tomada sem antes reduzir a capacidade de os sarracenos abastecerem seus exércitos na Palestina pelo sul e

enfraquecer os poderes do governante muçulmano do Egito, que à época era Al-Kamil, sobrinho de Saladino.[14]

O fato de haver ainda um novo sultão com quem travar uma guerra explicava a alternância contínua no mundo aiúbida. Nas duas décadas seguintes à morte de Saladino, o poder se consolidou e depois se fragmentou novamente, dessa vez entre seus próprios filhos. Assim, Al-Kamil (conhecido entre os cruzados como Meledino) estava instalado no Cairo e direcionado para se tornar o próximo sultão e governante da família; Al-Mu'azzam (conhecido como Coradino) detinha o poder em Damasco, e um terceiro irmão, Al-Ashraf, controlava Alepo e o norte da Síria.

Damieta seria o primeiro ponto visado pelos cruzados para testar a nova hierarquia do inimigo. Jean de Brienne escreveu que, "por meio de uma invasão do reino do Egito, a Terra Santa poderá ser mais facilmente libertada das mãos dos infiéis".[15] O mestre templário parece ter aprovado a estratégia – e pode muito bem ter se envolvido a favor na conferência de Acre. Os templários tiveram um papel importante no planejamento da cruzada, levantando empréstimos para ajudar a financiar o pagamento de soldados por meio do Templo de Paris, sob a direção do tesoureiro, o irmão Haimard. É razoável que também tiveram um papel igualmente crucial na ação militar que se seguiu.

✢

Os navios vindos do Oriente e do Ocidente convergiram em Damieta no início do verão de 1218. Os que vinham de Château Pèlerin chegaram à costa egípcia em 30 de maio, quando as frotas alemã e frísia trazendo Pierre de Montaigu já começavam a desembarcar. Os cruzados estabeleceram uma cabeça de ponte pouco acima da foz do rio e iniciaram a inspeção das defesas da cidade.

Como qualquer joia valiosa, Damieta era bem resguardada, protegida por três conjuntos de muralhas com torres, uma mais imponente que a outra. Havia 28 torres construídas nas muralhas, com fossos escavados entre elas para conferir mais segurança. No lado oposto da muralha oeste da cidade, no meio do rio, havia uma ilha, com outra torre à qual os cidadãos haviam amarrado um grande número de correntes que podiam ser erguidas em momentos de perigo para obstruir a passagem pelo rio em seu único canal viável.[16] Dentro da cidade os defensores estavam equipados com todos os dispositivos concebíveis para espancar, queimar ou empalar qualquer um suficientemente tolo para os enfrentar. Uma de suas armas mais poderosas era o fogo grego: uma resina pegajosa e inflamável contendo nafta, que podia ser lançada por canos ou atirada, como uma granada, dentro de potes que se partiam com o impacto. O fogo grego era quase impossível de ser apagado. Uma arma cruel e altamente potente a ser usada contra soldados atacando a partir da água. Combinadas, as defesas de Damieta eram tão difíceis quanto quaisquer outras que um

exército cruzado já havia enfrentado, e Al-Kamil ainda podia despachar reforços do Cairo para interferir no cerco. Seriam necessários um planejamento sério, disciplina e experiência para penetrar em Damieta. Além de tudo isso, a tentativa de invasão foi marcada para começar no calor do verão, quando as temperaturas diárias excediam 44 graus à sombra.

A primeira tarefa dos cruzados depois de acamparem era tomar a torre da ilha no meio do rio – sem o que a cidade seria impenetrável. Após elegerem formalmente Jean de Brienne como comandante, eles partiram para a execução da tarefa com o entusiasmo habitual. Começou com uma cerrada barragem de catapultas, que se prolongou por muitos dias. Sob a cobertura desse bombardeio, vários grupos – que incluíam os mais corajosos e confiantes membros dos exércitos cruzados – prepararam navios equipados com escadas e castelos de proa de madeira para contornar as correntes da torre e escalar suas muralhas. Segundo Oliver de Paderborn, as naves de ataque desse tipo foram montadas por austríacos, frísios, alemães e hospitalários, com os templários fornecendo pelo menos um navio. Mas foi tudo um fracasso. A escada dos hospitalários foi despedaçada, assim como a do navio do duque da Áustria, derrubando os soldados para se afogarem no rio, "feridos em corpo para vantagem de suas almas". As naves frísias e alemãs ancoraram no rio e tentaram apedrejar a torre com uma catapulta a bordo, mas um contra-ataque de fogo grego incendiou a embarcação e eles tiveram de se arrastar para o

acampamento “varejados de flechas por dentro e por fora”.[17] Os templários construíram um navio blindado, protegido por baluartes, e remaram até as proximidades da torre, em plena batalha. “Não foram poucos” os danos sofridos, escreveu Oliver de Paderborn.[18] Assim como seus colegas alemães e hospitalários, eles foram obrigados a desistir do ataque.

Os cruzados continuaram bombardeando a torre e a ponte com suas catapultas, no intuito de enfraquecer a ligação com a cidade. Enquanto isso, começava o trabalho na praia, sob as ordens diretas de Oliver de Paderborn, para montar uma nave anfíbia, feita com dois navios amarrados, com quatro mastros, uma ponte rotatória e uma cobertura à prova de fogo feita de peles de animais. Depois de posicionado, teve início uma segunda tentativa de ataque para tomar a torre. A luta entre os defensores da torre e os soldados embarcados no que na verdade era uma fortaleza flutuante foi encarniçada. Na praia, clérigos rezavam em voz alta e veneravam sua mais precisa relíquia: uma lasca da Vera Cruz que se dizia ter sido arrancada da relíquia maior perdida para Saladino em Hattin.[19] Apesar do violento assédio das catapultas e o lançamento de uma grande quantidade de fogo grego, por um bom tempo nenhum dos lados conseguiu superar o outro. Mas, afinal, em um ataque particularmente intenso na tarde de 25 de agosto, os cristãos foram capazes de pular de sua plataforma e atear fogo a uma das portas inferiores da torre. Fogo e fumaça invadiram os andares superiores, e os defensores em pânico logo perceberam que

sua situação era indefensável. Muitos se jogaram pelas pequenas janelas para escapar do inferno, e se afogaram no rio. Cento e doze outros se renderam ao duque da Áustria. “Nossos homens agradeceram a Deus”, escreveu Jacques de Vitry, bispo de Acre, que estava presente.[20] O primeiro estágio da tomada de Damieta estava concluído.

Pouco depois – em meio à batalha feroz na última semana de agosto –, morreu Guillaume de Chartres, o décimo quarto mestre do Templo, com muitos outro luminares, inclusive o filho bastardo do rei João da Inglaterra. “Mais mártires para Cristo, mais confessores de Cristo, sendo entregues aos seus cuidados em Damieta”, suspirou Oliver de Paderborn.[21] Para ocupar seu lugar, a ordem elegeu Pierre de Montaigu, mestre ocidental que viera ao Egito via Portugal, passando pelo cerco de Alcácer. Foi uma boa escolha: ele era inteligente, experiente e ponderado em seus julgamentos. Era também providencial, pois pela primeira vez o Templo e o Hospital tinham dois mestres que eram irmãos. As duas ordens haviam sido formadas baseadas em uma rede de homens de língua francesa de boas famílias, mas poucas coisas simbolizaram tão claramente a natureza essencialmente aristocrática de seus membros como a nomeação dos irmãos Montaigu como mestres no mesmo período.

Apesar de a torre do Nilo ter sido tomada num período relativamente curto, ainda seria bem difícil vencer as demais defesas de Damieta. O pavilhão cor de açafrão dos aiúbidas

tremulava em segurança acima das muralhas, e meses se passaram em inconclusivos bombardeios de projéteis e ocasionais escaramuças quando os defensores atacavam o acampamento cristão. Houve algumas comemorações quando o acampamento recebeu a notícia de que Al-Adil tinha morrido em 31 de agosto. "Envelhecido por doença e dias de maldade, ele foi enterrado no inferno", escreveu Oliver de Paderborn.[22] Na prática, contudo, pouco mudou. O jovem e vigoroso sultão Al-Kamil continuava vivo e agora no comando, e Damieta seguia firme.

Os templários da Quinta Cruzada enfrentaram as mesmas dificuldades do restante do exército quando chegou o inverno. As condições deterioraram rapidamente. A falta de provisões provocou um surto generalizado de escorbuto. Homens cambaleavam pelo acampamento, com as pernas doloridas e as gengivas inchadas e apodrecendo. Alguns cruzados foram embora, depois de ficar longe de casa por um ano, o que consideravam ser um cumprimento adequado de seus votos. Outros chegaram, mas nem todos se mostravam muito úteis. A liderança foi particularmente enfraquecida com a chegada do influente, porém desagregador Pelágio, o bispo de Albano de 53 anos, cardeal e representante do Papa Honório, que se imaginava, o que não era exatamente verdade, ao mesmo tempo um estrategista militar e um curador de almas.

No fim de outubro, o acampamento dos templários foi atacado nas primeiras horas da manhã por uma grande

tropa inimiga, que resultou numa pequena batalha de cavalaria em que mais de quinhentos homens foram mortos. No mês seguinte o acampamento foi assolado por uma tempestade que durou três dias, transbordando o rio, levando tendas na enxurrada e despedaçando vários navios ancorados. Quando as coisas finalmente se acalmaram, no início de dezembro, os ataques prosseguiram a partir da torre capturada do rio. Oliver de Paderborn registrou um dos conflitos com perplexidade: depois de ter sido arrastado para muito perto das barricadas defensivas de Damieta pela forte correnteza do rio, um dos navios templários foi bombardeado por pedras e fogo grego e em seguida cercado por embarcações leves do inimigo. Soldados muçulmanos se lançaram ao barco para travar uma batalha corpo a corpo no convés. "Depois de lutarem por um longo tempo, o navio afinal se partiu (não sabemos se pelo inimigo ou por nossos próprios homens) e foi tragado pelas profundezas, afogando egípcios com cristãos, de forma que a ponta do mastro mal aparecia acima da água", escreveu Oliver. Em seguida comparou os templários que haviam morrido no Nilo ao herói Sansão do Velho Testamento. "Assim também esses mártires arrastaram para o abismo das águas junto a eles mais do que poderiam ter matado com suas espadas."[23]

A luta continuou durante o inverno e a primavera seguinte, e as muralhas triplas de Damieta se mantiveram firmes. A bandeira malhada dos templários podia ser vista por toda a zona de guerra, com dezenas de outras, inclusive

as de uma ordem militar alemã relativamente nova, conhecida como Ordem Teutônica, que tentava replicar a estrutura e as realizações dos templários. A Ordem Teutônica teve suas origens em Acre, onde se formou como uma divisão dos hospitalários durante o grande cerco de 1190–1. À época eles prestavam serviços médicos para soldados alemães feridos em combate, trabalhando em tendas de lona feitas com as velas de seus navios. Assim como os hospitalários, a Ordem Teutônica logo adotou um papel militar, e nas primeiras décadas do século XIII já havia se firmado como a terceira maior ordem militar cristã do movimento cruzado.[24]

No verão de 1219, a maioria dos observadores mais atentos podia ver que a Quinta Cruzada estava chegando a um impasse. Havia discordâncias entre a liderança, e o sentimento geral era que somente um ataque massivo de soldados comandados pelo rei alemão Frederico II Hohenstaufen poderia resultar numa vitória cristã. Mas, apesar de ter prometido ao papa em diversas ocasiões que tomaria essa atitude, Frederico não cumpriu o combinado. A impressão, escreveu Oliver de Paderborn, era que Damieta só passaria às mãos dos cristãos "por poder divino".[25]

Naquele verão, um homem peculiar chegou a Damieta afirmando ser apenas um agente da intercessão divina. Giovanni di Pietro di Bernadone era filho de um comerciante italiano da região da Úmbria, que tivera uma epifania depois de ouvir um pregador descrever como Cristo havia exortado

seus seguidores a se juntar ao povo de Deus e levar adiante o reino dos céus. Segundo o Evangelho de São Mateus, Jesus disse aos seus apóstolos:

> Curai os enfermos, limpai os leprosos, ressuscitai os mortos, expulsai os demônios; de graça recebestes, de graça dai. Não possuais ouro, nem prata, nem cobre, em vossos cintos – nem alforjes para o caminho, nem duas túnicas, nem alparcas, nem bordões [...]. E em qualquer cidade ou aldeia em que entrardes, procurai saber quem nela seja digno, e hospedai-vos aí, até que vos retireis.[26]

O jovem tomou essas palavras literalmente, e com o novo nome de Francisco de Assis,[4] adotou uma vida de pobreza, despojando-se de todos os luxos de sua criação burguesa para se tornar um mendigo viandante e pregador trajando um surrado hábito cinza. Rejeitava quaisquer regozijos ou propriedade pessoal, preferindo andar descalço pelas montanhas da Itália, dizendo a todos que o ouvissem que deveriam se arrepender de seus pecados ou enfrentar a ira de Deus.

Francisco logo reuniu um grupo de seguidores, e em 1209 os organizou como a Ordem dos Frades Menores (também conhecida como a Ordem dos Irmãos Menores ou Inferiores e, mais tarde, como franciscanos). Os frades seguiam uma regra clara e descomplicada que Francisco desenvolveu baseado em uns poucos versículos dos Evangelhos. Como os

templários, Francisco e seus seguidores faziam um juramento de obediência, castidade e pobreza. Mas as semelhanças paravam por aí; na verdade, a aparição de Francisco em Damieta em 1219 foi um lembrete do quanto os irmãos que lá lutavam tinham se afastado do caminho de vida visualizado por seus fundadores.

Havia um século que Hugo de Payns instituíra a Ordem dos Cavaleiros Pobres do Templo de Salomão em Jerusalém. Durante esses cem anos os templários tinham se transformado de indigentes pastores das estradas de peregrinos, dependendo de caridade para comer e se vestir, em um grupo paramilitar sem fronteiras e autossustentável, financiado em larga escala por negócios e administração de propriedades.

Francisco de Assis não era exatamente tão ingênuo quanto parecia – uma das evidências foi ter conseguido que sua ordem fosse abençoada pelo Papa Inocêncio III. Mas sua postura pessoal era um contraponto chocante à dos oficiais mais graduados do Templo. Enquanto Francisco vagava descalço e livremente, os templários eram atores políticos com contatos nas cortes reais de toda a Europa, magnatas e proprietários cujas terras se estendiam da Escócia à Sicília, homens de combate capazes de construir gigantescas bases anfíbias em zonas de guerra e peritos em finanças cooptados pelo maquinário burocrático dos principais reinos da cristandade. Enquanto Francisco liderava sua nova ordem com nada além de uma bata lanosa jogada sobre os ombros

magros e as palavras dos apóstolos nos lábios, a regra dos templários concedia a Pierre de Montaigu o direito a quatro cavalos de batalha, até quatro animais de carga, um séquito pessoal que incluía um capelão, um secretário, um valete, um sargento, um ferreiro, um tradutor sarraceno, um turcópolo e um cozinheiro, uma guarda de três homens, uma caixa-forte para guardar todos os seus valores e um aposento privado para seu uso em qualquer palácio templário pelo qual passasse.[27] Os templários eram respeitados e valorizados em todo o mundo cristão, mas certamente não podiam mais ser considerados como ascetas radicais e independentes.

Ao chegar a Damieta, Francisco se ofereceu como negociador. Afastou-se do acampamento cristão e se apresentou ao exército egípcio acampado ali perto. Uma vez lá, pediu para falar com Al-Kamil, para mostrar ao novo sultão os erros de sua fé. Segundo Jacques de Vitry, cronista e bispo de Acre, Francisco "pregou para os sarracenos por alguns dias, mas com poucos resultados".[28] O sultão recusou educadamente sua oferta de empreender uma miraculosa caminhada através do fogo como prova dos favores de Deus e mandou aquele jovem excêntrico de volta aos dele. Só o bom humor de Al-Kamil salvou Francisco de ser sumariamente decapitado, um destino que muitos irmãos templários haviam sofrido ao longo dos anos.

Como nem um ataque direto nem os argumentos de um íntegro frade conseguiram subjugar Damieta, só restava ao

exército cruzado esperar até a guarnição da cidade chegar à beira da inanição. Isso só aconteceu em setembro de 1219, quando o cerco já durava dezoito meses. Oliver de Paderborn soube de relatos de extremos de fome dentro da cidade, acompanhados de surtos de doenças.[29] Enviados de Al-Kamil fizeram uma proposta de paz para que os cristãos abandonassem Damieta, recebendo em troca "o reino de Jerusalém inteiramente", com exceção dos castelos de Queraque e Montreal na Transjordânia, situados numa rota por terra crucial por ligar o Egito a Damasco.[30]

Para muitos dos exaustos cruzados – particularmente franceses, alemães e ingleses – pareceu um acordo muito bom. Afinal, era Jerusalém que eles queriam. No entanto, Pelágio, o representante do papa, liderou uma facção em favor de continuar o ataque a Damieta a qualquer custo, argumentando que, como os muçulmanos que ocuparam Jerusalém haviam destruído as defesas da Cidade Sagrada, seria impossível mantê-la, e retirar-se agora seria cair numa armadilha e se arriscar a acabar sem nada. O argumento foi apoiado pelos irmãos Montaigu, e ao menos no curto prazo pareceu que eles tinham razão. A despeito das rancorosas discórdias entre os líderes cruzados, o cerco continuou, e em novembro de 1219 os defensores da cidade estavam fracos a ponto de um colapso. Em 5 de novembro houve um ataque com escadas bem-sucedido às muralhas, os cruzados conseguiram invadir a cidade e depararam com uma visão horripilante: "ruas juncadas de cadáveres,

apodrecendo de fome e pestilência".[31] Jacques de Vitry escreveu que "o cheiro e o ar poluído eram mais do que a maioria das pessoas conseguia suportar".[32] Ouro, prata, sedas e escravos foram saqueados das lojas e casas, enquanto clérigos andavam pelas ruas à procura de crianças sobreviventes, quinhentas das quais foram batizadas à força para se tornarem cristãs.

Com a queda de Damieta, Al-Kamil bateu em retirada Nilo acima, deixando os cruzados se divertindo. Em 23 de novembro, eles tomaram a cidade fortificada de Tânis, ali perto, enquanto os templários partiram para o ataque à cidade costeira de Burlus. Segundo Oliver de Paderborn, dois dias de marcha "resultaram em muitos espólios – cerca de duzentos camelos e o mesmo número de prisioneiros, cavalos, mulas, bois e jumentos, roupas e muitos móveis residenciais", embora tenha exaurido os cavalos dos templários, muitos dos quais morreram de desidratação.[33] Quando voltaram, membros da nova Ordem Teutônica correram para recebê-los. A diferença de capacidade militar entre as duas ordens se mostrou flagrante, pois os cavaleiros teutônicos partiram sem besteiros nem arqueiros para defender suas tropas: foram emboscados por um destacamento muçulmano, e seu preceptor, o marechal e muitos outros irmãos foram feitos prisioneiros.

Em meados do ano de 1220, os templários já estavam na periferia de Damieta havia mais de dois anos, e mais entranhados que nunca nos meandros de uma cruzada.

Desde a proclamação da Quinta Cruzada por Inocêncio III, os irmãos templários vinham ajudando a recolher o imposto papal conhecido como um vigésimo: ocupando comissões ao lado dos hospitalários e clérigos locais para contabilizar o dinheiro coletado por todos os reinos da cristandade, que era distribuído em bases regionais para levar o maior número de pessoas a participar da cruzada.[34]

Uma carta escrita pelo Papa Honório ao cardeal, em 24 de julho daquele ano, ilustra o quanto templários e hospitalários estavam envolvidos na estrutura básica de transferências financeiras. A preocupação de Honório era que nenhuma parte do imposto das cruzadas exigido pela linha de frente do esforço de guerra chegasse ao Egito via Roma, para que não houvesse suspeitas de corrupção papal ou de desapropriação de fundos. Tratava-se de um nobre objetivo, mas que requeria uma maneira descentralizada de transferir dinheiro, bem como homens de Deus confiáveis com presença em todos os reinos envolvidos na cruzada e a capacidade prática de movimentar grandes quantidades de moeda e bens de forma segura. Os templários, os hospitalários e a nova Ordem Teutônica eram os agentes ideais.

Honório reconheceu em sua carta que as ordens militares eram realmente capacitadas para movimentar grandes quantias. Em seguida relacionou algumas das recentes transferências dos templários da Europa a Damasco: 5 mil marcos de ouro, pagos diretamente da câmara papal; 13 mil

marcos recolhidos na Inglaterra e transportados por quatro templários chamados Hugo de Saint-George, Jean de Novill, Gerald de Soturririo e "Roger o inglês da aldeia de Angles"; 1.711 marcos arrecadados na Hungria e entregues em conjunto com os hospitalários húngaros; outros 5 mil marcos levantados na Inglaterra e transferidos por intermédio do tesoureiro templário de Paris, o irmão Haimard; 6 mil onças de ouro coletadas na França e também encaminhadas via o escritório de Haimard em Paris; uma grande quantidade de moedas da Espanha e de Portugal, que chegava a mais de 25 mil peças de ouro e mais de 5 mil libras em diferentes unidades monetárias.

Eram transferências significativas e uma prova da fé do papa na probidade e capacidade dos templários. "Por termos nos acostumado a enviar o imposto e outros dinheiros mais frequentemente por meio dos irmãos do Templo e do Hospital, não temos outros intermediários nos quais possamos depositar mais confiança", escreveu Honório – mesmo assim ele pediu para Pelágio continuar vigilante e informá-lo no momento em que suspeitasse de que quaisquer fundos fossem desviados ao ser transportados ao Egito.[35] Em outras cartas enviadas durante a Quinta Cruzada, Honório manteve uma posição semelhante, alertando seus correspondentes de que deveriam desconsiderar boatos sobre corrupção ou impropriedades imputadas às ordens, pois, "se os templários e hospitalários não gastassem dinheiro diariamente com seus sargentos,

seus besteiros e outros combatentes necessários [...] o exército seria totalmente incapaz de continuar em Damieta".[36]

Os templários estavam desempenhando um papel vital no financiamento da cruzada e na defesa da recém-tomada cidade de Damieta, mas a concentração de seus homens e recursos no Egito começava a causar problemas em outros lugares, especialmente no Château Pèlerin, que no fim do verão de 1220 encontrava-se sob ataque de forças comandadas pelo sultão de Damasco, Al-Muazzam, irmão de Al-Kamil. A exemplo dos anos 1160, os templários não conseguiam lutar de forma eficaz na Palestina e no Egito ao mesmo tempo.[37] Em setembro de 1220, Pierre de Montaigu estava de volta em Acre e conseguiu descrever o problema já conhecido em carta a seu amigo Nicholas, bispo de Elne, nos distantes Pirineus. Al-Muazzam estava mais encorajado, escreveu com apreensão:

> Percebendo que as cidades de Acre e Tiro não estavam suficientemente guarnecidas por cavaleiros e soldados para se oporem, [ele] continuamente causou sérios danos a esses lugares, tanto sigilosa como abertamente; além disso ele vinha com frequência fazer seu acampamento diante do nosso assentamento, que é chamado de Peregrinos [i.e., Château Pèlerin] causando todos os tipos de danos; ele também sitiou e assediou o castelo de Cesareia

> na Palestina, apesar da maioria dos Peregrinos estar em Acre.[38]

A situação em Damieta, à qual Montaigu também estava atento, ficava cada vez mais confusa, aumentando as grandes discordâncias estratégicas entre os comandantes cruzados. Pierre explicou que Al-Kamil reunia um grande exército Nilo acima, e que eles corriam perigo ao ignorar:

> O enviado do papa e o clérigo, desejosos de fomentar a causa do exército cristão, frequente e fervorosamente exortam as pessoas a empreender um ataque aos infiéis, mas os nobres do exército, assim como os das províncias transmarinas e os do nosso lado da água, considerando que o exército não era suficiente para a defesa das cidades supracitadas [...] não consentiam com esse plano.

Embarcações sarracenas circulavam pela costa egípcia. Recursos eram ampliados. Informações vindas do Oriente diziam que o perigoso Al-Ashraf, irmão de Al-Kamil e de Al-Muazzam, estava consolidando seu poder, e logo poderia chegar a Acre, Antioquia, Trípoli ou Egito. Se fizesse isso, considerou o mestre templário, todos "estariam em maior perigo, e se ele estivesse para sitiar qualquer um de nossos castelos, não seríamos de forma alguma capaz de rechaçá-lo".[39]

Em 1221, Pierre de Montaigu voltou ao Egito. Estava lá em junho, quando Al-Kamil fez uma proposta de paz negociada com os cristãos, mais ou menos na mesma linha da trégua oferecida dois anos antes. Tendo visto pessoalmente o perigoso estado das coisas na Palestina, o mestre templário insistia então numa aceitação da proposta, mas foi derrotado. Ficou decidido por Pelágio, Jean de Brienne e outros que era chegada a hora de derrotar o exército egípcio de uma vez por todas. Pierre de Montaigu perdeu para a maioria e, portanto, concordou em apoiar uma alternativa radical: um avanço rio acima para incitar os egípcios à luta. Foi um movimento corajoso, mas decidido perigosamente tarde. Enquanto os cruzados hesitavam no ano anterior, Al-Kamil e seus aliados em toda a região preparavam uma armadilha, que estava pronta para ser acionada.

Em uma carta a Alan Martel, o preceptor templário da Inglaterra, Pierre de Montaigu, descreveu mais tarde a desastrosa marcha contra o exército de Al-Kamil.[40] Em 29 de junho de 1221, o exército cristão partiu de suas barracas ao lado da cidade de Damieta e começou a subir pela margem do rio, acompanhado por galés. À frente deles, o exército de Al-Kamil começou a recuar, abandonando suas posições e evitando o confronto. Parecia bom demais para ser verdade. Os cruzados avançaram ansiosamente, com os templários na retaguarda, atacando aldeias no caminho e disparando suas balestras em qualquer muçulmano que avistassem. O cronista Ibn al-Athir escreveu que “eles e cada

um deles estavam convencidos de que iriam conquistar o Egito".[41] Mas alguns começavam a ter dúvidas. Jean de Brienne ficou apreensivo pela penetração muito funda do exército em território desconhecido, e muitos concordavam com ele. Segundo Montaigu, cerca de 10 mil homens abandonaram o exército sem permissão, e desapareceram.

Atrás dos cruzados, reforços enviados pelos irmãos de Al-Kamil na Síria seguiam a marcha dos cristãos a pé e de barco. Pior que isso, as águas do Nilo começaram a subir. Apesar de se encontrar na região havia mais de dois anos, o exército cruzado não entendia a complexa rede de canais naturais ou construídos que alimentava o rio. Tampouco compreendiam os ritmos sazonais variáveis das águas, que subiam rapidamente no fim do verão e em geral transbordavam das margens, mas que só tinham provocado enchentes fracas durante o curto período em que estiveram no Egito. Al-Kamil conhecia muito bem o ritmo do rio, e no fim de julho os cruzados continuaram avançando num terreno cada vez mais perigoso, com os barcos e soldados muçulmanos os perseguindo, bloqueando o rio e barrando o caminho de volta a Damieta.

Em 10 de agosto, os cruzados pararam diante do acampamento fortificado de Al-Mansurah, onde o grande trecho do rio que banhava Damieta se dividia em outro braço fluvial, conhecido como Tânis (o forte Tânis, perto do lago Manzala, ganhou seu nome a partir desse trecho do rio). Os cristãos ficaram totalmente cercados, pois o rio estava

bloqueado por trás, enquanto tropas muçulmanas tinham tomado posições barrando todos os caminhos por terra ao lado do rio. Duas semanas depois, o Nilo transbordou, e suas águas arrastaram na enxurrada quase todo o comboio de bagagens dos cruzados. "O exército de Cristo perdeu seus cavalos de carga, equipamentos, alforjes, carretas e praticamente todos os seus suprimentos essenciais nos pântanos", escreveu Pierre de Montaigu.

Isso já seria ruim o bastante, mas Al-Kamil ainda tinha uma carta na manga. Para regular as águas das enchentes do Nilo, os agricultores locais cavavam canais e canaletas. O sultão ordenou que as comportas secundárias fossem ajustadas de forma a fluir o máximo de água possível na direção dos cruzados. O terreno onde o exército marchava transformou-se numa lama espessa e densa, imobilizando as tropas. Nem os templários conseguiram lidar com o pânico estabelecido entre os homens amedrontados que tentavam sair do grande lamaçal. Os cruzados foram apanhados, escreveu Pierre de Montaigu, "como peixes numa rede". A marcha fora detida. Em 28 de agosto, Pelágio percebeu que não havia nada a fazer a não ser se render.

A generosidade do sultão – que pareceu abundante em conferências anteriores – evaporou. Ele chamou Jean de Brienne a sua tenda e informou ao rei de Jerusalém, educadamente porém com firmeza, que todos os homens dele morreriam de fome se os latinos não concordassem com os novos termos de um acordo de paz: Damieta e o forte de

Tânis deveriam ser devolvidos, e os exércitos que ocupavam o norte do Egito teriam de se retirar. Os muçulmanos escravizados em Acre e em Tiro deveriam ser libertados. Era preciso uma garantia de oito anos de paz. Foi uma rendição incondicional. Jean não teve escolha a não ser concordar.

Montaigu ouviu tudo isso e entendeu muito bem: ele fez parte de uma delegação enviada a Damieta para comunicar as humilhantes notícias. De início a derrota foi recebida com surpresa. Em seguida, irrompeu um tumulto, quando casas foram destruídas. Depois, cabisbaixos, os homens que ocupavam Damieta se prepararam para partir. Rio acima, o exército começava seu caminho de volta, enlameado, molhado e faminto. Só foram salvos da inanição em sua lenta e dolorosa retirada porque Al-Kamil, com a magnanimidade de um homem que havia conseguido uma vitória total, concordou em providenciar pão para quinze dias para eles saírem do Egito e retornarem ao depauperado reino de Jerusalém. Como parte do protocolo da rendição, Jean de Brienne e Pelágio se submeteram a um curto período de honorável cativeiro. Não durou muito tempo, e logo os dois estavam a caminho de Acre, exaustos e derrotados. "Solidarize-se conosco em nosso infortúnio", escreveu Montaigu ao colega templário Alan Martel na Inglaterra, quando descreveu tudo isso com tristes detalhes. "E preste-nos toda a ajuda que puder."

O fracasso abrupto e altamente constrangedor da Quinta Cruzada refletiu mal em todos os envolvidos. Mais uma vez,

grandes quantidades de dinheiro foram gastas para atacar as posições do inimigo sem ganhos permanentes. Jerusalém continuava nas mãos dos muçulmanos. Os escritores cristãos retomaram suas habituais explicações chorosas para esse lamentável resultado. Pierre de Montaigu escreveu sobre "o desastre que recaiu sobre nós na terra do Egito por causa de nossos pecados".[42] Compreensivelmente desalentado, o Papa Honório concentrou muito da culpa em Frederico II Hohenstaufen, consagrado por ele como imperador do Sacro Império Romano em 1220, com a absoluta certeza de que ele retribuiria o favor aderindo finalmente à cruzada. Mas Frederico se evadiu, se omitiu e se eximiu de sua obrigação, preferindo se concentrar nos complexos problemas políticos pertinentes ao seu posto de governante mais poderoso do Ocidente. Muitos anos mais se passariam até que ele finalmente chagasse ao Oriente. Porém, quando isso aconteceu, as consequências para os templários foram dramáticas.

15

“Animosidade e ódio”

✢

Pierre de Montaigu prostrou-se no chão e beijou os joelhos do imperador. Ao seu redor, soldados e aldeões vibravam de exaltação. Era setembro de 1228 e toda a população de Acre viera assistir à chegada de Frederico II Hohenstaufen ao Oriente, o mais poderoso príncipe do Ocidente, apoiado por uma frota de setenta galés e milhares de homens.[1] Até mesmo o sultão do Egito registrou a ocasião, mandando ao ilustre visitante presentes de ouro e prata, sedas e joias e diversos animais exóticos que incluíam camelos, elefantes, ursos e macacos. A Terra Santa já havia recebido muitos convidados importantes ao longo dos anos, mas poucos eram tão ilustres como o imperador do Sacro Império Romano, um

homem com uma aura tão singular e tal capacidade intelectual que seus admiradores o chamavam de *stupor mundi*: a maravilha do mundo.

À primeira vista, deve-se reconhecer que ele não parecia tudo isso. Frederico era de altura média, meio calvo, míope e com o rosto sempre corado. Tinha membros fortes e um bom físico, mas lhe faltava a barba cheia que sinalizaria sua masculinidade inquestionável, apesar de estar a poucos meses de completar 34 anos, quando chegou a Acre, em setembro de 1228. Toda sua vida fora como rei: coroado como regente da Sicília aos dois anos de idade, reconhecido como rei dos alemães quando fez 21 e formalmente eleito imperador do Sacro Império Romano em 1220, aos 26 anos. Agora ele acrescentava uma peça final aos seus domínios, tendo chegado de navio a Acre via Chipre para assumir o posto de rei de Jerusalém e lançar uma cruzada contra o sultão que ocupava a Cidade Sagrada.

Colecionar títulos era uma das especialidades de Frederico, e a Coroa de Jerusalém chegara até ele por meio de um casamento. Em 1225, ele tinha se casado com a filha de 13 anos de Jean de Brienne, Isabella, a legítima rainha de Jerusalém, e, como parte do acordo, Frederico assumiu os direitos do pai dela de agir como governante titular do reino latino. Três anos depois, Isabella deu à luz um filho, que eles chamaram de Conrad. Infelizmente para ela, mas de alguma forma para sorte de Frederick, Isabella morreu de febre puerperal pouco depois, deixando no colo de Frederico um

bebê que seria o herdeiro do reino latino. Portanto, sua cruzada de 1228 era uma missão com dois objetivos: recuperar Jerusalém e assumir a Coroa. Teoricamente, o reino era de Conrad, mas tecnicamente isso não contava muito na opinião de Frederico. Ele estava determinado a se tornar o próximo rei cristão da Terra Santa, e ai de quem se interpusesse em seu caminho.

O que lhe faltava em estatura física, Frederico compensava amplamente com força de sua personalidade. Um escritor que o conheceu admitiu que ele era:

> Um homem habilidoso, perspicaz, ambicioso, arbitrário, malicioso, mal-humorado. Mas às vezes era um homem de valor, quando desejava revelar suas características boas e corteses, solidário, espirituoso, adorável, trabalhador. Sabia ler, escrever e cantar e compunha músicas e canções. [...] Também falava muitas línguas diferentes. [...] Se tivesse sido um bom católico e amasse Deus [...] poucos se igualariam a ele.[2]

A acusação de não ter fé em Deus o perseguiria por toda vida, pois dizia-se que em particular ele zombava de todas as fés, enquanto em público cercava-se de criados de aparência exótica, extraídos da população muçulmana da Sicília, além de seus habituais servos cristãos. O ceticismo parece ter sido uma das consequências de uma mente curiosa e inquisitiva, que se deliciava tanto com descobertas

científicas como com prazeres artísticos e com a emoção dos esportes, em especial a caça com pássaros, na qual se considerava a maior autoridade sobre a Terra.

Era assim então o homem cujos joelhos Pierre de Montaigu se abaixara para beijar. Mas Montaigu não tinha se curvado em reconhecimento à erudição do imperador. Foi mais por causa de uma atitude precavida de acomodação política entre a Ordem do Templo e o líder da mais recente missão cruzada a chegar ao Oriente. Fossem quais fossem os motivos de Frederick, ele era o rei mais prestigiado a visitar a Terra Santa desde Ricardo Coração de Leão, trinta anos antes. As ordens militares tinham o dever de trabalhar com ele o melhor possível, tendo prometido manter a paz entre Frederico e Jean de Ibelin, lorde de Beirute, um poderoso governante local extremamente desconfiado da chegada do imperador. Infelizmente para os templários e para o imperador, a genuflexão de Montaigu foi uma farsa. Em poucas semanas a relação entre eles se dissolveu a ponto de descambar para a violência.

Frederico nunca teve muita ligação com os templários ou com a Terra Santa antes de seu encontro com o mestre da ordem em Acre, e boa parte da sua personalidade e de suas políticas pareciam um mau agouro. Para começar, era difícil não perceber que no fundo Frederico não era um entusiasta das cruzadas, e talvez com boas razões. O trabalho de administrar uma enorme e complexa herança política como o Sacro Império Romano não deixava muito espaço para se

envolver profundamente nas questões do Oriente, e a experiência relativamente pequena que a dinastia Hohenstaufen mostrara nas guerras do Oriente não era muito promissora. O avô de Frederico, Frederico I Barbarossa, morrera afogado na Ásia Menor a caminho da Terceira Cruzada, e o feito mais notável do pai, o imperador Henrique VI, fora manter Ricardo Coração de Leão refém quando ele voltou de Acre para casa. Henrique VI devolveu Ricardo para a Inglaterra em troca de 100 mil marcos, e de imediato gastou essa monstruosa quantia na conquista do reino da Sicília.[3]

O próprio reinado de Frederico II também levantava inúmeras razões para desconfiança. Há muito os templários e hospitalários tinham uma presença bem estabelecida na ilha da Sicília, mas na minoridade de Frederico eles foram postos de lado pela recém-formada Ordem Teutônica, que lutou agressivamente para ganhar proeminência sobre suas contrapartes já estabelecidas. Alguns consideraram isso muito perigoso, e inúmeros cavaleiros da Sicília vieram ao Oriente para se juntar à Ordem do Templo apenas para escapar da má vontade do imperador.[4]

Um dos principais assessores de Frederico era o mestre da Ordem Teutônica, Hermann de Salza, um político extremamente capaz e muito respeitado por seus homens. Sob a influência de Hermann, Frederico isentou de impostos a Ordem Teutônica em todas as suas importações e exportações da Sicília, aprovando formalmente seu pedido

pelas mesmas “liberdades, de alfândega e todos os direitos” usufruídos pelos templários e pelos hospitalários. Em 1221, Frederico fez uma bem-sucedida petição ao Papa Honório III para garantir aos irmãos alemães liberdade de supervisão e de impostos religiosos. E quando se casou com Isabella II, em 1225, tornando-se o rei de Jerusalém, Frederico usou seus novos poderes para conceder à Ordem Teutônica imunidade total de todos os poderes seculares no Oriente.[5] Tudo isso preocupava os templários, cujo modelo de sucesso se apoiava nos altos favores de reis ocidentais e em seu status especial.

Finalmente, havia o fato de Frederick ser notoriamente escorregadio. Duas vezes ele já havia feito o voto de participar de uma cruzada: em 1215, quando foi coroado rei dos alemães, e novamente em 1220, quando coroado imperador. Demorou mais de uma década para ele ir à Terra Santa, e mesmo assim chegou um ano atrasado, alegando que estivera doente. Enfim a paciência papal se esgotou e, um tanto ironicamente, quando chegou afinal em Acre com uma cruzada, em setembro de 1128, estava com a ira feérica do papa soprando contra ele.

A principal razão para essa mudança de atitude foi a eleição de um novo papa. Honório III morreu em março de 1227, sendo substituído por um italiano mais velho, porém estridente, conhecido como Papa Gregório IX. Rabugento, porém sagaz, era fácil cair em desgraça com ele, e, durante o seu papado, investiu contra estudantes hereges em Paris,

pagãos no Báltico e até mesmo contra os gatos, que ele suspeitava serem uma encarnação de Satanás. Instituiu a Inquisição para erradicar a heresia por toda a Europa e decretou medidas severas para perseguir judeus, ordenando queimas maciças em público do Talmude.

No entanto, antes de chegar aos gatos, aos hereges e aos judeus, Gregório voltou sua atenção ao Sacro Império Romano. Sua primeira medida significativa como papa foi excomungar Frederico, como castigo por sua constante procrastinação. Numa bula papal anunciando sua decisão, repreendeu o imperador por "deixar de lado todo o temor a Deus, não prestar reverência a Jesus Cristo e dar pouca atenção às censuras da Igreja", posicionando-se contra um homem que tinha "abandonado o exército cristão, deixado a Terra Santa exposta aos infiéis, desprezado a devoção do povo de Cristo e, para desgraça de si mesmo e do cristianismo, deixando-se seduzir pelos prazeres habituais de seu reino".[6] A bula de excomunhão chegou a Acre logo depois do imperador, estremecendo qualquer pretensão de boa-fé entre Frederico e os templários, assim como o hábito do imperador de se lançar em amargas diatribes sobre o injusto papa. O resultado foi que, uma semana depois da vênia teatral de Pierre de Montaigu, a ordem já estava batendo cabeça com o monarca secular mais poderoso do Ocidente, que comandava o que veio a ser conhecida como a Sexta Cruzada.

A rixa começou com a decisão do imperador de marchar de Acre para o sul em direção a Jaffa, em 15 de novembro, para uma conferência com o sultão do Egito. O poder no mundo aiúbida ficou emaranhado depois que Al-Muazzam, governador de Damasco, morreu de disenteria em 12 de novembro de 1227, sendo sucedido por seu filho Al-Nasir, de vinte anos.[7] Preferindo uma consolidação política a uma família feliz, Al-Kamil tentou depor o sobrinho e tomar Damasco para si. A encrenca atraiu um terceiro membro da família, Al-Ashraf, governador de Jazira, resultando em outro período difícil de instabilidade no império aiúbida no Egito e na Síria.

Percebendo uma oportunidade, Frederico decidiu que poderia usar ao máximo essa discórdia para recuperar parte dos territórios perdidos pelos cristãos. Com os poucos homens de que dispunha, uma campanha total de conquista contra os aiúbidas era irrealista. Ainda assim, uma demonstração de unidade de todos os Estados latinos poderia ser suficiente para persuadir Al-Kamil a fazer concessões – talvez até a devolver a própria cidade de Jerusalém. Com sua experiência na Sicília, onde muçulmanos e cristão se miscigenavam, Frederico estava mais familiarizado que qualquer líder cruzado anterior com as características e os costumes do mundo muçulmano, tanto assim que abundavam histórias injuriosas de sua "alegria de viver do jeito dos sarracenos", inclusive uma predileção por "dançarinas que também cantavam e rebolavam". Deixando

de lado seus gostos pessoais, Frederico estava confiante em que uma demonstração de força seguida por uma conferência de paz seria uma estratégia frutífera.[8]

Já templários e hospitalários viam as coisas de outro modo. Aliados ao mordaz e autoritário patriarca de Jerusalém, Gerold de Lausanne, se recusaram a marchar com o exército de Frederico, argumentando que seria uma desgraça se associar a um homem que fora excomungado pela Igreja. As palavras do Papa Gregório sobre a questão foram claras: "Nós ordenamos que ele seja estritamente evitado por todos". Pierre de Montaigu e o novo mestre dos hospitalários, Bertrand de Thessy,[1] decidiram cumprir seus deveres ao pé da letra. Os dois concordaram em seguir o exército, porém mantendo distância de um dia de marcha – o suficiente para estar honrosamente presentes, mas praticamente inúteis.

Frederico não era um homem acostumado a ser contrariado. Reagindo à frustração de seus desejos, voltou-se ao Château Pèlerin, a grande fortaleza litorânea dos templários ao sul de Acre. Era uma das possessões mais espetaculares e valiosas dos templários em ultramar, tão importante para a ordem que o mestre e muitos irmãos saíram de Damieta para defendê-la de Al-Muazzam durante a Quinta Cruzada.[9] Também estava convenientemente situada na estrada entre Acre e Jaffa. Frederico parou diante do castelo e exigiu que os templários o entregassem para ser

ocupado por seus soldados – e com isso quase certamente pretendendo transferi-lo para a Ordem Teutônica.

Logo se chegou a um impasse. Frederico ficou furioso com os templários, mas não estava em posição de dedicar tempo e recursos preciosos para tomar um castelo construído por peregrinos cristãos de acordo com os mais altos padrões militares. Na opinião de um escritor, ele estava cometendo uma "grande traição" só de pensar nisso.[10] Os templários no Château Pèlerin fortificaram as portas para os homens do imperador e simplesmente ficaram esperando que fossem embora. Frederico recuou, mas o gesto foi o suficiente para assegurar sua duradoura contrariedade. Depois, os templários afirmaram que o imperador "queria matá-los" traiçoeiramente, enquanto contatos do imperador ouviram dizer que os templários planejavam assassinar o imperador primeiro.

As coisas não melhoraram nos meses seguintes, quando Frederico chegou a Jaffa e passou o inverno pressionando Al-Kamil por um acordo pelo qual a cidade de Jerusalém pudesse ser aberta novamente aos veneradores cristãos. O imperador era truculento, mas não bobo, e tinha avaliado a situação dos aiúbidas com precisão. A luta interfamiliar por Damasco era a principal preocupação de Al-Kamil, e o sultão via a paz com os cristãos como uma considerável vantagem para seus propósitos. De sua parte, Frederico tinha um talento natural de encantar os que considerasse valer a pena fazê-lo, e sua simpatia pela cultura islâmica – "o imperador

vivia e se vestia como um sarraceno", protestava o patriarca Gerold – o ajudou a obter uma paz em termos mais favoráveis que quaisquer outros arquitetados desde a queda de Jerusalém em 1187.[11]

Em 18 de fevereiro de 1229, Al-Kamil concordou formalmente em ceder a Cidade Sagrada e o Santo Sepulcro à governança cristã em troca de uma trégua de dez anos. Tanto cristãos como muçulmanos teriam acesso à cidade, e os cristãos seriam reconhecidos como os legítimos governantes de Belém, Nazaré, Sidon, Jaffa e Acre. O reino dos cruzados, desmembrado havia mais de quatro décadas, era então parcialmente restaurado. Mais uma vez incluía todo o litoral entre Jaffa e Beirute, em alguns lugares penetrando para o interior até o rio Jordão. Jerusalém poderia passar por algumas reformas, embora os dois lados tivessem opiniões diferentes quanto ao que significava reconstruir as muralhas defensivas que os aiúbidas haviam derrubado uma década antes para evitar que um exército cristão ocupasse uma cidade que não poderia jamais ser reconquistada. Não seria uma reversão de tudo que fora feito por Saladino, e menos ainda uma repetição das milagrosas proezas realizadas em 1099 pela Primeira Cruzada. De qualquer forma era um feito extraordinário, que Frederico trombeteou em carta para seu jovem primo Henrique III, o rei Plantageneta da Inglaterra. "Nestes poucos dias, por um milagre mais do que pela força, essa questão foi levada a uma conclusão que [...] muitos chefes e governantes do

mundo [...] nunca puderam até agora conseguir pela força", escreveu.[12] O poeta e cruzado alemão Freidank ponderou: "O que mais os pecadores podem desejar além do Sepulcro e da Santa Cruz?".[13] Muitos fiéis a Cristo teriam concordado. Ainda que a Vera Cruz não tivesse sido devolvida – tendo aparentemente desaparecido em Damasco –, a Cidade Sagrada seria mais uma vez ocupada pelos cristãos. Os templários, contudo, não se deixaram impressionar.

O lugar mais importante de Jerusalém para os cristãos era o Santo Sepulcro, pois naquela magnífica igreja se encontrava a tumba de Cristo, recoberta por uma espessa laje de mármore e venerada por todos os peregrinos que se dirigiam à Terra Santa. A recuperação de Jerusalém era sem dúvida importante por uma questão de orgulho; e, claro, como qualquer outra grande cidade no Mediterrâneo oriental, trazia benefícios comerciais para os mercadores cristãos. O Sepulcro, porém, era o mais importante. Mas para os templários havia outro local muito importante: o lugar que eles chamavam de o Templo de Salomão, onde sua ordem havia sido criada e que a abrigara entre 1119 e 1187. O Templo era a casa deles, de onde tinham sido exilados. Sua devolução era questão de uma importância profunda e definitiva para sua dignidade como ordem, mas que não fora levada em conta nas negociações de Frederico.

"Os francos assumiram Jerusalém e os muçulmanos se sentiram indignados e consideraram uma coisa monstruosa", disparou o cronista Ibn al-Athir ao ser

informado do acordo fechado entre Frederico e Al-Kamil. “Isso os fez sentirem uma fraqueza e uma dor além de qualquer descrição.”[14] Na verdade, a perda da cidade para os gentios cristãos não foi total, pois não incluía o Monte do Templo. Para os muçulmanos, este era o Haram al-Sharif, contendo a mesquita de Al-Aqsa e a Cúpula da Rocha: o local mais sagrado para o islã, depois de Meca e Medina. Quando conquistou Jerusalém, Saladino demoliu as construções exteriores ao redor da mesquita e lavou todo o local com água de rosas, restaurando as inscrições corânicas e instalando “mármores incomparáveis”, “mosaicos de ouro”, “lindos exemplares do Corão e belos estandes de leitura”.[15] Devolver a mesquita aos poluentes cristãos teria sido totalmente imperdoável, razão pela qual um dos termos cruciais no acordo de paz entre Frederico e Al-Kamil foi de continuar sob controle dos muçulmanos, para os peregrinos venerarem sem ser molestados ou cobrados. Não haveria nenhuma reforma na antiga sede dos templários. A ordem teria de se contentar com algum lugar não tão sagrado.

O assentamento de templários em outro local também foi limitado pelos termos do tratado. Algumas propriedades na estrada entre Jerusalém e Jaffa seriam devolvidas para que os irmãos pudessem supervisionar uma rota segura e direta do mar até a cidade, mas à parte isso, nas palavras do patriarca Gerold, “nenhum pé de terra seria devolvido”.[16] Château Blanc e Tortosa, dois dos maiores castelos da ordem no condado de Trípoli, seriam deixados “no estado em que

estavam" – em outras palavras, não poderiam ser reformados ou incrementados.[17] Em compensação, o tratado permitia que a Ordem Teutônica de Hermann de Salza continuasse construindo seu enorme castelo de Montfort, nas montanhas próximas a Acre, onde os irmãos alemães haviam chegado em 1227.

Para ser justo com Frederico, seu acordo não foi só calculado para afrontar os templários. A perda de Jerusalém era uma questão séria e precisava ser palatável para o sultão. Mas havia o suficiente nos termos do acordo para a ordem se sentir ofendida, e muitos motivos para suspeitar que o imperador havia feito uma trégua não para o bem de todos os francos do Oriente, mas para assegurar sua Coroa e proteger seus interesses comerciais, que dependiam de condições favoráveis ao comércio entre a Sicília e Jerusalém.[18] Mas o que eles poderiam fazer? Em 17 de março de 1229, Frederico rezou na igreja do Santo Sepulcro e, apesar de estar excomungado, pegou a coroa de Jerusalém de cima do altar e a pôs na cabeça. Hermann de Salza justificou o comportamento de seu patrono para a congregação assim que Frederico saiu da igreja, lembrando a todos que o imperador tinha conseguido algo realmente histórico. "É quase impossível descrever a alegria das pessoas", relembrou mais tarde.[19]

Certamente era impossível descrever a alegria dos templários, pois não havia nenhuma. O mordaz cronista anti-imperial Filipe de Novara escreveu que, longe de ser

objeto de adulações gerais, "o imperador era agora impopular com todo o povo de Acre, [e] especialmente desprezado pelos templários".[20] Não demorou para que a animosidade se transformasse em rebelião ostensiva. Furiosos e sem nada a perder, os templários reuniram suas forças em Acre onde, acompanhados pelo patriarca Gerold, se prepararam para confrontar Frederico por ter se atrevido a estabelecer uma paz tão inócua.

Embora o objetivo do acordo de Jerusalém de 1229 fosse o de esfriar as tensões entre cristãos e muçulmanos na Terra Santa por dez anos, houve uma falha gritante. No fundo era um contrato entre o imperador e o sultão, que podia ser visto mais como um compromisso pessoal que algo envolvendo todos os príncipes e nobres de ambas as fés. Não era segredo que Frederico e Al-Kamil estavam apenas de passagem pela Palestina, que nenhum dos dois pretendia ficar. Frederico podia ser o novo rei coroado, mas também precisava cuidar de suas questões na Alemanha e na Itália, enquanto Al-Kamil tinha seus próprios deveres no Cairo. E, apesar de Al-Kamil ter concordado com uma trégua, nada indicava que seus familiares estavam preparados para recuar e aceitar seus vizinhos cristãos. Sem os homens que a conseguiram, a paz não significaria nada.

Para ressaltar esse ponto, o patriarca e os templários começaram a reunir tropas para marchar, primeiro para Damasco e subsequentemente contra Jerusalém, que planejavam assumir oficialmente em nome do papa. Era

claramente uma ideia absurda, nascida mais do veneno da desconfiança do que de uma estratégia militar realista; mas a animosidade pessoal já estava estabelecida e não poderia ser abandonada facilmente. O patriarca começou a acusar o imperador de violento, fraudulento e anticristo, afirmando que "da sola dos pés ao cocuruto da cabeça não poderia ser encontrado nada de bom-senso nele".[21] O imperador ficou furioso.

Chegando a Acre pouco antes da Páscoa de 1229, Frederico claramente enfrentou o patriarca e exigiu que fossem neutralizados os templários e o exército que estavam reunindo. Gerold disse ao imperador que não obedecia a ordens de excomungados. Irado, Frederico respondeu mandando os arautos da cidade reunir a população para que ele falasse às massas. Em seguida apresentou seu ponto de vista. "Ele falou com o povo e afirmou o que desejava: e no discurso queixou-se muito do Templo", escreveu Filipe de Novara.[22] Segundo o relato do patriarca, Frederico foi além disso:

> Ele começou a se queixar amargamente de nós, acumulando falsas acusações. Depois, voltando suas observações ao venerável mestre do Templo, tentou publicamente macular a reputação deste, com diversos discursos vãos, procurando assim atribuir a outros a responsabilidade por seus próprios erros que agora eram manifestos, e acrescentando no fim

> que nós estávamos mantendo tropas com o propósito de atacá-lo.

Frederico ordenou que os templários saíssem de Acre e anunciou que besteiros seriam posicionados nas portas para não permitir que os irmãos voltassem. “Em seguida ele fortificou com besteiros as igrejas e outras posições elevadas e em especial as que comandavam as comunicações entre nós e os templários”, reclamou Gerold. “E podem ter certeza de que ele jamais mostrou as mesmas animosidade e raiva contra os sarracenos.”[23]

Mantendo a palavra, o imperador ocupou Acre com soldados; para acalmar sua raiva, ainda mandou açoitar alguns frades pelas ruas. A casa dos templários em Acre foi cercada, soldados imperiais bloquearam o palácio do patriarca e durante cinco dias Acre se transformou numa zona de guerra. Frederico já estava excomungado, mas, para se garantir, o patriarca ameaçou estender o castigo a qualquer um que “ajudasse o imperador com assessoria ou serviços contra a Igreja, os templários, os outros monges da Terra Santa ou os peregrinos”.[24]

Frederico se viu restrito a duas opções: escalar o conflito ou se retirar. Escolheu a última, pois vinha recebendo notícias de que seus problemas na Sicília começavam a superar os que estava enfrentando em Acre. A devolução de Jerusalém seria o seu legado para a Terra Santa. Era hora de voltar para casa.

Assim que possível, Frederico preparou sua partida. Confiscou todas as armas que pôde dos arsenais de Acre e destruiu o que não pudesse ser embarcado, para que os templários não fizessem proveito delas. Soldados imperiais foram aquartelados na guarnição e a Ordem Teutônica supervisionava a cidade de seu castelo de Montfort, que se expandia cada vez mais. Frederico designou delegados conhecidos como *baillis* para administrar os reinos de Jerusalém e Chipre, que ele também tentou assumir durante sua visita. Escreveu cartas aos seus mais ilustres contatos no Ocidente, contando o seu lado da história. Então, em 1º de maio de 1229, partiu rapidamente para as docas de Acre para embarcar num navio para a Itália.

Quando foi embora, disse Filipe de Novara, deliciando-se com a oportunidade de menosprezar o imperador que odiava, "os açougueiros e os anciãos das ruas, que estavam mais descontentes, correram ao seu lado atirando tripas e pedaços de carne nele".[25] Frederico II Hohenstaufen, que chegara à Terra Santa sob uma chuva de beijos nos joelhos, foi embora com vísceras pendendo dos ombros. Uma forma infeliz de partir.

✢

A cruzada de Frederico II pode ter despertado mal-estar entre os cruzados e deixado para trás um insistente conflito entre as facções dos apoiadores do imperador e o baronato

liderado pela nobre família Ibelin e os templários, mas o acordo fechado com o sultão resultou num período de segurança geral para os Estados latinos, que perdurou até bem depois da partida do imperador. A restauração de territórios cristãos, iniciada com a Terceira Cruzada, evoluiu de forma significativa com a breve visita do imperador. O perigo existencial representado por Saladino três décadas antes ficou bem reduzido.

A partir de Jaffa, em direção ao sul, um longo trecho do litoral levantino voltou ao controle dos francos – com o domínio firme dos cristãos se estendendo por Acre e Tiro e, ao norte, até Tortosa e Margat, no condado de Trípoli. Além disso, o principado de Antioquia, apesar de muito menor que no auge do século XII, continuava sendo uma entidade política viável, enquanto Chipre era governada por reis da família Lusignan, a despeito das tentativas de Frederico de afastá-la e ficar com a ilha para si.

No fim dos anos 1230, novas levas de cruzados chegaram à Terra Santa, liderados por Richard, conde da Cornualha, pelo irmão de Henrique III da Inglaterra e por Theobald de Champagne, o rei-poeta de Navarra.[26] Essas missões, conhecidas como a Cruzada dos Barões, ocuparam ganhos territoriais de Frederico, reerguendo antigos assentamentos cristãos que incluíam os castelos de Beaufort, de Belvoir, Safed e Tiberíades ao norte, e Ascalão ao sul. Chegaram inclusive a pavimentar o caminho para os cristãos assumirem um maior controle de Jerusalém: em 1241 o

acesso de muçulmanos à cidade foi restrito, e cristãos foram readmitidos no Monte do Templo, uma situação que durou três anos, até a chegada dos saqueadores turcos corásmios, em agosto de 1244. Foi uma façanha particularmente miraculosa, descrita com orgulho em uma carta do alto comando templário ao preceptor da Inglaterra:

> Todos aqueles locais sagrados onde o nome de Deus tem sido invocado há 56 anos foram restaurados e purificados e, graças ao Senhor, os ofícios divinos são celebrados lá todos os dias. Esses lugares sagrados estão agora acessíveis e seguros para todos os visitantes.[27]

Ao menos nesse sentido, Frederico Hohenstaufen deixou bases mais favoráveis para um assentamento dos francos do que qualquer outro acontecimento desde a batalha de Hattin, em 1187.

O que se contrapunha a tudo isso eram as perpétuas lutas internas que Frederico havia deixado para trás. É verdade que muitas terras e castelos foram restaurados, mas havia pouca liderança consistente nos Estados latinos como um todo. A dinastia Hohenstaufen assumira a Coroa de Jerusalém, mas nem Frederico nem seu filho Conrad tinham a menor intenção de exercer o governo pessoalmente. Ressentimentos amargos separavam os apoiadores do imperador e de sua política de paz com os sultões aiúbidas no Egito dos que detestavam sua prepotente influência e

preferiam se aliar ao sultão de Damasco, adversário do Egito. As ordens militares ficaram divididas por essa linha, com os hospitalários apoiando o partido imperial e os templários do outro lado.

Em outros tempos, essa situação fragmentada poderia significar um ponto fraco para um ataque dos aiúbidas, mas durante os anos 1230 e início dos anos 1240, eles próprios estavam dilacerados por lutas e disputas por posições. O império sarraceno continuava grande em escopo – estendendo-se do Egito, de um lado do mar Vermelho, às cidades sagradas de Meca e Medina em Hejaz do outro, ao norte pelo vale do Jordão e a Palestina e a Síria e chegando a Jazira. Na realidade, porém, a governança era muito frágil nesse vasto território. Cairo e Damasco estavam quase sempre em litígio, preferindo buscar aliados cristãos contra o outro a se aliarem para destruí-los. Nenhum sultão aiúbida depois de Saladino conseguiu projetar sua personalidade ou sua presença com autoridade suficiente para unir esses territórios disparatados. O resultado foi que, pelo menos por certo tempo, uma espécie de equilíbrio precário foi estabelecido entre dois grupos religiosos que se encontravam igualmente desorganizados.

Para os templários, a estada de Frederico foi um acontecimento difícil e desagradável. Não havia nada de novo em suas decisões de buscar políticas próprias contra os desejos de um rei secular, nem de escolher um lado nas rancorosas disputas que lampejavam em meio à nobreza

latina. Afinal de contas, os templários haviam desafiado abertamente Amalric nos anos 1160 e se envolvido numa disputa pela sucessão de Antioquia nos primeiros anos do século XIII. Mas nunca antes tinham ido à guerra contra um rei ocidental coroado. E por isso sofreram as consequências. Uma das desvantagens de ser uma ordem internacional era que ofensas em um dos lados da cristandade poderiam ser punidas do outro. Quando voltou à Sicília, o imperador tomou atitudes severas contra os templários, "apreendendo e se apossando de suas propriedades móveis e imóveis", como mais tarde foi caracterizado.[28] Frederico não era bobo. Sabia exatamente qual era a melhor forma de ferir os templários: atacando a riqueza da ordem.

Pouco depois da partida do imperador, por volta de 1231 ou 1232, Pierre de Montaigu morreu. Um novo mestre foi eleito, Armand de Périgord, cuja família era da região de Dordogne, na França, mas cuja carreira na ordem o havia levado à posição de preceptor na Sicília e na Calábria. Assim, teve prosseguimento um padrão havia muito estabelecido, segundo o qual os templários reagiam a um período fraccionado de gestão sob um mestre elegendo (ou aceitando) um candidato de acordo com seu sucessor. Mas nesse caso não foi fácil conseguir uma conciliação: em resposta aos protestos papais contra o confisco de propriedades dos templários, o imperador argumentou que tinha todo o direito de fazer isso e recusou-se a chegar a um acordo.

Fora da esfera de influência de Hohenstaufen, a ordem continuou a se desenvolver e até a prosperar durante os anos 1230 e início dos anos 1240, inclusive em suas atividades comerciais. Sua frota de navios, quando não mobilizada em tempos de guerra, cruzava o Mediterrâneo nos dois sentidos, levando e trazendo passageiros que visitavam os locais sagrados. Os templários tinham uma forte presença em Marselha, ponto de partida muito utilizado por peregrinos com destino a Acre ou Jaffa, onde desde 1216 eles tinham permissão de usar o porto da cidade para desembarcar mercadorias e passageiros sem pagar tarifas. Em 1233, talvez em resposta à alta nos negócios decorrente da reabertura de Jerusalém para os peregrinos cristãos, o governo municipal de Marselha exigiu uma revisão nos termos do acordo, reduzindo os desembarques marítimos de templários e hospitalários a quatro vezes ao ano, a fim de proteger atividades comerciais privadas. Mas com exceção de Marselha e Barcelona, em Pisa, Gênova e Veneza os artigos e recursos humanos dos templários continuaram fluindo, extraídos do aparentemente ilimitado suprimento provido por seu império de propriedades no Ocidente.

As operações bancárias dos templários também amadureceram rapidamente nesse período. Nos anos 1240, a ordem fornecia diversos serviços financeiros a algumas das mais ricas e poderosas figuras de toda a cristandade. Na Inglaterra e na França, eles proporcionavam estocagem segura para documentos diplomáticos sensíveis,

supervisionavam contratos e guardavam selos oficiais enquanto funcionários governamentais de alto escalão estivessem fora do país. Também protegiam peças do tesouro real especialmente valiosas e, no caso da França, funcionavam como uma caixa-forte oficial dos rendimentos reais.[29]

As casas templárias prestavam inúmeros serviços sensíveis: eram usadas para distribuir pensões prometidas por monarcas a aliados em tempos de guerra, e funcionavam como garantia em acordos em que operavam como uma terceira parte confiável para os dois lados de rivais em guerra.[2] Seus representantes endossavam dívidas, resgatavam reféns e prisioneiros de guerra a crédito e podiam levantar grandes empréstimos, como fizeram em 1240 com Balduíno II, imperador de Constantinopla, garantido pelo fragmento da Vera Cruzem em sua posse. Podiam ser extremamente eficazes em reinos tumultuados por guerras civis: na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIII, funcionários templários de alto escalão eram vistos na corte do rei João, que passou quase todo seu reinado lutando ou relutando a chegar a bons termos com seus súditos. Os templários eram um dos poucos grupos que o rei não perseguiu, e em troca eles o apoiaram quando foi excomungado pelo Papa Inocêncio III, resguardando seus títulos junto aos credores e a grandes beneficiários da generosidade do rei.[30] Nos anos 1230, o filho de João,

Henrique III, chegou à maioridade, e a ordem fez tudo para manter sua cordialidade com ele também.

Naturalmente, como reis e imperadores procuravam os templários para guardar seus valores e conseguir empréstimos, os súditos mais ricos começaram a imitar essa prática. A exemplo de seus senhores reais, aristocratas, cavaleiros e cidadãos ricos das cidades perceberam as óbvias vantagens de guardar suas riquezas nas casas templárias, que não só eram fisicamente seguras como também protegidas por seu status de instituições religiosas, que não poderiam ser violadas sem que se incorresse na ira da Igreja e na danação eterna na vida após a morte. Alguns homens confiavam toda sua fortuna aos cuidados dos templários antes de partir em uma peregrinação ou numa cruzada, deixando instruções de como distribuir suas posses se eles não voltassem para casa.

Outros usavam a extensa e rica rede institucional geográfica dos templários para fazer transferências de dinheiro, deixando quantias de centenas e até milhares de marcos numa casa templária numa cidade e resgatando-as em outro país ou continente. Em 1240, o Papa Gregório IX se utilizou de uma modalidade especialmente complexa dessa prática, fazendo o Templo da França ajudá-lo a saldar suas dívidas: subsídios papais recolhidos na Escócia, Irlanda e Inglaterra foram encaminhados pela casa templária de Paris; os credores do papa puderam então se apresentar aos irmãos parisienses portando cartas de crédito e receber grandes

pagamentos devidos a eles por Roma. Blanche de Castille, mãe do rei francês Luís IX, que assumiu o trono em 1226, usou os templários para administrar todos os seus negócios financeiros, inclusive o controle e o pagamento de milhares de libras relacionadas a trabalhos de construção na abadia que ela fundou e financiou em Maubuisson. Homens como o irmão de Luís IX, Alphonse, conde de Poitiers, utilizavam os serviços dos templários para administrar suas finanças pessoais, e, desde os anos 1240, tinha se tornado moda e até comum que homens e mulheres da nobreza de toda a cristandade ocidental fizessem o mesmo.

Assim, em meados do século XIII, os templários haviam atingido uma extraordinária maturidade enquanto organização. Na Terra Santa eles se tornaram uma entidade militar cada vez mais autônoma, ocupando um grande número de castelos e formulando políticas que melhor se adequavam aos seus interesses, mesmo quando estes contrariavam os das mais importantes autoridades seculares. No Ocidente, onde fora da península Ibérica as atividades do dia a dia dos irmãos templários não envolviam batalhas e se diferenciavam pouco das ordens monásticas, os negócios estavam em alta. A infraestrutura da ordem, desenvolvida originalmente para financiar as missões de suas cruzadas, era então utilizada para outros propósitos. De fato, a Ordem do Templo já estava muito longe de ser uma força de combate: tratava-se muito mais de uma rede de negócios internacionais, tão úteis para peregrinos em busca

de uma rota segura para Jerusalém como para reis, rainhas e nobres em busca de serviços financeiros abrangentes para manter suas contabilidades, cuidar de seus valores e levantar empréstimos quando necessário. Para o melhor e para o pior, os Pobres Companheiros Cavaleiros do Templo de Salomão não eram mais do Templo, e nem pobres.

Isso não quer dizer que as missões das cruzadas dos templários haviam sido abandonadas. Longe disso. Os templários não poderiam jamais escapar de suas ligações íntimas com as fortunas de cristãos na Terra Santa, e, embora os anos 1230 e o início dos anos 1240 tenham sido um período de relativa tranquilidade, logo surgiria uma última eclosão de atividades cruzadas. O inimigo estava evoluindo, mas a vocação original era a mesma: defender o reino de Jerusalém a qualquer custo.

16

“Desfraldem e levantem a nossa bandeira!”

✢

O estudioso e cronista sírio conhecido como Ibn Wasil estava a caminho do Cairo, em 1244, quando passou por Jerusalém. A cidade ainda se encontrava nas mãos dos cristãos, e Wasil ficou deprimido com o que viu. Apesar de os muçulmanos terem permissão para entrar na cidade para visitar Haram al-Sharif, ou o Monte do Templo, o que o impressionou foi uma cena sacrílega. Clérigos cristãos rezavam missa na Cúpula da Rocha, evocando o nome de Deus Pai, do Filho e do Espírito Santo – a Santíssima Trindade, que os muçulmanos viam como politeísta. Pior ainda, viam-se garrafas de vinho no alto da rocha de onde Maomé havia se alçado na Jornada

Noturna. A mesquita de Al-Aqsa também fora profanada com sinos pendentes.[1]

Há muito tempo Ibn Wasil já se mostrava cético em relação ao acordo firmado entre Al-Kamil e Frederico II em 1229. Pregou contra ele na Grande Mesquita de Damasco assim que foi anunciado, lamentando que "a estrada para Jerusalém agora está fechada para visitantes devotos!", e bradando: "Que vergonha para os governantes muçulmanos!". Agora, ao ver os efeitos dos quinze anos de ocupação dos francos, ele não se sentiu menos desalentado. O acordo de Jerusalém tinha claramente beneficiado os cruzados. Mas o que havia feito pelo islã?

Al-Kamil não estava mais disponível para considerar essas perguntas. O sultão havia morrido em 1238, e sua morte foi seguida pelo habitual período de corrida pelo poder. Em dois anos, o filho de Al-Kamil, Al-Salih Ayyub (ou simplesmente Al-Salih), ascendeu como sultão herdeiro do pai, com uma supremacia teórica sobre seus outros ambiciosos parentes. Mas seu reino estava longe de ser incontestado. Preocupava-o particularmente as intrigas de seu tio rebelde, Al-Salih Ismail, lorde de Damasco, que fizera uma aliança com os francos do reino de Jerusalém, garantindo seus direitos à Cidade Sagrada e cedendo vários castelos, inclusive o de Safed, no rio Jordão, logo acima do mar da Galileia, que os templários então reconstruíam numa versão imponente. Para Al-Salih isso era mais que uma manobra política. Seu tio havia cruzado o limite entre uma

acomodação e uma genuína aliança. Como novo sultão, ele não podia ficar parado e deixar que isso acontecesse.

Seu tio poderia contar com os francos como aliados, mas Al-Salih começou a pensar em algo maior e muito mais perigoso. Na Mesopotâmia e no norte da Síria, um novo grupo estava se reunindo: os turcos corásmios, uma tribo sunita original da Pérsia e da Ásia Central, que fora desalojada de suas terras quando conquistadas pelos mongóis e que agora seguia para o oeste em busca de territórios onde pudesse se assentar. Eram guerreiros experientes e exímios cavaleiros – imprevisíveis e difíceis de lidar, porém letais no campo de batalha. Al-Salih forjou uma parceria militar com eles, e, em 1244, estava pronto para usá-los contra seu tio de Damasco e os pérfidos cristãos de Jerusalém.

Em 11 de julho, poucos meses depois da visita de Ibn Wasil, os corásmios atacaram Jerusalém. Em obediência aos termos segundo os quais os francos recuperaram Jerusalém, as muralhas não haviam sido reconstruídas, portanto a invasão foi fácil. Expulsar os governantes e ocupantes cristãos foi ainda mais simples, e os corásmios realizaram uma carnificina: decapitaram padres, evisceraram peregrinos que buscaram refúgio em igrejas, destruindo as decorações de mármore dos túmulos de reis francos e expulsando colunas de refugiados da cidade sem nada a não ser a própria vida. As ordens militares tentaram proteger os cidadãos em fuga a caminho de Jaffa, mas o inimigo estava

em grande vantagem numérica. Gerald de Newcastle, um hospitalário, descreveu o destino dos cidadãos ao serem atacados por bandidos e invasores corásmios.

> O inimigo [...] cercando-os por todos os lados, atacou com espadas, flechas, pedras e outras armas, matando e cortando [em] pedaços [...] cerca de 7 mil homens e mulheres sofreram tal massacre que o sangue dos fiéis [...] escorria pelas encostas da montanha como água.

Na cidade de Jerusalém, escreveu Gerald, "degolaram freiras e velhos e enfermos como cordeiros".[2] Depois de destruírem a cidade e passarem um mês saqueando a área ao redor, seguiram em massa para Gaza, para se encontrar com o exército de Al-Salih e se preparar para o próximo ataque.

Com Jerusalém perdida mais uma vez e um novo inimigo cavalgando à vontade por seus territórios, os cristãos não tinham escolha a não ser lutar. Reuniram um exército de cerca de 10 mil homens com seus aliados de Damasco e se prepararam para a batalha.

Em 17 de outubro, o exército cristão-damasceno enfrentou o exército egípcio-corásmio em La Forbie (Al-Harbiyya), um vilarejo não longe de Gaza. Os cristãos lutaram bravamente, "como atletas de Deus", segundo um dos poucos sobreviventes. Resistiram a um inimigo numericamente superior por um dia inteiro, mas, quando se levantaram na manhã seguinte para retomar a luta, seus

aliados damascenos tinham perdido a coragem.[3] Fugiram do campo de batalha, e sem eles o exército latino, agora em muito menor número, foi dizimado.

Os templários lançaram todos os homens que conseguiram na batalha de La Forbie, ao lado de centenas de hospitalários e cavaleiros teutônicos.[4] Dos quase 350 cavaleiros templários em campo, apenas 36 sobreviveram. Seu mestre, Armand de Périgord, desapareceu e nunca mais foi visto. O mestre do Hospital, Guillaume de Châteauneuf, foi levado para o Cairo, onde ficou preso por seis anos. O arcebispo de Tiro foi mortalmente ferido, bem como muitos outros clérigos eminentes. O conde Walter de Brienne, figura proeminente entre a liderança aristocrata, foi levado para Jaffa, onde foi torturado e crucificado por algum tempo nas muralhas da cidade. Os demais sobreviventes do exército latino foram vendidos como escravos. Os operadores da catapulta e soldados da infantaria caíram vítimas de uma "matança incalculável".[5] Como desastre militar, La Forbie foi quase equivalente a Hattin.

O patriarca de Jerusalém, Robert de Nantes, que também estava na batalha mas conseguiu se refugiar em Ascalão, ficou extremamente deprimido com o que viu. "Tendo perdido tudo na batalha, não havia nada para nos consolar", choramingou em carta a todos os mais destacados clérigos entre a Inglaterra e a Terra Santa. "Se não for enviada ajuda, a ruína e a perda da terra serão rápidas."[6]

Na visão de Robert de Nantes, a derrota em La Forbie foi uma derrota para toda a cristandade. Mas nem todos viam dessa maneira. De seu pedestal em Foggia, em Apúlia, Frederico II, o imperador do Sacro Império Romano e rei ausente de Jerusalém, fez sua análise cortante do resultado da batalha, culpando a facção comandada pelos templários por ignorar as ordens de manter a paz com o Egito. Escrevendo com desdém sobre uma batalha que segundo ele jamais deveria ser travada, criticou "a efervescência do orgulho religioso dos templários, alimentado pelas iguarias dos barões nativos da terra".[7]

Era fácil para Frederico, na segurança de Foggia, concentrar sua ira nos templários, ainda mais por não ter nenhuma intenção de voltar a Jerusalém para restaurar o reino. O homem que afinal surgiria para ajudar os Estados cruzados era um rei com uma sensibilidade bem diferente, bem mais amena para a Ordem do Templo.

✢

Em meados de dezembro de 1244, Luís IX jazia em seu leito de morte. Pálido e magro, o rei da França, aos 33 anos, estava literalmente definhando de disenteria, uma enfermidade capaz de agarrar o mais forte soldado pelas tripas e arrastá-lo rapidamente ao túmulo. Luís sofria da doença intermitentemente havia dois anos, desde ter contraído a disenteria durante uma campanha militar contra

os ingleses, mas a crise que agora o assolava parecia fatal. Sua mãe, Blanche de Castille, viera até seu leito em Pontoise para tocar a ponta dos dedos do filho na relíquia mais sagrada da capela real. Por decreto oficial, todo o reino da França estava rezando por sua recuperação, mas nem isso funcionava. A impressão é que o rei morreria por volta do Natal e que seu filho, com o mesmo nome e que não tinha nem um ano de vida, seria o seu sucessor.

Enquanto as horas se passavam e o rei era cada vez mais consumido pela doença, duas damas se postavam ao lado da cama, mantendo vigília sobre seu corpo imóvel. Viram quando o rei parou de respirar. O momento final parecia ter chegado, e uma das damas começou a cobrir seus olhos com o lençol.

Mas ele estava mesmo morto? Sua colega do outro lado da cama achou que não. O rei estava mudo e inconsciente e aparentemente não respirava, mas ela insistiu que sua alma ainda estava em seu corpo e não deixou o lençol ser puxado. As mulheres começaram a discutir a questão ardorosamente, só para serem interrompidas quando, entre elas, o rei Luís abriu os olhos, depois a boca, e pediu que lhe trouxessem uma cruz como a usada pelos cruzados.[8]

Luís IX fora coroado rei da França em 1226, aos doze anos. Passou a maior parte do seu reinado impondo sua autoridade real em regiões da França que ficaram sujeitas ao domínio inglês no século XII, reformando leis e cultivando uma imagem de magnificência real à qual poucos se

igualariam na Idade Média. Luís tinha um porte impressionante, com um nariz reto e fino e malares altos, e fazia questão de projetar sua majestade em todos os momentos, fosse usando os adornos coloridos de seu traje na corte ou vestido com os tons pálidos de seda escura forrada de pele barata de esquilo, que passou a usar como se fosse um cruzado. Foi um grande construtor, colecionador e patrono das artes, cuja maior realização foi a Sainte-Chapelle de Paris: uma imponente obra-prima gótica de alvenaria vertical filigranada com vitrais, que estava prestes a ser concluída em 1244. A capela serviria para abrigar a coroa de espinhos de Cristo, comprada do imperador latino de Constantinopla em 1238.[9] Luís também tinha um fragmento da Vera Cruz, a esponja sagrada da qual Jesus bebeu vinagre em sua crucificação e a ponta de ferro da lança com a qual um soldado romano estocou o flanco de Cristo. Porém, somente a arquitetura, o esplendor e a acumulação de relíquias não seriam uma medida de um grande monarca cristão. A recuperação de Luís foi um milagre pessoal, e o convenceu de que sua missão como rei adulto era seguir os passos de seu avô, Filipe II Augustus, e de seu bisavô, Luís VII. Luís IX sairia da França para comandar uma cruzada na Terra Santa.

Os templários de Paris tinham uma relação próxima com a Coroa francesa, e a ressurreição do rei do seu leito de morte afetaria direta e profundamente a ordem. Sua primeira tarefa era ajudar o rei a pagar por sua aventura. Há

quarenta anos os reis franceses vinham terceirizando funções do tesouro do palácio real de Paris na Île de la Cité, a uns dois quilômetros ao norte de onde se situava o luxuoso complexo dos templários. O Templo de Paris foi totalmente reformado desde que a terra fora concedida por Luís VII, e era considerado apropriado para receber a visita de comitivas reais, como ocorreu quando Henrique III da Inglaterra foi a Paris, em 1265.[10] Quando Luís IX resolveu adotar a cruz, o tesoureiro era um certo irmão Gilles, que foi designado para receber um pesado imposto pago pela Igreja francesa para apoiar as cruzadas, referente a um décimo das possessões móveis (o dobro da taxa-padrão, de um vigésimo).[1]

Os templários também ficaram responsáveis por garantir que o rei francês tivesse dinheiro à disposição assim que chegasse à Terra Santa.[11] Quando arrendou navios para partir com seus exércitos do novo porto construído sob encomenda de Aigues-Mortes, a oeste de Marselha, Luís pediu ajuda a Renaud de Vichiers, preceptor na França, com uma inestimável experiência em provisões para guerra, tendo servido por algum tempo como preceptor da casa templária de Acre. Em 1246, Renaud foi mandado com o prior André Polin, o hospitalário francês mais graduado, para Gênova e Marselha, onde os dois alugaram navios para o exército real reportando-se diretamente ao rei.[12] Quando Luís finalmente zarpou, para aportar em Limassol, em Chipre, em meados de setembro de 1248, um dos primeiros

dignitários do Oriente a recepcioná-lo foi o mestre do Templo, Guillaume de Sonnac: um cruzado veterano que se mudara recentemente para Acre com o objetivo de assumir o comando da ordem, mas que havia passado a maior parte de sua carreira em Aquitânia, uma região quase toda governada por ingleses, mas na verdade um domínio da Coroa francesa.

Chipre tornou-se a base avançada para a cruzada de Luís: um depósito de suprimentos com reservas de grãos, vinho e munição. Pouco depois de aportar, a destinação da nova cruzada foi confirmada: o alvo era mais uma vez Damieta, palco das encarniçadas batalhas anfíbias, do breve triunfo e da desalentadora retirada da Quinta Cruzada. Era um precedente ignóbil a seguir, mas um quarto de século havia se passado, e o surgimento de uma nova geração de comandantes cruzados somado à inflada autoconfiança de Luís pesaram mais que o exemplo da história recente. O sultão do Egito parecia um alvo vulnerável. Apesar de sua esmagadora vitória em La Forbie, em 1246, ele já havia rompido com seus aliados corásmios, tendo os expulsado da cidade de Jerusalém no ano seguinte. Seus familiares continuavam tramando contra ele e seu poder no Cairo era ameaçado por emires impacientes, que ele tentara contra-atacar formando um grande exército privado de soldados-escravos altamente disciplinados, porém cada vez mais incontroláveis, conhecidos como mamelucos. Além de tudo isso, Al-Salih estava muito doente, com consumpção (hoje

conhecida como tuberculose), o que prejudicava gravemente seu vigor físico e o exercício do poder.

Luís e seu exército partiram para o Egito com um excelente estado de espírito no sábado, 13 de maio de 1249, transportados por 1.800 navios, "como se o mar todo, até onde a vista podia alcançar, estivesse coberto de pano, da grande quantidade de velas espalhadas ao vento".[13] Um substancial contingente de templários navegou para Damieta com a frota, comandado pelo mestre Guillaume de Sonnac e Renaud de Vichiers, que fora promovido a marechal. Não foi uma travessia fácil. O aristocrático cronista francês Jean de Joinville, cuja biografia de Luís tinha como objetivo dourar a reputação do rei francês, descreveu o clima terrível durante a viagem para o sul até a costa do Egito, que desviou do curso quase um terço dos navios do rei. Mas não foi o suficiente para desanimar Luís, que permanecia ansioso por uma luta. Seu plano para tomar Damieta não era segredo, e quando os navios cruzados ancoraram na costa, em 5 de junho de 1249, Joinville e seus companheiros viram a praia repleta de soldados de Al-Salih tocando chifres e trombetas. Entre eles estava o próprio sultão, trajado dos pés à cabeça com uma armadura de ouro que brilhava como o sol.[14]

Os cruzados não se intimidaram. Já haviam planejado um ataque em massa à praia, e seguiram suas intenções. Ignorando a cacofonia na praia, o rei e seus homens pularam no mar dos botes de fundo chato puxando cavalos relinchando e vadearam pela água à altura do peito em

direção ao inimigo. O veterano Walter de Brienne (que foi resgatado sob pagamento depois de sua captura em La Forbie) chegou em uma galera com uma cruz vermelha brilhante pintada por dentro e por fora sobre um fundo dourado. Odo de Châteauroux, o cardeal e bispo de Tusculum, levava o obrigatório fragmento da Vera Cruz. A bandeira francesa, conhecida como Auriflama, foi fincada na areia, e os templários, ao chegarem, se reuniram ao redor de seu estandarte malhado. Eles também compunham uma visão intimidante.

Durante algumas horas a praia foi palco de uma batalha feroz. Os cruzados invadiram a praia em unidades disciplinadas, matando cerca de quinhentos muçulmanos, incluindo quatro emires.[15] Luís IX estava falando sério. Preferindo a cautela ao confronto, o comandante de campo do sultão, Fakhr al-Din, recuou seus homens e deixou o rei francês concluir seu desembarque sem oposição. Ainda mais surpreendente, ordenou a evacuação de Damieta. No ataque da Quinta Cruzada a cidade resistiu por mais de um ano; em 1249 foi abandonada em um único dia, quando a guarnição a entregou aos cristãos depois de queimar tudo o que podia antes de fugir rio acima para defender o Cairo. Para os cruzados parecia algo da providência divina. Mas havia um sentido militar na retirada. A história pendia para os dois lados, e o desafio para Luís era simples: ele se atreveria a mandar seus exércitos Nilo acima?

Enquanto o rei refletia sobre isso, Al-Salih reuniu seus homens em Al-Mansurah, onde o trecho do Nilo em que se localizava Damieta mudava de curso para Tânis: exatamente o ponto onde o cardeal Pelágio e Jean de Brienne soçobraram na Quinta Cruzada. Enquanto isso, unidades posicionadas rio abaixo lançavam ataques contra o exército latino, que se agrupou dentro e ao redor de Damieta. O sultão ofereceu dez besantes para cada cabeça de cristão decepada trazida a ele. O acampamento cruzado foi fustigado nesse ritmo por meses, mas sem nenhum efeito conclusivo. O verão acabou, o Nilo subiu e Luís continuou firme em Damieta, convertendo as mesquitas em igrejas e resistindo a morder a isca.

Em novembro o impasse foi rompido. As enchentes do Nilo recuaram e o calor feroz do verão amainou. Se Luís quisesse seguir com seu plano de conquistar o Egito, o momento havia chegado; a única questão era por onde atacar. Um conselho de guerra se reuniu e considerou se deslocar para oeste ao longo da costa para atacar Alexandria, mas o plano foi rejeitado por causa da intervenção do beligerante irmão de 33 anos de Luís, Robert, conde de Artois. Isso só podia significar uma coisa: arriscar-se a marchar Nilo acima e atacar o Cairo. “Quem quiser matar uma serpente deve começar pela cabeça”, argumentou Robert, e ganhou a discussão.[16]

É provável que a decisão de se retirar de Damieta tenha sido tomada quando o sultão morreu, em 23 de novembro. A

notícia de sua morte foi mantida em segredo por algum tempo: o suficiente para Fakhr al-Din assumir o controle e começar a organizar a reação egípcia ao avanço planejado por Luís. General extremamente hábil, Fakhr al-Din tinha todas as razões para acreditar que poderia resistir a uma marcha contra o Cairo, principalmente por ter ao seu dispor um grande exército, que incluía um regimento de elite de mil soldados-escravos do falecido sultão, conhecidos como bahri ("do rio"). Assim como os templários, os bahri deviam seu nome à sua base de operações original: uma ilha do Nilo no Cairo. Também como os templários, eram guerreiros inflexíveis, que sempre conseguiam se recuperar de grandes derrotas. Eles estavam prestes a mostrar o quanto essas características os tornavam eficientes.

Os templários marcharam na vanguarda quando os cristãos começaram a lenta caminhada ao longo da margem leste do Nilo. Exatamente o que os irmãos pensavam sobre sua missão é difícil dizer. No começo da campanha, Guillaume de Sonnac foi repreendido por ter aberto um canal de negociações de paz com os egípcios: um episódio que sugere como os templários se mostraram mais cautelosos que os entusiasmados cruzados franceses que os acompanhavam. Uma carta enviada por Guillaume ao alto comando inglês relatando a queda de Damieta referia-se apenas em termos neutros às deliberações de Luís a respeito de qual parte do Egito atacar, sem comentar os méritos do plano.[17] Se o mestre tinha dúvidas, ele as guardou para si

mesmo. Mas as tensões começavam a aumentar entre o instintivamente cauteloso Guillaume e o belicoso irmão do rei, o conde de Artois. No decorrer da campanha, os choques entre os dois teriam consequências fatais.

Os cruzados marcharam Nilo abaixo lentamente no decorrer de dezembro, e só no Natal o exército de Luís chegou a Al-Mansurah, na margem oposta do rio Tânis. Na ocasião da Quinta Cruzada era um acampamento militar, mas nos trinta anos que se passaram desde então havia se tornado uma cidade, que agora se interpunha entre o exército cruzado e a cidade do Cairo. A cidade teria de ser tomada ou destruída.

Com o poder total do exército egípcio concentrado na margem oposta do rio, não seria uma tarefa fácil. Teve início uma encarniçada batalha por Tânis, que se prolongou até fevereiro. Os melhores engenheiros de Luís construíram uma ponte flutuante, enquanto os homens de Fakhr al-Din respondiam com um intenso bombardeio de catapultas, disparando pedras e fogo grego contra os cristãos, causando pânico e uma terrível destruição. Jean de Joinville escreveu com assombro sobre a visão dos poderosos bombardeios incendiários noturnos dos muçulmanos: "O barulho era como trovão e parecia um grande dragão de fogo voando pelo ar, causando uma luz tão grande com suas chamas que víamos o nosso acampamento tão claramente como em plena luz do dia".[18] A cada vez que o fogo grego era disparado, Luís se jogava no chão, chorando desesperado e

clamando para que Jesus Cristo preservasse sua gente. Foi um espetáculo esplêndido – mas o rio continuou intransponível.

Só no início da Quaresma os cruzados encontraram uma forma de chegar à margem oposta. No começo de fevereiro de 1250, um beduíno surgiu no acampamento cristão se oferecendo para mostrar um ponto onde o Tânis poderia ser atravessado a cavalo, em troca de uma polpuda recompensa de quinhentos besantes. A sugestão era de uma operação inerentemente perigosa, pois cavaleiros de armadura eram especialmente vulneráveis quando vadeavam rios. (Os guerreiros mamelucos tinham um treinamento específico para tirar suas cotas de ferro nadando de cabeça para baixo se caíssem do cavalo – uma manobra nada fácil de ser realizada.) Mas havia poucas sugestões melhores além de uma retirada, o que Luís não considerava. Assim, em 8 de fevereiro, na terça-feira de Carnaval, o rei selecionou os melhores cavaleiros de seu exército – cerca de um terço do total da cavalaria – e partiu antes do amanhecer rumo ao ponto de travessia indicado pelo beduíno.

Vadear o rio na semiescuridão e sair do outro lado pronto para atacar um acampamento inimigo exigia muita coragem, e uma extrema habilidade na montaria. Luís pediu ao irmão, conde de Artois, para comandar um grupo de cavaleiros pelo rio. Mas ele não foi na frente, pois os templários partiram antes, com o estandarte malhado desfraldado.

Assim que souberam da chegada de Luís a Damieta no verão anterior, os egípcios também se inteiraram sobre seu plano de vadear o Tânis. Quando os cruzados saíram da água, um grupo de reconhecimento de cerca de trezentos cavalariços muçulmanos os avistou. Era um bando grande o bastante para ter interrompido a travessia se tivesse lançado um ataque imediato, mas não foi o que fizeram. Ficaram observando os cruzados atravessarem o rio e em seguida deram meia-volta nos cavalos e galoparam em direção a Al-Mansurah.

Mais uma vez, uma força defensiva egípcia havia debandado ao ver cavaleiros cristãos saindo da água. A coisa mais prudente que os homens de Luís poderiam fazer era esperar, se reagrupar e fazer um ataque em massa. Infelizmente, a tensão do momento levou a melhor sobre o conde de Artois: em vez de se ater ao plano, ordenou um ataque imediato à cidade. Abandonando a disciplina e a cautela, ordenou que seus homens perseguissem o grupo de reconhecimento em retirada. De repente, e cedo demais, a batalha de Al-Mansurah havia começado.

Guillaume de Sonnac e seu marechal templário, Renaud de Vichiers, gritavam pedindo moderação. Segundo Jean de Joinville, seus gritos foram ignorados pelo conde e simplesmente não ouvidos pelo homem que segurava suas rédeas, sir Foucqualt de Melle, que estava surdo ou, pelo menos, fingia estar. Artois dava as ordens e a tarefa de sir Foucqualt era transmitir o comando. Os templários ficaram

olhando horrorizados enquanto ele "continuava berrando: 'Avante, avante!'".[19] E todos foram em frente.

Segundo o cronista inglês Matthew Paris, o propósito do conde em avançar com o resto do exército foi pura vanglória. "Sua intenção [foi] triunfar sozinho, em vez de permitir que todos compartilhassem [...] pois ele era orgulhoso e arrogante."[20] O cronista era parcial, mas tinha uma boa fonte: sua informação veio de despachos da linha de frente enviados diretamente para a corte real inglesa. De acordo com Matthew, houve uma longa troca de pontos de vista ainda fora de Al-Mansurah entre Guillaume de Sonnac e Robert de Artois, na qual o templário fez o possível para incutir alguma sanidade no conde, que teimosamente se recusou a escutar. Definindo Guillaume como "um homem prudente e circunspecto, habilidoso e experiente em questões de guerra", Matthew afirma que o mestre fez um longo discurso em que educadamente congratulou Robert de Artois por sua superlativa bravura, mas alertou que eles tinham perdido totalmente o elemento surpresa. Se atacassem Al-Mansurah sem esperar pelo rei e os reforços, disse Guillaume, estariam entrando de cabeça em nossa própria "destruição e ruína".[21]

No relato de Matthew, Robert respondeu a essa solicitação com uma fúria ostensiva. Amaldiçoou "a antiga traição" dos templários, acusou as ordens militares de sabotarem deliberadamente seus companheiros cruzados para lucrar com a continuação da guerra, declarando que "a

ruína de todo o paganismo é iminente, assim como a duradoura exaltação da fé cristã, as quais esse templário [...] se empenha em impedir com seus argumentos fictícios e falaciosos".[22] Para piorar a acusação, invocou a luta de Frederico Hohenstaufen, imperador do Sacro Império Romano, contra os templários, como exemplo da mendacidade da ordem.

Não se sabe o quanto desse rancoroso diálogo aconteceu de fato e o quanto jorrou da criatividade de Matthew Paris. O certo é que Robert ganhou a discussão. O que há em comum nos relatos de Paris e de Joinville é o fato de Robert de Artois ter incitado os templários a segui-lo num ataque suicida. Palavras ríspidas cederam lugar à ação quando a segunda divisão de Artois atacou e os templários decidiram que não tinham outra opção honrosa a não ser esporear os cavalos e partir para a luta. "Desfraldem e levantem a nossa bandeira!", bradou Guillaume de Sonnac na versão de Matthew Paris dos eventos. "Vamos avançar na batalha, para que possamos neste dia viver juntos a ventura da guerra e a possibilidade da morte."[23]

A investida dos cruzados contra Al-Mansurah, mal concebida e apressadamente executada, foi um banho de sangue totalmente previsível. Os cruzados entraram pelas ruas estreitas perseguindo muçulmanos em fuga, mas caíram numa armadilha e logo se viram cercados e superados numericamente. Jean de Joinville presenciou a luta selvagem, vendo um homem com o nariz tão cortado

que pendia sobre a boca; outro com sangue jorrando do ombro como de um barril de vinho recém-aberto. Quase seiscentos cavaleiros morreram na luta nas ruas, entre eles 280 irmãos do Templo. Guillaume de Sonnac sobreviveu, mas perdeu um olho. Seu único consolo foi o conde de Artois ter morrido: ao fazer seu cavalo atravessar o rio numa desesperada tentativa de fuga, ele escorregou da sela e foi arrastado para a morte pelo peso da armadura. Quando lançado à margem, seu cadáver foi despojado de tudo. Sua capa foi depois usada como troféu para inspirar os homens do sultão antes de entrar em uma batalha.[24]

O rei atravessou o rio atrás do irmão e escapou do pior, mas, assim que um acampamento foi montado na margem sul, seus homens foram obrigados a resistir a lutas quase diárias para defendê-lo. O custo em mortes subia hora após hora. Imediatamente após a batalha, Guillaume de Sonnac ajudou Jean de Joinville a desbaratar um bando de muçulmanos que tentava roubar tendas do acampamento real. Três dias depois, ele estava de novo na luta. Na sexta-feira, 11 de fevereiro, os homens de Al-Fakhr avançaram contra as posições dos cruzados, com os mamelucos disparando fogo grego. Guillaume de Sonnac comandou uma companhia formada pelos poucos templários sobreviventes da batalha da terça-feira de Carnaval, mas ele e seus homens estavam enfraquecidos pelos ferimentos, extremamente cansados e mal equipados para lidar com o caos reinante ao redor.

Jean de Joinville descreveu a carnificina que se seguiu. O mestre construiu barricadas para seus homens com o que restou das máquinas de sítio, mas estas podiam tanto ajudar como prejudicar. “Os sarracenos as queimavam com seu fogo grego”, escreveu Joinville, “e ao verem que havia poucos a que se opor, eles não esperaram até serem destruídos, mas atacaram vigorosamente os templários, derrotando-os em pouco tempo.” Atrás das linhas, Joinville viu “um acre de solo tão coberto de setas, dardos, flechas e outras armas que não se podia ver a terra abaixo delas”. Tendo perdido um olho em 8 de fevereiro, mestre Guillaume perdia então o outro, e morreria devido aos ferimentos.[25]

Os cruzados chegaram a Al-Mansurah e foram trucidados, como havia acontecido trinta anos antes. Apesar de Luís IX ter mantido sua posição por mais de um mês, no início de abril tornou-se óbvio que continuar mais tempo seria um curto caminho para a aniquilação total. Um novo sultão, Turanxá, chegou ao Cairo para suceder seu pai. Embora sua corte estivesse clivada por lutas entre diversas facções de mamelucos, Turanxá não teve interesse em negociar uma paz equânime com os cristãos cercados.

A área ao redor de Al-Mansurah contava uma história de desolação, fome e doenças. O Tânis estava tão cheio de cadáveres inchados que em alguns locais ficou totalmente represado. O Nilo foi tomado por galés muçulmanas, que impediam a chegada de suprimentos ou uma retirada para Damieta. A inanição afligia os sobreviventes. Quando o

escorbuto apodrecia suas gengivas, barbeiros-cirurgiões tinham de amputar a carne pútrida para os soldados conseguirem comer. O próprio Luís teve uma recaída de disenteria tão grave que precisou abrir um buraco nas roupas de baixo. A única opção era a retirada.

A debandada pela margem do Nilo começou de forma desordenada no amanhecer da terça-feira, 5 de abril, com homens se apinhando em botes ou chafurdando pela lama no desespero de abandonar o acampamento destruído. Os que conseguiram escapar viam atrás deles a luz bruxuleante das fogueiras à noite iluminando soldados muçulmanos enxameando pelo local, atacando qualquer um que estivesse doente demais para se levantar da cama e fugir.

O punhado de templários sobreviventes ergueu a bandeira malhada numa patética tentativa de conduzir o que restava do exército de Luís de volta a Damieta, mas era uma tarefa inglória. O desgarrado exército cruzado foi dizimado bote a bote, divisão por divisão, sem piedade por ninguém que não conseguisse provar ser um prisioneiro de alto valor (Jean de Joinville só escapou da morte quando seu barco encalhou num banco de lama no Nilo, ele saiu da embarcação e foi capturado ao dizer que era primo do rei Luís). Quando afinal os últimos grupos de cruzados em fuga foram eliminados, a uns quinze quilômetros de Damieta, somente três templários continuavam vivos.

O poeta árabe Jamal ad-Din ibn Yahya ibn Matruh escreveu depois um dístico comemorativo repreendendo os

cruzados e seu rei:

> Vocês vieram ao Oriente gabando-se de conquistas, acreditando que o rufar marcial de nossos tambores fosse uma lufada de vento. [...] E sua ignorância os trouxe a um lugar onde seus olhos não podem mais ver qualquer forma de escapar [...] de 50 mil, nenhum pode ser visto que não esteja morto ou ferido ou aprisionado.[26]

Quando as notícias chegaram à cristandade, foram recebidas com grande tristeza. "Os franceses definhavam cada vez mais de desgosto interior, e nem seu rei conseguia consolá-los", escreveu Matthew Paris.[27]

O rei não podia consolá-los porque, assim como a nata da aristocracia francesa que o acompanhou em sua aventura no Egito, Luís IX da França foi feito prisioneiro. Agora estava à mercê dos homens que tentara destruir. Turanxá exigiu como resgate a devolução de Damieta e o pagamento de 800 mil besantes – mais ou menos o equivalente a 100 mil *livres tournois*, o equivalente a dois anos da receita real. Isso também cobriria milhares de outros prisioneiros que ainda não tivessem sido degolados.

Houve um estremecimento nas negociações em 2 de maio de 1250, quando Turanxá foi assassinado em um golpe mameluco: o sultão foi atacado com um cutelo, trancado numa torre em chamas e jogado no Nilo. Depois seu cadáver foi retirado da água e, por medida de precaução, seu coração

foi arrancado do peito. Começava assim uma grande rebelião no mundo islâmico, que terminaria com os mamelucos bahri assumindo o controle do Egito, desbancando quase oitenta anos de domínio aiúbida. O mais preocupante para os cruzados é que o rei Luís continuava preso, assim como mais um de seus irmãos, Alphonse, conde de Poitiers. O resgate ainda teria de ser pago.

Na sexta-feira, 6 de maio, Luís foi mandado para seu acampamento para contar a primeira parcela do resgate: 400 mil besantes, ou 200 mil *livres tournois*. Alphonse foi mantido prisioneiro como garantia, assim como grandes pilhas de armamentos e provisões que os cruzados foram obrigados a abandonar em Damieta, quando entregaram a cidade. Nada disso seria liberado, nem o rei poderia sair do delta do Nilo antes de o dinheiro ser recebido.

O resgate do rei era uma enorme quantia, e pesar as 200 mil *livres tournois* em moedas da reserva que Luís havia trazido para o Egito demorou quase dois dias. Na tarde de domingo, 8 de maio, 170 mil *livres* haviam sido contadas e o tesouro estava vazio. Ainda faltavam 30 mil *livres* para o rei ser libertado. Surgiu uma discussão quanto a melhor forma de levantar essa grande quantia.

Jean de Joinville, que estava com o rei, afirmou que aconselhou Luís a tomar os 30 mil emprestados dos poucos templários sobreviventes. Entre eles, os de mais alto escalão eram Étienne de Ostricourt, o preceptor da ordem, e o antigo aliado e negociador de Luís, o marechal Renaud de Vichiers.

Se havia alguém apropriado para resolver essa urgente demanda de dinheiro, eram os templários. Porém, como Joinville descobriu, os irmãos levavam seus protocolos bancários a sério. De início, Étienne negou o pedido, argumentando que a integridade da ordem dependia da confiança de cada depositante na segurança do dinheiro que colocava nas mãos dos irmãos. Os templários recebiam esses depósitos sob palavra, jurando que não os liberariam a não ser para o depositante. Nem mesmo naquele momento eles poderiam flexibilizar as regras.[28]

Étienne de Ostricourt estava sendo diligente, fazendo o melhor possível para manter a prática templária de negócios sob circunstâncias muito difíceis. Mas não estava sendo muito útil. Felizmente para Luís, Renaud era mais criativo. Era quem tinha arrendado vários navios em Marselha em nome do rei em 1246, no início da campanha; viajou de Chipre ao Egito no *entourage* do rei; esteve no meio da ação da terrível batalha da terça de Carnaval, e pode ter se sentido pessoalmente mais comprometido em ajudar Luís a sair de Damieta com o mínimo de dignidade.[29] O marechal replicou que, embora fosse verdade que os templários não podiam liberar as riquezas de seus clientes "sem agir em contrário a nossos juramentos e cometer perjúrio", se os homens do rei pegassem o dinheiro à força, os templários poderiam ser indenizados quando a comitiva real voltasse para Acre.

Entendendo o que o marechal queria dizer, Jean de Joinville virou-se para o rei e perguntou se ele embarcaria

pessoalmente na galé dos templários para pegar as 30 mil *livres* à força. O rei concordou, Jean e Renaud foram juntos à tesouraria dos templários e montaram uma farsa que Joinville descreveu em sua crônica:

> Ao ver um cofre do qual eles se recusavam a me dar a chave, eu estava prestes a arrombá-lo com uma cunha em nome do rei. Mas o marechal, percebendo a minha determinação, ordenou que me entregassem a chave. Abri o cofre, peguei a quantia desejada e levei ao rei, que ficou muito contente com meu retorno. Assim, o pagamento das 200 mil *livres* se completou.[30]

Luís estava livre para sair de Damieta graças ao homem que o ajudara a chegar lá. É de se presumir que nenhum dos dois havia ficado muito triste com a partida.

✢

Luís IX chegou a Acre em 13 de maio de 1250, abalado, mas não derrotado. Havia perdido um irmão, uma batalha e certo grau de dignidade real no Nilo. A capa que usava quando foi capturado – de lã forrada de arminho com uma fivela de ouro – tinha ido parar em Damasco, onde um emir aiúbida passou a usá-la em público.[31] Mas o rei estava vivo, e seu desejo de lutar pelo reino de Jerusalém queimava tão

forte quanto no dia em que se recuperou de seu ataque quase fatal de disenteria anos antes. Luís continuou em Acre por cerca de quatro anos, trabalhando para libertar os prisioneiros que haviam ficado em Damieta e supervisionando o governo do reino de Jerusalém com a diligência e o rigor exigidos por tal desafiante tarefa.

Frederico II morreu de disenteria em 13 de dezembro de 1250, sendo enterrado em um brilhante sarcófago vermelho na catedral de Palermo. Passou a maior parte de seu reinado numa longa, vertiginosa e complexa guerra com o papa e seus inimigos na Itália, mas conseguiu o que ninguém havia conseguido desde a Primeira Cruzada: recuperar a cidade de Jerusalém para os cristãos latinos. Morreu depois de ofender a Igreja com tanta insistência, que foi excomungado quatro vezes e levou muitos clérigos à conclusão de que ele era o diabo encarnado. A abrangência dos territórios de Frederico era uma prova de que ele exportava suas rixas e guerras por todos eles, com conflitos entre facções começando na Sicília e no norte da Itália e se alastrando para Chipre e os Estados latinos. Também deixou guerras para seu filho e sucessor Conrad, que manteve a guerra dos Hohenstaufen contra o papado e se interessou menos ainda pelos Estados latinos que o pai. Entre sua ascensão como imperador, em 1250, e sua morte em 1254, Conrad nunca fez uma visita à Terra Santa. Tampouco seu filho e herdeiro, Conradino, que foi decapitado em 1268, aos dezesseis anos, por seu inimigo Carlos I de Nápoles, encerrando a linhagem Hohenstaufen.

Assim, em 1250, Jerusalém era um reino vulnerável, com um rei ausente, e a chegada de Luís IX de Damieta foi providencial. O rei francês aprovou reformas muito necessárias para as fortificações da Terra Santa, pagando por melhorias nas defesas das fortalezas costeiras de Sidon, Acre, Cesareia e Jaffa. Não conseguiu negociar a devolução de Jerusalém, mas proporcionou aos exauridos cruzados liderança e recursos num momento crítico.

Uma das primeiras atitudes ao chegar a Acre foi apoiar a eleição de Renaud de Vichiers ao cargo de mestre dos templários, uma promoção difícil de ser negada à luz dos serviços que havia prestado, das batalhas que lutara e da tremenda devastação dos recursos humanos da ordem com as debacles de La Forbie e Al-Mansurah.

A relação entre os dois continuou próxima, e numa extraordinária demonstração de fraternidade entre o rei e o mestre, em 1251, o quarto filho de Luís, Pierre, nasceu na fortaleza templária de Château Pèlerin. A intrépida esposa de Luís, Margaret, acompanhou o rei em sua cruzada, tendo ficado em Damieta enquanto ele comandava a malfadada marcha Nilo acima, período em que deu à luz outro menino, Jean Tristan. Em termos de força física, Margaret equiparava-se ao marido como cruzada. Foi uma considerável deferência da parte dos templários permitir que uma mulher – rainha ou não – desse à luz em um de seus mais prestigiados castelos (supostamente só para homens). Para coroar a irregularidade de tudo isso, Renaud foi

padrinho do pequeno príncipe, uma desobediência direta à regra templária, que afirmava: “Proibimos doravante a todos os irmãos ousarem segurar uma criança na pia batismal e ninguém deve ter vergonha de se recusar a ser padrinho [...] esse constrangimento traz mais glória que pecado”.[32]

Renaud de Vichiers era um pragmático, não um disciplinador, como demonstra sua relação a serviço do rei Luís IX. A despeito de ocasionais eclosões, quando o mestre irritava o monarca ao defender os interesses da ordem em detrimento da política real, poucas relações entre um cruzado ocidental e um mestre templário foram mais produtivas. Jean de Joinville, que ficou em ultramar com seu rei, deu inúmeros exemplos de cooperação entre a Coroa e o Templo, tanto dentro como fora do campo de batalha. Com certeza foi uma grande melhoria em comparação ao estado das coisas sob Frederico Hohenstaufen, quando a ordem e o imperador lutaram mais entre si do que contra o inimigo em comum.

Mas Luís não poderia ficar no Oriente para sempre. Sua mãe, Blanche de Castille, que atuou como regente durante a ausência do rei, morreu em novembro de 1252, deixando uma lacuna na política francesa que só o próprio rei poderia preencher. Depois de ouvir o conselho dos barões do reino de Jerusalém e passar três dias inteiros chorando, Luís partiu de Acre em abril de 1254 para voltar à França. A vida de Luís foi profundamente alterada pelos seis anos como cruzado, e,

ao retornar à França, ele adotou um modo de vida devoto e austero, que mais tarde o agraciaria com uma canonização.

Ninguém sabia na época, mas Luís foi o último dos grandes reis cruzados. Seu reino seria visto como um modelo por todos os futuros monarcas franceses: um brilhante exemplo de reinado cristão que perdurou por eras. Foi também uma espécie de apogeu das relações entre a Coroa francesa e a Ordem do Templo. Após a morte de Luís, a defesa da Terra Santa passou a ser conduzida por homens do Oriente e pelas ordens militares, com pouca ajuda dos monarcas da cristandade ocidental. E enquanto a Ordem do Templo continuava a providenciar uma muito necessária assessoria financeira aos ricos e poderosos, as fortunas e a reputação dos templários começaram a esvanecer, assim como os Estados cristãos da Terra Santa, pelos quais tinham lutado tão corajosamente para defender. Foi tanto um sinal dos tempos quanto o resultado da partida de Luís. De qualquer forma, depois que o rei francês desapareceu no horizonte, em 1254, as coisas nunca mais foram as mesmas. Uma mudança de atitude nas políticas europeias e na formação de impérios orientais estava para se alastrar pelo mundo mediterrâneo.

Os templários se encontrariam bem no âmago dessas mudanças, numa desesperada luta de retaguarda, enquanto o movimento das cruzadas desmoronava ao redor e eles passavam a ser vistos com cada vez mais suspeita no Ocidente. Nas últimas décadas do século XIII, os templários

perceberam que tinham dois inimigos mortais voltando-se contra eles, ambos desejando sua destruição. O primeiro foram os mamelucos, que saíram das margens do Nilo para estender seus poderes por todos os territórios muçulmanos do Levante, tentando realizar o que nem Saladino havia conseguido: a erradicação total da presença cristã no Oriente.

O segundo foi o neto de Luís, Filipe IV, rei da França.

PARTE IV

Hereges

1260–1314

Principium fini solet impar sepe lidere

“Frequentemente o fim não é igual ao começo”

Provérbio medieval[1]

17

“Um caroço na garganta”

✢

Al-Malik al-Zahir Rukn al-Din Baibars al-Bunduqdari era alto, de pele morena e impressionantes olhos azuis, um dos quais chamava a atenção por ser estriado de branco. Era uma figura terrível de se ver. Tão destemido quanto Zengui, tão calculista quanto Nur al-Din e tão carismático quanto Saladino, seu secretário pessoal, Ibn ‘Abd al-Zahir escreveu que ele tinha “uma bravura de um tipo jamais visto”.[2] Seus súditos o chamavam de “Pai da Conquista” e “Leão do Egito”. A história o conhece simplesmente como Baibars.

Entre 1260 e 1277, Baibars governou um renascido império sunita no leste do Mediterrâneo, erguido dos escombros do esfacelado império aiúbida, na década seguinte à morte de

Al-Salih. Tratava-se de um Estado mameluco, baseado numa máquina de guerra eficiente e impiedosa. Como sultão, Baibars dispunha de um exército permanente de 40 mil soldados-escravos extremamente bem treinados, uma cavalaria ligeira hábil em disparar, enquanto cavalgavam, flechas embebidas em fogo grego e da mais recente e poderosa artilharia de cerco disponível. Comandar essa casta de guerreiros permitiu a Baibars e seus sucessores ascenderem a uma posição de domínio absoluto na Síria e no Egito, com tanto sucesso que às vezes até seu próprio povo se surpreendia. "Eles ficaram chocados com a severidade da facção bahri e seus métodos opressivos e tirânicos de tratar os outros", escreveu 'Abd al-Zahir,[3] que continua explicando que Baibars também contemplou o povo do Egito com cortes de impostos e um programa de construção de escolas, cercando-se de estudiosos que "recitavam poemas celebratórios e eram recompensados com túnicas de honra". Entretanto, o sucesso de Baibars baseava-se numa filosofia de força e intransigência.

Nascido por volta de 1220 nas estepes ao norte do mar Negro, etnicamente Baibars era um turco quipechaque vendido como escravo aos catorze anos e levado ao Egito para ser treinado como guerreiro. Ingressou na elite bahri, o destacamento de mamelucos que dominava a corte do sultão Al-Salih e que lutou contra o exército de Luís IX na batalha de al-Mansurah. Alguns meses depois, participou do assassinato do filho e sucessor de Al-Salih, Turanxá. Exilado do Egito por sua traição, foi para a Síria, onde atuou como

mercenário a serviço de diversos desventurados emires aiúbidas que disputavam seus territórios fragmentados. Em 1259, voltou ao Egito para juntar forças com um mameluco rival, Cutuz, que tomara o poder no Cairo e governava como sultão. Cutuz era de uma facção hostil aos bahri, mas um acordo de paz foi conveniente para ambos os lados quando se aliaram para enfrentar uma ameaça mais temível que vagava pelo leste: os mongóis.

Desde os primeiros anos do século XIII, o mundo inteiro tremia ao ouvir o nome dos mongóis. A história deles começou quando um líder militar órfão chamado Temujin unificou as tribos nômades das estepes do Nordeste da Ásia e começou a investir contra todas as dinastias governantes ao redor. Após uma série de vitórias iniciais, Temujin adotou o nome de Genghis Khan (às vezes referido como Chinggis Khan, o que significava algo como Grande Governante). Khan e seus descendentes construíram o maior império territorial da história, estendendo-se do leste do mar da China à Polônia, unificando milhões de pessoas sob um governo que sob vários aspectos era iluminista e tolerante, mas fundado nos princípios da guerra total. Depois da morte de Genghis Khan, seus filhos e netos continuaram suas conquistas. Em 1259, eles dividiram o império em quatro blocos enormes, conhecidos como canatos: a dinastia Yuan no leste, abrangendo a China e a Mongólia; o Chagatai na Ásia central perto da Transoxiana, a Horda Dourada no noroeste, estendendo-se da Sibéria ao leste da Europa; e o Ilcanato, que chegava até a Pérsia. O comum a todos os mongóis era

seu método básico de conquista: massacres e destruição em massa das populações que os desafiavam, com a exigência de uma submissão incondicional de todos os inimigos. Seus guerreiros eram cavaleiros habilidosos e os engenheiros militares altamente qualificados para reduzir cidades e fortificações a escombros. Mas, apesar de tudo isso, a maior força dos mongóis era a capacidade que tinham de espalhar pânico e terror, tendo como alvo civis e ganhando uma reputação de brutalidade sem igual contra qualquer um suficientemente tolo para resistir. Em 1244, o patriarca de Jerusalém definiu os mongóis como "um povo desconhecido" que "perseguia igualmente a todos, sem fazer distinção entre cristãos e infiéis".[4]

Já se sabia havia algum tempo que os mongóis eram uma ameaça à Terra Santa. Em 1260, o mestre templário Thomas Bérard, que assumiu a liderança da ordem em 1256 com a morte de Renaud de Vichiers, mandou cartas preocupantes de Acre para a Inglaterra e a França, alertando sobre o avanço dos mongóis. Para Henrique III da Inglaterra e irmão Amadeus, mestre templário inglês, Renaud escreveu:

> Os tártaros, avançando com uma força inumerável, [já] ocuparam e devastaram a Terra Santa quase até Acre [...] tampouco a cristandade será capaz de resistir a eles sem o apoio da poderosa mão de Deus [...] se não nos mandarem ajuda rapidamente, Deus nos livre, haverá uma horrível aniquilação no mundo.[5]

Esse e outros alertas funestos suscitaram respostas desiguais. Alguns no Ocidente viam os mongóis com bons olhos, considerando-os salvadores da ameaça simbolizada pelos sarracenos. Profecias cristãs populares havia muito tempo previam a chegada de um grande rei do Oriente, que os ajudaria a restaurar a glória de Cristo na Terra. Muitos na Europa achavam que os mongóis (que eles chamavam de tártaros) correspondiam à previsão.[1] Antes da campanha de Damieta de 1249-50, Luís IX ponderou sobre a ideia de converter os pagãos mongóis ao cristianismo e juntar forças para subjugar os sultões do Egito e de Damasco. Não se tratava de uma fantasia total: os mongóis eram notavelmente receptivos a conversões religiosas, em geral adotando a fé dos territórios que conquistavam. Hulagu, governante do Ilcanato, que se expandia da Pérsia ao oeste em direção à Terra Santa, tinha uma mulher cristã nestoriana entre suas principais esposas, e em 1162 estava considerando de fato uma aliança desse tipo, despachando cartas para a França a fim de sondar Luís.6 Hulagu definiu-se para Luís como um "ávido destruidor do pérfido povo sarraceno, amigo e apoiador da religião cristã, lutador energético contra os inimigos e amigo fiel dos amigos".7 Essa sonhada aliança jamais aconteceu, mas continuou sendo uma possibilidade fascinante na cabeça de alguns príncipes ocidentais, e uma visão de aniquilação iminente na cabeça dos aiúbidas e de seus sucessores mongóis.

Os mongóis proveram diretamente, ainda que inadvertidamente, a rota de Baibars ao poder, pois ele foi

parte importante (mais tarde exagerada) em uma grande batalha entre os exércitos mamelucos e mongóis ocorrida em 1260. Hulagu passou o fim dos anos 1250 abrindo seu caminho pela Pérsia. Um exército mongol saqueou Bagdá em 1258, assassinando o califa abássida enrolando-o num tapete e passando com seus cavalos por cima. Também destruíram a famosa biblioteca da cidade: consta que o rio Tigre ficou preto com a tinta dos livros jogados na água. No Cairo e em Damasco isso foi considerado um desastre de proporções épicas, que parecia ameaçar a própria existência de um Oriente Médio islâmico.[8] Dois anos depois, a horda de mongóis atravessou o Eufrates e os exércitos de Hulagu se entretiveram no norte da Síria, onde capturaram e arrasaram Alepo. Eles pareciam imbatíveis. Desesperados e aparentemente sob risco de uma erradicação total, Baibars e Cutuz, sultão do Egito, atravessaram a Palestina com um enorme exército para bloquear o caminho. Tal era a urgência dessa missão que os latinos do reino de Jerusalém permitiram que passassem incólumes por suas terras. Boemundo VI, príncipe da Antioquia e conde de Trípoli, tomou uma atitude diferente e apoiou os mongóis, convencendo-se de que eram o menor de dois males. Foi apoiado por outro potentado cristão do norte, Hetúmidas, rei da Cilícia, que era seu sogro.

Os mamelucos posicionaram-se contra os mongóis em ‘Ayn Jalut (As Fontes de Golias), na Galileia, em 3 de setembro de 1260 e conseguiram uma vitória quase miraculosa, salvando a Síria muçulmana de ser subjugada.

“Os mongóis foram derrotados, passados à espada e feitos prisioneiros”, escreveu o acadêmico egípcio Shihab al-Din Al-Nuwayri.[9] Quedebuga, o temível general mongol, estava entre os mortos. Animado com seu papel naquela incrível façanha, Baibars retornou ao Egito, tomando a liberdade de assassinar Cutuz a sangue-frio no caminho de volta. Era a segunda vez que Baibars ajudava a matar um sultão, e estava determinado de que ainda haveria um terceiro. Reivindicou o título para si, estabeleceu um novo califado abássida sediado no Cairo e não nas ruínas de Bagdá, designou um califa como seu títere e embarcou em vários grandiosos projetos de construção, dando início a um intenso programa de rearmamento.

A partir desse ponto, Baibars perseguiu dois objetivos paralelos. O primeiro era unificar os povos islâmicos do Egito e da Síria para formar um Estado mameluco único com a ajuda de um grande exército bem treinado e ultradisciplinado, capaz de resistir aos mongóis que decidissem voltar. O segundo era varrer os cristãos latinos da Palestina e da Síria.

A destruição dos francos era em parte uma questão de dever religioso e em parte uma necessidade prática. Era verdade que o apetite ocidental pelas cruzadas parecia ter diminuído depois de um século e meio de incansáveis e dispendiosos fracassos. O entusiasmo dos cruzados estava se voltando contra hereges e incréus mais próximos de casa. As guerras contra os almóadas do sul da Espanha continuavam, mas as guerras europeias de conquista religiosa também

apontavam para hereges de Catar, no sul da França, pagãos dos Balcãs, eslavos do norte da Europa, escandinavos, estonianos e poloneses. Era também verdade que os francos do Oriente formavam um grupo cada vez mais patético. Em 1260, o rei Conradino de Jerusalém, neto de Frederico Hohenstaufen, tinha oitenta anos e morava na Baviera, a mais de 3.200 quilômetros de distância. Em sua ausência havia pouca liderança política e nenhuma capacidade militar decente além dos templários, dos hospitalários e da Ordem Teutônica, que guarneciam quase todos os postos defensivos e controlavam a maior parte do território cada vez menor sob domínio latino. Violentas rivalidades eclodiram em Acre e em Tiro entre mercadores genoveses e venezianos, apoiados respectivamente pelos hospitalários e pelos templários, esgarçando o tecido do mundo franco.[2] Mas enquanto dominassem cidades costeiras como Jaffa e Cesareia, Acre e Tiro, os cristãos continuavam representando um perigo em potencial. E enquanto houvesse a possibilidade de serem reforçados pela chegada de algum novo rei cruzado com o desejo de glorificar o próprio nome por meio da guerra santa, o cenário de pesadelo de um compacto mongol-cristão continuava vivo.[10]

No início de seu reinado, Baibars enfrentara os francos com certa moderação, ameaçando-os com seus exércitos, mas também se mostrando aberto a tréguas e a negociações com lordes em troca do acesso a portos comerciais como Jaffa. Essa acomodação temporária ficou mais difícil com as atitudes dos templários e hospitalários que, apesar das

diferenças entre suas facções, se opunham a fazer tratados com Baibars, pois isso os obrigaria a libertar um grande número de seus escravos muçulmanos, que eram habilidosos artesãos e cativos muito úteis.[11] Um sinal da crescente intransigência do sultão surgiu em 1263, quando deu ordens para que seus homens incendiassem a igreja de Santa Maria, em Nazaré. Também tomou ações diretas contra os templários, solapando e destruindo um moinho fortificado em Doc, parte do anel de defesa em torno de Acre.

A verdadeira investida de Baibars começou em fevereiro de 1265. Seu exército invadiu o reino de Jerusalém e atacou Cesareia, pegando os habitantes de surpresa, tomando a cidade e esmagando a cidadela com um bombardeio de cinco de suas novas catapultas. Incapaz de se defender, a guarnição abandonou Cesareia por mar, em 5 de março, em busca de abrigo em Acre. Baibars mandou seus engenheiros arrasarem as defesas da cidade, tornando-a inútil para qualquer exército cristão que no futuro quisesse retomar o lugar.

Vendo o exemplo de Cesareia – fortificada por Luís IV com granito, o que deveria torná-la inexpugnável –, a guarnição da cidade próxima de Haifa se rendeu e partiu pelo mar. A seguinte da fila era Château Pèlerin. Baibars não estava preparado para sitiar a fortaleza templária, mas destruiu alguns assentamentos na área ao redor como um alerta. Em seguida fustigou Arsuf, num confronto que se prolongou por várias semanas. Hugo III de Chipre, regente nominal do reino de Jerusalém, comandou uma tentativa medíocre de romper o cerco. A missão de Hugo, pífia e com poucos efetivos, não deu

em nada. Em 30 de abril, Arsuf caiu e, assim como Cesareia e Haifa, foi destruída.

Baibars retornou ao Cairo, mas na primavera e no verão seguintes já estava de volta em território cristão. Dessa vez mirando o condado de Trípoli, arrasando uma série de pequenos castelos e aterrorizando camponeses e fazendeiros que viviam em torno de Acre, Tiro e Sidon. Mandou um exército para o norte para atacar Hetúmidas, rei da Cilícia, castigando-o severamente por ter ajudado os mongóis em Ayn Jalut: suas cidades foram queimadas e 40 mil de seus habitantes feitos prisioneiros.

De lá, Baibars voltou sua atenção para os templários do castelo de Safed. Enquanto parte de seus homens marcharam para o norte para se vingar do rei Hetúmidas, em junho de 1266, o próprio Baibars avançou contra a fortaleza templária.

Safed fora construída pelos templários nos mesmos moldes de Château Pèlerin. Nas palavras de um observador, era "inacessível e inexpugnável", protegida por torres de cinquenta metros de altura e controlada por oitenta cavaleiros e sargentos templários, cinquenta turcópolos e trezentos besteiros.[12] A construção datava de 1240 e sua existência contava uma história de transferência de responsabilidade na defesa da Terra Santa. A fortificação ficava a meio caminho entre a Acre cristã e a muçulmana Damasco, controlando um trecho da fronteira altamente sensível, porém lucrativa, que incluía inúmeros locais visitados por peregrinos cristãos, como o poço onde José foi vendido por seus irmãos, o local onde Jesus realizou o

milagre da multiplicação dos pães e peixes e a cidade natal de diversos apóstolos e de Maria Madalena. Lá, um pequeno castelo fora danificado por Saladino, e o plano inicial de reconstruí-lo foi conduzido por Theobald de Champagne, rei de Navarra, durante a cruzada de 1239. Mas, apesar de todo o falatório de Theobald, os 7 mil marcos que prometeu para a reconstrução do castelo nunca apareceram, e a supervisão do projeto ficou a cargo dos templários. A ordem arcou com os altos custos de um projeto de construção que levou vinte anos e de defender e guarnecer um posto avançado "útil e necessário [...] para todas as terras cristãs e [...] prejudicial [...] para os infiéis".[13] Ibn al-Furat, um cronista egípcio que escreveu uma admirável biografia de Baibars, definiu Safed como "um caroço na garganta da Síria e um obstáculo para a respiração no peito do islã".[14]

Outrora bem localizada e fortemente construída, Safed era guarnecida com "bons soldados, irmãos e sargentos". Ao chegar, Baibars mandou presentes para a guarnição do castelo como sinal de que a trataria com boa-fé se o castelo fosse rendido sem resistência. Em 21 de junho, os presentes foram devolvidos de forma enfática: disparados das ameias do castelo por catapultas defensivas. Baibars se ofendeu e jurou por Maomé que passaria os defensores na espada. Em seguida, segundo um cronista conhecido como o Templário de Tiro,[3] "ele preparou suas máquinas de sítio e atacaram o castelo".[15] Seus homens cavaram galerias e bombardearam as muralhas com pedras e fogo grego.

Tudo isso deu em nada, e em meados de julho o sultão se sentia cada vez mais frustrado, aprisionando temporariamente várias dezenas de seus emires alegando que eles não estavam se esforçando o suficiente para derrubar o castelo. Em 20 de julho, um resultante aumento das atividades conseguiu tomar o barbacã de Safed – a guarita fortificada no perímetro externo do castelo –, mas no decorrer desse pequeno avanço o exército mameluco sofreu pesadas baixas. "O sultão temia não ser capaz de tomar [Safed] à força sem perder [muitos dos] seus homens", escreveu o Templário de Tiro. Baibars suspendeu o ataque e elaborou outro plano.[16]

Nenhum castelo templário abrigava apenas membros da ordem, e em Safed os cavaleiros-irmãos de túnicas brancas e os sargentos de capas negras formavam somente uma minoria entre os habitantes. Havia um grande número de servos, besteiros mercenários, a cavalaria ligeira dos turcópolos sírios e civis que fugiram de cidades e aldeias próximas em busca de refúgio, enquanto Baibars se aproximava. Era um grupo variado, e o sultão resolveu explorar suas diferenças potenciais, adotando a antiga estratégia de atacar o moral em vez de as muralhas. Depois de se certificar de que Safed estava impedida de receber reforços, ele instruiu os arautos públicos a se postarem a uma distância em que conseguissem ouvir, nas proximidades do complexo do castelo, e anunciou estar preparado para conceder salvo-conduto para todos os sírios – uma oferta aceita com gratidão por um grande número de turcópolos e

mercenários. O sultão queria semear a discórdia dentro da fortaleza, e conseguiu. Em pouco tempo muitos desertaram. Então, com o barbacã ainda sob ocupação, os templários se encontravam "muito enfraquecidos" e em "considerável desunião".[17]

No castelo, os irmãos convocaram um conselho. Depois de algumas deliberações, decidiram despachar um sargento chamado Leon Cazalier (conhecido como Irmão Leo), que falava o idioma nativo de Baibars, para exigir os mesmos direitos oferecidos aos sírios para os cristãos francos. O sultão ouviu o pedido educadamente e deu uma resposta não comprometedora. Depois teve uma conversa em particular com o Irmão Leo e informou ao sargento que se sentira mortalmente ofendido pela rejeição de seus presentes pelos templários, que pretendia executar todos os membros da guarnição e que isso com certeza incluía o Irmão Leo, que sofreria o fim mais agonizante de todos se não voltasse ao castelo e passasse uma mensagem específica aos seus camaradas.

Fraco, assustado e sem querer ter uma amostra da inventividade da crueldade de Baibars, Irmão Leo voltou rapidamente para seus irmãos templários com a boca cheia de mentiras. "Ele voltou ao castelo e disse que o sultão havia autorizado salvo-conduto para todos, e que o próprio sultão faria esse juramento pessoalmente quando os visse", escreveu o Templário de Tiro.[18] Com isso, condenava todos à morte.

Na manhã seguinte, Baibars apareceu diante de Safed e anunciou que, se os templários depusessem as armas e entregassem o castelo, ele os escoltaria em segurança até Acre, que estava rapidamente se tornando o único lugar seguro no litoral para os francos cristãos. O acordo foi aceito e os irmãos e seus dependentes se prepararam para partir.

Infelizmente para os templários, Baibars não era Baibars. O sultão escolheu um de seus emires que mais se parecia com ele, vestiu-o com roupas da realeza e o mandou fazer um acordo espúrio. Qualquer um que conhecesse o sultão de vista poderia ter percebido a diferença quando não visse o brilho de seus olhos azuis estriados de branco, mas do alto das ameias do castelo os templários foram enganados.

Em 24 de julho, a luta foi suspensa, os portões de Safed abertos e seus habitantes começaram a sair: cavaleiros templários e sargentos acompanhados por mais de mil pessoas refugiadas dentro das muralhas da fortaleza havia quase dois meses. Partiram com a escolta na direção de Acre, porém, mal tinham percorrido um quilômetro, foram detidos e cercados perto de um pequeno morro que os próprios templários já haviam usado como local para execuções. Um a um, todos foram decapitados. A justificativa foi que vários templários tinham saído do castelo com suas armas, e que houve tentativas de trazer muçulmanos disfarçados de cristãos sírios. Essa versão pode ou não ser verdadeira. De qualquer forma, fosse qual fosse o salvo-conduto que os templários acharam que fora prometido, era suficientemente tênue para ser desconsiderado. Baibars demonstrou ser

inventivo e de uma crueldade completa. Poupou dois homens e matou todos os outros 1.500 cativos de Safed, empilhando seus corpos e construindo uma pequena muralha ao redor para preservar um fosso de ossos e crânios para a posteridade.

Irmão Leo foi um dos poupados e levado à tenda do sultão, onde lhe serviram leite de égua para beber e ele cometeu a apostasia de se tornar muçulmano. Outro cristão, escolhido ao acaso, foi mandado para Acre com a missão de contar sua história e apresentar aos seus companheiros cristãos uma amostra do que viria pela frente. Ao contrário de Cesareia, Arsuf e Haifa, Safed não foi destruída. Baibars instalou uma guarnição muçulmana e transformou a fortaleza reformada em um eixo do poder mameluco na Galileia.

✢

A perda de Safed abalou os templários até o âmago. Eles ainda guarneciam muitos castelos nos cada vez mais erodidos Estados cruzados, mas só poucos se igualavam ao de Safed, que Baibars conseguira tomar em menos de dois meses. Era difícil se mostrar otimista. Os hospitalários enviaram uma ansiosa comitiva a Baibars rogando para que deixasse em paz um par de seus castelos mais valiosos, Margat e Crac des Chevaliers, no condado de Trípoli. Baibars concordou com um pacto de não agressão de dez anos, mas

com a condição de os hospitalários repassarem a ele os proventos dos tributos arrecadados nos distritos ao redor.

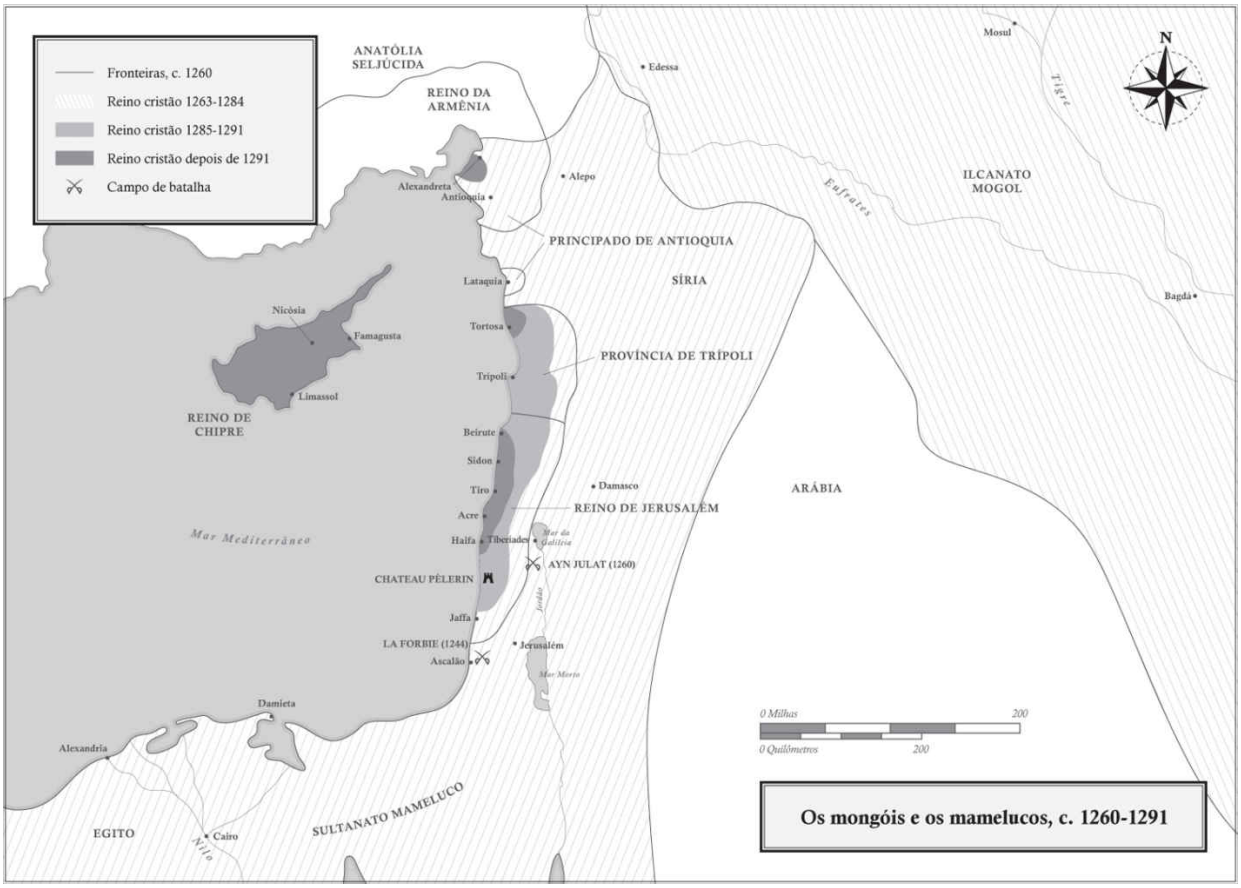
Pouco depois da queda de Safed, um cavaleiro templário chamado Ricaut Bonomel escreveu um poema refletindo amargamente as perdas sofridas pela ordem, derramando seus sentimentos com uma candura extraordinária. Bonomel amaldiçoou o papa por permitir que cristãos ocidentais que haviam adotado a cruz lutassem contra os Hohenstaufen na Sicília em vez de insistir para que cumprissem seus votos em Acre resistindo a Baibars. Depois insinuou que talvez Cristo não se importasse mais com os cruzados.

"Ira e tristeza estão entrincheiradas no meu coração", escreveu:

> De forma que estou quase pronto para me matar, ou abandonar a cruz que assumi em honra Daquele que foi posto na cruz. Pois nem a cruz nem a fé me prestam socorro ou proteção contra os malignos turcos, que Deus os amaldiçoe! Ao contrário, até onde posso ver, Deus quer apoiá-los em detrimento de nós. [...] Como Deus, que costumava ser vigilante, está adormecido, Maomé está operando com todo seu poder e incitando [Baibars] a fazer o mesmo.[19]

É chocante ver Bonomel expressar seu ódio pelos mamelucos em termos que ecoavam os usados pelos muçulmanos para definir os francos. A frase "Deus os amaldiçoe!" havia jorrado dos lábios e das penas de

incontáveis poetas, cronistas, administradores e escribas islâmicos ao longo de décadas. Aliás, os mamelucos e os templários logo ficaram bem parecidos uns com os outros, e cada vez mais se odiavam por sua excelência. Os dois lados eram formados por castas de guerreiros de elite e forasteiros no Oriente Médio. Os templários eram selecionados por eles mesmos e movidos por uma vocação religiosa, e a maioria chegou a ultramar vinda da França, da Espanha e da Inglaterra; os mamelucos foram trazidos à força como escravos das estepes para o Egito. Embora pudessem ter filhos – o que os templários não podiam por terem feito voto de castidade –, o status dos mamelucos não era hereditário, e o bem-estar e sobrevivência do indivíduo era muito menos importante que o da organização. Os mamelucos se orgulhavam de suas excepcionais habilidades marciais, com a destreza na montaria valorizada acima de tudo. Assim como a regra dos templários funcionava em parte como um manual militar, preservando aspectos essenciais da estratégia de campo, havia também uma farta literatura mameluca sobre *furusiyya*: técnicas, treinamento e estilo de vida que se esperavam que um consumado cavaleiro mameluco dominasse. Ambos tinham elaborado rituais de investidura: os mamelucos recebiam calças cerimoniais quando concluíam seu treinamento, assim como os respeitados guerreiros do Ocidente eram agraciados com o cinto da cavalaria.[20] Finalmente, os dois grupos atribuíam um alto valor ao martírio. A essência da vocação era estar pronto para morrer a serviço de Deus e da guerra santa.



A grande diferença é que os templários não haviam se *tornado* o Estado. Outrora uma guarda real, os mamelucos agora comandavam a maquinaria de governo do Cairo a Damasco, dirigiam suas próprias operações militares e faziam política. O califa abássida no Cairo era então um títere do sultão mameluco. A elite militar havia assumido o controle total.

Os templários, por outro lado, dividiam com os hospitalários e a Ordem Teutônica a pesada carga da defesa dos Estados latinos no ultramar: guarnecendo castelos, travando batalhas, absorvendo pesadas perdas e financiando o esforço de guerra a partir de suas terras e casas no

Ocidente. Era uma tarefa ainda mais difícil. O apoio para novas cruzadas ocidentais havia secado, o reinado ausente dos Hohenstaufen colocara nobres orientais uns contra os outros, e a porção de terras cada vez menor de onde recolher receita tornava a defesa de castelos e cidades cada vez menos viáveis. A segurança dos Estados latinos recaía sobre seus ombros, mas em essência as ordens militares continuaram como servidoras, dependentes de uma política papal e acorrentadas às altas políticas da cristandade ocidental. Até certo ponto eles podiam e de fato buscavam políticas e alianças de sua própria escolha, coincidissem ou não com os favores reais. Porém, em essência, estavam vulneráveis, como o Papa Clemente IV ressaltou para o mestre Thomas Bérard em carta de 1265. Uma disputa a respeito do comportamento do marechal da ordem na Suíça, Stephen de Sissy, levou Clemente a relembrar Thomas da ordem natural das coisas: "Se a Igreja retirar por pouco tempo sua mão protetora [...] vocês não teriam meios de subsistir contra os ataques dos prelados ou da força dos príncipes".[21] A ordem era rica, independente e autoconfiante, mas não era de fato autônoma. Na distante região do Báltico, no nordeste da Europa, a Ordem Teutônica havia começado a forjar um Estado próprio, que se estendia da Prússia à Estônia, graças ao patrocínio dos príncipes Hohenstaufen. Mas não havia algo como um Estado templário, e jamais haveria.

✢

Em 1268, Baibars fez uma nova investida contra o agora muito reduzido reinado latino. Partiu do Egito na primavera e atacou Jaffa, que caiu em meio dia de luta, em 17 de março. O sultão assinalou sua entrada no porto de Jerusalém ao confiscar a valiosa relíquia dos cidadãos, a cabeça de São Jorge. O ataque terminou com a visão já familiar de cristãos pulando nos barcos e fugindo do ancoradouro, em busca de refúgios mais seguros ao norte. Restavam muito poucos. Depois da queda de Jaffa, não havia mais nada abaixo de Acre nas mãos de cristãos, a não ser o castelo templário costeiro de Château Pèlerin.

Mais uma vez decidindo que o Château Pèlerin poderia esperar, Baibars voltou-se para outra fortaleza templária: o castelo de Beaufort, a leste de Tiro e no condado de Trípoli, construído sobre um afloramento rochoso atrás de um duplo anel de fortificações. Os templários tinham assumido Beaufort em 1200, reforçando suas muralhas defensivas. Em tempos comuns, eles teriam conseguido defendê-lo com facilidade. Mas, na primavera de 1268, estavam desmoralizados e sobrepujados em número. Duas semanas após a chegada de Baibars, a guarnição templária fez uma proposta de paz, entregando-se como prisioneiros sob a condição de que mulheres e crianças que haviam se refugiado nos vilarejos próximos pudessem partir livremente para Tiro. Baibars concordou, guarneceu o castelo com seus homens, derrubou as novas muralhas dos templários e continuou rumo ao norte para atacar Boemundo VI em Antioquia, que fora tolo o suficiente de se aliar aos mongóis.

A essa altura, o sultão só precisava passar por uma cidade ou castelo cristão para os habitantes saírem pedindo misericórdia. Ao saberem que Beaufort havia caído, os templários de Tortosa e Château Blanc despacharam enviados para pedir aos mamelucos que não os destruíssem também. Baibars concordou sob a condição de se apossar do acostamento litorâneo e fortaleza de Jabala, no principado de Antioquia, sem luta. O templário responsável pela negociação com o sultão era o preceptor de Tortosa, Mathieu Sauvage, que durante os três últimos anos tivera um relacionamento tão cordial quanto possível com o sultão, apesar de baseado no apaziguamento e na aquiescência. Sauvage entregou a parte de interesse dos templários em Jabala, e os hospitalários, com os quais a ordem dividia a cidade, logo fizeram o mesmo.[22]

A resistência estava derretendo. No início de maio, Baibars chegou à grande cidade de Antioquia e a pôs sob sítio. O governante, Boemundo VI, estava em Trípoli, e sem ele os cidadãos de Antioquia só pensaram em salvar as próprias vidas. "[Os cidadãos] quase não se defenderam", escreveu o Templário de Tiro. Mesmo assim, não foram tratados com clemência. "Quando a cidade foi tomada, mais de 17 mil pessoas que lá estavam foram mortas e mais de 100 mil pessoas, tanto leigos como religiosos – homens, mulheres e crianças –, foram feitas prisioneiras."[23] Esses números foram exagerados, mas não o senso grotesco da crueldade. Os portões de Antioquia foram trancados pelos mamelucos, que percorreram as ruas com fúria assassina, escravizando os que

não matavam e amealhando tanto butim que foram necessários dois dias inteiros para ser dividido. Um fogo aceso na cidadela consumiu as construções ao redor, e uma das maiores cidades do Oriente cristão – a primeira na Síria a ser tomada pelos cruzados originais, em 1098 – foi reduzida a um lugarejo esquecido.

Boemundo VI estava em Trípoli durante o ataque de Baibars, por isso perdeu um de seus títulos a distância. Sem Antioquia não poderia haver um principado, e os castelos que controlavam a região logo se tornaram redundantes. Vários deles eram guarnecidos por templários, que não tiveram escolha a não ser abandoná-los. Desde 1130 a ordem vinha protegendo os desfiladeiros de Amanus, que ligavam a Ásia Menor ao noroeste da Síria. Mas, depois de mais de um século, eles abandonavam suas posições em silêncio, retirando-se de seus castelos de Roche de Roussel e Gaston (Baghras) quase sem um suspiro. Gaston havia sido memoravelmente descrito por Imad al-Din como "imponente sobre um cume impenetrável [...] envolto em neblina, inseparável das nuvens, suspenso pelo sol e pela lua [...] quem o cobiçasse não tinha meios para chegar lá; quem erguesse os olhos para ele não conseguia fixar o olhar".[24] Não para Baibars, que o tomou sem luta. Recebeu as chaves de um irmão chamado Gins de Belin, que saiu a cavalo por iniciativa própria para fazer a paz com o sultão enquanto os demais irmãos estavam jantando.

Depois disso não havia mais esperança. Os irmãos partiram de Gaston com tanta pressa que deixaram de

destruir todos os seus equipamentos, uma grande falha no protocolo, pela qual o comandante foi depois punido em Acre. O mestre Thomas Bérard aconselhou-se com seus oficiais superiores e impôs uma severa sentença aos desertores: uma penitência de um ano e um dia durante os quais eles ficariam despidos de seus hábitos e fariam suas refeições no chão com os cães. O caso foi escrito e acrescentado a pelo menos uma edição da regra dos templários oficial, afirmando que o castigo foi considerado excepcionalmente leniente.[25]

✢

Em 1268, Baibars já tinha eliminado o principado de Antioquia e os domínios do reino de Jerusalém na Palestina. Só restava o condado de Trípoli, além do reinado cristão de Chipre, a pouca distância por mar. Os latinos do Oriente oscilavam à beira do extermínio. Sem reforços do Ocidente, eles não sobreviveriam a mais um ataque prolongado de Baibars. Mas o apetite pelas cruzadas mal tremulava no coração da maioria dos príncipes ocidentais. O poeta francês conhecido como Rutebeuf escreveu uma obra repreendendo seus conterrâneos por sua negligência com Jerusalém. Seu "Lamento da Terra Santa" lamentava a falta de heróis modernos preparados para emular os heróis da Primeira Cruzada. "Eles preferem permitir que os beduínos tomem a Terra Santa, que foi tirada de nós por nossas falhas", escreveu. "Os tártaros estão chegando [...] para destruir tudo:

não haverá ninguém para defendê-la. [...] O mundo está chegando ao fim."[26]

Esse fim foi adiado pela chegada de duas pequenas missões do Ocidente. O prometido retorno de Luís IX nunca aconteceu: o rei francês preferiu atacar Túnis, no Norte da África, onde a disenteria finalmente o levou à morte em 1270. A primeira missão a chegar a ultramar foi liderada por dois filhos bastardos de Jaime I, rei de Aragão. Eles aportaram em Acre em outubro de 1269 para coordenarem um ataque mongol a Baibars, mas a primeira tentativa de enfrentar um exército mameluco no campo de batalha foi derrotada sem cerimônia. A segunda, liderada por lorde Eduardo, como o filho mais velho e herdeiro do rei Henrique III era conhecido, aportou em 1271, fez algumas incursões em direção a Jerusalém acompanhado pelas ordens militares, mas partiu no ano seguinte, depois de ter vencido pouco mais que algumas escaramuças. O único feito mais duradouro de Eduardo foi fechar um tratado de paz de dez anos para preservar Acre e os poucos castelos no litoral restantes até que um exército cruzado muito maior pudesse ser enviado, ou até que os latinos do Oriente conseguissem de alguma forma se recuperar para resistir sem ajuda. Nenhuma dessas alternativas parecia provável. Durante essa breve agitação, Baibars continuou a ganhar terreno, tomando o grande castelo hospitalário de Crac des Chevaliers em abril de 1270 e a orgulhosa fortaleza da Ordem Teutônica de Montfort em junho de 1271.

A paz negociada por Eduardo foi ratificada onze meses depois da queda de Montfort, em abril de 1272, e isso afinal encerrou a implacável série de ataques de Baibars a territórios francos. O sultão viveu mais cinco anos e morreu de forma misteriosa, talvez envenenado, em 1º de junho de 1277. Seu reinado transformou toda a compleição da Terra Santa. Foi um tempo punitivo e traumatizante para os francos, mais especialmente para os templários, que perderam muitos homens, alguns de seus melhores castelos e boa parte de sua reputação de indomáveis. Foram tão impotentes quanto suas contrapartes hospitalária e teutônica para resistir ao ímpeto dos mamelucos – um fracasso com consequências cada vez mais desconfortáveis quando as pessoas começaram a procurar razões para a decadência e aniquilação de ultramar.

Em 1273, Thomas de Bérard morreu, e Guillaume de Beaujeu, o preceptor templário na Sicília, foi eleito para liderar a ordem em seu lugar. Guillaume adiou sua viagem ao Oriente para participar de um grande concílio ecumênico convocado pelo Papa Gregório X, conhecido como o Segundo Concílio de Lyon, no qual foram discutidos planos para uma reação ocidental às conquistas de Baibars. O concílio aconteceu no verão de 1274, depois do que Guillaume ficou livre para viajar a Acre, de onde relatou suas primeiras impressões. Em 2 de outubro de 1275, escreveu a Eduardo, que sucedera ao pai como rei Eduardo I da Inglaterra.

“Encontramos a terra e seus habitantes quase completamente inconsoláveis”, escreveu Guillaume.

> Encontramos a casa do Templo em um estado mais fraco e mais frágil do que jamais no passado; falta comida, há muitas despesas, receitas são quase inexistentes [...] todos os bens dos irmãos [...] foram pilhados pelo poderoso sultão. E os rendimentos de além-mar não são suficientes para nos manter vivos; temos custos incalculáveis para defender a Terra Santa e fortalecer os castelos que permaneceram.
>
> Tudo isso, receamos, nos fará fracassar em nosso dever e abandonar a Terra Santa desolados. É neste relato em desculpa por um fracasso desse tipo que pedimos a sua majestade para providenciar algum remédio adequado, para que possamos não ser culpados depois, se algo desastroso acontecer.[27]

Embora não soubesse, mestre Guillaume de Beaujeu estava escrevendo mais que uma carta suplicante ao rei da Inglaterra.

Estava enviando ao rei uma profecia.

18

“A cidade cairá”

✝

Quando ouviu os tambores sarracenos, Guillaume de Beaujeu entrou em ação tão prontamente que mal teve tempo de afivelar a armadura. O mestre estava numa casa templária em Montmusard, um grande bairro periférico de Acre fora da cidade velha, mas ainda no interior do duplo anel de muralhas externas. O som vinha das proximidades do portão de santo Antônio, na zona leste, uma seção das muralhas geralmente deixada para ser defendida pelos hospitalários.[1] Mas era suficientemente alto e próximo para Guillaume perceber que o pior havia acontecido. Depois de seis semanas e um dia de bombardeio incessante, na sexta-feira, 18 de maio de 1291, o exército mameluco finalmente conseguiu invadir Acre. Se não fossem

detidos imediatamente, teria início uma batalha pelas ruas e bastava o desequilíbrio numérico para indicar que os cristãos estavam perdidos. Estimava-se que o exército mameluco contasse com centenas de milhares de homens; os defensores de Acre encontravam-se em desvantagem numa proporção de mais ou menos dez para um.

Uma evacuação de mulheres e crianças já havia sido tentada nas docas, apesar de o mar agitado dificultar a ancoragem de navios de resgate perto do porto. Ninguém que continuava na cidade poderia esperar por misericórdia. O exército que os sitiava era comandado pelo novo sultão mameluco, Al-Ashraf Khalil, que assumira o sultanato em 1290. Recentemente havia escrito para Guillaume de Beaujeu, apresentando-se sem modéstia, porém não exatamente de forma exagerada, como:

> O Sultão dos Sultões, o Rei dos Reis, o Lorde dos Lordes [...] poderoso, temível, o flagelo dos rebeldes, caçador de francos e tártaros e armênios, o Conquistador de Castelos das Mãos dos Infames, Senhor dos Dois Mares, Guardião dos Dois Sítios de Peregrinação.[2]

Costumava dar às catapultas de sua artilharia pesada apelidos como “Furiosa” e “Vitória”. Não era um homem leniente nem generoso.

Ao entrar em ação, Guillaume Beaujeu reuniu todos os homens capacitados que conseguiu encontrar. A maioria dos

templários de Acre estava baseada na cidade velha, na fortaleza perto das docas, mas Guillaume tinha dez ou doze irmãos ao seu lado em Montmusard, além da sua guarda pessoal formada por dois cavaleiros, um sargento, um turcópolo, um escudeiro e uns dois soldados da infantaria. Não era muito, mas o melhor que havia. O pequeno esquadrão galopou pelas ruas de Montmusard em direção ao portão de santo Antônio, recrutando no caminho o mestre dos hospitalários, Jean de Villiers, com um *entourage* aproximadamente do mesmo tamanho e composição.[3] Todos chegaram ao portão a tempo de ver soldados mamelucos se espremendo pela fenda na muralha, e foram à luta.

"Parecia", escreveu o Templário de Tiro:

> Que estavam arremetendo contra uma muralha de pedra. Os inimigos que lançavam fogo grego o faziam com tanta frequência e tão densamente e produziam tanta fumaça que um homem mal conseguia enxergar o outro. Em meio à fumaça, arqueiros disparavam tantas flechas que nossos homens e montarias foram terrivelmente feridos.[4]

Um escudeiro inglês, lutando a pé depois de seu cavalo ter sido abatido, foi atingido diretamente por um míssil flamejante, que ateou fogo a sua túnica, e as chamas queimaram seu rosto e depois o corpo todo "como se fosse um caldeirão de piche". Os mamelucos defendiam suas fileiras atrás de uma muralha de escudos, lutando com

lanças, flechas, projéteis incendiários, invadindo gradualmente a cidade. Durante várias horas templários e hospitalários lançaram cargas de cavalaria contra a muralha de escudos, mas em todas as ocasiões foram rechaçados por uma saraivada de projéteis. No meio da manhã, o moral estava afundando. Na medida em que os soldados mamelucos avançavam atrás de sua barricada, mais invasores preenchiam a lacuna que deixavam pelo caminho.

Guillaume de Beaujeu lutava a cavalo entre seus homens, empunhando uma lança na mão direita. Ao erguer o braço esquerdo, talvez para chamar outra carga contra as linhas inimigas, um dardo lançado do portão atingiu-o na axila, num ponto em que havia uma brecha entre as placas de sua armadura. “O dardo penetrou um palmo no seu corpo”, escreveu o Templário de Tiro que, como membro dos servidores da casa de Guillaume, observava o andamento da batalha.

Guillaume não foi derrubado da cela, mas sabia que seu ferimento era fatal. Virou o cavalo e fez menção de se retirar. Por hábito, sua comitiva pessoal o seguiu, inclusive o sargento portando seu estandarte preto e branco. Um bando de cruzados italianos que se juntara à batalha o viu se afastando e deduziu que os templários tinham perdido a coragem. “Pelo amor de Deus, senhor, não se retire senão a cidade cairá agora mesmo!”, gritaram.

Alertado sobre o perigo de um pânico geral, Guillaume gritou o mais alto que conseguiu: “Milordes, eu não posso

continuar, pois fui morto; vejam isto aqui!". Apontou para o dardo ainda cravado em sua axila, mas sucumbiu ao levantar o braço para mostrar o ferimento. O mestre largou a lança, a cabeça tombou e começou a escorregar da montaria. Ao redor, seus servos correram para ajudá-lo a descer do cavalo e, usando um escudo abandonado como padiola, o levaram para uma casa segura e o deitaram para cuidar dos ferimentos. Conseguiram remover as cintas do peitoral, mas não tirar a armadura dos ombros; puseram-no semidespido num cobertor e o levaram até a praia para tentar tirá-lo da cidade em um bote. Atrás deles, as bandeiras do sultão começavam a ser hasteadas nas muralhas de Acre.

Escapar pela praia era impossível. Ondas enormes obrigaram os companheiros de Guillaume a voltar, e por isso eles se dirigiram com seu mestre, agora deitado em silêncio, para o composto dos templários na extremidade sudoeste da cidade, entrando por um portão lateral e transportando-o por um estábulo ao ar livre com grandes pilhas de estrume de cavalo. Já dentro da mansão, mestre Guillaume permaneceu deitado e sem falar nada pelo resto do dia. No fim da tarde, ouviu uma comoção do lado de fora e gesticulou aos seus atendentes para saber o que estava acontecendo. "Eles disseram que eram homens lutando", registrou o Templário de Tiro, "e ele ordenou que o deixassem em paz."

✢

Guillaume de Beaujeu morreu naquela noite. A cidade de Acre caiu. Os mamelucos entraram por três pontos das muralhas, invadindo as ruas e matando indiscriminadamente. O Templário de Tiro viu mulheres da nobreza e freiras correndo para as docas, algumas damas grávidas ou com bebês no colo. As que não conseguiram fugir foram separadas dos filhos e tomadas como escravas ou pisoteadas sob os cascos dos cavalos dos invasores. Bebês foram eviscerados e esmagados. A evacuação na praia tempestuosa continuou, com galés genovesas levando civis para navios maiores ao largo, esperando para partir para Chipre. O rei de Chipre, Hugo III, fugiu para o seu reino, assim como inúmeros fidalgos ocidentais, mas o patriarca de Jerusalém, Nicolas de Hanapes, morreu afogado ao escorregar e cair na água enquanto tentava subir em um bote lotado. Um grupo de templários comandados pelo veterano preceptor Thibaud Gaudin fugiu para Sidon, refugiaram-se no castelo templário e elegeram Thibaud como o novo mestre da ordem. Os que não conseguiram uma vaga em algum navio se dirigiram para o único local seguro que restara na cidade, a fortaleza templária, um imponente farol no quebra-mar, com torres encimadas por leões dourados do tamanho de um jumento.

Com a morte de seu mestre, os templários de Acre ficaram sob o comando de Pierre de Sevrey, o marechal que levou o maior número possível de civis que conseguiu para o composto templário e montou barricadas nos portões.

Depois de vários dias, Al-Ashraf mandou um mensageiro aos templários se oferecendo para escoltar os não combatentes para fora da cidade. Pierre de Sevrey concordou, mas a comitiva de salvo-conduto que entrou no complexo era composta por quatrocentos cavaleiros indisciplinados, que começaram a atacar mulheres e crianças antes mesmo de terem saído pelos portões.[5]

O marechal se recusou a aceitar aquela situação. Ordenou que os portões do complexo fossem trancados de novo, prendendo quatrocentos muçulmanos dentro. Teve início uma batalha no pátio interno. Dessa vez os cristãos estavam em vantagem e mataram quase todos os prisioneiros, decepando suas cabeças. O Templário de Tiro escreveu que "nenhum escapou vivo". Não foi exatamente a verdade: um dos homens de Al-Ashraf escreveu mais tarde que lutou por uma hora antes de fugir com mais nove soldados para uma das torres da fortaleza à beira-mar e de lá mergulhando nas ondas. "Alguns morreram, outros foram aleijados e uns foram poupados por algum tempo", escreveu.[6] A luta foi encarniçada e tenaz por uma simples razão: todos sabiam que aquele não era apenas o último bastião de Acre. Era o fim dos Estados cruzados.

Quando a batalha terminou, Pierre de Sevrey recebeu outra mensagem do sultão. Disse que entendia que seus homens haviam provocado a própria morte e convidou o marechal a sair para conversar. Para Pierre, deve ter sido uma decisão torturante. Se saísse da fortaleza, estaria

colocando seus homens e a si mesmo à mercê do sultão. Se continuasse ali, não havia esperança de reforços ou de uma retirada. Todos que conseguiram fugir de Acre já estavam longe. Acre estava perdida. Os que ficaram não podiam contra com mais ninguém. Ainda com esperança de salvar as vidas dos civis sob sua proteção, Pierre partiu seguido por uma delegação de irmãos templários, mas todos foram decapitados assim que chegaram ao acampamento inimigo. Engenheiros mamelucos começaram a cavar túneis para derrubar as torres da fortaleza. Três dias depois, na segunda-feira, 28 de maio, as torres desabaram e as tropas inimigas invadiram.

O complexo foi tomado, a capitulação de Acre estava consumada.

✢

Jacques de Molay, um cavaleiro burgúndio, de cerca de 47 anos, estava em Nicósia, no Chipre, quando Acre caiu. Como todos os outros templários da Terra Santa que não foram dilacerados quando os mamelucos invadiram as ruas, ele ouviu as terríveis notícias de um fluxo de aterrorizados sobreviventes.[7]

A maioria dos navios que evacuaram Acre desembarcaram seus passageiros em Chipre. Os exilados foram acompanhados por outros que fugiam dos últimos assentamentos da costa levantina. Quase imediatamente

após ser eleito, o novo mestre templário Thibaud Gaudin abandonou seu posto e foi para Chipre, alegando que iria buscar ajuda. O restante dos irmãos não esperou muito tempo para saber se ele fora ou não bem-sucedido e saíram de Sidon por conta e risco em 14 de julho.

Ao norte de Acre, os mamelucos encontraram Tiro quase deserta quando chegaram; Beirute foi abandonada mais ou menos na mesma época. No começo de agosto, tudo o que restava nas mãos dos cristãos eram os castelos templários, que também não poderiam resistir sozinhos por muito tempo. Em 3 de agosto, Tortosa se rendeu, e onze dias depois a guarnição de Château Pèlerin também desistiu de resistir. "Eles perceberam claramente que não eram mais capazes de defender o castelo", escreveu o Templário de Tiro, "por isso o abandonaram e foram para a ilha de Chipre, e os sarracenos concluíram sua destruição da terra. [...] Tudo estava perdido, de forma que ao todo os cristãos não detinham nem um palmo de terra na Síria."[8]

Observar todos esses acontecimentos deve ter sido uma das experiências mais desalentadoras da carreira de Jacques de Molay como templário, que já fora uma sucessão de frustrações e contrariedades. Jacques era um servidor de longa data dos templários, tendo ingressado na ordem com pouco mais de vinte anos, em 1265, numa grande cerimônia conduzida por Almery de la Roche, o mais antigo templário na França, e assistida pelo mestre dos templários da Inglaterra.[9] O padrão habitual de recrutamento era enviar

seus jovens e energéticos recém-ingressos à Terra Santa, enquanto os membros mais velhos e menos aptos fisicamente permaneciam no Ocidente. Foi exatamente o que aconteceu com Jacques, que aportou no Oriente em algum momento no fim dos anos 1270.[10]

Na época em que chegou, embora ainda perdurasse o período de dez anos de trégua acordado com Eduardo I, Baibars já havia infligido prejuízos fatais aos Estados latinos. Mais tarde Jacques se lembraria de ter achado difícil suportar essa trégua e que "cochichava" contra o mestre, contrariado por sua disposição em manter a paz com um inimigo da Igreja. Só mais tarde ele veio a entender que "o mencionado mestre não poderia ter agido de outra forma".[11] Como qualquer jovem soldado de sua idade, Jacques tinha entrado para os templários para lutar, não para ficar parado enquanto a Terra Santa cristã era desmembrada. Mas foi exatamente o que ele teve de fazer, pois as conversas sobre uma nova cruzada deram em nada e Al-Ashraf terminou o trabalho começado por Baibars.

Em 1292, a carreira de Molay foi transformada pela morte do efêmero mestre Thibaud Gaudin.[12] O número de candidatos à sucessão deve ter sido pequeno. Em quatro dias, depois de uma campanha rápida e esperta (que depois seria criticada), Jacques conseguiu assegurar a própria eleição contra o candidato rival, Hugo de Piraud. Mais tarde foi dito que ele conseguiu isso ao alegar não ter interesse pelo cargo e se oferecendo para supervisionar o processo de

eleição como um líder imparcial e interino, só para depois usar essa posição para fazer lobby e obter o cargo de mestre. Jacques sabia como manipular os procedimentos e os protocolos da ordem. Com certeza sabia também como fazer inimigos; o Templário de Tiro, cuja associação direta com a ordem terminou com a morte de seu empregador, Guillaume de Beaujeu, o chamou de ambicioso e "mesquinho além do normal".[13]

Mas a eleição nem valeria a pena. Continuava sendo um péssimo momento para assumir o comando. A ordem estava quebrada, sem seus castelos e banida da terra em que havia sido criada para proteger. Mas em meio ao caos, Jacques de Molay vislumbrou uma oportunidade. Entregou-se à tarefa de reconstruir o recrutamento de templários no Oriente, em preparação para o que na sua cabeça era um inevitável ressurgimento do movimento cruzadista.

Mas ele não poderia conseguir isso em Chipre. Assim, pouco depois da eleição, empreendeu a longa viagem ao Ocidente, para fazer uma turnê pelas cortes reais com a intenção de reviver o entusiasmo para uma nova missão para libertar a Terra Santa.

✢

As terríveis notícias sobre a perda de Acre chegaram a Paris no início de agosto. Uma das primeiras informações veio do mestre dos hospitalários, Jean de Villiers, que

escreveu uma triste carta a um colega na França relatando "a infeliz e a pesarosa queda" da cidade.[14] Más notícias da Terra Santa não eram uma raridade, mas esse era um golpe sério. Ao saber das notícias "muito duras e amargas", o Papa Nicolau IV ordenou que conselhos provinciais da Igreja se reunissem por toda a cristandade para enviar a Roma suas melhores sugestões sobre como recuperar o que fora perdido.[15] Em sua carta determinando essas reuniões, o Papa Nicolau exigiu um claro plano de ação, recomendações específicas sobre como financiar uma nova cruzada e sugestões de sua destinação. Manobrou os conselhos em torno de uma ideia que começara a circular alguns anos antes: uma fusão das ordens militares em uma única e unificada instituição capaz de recuperar Jerusalém e mantê-la para sempre.

A ideia de juntar as ordens não era nova. Foi lançada pela primeira vez em 1274 no Segundo Concílio de Lyon, um sínodo geral convocado para discutir a resistência na sequência das conquistas de Baibars. Uma proposta de unir templários, hospitalários e a Ordem Teutônica com as outras, vários grupos surgidos numa imitação do que fora vetado pelos reis da Espanha, que não estavam dispostos a abrir mão de suas ordens regionais (como a Ordem Castelhana de Calatrava e a Ordem de Alcântara). Em 1292, essa ideia foi revivida. Nas palavras do Papa Nicolau, o motivo era que tanto "homens de valor" quanto "a voz popular" clamavam pela unificação e reforma.[16]

Fosse ou não verdade, templários e hospitalários estavam vulneráveis a críticas, no momento em que as catastróficas perdas para os mamelucos exigiam uma explicação. Desde seus confrontos com o imperador do Sacro Império Romano, Frederico Hohenstaufen, nos anos 1220, as duas ordens foram um elemento de resistência nas políticas da Terra Santa. Tomaram partido da ruinosa batalha para dominar o comércio em Acre, travado entre mercadores de Gênova e de Veneza entre 1258 e 1272, com os templários apoiando os venezianos e os hospitalários os genoveses. As duas ordens tinham se envolvido em seguidas batalhas ao redor da cidade e nas águas do porto, deixando centenas de mortos num momento em que os Estados cruzados já estavam debilitados em recursos humanos. Notícias dessa disputa se espalharam, e pelo menos um cronista atribuiu o "triste infortúnio" à "discórdia entre hospitalários e templários".[17]

Os templários também se envolveram numa amarga disputa no condado de Trípoli, aliando-se à família Gibelet na resistência à ascensão pacífica do filho de catorze anos de Boemundo VI, Boemundo VII, em 1275. Cidades sitiadas e escaramuças ocorreram em Trípoli (onde a casa templária foi demolida pelo furioso conde), Sidon e Tortosa. Mesmo em Chipre, onde tinham um quartel-general em Limassol e uma segunda base na Nicósia, os templários conseguiram irritar seu anfitrião.[18] Em 1278, uma disputa pela Coroa de Jerusalém eclodiu entre Hugo III de Chipre e Charles de Anjou, irmão de Luís IX. Os templários apoiaram a causa de

Anjou, gerando um profundo descontentamento em Hugo, que se vingou destruindo a casa templária de Limassol e fustigando os irmãos a ponto de ser repreendido pelo papa.[19] Embora os que morreram em Acre tenham sido rotineiramente elogiados como mártires, os sobreviventes ficaram vulneráveis a acusações de covardia, que foi atribuída a eles por cronistas como o mestre Thaddeus de Nápoles.[20] Por causa disso tudo, quando Jacques de Molay se preparava para sua viagem ao Ocidente, ele estava voltando a um mundo em que o desejo pelo movimento cruzadista continuava alto, mas onde os templários vinham então sendo ostensivamente criticados.

Um dos que respondeu aos apelos do Papa Nicolau por reformas foi o frei franciscano Ramon Lull, que passou quase três décadas até a queda de Acre longe de casa, em Maiorca, empenhado em converter infiéis, enquanto considerava a melhor forma de reconfigurar a abordagem cristã ao Oriente Próximo. Como era comum a padres itinerantes, Ramon concentrava seus esforços em educação e conversão. Aconselhou o papa a estabelecer quatro faculdades de nível internacional para formar missionários bilíngues e destemidos que pudessem convencer judeus, mongóis, gregos e árabes quanto à iniquidade de suas crenças e levá-los a seguir Cristo da forma aprovada por Roma.

Como Ramon gostava de ressaltar, o próprio Cristo advogava uma política de duas espadas. Ao desenvolver suas

ideias durante a década seguinte, Ramon foi se tornando mais militante, chegando à conclusão de que "é preciso lutar contra os incréus tanto com pregações quanto com armas".[21] Apesar de pessoalmente não ser um guerreiro, Ramon Lull não tinha dúvidas a respeito da melhor forma de organizar um exército cruzado. "O lorde papa e os cardeais devem selecionar e estabelecer uma única ordem, a ser chamada de a ordem da cavalaria", escreveu.

> O dirigente dessa ordem deve ser denominado ao mesmo tempo mestre e rei guerreiro. [...] Segue-se que esse guerreiro deveria ser filho de um rei, tanto devido à honra do cargo que lhe será conferida como para que todas as ordens [religiosas] de cavalaria estejam mais dispostas a se submeter a sua ordem. [...] Mais ainda: o lorde papa deve decretar que essa única ordem da cavalaria deve ser criada com a união da ordem do Templo e a ordem do Hospital, os Teutônicos [...] e todas as outras ordens de cavaleiros sem exceção, sejam quais forem e onde estiverem.

Ramon não tinha dúvidas sobre a eficácia do seu plano – e estava disposto a apostar que Deus acharia o mesmo. "E se alguém se opuser a isso", escreveu, "não deve ser considerado leal nem devoto, e deve contemplar o julgamento dos Últimos Dias, quando o Senhor Jesus Cristo diz: 'Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno'."[22]

✢

Felizmente para Jacques de Molay, ele conseguiu se esquivar do tema do amálgama por algum tempo. Nicolau IV morreu em abril de 1292, e os cardeais do colégio designado para eleger seu sucessor se opuseram entre si com um rancor intratável. Demorou dois anos para se decidirem pela candidatura absurda de um ermitão de 79 anos da Sicília chamado Pietro de Morrone, que foi coroado contra sua vontade como Papa Celestino V (a eleição de Celestino como papa foi a última a ser realizada sem um conclave, em que os eleitores são convocados e proibidos de sair enquanto não chegarem a uma decisão). Seu papado foi uma farsa que durou quatro meses, e em dezembro de 1294 Celestino renunciou e fugiu.[1] Jacques de Molay estava em Roma presenciando tudo isso, e na véspera de Natal foi testemunha da eleição do agressivo e rígido cardeal italiano Benedetto Caetani, que assumiu o nome de Bonifácio VIII.

A visita de Jacques a Roma foi o primeiro passo de seu programa de reconstruir a força dos templários no Oriente. Mais tarde afirmou que Bonifácio ficou interessado, mas em nada convencido da ideia de unificação. "O papa falou a respeito diversas vezes, mas considerou que preferia desistir totalmente da ideia", registraria Jacques.[23] Isso pode ter sido resultado de um lobby direto do próprio mestre templário. Ele continuou em Roma durante os primeiros seis meses de 1295 e sua visita rendeu resultados tangíveis em duas áreas:

evitou-se uma reorganização drástica e garantiu um favorável alívio de impostos em troca de produtos entre os Estados templários do Oriente e do Ocidente. Em junho, o Papa Bonifácio lançou uma bula papal que louvava os templários como "guerreiros destemidos de Cristo" e rogava para que "se mantivessem constantemente atentos à guarda do reino de Chipre", para cujo fim o papa garantiu à ordem "as mesmas liberdades e imunidades" que gozavam na Terra Santa.[24]

Bonifácio ainda ordenou que o rei da Inglaterra, Eduardo I, permitisse que as exportações com destino a Chipre passassem livremente pelos portos ingleses e concedeu aos templários de Chipre isenção de fazer presentes à Igreja, baseado na ideia de que seus recursos eram escassos.[25] Carlos II, rei de Nápoles, era um ferrenho defensor da fusão das ordens militares como forma de retomar Jerusalém – a que se arrogava rei titular. Mas ele não insistiu em sua tese e concordou em suspender as taxas de exportação sobre artigos vindos dos Estados templários para suas terras em Chipre.

Na segunda metade do ano de 1295, Jacques de Molay foi à Inglaterra e à França. Sua viagem deve ter exigido tato. Os concílios da Igreja em Canterbury e em Reims haviam concluído que as ordens militares deveriam arcar o ônus do custo da reconquista da Terra Santa, com a clara implicação de que a haviam perdido e que deveriam arrumar a própria bagunça. Outro concílio na Inglaterra foi a favor de fundir as

ordens e passá-las ao comando de Eduardo I, na época o único dos reis em exercício que participara de uma cruzada.[26] A posição de Jacques na França, normalmente o centro de apoio e recrutamento templário, foi ainda mais delicada, pois ele teve de cortejar tanto o rei francês como seu rival do sul, do outro lado dos Pirineus, Jaime II, rei de Aragão. E aqui havia um histórico: dez anos antes, o rei francês havia invadido Aragão e persuadido o Papa Martinho IV, nascido na França, a atribuir à sua guerra o status de uma cruzada. O rei de Aragão da época (Pedro III) convocou os templários para lutar por ele, pedindo que ingressassem no exército real e posicionassem suas galés para defender o litoral dos navios franceses: uma situação peculiar, em que os templários de Aragão se viram pegando em armas contra franceses e cruzados.[27]

No fim do ano, Jacques de Molay estava pronto para retornar a Chipre. Sua turnê não fora tão espetacular: não conseguiu provocar uma tempestade de fervor cruzadista e com certeza não eliminou as críticas às ordens militares, que não fizeram nada para ajudar sua causa ao se aliar aos conflitos que ressurgiram entre Gênova e Veneza no leste do Mediterrâneo, mas reduzir o empenho pela abolição de sua ordem ao nível administrável de um puxão de orelhas dos clérigos. Nesse sentido, a crise de 1291 foi controlada e o processo de reagrupamento estava a caminho. No fim da década, a renovação da confiança já era suficiente para se

considerar uma nova invasão dos territórios perdidos da Síria e da Palestina.

✢

Durante quase dois anos, no início do século XIV, os templários reocuparam parte da Terra Santa. Foi só um pedacinho – mas por algum tempo bastou para sugerir que era possível fazer mais. Sob o comando de Jacques de Molay, aos poucos a ordem expandiu sua capacidade naval, encomendando novas galés de Veneza como preparativo para uma guerra que teria de ser lutada tanto no mar como em terras empoeiradas. Em 20 de julho de 1300, uma frota de dezesseis galés zarpou de Famagusta, em Chipre, transportando uma força de ataque de alto nível em direção ao litoral do inimigo. O mestre estava a bordo, com o rei Henrique II de Chipre, seu irmão Amalric de Tiro e Guillaume de Villiers, mestre dos hospitalários. Não tinha a força de uma cruzada, mas era uma armada capaz de causar sérios danos ao aportar e atacar assentamentos ao redor de Acre.

Havia boas razões para imaginar um ressurgimento favorável aos cristãos. A muitas centenas de quilômetros da costa, Ghazan, líder dos mongóis herdeiros de Genghis Khan, dedicava-se a tramar contra os mamelucos. Enviados mongóis e cristãos continuavam se encontrando em Chipre, trocando promessas de ajuda mútua. Depois das investidas

do verão de 1300, foi elaborado um plano para um ataque conjunto concentrado em Tortosa, onde o antigo castelo dos templários ainda não havia sido demolido. Mais tarde naquele ano, cerca de trezentos templários e hospitalários se juntaram à comitiva real que partiu para a pequena ilha de Ru'ad, a alguns quilômetros de Tortosa. As tropas desembarcaram, transformaram Ru'ad numa base avançada e partiram para tomar a fortaleza no continente e se encontrar com o formidável exército de Ghazan.

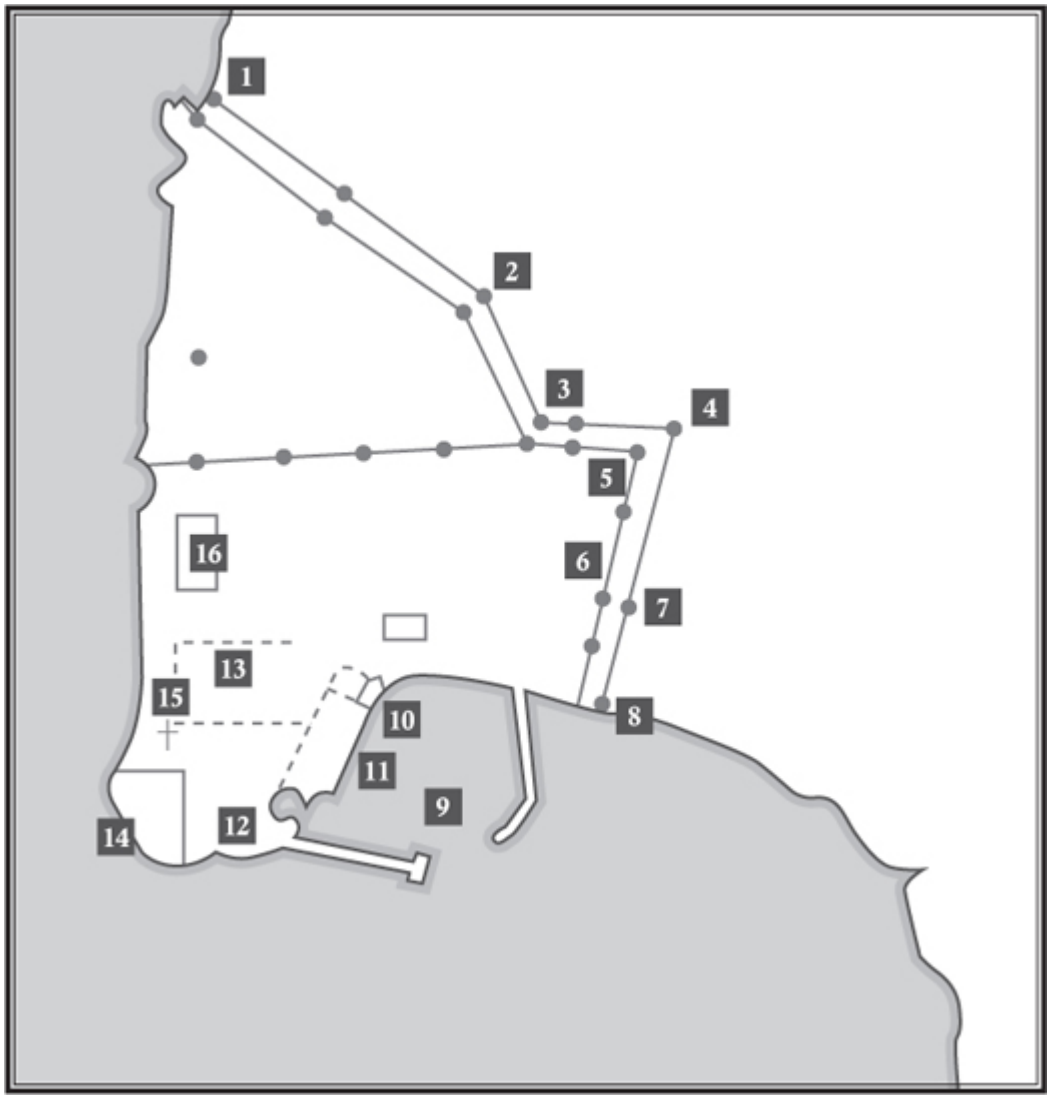
Infelizmente, os mongóis não chegaram a tempo. Os cristãos invadiram Tortosa, mas não conseguiram mantê-la e um mês depois foram obrigados a voltar a Ru'ad, de onde a maior parte dos soldados retornou a Chipre. Os templários concordaram em guarnecer a ilhota com uma força de cerca de 120 cavaleiros, quatrocentos sargentos e quinhentos arqueiros, todos comandados por seu marechal, Bartolomeu de Quincy. O trovão do julgamento divino ainda não tinha se abatido sobre o reino dos mamelucos, mas ao menos era um começo.

Em 1302, tudo estava novamente perdido. A distância no leste do Mediterrâneo entre a guarnição de Ru'ad e Chipre era de 240 quilômetros, resultando numa linha de suprimentos vulnerável a bloqueios navais e até ao mau tempo. No outono de 1301, uma frota comandada por um muçulmano convertido da Geórgia cristã com o nome de Sandamour atacou a ilha com seus homens e deu início a um sítio que durou quase um ano, até a guarnição buscar um

acordo de paz, em 1302, seriamente desgastada por uma guerra de atrito que reduziu seu número de quase mil para apenas 280 homens. Segundo o acordo, os templários concordavam em se render em troca de um salvo-conduto para sair da ilha. Se alguns daqueles homens fossem veteranos de Acre, saberiam o que os esperava. Como registrou o Templário de Tiro, "os sarracenos decapitaram todos os soldados de infantaria sírios por terem montado uma perseverante defesa [...] e os irmãos do Templo foram levados em desonra para Babilônia". Para uma vida de escravidão.

Mais uma vez os templários foram tirados de uma fortaleza sob a promessa de um salvo-conduto e traídos. Enquanto não fosse organizada uma expedição mais séria, a ordem teria dificuldades tremendas para se expandir para muito além de Chipre. A gestão de Jacques de Molay como mestre foi uma luta desde o começo – e, apesar das constantes conversas sobre uma nova cruzada, não havia sinais de que a situação iria melhorar. Agora ele estava empacado em Chipre, impossibilitado de se retirar ou de avançar.

Então, em 1306, Jacques foi convocado por um novo papa. De início parecia algo promissor; mas acabou não sendo nada disso. Na verdade, foi o momento em que a escuridão começou a se abater sobre os templários.



Acre em 1291

Escala 1:20.000 (1 cm = 200 metros)

1. Fortaleza dos Templários – Portão de São Lázaro
2. Fortaleza dos Hospitalários
3. Portão de Santo Antônio
4. Torre do Rei Hugo
5. A Torre maldita
6. Cavaleiros Teutônicos
7. Torre do Legado

8. Torre do Patriarca
9. Porto
10. Arsenal
11. Bairro veneziano
12. Bairro pisano
13. Castelo dos Templários
14. Igreja de Santo André
15. Bairro hospitalário
16. Pavilhão dos Cavaleiros Hospitalários

19

“Sob a indução do Diabo”

✢

Em 15 de novembro de 1305, metade da cristandade parecia estar presente na cidade de Lyon. Príncipes e duques, condes e cardeais, abades e arcebispos: a cidade fervilhava de dignitários e transeuntes ansiosos para assistir a um espetáculo que só acontece uma vez na vida. Embaixadores em trajes de bispos vieram da Inglaterra e Aragão trazendo presentes valendo centenas de libras. O rei da França e seus dois irmãos chegaram acompanhados por uma grande criadagem. Uma babel de línguas flanava no ar. Todos iriam se reunir na grande basílica de Saint-Just para presenciar a coroação de Bertrand de Gouth, arcebispo de Bordeaux, como Papa Clemente V.

Lyon era uma colcha de retalhos de jurisdições, há muito enredada entre a aliança com o imperador do Sacro Império Romano e o rei da França. Em 1305 estava pendendo para os franceses. Com certeza, na fria manhã de 15 de novembro havia poucas dúvidas de que os senhores da cidade tinham muitas razões para comemorar: um papa nascido e criado na Gasconha sendo coroado às vistas da elite dourada da nobreza da França, sob o olhar aprovador do rei. Foi uma grande virada, e uma sólida indicação do esperado sabor gálico do papado de Bertrand. Os tempos em que os papas temiam os Hohenstaufen ou se curvavam aos interesses das influentes dinastias aristocráticas italianas ficariam na memória; agora Deus sorria com mais orgulho no reinado da flor-de-lis e da auriflama.

Em novembro de 1305, Bertrand tinha cerca de quarenta anos, bastante jovem para ter chegado a um cargo tão eminente, e inexperiente sob certos aspectos, já que não havia sido cardeal. Por certo era um político habilidoso e maleável, tendo construído uma carreira de sucesso em Bordeaux, sem grandes tropeços. Não era pouca coisa. A Gasconha era governada pelos ingleses, mas sob o tratado de 1250 passou a ser considerada sujeita à autoridade do rei francês. Esse relacionamento foi causa de disputas, tensões e guerras ocasionais entre os dois reinos. Como arcebispo, Bertrand estava acostumado a equilibrar os desejos contrários das grandes potências, mantendo-se em bons termos com todos. O fato de ser basicamente um homem

ameno ajudava. Os gascões tinham uma reputação terrível fora de seu país, no geral considerados gananciosos e nepotistas, mas Bertrand desmentia esse estereótipo fácil. Apesar de incomodado por queixas frequentes de dores intestinais que o deixavam de cama e drenavam sua energia, manteve sua natureza calma e o caráter simpático que despertavam admiração em grandes homens sem parecer um sicofanta, além de ter também um notável senso de humor.[1]

Mesmo assim, o pulo de arcebispo ao trono de São Pedro foi significativo, tendo exigido onze meses de um conflituoso impasse em um colégio de cardeais até se decidirem por Bertrand. Parte do motivo do atraso foi a percepção geral de que os cardeais franceses estavam tentando forçar a eleição de um papa sensível às exigências de seu rei, o que de fato era verdade. Muito tempo depois da eleição, um dos mais eminentes cardeais pró-França presentes no conclave admitiu que vira em Bertrand um homem que poderia ser transformado num mensageiro do rei Filipe IV.[2] Ademais, a escolha de Bertrand para o seu nome papal não deixou dúvidas quanto à sua lealdade. Ao escolher se tornar conhecido como Clemente V, fazia uma referência a Clemente IV, um amigo próximo e aliado do avô de Filipe, Luís IX. Até o local da coroação fora aprovado pela corte francesa.[3] E o que aconteceu foi Bertrand ter passado todo seu papado no norte dos Alpes. Intimidado pelas cruéis facções políticas de Roma, calculou que as chances de

empreender uma nova cruzada ganharia mais se contasse com a colaboração do rei francês. Não surpreende que seu nome na Itália fosse malfadado. O banqueiro e cronista Giovanni Villani definiu a relação entre Filipe e Clemente da forma como era vista pelos italianos: "O senhor ordena e eu obedecerei, e sempre será decidido dessa maneira".[4]

A cerimônia de coroação em Lyon foi magnífica. Velas e incensos fumegaram e cantos latinos inundaram a igreja, onde os procedimentos foram assistidos pelo estimado cardeal Napoleone Orsini, que presenteou o novo papa com o Anel do Pescador (um sinete com a imagem de São Pedro pescando) e o coroou com uma grande tiara de prata cravejada de safiras e esmeraldas, um sinal de seu status como representante de Cristo na Terra. Quando as formalidades foram concluídas, o desfile de grandes homens saiu da igreja e andou pelas ruas de Lyon, para mostrar Clemente aos fiéis.

O lugar de honra da procissão coube ao rei Filipe, alto, louro e ereto, com uma postura régia natural e a face corada pelas muitas horas que passava caçando – um passatempo comum aos reis, mas que nele era quase uma obsessão. A boa estampa de Filipe o fez ser apelidado de *le Bel* ("o Belo"). O Templário de Tiro afirmou que ele era um palmo mais alto que a maioria dos homens, com os quadris tão largos e as pernas tão compridas que seus pés pareciam se arrastar no chão quando na sela. O médico pessoal de Filipe o qualificava como "bonito e virtuoso".[5] Frio e distante, Filipe cintilava

com uma majestade inacessível, cultivada intencionalmente para lembrar seus súditos do aspecto sagrado de sua realeza.

Lyon não era uma cidade grande na época, e não tinha por hábito ser palco de coroações. Enquanto a procissão passava pelas ruas a caminho do palácio bispal, houve uma grande celeuma para ver o novo papa, o rei francês e os luminares ao redor deles. Uma velha parte da muralha cedeu sob o peso dos espectadores amontoados com um ruído abafado, desmoronando sobre o desfile papal e atingindo muitos transeuntes.

Ostentando todas as suas insígnias papais, quando a muralha desabou Clemente foi derrubado de cabeça do seu cavalo. A tiara voou, caindo no chão com tanta força que perdeu várias de suas joias, inclusive um grande rubi que saiu rolando pela multidão e desapareceu.[6] Os dois príncipes que seguravam as rédeas do papa, Charles de Valois, irmão do rei, e João, duque da Britânia de 60 anos, foram derrubados no chão. Charles ficou gravemente ferido, e o duque da Britânia, que estava mais perto da muralha, morreu alguns dias depois de seus ferimentos. Um dos irmãos de Clemente também ficou ferido. O rei sofreu ferimentos superficiais e a comitiva papal apressou-se para chegar logo ao palácio bispal, todos muito abalados. Nove dias depois houve novos tumultos, quando apoiadores do papa gascão brigaram pela cidade com italianos que não gostaram da sua nomeação.

Esses tumultos foram vistos por muitos como um mau agouro. O novo papa continuou em Lyon com o rei Filipe e Charles de Valois até o Natal, na esperança de usar o destaque de sua eleição como um impulso a uma nova cruzada. Clemente exerceu bastante pressão para fazer conseguir uma pausa nas hostilidades entre a França e os inimigos de longa data de Filipe e de Charles em Flandres e na Inglaterra, com o objetivo de chamar a atenção geral para o Oriente. Todos foram muito receptivos: o único ponto de discórdia foi onde atacar. Seria melhor Constantinopla, onde o imperador latino fora deposto em 1291, ou ajudar a fortalecer o reino cristão da Armênia Menor, ameaçado por forças mamelucas vindas do sul? Sem chegar a uma resposta final, em 29 de dezembro de 1305, Filipe IV prometeu a Clemente que assumiria a cruz e comandaria uma nova cruzada.

Uma das condições foi ele próprio decidir onde e quando faria seus votos formais como cruzado. Outra foi que sua cruzada implicaria grandes reformas nas ordens militares. Mais tarde o rei afirmou ter dito ao papa que ouvira rumores sobre irregularidades acontecendo em casas templárias. Os antigos planos para as reformas seriam revividos: os templários e os hospitalários se juntariam em um único exército de Deus. O comando ficaria com um príncipe da casa real da França.[7]

✢

No fim do verão de 1306, chegaram cartas do papa em Chipre, endereçadas a Foulques de Villaret, mestre dos hospitalários, e a Jacques de Molay.[8] Foram enviadas de Bordeaux em 6 de junho, e as instruções devem ter sido seguidas pelos dois mestres com uma mistura de entusiasmo e apreensão. Havia planos em andamento, dizia o papa, de uma nova cruzada para "exterminar os pérfidos pagãos" e recuperar a Terra Santa. Para esse fim, os dois mestres foram convocados a comparecer à corte papal em Poitiers para o festival de Todos os Santos (1º de novembro) ou dentro de duas semanas a partir dessa data. Pedia também para que preparassem dois relatórios: seus melhores planos para recuperar a Terra Santa e uma resposta à ideia de que fossem fundidas as duas ordens às quais pertenciam.

Jacques de Molay estava ocioso em Chipre. Tinha perdido muitos homens na malfadada investida em Tortosa e em Ru'ad em 1300-2, mas na sequência dessa operação havia realizado várias mudanças importantes no corpo de templários sob seu comando direto. Absorver um influxo regular de novos recrutas era uma parte normal do trabalho de um mestre templário no Oriente, mas a rotatividade andava em alta. Dos 118 cavaleiros e sargentos templários em Chipre – franceses, ingleses, alemães, aragoneses, portugueses, italianos, cipriotas, romenos e armênios –, a maioria era de jovens e quase todos novos na ordem. Quase

oitenta por cento haviam feito seus votos depois da queda de Acre, em 1291.[9]

Os templários conseguiram salvar seus bens e seus valiosos arquivos de documentos quando da queda de Acre e Château Pèlerin – e tiveram dinheiro suficiente para pagar o resgate de 40 mil bizâncios quando o proeminente barão Guy de Ibelin e sua família foram sequestrados por piratas, em maio de 1302. Mas dinheiro era algo sempre necessário, e quando os preceptores templários do Ocidente viajavam para se encontrar com o mestre, eram instados a se lembrar de suas *responsiones*: a parcela de um terço de seus rendimentos locais que deveria ser enviada ao Oriente.

Havia inúmeros outros negócios além da guerra. Os templários importavam artigos e produtos do Ocidente, inclusive cavalos e animais de carga, tecidos para túnicas, carnes e queijos curados. Eram donos de navios como o *Faucon*, uma das galés utilizadas para evacuar Acre em 1291, usada para transporte de carga, patrulhar as águas ao redor de Chipre e fazer bloqueios a navios que quisessem negociar com os mamelucos do Egito. Os navios também eram arrendados para empresas mercantis italianas, que os usavam para transportar algodão, especiarias e açúcar para portos como os de Marselha e Barcelona.[10] Finalmente, havia a tarefa mais antiga de todas: proteger os peregrinos. Apesar dos óbvios perigos da viagem e de uma bula papal contra viagens para o Oriente para impedir que os mamelucos cobrassem pedágios nas rotas de peregrinação, ainda era

forte o desejo de visitar os sítios sagrados, e havia um fluxo constante de peregrinos em Chipre. Eles precisavam ser recepcionados e protegidos antes de seguir seus caminhos. Alguns vinham visitar a tumba do apóstolo Barnabé, em Chipre mesmo, mas muitas almas corajosas tinham de ser convencidas a não se arriscar em uma viagem a Jerusalém.

Apesar de toda essa atividade, Jacques de Molay deve ter sentido certa emoção ao receber a carta do papa. Tudo bem arrendar barcos e receber novos recrutas, mas não era bem esse o propósito dos templários. A convocação de Clemente deixou claro que afinal havia uma vontade política de lançar uma nova cruzada. O pedido de um plano por escrito sugeria que as portas estavam abertas para uma ambiciosa expedição.

Claro que o convite de Clemente viera com um "porém". Se houvesse uma cruzada, o preço poderia ser a muito temida fusão das ordens. Assim, enquanto se preparava para fazer sua segunda viagem ao Ocidente como mestre, Jacques de Molay começou a escrever duas cartas: uma com um plano para salvar a Terra Santa, e outra para salvar os templários.

"Em nome do Senhor, amém", começava a primeira carta. "Esse é o conselho do mestre do Templo em relação à questão da Terra Santa. Sagrado papa, o senhor me perguntou qual o melhor curso de ação, uma expedição grande ou pequena."[11] Prosseguiu indo diretamente ao ponto: a única maneira de causar quaisquer prejuízos sérios

aos sarracenos seria mobilizar um grande exército, que ele chamou de uma "passagem geral": "Uma expedição grande e abrangente para destruir os infiéis e restaurar a terra ensanguentada de Cristo", com um exército formado por "12 a 15 mil homens armados a cavalo e 5 mil soldados de infantaria. [...] Note-se que 2 mil dos referidos homens armados devem ser besteiros". Essa força seria transportada e apoiada por uma frota de navios de transporte. O exército todo deveria acampar em Chipre, descansar e se recuperar e a seguir partir para uma localização que ele não citou o nome, "uma vez que isso daria um alerta prévio aos sarracenos".

O ponto-chave era que fosse uma força avassaladora, argumentou Jacques.

> Se estiver disposto a aceitar um conselho sobre o número de homens, vou repetir o que [Baibars], mais famoso, poderoso e sábio em questões militares que qualquer um de sua área já visto, disse em muitas ocasiões: que enfrentaria 30 mil dos tártaros com seu exército, mas que se retiraria do campo de batalha se eles estivessem em maior número.
>
> No mesmo sentido, disse que se 15 mil cavaleiros francos chegassem ao seu território, ele os enfrentaria numa batalha, mas se chegassem em número maior se retiraria e os deixaria no campo.

Em outro momento, o mestre se mostrou modesto. “Não apresento nenhuma opinião sobre onde a expedição deve se reunir, pois isto é da alçada dos senhores reis.” Claramente Jacques sabia estar preparando um documento que precisava convencer Filipe IV, além de Clemente, e insinuou cautelosamente a extensão de seus conhecimentos. “Se o senhor e o rei da França se dispuserem, eu poderia fornecer em sigilo tantas informações úteis que estou certo de que seguirão meu conselho, pois posso indicar muito claramente quais sãos os melhores e os piores locais para [um ponto de invasão].” Na verdade, recomendou que Clemente não esperasse até sua chegada a Poitiers para dar início aos preparativos para a tarefa futura, e pediu uma frota de dez galés equipadas para zarpar no inverno, sob a capitania de Ruggereo de Lauria, filho do famoso almirante italiano Ruggero de Lauria, herói das guerras sicilianas. Essas galés aplicariam o embargo comercial ao Egito, reforçado por um veto papal ao comércio de armas de genoveses e venezianos com os muçulmanos. Jacques concluiu a carta de forma educada e repleta de esperança. “Peço a Deus todo-poderoso que ilumine vossa graça na decisão do que será melhor nessas questões, e a possibilidade de recuperar em seu tempo de vida os lugares sagrados onde nosso Senhor Jesus Cristo teve a humildade de nascer e morrer para a salvação de toda a raça humana.”

Uma comparação entre a carta de Jacques de Molay e a de Foulques de Villaret mostra uma discordância essencial.

Enquanto o mestre templário defendia uma única invasão maciça pelo mar, no modelo dos cruzados em Damieta, depositando sua fé em uma superioridade numérica, o hospitalário sugeriu uma invasão em duas etapas: uma "passagem especial", em que uma força de elite transportada por galés passaria um ano fustigando o litoral com investidas ligeiras e apoiada por um bloqueio naval, seguida por uma subsequente "passagem geral", ou invasão maciça.[12] Isso representava uma diferença radical de pensamento entre os comandantes cruzados da época. Os dois planos tinham seus méritos. O de Jacques de Molay era menos complicado, mas exigia grande comprometimento e gastos iniciais muito maiores. As diferenças entre os dois planos não significariam nada, porém, se sua segunda missiva não surtisse os efeitos desejados.

O mestre templário abordou a defesa de sua ordem com entusiasmo. Primeiro descartou a ideia como um esquema que já havia sido analisado e abandonado muitas vezes no passado, que não valia a pena ser exumado. Três papas haviam considerado a união das ordens, explicou, e todos perceberam seus equívocos, com o Papa Bonifácio declarando a questão "absolutamente fechada".[13]

Isso era verdade, mas Jacques sabia que não seria convincente. Cinco anos antes, Ramon Lull havia feito uma visita a Chipre, e o famoso pregador e teórico da reforma estava agora mais decidido quanto à união do que antes, assim como o inflamado panfletista francês Pierre Dubois,

com relações próximas com a corte francesa, que concordara com Lull ao escrever um tratado intitulado "A recuperação da Terra Santa". Dubois insistia na urgência da unificação das ordens, argumentando que:

> Em tempos de necessidades urgentes essas ordens estiveram divididas entre si [...] se for para resultar em qualquer benefício para a Terra Santa é desejável e aconselhável combiná-las em uma ordem em relação à aparência, aos escalões, aos trajes e às propriedades.[14]

Não bastava descartar a fusão como um esquema do passado e confiar que Clemente deixasse as coisas como estavam. Por isso o mestre enumerou, ponto por ponto, os argumentos prós e contra a ideia.

Para começar, explicou que as coisas iam bem como estavam. A separação das ordens militares havia produzido "resultados positivos", e juntá-las de acordo com aquela fórmula seria simplesmente ruim em si, "pois inovações raramente deixam de envolver altos riscos". Tratava-se de uma linha de raciocínio ousada a seguir: era difícil classificar a perda de toda a Terra Santa como um resultado positivo. Mesmo assim, Jacques de Molay foi em frente. Seria uma desonra, disse, pedir a homens que haviam jurado obedecer à regra de uma ordem para subitamente mudar e adotar uma nova identidade. Em seguida alertou quanto ao seu tema principal. Templários e hospitalários atuavam bem por

serem rivais. Juntá-los poderia resultar em disputas, talvez até em violência, quando "sob a indução do Diabo poderiam surgir disputas entre elas, do tipo 'nós somos mais meritórios que vocês e fizemos melhor'. [...] Se rumores desse tipo se espalhassem entre elas, isso poderia facilmente ser causa de um grave escândalo". Ademais, qualquer tentativa de juntar hierarquias paralelas e redes de propriedades seria confusa para os homens envolvidos; também seria difícil combinar as funções distintas de caridade das duas ordens, com o provável resultado de haver uma redução na assistência aos pobres e necessitados.

A rivalidade entre templários e hospitalários, escreveu Jacques, não era a única razão para evitar posicionar seus membros sob a mesma bandeira; era uma das razões do sucesso das ordens. A competição obrigava que cada uma buscasse a excelência:

> Se os templários transportassem para ultramar um grande número de irmãos, cavalos e outros animais, os hospitalários não descansariam enquanto não tivessem feito o mesmo ou mais. [...] Se uma ordem religiosa contasse com bons cavaleiros, famosos por suas batalhas e outras boas ações, a outra ordem sempre tentaria de todas as formas ter melhores cavaleiros. [...] Se as duas ordens já tivessem sido unidas, acredito que não teriam feito tão grandes esforços.

Para concluir, Jacques argumentou que templários e hospitalários sempre formaram a vanguarda e a retaguarda de exércitos reais nas cruzadas, o que não mais seria possível se houvesse somente uma ordem, enquanto o padrão de hospitalidade oferecido aos "peregrinos do Senhor, de alto ou baixo status", não poderia ser garantido.

Esse último ponto era vago e tendencioso, mas levou Jacques de Molay à parte final de seu memorando, no qual admitia, da maneira mais apagada possível, algumas vantagens da união. As pessoas já não respeitavam tanto o monasticismo, escreveu; talvez uma única ordem pudesse mudar isso. Havia uma nítida questão financeira na redução do número de casas e castelos mantidos pelas duas ordens: "a economia seria enorme". Além disso, sua carta continha apenas pedidos respeitosos para a ideia ser descartada, como fora no passado, e a promessa de que poderia dizer muito mais ao papa em pessoa. Para esse fim, em outubro de 1306 o mestre se preparou para a longa viagem para o Ocidente. Deixou em seu lugar Aimo de Oiselay, um veterano com trinta anos de experiência, e que atuava como marechal desde 1300. Em seguida Jacques de Molay partiu de Chipre para a corte de Clemente e o reino de Filipe IV, com a esperança de retornar com o futuro de sua ordem garantido e algum esclarecimento sobre o andamento da próxima cruzada.

Jacques de Molay jamais veria Chipre novamente.

✢

A travessia foi demorada e o mestre templário chegou várias semanas depois da data de seu encontro com o papa, mas isso não fez muita diferença. No outono, Clemente fora acometido por sérios problemas intestinais e esteve doente demais para se reunir com qualquer um antes do ano-novo. Por isso Jacques pôde seguir sua viagem sem pressa depois da chegada à França – provavelmente pelo porto de Marselha, onde os templários contavam com uma forte presença naval e uma casa que administrava o transporte marítimo entre Chipre e o Ocidente. Seu destino final era a corte papal em Poitiers, uma elegante cidade francesa no rio Clain, com um glorioso palácio que incluía uma grande câmara de recepção construída para Leonor de Aquitânia, conhecida como o Salão dos Passos Perdidos. Até chegar lá, ele teve bastante tempo para se familiarizar com o estado do reino francês.

A dinastia de Filipe IV, os Capeto, governava a França havia quatrocentos anos. No século XIII, eles expandiram bastante o alcance direto da Coroa por todo o reino, afirmando sua autoridade sobre a Normandia, Anjou, Britânia e Toulouse, que antes eram governadas por magnatas quase independentes ou reis estrangeiros. Partindo de um pequeno bolsão de domínios reais (terras controladas diretamente) nas imediações de Paris, os Capeto se apossaram da maior parte do litoral ocidental do reino, deixando sua marca no sul dos Pirineus e a leste do rio Ródano.

A dinastia afirmava ser descendente de Carlos Magno. Sua longa história e a recente e grande expansão tinham gerado uma estirpe de sucessivas gerações de reis com uma pronunciada arrogância sacerdotal. Em 1297, Filipe conseguiu a canonização de seu ilustre bisavô, Luís IX, e, assim como idolatrava Luís, também se considerava um cavaleiro cristão superlativo de um reino genuíno e especial. E fazia questão de que todos também reconhecessem isso.

A religiosidade de Filipe não estava muito longe da pompa, o que inevitavelmente o fazia ser ridicularizado por seus súditos. Não demorou para perceberem que isso era uma má ideia. Em 1301, Bernardo Saisset, bispo de Pamiers, chamou Filipe de um mocho inútil, "o mais belo dos pássaros que não vale absolutamente nada [...] esse é o nosso rei da França, que não consegue fazer nada a não ser olhar para homens". Foram palavras imprudentes e descuidadas, que levaram o bispo a ser julgado por feitiçaria, blasfêmia, fornicação, heresia e traição. Filipe não era um homem pouco afável e sem grandes interesses intelectuais, mas era um calculista fanático, comprometido com sua atitude devota interesseira, capaz de se convencer das piores intenções dos outros e de não hesitar em arruinar quem se interpusesse em seu caminho.

O exemplo mais notório da fúria dos justos de Filipe foi sua vingança maldosa e totalmente pessoal contra o Papa Bonifácio VIII, entre 1296 e 1301. Começou com tentativas de Filipe de se apossar de receitas obtidas pela Igreja francesa

para gastar em seus projetos militares, mas logo descambou para uma intempestiva competição pela autoridade absoluta (uma furiosa discussão sobre a prisão do bispo Saisset foi uma das batalhas dessa guerra feroz). Bonifácio tentou conter Filipe com uma série de éditos papais, culminando com uma bula conhecida como *Unam Sanctam*,[1] que estabelecia de forma agressiva a supremacia espiritual da Igreja e argumentava que a obediência a Roma fosse respeitada por todos os homens, inclusive os reis. Afirmava com pouca ambiguidade que "é totalmente necessário para a salvação de qualquer criatura humana se submeter ao pontífice romano".[15]

A resposta do rei foi simples e brutal. Em setembro de 1303, o ministro de confiança de Filipe, Guillaume de Nogaret, levou vários milhares de mercenários a Anagni, perto de Roma, cercou a residência que o papa tinha ali, invadiu-a e o intimidou. Mais tarde a lenda diria que Guillaume de Nogaret esbofeteou Bonifácio; verdade ou ficção, o papa foi mantido como refém por vários dias e sua casa, saqueada. Ficou tão abalado que morreu um mês depois de ter voltado a Roma, esbravejando e delirando de febre.[2] O sucessor de Bonifácio, Benedito XI, morreu depois de apenas nove meses de papado, e afinal os franceses saíram ganhando com a eleição de Clemente.

Os clérigos não foram o único grupo a ser maltratado durante o reinado de Filipe. A pressão das necessidades financeiras do rei, catalisadora de seus primeiros conflitos

com Bonifácio, aumentou devido ao envolvimento contínuo da França em guerras com seus vizinhos. Quando assumiu a Coroa aos dezessete anos, em 1285, Filipe herdou uma luta amarga e infrutífera contra Aragão. Tecnicamente teria sido uma cruzada, embora na verdade não fosse nada mais que uma guerra por territórios ao sul, absurdamente santificada por um papa partidário. Os franceses perderam a guerra e incorreram em grandes dívidas no processo.

A guerra contra Aragão foi seguida no fim dos anos 1290 por uma desgastante série de campanhas contra o idoso rei guerreiro Eduardo I, por causa de sua recusa em se portar como um súdito francês em relação às suas terras na Gasconha. Em 1305, o assunto foi resolvido com um tratado de paz resultante do casamento da filha de Filipe com o filho de Eduardo, mas o fim das hostilidades foi complicado por uma série de campanhas contra Flandres. Além disso tudo, a esposa de Filipe, Joana de Navarra, morreu aos vinte anos, no fim de março de 1305, e Filipe, dado a suspeitas e a superstições, acreditou que ela havia sido assassinada por uma feitiçaria de Guichard, bispo de Troyes, e o expulsou do reino.[16]

Quando Jacques chegou à França, em 1306, os maiores problemas do país não eram nem o luto de Filipe nem a ameaça de reis estrangeiros. Eram as finanças: o reino estava nas garras de uma gravíssima crise monetária. Os custos das campanhas contra a Inglaterra e Flandres foram enormes, e o governo apelou a diversas táticas financeiras

precárias para lidar com a pressão sobre o tesouro. A mais prejudicial de todas foi a manipulação da moeda. Luís IX havia procedido uma grande revisão da moeda, lançando em 1266 uma moeda quase de prata pura, conhecida como *gros tournois*. Elas valiam doze *deniers*, a moeda física corrente no reino. De início o valor oficial monetário da *gros tournois* era estável, e a moeda, confiável. Mas isso mudou em 1295, quando Filipe e seus ministros começaram a desvalorizar a moeda para atender às necessidades da política bélica do rei.[17] Para obter dinheiro com o intuito de aliviar a pressão sobre o tesouro real, a *gros tournois* foi reavaliada em quinze *deniers*, reduzindo-se a quantidade de prata em cada moeda. Oito anos depois, em 1303, a *gros tournois* foi mais uma vez reavaliada para 26,25 *deniers*. Em 1306, uma *gros* valia 41,5 *deniers*, e o governo foi obrigado a proibir seus súditos de levar moedas para fora do país para preservar as escassas reservas de prata que ainda restavam em circulação. Essa política ruinosa arrasou a moeda francesa, resultando numa rápida e prejudicial inflação e reduzindo o valor real do dinheiro para menos de um terço.

No verão de 1306, os ministros de Filipe tentaram reverter essa política retirando uma grande quantidade de dinheiro de circulação. Essa nova iniciativa foi vendida sob um disfarce santarrão como um retorno ao "bom dinheiro" de São Luís, mas a radical política deflacionária foi até mais impopular que o movimento de desvalorização, pois os cidadãos tinham de devolver suas moedas à casa da moeda

real, onde recebiam muito menos dinheiro do que elas valiam. Enquanto isso, as dívidas e o preço dos alimentos ainda eram avaliados na velha moeda "ruim" – que continuava em circulação.

O custo de vida dobrou de um só golpe, e em 30 de dezembro houve um tumulto tão sério em Paris – exacerbado por enchentes pelo clima terrível – que o rei foi obrigado a se refugiar no Templo da ordem em Paris, que ele considerou uma fortaleza mais segura que o palácio real na Île de la Cité.

A primeira vítima das políticas financeiras de Filipe foi a população judaica. Tradicionalmente, os judeus do Ocidente eram protegidos por seus monarcas cristãos, que os deixavam se envolver em empréstimos e juros – que na teoria eram proibidos aos seguidores da Igreja romana. Com uma combinação de impostos arbitrários e empréstimos extorquidos sob ameaças, muitos governantes seculares consideravam os judeus como uma valiosa fonte de receitas. O surgimento do sistema bancário italiano, no fim do século XIII, diminuiu a importância dos judeus para as finanças reais, exatamente no momento em que atitudes venenosas de antissemitismo surgiam por toda a Europa, transformando os maus-tratos de comunidades judaicas numa ferramenta política fácil e populista. Judeus eram chacoteados em peças teatrais públicas, atacados por turbas, tornando-se vítimas de mitos absurdos que os retratavam como assassinos de crianças e monstros sexuais. Filipe IV

acreditava e encorajou um preconceito popular que dizia que os judeus franceses se apossavam de hóstias de comunhão e as agrediam com água, fogo e facadas para recrucificar Cristo, cuja presença acreditava-se estar em seu interior.[18]

Motivados por oportunismo financeiro e puro preconceito, reis e nobres começaram a expulsar judeus de suas terras e adquirir suas propriedades em leilões. Filipe Augustus ordenara que os judeus saíssem das terras ao redor de Paris em 1182. Depois os judeus foram expulsos da Britânia em 1240, e o primo de Filipe, Charles de Anjou, expulsou os judeus de suas terras em 1289. Eduardo I, que também precisava financiar suas custosas guerras, expulsou os judeus da Gasconha e da Inglaterra por édito real em 1288 e em 1290, respectivamente, aproveitando a oportunidade para se apossar das fortunas, terras, lojas e casas dos judeus.

Desesperado por um suprimento de prata para estocar em sua casa da moeda, em 21 de junho de 1306, Filipe baixou uma ordem aos seus agentes governamentais para realizar uma série de prisões coordenadas um mês e um dia mais tarde. Em 22 de junho, cerca de 100 mil[3] homens, mulheres e crianças judeus foram presos e encarcerados, enquanto se fazia um inventário de suas propriedades. Receberam ordens de sair do reino no prazo de um mês sob pena de morte. A perseguição aos judeus não se limitou a terras diretamente governadas pelo rei; foi conduzida, de forma inequívoca, em partes da França onde outros senhores exerciam soberania sobre a população judaica. “Todos os judeus devem sair da

minha terra, sem levar nenhuma de suas posses; ou que escolham um novo Deus para si mesmos, e nós seremos o *povo escolhido*." Essa foi a sentença do êxodo atribuída depois por um escritor judeu a Filipe IV quando colunas de refugiados famintos e alquebrados cambaleavam em direção aos Pirineus, à Holanda e ao Sacro Império Romano.

A expulsão dos judeus, supervisionada de perto por Guillaume de Nogaret, foi concluída poucas semanas antes da chegada de Jacques de Molay à França, e o mestre deve ter se inteirado do fato em primeira mão. Por si só essa política não dizia respeito aos templários, nem era relevante para os assuntos que viera discutir. Mas suas consequências seriam. A expulsão física de judeus foi concluída com sucesso, mas não resultou em nada próximo da quantidade de prata que o rei precisava para restaurar a moeda ao seu antigo valor. Isso deixou o governo de Filipe praticamente sem opções e em busca de outros grupos ricos para assediar.

Os templários não eram muito discretos a esse respeito. Suas caixas-fortes cofres em Aragão, na Inglaterra e em Chipre contavam com centenas de quilos de prata, bem como seus cofres no Templo de Paris.[19] Em 1306, o Templo ainda provia serviços contábeis essenciais ao rei com seu tesoureiro Jean de Tour, que adiantava créditos da Coroa para efetuar pagamentos de rotina. Esses serviços tornavam o Templo valioso, mas também o tornavam vulnerável.

Filipe se mostrou especialmente zeloso naquele verão, mais determinado que em qualquer outro momento de seu

reino, em demonstrar suas credenciais específicas de ser o "rei mais cristão". A expulsão dos judeus foi ao mesmo tempo providencial e uma demonstração da força do ódio a todas as falsas fés. Sua política financeira evocando o "dinheiro bom" o destacava explicitamente como um verdadeiro herdeiro de seu bisavô São Luís. Para enfatizar esse vínculo, Filipe também precisou reformar as tumbas reais da abadia de Saint-Denis, para ter seu lugar de descanso próximo ao do avô.

Em maio de 1307, Filipe IV estava na corte papal em Poitiers, convencendo um relutante Clemente V a permitir um julgamento póstumo do Papa Bonifácio VIII com um conhecido coquetel de acusações ridículas, que incluía heresia, sodomia, feitiçaria e assassinato.[4] Difamar a reputação de Bonifácio servia a um duplo propósito: satisfazer a birra de Filipe contra o papa e ratificar a noção do esplendor patrocinado por Deus da realeza francesa.

Clemente ficou numa situação muito desconfortável, e tentou fazer uma troca: perdoar formalmente todos os envolvidos no incidente de Anagni (principalmente Guillaume de Nogaret) se o rei desistisse de sua perseguição à memória de Bonifácio. Não houve acordo, e Filipe partiu por volta de 15 de maio, pouco antes da chegada de Jacques de Molay, à corte papal. É provável que Guillaume de Nogaret e seu colega Guillaume de Plaisians, outro poderoso ministro de Filipe IV, tenham ficado com o papa a tempo de se encontrarem com o mestre templário. O clima só pode ter

sido tenso. Todos sabiam que o rei francês havia levantado com o papa a questão da unificação entre templários e hospitalários. Um embaixador na corte papal escreveu ao seu mestre em Aragão, dizendo que "segundo insistentes boatos o papa deve tratar da fusão das ordens, e pretende fazê-lo com elas".[20]

Quando os caminhos de Jacques e de Guillaume de Nogaret se cruzaram em Poitiers, o ministro já havia começado a compilar um dossiê sobre os templários: entrevistando sigilosamente membros descontentes da ordem que haviam sido expulsos ou forçados a sair sob suspeita. O propósito do dossiê ainda não era claro – mas na melhor das hipóteses era um livro-caixa de esqueletos no armário, a ser reservado para uso futuro como munição contra os templários e, por procuração, contra o papa. Fosse qual fosse a intenção inicial, seu conteúdo já era sórdido.

O primeiro a colaborar com os registros de Guillaume de Nogaret foi um cidadão dissoluto chamado Esquieu de Floyran, de Béziers, em Languedoc. Por volta de 1305, esteve preso com um templário foragido da ordem, e afirmou que, enquanto estavam trancados, seu colega de cela havia confidenciado histórias de imoralidades, envolvendo especificamente as cerimônias com as quais os novos cavaleiros e sargentos eram recepcionados.

Esquieu comentou sobre essas histórias lascivas com seus carcereiros, e ao ser libertado tentou vender seu relato a quem oferecesse mais. Começou pelo rei de Aragão, Jaime II,

conseguindo uma audiência com o confessor do rei e oferecendo sua história em troca de um estipêndio anual de mil *livres* e 3 mil em dinheiro imediato, se o que dissesse fosse comprovado como verdade. Jaime não o levou a sério, mas Esquieu não desanimou: levou a história para o rei da França. Ao chegar à corte foi encaminhado até Guillaume de Nogaret, que percebeu o valor de coletar quaisquer fofocas que pudessem prejudicar a ordem em um momento sensível. Esquieu foi entrevistado, sua história anotada e mais provas buscadas. Infiltrados foram plantados em casas templárias na França. E foi assim que um conjunto de acusações, bisbilhotices, boatos e fofocas começaram a se acumular na corte francesa. Quando Jacques de Molay chegou à corte papal em Poitiers, a espionagem já havia começado havia dois anos. Guillaume não se sentiu pronto para agir a partir das evidências que estava compilando. Mas poderia e iria agir.

✢

No começo do verão de 1307, Jacques partiu de Poitiers em direção a Paris, onde seria realizada uma assembleia geral da ordem: uma conferência de funcionários graduados em que os principais tópicos discutidos devem ter sido a ameaça de fusão. O mestre costumava estar em companhia de Hugo de Piraud, que havia ocupado muitos cargos de destaque, inclusive os postos de mestre da França, mestre

interino de Provence e visitante (um alto posto de supervisor) na Inglaterra e na França. Jacques provavelmente se sentiu um tanto confiante ao saber que Hugo apoiara decisivamente Filipe durante o conflito com Bonifácio, e que o Templo de Paris mantinha muitos de seus serviços financeiros com o reino durante sua gestão, trabalhando em conjunto com contadores reais em Louvre e pagando os soldos dos membros do exército do rei em nome da Coroa sob a supervisão de Jean de Tour.

Jacques retornou à corte papal em finais de julho, e em 4 de agosto o mestre saiu de Poitiers para ir a Montgauguier, em Angoulême. Lá, escreveu algumas cartas abordando a eleição de um novo mestre provincial em Aragão e na Catalunha, inclusive uma para o rei Jaime II. Em 8 de setembro, voltou a Poitiers ainda pensando no mestre de Aragão, cujo escolhido fora Simon de Lenda.[21] Os detalhes da nomeação de Simon ao novo cargo ocuparam os dias seguintes de Jacques, que ditou várias e longas cartas, exortando-o a cumprir seu dever com Deus, com o Templo e consigo mesmo, e falando sobre o que fazer em relação ao legado e aos criados de seu predecessor. Outra carta foi enviada a Blanche, rainha de Aragão, recomendando o "providente e confiável" novo mestre.[22]

Os negócios corriam normalmente. Porém, enquanto cumpria suas tarefas, Jacques foi sendo tomado por uma crescente sensação de que havia alguma coisa errada.[5] Depois falou-se que, em uma visita à corte de Filipe naquele

verão, Jacques se apresentou ao rei e a alguns ministros e "explicou diversos estatutos de sua ordem".

As primeiras histórias que indispuseram os templários na corte real, transmitidas por Esquieu de Floyran, diziam respeito às cerimônias de recepção. Os novos recrutas ouviam preleções sobre os onerosos deveres e a vida difícil de um irmão, eram questionados quanto a sua disposição de se dedicar à dura existência de um cavaleiro no Oriente e informados de que teriam "o pão e a água e as humildes roupas da casa e muita dor e sofrimento".[23] Em seguida recebiam o manto branco ou preto e as orações do capelão do Templo, antes de que quem estivesse conduzindo a admissão (geralmente um oficial graduado da ordem) "erguesse o neófito e o beijasse na boca, e é costume o irmão capelão beijá-lo também".[24]

A troca de beijos era uma parte aceita nas relações feudais e uma forma comum de expressar a paz cristã. Se foi causa de choque para o rei e seus ministros, eles não mencionaram no primeiro encontro com Jacques. Tampouco questionaram o mestre sobre outras questões de contatos sexuais entre irmãos na ordem, embora a regra sem dúvida as mencionasse. Diversas cláusulas apontavam a "imundície, o pecado fedorento" da sodomia. Um dos registros sobre punições narrava um caso de três irmãos flagrados fazendo sexo uns com os outros, que foram condenados à prisão perpétua no Château Pèlerin.[25]

O rei preferiu levar o assunto para outra prática, aparentemente mais inocente: a das confissões irregulares. Jacques admitiu que como mestre às vezes ouvia confissões de cavaleiros camaradas, que preferiam não falar de seus pecados com um capelão por medo das severas penalidades impostas até por pequenos delitos. Explicou que costumava ouvir os irmãos confessarem e lhes concedia absolvição em particular, sem levar em conta que não tinha a autoridade espiritual para isso, por não ser um padre ordenado.[26]

Não está claro como ou por que ele revelou essa informação. A explicação mais plausível é a de ter sido simplesmente vítima de uma armação. Tendo admitido a prática estabelecida da ordem de beijar novos recrutas, o mestre pode ter tentado compensá-la com uma defesa do inviolável código de disciplina dos templários. Afinal de contas, ele se jactara do extremo rigor dos templários em seu memorando argumentando contra a união das ordens. Agora talvez tentasse demonstrar ao rei o quanto as pesadas sanções impostas a irmãos desencaminhados não eram meramente invencionices e ilustrando a severidade das punições templárias – tão severas que às vezes se apiedava de seus irmãos e ele mesmo os absolvia. Jacques de Molay poderia estar apresentando um pecadilho como uma virtude. Se foi esse o caso, ele interpretou muito mal sua plateia. Pois quando se tratava dos templários, Filipe IV e seus ministros não queriam ser persuadidos de nada. Estavam em busca de provas.

O encontro com Filipe não pôs fim aos boatos sobre improbidades dos templários. No final de agosto, estes se tornaram tão preocupantes que Jacques de Molay entendeu que precisava tomar uma atitude, e o homem a quem se voltou para pedir ajuda foi o papa. Em 24 de agosto, Clemente escreveu ao rei da França, explicando que o mestre dos templários o havia procurado pessoalmente e pedido a abertura de um inquérito sobre "as calúnias sobre as quais vossa majestade foi informada". Disse também que Jacques havia rogado ao papa para "inquirir sobre as acusações com as quais haviam injustamente sido acusados, para que fossem castigados se considerados culpados, ou exonerados dessa acusação se fossem inocentes".[27] O papa concordou que realmente havia "muitas coisas estranhas e inauditas" sendo faladas sobre a ordem. Por isso, disse Clemente, ele faria uma investigação da regra templária pessoalmente. Assim que voltasse de uma série de tratamentos de seu problema intestinal, marcada para 1º de setembro a 15 de outubro, abriria um inquérito oficial para resolver a questão de uma vez por todas. Parecia uma oportunidade de uma audiência justa e de os templários se submeterem voluntariamente a algumas reformas menores.

Com o papa em licença médica, Guillaume de Nogaret e a comitiva francesa aproveitaram o momento. Em 14 de setembro, cartas lacradas escritas na abadia real de St. Mary, perto de Pontoise, foram distribuídas a funcionários governamentais. As ordens deveriam ser cumpridas um mês

após recebidas, quando seria realizada uma ação coordenada contra os irmãos do Templo, conduzida com a mesma eficácia que a expulsão dos judeus.

Oito dias depois, outra série de cartas foi enviada ao confessor pessoal do rei, Guillaume de Paris, um enérgico frei dominicano que também atuava como inquisidor papal na França. Oficialmente era um servo da Igreja: o homem com a responsabilidade abrangente de erradicar a heresia e os descaminhos da fé. Era diretamente subordinado a Clemente V, mas sua posição na casa real, onde tinha acesso direto a Filipe, o tornava uma criatura do rei. Em 22 de setembro, escreveu para sua equipe de inquisidores em todo o reino dizendo para se preparar para uma erupção de atividades contra os templários. As cartas foram mantidas em segredo. Em 30 de setembro, um dos irmãos fugiu da ordem, mas três dias depois ainda havia irmãos sendo iniciados, nitidamente sem suspeitar de nada.

No começo de outubro, Jacques de Molay viajou a Paris, onde se encontrou com Filipe no funeral da cunhada do rei, Catherine, a imperatriz titular latina de Constantinopla. O mestre templário foi um dos designados para carregar o caixão, não indicando em nada que tivesse caído em desgraça.

Ao amanhecer do dia seguinte ao funeral, por toda a França os oficiais de justiça e os senescais do rei entraram em ação. Em todas as casas templárias da França, da Normandia a Toulouse, homens vestidos com o libré real e

mandados ostentando o selo da Coroa surgiram ante os portões, exigindo que os irmãos se rendessem. Todos deveriam sair das casas para ficar sob custódia real. As acusações contra eles eram absolutamente hediondas e indizivelmente escandalosas.

"Os irmãos da Ordem dos Cavaleiros do Templo, lobos em pele de cordeiros, com trajes de uma ordem religiosa que ofende de forma vil a nossa fé religiosa, estão mais uma vez crucificando nosso Senhor Jesus Cristo", diziam as cartas reais. Os oficiais de justiça tinham ordens de "mantê-los cativos para comparecerem ante uma corte eclesiástica; devem confiscar seus bens móveis e imóveis [...] até receberem novas instruções de nossa parte sobre a questão".[28]

E assim começaram as prisões. Houve pouca resistência e só um punhado de irmãos tentou fugir. Os Pobres Cavaleiros do Templo de Salomão, havia tanto tempo renomados por seu valor no campo de batalha, encaminharam-se docilmente no amanhecer daquele dia de outono em direção ao seu destino.

Era sexta-feira, 13 de outubro de 1307.

20

“Depravação herética”

✝

Recentemente, ecoou em nossos ouvidos, para nosso considerável espanto e horror veemente, avalizado por muitas pessoas dignas de crédito, uma coisa amarga, uma coisa lamentável, uma coisa horrível de contemplar, terrível de ouvir, um crime hediondo, um mal execrável, um comportamento abominável, uma desgraça odiosa, uma coisa totalmente desumana, na verdade distante de toda a humanidade. Tendo pesado sua gravidade, sentimos a imensidão da nossa dor aumentar mais amargamente à medida que se tornou evidente que crimes dessa natureza e importância eram tão grandes que constituíam uma

> ofensa contra a majestade divina, uma perda para a fé ortodoxa e para todo o cristianismo, uma desgraça para a humanidade, um exemplo pernicioso do mal e um escândalo universal.[1]

As cartas, escritas pela voz do rei, queimavam com a fúria dos justos, avivada pelos desprezíveis crimes dos templários. Foram endereçadas a oficiais de justiça e senescais – homens nomeados cavaleiros com o poder de fazer prisões em nome da Coroa – e falavam de atos obscuros e de estranhos rituais realizados quando novos irmãos ingressavam na ordem. A inspiração para as acusações era o beijo de paz dado a cada novo irmão. Porém, alimentada pela máquina de propaganda real dirigida por Guillaume de Nogaret, transformou-se em uma cerimônia de depravação orgiástica calculada para chocar todos os cristãos fiéis.

Segundo "pessoas muito confiáveis", ao entrar na ordem, cada irmão era obrigado a negar Cristo por três vezes, cuspir em sua imagem, tirar a roupa e ficar nu diante de seu receptor, que celebrava seu ingresso na ordem beijando-os "primeiro na parte inferior da coluna dorsal, depois no umbigo e finalmente na boca, de acordo com o rito profano de sua ordem, mas para desgraça da dignidade da raça humana". Tendo assim ingressado no Templo, os irmãos eram obrigados por seus votos a fazer sexo uns com os outros, "e é por isso que a ira de Deus se abateu sobre esses filhos da infidelidade". Sodomia, heresia, ataques à imagem

de Jesus Cristo e uma pitada de magia negra: acusações familiares a qualquer um que tenha caído em desgraça com Filipe IV da França até então. Houve uma referência aos templários terem "realizado oferendas a ídolos", o que ganharia grande importância à medida que as investigações prosseguissem. O governo ouvira dizer que a corda que amarrava os hábitos dos irmãos tinha sido "abençoada" ao ser encostada em "um ídolo com o formato de uma cabeça de homem com uma grande barba, cuja cabeça eles beijam e veneram em suas sedes provinciais".

Apesar de toda a verborragia escandalizada, as cartas autorizando as prisões eram basicamente bazófias, parte das jactâncias habituais sobre a retidão pessoal de Filipe (o rei definia a si mesmo como "nós que fomos postos pelo Senhor na torre de vigia da eminência real para defender a liberdade da fé da Igreja"). O rei afirmou que "quanto mais profunda e completa" sua investigação se tornava, "maiores são as abominações descobertas, como quando alguém derruba uma parede". Nunca foram especificadas quais eram exatamente essas outras abominações. Portanto, embora o rei tenha avisado sobre a intenção da Coroa de julgar todos os templários da França, anunciando o envolvimento de seu confessor Guillaume de Paris, "inquisidor da depravação herética", para liderar o processo e prometendo congelar os bens dos templários até que a verdade fosse determinada, uma leitura atenta do mandado de prisão não revelava nada além de um relato histericamente exagerado da

idiossincrática cerimônia de recepção dos templários, inflada por insultos e boatos excitantes.

Uma segunda nota, enviada em 22 de setembro, foi mais reveladora. Dava instruções específicas para os oficiais de justiça e senescais que fariam as prisões.[2] Por ordem real, deveriam apreender, inventariar e guardar as propriedades da ordem e tomar providências para dar seguimento aos cuidados agrícolas necessários nos vinhedos e nas plantações. Enquanto isso, deveriam conduzir os irmãos a um confinamento solitário, onde seria "averiguada a verdade minuciosamente, com a ajuda de tortura se necessário".

✢

Jacques de Molay estava entre as centenas de irmãos presos e processados entre outubro e novembro de 1307, sob as instruções de Guillaume de Nogaret e Guillaume de Paris. Os homens do rei interrogaram Raimbaud de Caron, preceptor de Chipre; Hugo de Pairaud, visitante da França; Geoffroy de Charney, preceptor da Normandia e Jean de Tour, consultor financeiro de confiança da Coroa e tesoureiro do Templo de Paris. À parte esse círculo de oficiais de alta patente, a maioria dos homens presos era de meia-idade, em nada belicosos. Poucos templários na França atuavam como guerreiros. Eram administradores agrícolas, pastores e criadores de porcos, carpinteiros ou comerciantes

de vinho.[3] Havia apenas uma pequena minoria de cavaleiros, pois, no início do século XIV, algumas preceptorias eram compostas inteiramente por sargentos: isso acontecia nas áreas de Champagne, Picardia, Auvergne, Poitou e Limousin.[4] Quarenta por cento dos interrogados tinham mais de cinquenta anos. Um terço era de veteranos da ordem, tendo servido naquele aparente antro de sodomia e irreligião por mais de vinte anos sem reclamar.[5]

De qualquer forma, as ordens do rei exigiam tortura, e não há razão para pensar que não tenham sido obedecidas. Os métodos da época não eram muito inventivos, mas já haviam sido bem testados: fome, privação de sono, prisão solitária, interrogatórios implacáveis, algemas, torturas, queima dos pés e o *strappado*, um dispositivo que erguia a vítima do chão pelos braços amarrados nas costas, destroncando seus ombros no processo. Um dos templários, Ponsard de Gisy, disse mais tarde que seus braços foram amarrados com tanta força nas costas que escorreu sangue de suas unhas, e que foi mantido num fosso tão pequeno que só era possível dar um único passo em qualquer direção – uma experiência que o fez considerar preferível morrer decapitado, ser queimado numa fogueira ou escaldado em água fervente.[6]

Erradicar os hereges era uma obsessão dos líderes da Igreja e de governantes seculares devotos na Europa ocidental desde a Igreja romana ser dominada pelo medo da heresia, nos anos 1160. No início do século XIII, o Papa

Inocêncio III aprovou a chamada “Cruzada Albigense”, uma perseguição em massa aos cristãos não conformistas, conhecidos como cátaros, no sul da França. A partir dos anos 1230, a Inquisição tornou-se uma instituição de pleno direito, organizada pela Igreja, mas operada em conjunto com as autoridades terrenas, com o poder de infligir punições corporais aos hereges que não mudassem seus costumes. O objetivo da Inquisição era trazer os hereges de volta aos ensinamentos corretos da Igreja e impedi-los de contaminar outros fiéis. Na prática isso significava perseguir pessoas que se desviavam da doutrina oficial ou se mostrassem questionáveis por alguma razão que pudesse ser enquadrada em termos heréticos.[7] Os que admitissem a heresia e concordassem em mudar seus hábitos podiam se penitenciar e ser aceitos de volta à Igreja. Os que se recusassem eram atormentados até mudar de ideia. O Papa Inocêncio IV sancionou explicitamente o uso da tortura contra os hereges em um decreto papal de 1252. Aqueles que confessassem e depois recaíssem, eram considerados os piores de todos: poderiam ser entregues pela Inquisição às autoridades seculares para serem condenados à morte, o que geralmente significava ser queimado vivo. A Inquisição papal empregou amplamente as ordens de pregação mendicantes – dominicanos e franciscanos – como inquisidores. Eram homens que tendiam a combinar um conhecimento sólido dos ensinamentos aprovados pela Igreja com um interesse próprio pelos sofrimentos da carne

e, ocasionalmente, certo gosto explícito pela violência. Em 1307, eles sabiam o que estavam fazendo, e também o que estavam buscando.

O trabalho dos inquisidores era extrair confissões que correspondessem às acusações feitas à ordem nas cartas de Filipe IV. Não foi um processo de investigação em aberto, mas de confirmação: obter as evidências para provar que a irreligião permeava a ordem como um veneno. A heresia era a acusação essencial a ser comprovada, visto que se tratava de um crime a ser erradicado pela Igreja, mas a ser punido pelas autoridades seculares. Provar que tais práticas prevaleciam entre os templários permitiria ao rei assumir o lugar do papa na tarefa de encerrar a ordem e redirecionar seus recursos.

Jacques de Molay estava em Paris na noite das prisões, onde comparecera ao funeral da imperatriz de Constantinopla. E ainda estava lá onze dias depois, pois em 24 de outubro de 1307 fez uma confissão perante os inquisidores no Templo de Paris, tendo sido um dos 138 irmãos que compareceram à mesma sessão ao longo de duas semanas. Levado até Guillaume de Paris e sua equipe de notários e testemunhas, o mestre templário pôs a mão sobre o Evangelho e afirmou que estava dizendo "a verdade plena, integral e completa sobre si mesmo e os outros em um caso pertinente à fé".[8]

Era templário havia 42 anos, afirmou Jacques, tendo sido recebido na casa do Templo de Beaune (entre Dijon e Lyon)

pelo irmão Humbert de Pairaud e vários outros irmãos, cuja maioria dos nomes não conseguia se lembrar. Segundo o relatório dos inquisidores, Jacques declarou que:

> Depois das muitas promessas feitas por ele em relação à observância e aos estatutos da referida ordem, eles puseram um manto em seu pescoço. O dito receptor fez com que uma cruz de bronze com a imagem do Crucificado fosse trazida à sua presença, e disse e ordenou que negasse o Cristo cuja imagem estava lá. Contra sua vontade, ele obedeceu. Em seguida o dito receptor mandou que cuspisse na imagem, mas ele cuspiu no chão. Indagado sobre quantas vezes, disse sob juramento que cuspiu só uma vez, e que se lembrava disso claramente.

O mestre negou ter tido relações carnais com seus irmãos, mas disse que as recepções de outros irmãos foram semelhantes à dele, e que o mestre havia ordenado para que assim fosse.

Outros templários graduados interrogados na mesma época deram quase as mesmas respostas; aliás, tão semelhantes que os registros dos inquisidores sugerem que todos foram simplesmente sendo induzidos a admitir uma lista específica de crimes, apresentada com ressalvas de fachada. Geoffroy de Charney, o preceptor da Normandia, afirmou ter negado uma imagem de Jesus uma vez e que não conseguia se lembrar se cuspiu na imagem porque aquilo

acontecera “37 ou 38 anos atrás”, e eles estavam com pressa. Admitiu que tinha “beijado o mestre recepcionista no umbigo”, e que uma vez ouviu dizer em uma reunião da irmandade que seria melhor irmãos fazerem sexo uns com os outros do que “aplacar sua luxúria com mulheres”. Confessou ter recebido um irmão da mesma forma com que foi recebido, antes de perceber que “a maneira como foi recebido era pervertida, profana e contrária à fé católica”.[9]

Hugo de Pairaud, visitante da França, recebeu atenção especial dos inquisidores ao ser interrogado em 9 de novembro – consideravelmente mais do que Jacques de Molay. Enquanto o mestre havia passado quase toda sua carreira adulta no Oriente, Hugo era um veterano de 44 anos de serviço, a maior parte passada no Ocidente. Ocupara o posto mais alto na Inglaterra, na França e em Provença, e foi uma figura proeminente na política francesa, suficientemente próximo do rei para apoiá-lo em seu confronto com o Papa Bonifácio. Sua confissão tinha o máximo valor possível, já que sua admissão poderia caracterizar a atividade dos templários em toda a França. Os inquisidores do rei investiram mais no testemunho de Hugo do que no de qualquer outro templário.

Hugo começou descrevendo sua admissão, em 1263. Disse aos interrogadores que negou Cristo uma vez, mas desobedeceu à ordem de cuspir na cruz e que o beijo na boca de seu receptor fora o convencional beijo da paz. Afirmou que, ao realizar cerimônias de recepção para outros

ingressantes, levou seus novos recrutas “a um lugar secreto” e os obrigou a perpetrar toda a ladainha: beijar sua coluna e umbigo, negar Cristo três vezes e cuspir na cruz. Aparentemente, essa informação foi arrancada de Hugo em troca da promessa de ser perdoado se admitisse o fato, mas reiterasse o seu arrependimento. À descrição dessas induções pervertidas foi acrescentada a declaração de que, “apesar de terem ordenado que fizesse isso, ele não o fez de coração”. Uma declaração semelhante acompanhou sua admissão de ter permitido que alguns irmãos aliviassem o “calor da natureza” com outros irmãos. Relatou que só o fez “porque era o uso de acordo com os estatutos da ordem”.[10]

Até esse ponto, Hugo estava fornecendo respostas-padrão: que havia supervisado depravações exatamente como as descritas nas cartas do rei, pintando um quadro de sodomia e blasfêmia apodrecendo a ordem na França de cima a baixo. No meio de seu depoimento, contudo, Hugo parece ter perdido o rumo. Primeiro se equivocou: questionado se outros membros graduados da ordem realizavam os mesmos procedimentos da admissão que ele, respondeu que “não sabia, pois o que acontecia em cada sede não podia de forma alguma ser revelado a pessoas que não estavam presentes”. Depois, “indagado se achava que todos os irmãos da referida ordem eram recebidos dessa forma, respondeu que essa não era a sua opinião”.

Foi o que bastou ao seu inquisidor. O irmão dominicano Nicolau d’Ennezat, que representava Guillaume de Paris,

suspendeu a sessão até o fim do dia e Hugo foi retirado da sala. Algo foi feito para fazê-lo mudar de ideia, e, quando a audiência recomeçou, Hugo disse que, "pelo contrário, ele achava que todos os irmãos eram recebidos daquela maneira e não de outra; e que estava dizendo isso para corrigir suas palavras". Acrescentou alguns detalhes a outra linha de investigação aberta durante os depoimentos: a questão da veneração de ídolos, que Jacques de Molay e Geoffroy de Charney não haviam mencionado. A essa altura, Hugo estava pronto para dizer qualquer coisa. Descreveu uma "cabeça com pés, dois embaixo do rosto e dois atrás", que existia em Montpellier, que ele havia venerado "com os lábios e não com o coração, e só de fingimento". Esse "ídolo" soava mais como um relicário – um daqueles baús cravejados de joias, muitas vezes em forma humana, onde restos mortais de santos eram guardados para ser adorados seguindo a perfeita ortodoxia católica. Isso não teve consequências. Tendo satisfeito seus inquisidores e jurado que não havia "incluído qualquer mentira ou omitido qualquer fato [...] por causa de ameaças ou temor de torturas ou de ser preso", Hugo foi levado da sala.

Os interrogatórios continuaram durante o outono de 1307 até o ano-novo, tanto no Templo de Paris quanto em audiências provinciais por toda a França. Foi instalado um padrão uniforme de atividades. Os templários ficaram presos em condições miseráveis, acorrentados e alimentados a pão e água. Eram torturados periodicamente, e como essa prática

era aceita na busca de heresias, os inquisidores não se preocuparam em disfarçá-la, falando abertamente em suas comunicações com a corte real. Na verdade, as instruções aos policiais que fizeram as prisões em setembro de 1307 foram bem claras sobre a questão:

> Eles deixarão as pessoas individualmente sob guarda em confinamento solitário e as investigarão antes de chamar os comissários do inquérito, e averiguar a verdade minuciosamente, com a ajuda de tortura se necessário (*par gehine, se mestier est*).

Quando convocados antes do inquérito, as mesmas instruções afirmaram que:

> Eles serão informados de que o rei e o papa souberam por várias testemunhas muito confiáveis da ordem sobre os erros e a sodomia que cometem, especialmente na admissão e em suas atividades. Saberão da promessa de perdão se confessarem a verdade e retornarem à fé da Santa Igreja; caso contrário, serão condenados à morte.[11]

Um dos poucos homens que tentaram resistir à pressão foi Raimbaud de Caron, de sessenta anos, que como preceptor de Chipre evidentemente se considerava mais calejado que os velhos contadores fazendeiros da França.[12] Raimbaud foi interrogado em Paris no dia seguinte ao de

Hugo de Pairaud. Inicialmente se recusou a admitir qualquer delito, dizendo que havia feito juramentos de pobreza, castidade e obediência e "nunca soube ou ouvi falar de nada maligno ou desonroso na recepção de irmãos ou na ordem". As anotações lacônicas de seu depoimento o registram fazendo essa declaração altamente insatisfatória na presença do irmão Nicolau d'Ennezat. "Porém, mais tarde, no mesmo dia", ele fez uma confissão completa.[13] Evidentemente, os inquisidores dispunham de métodos de tortura que podiam alquebrar até mesmo um cruzado calejado. Isso deixou poucas esperanças para os demais, e as confissões fluíram correntemente. De adolescentes a velhos enrugados, de oficiais de alta patente aos funcionários mais insignificantes, os irmãos templários se enfileiraram diante de seus interrogadores vestidos de preto e todos confessaram as mesmas atitudes heréticas: beijos ilícitos em cerimônias secretas, cuspir na cruz, negar Cristo, sexo entre irmãos, adoração de ídolos. Quase todos disseram aos seus algozes exatamente o que eles queriam ouvir.[14]

✢

A rapidez com que os templários foram presos e persuadidos a fazer suas confissões foi um elemento-chave na estratégia francesa. Porém, prender os templários foi mais difícil do que prender os judeus franceses: não era tão fácil manipular o preconceito popular no caso de uma ordem

fortemente associada ao movimento das cruzadas e profundamente enraizada na sociedade cristã em todo o reino. O governo teve de agir rapidamente. Não poderia ser nada sutil. Os templários deveriam parecer culpados além de qualquer redenção, antes que alguma resistência séria pudesse ser organizada.

Nos dias 25 e 26 de outubro de 1307, depois da confissão de Jacques de Molay, o mestre e uma comitiva de outros irmãos mais velhos foram obrigados a repetir seus crimes frente a uma plateia de convidados especiais, composta por acadêmicos e estudantes da Universidade de Paris: um grupo cuja opinião, textos escritos e conexões em outras partes do reino poderiam ser usados para divulgar a versão do rei sobre a história e incuti-la na consciência popular. Era uma plateia instruída, e poderia ter sido uma oportunidade para Jacques de Molay e seus altos funcionários firmarem uma posição. Infelizmente, àquela altura o mestre dos templários era um homem acabado, que decidiu que a única saída para os problemas era obedecer ao máximo possível às exigências reais. Repetiu sua confissão aos acadêmicos, definindo o rei da França como um "portador de luz" com muita visão. E também aquiesceu quando cartas foram enviadas em seu nome, convocando outros templários a seguir sua liderança e fazer suas confissões. Em suma, Jacques abdicou de qualquer responsabilidade de defender o bom nome da ordem, na esperança de que, ao dar aos seus raivosos

perseguidores o que desejavam, eles se cansariam e passariam à próxima vítima.

Se tivesse mais senso político, Jacques poderia ter percebido que o desejo de Filipe de arruinar a reputação dos templários não era compartilhado por outros governantes. Além de cortejar apoio intelectual em Paris, o rei francês escreveu a Jaime II de Aragão e ao novo rei inglês Eduardo II (que sucedeu ao pai, Eduardo I, quando o velho rei guerreiro morreu no verão de 1307) explicando suas descobertas e instando-os a começar a prender templários em suas jurisdições. A notícia foi recebida com perplexidade por ambos. Uma visão mais veraz das prisões foi expressa por um correspondente de Jaime II, que escreveu de Gênova ao rei de Aragão explicando que "o papa e o rei fizeram isso para ficar com o dinheiro [dos templários] e por quererem fazer uma única casa do Hospital e do Templo [...] de cuja casa o rei pretendia e desejava tornar governante um de seus filhos".[15]

O papa sentiu-se afrontado pelas atitudes drásticas de Filipe IV. Clemente V estava com a saúde debilitada e em tratamento médico, mas não pôde ignorar o ataque de Filipe à Ordem do Templo e à autoridade do papado. Uma coisa era um papa ser aliado da Coroa francesa, outra bem diferente era parecer estar sendo conduzido pelas orelhas. Três dias após a confissão de Jacques de Molay, Clemente escreveu uma carta educada ao rei de Poitiers, porém mostrando-se indignado. Começou com leveza, elogiando a santidade

incomparável dos reis Capeto, que eram "como estrelas brilhantes", mas ressaltou a Filipe que a razão dessa devoção eram "a sabedoria e a obediência" e, acima de tudo, a compreensão de que nas questões "nas quais pessoas eclesiásticas e religiosas pudessem ser prejudicadas eles [...] deixariam tudo para os tribunais eclesiásticos".[16]

Talvez, pensou o papa, isso não tivesse passado pela cabeça de Filipe. "O senhor lançou mão de pessoas e de bens dos templários, e não de qualquer maneira, mas chegando a ponto de prendê-los como se estivéssemos a par dos acontecimentos." Clemente deixou claro que sabia que os irmãos estavam sendo torturados: "acrescenta[ndo] uma aflição maior àqueles que já estão consideravelmente aflitos com seu encarceramento".

Sentia-se decepcionado, disse a Filipe, pois havia sido "mais aquiescente para com o senhor do que todos os bispos de Roma [...] na sua vida". Disse a Filipe que pretendia investigar os templários; mas Filipe o ignorou totalmente e apreendeu "as referidas pessoas e seus bens, que estão sob nossa jurisdição direta e da Igreja de Roma". Agora o papa queria requisitar a custódia de todos os prisioneiros templários e de seus pertences, e assumir pessoalmente o comando da investigação. "Desejamos ardentemente com todas as nossas forças purificar radicalmente este jardim da Igreja [...] de modo a não restar nenhuma centelha deste tipo de infecção [...] se houver uma infecção, que Deus nos livre!"

O papa podia ter estado doente, ter sido comprometido por sua residência na França e não em Roma, mas não se mostrava disposto a ser transformado num cachorrinho de colo de um rei da França que resolvera desmembrar a militância da Igreja apenas por capricho.

✢

Em 22 de novembro de 1307, Clemente enviou uma bula papal conhecida como *Pastoralis praeeminentiae* (“Preeminência pastoral”) a todos os principais reis cristãos do Ocidente, incluindo Eduardo II da Inglaterra, Jaime II de Aragão e os governantes de Castela, Portugal, Itália e Chipre. A Igreja, argumentou, tinha precedência sobre o trono. Era um tema conhecido por qualquer um que tivesse acompanhado as relações entre papas e o rei da França, mas vindo de Clemente V ganhou ressonância especial. Ele não queria e não podia permitir que a casa dos Capeto destruísse os templários. A *Pastoralis praeeminentiae* comunicou suas intenções.

O problema de Clemente era o de estar lutando numa ação de retaguarda. Foram muitas as evidências apresentadas, e, por mais inacreditáveis que parecessem, ele não poderia simplesmente apagá-las. O rei da França era um caçador entusiasta, que nunca desistia de sua presa. O fato de Bonifácio ainda estar sendo perseguido quatro anos

depois de ter sido enterrado servia como um aviso para Clemente não atacar Filipe de frente.

O papa optou por uma abordagem diferente. O caso dos templários ficaria sob supervisão papal, mas seria ampliado de modo a abranger toda a cristandade. Todos os governantes que receberam a bula foram instados a iniciar suas próprias prisões, usando o modelo seguido na França. Clemente acolheu os supostos delitos da ordem, mas fez questão de demonstrar que mantinha a mente aberta, que as alegações poderiam ser falsas e que, se o fossem, tudo seria resolvido da forma apropriada.[17] Com uma penada, Clemente inseriu-se no cerne do processo contra os templários. Mas pagou o preço de ter se vinculado implicitamente à política de Filipe, e agora a perseguição aos templários teria de ser realizada em toda parte, de Dublin a Famagusta, até chegar ao seu fim.

Para o rei francês e seus ministros foi uma frustração, mas eles não devem ter se surpreendido. A pressão que exerceram sobre os templários fora rápida, forte e pública, sabendo que a janela para encerrar a ordem logo se fecharia. A intervenção de Clemente significava que eles perderiam o controle geral dos procedimentos. Era verdade que a pressão sobre a ordem continuava intensa: em 7 de janeiro de 1308, todos os templários da Inglaterra foram presos, e em 10 de janeiro oficiais reais também prenderam os irmãos da Escócia, da Irlanda e do País de Gales. Três dias depois, Carlos II, rei de Nápoles, executou as ordens do papa.[18] De

repente o caso ganhou grandes dimensões, e as possibilidades de uma resolução rápida praticamente desapareceram.

Menos de dois meses depois do início do ano, o papa interrompeu abruptamente o inquérito dos templários na França. Em dezembro de 1307, cardeais tiveram acesso aos prisioneiros templários de mais alta patente em Paris. Diante de entrevistadores mais amigáveis, os líderes da ordem começaram a voltar atrás em suas declarações. Por volta do Natal, Jacques de Molay desmentiu sua confissão: arriscando-se a ser rotulado como um herege em recaída, mas lançando dúvidas sobre todas as outras declarações templárias extraídas até então. Em fevereiro de 1308, o papa começou a perceber que as evidências coletadas pelas autoridades francesas estavam tão contaminadas que jamais poderiam ser utilizadas. Embora suas ordens prévias para a prisão de templários fora da França ainda estivessem em execução, ele ordenou que os inquisidores interrompessem o trabalho. As acusações continuaram pendentes e os irmãos continuavam presos, mas agora havia algum tempo para a ordem se recuperar e talvez resistir.

Filipe se sentiu mais inquieto e seus ministros mudaram de tática. O rei não poderia reiniciar o processo contra os templários, mas certamente poderia tentar trazer o resto da França à sua causa. Começou com a Universidade de Paris, cujos acadêmicos tiveram uma visão privilegiada das confissões dos templários. Em fevereiro, uma série de

perguntas foi enviada aos mais destacados estudiosos da universidade sobre o direito legal de o rei tomar medidas contra a heresia em seu próprio reino. Filipe e seus ministros esperavam que uma opinião legal favorável pudesse fazer o papa reabrir as audiências.

A consulta foi mais um gemido de desculpas que uma vitória retumbante. Os acadêmicos engoliram a seco, e em 25 de março o rei recebeu uma acovardada nota de recomendação elogiando seu "zelo pela fé", mas que talvez ele tivesse ido longe demais. "Se houver dúvida a respeito da profissão [dos templários]", argumentaram, "cabe à Igreja que instituiu a ordem religiosa decidir esse caso." Explicaram também que o produto de todos os confiscos da ordem deveria ser encaminhado para o uso para o qual foram originalmente destinados: salvar a Terra Santa.[19]

Foi algo inconveniente, mas o rei não desistiu. Entre 5 e 15 de maio, convocou uma assembleia das herdades do reino em Tours – representantes de cidades e do campo de todo o reino – para aconselhar o rei. Na verdade, isso significava que eles seriam obrigados a ouvi-lo e a seus ministros reclamarem dos templários. Os convocados concordaram com a opinião real de que os templários eram malignos, corruptos e hereges e que mereciam ser condenados à morte. Inflado por essa abjeta demonstração de subserviência, Filipe partiu para a corte papal para um encontro pessoal com Clemente. Levou consigo uma enorme comitiva, incluindo seus filhos, o irmão Charles de Valois, bispos,

nobres e todos os dignitários supostamente importantes de toda a França que conseguiu trazer de Tours. Essa grande delegação chegou a Poitiers no fim de maio.

Os franceses desembarcaram sorridentes, mas logo deixaram claro o que queriam. Em uma série de reuniões com o Papa Clemente e seus conselheiros, ministros reais e correligionários fizeram longos discursos acusando os templários em termos cada vez mais histéricos. Muito disso foi resultado do trabalho de Guillaume de Plaisians, um advogado que participara com Guillaume de Nogaret dos ataques a Bonifácio em 1303. Segundo cartas enviadas ao rei de Aragão, em 30 de maio Guillaume de Plaisians subiu em um banquinho e intimidou o papa e o público com argumentos sobre o conhecido tema da graça inerente a Filipe IV:

> A providência de Deus escolheu como ministro neste caso o rei da França, que é o vigário de Deus em seu reino em assuntos temporais, e para garantir que ninguém mais adequado poderia ser encontrado. Pois ele é um príncipe muito devoto e cristão, o mais rico e o mais poderoso. Portanto, todos esses caluniadores devem ficar em silêncio.

O rei não fora motivado pela avareza nem por desejar a fortuna dos templários, disse Guillaume, mas pelo nobre objetivo cristão de limpar a Igreja em seu reino. Faria o mesmo se seu próprio irmão ou filhos (todos presentes)

fossem templários. Tudo o que pedia era que o papa cancelasse sua ordem, para poder continuar a tarefa de julgar e punir os irmãos.[20]

Guillaume era um advogado habilidoso e um retórico sutil (e também um porta-voz competente de Guillaume de Nogaret, que não era bem-vindo à presença do papa). Mas seu adversário estava decidido. Clemente fez alguns comentários apaziguadores, elogiando a santidade do rei e negando que algum dia tivesse suspeitado de que tivesse sido motivado pela ganância em sua perseguição aos templários. Mas não concederia mais que isso. Em 14 de junho, Guillaume de Plaisians fez uma nova tentativa, dessa vez mais enfaticamente. Concluiu seu discurso fazendo uma série de ameaças veladas contra o próprio Clemente. Se o papa continuasse procrastinando, o rei poderia agir sozinho. Filipe tinha todo o direito de lidar com a heresia em seu reino. E ao continuar a obstruí-lo o papa estava sendo cúmplice dos hereges. Houve um momento de suspense no depoimento. Mas ainda assim o papa se manteve firme. Argumentou que ele, e somente ele, era qualificado para julgar os templários, e que não cederia a ameaças. Pareceu irredutível. Aos poucos, porém, foi enfraquecendo.

✢

Em 6 de maio de 1308, a bula papal *Pastoralis praeeminentiae* finalmente chegou à ilha de Chipre. Demorou

quase seis meses, por causa da lentidão das comunicações durante os tempestuosos meses de inverno no Mediterrâneo. Nesse ínterim, as notícias sobre o destino dos templários na França já haviam chegado até os ilhéus. Prisões sumárias, falsas confissões e alegações de rituais bizarros foram mais que o suficiente para indicar que o destino dos templários estava em jogo. Seu líder interino, o marechal Aimo de Oiselay, já dera início aos preparativos contra a provável abertura do processo contra eles. Tesouros e outros bens valiosos foram transferidos do interior de Nicósia para Limassol, na costa sul, onde galés templárias começaram sub-repticiamente a evacuar os irmãos da ilha. Talvez um terço dos membros já tivesse escapado quando, no dia 12 de maio, seis dias após a chegada da bula papal, foi dada a ordem de prender todos os integrantes da ordem e de confiscar os seus bens.

O homem que decretou a ordem foi Amalric de Lusignan, irmão do rei Henrique II de Chipre, que em 1306 liderou um levante contra a autoridade real e se autonomeou regente vitalício de Chipre, uma posição que conseguiu garantir em parte com a ajuda dos templários. Teoricamente, Amalric teria sido um aliado, mas não poderia proteger uma organização cujo mestre havia admitido ser blasfemo e cujos integrantes estavam todos presos.

Mas Amalric teria de enfrentar um grupo de homens muito mais resistentes que aqueles pastoreados como ovelhas pelos fiscais de justiça e senescais da França. Um

dos motivos era o de terem armas e navios. Também estavam entre os melhores guerreiros da ilha, aptos a guarnecer castelos contra qualquer cerco. Em resumo, eles só seriam presos se quisessem. Em vez de recorrer à força bruta, Amalric teria de pedir educadamente, e só depois de vários dias de negociação – durante os quais o marechal Aimo de Oiselay sugeriu que a ordem se retirasse para uma de suas propriedades e esperasse a resolução do caso na França – os templários concordaram em cooperar prestando uma declaração coletiva limitada. Na terça-feira, 27 de maio, 118 irmãos foram a Nicósia e fizeram um discurso público no qual declararam sua inocência. Falaram sobre seus bons serviços prestados no Oriente, enumeraram algumas de suas batalhas mais famosas contra os mamelucos e reiteraram sua dedicação absoluta à causa cristã. Pouco depois voltaram para sua casa em Limassol.

Porém, se eles acharam que o assunto seria encerrado, logo se desiludiram. Na noite seguinte, Amalric fez sua própria preleção a cavaleiros e clérigos importantes, leu em voz alta vários documentos que ilustravam o andamento do caso contra os irmãos e ordenou que suas tropas se reunissem para capturar os templários e levá-los à justiça. Em 1º de junho, os templários foram emboscados em Limassol, presos e encarcerados até serem julgados. Seria uma espera longa e infeliz: demorou quase dois anos para começar o processo em Chipre.

✢

Em Poitiers, no fim de junho, os ministros de Filipe mudaram o tom das negociações. Vendo que Clemente não cederia a ameaças e assédios diretos, resolveram apresentá-lo a uma seleta galeria de acusados e levá-lo a tirar suas próprias conclusões. Foi uma estratégia certeira. Do jeito que as coisas estavam, Clemente não tinha como recuar nem como avançar; não podia rescindir suas ordens de prisão, mas também não estava apto a prosseguir com um julgamento completo sem parecer que estava agindo como um fantoche do rei francês. Em 29 de junho, o primeiro grupo escolhido a dedo de 72 templários foi levado à corte papal, e nos quatro dias seguintes todos voltaram a confessar seus pecados, com a esperança de obter um rápido perdão e penitência. Em muitos casos, os pecados ganharam novas cores desde a última confissão: alguns deram a impressão de terem sido deliberadamente inflados para causar no papa um legítimo sentimento de horror. Detalhes circunstanciais foram adicionados: alguns afirmaram terem sido fisicamente maltratados ou ameaçados com espadas no momento da recepção; outros deram forma e vida aos estranhos ídolos que afirmavam ter venerado. Um dos irmãos, Étienne de Troyes (um informante de Guillaume de Nogaret desde o início), falou sobre ter sido forçado a adorar uma cabeça incrustada de joias que representava Hugo de Payns.[21]

Em 2 de julho, Clemente V já havia presenciado o suficiente para se convencer de que os templários eram

culpados, ou (mais provavelmente) que poderia concordar com as exigências dos franceses sem parecer estar perdendo o controle. Aos templários que se confessaram na sua frente ele concedeu sua absolvição pessoal. Em seguida se voltou para a ordem em geral. Em 12 de agosto, emitiu uma bula conhecida como *Faciens misericordiam* ("Concessão do perdão"), instituindo duas investigações paralelas: uma série de audiências diocesanas, onde templários seriam investigados individualmente por painéis de bispos, cônegos de catedrais e frades dominicanos ou franciscanos; e uma comissão papal central para examinar a própria estrutura da Ordem do Templo. Na França isso seria realizado na província de Sens (o que significava efetivamente Paris, a maior cidade daquela área), com audiências paralelas na Inglaterra, em Chipre, Aragão e em todas as demais regiões onde os templários tivessem alguma presença significativa. Cada uma delas investigaria 127 artigos, para estabelecer a credibilidade e a pureza da ordem em geral e se poderia ser salva. Após a conclusão desse trabalho, outra assembleia se reuniria em Vienne, perto de Lyon, na fronteira entre a França e o Sacro Império Romano, para um concílio geral da Igreja, agendado para 1º de outubro de 1310. Ali, com base em todas as evidências reunidas, seria tomada uma decisão final sobre o futuro da ordem.

O papa se preparou para sair de Poitiers e ir para os Alpes. Pretendia ficar o mais longe possível de Paris, de Filipe IV, de Guillaume de Nogaret e dos homens que haviam tornado

tão desagradáveis seus primeiros trinta meses no cargo. Não poderia voltar a Roma, pois Filipe havia deixado claro que a condição da coexistência deles era a permanência de Clemente na França. Por isso optou por Avignon – na periferia das terras do rei francês, mas perto o suficiente para se comunicar rapidamente com Roma. No início de agosto, a corte papal em Poitiers começou a se dispersar, preparando-se para se reunir em sua nova casa no início de dezembro. Assim foi estabelecido o "papado de Avignon", onde os papas continuariam a ter sua sede por quase setenta anos, um período ao qual posteriormente passaram a se referir como um cativeiro babilônico.

21

“Deus vingará nossa morte”

✢

Enquanto o papa se encaminhava para uma espécie de cativeiro em Avignon, mestre Jacques de Molay, Hugo de Pairaud, visitante da França, Raimbaud de Caron, preceptor de Chipre, Geoffroy de Charney, preceptor da Normandia, e Geoffroy de Gonneville, preceptor de Poitou e Aquitânia, encontravam-se em outro cativeiro, mais literal: encarcerados no castelo de Chinon, uma grande fortaleza de pedra com torres redondas próxima a uma curva do rio Vienne, cerca de cem quilômetros ao norte de Poitiers. Todos tinham marcas de suas experiências: Jacques de Molay teria mostrado a um cardeal as cicatrizes no torso deixadas pelos inquisidores ao extrair sua confissão inicial. Ao mesmo tempo, ninguém corria riscos com prisioneiros de

tão alto perfil. Em fevereiro de 1308, um proeminente contador templário, Olivier de Penne, preceptor da Lombardia, fugiu de sua prisão domiciliar, causando grande constrangimento aos carcereiros. Ninguém mais conseguiria escapar.

Nenhum dos líderes templários foi levado para depor perante o papa em Poitiers, apesar da relativa proximidade da cidade com Chinon. A explicação oficial foi de que eles não estavam aptos a viajar – o que pode ter sido verdade, mas o caso de os irmãos levados ao Papa Clemente no fim de junho terem sido cuidadosamente selecionados para convencê-lo de sua culpa suscita algumas dúvidas. Naturalmente, havia o risco de que altos funcionários da ordem pudessem desmitificar aquele teatro tão esmeradamente encenado.

Em 14 de agosto, um dia antes da partida do papa, uma delegação de cardeais e ministros reais foi enviada a Chinon. A comitiva incluía dois cardeais franceses, Bérenger de Frédol e Stéphane de Suisy, e um italiano, Landolfo Brancaccio. Eles chegaram aos portões do castelo no dia 17, e um a um os cinco templários repassaram suas histórias, enquanto os notários registravam as novas declarações. Em seguida, essas anotações foram escritas em um grande pergaminho que foi mandado a Clemente para ser guardado nos arquivos papais.[1]

O primeiro a ser interrogado foi Raimbaud de Caron, o calejado preceptor de Chipre. Ele admitiu ter negado Cristo

uma vez após sua recepção na ordem, mas, fora isso, afirmou não ter conhecimento de qualquer delito. Disse que o único caso de sodomia que conhecia em toda a história da ordem era o dos três irmãos no Oriente pegos em flagrante e condenados à prisão perpétua no Château Pèlerin: um caso tão incomum e abominável que fora preservado na regra dos templários como um exemplo de extrema desobediência.

Quando terminou, Raimbaud se ajoelhou diante dos cardeais e implorou por perdão, que foi concedido. Foi absolvido de seus pecados e reintegrado "na comunhão dos fiéis e aos sacramentos da Igreja".

O mesmo processo ocorreu com seus quatro colegas. Geoffroy de Charney, preceptor da Normandia, que também havia prestado serviços em Chipre como paneiro da ordem, admitiu ter vilipendiado um crucifixo em sua iniciação e beijado seu receptor na boca e "no peito, por cima das roupas, para demonstrar respeito", uma informação não revelada em sua primeira confissão. Pediu perdão e foi absolvido. Geoffroy de Gonneville – que transitava entre Chipre e a corte papal como mensageiro do mestre Jacques de Molay – afirmou que se recusou a negar a Cristo, mas prometeu falsamente que o faria para evitar problemas para seus receptores. Hugo de Pairaud admitiu ter desdenhado um crucifixo, mas só depois de ser sido ameaçado. Explicou que forçou outras pessoas a beijá-lo nas costas e no ventre e tolerou a sodomia em detrimento de fazer sexo com mulheres, mas ressaltou que nunca havia cedido a essa

prática. Também repetiu sua declaração anterior sobre a estranha cabeça em Montpellier. Ambos foram perdoados e recebidos de volta à comunhão da Igreja.

Em 20 de agosto, Jacques de Molay finalmente apareceu. Em dezembro, ele tinha voltado atrás em sua confissão, mas agora mudara novamente de ideia, na esperança de garantir a absolvição papal. A única acusação que admitiu foi a de ter negado Cristo, mas isso foi o suficiente para satisfazer seus entrevistadores. O notário registrou para a posteridade que o mestre "admitiu em nossa presença a mencionada e outra heresia", e Jacques foi tratado da mesma maneira misericordiosa que seus colegas. Mais tarde, naquele dia, o relato da confissão de cada um foi lido em voz alta para o mestre em sua língua nativa, e ele jurou ser a verdade. Os cinco continuaram presos após a absolvição, pois os emissários papais que investigavam a corrupção da ordem como instituição deveriam começar seus trabalhos em Paris, no fim do ano, e também gostariam de conhecer suas versões. Mas, no que diz respeito às confissões pessoais, o processo estava concluído. Os cardeais fizeram as malas e partiram de Chinon, acreditando que haviam salvado seus irmãos.

✢

A investigação em larga escala iniciada pelo papa entrava agora lentamente em ação. Em toda a França e por todo o

mundo católico, bispos começaram a estabelecer comissões em suas dioceses para analisar a conduta dos templários, com o objetivo de induzir confissões, que poderiam ser seguidas de absolvições e penitências.

Na França, a transferência da responsabilidade da Inquisição do rei para o papa não melhorou as condições dos irmãos na fila para admitir seus delitos, pois a maioria dos bispos que supervisionou as investigações regionais tinha estreitas ligações com a Coroa. Templários recalcitrantes enfrentaram longos períodos de prisão sem roupas quentes, com uma parca dieta de pão e água, acorrentados, sujeitos a interrogatórios constantes, ameaças violentas e, finalmente, tortura. Vários irmãos enlouqueceram ou morreram em consequência da maneira como foram tratados, alguns tão mentalmente confusos por meses de isolamento e espancamentos que não conseguiam responder às perguntas formuladas.[1] Os que conseguiam falar passavam por uma série de perguntas elaboradas para assinalar quantos crimes podiam ser extraídos delas. Foram apresentados a cada irmão 87 ou 88 itens, que eles precisavam admitir ou negar. Os aspectos mais interessantes da confissão eram anotados, mas, à parte isso, era apenas um exercício de terror burocrático.

As perguntas eram repetitivas, estereotipadas e monótonas: os irmãos negaram Cristo ao serem admitidos? Isso foi feito com toda a comunidade? Foi repetido depois? Foi ensinado a eles que Jesus não era o verdadeiro Deus, mas

um falso profeta? Eles cuspiram na cruz? Pisotearam uma cruz? Faziam isso regularmente? Urinavam na cruz? Pisoteavam *e* urinavam na cruz? Isso era feito na Páscoa? Negavam os sacramentos da Igreja? Confessavam-se com o mestre e não com um padre ordenado? Alguma vez beijavam outro irmão de forma imprópria? Onde eles o beijavam? Nas costas? Na barriga? No pênis? Foram informados de que poderiam fazer sexo com outros irmãos? Eles faziam isso? Penetravam ou eram penetrados? Alguém disse a eles que isso não era pecado? Adoravam ídolos? Os ídolos pareciam cabeças? Os ídolos pareciam cabeças com três faces? Como eles os adoraram? Eles os chamavam de "Deus"? Eles os chamavam de "Salvador"? Alguns dos irmãos faziam isso? A maioria de seus irmãos fazia isso? Alguém disse a eles que o ídolo os salvaria? Que os tornaria mais ricos? Que tornaria o solo fértil? Que faria as árvores florescerem?

E assim por diante.[2] No fim, a maioria dos irmãos confessou, derrotados tanto pelos sofrimentos físicos quanto pela implacabilidade do processo – embora às vezes demorasse muitos meses para alquebrá-los. O Concílio de Vienne, agendado para outubro de 1310, acabou sendo adiado para outubro de 1311. O tempo favoreceu os interrogadores, que fizeram pleno uso dessa vantagem. Depois de um ano ou mais encarcerados no frio e com parcas rações, a maioria dos templários desistiu ou morreu. Em uma localidade, um terço dos irmãos presos em 1307 morreu cinco anos depois.[3]

✢

Na primavera de 1310, investigadores da Irlanda e Chipre haviam reunido suas evidências, interrogando irmãos templários e testemunhas não alinhadas. Na maioria dos lugares isso demonstrou que as acusações inventadas pelos ministros de Filipe IV e divulgadas pelo papa não se comprovavam e eram em grande parte fantasias. Mas na França, o centro pulsante dos templários, a imagem surgida de quase todas as inquisições brutais foi de uma ordem diabolicamente corrupta. Na Páscoa de 1309, a Coroa francesa começou a arrendar propriedades confiscadas dos templários para fazer caixa, partindo da suposição de que nunca seriam devolvidas, esvaziando assim não apenas os inquéritos individuais como também a investigação geral sobre a corrupção da ordem como um todo. A injustiça era palpável.

A liderança principal dos templários estava em péssimas condições para resistir. Jacques de Molay foi pessoalmente absolvido em Chinon, mas o longo e violento período na prisão cobrou seu preço. Depois de aguentar interrogatórios exaustivos em Paris e em Chinon, foi levado de volta à capital francesa para comparecer perante a comissão papal, cujo objetivo era obter evidências sobre a ordem como um todo.

Na quarta-feira, 26 de novembro, e na sexta-feira, 28 de novembro de 1309, o alquebrado mestre templário foi trazido à antiga abadia de Sainte-Geneviève para se apresentar perante um júri composto em grande parte por

bispos e cardeais franceses. O presidente do júri, Gilles Aycelin, arcebispo de Narbonne, era membro do conselho do rei. As respostas de Jacques foram confusas e erráticas. A princípio disse que não era sábio nem erudito o suficiente para defender a ordem, que só considerava "muito surpreendente" que a Igreja quisesse destruir os templários depois de ter ameaçado por 32 anos depor Frederico II Hohenstaufen sem nunca ter conseguido.[4] Quando suas declarações anteriores, autoincriminatórias, foram lidas para ele, Jacques ficou irado, fez o sinal da cruz e disse que "tomara Deus que o praticado por sarracenos e tártaros pudesse ser feito com os malfeitores neste caso, pois os sarracenos e os tártaros cortam a cabeça dos malfeitores que encontram ou os partem em dois". Nesse momento, Guillaume de Plaisians, ouvindo de fora da sala, entrou e passou o braço em volta do mestre, dizendo para ele "não se rebaixar ou se destruir desnecessariamente". O mestre pediu um tempo para refletir sobre o que havia dito e seu depoimento foi adiado para o fim da semana.

Quando Jacques voltou, na sexta-feira 28, parecia não estar em condições de responder às perguntas. Indagado se queria defender a ordem, respondeu que era um "cavaleiro empobrecido que não sabia latim", mas entendeu que havia uma carta pela qual o papa se reservava o direito de lidar com seu caso pessoalmente. Informado de que seus atos não eram assunto da comissão de Paris, que estava investigando a ordem como um todo, Jacques afirmou que tinha apenas

três coisas a dizer: que a ordem dispunha de melhores igrejas que qualquer de seus rivais; que distribuíram mais esmolas; e que "não conhecia nenhuma outra ordem [...] mais bem preparada para expor seus corpos à morte em defesa da fé cristã contra seus inimigos". Em seguida, voltou a reclamar da guerra pela Terra Santa, contando uma história animada, porém irrelevante, sobre o irmão de Luís IX, Robert de Artois, que provocara a morte de templários em Damieta em 1250.

Dessa vez, enquanto o mestre falava, quem entrou na sala foi Guillaume de Nogaret. Enquanto Guillaume de Plaisians fora paternal, Nogaret foi sinistro e antipático. Ao ouvir a história narrada, interveio para dizer que lera as crônicas na abadia real de Saint-Denis, que afirmavam que os templários tinham traiçoeiramente se curvado a Saladino, mas que o sultão os desprezara, acreditando que a batalha de Hattin fora perdida em 1187 por eles "estarem sob o vício da sodomia".[5]

Como debate histórico informativo, havia muito pouco que o recomendasse. O único ponto ilustrado foi que Jacques de Molay havia se transformado num velho resmungão, cuja capacidade de salvar sua ordem da destruição era quase nula e que, embora a comissão fosse liderada por bispos, os ministros do rei a dirigiam dos bastidores. Chamado de volta para prestar depoimento pela terceira vez, em 2 de março de 1310, Jacques de Molay mostrou-se além de qualquer

argumentação, e simplesmente pediu para ser enviado ao papa para julgamento.

Enquanto o mestre balbuciava seus depoimentos inadequados, uma atitude desafiadora começou a se desenvolver entre os membros comuns dos templários. Vindos de toda a França, literalmente centenas de irmãos estavam chegando a Paris para prestar depoimento à comissão. Foram mantidos sob toque de recolher em locais espalhados por toda a cidade, desde o Templo de Paris até casas de bispos equipadas com quartos seguros. Mas alguns tinham alguma liberdade para se locomover e se comunicar uns com os outros, e os irmãos começaram a organizar uma defesa séria e vigorosa em conjunto. Em fevereiro, mais de quinhentos templários se apresentaram na abadia, oferecendo-se para depor em louvor à ordem. Alguns de seus depoimentos foram ouvidos pelos comissários, mas em pouco tempo havia tantos irmãos na capital que foi necessário organizar uma forma de representação oficial.

No fim de março, uma reunião ao ar livre foi realizada no terreno da abadia, durante a qual centenas de templários refutaram furiosamente as acusações sem fundamento feitas contra a ordem. Os comissários pediram que apresentassem "procuradores" que pudessem defender os irmãos em bloco. Quatro homens foram escolhidos: dois capelães e dois cavaleiros. Os capelães eram Pierre de Bologne, de 44 anos, que representara a ordem como embaixador do papa, e Reginald de Provins, preceptor de Orléans; os cavaleiros

eram Guillaume de Chambonnet e Bertrand de Sartiges, ambos veteranos de longa data. Em uma série de audiências, reclamaram das condições em que os irmãos foram mantidos, questionaram os fundamentos legais para o julgamento e as atividades dos ministros do rei, que estavam interferindo no que deveria ser um assunto estritamente religioso.

Em 7 de abril, Pierre de Bologne conduziu sua delegação à sala de audiência e defendeu a sobrevivência dos templários. Sua apresentação foi uma demolição feroz e destemida de tudo o que havia sido feito pelo rei e seus homens desde a sexta-feira, 13 de outubro de 1307.

Todas as evidências recolhidas pelos comissários, argumentou, deveriam ser jogadas no lixo, pois os templários que se incriminaram "terão falado [...] sob compulsão, força ou corrupção, persuasão, suborno ou por medo". Pediu que no futuro nenhum leigo – e aqui os nomes de Guillaume de Nogaret e Guillaume de Plaisians pairaram silenciosamente no ar – deveria estar presente em qualquer interrogatório dos templários, "nem qualquer pessoa que eles tivessem razões para temer [...] já que todos os irmãos estão tão abalados de medo e terror que não surpreende que alguns tenham contado mentiras". Em nenhum lugar a não ser na França, disse Pierre, haveria um irmão templário "que conta ou contou essas mentiras". Os que tentaram dizer a verdade "sofreram e estão sofrendo diariamente nas prisões torturas, punições, tribulações, privações, insultos,

calamidades e misérias, tendo apenas a consciência para motivá-los".[6]

Em seguida, Pierre contou a história da fundação dos templários: era uma ordem "desenvolvida na caridade e no amor da verdadeira fraternidade [...] sem a imundície ou sujeira de qualquer vício. Há e sempre houve uma forte disciplina monástica [e] uma forte observância para nossa salvação". A cerimônia de recepção da ordem não era um rito pervertido de blasfêmia sexualizada:

> Quem entra nessa ordem se compromete com quatro princípios essenciais, a saber: obediência, castidade, pobreza e o uso de todas as suas forças a serviço da Terra Santa [...] É recebido com o puro beijo da paz, recebe o hábito com a cruz que usa permanentemente no peito [...] e é ensinado a observar a regra e os antigos costumes transmitidos pela Igreja romana e os santos padres.

As alegações contra eles eram "tão impossíveis quanto obscenas [...] falsas e mentirosas". Aqueles que as divulgaram "são motivados pela cupidez fanática e pelo ardor do ciúme". Foram propostas por "mentirosos e corruptores" e só confirmadas por depoimentos de irmãos por "terem sido obrigados por ameaças de morte a fazer confissões que iam contra suas consciências".

Pierre definiu a comissão como ilegal e queixou-se de seus irmãos continuarem temendo por suas vidas, incapazes

de se retratar de suas falsas confissões, uma vez que eram informados diariamente que isso os tornaria hereges recaídos, que os levaria às agonias da estaca e da fogueira em público. “Uma retratação, dizem eles, inevitavelmente significa ser queimado.” Prometeu no início de seu discurso que os templários pretendiam comparecer perante o Concílio de Vienne (a reunião marcada para outubro de 1310, quando Clemente V faria o julgamento final sobre o caso) para defender sua sobrevivência ao papa. Se tivessem chegado a isso, dados os débeis resultados das inquisições em outros reinos, eles teriam um caso muito bom a apresentar.

Nem o influxo de templários a Paris nem sua sólida representação legal perante a comissão agradaram a Filipe IV. Mais incômodo ainda foi quando, em 4 de abril, o Papa Clemente adiou o Concílio de Vienne por um ano, para outubro de 1311, devido ao tempo que levou para reunir provas completas. O julgamento dos templários foi iniciado com um ataque relâmpago ao amanhecer; com o passar dos anos, a provação dos membros da ordem se transformou em um crepúsculo sem fim. Seria necessária uma intervenção decisiva.

O governo começou a selecionar quem teria permissão para depor em Paris. Testemunhas maleáveis foram apresentadas à comissão, para repetir as calúnias usuais, ampliando o grotesco sempre que possível: beijos obscenos agora passaram do umbigo para o ânus. O rei também buscou uma segunda rodada de opiniões legais da

Universidade de Paris, para confirmar seu direito de purificar a Igreja em seu reino.[7] Mas logo depois mudou para a tática que sempre lhe serviu melhor: a intimidação.

Enquanto a comissão papal se engalfinhava com a defesa vigorosa dos templários, muitos irmãos que vieram depor ainda estavam sob investigação pessoal por heresia e blasfêmia. Com isso em mente, o rei voltou-se para uma investigação eclesiástica cobrindo a cidade de Paris, que ficava na diocese de Sens e era supervisionada pelo arcebispo Filipe de Marigny, irmão de um dos conselheiros mais próximos do rei Filipe.

Na segunda semana de maio, o arcebispo procedeu repentinamente ao julgamento final de 54 templários investigados antes de seu inquérito local, mas que agora estavam em Paris apoiando a defesa dos membros da ordem como um todo. Sua intenção era apontar as discrepâncias entre as confissões que haviam dado no inquérito episcopal e as evidências que os mesmos irmãos apresentaram antes da comissão papal, para demonstrar que as testemunhas eram efetivamente hereges recaídos.

Gilles de Aycelin, arcebispo de Narbonne, presidente do júri que investigava a ordem, ausentou-se imediatamente das audiências, enojado. A comissão continuou a se reunir sem ele, mas na manhã de terça-feira, 12 de maio de 1310, foram interrompidos por um mensageiro que os informou que os 54 templários de Sens que haviam fornecido evidências haviam sido de fato considerados hereges

recaídos e encaminhados para ser queimados na fogueira sem demora. Apesar dos esforços frenéticos de Pierre de Bologne e de seus colegas procuradores para questionar a legalidade da ação, a realeza atropelou o devido processo. Os templários de Sens foram todos reunidos pelos oficiais do rei, amarrados a carroças e conduzidos pelas ruas de Paris até um terreno nos arredores da cidade, onde dezenas de estacas e piras já estavam instaladas. Todos foram queimados vivos.

Com um único ato de fúria, o rei incendiou a resistência dos templários. Renaud de Provins era de Sens, e, embora não estivesse entre os 54 que foram reduzidos a cinzas em 12 de maio, continuava correndo o mesmo risco. Continuar resistindo significaria uma sentença de morte.

Pierre de Bologne queixou-se amargamente aos comissários sobre a intimidação de testemunhas, mas agora o rei mostrou o que era de fato uma intimidação: Pierre de Bologne simplesmente desapareceu. A comissão foi informada sumariamente de que ele havia fugido à noite da cela onde se encontrava detido. Nunca mais foi visto. Após esse ato de traição, a defesa legal dos templários foi dissolvida e a resistência de seus membros desmoronou. Em poucas semanas os voluntários deixaram de se apresentar para defender a ordem, enquanto um fluxo de testemunhas repetia as confissões desgastadas que deram início a todo o lamentável episódio. As audiências continuaram por meses, com os comissários ainda sondando as evidências de a

ordem ser institucionalmente herética. As poucas provas compiladas que não fossem fantasias exóticas de homens aterrorizados com a esperança de escapar da morte na fogueira. Mas o peso das confissões logo se tornou condenatório. Em 5 de julho de 1311, os comissários foram chamados a Pontoise para uma audiência com Filipe IV. O rei ordenou que interrompessem o trabalho: já havia material suficiente. A papelada foi encaminhada a Clemente V, para ser considerada no Concílio de Vienne em outubro.

✢

Fora da França, os processos contra os templários variaram radicalmente, dependendo das preocupações e do caráter do governante em questão. Em nenhum lugar isso ficou mais aparente que na Inglaterra, onde Eduardo II tinha chegado ao trono em 1307, somente três meses depois das prisões em massa na França. Sua primeira reação às acusações beiraram o ridículo. Fazia parte do seu caráter: às vezes lúcido, mas em geral politicamente tolo. Com 23 anos na época de sua ascensão ao trono, Eduardo ficou noivo de Isabella, filha de Filipe IV. Talvez alguns tenham aconselhado discrição, mas, assim que recebeu as notícias das prisões dos templários, Eduardo escreveu imediatamente para os reis de Aragão, Navarra, Castela, Portugal e Nápoles dizendo que as alegações eram absurdas e que todos deveriam ter cuidado no que acreditavam. Só respeitou a

Pastoralis praeeminentiae com muita relutância, e quando 114 templários ingleses (dos quais só quinze eram cavaleiros) foram presos, em janeiro de 1308, os xerifes que efetuaram as detenções foram avisados para não colocar os irmãos em prisões "duras e vis".[8] O mestre inglês William de la More ficou em bons aposentos em Canterbury, com um estipêndio diário e vários criados, e podia andar pela cidade o quanto quisesse. Mais tarde, naquele mesmo mês, Eduardo viajou à França para se casar com a filha de Filipe, porém, mesmo depois de voltar, continuou pouco interessado em adotar as perseguições que seu sogro gostaria de ver.

O que provocou a mudança de atitude de Eduardo em relação aos templários foi seu mesquinho interesse próprio. Apesar de ter se casado com Isabella da França em Bolonha, em janeiro de 1308, o rei não gostava dela. Estava muito mais interessado em seu velho amigo de juventude, chamado Piers Gaveston. O rei e Piers formavam um casal muito chocante aos olhos da classe política inglesa, e em maio uma coalizão de bispos e nobres ingleses fizeram o rei exilar seu protegido na Irlanda, sob risco de ser excomungado caso ele voltasse. A partir desse momento, tudo na vida de Eduardo foi superado por seu desejo de trazer Gaveston de volta para casa em segurança. O apoio de Clemente V, com seu poder de suspender a excomunhão de Gaveston, de repente se tornou importante – e a política de Eduardo em relação aos templários mudou nessa direção. Em novembro, Eduardo ordenou que os templários da

Inglaterra, que até então viviam em relativa liberdade, fossem presos novamente. Isso teve exatamente o efeito desejado: na primavera de 1309, a excomunhão de Gaveston foi cancelada, e em junho ele já estava em casa, para grande desprazer dos barões do rei. Em setembro, admitiu dois inquisidores papais em seu reino para começar a investigar as más ações dos templários.

Na Inglaterra a ordem ainda não estava tão desmoralizada quanto na França. Em parte, porque todo o conceito de Inquisição era estranho aos ingleses, cujo sistema legal fora elaborado a partir de julgamentos por jurados, não por confissões arrancadas dolorosamente de suspeitos agonizantes. A tortura não foi amplamente utilizada, e nas poucas ocasiões em que foi sugerida durante o inquérito sobre os templários, quase sempre era indeferida. Foram estabelecidos três centros de investigação – em Londres, Lincoln e York –, e quase todos os irmãos que depuseram ante os representantes papais negaram todas as acusações da longa lista que lhes foi apresentada. O pior que conseguiram extrair deles foi uma convicção equivocada de que, quando um irmão era açoitado por desrespeitar uma das regras da ordem, o subsequente perdão concedido pelo mestre era uma absolvição sagrada e não uma decisão interna sobre um caso de disciplina sendo encerrado. Tratava-se de fato de uma ninharia.

Os processos contra os templários continuaram até o verão de 1311, e nesse período os inquisidores franceses

escreveram cartas expressando sua frustração e ponderando se deveriam tomar medidas extraordinárias: levar todos os prisioneiros para o condado francês de Ponthieu (de propriedade de Eduardo, mas com vassalos feudais de Filipe IV), onde poderiam ser propriamente interrogados. No fim, todos esses esforços não deram em nada. Houve uma breve onda de excitação quando dois fugitivos foram capturados e tentaram evitar problemas para si próprios admitindo terem negado Cristo ao serem admitidos, mas isso também resultou em muito pouco. O inquérito acabou limitado a mandar a maioria dos irmãos para mosteiros, alguns para se penitenciar por pecadilhos e outros simplesmente para ser adotados por diferentes ordens religiosas. Só os dois suspeitos de mais altos postos tiveram um castigo mais severo, mais por causa de seus status que por suas ações. William de la More, mestre da Inglaterra, foi mandado para a Torre de Londres, onde morreu em 1312, ainda à espera da absolvição do papa. Imbert Blanke, preceptor de Auvergne, que escapou da prisão na França e atravessou o canal da Mancha em 1307, também foi preso. Provavelmente morreu sob custódia algum tempo depois de 1314. Nenhum dos dois admitiu qualquer delito. Eduardo II assumiu o controle das terras templárias por mais de dez anos, acrescentando seus rendimentos, outrora tão diligentemente catalogados pelo mestre Geoffrey Fitz Stephen, aos cofres reais, até serem tomados pelos hospitalários em 1324. Foi um desfecho bastante discreto.

Em outros lugares, o padrão dos procedimentos variou de acordo com as condições locais. Na Irlanda os inquisidores agiram com lentidão, realizando apenas algumas entrevistas perfunctórias e concedendo pensões aos irmãos sem nem sequer exigir que ingressassem em outra ordem. Na península hispânica os templários atuavam mais como uma força militar do que na França ou na Inglaterra, e isso foi levado muito em conta em suas prisões. O rei Jaime II ficou tão em dúvida quanto Eduardo, e assim como este, de início, resistiu a agir contra a ordem. Nos cinco anos que precederam as prisões na França, Jaime vinha ajudando a ordem a estabelecer suas propriedades rurais em outro reino, o de Valência.[9] Contudo, a capacidade militar da ordem em Aragão logo se transformou numa razão para sua efetiva destruição. Assim que começaram as prisões na França, os templários de Aragão se mobilizaram para preparar um ataque: armazenando produtos, convertendo suas fortunas em ouro para ser facilmente transportadas e reforçando seus inúmeros castelos. Jaime não era hostil à ordem por natureza, mas a perspectiva da existência de fortalezas guarnecidas contra a Coroa não era aceitável. No Ano-novo de 1308, o rei prendeu os mestres locais e começou a sitiar as fortalezas templárias. Um irmão furioso amaldiçoou Jaime II por sua ingratidão, relacionando o número de vezes que os templários sacrificaram a própria vida a serviço do reino de Aragão. Jaime o ignorou. Seguiu-se uma pequena guerra civil, quando forças reais sitiaram as

fortalezas templárias de Miravet, Monzón, Asco e diversas outras construídas originalmente para a guerra santa contra os mouros. Levou meses para o rei deixar à beira da inanição os últimos defensores de seus bastiões: a imensa fortaleza de Monzón (onde o avô de Jaime fora criado sob os cuidados dos templários) e a de Chalamera só se renderam em julho de 1309.

Houve prisões, e alguns detidos foram torturados, embora essa prática tenha sido considerada tão ineficiente em Aragão quanto fora na Inglaterra. Nenhum templário aragonês admitiu nenhum delito grave, e em 1312 os procedimentos contra a ordem foram abandonados sem qualquer confissão extraída.[10] Os irmãos receberam pensões e foram despachados para viver como religiosos em mosteiros e suas propriedades foram divididas entre o rei, os hospitalários e uma nova ordem militar sediada em Montesa, em Valência, que se inspirou no modelo da Ordem de Calatrava. Em pouco tempo, a Ordem do Templo não era nada mais que uma lembrança.

Em 1310, em Castela e León, os templários foram investigados e declarados inocentes. Nenhum segredo escabroso foi desenterrado em Maiorca. Nas diversas províncias italianas houve apenas um interesse passageiro pelos procedimentos contra os templários. Embora alguns irmãos tenham admitido a habitual série de indiscrições, desde andar sobre crucifixos à sodomia e à veneração de ídolos, os abalos resultantes foram relativamente pequenos,

e, em regiões como o noroeste da Itália, investigadores proibiram a tortura e na verdade tentaram provar a inocência dos prisioneiros.[11] Na Sicília as autoridades praticamente não se interessaram pela perseguição aos irmãos, e, apesar de ter havido prisões e julgamentos, os resultados não foram nada lascivos, parecem ter envolvido somente um pequeno número de irmãos e nenhum deles foi morto.[12]

Da mesma forma, na Alemanha os reis limitaram suas ações contra os membros da ordem, sem grande entusiasmo. Quanto mais se seguia para a região nordeste da cristandade, menor o número de templários encontrado. Os principados eram muito mais povoados pela Ordem Teutônica. Houve um movimento contra os templários na Alemanha, relacionado às freiras de um convento em Mühlen. O convento era oficialmente propriedade e administrado pela ordem, por causa de um acordo fechado pelo bispo de Worms, provavelmente influenciado pelo fato de a Ordem Teutônica admitir mulheres como irmãs plenas, longe da linha de frente. Com o enfraquecimento dos templários, as freiras de Mühlen foram obrigadas a se integrar aos hospitalários, apesar da relutância.[13]

Assim como em Aragão, em Chipre os templários dispunham de uma verdadeira força militar, além de um espírito potencialmente ameaçador. Desde o início do verão de 1307, eles começaram a ser aprisionados em vários pontos da ilha. Quase três anos se passaram até o início das

audiências, em 5 de maio de 1310.[14] Dos 118 templários presos originalmente, somente 76 estavam vivos à época, e capacitados a passar por inquéritos. Mais da metade destes eram cavaleiros – uma proporção bem maior que no Ocidente, onde apenas um em cada dez tinha o posto de cavaleiro. Todos eles negaram irredutivelmente toda a lista de alegações. Só disseram que havia um beijo totalmente apropriado de paz para dar as boas-vindas aos novos membros. Afirmaram que era um procedimento normal entre os templários que as reuniões regionais fossem mantidas em segredo e fechadas a pessoas de fora.

Para ampliar o inquérito, foram ouvidos depoimentos de 56 testemunhas não templárias, inclusive algumas das figuras mais nobres da ilha: Filipe de Ibelin, o senescal real; Rupen de Montfort, lorde titular de Beirute; o bispo de Beirute e dois abades. Esses homens passaram pela radical cisão política entre Henrique II e seu irmão Amalric, que depôs o rei e o exilou na Armênia. Todos juraram pela probidade e a retidão de caráter dos templários. Muitos observaram terem visto os templários oferecerem comunhão e distribuírem grandes quantidades de esmola aos pobres: "pão, carnes e às vezes dinheiro, e isso [acontecia] todas as semanas".[15] Os depoimentos não poderiam ser mais favoráveis. Todos se mostravam enlevadas e orgulhosas da afeição que sentiam pela ordem, que, apesar de todas as falhas, gozava de alta estima na linha de frente da guerra contra o islã. Uma das testemunhas, John Norris, tesoureiro

de Limassol e cânone de Pafos, contou que havia um ditado comum entre os cipriotas que dizia: “Eu o defenderia à maneira dos templários, esteja você certo ou errado”.[16]

✢

O Concílio de Vienne iniciou seus trabalhos em outubro de 1311 e passou seu veredito em 22 de março de 1312. Muitos clérigos importantes que vieram de todas as regiões da cristandade – inclusive quatro patriarcas, vinte cardeais e muitos bispos e arcebispos – mostraram-se céticos quanto às acusações imputadas aos templários e exigiram ouvir a defesa da ordem. Em si, essa atitude era razoável, mas pesou contra ela a presença próxima do rei da França, que posicionou um exército a trinta quilômetros de Lyon, além de escrever cartas ao papa exigindo a eliminação dos templários e a criação de uma nova ordem que pudesse retomar a luta contra os infiéis. A mensagem era clara: Clemente V teve de fazer sua escolha. Poderia sofrer o mesmo destino de Bonifácio VIII, ou aceitar a verdade que pesava sobre ele desde que a tiara papal fora posta em sua cabeça, em 1305. Era um papa francês, e no fim acabou cumprindo as ordens do rei francês.

A decisão em relação aos templários foi sumarizada em uma bula papal conhecida como *Vox in excelso* (“Uma voz no alto”). Estruturando suas palavras em citações bíblicas extraídas do Velho Testamento, Clemente resumiu o caso

dos templários desde o começo. Descreveu como a Igreja havia honrado e respeitado o Templo, mas "contra o próprio Senhor Jesus Cristo [...] eles caíram em pecado de apostasia profana, no abominável vício da idolatria, no crime mortal dos sodomitas e em diversas heresias". O papa acenou para Filipe IV, "nosso querido filho em Cristo", que "não teve intenção de requisitar ou se apropriar de qualquer coisa das propriedades dos templários [...] ele fora ardoroso no zelo pela fé ortodoxa, seguindo os passos bem demarcados de seus antecedentes". A lista de delitos e blasfêmias foi repetida e resumida com a alegação de que "o mestre, os preceptores e outros irmãos da ordem, bem como a própria ordem, haviam se envolvido nesses e em outros crimes", todos provados por muitas confissões colhidas pelos inquisidores. Clemente mencionou especificamente as confissões feitas em Chinon por Jacques de Molay, Hugo de Pairaud, Raimbaud de Caron e seus colegas, ressaltando que todos haviam sido absolvidos. Em seguida anunciou sua decisão:

> Essas confissões tornam a ordem muito suspeita. [...] A infâmia e a suspeita a tornam detestável para a santa Igreja de Deus, para seus prelados, para reis e outros governantes e para os católicos em geral. Acreditamos que com toda a probabilidade doravante não haverá uma boa pessoa que deseje entrar para a

> ordem, que por isso se tornou inútil para a Igreja de Deus e a continuação da retomada da Terra Santa.

Os templários não tiveram chance de se defender em Vienne, e, apesar dos rumores fantasiosos que circularam sobre 2 mil deles nas imediações da cidade esperando para invadirem o salão da conferência, nada disso aconteceu. Continuaram sem defesa e quase invisíveis na reunião que decidiu seus destinos. Em *Vox in excelso,* o papa contornou cegamente sua flagrante injustiça, argumentando que prorrogar sua decisão por mais tempo para ouvir contra-argumentos arruinaria as possessões dos templários e prejudicaria sua utilidade na missão cruzadista. Nada viria de bom de mais procrastinações.

> Assim, com o coração triste [...] nós suprimimos, com a aprovação do sagrado concílio, a Ordem dos Templários, e sua regra, hábitos e nome, por um inviolável e perpétuo decreto, e proibimos totalmente que qualquer um agora ingresse na ordem, ou receba e use o seu hábito, ou pretenda se comportar como um templário. Se qualquer um agir em contrário, incorrerá automaticamente em excomunhão.[17]

Com a penada de um escriba, e a aplicação do selo papal, a Ordem do Templo, que existia havia 192 anos, foi abolida. A única pequena vitória, se puder ser vista como tal, foi a de

que suas propriedades não foram entregues a Filipe IV, mas sim reservadas ao papa "à nossa disposição e à da sé apostólica". Tampouco foi feita qualquer menção sobre fundir as ordens militares. Em maio de 1312, ficou decidido que as propriedades templárias seriam entregues aos hospitalários, para apoiar sua missão no Oriente. Mas foi uma notícia só parcialmente boa para os hospitalários. Enquanto teoricamente eles ganharam grandes porções de propriedades espalhadas por 3.200 quilômetros, a batalha legal para garantir a posse das novas terras os consumiu por mais de uma década.

Na península hispânica as terras dos templários seriam divididas entre governantes seculares, os hospitalários e a nova ordem militar sediada em Montesa, em Aragão. É provável que a prata do tesouro do Templo de Paris tenha sumido na casa da moeda do rei, mas Filipe jamais conseguiu perpetrar um grande confisco de terras, nem assumir para si e seus filhos o papel de rei cruzado encarregado de unificar as ordens militares. Sua vitória foi estritamente pessoal: foi capaz de triunfar sobre uma organização sobre a qual havia se convencido estar infestada de segredos, heresias, imundície, fornicação, blasfêmias, carnalidade e mal.

Com a fragmentação das propriedades templárias, centenas de prisioneiros tiveram de ser reabilitados ou realocados. Os impenitentes foram sentenciados à prisão, mas muitos reconheceram seus supostos crimes e foram

perdoados. Esses homens foram despachados para viver em outras instituições monásticas, recebendo pensões pagas pela corte papal de Avignon. Basicamente, suas vidas não foram tão diferentes da que viviam numa casa templária. Em regiões onde os templários tiveram papel ativo nas forças militares, alguns conseguiram continuar seu trabalho com outro uniforme. Em Portugal, em 1319, foi fundada uma nova ordem: a Ordem de Cristo, que assumiu propriedades templárias e em alguns casos forneceu novos uniformes aos soldados do Templo e os destacou para guarnecer antigos castelos templários e participar de guerras santas contra os mouros.

Alguns templários desgarrados continuaram intocados pela dissolução da ordem. Em 1340, o cronista alemão Ludolph de Sudheim encontrou dois velhos perambulando na Palestina que afirmaram ter caído nas mãos dos mamelucos quando da queda de Acre, em 1291.[18]

No mundo muçulmano o desaparecimento dos templários ficou longe de ser comemorado como teria sido se Saladino tivesse conseguido destruir a ordem em seu desfile de decapitações depois da batalha de Hattin. Os templários já não eram vistos na Terra Santa havia uma geração. Na verdade, já tinham se ausentado fazia muito tempo.

Levando-se em conta todo o seu renome marcial, os templários praticamente não ofereceram resistência. Mas alguns homens não se contentaram apenas em continuar sendo pagos para usar um novo hábito e serem esquecidos.

Em 1310, Jacques de Molay, Hugo de Pairaud, Geoffroy de Charney e Geoffroy de Gonneville foram transferidos de Chinon para Gisors, um imenso castelo ao norte do Sena, a meio caminho entre Paris e Rouen (Raimbaud de Caron parece ter morrido na prisão em Chinon). Em sua última aparição ante os comissários que investigavam a ordem, Jacques entregou-se pateticamente à mercê do papa – tática utilizada por ele durante toda a provação, que no fim não resultou em nenhum dividendo. Nem resultaria após a dissolução da ordem.

Em dezembro de 1313, Clemente voltou sua atenção ao mestre e a três dos seus colegas sobreviventes. Eles esperavam apelar pessoalmente ao papa, mas Clemente já estava cansado dos templários. Designou em seu lugar um júri de cardeais para analisar o caso dos quatro irmãos. Arnaud Novelli, Arnaud d'Auch e Nicolas de Fréauville seriam os responsáveis por ouvir uma última rodada de evidências e decidir sobre as sentenças.

Em 18 de março de 1314, uma multidão se aglomerou ao redor de uma plataforma erguida na porta da igreja de Notre-Dame de Paris para ver aqueles homens envelhecidos, que já haviam comandado a ordem militar mais famosa do mundo, serem sentenciados por seu papel no colapso. Em meio à multidão estava Filipe de Marigny, o arcebispo de Sens cujo inquérito episcopal havia condenado 54 templários à morte. Os três cardeais com chapéus de abas largas

analisaram o caso dos acusados e anunciaram a penalidade que sofreriam.

Um continuador da crônica do monge de Saint-Denis conhecido como Guillaume de Nangis registrou que viu Jacques de Molay e seus colegas serem acareados naquele dia. Foram interrogados brevemente e todos mantiveram suas confissões. Eles tinham sido absolvidos de seus pecados, mas as penitências deveriam ser severas e exemplares. "Eles foram condenados a serem levados a uma árdua prisão perpétua", escreveu o cronista.[19]

Para Jacques de Molay, que já estivera preso por seis anos e meio, isso foi demais. Em um de seus depoimentos ante os comissários papais, recordou suas experiências da juventude, quando foi mandado à Terra Santa para lutar contra os sarracenos e acabou entrando em atrito com o então mestre Guillaume de Beaujeu, cujo único desejo era manter a paz. Sentiu-se muito frustrado, e a frustração continuou desde então. Na verdade, toda a carreira de Jacques foi uma sucessão de desilusões, culminando num julgamento em que fora obrigado a confessar atos que desgraçaram seu nome, comprometeram sua alma e destruíram a ordem para a qual havia se entregado. Agora era informado de que viveria o resto de seus dias numa solidão pétrea e morreria como um fracassado perjurado.

Para o espanto da audiência à sua frente, ele resolveu se manifestar. Quando um dos cardeais estava se dirigindo à multidão, Jacques o interrompeu e mais uma vez começou a

defender a própria inocência. Geoffroy de Charney juntou-se a ele, condenando a injustiça de que ambos haviam sido vítimas. Repreenderam o cardeal e o arcebispo de Sens, "e sem nenhum respeito começaram a negar tudo o que haviam confessado".[20]

Atrás de Jacques e Geoffroy de Charney, Hugo de Pairaud e Geoffroy de Gonneville se mantiveram calados. Todos entenderam o que estava acontecendo. Permanecer em silêncio era aceitar a pena de prisão. Falar significaria a condenação a morrer na fogueira como um herege recaído. A multidão ficou perplexa. Um espetáculo de fachada tomou um rumo inesperado e indesejado. Jacques de Molay continuou a esbravejar sobre sua inocência até um sargento de prontidão dar um passo à frente "e esbofetear [o mestre] na boca para ele não falar mais, e depois foi arrastado pelos cabelos para dentro da capela".[21]

Qualquer devido processo legal que deveria ocorrer foi interrompido. Geoffroy de Charney foi levado com Jacques de Molay. A intenção era manter os dois detidos "até que pudessem deliberar mais até o dia seguinte". Mas logo as notícias da cena diante de Notre-Dame correram pela cidade, e poucas horas depois chegaram a Filipe IV. Sua paciência estava esgotada. "Ele consultou seus conselheiros", escreveu o cronista, "e sem falar a respeito com os clérigos tomou a prudente decisão de condenar os dois templários à morte nas chamas."[22]

Quando caiu a noite do dia 18 de março, o mestre do Templo e o preceptor da Normandia foram levados em um pequeno barco até uma ilhota no Sena conhecida como Île-des-Javiaux, não muito longe dos jardins do palácio real. Duas piras os esperavam, com a madeira já em brasas.

O Templário de Tiro ouviu o relato de um comerciante que estava em Paris naquele mês de março e viu o que aconteceu na ilha. "O mestre implorou aos seus algozes para dizer suas preces, o que ele fez a Deus", escreveu. "Em seguida seu corpo foi levado para cumprir a vontade deles."[23]

Outro cronista francês registrou em versos os últimos minutos dos dois templários, descrevendo uma cena tranquila em que Jacques de Molay se despiu de suas roupas de baixo sem tremer ou demonstrar qualquer sinal de medo. Quando foi amarrado à estaca, pediu permissão para fazer uma prece. E acrescentou: "Deus sabe quem está em erro e quem pecou. Em breve se abaterão infortúnios sobre os que erradamente nos condenaram: Deus vingará nossa morte". Em seguida declarou que estava pronto para morrer. As chamas foram acesas, a madeira crepitou e pouco depois Jacques de Molay estava morto. "Tão delicadamente a morte o levou", escreveu o poeta, "que todos ficaram maravilhados."[24] Tudo o que restou do último mestre da Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo foi a maldição que saiu de seus lábios no momento de sua morte.

✢

Hugo de Pairaud e Geoffroy de Gonneville morreram na prisão muitos anos depois dos violentos acontecimentos de Paris. Geoffroy de Charney também morreu na fogueira em 18 de março, e segundo relatos diversos seus ossos e os de Jacques de Molay foram guardados como relíquias ou queimados e tiveram suas cinzas espalhadas. A esperança do mestre templário de que Deus vingasse sua morte poderia não significar nada, mas parece ter surtido algum efeito. Os dois homens que mais se empenharam para destruir os templários – Filipe IV da França e o Papa Clemente V – morreram até um ano depois. A saúde de Clemente nunca fora boa, e ele morreu em abril de seus antigos problemas intestinais. Filipe, com apenas 46 anos, sofreu um derrame fatal durante uma caçada em 1314. Foi enterrado em Saint-Denis perto de seu predecessor, Luís IX, o São Luís.

Será que algum deles ganhou algo com a destruição da Ordem do Templo? Provavelmente fosse verdade que em 1306 os templários e os hospitalários estivessem prontos para um amálgama. Destituídos de seus propósitos após a queda de Acre, foram sustentados por duas décadas pela ambição de uma nova cruzada, recusando-se, como muitos outros, a aceitar a realidade da mudança drástica da situação no Oriente depois das conquistas de mongóis e mamelucos. Nesse sentido, Clemente contribuiu, ainda que de forma desajeitada e desnecessariamente destrutiva, para o redirecionamento dos recursos cristãos. À parte isso, houve pouco de recomendável em sua conduta. Quando Dante

Alighieri concluiu sua *Divina comédia*, em 1320, os leitores encontraram Clemente no inferno, sendo queimado a partir dos pés, de cabeça para baixo. Dante definiu Clemente como um "pastor fora da lei do Ocidente", que havia comprado seu cargo e se deixado manipular docilmente pelo rei da França.[25]

Filipe, por sua vez, durante todo seu reinado se mostrou frio, cruel e um ferrenho antagonista a qualquer grupo ou indivíduo em que visse o menor desrespeito em relação à sua majestade real ou sua autoimagem como o "rei mais cristão". Pouco antes de morrer, voltou sua paranoia moralizante para a própria família. Aguilhoado por boatos de que as esposas de seus dois filhos estavam tendo casos adúlteros com dois cavaleiros normandos numa torre de vigia à beira do rio conhecida como Tour de Nesle, Filipe mandou prender todos, inclusive a esposa do terceiro filho, que supostamente sabia dos casos. Os cavaleiros foram torturados, interrogados e brutalmente executados em público; as noras do rei foram condenadas à prisão perpétua.

O escândalo de Tour de Nesle só causou infelicidade a Filipe. No método, foi quase idêntico à perseguição do Papa Bonifácio, dos judeus franceses e dos templários, todos juntando a necessidade da Coroa de novas fontes de receita com o desejo do rei de impor sua autoridade sobre outras partes do reino, e sua extraordinária capacidade de se convencer das piores perversões morais de qualquer um que cruzasse o seu caminho. Mesmo pelos padrões da época,

Filipe era presunçoso e violento, e o melhor que pode ser dito de sua conduta é que os templários foram apenas um grupo de vítimas entre muitos outros.

Entre 13 de outubro de 1307 e 18 de março de 1314, os templários foram totalmente esfacelados. Tiveram suas propriedades confiscadas e suas fortunas apreendidas. A reputação da ordem ficou em frangalhos. Seus membros foram presos, torturados, mortos, arrancados de suas casas e humilhados. Os que sobreviveram a esse processo morreram na prisão, foram erradicados e despachados para outros lugares ou, em alguns raros casos, reposicionados em novas ordens militares. Apesar dos mitos fantasiosos acerca de sua sobrevivência como sociedade secreta, na terceira década do século XIV a ordem não mais existia em nenhum sentido significativo. O arquivo principal dos templários, sua mais valiosa possessão no Oriente depois de seus tesouros, foi preservado em Chipre e tomado pelos hospitalários, mas depois perdido, provavelmente no século XVI, quando Chipre foi conquistada pelos otomanos. Então, afinal, os templários foram destruídos pela monarquia francesa que tanto fez para ajudar a fundar a ordem, e suas memórias foram engolidas por um inimigo islâmico ao qual originalmente se organizaram para resistir. “Eles foram os guerreiros mais destemidos entre todos os francos”, escreveu o cronista muçulmano Ibn al-Athir, que conheceu a ordem em seu apogeu. No fim, eles simplesmente não tiveram mais como lutar.

✢

As cruzadas nas quais os templários tiveram um papel tão importante não terminaram com o desaparecimento da ordem. A ideia de guerra santa estava profundamente incutida na mente dos fiéis europeus. Mesmo quando se tornou praticamente impossível formar exércitos como os que investiram contra Jerusalém, Damasco e Damieta entre 1096 e 1250, o sonho da reconquista da Terra Santa continuou vivo. Assim como a disposição da Igreja romana de cortejar favores de governantes seculares e permitir que outorgassem o status de cruzadas para suas guerras de fronteiras e ataques a diversos "pagãos" na periferia da Europa.

Na Espanha, a Reconquista continuou pelos séculos XIV e XV, período em que houve uma presença significativa de muçulmanos no emirado de Granada – tecnicamente um Estado vassalo do reino de Castela, mas na prática um reino muçulmano orgulhoso e independente. Momentos de fraqueza de Castela ou guerras com os reinos vizinhos de Aragão e Portugal em geral causavam surtos de violência vindos de Granada. As ordens militares de Calatrava e de Santiago guarneciam castelos e protegiam desfiladeiros em montanhas nas fronteiras entre territórios cristãos e muçulmanos. O emirado de Granada só foi destruído quando o rei Fernando V de Aragão se casou com a rainha Isabela de Castela, em 1479, unindo os dois grandes reinos e formando

uma frente unificada contra o governador nasrida Muhammad XII. Aos poucos, os dois "monarcas católicos" começaram a desmantelar o emirado, e em janeiro de 1492 Muhammad foi expulso de seu palácio de Alhambra na capital de Granada, para nunca mais voltar.

Fora da Espanha havia planos abundantes de retomada da presença cristã na Terra Santa, mas poucos chegaram a deixar de ser planos entusiasmados, escritos por homens que tinham mais ideias do que experiência, e nunca chegaram a ver um mameluco na vida. Em 1318, o filho e sucessor de Filipe IV, Filipe V, concebeu uma missão em ultramar liderada por nobres comandados por seu primo Luís de Clermont, que designou como "capitão, comandante e governador geral de todos os homens em armas que despacharmos antes da passagem geral por terra ou por mar para ajudar a Terra Santa".[26] Alguns anos mais tarde, o geógrafo Marino Sanudo Torsello presenteou o Papa João XXII com um grande livro, com mapas e rotas detalhados da costa da Síria e do Egito, tudo para ilustrar sua complicada ideia de um bloqueio maciço, uma invasão por terra e por mar no delta do Nilo, com participantes vindos de Gênova, Veneza, Creta, Rodes, Chipre e Armênia, que exigiria 5 mil cavaleiros só para manter um bloqueio marítimo na primeira fase das operações militares.[27] Desnecessário dizer que essa cruzada jamais aconteceu.

No decorrer da Idade Média, o espírito cruzadista encontrou novos alvos. Durante os anos 1330 e 1340, foram

organizadas ligas navais entre venezianos, cipriotas e os hospitalários para atacar diversos portos turcos no Mediterrâneo. Entre 1362 e 1369, o rei Pedro de Chipre realizou turnês de recrutamento na Europa para formar exércitos cruzados, amontoou-os em navios e os usou para saquear e em alguns casos conquistar por pouco tempo cidades muçulmanas, incluindo Adália e Córico na costa da Turquia, Alexandria e Roseta no delta do Nilo e Sidon, Beirute, Trípoli, Tortosa e Lataquia no império mameluco. Quando a Igreja sofreu seu cisma no Ocidente, em 1378, com papas rivais eleitos em Avignon e em Roma, os dois lados recrutaram reis e nobres, e declararam que a guerra contra a facção contrária era uma cruzada. Campanhas militares na Bavária contra seguidores do líder espiritual tcheco Jan Hus também ganharam status de cruzada entre 1420 e 1431.

O nordeste da Europa se tornou outro efervescente teatro de guerras cristãs, onde boa parte do trabalho foi feito pela Ordem Teutônica. Em 1309, a ordem estabeleceu seu quartel-general oficial em Malbork, no centro de um enorme e quase autônomo Estado prussiano, com seu território se expandindo centenas de quilômetros pelo norte da Polônia e a Livônia. Seu propósito ostensivo era ajudar na conversão de pagãos, e a crônica de seu cavaleiro historiador oficial, Wigand de Marburg, é cheia de histórias de *Reisen* – minicruzadas contra inimigos pontuais. Uma anotação característica de 1344 explica que o mestre da época, Ludolk König, aliou-se a Guilherme, conde da Holanda, e “entrou

na Lituânia, que devastou por dois dias, infligindo ali muitos danos, pois a terra era fértil. Mas, por causa da enchente causada pelo degelo e as avalanches de gelo, ele foi obrigado a se retirar".[28] Assim foi a história da maior parte do século XIV. Pouco depois, a sorte da Ordem Teutônica começou a mudar. Em vez de conseguir converter e conquistar, os homens da ordem ficaram sem inimigos pagãos para atacar e começaram a se bater com seus vizinhos cristãos. A Prússia tornou-se um dos grandes Estados da Europa moderna, mas a essa altura já isenta da influência dos teutônicos; no início do século XVI, eles detinham apenas uma porção dos territórios do Sacro Império Romano. Foram formalmente dissolvidos como ordem militar por Napoleão Bonaparte em 1809, e hoje só existem como uma pequena ordem religiosa de padres e freiras católicos que ajudam expatriados alemães em diversos países – quase uma volta às suas origens no primeiro cerco de Acre, em 1191.

Enriquecidos pelas possessões dos templários, ainda que sobrecarregados pela complexidade de se apropriar deles, os hospitalários sobreviveram no lugar dos templários. Crucial para sua bem-sucedida transição foi a conquista de Rodes, uma grande ilha no extremo sul do Dodecaneso, com rotas navais para Constantinopla, Chipre, Beirute e Alexandria. Os hospitalários dominaram a ilha a partir de uma cidade portuária fortificada e anexaram uma pequena cadeia de ilhas próximas, que incluía Kos e Leros. A ordem continuou lá por mais de dois séculos, envolvida com o movimentado

comércio do mar Egeu e às vezes se aliando a aventureiros italianos em investidas militares a portos turcos como Esmirna, na costa oeste da Ásia Menor. Porém, no século XV, quando Rodes se tornou em si um ponto valioso, os hospitalários foram forçados a rechaçar invasões por mar, primeiro de forças mamelucas, nos anos 1440, e depois por uma nova superpotência islâmica, o Império Otomano, que surgiu, como muitos impérios anteriores, dos territórios tribais turcos ao sul do mar Negro, que expulsaram os mamelucos e acabaram por conquistar Constantinopla, a Ásia Menor, a Grécia, Sérvia, Macedônia, Bósnia, Hungria, Síria, Palestina e o Egito. O domínio de Rodes se encerrou finalmente em 1522, quando o sultão otomano Suleiman, o Magnífico, derrotou os hospitalários de Rodes com uma armada que se dizia ser composta por mais de quatrocentos navios transportando 100 mil homens.

Surpreendentemente, nem assim os hospitalários foram eliminados, e, em 1530, Carlos II da Espanha deu à ordem uma nova base na ilha de Malta, de onde foram expulsos por Napoleão em 1798-9. Os hospitalários continuam existindo até hoje: a Ordem Hospitalar Militar Soberana de São João de Jerusalém de Rodes e da Malta (ou simplesmente os Cavaleiros de Malta) é uma ordem católica sediada em Roma, onde é reconhecida internacionalmente como um corpo autônomo, com seu próprio hino, bandeira, passaportes e exército. Outra versão da ordem sobrevive em países que incluem Finlândia, França, Alemanha, Hungria,

Holanda, Suécia e Suíça. O movimento dos hospitalários na Grã-Bretanha foi reconhecido no século XIX; em 1888, a Ordem de São João de Jerusalém ganhou uma carta real da rainha Vitória. Atualmente é uma ordem cristã, predominantemente protestante e sujeita à autoridade da Coroa. Seus membros são convidados a ingressar na ordem por mérito e juram se dedicar às obras de caridade conduzidas pela entidade. Uma de suas instituições inclui a St. John Ambulance, organização não governamental voluntária na prestação de primeiros socorros.

Em 1530, o acadêmico holandês Erasmo preparou um tratado em latim intitulado *Consultatio de bello Turcis infirendo* ("Sobre a questão de fazer guerra contra os turcos"). Segundo escreveu, os exércitos de Suleiman, o Magnífico, ocuparam grandes porções dos Bálcãs, da Hungria, da Bulgária e da Romênia. Em anos anteriores ele sitiou Viena, e um novo império islâmico parecia avançar irredutivelmente em direção ao Ocidente.

Esse estado de coisas apresentou diversos problemas a Erasmo, um pensador humanista e esclarecido. Como desprezava o fanatismo populista, ele alertou:

> Quando as massas ignorantes ouvem falar dos turcos, elas imediatamente se tornam furiosas e sanguinárias, rotulando-os como cães e inimigos do nome cristão. [...] Não consideram se a causa da

> guerra é justa e se é útil pegar em armas, que exasperará o inimigo e o tornará mais pernicioso.[29]

Ressaltou ainda a violência do início da Reforma, a qual sugeria que "o que cristãos fazem a outros cristãos é mais cruel" do que muitos dos piores atos perpetrados pelos muçulmanos.

Mas Erasmo não era absolutamente um pacifista, e reservou igual desdém a "gente [que] considera o direito de fazer guerra totalmente proibido aos cristãos [...] essa opinião é tão absurda que nem precisa ser refutada. [...] O que ensino é que a guerra nunca deve ser decidida a não ser como último recurso, depois de tudo mais ter fracassado". Claro que os otomanos eram um perigo, escreveu – passando a conjeturar longamente sobre as justificativas filosóficas da guerra, a corrupção que dominara importantes cruzadistas no século anterior e enunciando sua convicção final de que o melhor caminho para a paz entre o islã e o Ocidente estava na conversão de incréus ao caminho de Jesus Cristo.

No meio de seu ensaio, Erasmo mencionou, quase como uma observação lateral, o ideal perdido do guerreiro cristão, de quem muito se sentia falta naquele momento confuso e problemático. Era o tipo essencial de cruzado cujo exemplo um homem do século XVI poderia sonhar como modelo. Erasmo os chamou de "aqueles soldados que São Bernardo descreve, que ele não sabe se deve chamar de monges ou

cavaleiros, tão grandes eram seu prodígio moral e sua coragem como guerreiros".[30]

Os templários já não existiam havia muito tempo. Mas enquanto o espírito das cruzadas continuasse, eles teriam um lugar na imaginação das pessoas.

Epílogo

O Santo Graal

✢

Entre 1200 e 1210, o escritor alemão Wolfram von Eschenbach escreveu um poema romântico chamado *Parsival*. Com dezenas de milhares de versos, inspirava-se nas lendas do rei Arthur, muito populares em toda a Europa por várias décadas. Essas histórias encantaram o público aristocrático com contos de amor, cavalheirismo, aventuras, traição, magia e combates. O patrono de Eschenbach foi um certo Hermann, conde da Turíngia, mas sua obra acabou atingindo um grande público e exercendo enorme influência. Mais de oitenta manuscritos medievais do poema ainda sobrevivem.

Em *Parsival*, o jovem herói homônimo surge na corte de Arthur e logo se envolve numa disputa com um "cavaleiro

vermelho", que mata em uma luta. Depois de ir embora para aprender a ser mais cavalheiresco, Parsival se engaja na busca pelo Santo Graal: ao mesmo tempo uma busca literal por uma misteriosa pedra vitalizadora e uma jornada espiritual para a iluminação em Deus. Em princípio, o Graal está guardado em um castelo mágico por um personagem chamado Rei Pescador, acometido por uma dor constante de um ferimento na perna, um castigo divino por não ter permanecido casto. Parsival encontra o Rei Pescador, mas acaba distraído por outras aventuras. Por fim, depois de lutar contra um cavaleiro que acaba se revelando como seu irmão, descobre que ele próprio se tornou o novo rei destinado a guardar o Graal, e a história chega ao fim.

Muito de *Parsival*, da maneira como foi escrito por Eschenbach, não era original. Escritores anteriores, como Geoffroy de Monmouth e Chrétien de Troyes, já haviam criado o mundo que ele descreveu e fornecido boa parte do enredo. Eschenbach estava essencialmente atualizando, expandindo as aventuras dos personagens e conferindo aos contos um sabor que acreditava que seus leitores (e ouvintes, pois muitos ouviam os poemas lidos em voz alta nos salões de seus senhores) iriam gostar. Um dos ingredientes que acrescentou foi o surgimento de uma ordem militar conhecida como *Templeise*, guerreiros jurados à castidade que ajudam o Rei Pescador a proteger o Santo Graal em seu "templo". Esses homens não eram idênticos aos templários: seu símbolo era uma pomba, no lugar da

cruz dos cruzados, e não pareciam ter criado uma regra. Ao mesmo tempo, a semelhança era impressionante e a história se provou duradoura. Foi a primeira vez que os templários deixaram de ser uma milícia cruzada para se tornarem guardiões do mítico Santo Graal.[1]

Não surpreende o fato de escritores terem começando a criar uma ficção em torno dos templários mesmo enquanto eles ainda existiam. Na primeira década do século XIII, a ordem já era bem conhecida. Embora não fosse muito presente na Alemanha, onde Eschenbach vivia, qualquer pessoa com algum interesse pela Terra Santa teria ouvido falar dos feitos dos templários. Eles enfrentaram Saladino, destacaram-se na cruzada de Ricardo Coração de Leão, guarneceram dezenas de castelos na Terra Santa, associaram-se à Reconquista, marcaram presença na maioria das cortes reais da Europa, adquiriram propriedades em toda a cristandade e fizeram poderosos inimigos. Não foi um grande salto terem também se tornado uma metáfora literária.

Em certo sentido, a ordem sempre existiu em duas esferas, a real e a imaginária. A ideia dos templários era fantástica desde o início. Quando Bernardo de Claraval escreveu *De Laude*, exaltando a primeira geração de cavaleiros nos anos 1130, não estava redigindo um relato factual sobre Hugo de Payns e seus homens. Com sua linguagem exuberante, o caráter moral idealizado dos cavaleiros e o literalismo bíblico da Terra Santa que

descreveu, Bernardo estava sobrepondo a realidade dos templários aos seus próprios sonhos de uma ordem de homens que brandiam espadas como guerreiros, mas que viviam como cistercienses.

Os cronistas que escreveram sobre os templários antes de sua derrocada também tinham seus próprios planos. Do lado muçulmano havia os que admiravam a capacidade militar dos templários e retratavam os irmãos como os menos depravados entre os malditos francos. Osama ibn Munqidh definiu a ordem como cosmopolita, cavalheiresca e de mente aberta, ressaltando que tinham permitido que ele usasse uma de suas igrejas em Jerusalém para suas orações diárias. Porém, menos de uma década depois, quando Saladino ordenou a execução de todos os templários e hospitalários capturados em Hattin, Imad al-Din os definiu como "duas ordens impuras, cujas práticas são inúteis, que nunca desistem de sua hostilidade e não servem como escravos. Tanto uma quanto a outra representam o pior dos infiéis". O objetivo da narrativa de Ibn Munqidh era colocar a honra e o cavalheirismo acima do flagelo da guerra, enquanto Imad al-Din procurou retratar Saladino como o glorioso sultão que derrotou os inimigos do islã. Os templários foram apenas um veículo para essas preocupações contrastantes.

Os escritores cristãos dos séculos XII e XIII não estavam menos divididos, e para cada Bernardo de Claraval havia um Guilherme de Tiro, cujo influente relato sobre o reino de Jerusalém sob Amalric I e sua família impôs uma narrativa

clara à história dos templários. Guilherme acreditava que os templários haviam surgido de um conceito legítimo e nobre, mas achava que haviam sido corrompidos pela riqueza, e selecionou seu material de acordo com essa visão, enfatizando demais a pobreza do início da ordem para destacar seus últimos passos em falso, como a desastrosa investida em Ascalão em 1153, ou o assassinato do enviado da seita dos assassinos vinte anos depois.

O autor do *Itinerarium Peregrinorum* (que pode ter sido um templário) descreveu uma ordem de mártires, embelezando histórias de confrontos heroicos, como a de Jacques de Maillé, morto nas fontes de Cresson, que ganhou um retrato literário póstumo convencional, porém inspirador, como um operador de milagres. O Templário de Tiro (que provavelmente não era um templário) ficou no meio-termo. Tinha grande afeição pessoal por Guillaume de Beaujeu, cuja morte na queda de Acre foi descrita em termos épicos e heroicos, mas considerava Jacques de Molay um tolo arrogante, e registrou sua terrível morte em Paris em 1307 com um desinteresse que beira o desdém.

Para o bem ou para o mal, os templários foram adotados por escritores e contadores de histórias muito antes de serem destruídos por Filipe IV, em representações que iam do realista ao fantástico. Uma caricatura dos templários sob ataque sobrevive em um afresco na igreja de Cressac, construída pela ordem no século XIII: os irmãos são retratados em sua forma mais militante e heroica, lutando

contra um exército muçulmano. A *Chronica Majora* de Matthieu Paris, escrita na mesma época, contém um retrato mais pacífico, com dois irmãos a cavalo ao lado da famosa bandeira em preto e branco da ordem. Os templários apareceram em obras como *Raoul de Cambrai*; em *Roman de la Rose*, de diversos autores, num poema onírico concluído por volta de 1275 sobre o tema do amor cortês; e em *Sone de Nansai*, um romance do fim do século XIII em que um templário da Irlanda atua como casamenteiro para um guerreiro norueguês e uma rainha apaixonada. Só muito raramente, como em *Parsival* e *Sone*, os templários desempenhavam papéis não convencionais: em geral eram guerreiros estereotipados de probidade rígida, ou a ordem era um destino para heróis e vilões que pudessem ser retirados da trama juntando-se à luta na Terra Santa.

Mesmo em sua época, os templários ganharam muito mais interesse de escritores de ficção que os hospitalários e a Ordem Teutônica. Os rivais dos templários sobreviveram por muito tempo em seus papéis marciais e pastorais, mas não deixaram a mesma marca no imaginário popular. Tanto na Idade Média como nos dias de hoje, ninguém se interessou muito por poesias épicas (menos ainda em filmes de Hollywood) sobre a Ordem Teutônica ou os Irmãos Espada da Livônia. Somente os templários podem realmente dizer que passaram do reino da realidade para a mitologia, e conquistaram um lugar na imaginação popular.

Para ser justo, os templários *eram* diferentes das outras ordens militares internacionais importantes. Excepcionais desde o início, quando eram cavaleiros que aderiam a uma vocação religiosa, não servidores de um hospital que acrescentou uma ala paramilitar. Isso lhes conferiu certa qualidade útil para o romance medieval: correspondiam exatamente ao arquétipo do verdadeiro cavaleiro: violento, porém casto, calejado mas puro de coração, implacável sem deixar de ser generoso. Formavam a imagem ideal que todos os cavaleiros da lenda arthuriana buscavam.

Mas isso é apenas parte da história, e muito da popularidade duradoura dos templários também deve ser atribuída ao modo como desmoronaram. Meio século após a morte flamejante de Jacques de Molay, o poeta e contador de histórias florentino Giovanni Boccaccio escreveu um livro conhecido como *De Casibus Vivorum Illustrium*, uma compilação da vida de grandes homens, selecionada para ilustrar o giro da roda da fortuna. Era um lugar-comum literário na Idade Média, uma metáfora que sugeria que a vida se movimentava em um fluxo perpétuo, com momentos de triunfo seguidos de desespero (e vice-versa). Os inspiradores das biografias condensadas de Boccaccio variaram de Xerxes I e Alexandre, o Grande, ao rei Arthur, e seu livro foi um enorme sucesso, circulando por toda a Europa e sendo muito mais famoso em sua época do que o *Decameron.*

De Casibus teve tanto sucesso que foi copiado, expandido e traduzido pelo escritor francês Laurence de Premierfait e pelo inglês John Lydgate, que o embelezaram e acrescentaram outros exemplos edificantes ao texto. Uma linda edição francesa ilustrada, presenteada ao duque de Berry em 1409, contém uma imagem vívida (embora historicamente questionável) de Jacques de Molay sendo queimado na fogueira com três colegas, diante de um satisfeito Felipe IV.[1] Também contém um relato detalhado da vida de Jacques. Nessa narrativa, sua morte e a queda da ordem foram resultado da vingança divina: a riqueza e o status da ordem cresceram na proporção inversa à sua religiosidade, até seus membros receberem a punição final por seus pecados. Era uma explicação ingênua da história, mas tinha forma poética e uma boa dose de justiça natural. Em uma narrativa atraente e simples, o destino coletivo dos templários girava em torno das mesmas falhas morais que Guilherme de Tiro já havia percebido: ganância e orgulho.

Na consciência popular, a história dos templários sempre tendeu para essa trajetória. De Boccaccio a sir Walter Scott, que criou o truculento e enlouquecido vilão templário sir Brian de Bois-Guilbert em seu romance de 1820, *Ivanhoé*, a Ridley Scott, que retratou Gérard de Ridefort como um vilão brutalizado em seu filme *O reino dos céus*, de 2005, gerações de escritores encontraram um rico material na lacuna entre o ideal dos templários e a vida real. No recente videogame *Assassin's Creed,* e em sua franquia cinematográfica, os

templários também são inimigos cruéis e aviltados de uma organização mais elegante e nobre de assassinos que viajam no tempo. O espírito do caolho Walter de Mesnil continua vivo.

Nos últimos duzentos anos, os templários também forneceram um rico material para os excêntricos, adeptos de teorias conspiratórias e fantasiosas. Há uma indústria próspera numa corrente histórica alternativa com os templários, grande parte baseada na falsa suposição de que uma ordem tão rica e poderosa não poderia simplesmente ter sido encerrada e dissolvida. Foram inventadas histórias alternativas sugerindo uma pós-história mirabolante. Teria um pequeno grupo de templários escapado da perseguição na França? Poderia ter zarpado de La Rochelle com um tesouro escondido? Em caso afirmativo, isso incluiria o Sudário de Turim ou a Arca da Aliança? Os templários não teriam se restabelecido como uma organização secreta em outro lugar? Ainda não estarão por aí, governando secretamente o mundo?

Não são necessárias mais que imaginação e uma conexão com a internet para encontrar um monte de teorias nessa plataforma de especulação, incluindo a noção de que os templários foram os guardiões de um Santo Graal da vida real – seja um cálice de verdade ou uma metáfora para alguma verdade ancestral – e que na verdade herdaram seu papel de guardiões dos cátaros (o nome coletivo dos hereges

no sul da França perseguidos até a obliteração no início do século XIII), e que foi esse o verdadeiro motivo de sua queda.

O popular livro pseudo-histórico *O sangue sagrado e o Santo Graal*, publicado em 1982, sugeriu e popularizou a ideia de que os templários estavam ligados a uma corporação conhecida como Priorado de Sião, criada para guardar uma linhagem secreta de reis descendentes de Jesus Cristo e Maria Madalena. O best-seller *O código Da Vinci* de Dan Brown, publicado em 2003 e depois transformado em filme de sucesso, apresentou ideias bastante semelhantes, falsidades como verdades, contribuindo muito para o sucesso do romance, mas deixando os leitores decidirem por si mesmos se as hipóteses do autor tinham ou não alguma base em fatos (muitos concluíram que sim). No romance *O pêndulo de Foucault*, de Umberto Eco, publicado em 1988 com uma credulidade igualmente deslocada, três escritores inventaram um método para resumir toda a história do mundo a uma gigantesca conspiração, que eles chamam de "O plano". Fala de células secretas de templários à espera de serem vingados por terem sido destruídos pelo rei da França. Embora maliciosamente pós-moderno, obviamente satírico e zombando diretamente dos que imaginam os templários no centro de um grande esquema para dominar o mundo, o romance de Eco contribuiu para a mística popular sobre a ordem. E se pelo menos dez por cento fossem verdade?

Infelizmente, não é nada disso. Embora fragmentos de supostas evidências sejam frequentemente costurados com

lacunas convenientes no registro histórico para fornecer "provas" de uma falsa história relacionada aos templários, deve-se enfatizar que quase todas as bases da teoria da sobrevivência dos templários são tiradas da ficção, ou simplesmente inventadas. Esse tipo de coisa é comum na história das ordens militares. Um dos supostos esconderijos de sobreviventes dos templários, Oak Island, na Nova Escócia, foi apresentado como um possível local para o tesouro perdido da ordem. Também foi relacionado com evidências que provam a verdadeira autoria dos manuscritos de Shakespeare, a localização das joias de Maria Antonieta e os arquivos ocultos de uma sociedade secreta de rosa-cruzes liderada por sir Francis Bacon. Desnecessário dizer que nenhum tesouro templário jamais foi descoberto.

Mais interessante que as teorias conspiratórias é o fenômeno do revivalismo templário, que começou para valer com o surgimento da Maçonaria na Inglaterra e na França. Como sociedades secretas dedicadas à assistência mútua, caracterizadas pelo uso de símbolos secretos, rituais e apertos de mão, as lojas maçônicas no início do século XVIII buscavam conscientemente enfatizar suas raízes antigas. Maçons proeminentes na Escócia, na França e na Alemanha vincularam deliberadamente o movimento à história dos templários, alegando uma conexão com os cruzados do século XII que viviam no "Templo de Salomão", e insinuando um *continuum* de nobreza, sabedoria e conhecimento religioso evocativo, mesmo que falso.

Hoje, muitas pessoas ainda são membros de sociedades maçônicas, enquanto outras pertencem a ordens legítimas da nobreza, entre elas as várias encarnações dos hospitalários, incluindo os Cavaleiros de Malta, cuja relação indireta com os templários históricos foi descrita. Outros afirmam ser membros da própria Ordem do Templo revivida. Estes variam de redes pacíficas de ativistas de direitos humanos de mentalidade cristã conectados por redes sociais a organizações muito menos agradáveis, que equiparam a missão histórica dos templários na Terra Santa a um conflito moderno entre o cristianismo e o islã na Europa e nos Estados Unidos. O fascista e terrorista norueguês Anders Behring Breivik, que em 2011 assassinou 77 pessoas e feriu mais de trezentas em Oslo e Utøya, alegou fazer parte de uma célula templária internacional revivida fundada por nove homens em Londres, mas com uma adesão mundial cada vez maior, de várias dezenas de "cavaleiros" e muitos outros seguidores leigos.

A relação com os templários reivindicada por Breivik mostra que o legado da ordem hoje nem sempre é benigno. Em 2 de abril de 2014, o *New York Times* noticiou a morte de um traficante mexicano, Enrique Plancart, que se escondia numa casa alugada no estado de Quertaro.[2] Plancart foi morto a tiros por fuzileiros navais enquanto caminhava pela rua. Sua morte foi anunciada com certa satisfação no México e nos Estados Unidos, pois Plancart era um dos membros de

mais alta patente de um notório cartel chamado Los Caballeros Templarios.

Los Caballeros Templarios foi fundada em Minchoacán, no oeste do México, em março de 2011. Seus membros foram responsabilizados por uma série de crimes violentos associados ao comércio de drogas, incluindo assassinatos, tráfico e extorsão, mas que tentavam atribuir um propósito a suas atividades, combinando um rígido fanatismo cristão com uma política de esquerda populista: uma estratégia modelada com sucesso nos anos 1980 pelo infame cartel de Medellín, de Pablo Escobar. Nesse caso, os Caballeros Templarios se inspiraram nos templários originais. Pouco depois de sua fundação, o cartel produziu um livreto de 22 páginas chamado "Código dos cavaleiros templários", inspirado na regra medieval. "[Nossa] missão principal é proteger os habitantes e o território sagrado [...] de Minchoacán", como afirma o começo do livro. O código exige um processo de admissão supervisionado por um comitê, um juramento de obediência punível com a morte e a obrigação de cada membro de lutar contra males que incluem o materialismo, a injustiça, a tirania, "a desintegração dos valores morais e os elementos destrutivos que prevalecem hoje na sociedade humana".

"O templário deve ser um modelo de cavalheirismo", diz o livreto, exortando seus seguidores a evitar "brutalidade, embriaguez de forma ofensiva, imoralidade, covardia, mentira e más intenções", bem como "sequestro por

dinheiro" e uso de drogas, "ou qualquer substância que altere a mente". As únicas dicas de que o código pode não estar estabelecendo um renascimento genuíno de alguma ordem monástica rigorosa do século XII são as instruções de que, "para usar força letal, é necessária autorização", e lembretes frequentes de que erros e desrespeitos para com a organização e outros membros suscitarão uma execução sumária.

Um dia Los Caballeros Templarios podem ser dissolvidos pelo braço forte de um Estado discordante, e talvez seus membros também morram fazendo maldições. Seria pelo menos um paralelo histórico adequado. Mas seja qual for seu destino, não serão as últimas pessoas a prestar homenagem à organização iniciada em Jerusalém em 1119 por Hugo de Payns. A lenda dos templários ainda viverá por algum tempo, inspirando, entretendo e intrigando as gerações vindouras.

Talvez esse seja o seu verdadeiro legado.

Apêndices

Apêndice I: personagens principais

Al-Adid: último califa fatímida do Egito. Selou um acordo de paz com o reino cristão de Jerusalém, negociado pelos templários. Morreu em 1171, após o que o Egito, sob o comando de Saladino, passou a ser aliado do califa abássida de Bagdá.

Al-Adil: irmão de Saladino e seu sucessor. Governou o Egito e a Síria de 1200 a 1218. Às vezes conhecido como Safadino.

Al-Afdal: filho e general de Saladino. Comandou tropas nas fontes de Cresson e governou Damasco por pouco tempo depois da morte do pai.

Al-Ashraf Khalil: sultão mameluco que completou a destruição dos Estados cruzados, sitiando e tomando Acre em 1291.

Alfonso I, rei de Aragão: também conhecido como "O Batalhador", herói cristão da Reconquista – guerras contra os muçulmanos na Espanha – morreu em 1134, deixando um terço de seu reino para os templários.

Al-Kamil: sultão do Egito e filho de Al-Adil. Governou de 1218 a 1238, participando da derrota da Quinta Cruzada, mas depois cedendo Jerusalém ao governo cristão em tratado de 1229 com Frederico II Hohenstaufen.

Al-Salih: sultão aiúbida que governou de 1240 a 1249 e morreu durante a cruzada de Luís IX, que atacou Damieta. Responsável pelo surgimento da força dos mamelucos bahri, que deram origem a Baibars.

Amalric I, rei de Jerusalém: irmão de Balduíno III, governou de 1163 a 1174. Tentou proteger os interesses cristãos ao sul de Jerusalém invadindo o Egito.

Manteve um relacionamento gélido com os templários, que solaparam suas políticas.

Baibars: sultão mameluco implacável e brilhante que destruiu muitas possessões dos cruzados entre 1260 e 1277, e massacrou os templários do castelo de Safed, em 1263.

Balduíno II, rei de Jerusalém: rei cruzado que governou Jerusalém de 1118 a 1131. Doou aos templários a casa na mesquita de Al-Aqsa, no Monte do Templo.

Balduíno III, rei de Jerusalém: reinou de 1143 a 1163. Ajudou a chegada da Segunda Cruzada com sua luta contra Imad al-Din Zengui e Nur al-Din.

Balduíno IV, rei de Jerusalém: rei menino que sofria de lepra, seu governo entre 1174 e 1185 passou por uma série de reveses quando os Estados latinos foram atacados por Saladino.

Bernardo de Claraval (São Bernardo): abade influente, escritor e reformador da Igreja que fundou uma abadia cisterciense em Claraval e teve grande influência na primeira regra latina dos templários. Morreu em 1153.

Bernardo de Tremelay: quarto mestre dos templários, morto comandando um ataque em Ascalão em 1153.

Bernardo, patriarca de Antioquia: primeiro patriarca latino de Antioquia, instalada em 1100 após a Primeira Cruzada. Clérigo guerreiro que organizou a defesa militar da cidade contra Il-ghazi em 1119.

Bertrand de Blancfort: sexto mestre dos templários, que liderou a ordem entre 1156 e 1169. Veterano de batalhas contra Nur al-Din, passou dois anos como prisioneiro de guerra e entrou em confronto com Amalric I por causa de sua política com o Egito em 1168.

Clemente V, Papa: arcebispo gascão Bertrand de Gouth, coroado papa em Lyon em 1305. Governou a Igreja sediado na França e estabeleceu o papado de Avignon. Foi incapaz de resistir aos ataques da Coroa francesa contra Jacques de Molay e os templários. Morreu em 1314.

Conrado III, rei dos germanos: comandante do contingente alemão da Segunda Cruzada, Conrado ficou com os templários em Jerusalém e liderou o ataque fracassado a Damasco em 1148.

Eduardo I, rei da Inglaterra: visitou Acre em 1272 e negociou um acordo de paz de dez anos com Baibars. Então conhecido como lorde Eduardo, sucedeu ao trono

inglês em seu retorno e governou até 1307.

Eduardo II, rei da Inglaterra: filho de Eduardo I e genro de Filipe IV da França, reprimiu os templários ingleses em troca do apoio papal contra seus inimigos. Governou de 1307 a 1327.

Everard de Barres: mestre dos Templários de 1149 a 1152 e aliado importante de Luís VII da França, ajudou a financiar a Segunda Cruzada e acabou renunciando para se tornar um monge cisterciense.

Filipe II Augustus, rei da França: filho de Luís VII, que governou a França de 1180 até sua morte, em 1223. Comandante do contingente francês da Terceira Cruzada, brigou com Ricardo Coração de Leão e deixou a Terra Santa após a queda de Acre em 1191.

Filipe IV, rei da França: neto de Luís IX, que se tornou rei da França em 1295. Devoto, frio e agressivo, atacou o Papa Bonifácio VIII, perseguiu os judeus da França e ordenou a prisão em massa e o julgamento dos templários franceses. Morreu em 1314.

Francisco de Assis (São Francisco): missionário e pregador italiano, fundou os Frades Menores, ou Ordem Franciscana. Visitou o Egito durante a Quinta Cruzada e tentou converter o sultão Al-Kamil ao cristianismo.

Frederico II Hohenstaufen: imperador do Sacro Império Romano, rei da Sicília e rei dos germanos, ampliou seu reinado para incluir a Coroa de Jerusalém entre 1225 e 1228. Arguto, inteligente, cosmopolita, porém beligerante. Envolveu-se em disputa com o papado muitas vezes em sua longa carreira e foi excomungado quatro vezes. Entrou em confronto com os templários durante uma visita à Terra Santa, entre 1228 a 1229, mas assinou um tratado com Al-Kamil restaurando Jerusalém ao governo dos cruzados. Morreu em 1250.

Foucher I, rei de Jerusalém: conde Foucher V d'Anjou, persuadido por Hugo de Payns e outros a deixar suas terras na França para se tornar rei de Jerusalém, governou de 1131 a 1143 ao lado da esposa, Melisenda. Um dos primeiros patrocinadores dos Templários.

Geoffroy de Charney: preceptor templário da Normandia e associado de Jacques de Molay, foi queimado como herege renitente em 1314.

Geoffrey Fitz Stephen: mestre dos templários na Inglaterra, elaborou um detalhado inventário de todas as propriedades pertencentes à ordem em 1185.

Gérard de Ridefort: décimo mestre dos templários. Extremamente político, precipitado e agressivo. Conduziu os templários a derrotas desastrosas em Cresson, Hattin e no cerco de Acre em 1189, onde foi finalmente capturado e morto.

Guilherme de Tiro: cronista, erudito e amigo de reis, sua narrativa das ações realizadas no ultramar foi uma das crônicas mais importantes do reino de Jerusalém no século XII. Naturalmente desconfiado dos templários.

Guillaume de Beaujeu: vigésimo primeiro mestre dos templários, morto no cerco de Acre em 1291, durante a evacuação da cidade.

Guillaume de Chartres: mestre dos templários de 1210 a 1219, morto no Egito durante a Quinta Cruzada.

Guillaume de Nogaret: conselheiro principal de Filipe IV da França e artífice intelectual dos ataques aos templários franceses em 1307.

Guillaume de Paris: frade dominicano e confessor pessoal de Filipe IV da França, liderou a inquisição das heresias templárias de 1307 a 1308.

Guillaume de Plaisians: advogado a serviço da Coroa francesa, que defendeu a destruição dos templários e supervisionou investigações judiciais sobre os supostos delitos da ordem.

Guy de Lusignan: controverso marido de Sibila, rainha de Jerusalém. Capturado após liderar o exército cristão na batalha de Hattin, em 1187. Perdeu a Coroa de Jerusalém por eleição em 1192, mas foi compensado com o reino de Chipre, que governou de 1192 a 1194.

Leonor de Aquitânia: esposa de Luís VII, o acompanhou à Terra Santa na Segunda Cruzada.

Honório III, Papa: sucessor de Inocêncio III, supervisionou os planos para a Quinta Cruzada. Usou as ordens militares, inclusive os templários, para canalizar o dinheiro arrecadado de cristãos fiéis para a linha de frente da guerra contra o islã.

Hugo de Pairaud: templário graduado no Ocidente e mestre da ordem na Inglaterra e na França. Um dos principais líderes da ordem, foi preso e absolvido no castelo de Chinon.

Hugo de Payns: fundador e primeiro mestre da Ordem do Templo. Nasceu perto de Troyes, em Champagne, e morreu em 1136.

Hulagu: governante mongol do canato persa, no poder entre 1256 e 1265. Correspondeu-se com reis cristãos, inclusive com Luís IX da França, em busca de uma aliança contra Baibars e os mamelucos.

Ibn al-Athir: cronista muçulmano nascido em 1160 de uma família de Mosul. Manteve uma crônica detalhada das relações entre francos e muçulmanos até sua morte, em 1233.

Il-ghazi: governante artúquida do norte da Síria que derrotou um exército cristão no Campo de Sangue em 1119, levando à fundação dos templários.

Imad al-Din Zengui: Governador turco de Alepo, expandiu seu reino entre 1127 e 1146 e conquistou a cidade cruzada de Edessa, provocando a Segunda Cruzada.

Inocêncio II, Papa: no cargo de 1130 a 1143. Concedeu aos templários a bula *Omne Datum Optimum*, dando à ordem o reconhecimento papal oficial e o direito a todos os despojos que conseguisse na guerra.

Inocêncio III, Papa: figura de destaque na Igreja medieval, cujo papado durou de 1198 a 1216. Lançou a Quarta Cruzada, que saqueou Constantinopla e deu início à Quinta Cruzada, mas morreu antes de a cruzada começar.

Jacques de Maillé: cavaleiro templário morto em Cresson em 1187. Milagres foram associados ao seu cadáver e histórias de sua morte heroica passaram à posteridade.

Jacques de Molay: último mestre dos templários, eleito em 1292. Defendeu a ordem contra os pedidos de fusão com os hospitalários. Visado por Filipe IV da França e pelo Papa Clemente V a partir de 1307, foi preso, torturado e queimado na fogueira em Paris, em 1314.

Jaime I, rei de Aragão: Recebeu a Coroa de Aragão quando criança, em 1213. Foi criado pelos templários do castelo de Monzón. Herói da Reconquista, tomou Maiorca e Valência com a ajuda dos templários. Morreu em 1276.

Jaime II, rei de Aragão: governou de 1291 a 1327 e supervisionou a dissolução dos templários aragoneses.

Jean de Brienne: governante de Jerusalém de 1210 a 1225 por direito de sua esposa, Maria, e depois de sua filha, Isabella. Substituído quando a filha se casou com Frederico II Hohenstaufen, foi premiado com o cargo de imperador latino de Constantinopla. Morreu em 1237.

Luís VII, rei da França: governou de 1137 a 1180. Comandou o contingente francês da Segunda Cruzada. Importante patrono dos primeiros templários.

Luís IX, rei da França: neto de Filipe Augustus. Governou a França de 1226 a 1270 e liderou duas cruzadas: um grande ataque a Damieta em 1248 e uma investida fracassada a Túnis. Famoso por sua devoção e grandes obras de edificações religiosas, morreu em 1270 e foi canonizado em 1297.

Matthieu Paris: monge do século XIII de St. Albans, cuja vívida crônica incluía informações sobre os templários colhidas em fontes da corte do rei inglês Henrique III.

Melisenda, rainha de Jerusalém: filha do rei Balduíno II de Jerusalém. Governou com o marido, Foucher I, de 1131 a 1143, e depois com o filho, Balduíno III, até ele chegar à idade adulta, em 1153.

Nasr al-Din: filho do vizir egípcio Abbas, fugiu do Cairo após assassinar o califa fatímida em 1154. Capturado pelos templários de Gaza.

Nur al-Din: filho de Imad al-Din Zengui e governante de Alepo, estendeu seu governo para incluir a maior parte da Síria entre 1146 e 1174. Fervorosamente religioso, foi definido por Guilherme de Tiro como um "poderoso perseguidor do nome e da fé cristãos".

Oliver de Paderborn: clérigo alemão e depois cardeal, viajou para Damieta na Quinta Cruzada, ajudou a projetar máquinas de cerco e manteve uma crônica detalhada da campanha. Morreu em 1227.

Pelágio: bispo de Albano e representante papal enviado com a Quinta Cruzada, em 1219. Parcialmente responsável pela desastrosa decisão de rejeitar a paz com Al-Kamil e marchar Nilo acima para atacar Al-Mansurah.

Pierre de Montaigu: mestre dos templários de 1219 a 1231 e ferrenho oponente de Frederico II Hohenstaufen.

Raimbaud de Caron: preceptor templário de Chipre, preso na França em 1307 e encarcerado em Chinon com Jacques de Molay e outros.

Renaud de Vichiers: mestre templário que trabalhou em estreita colaboração com Luís IX da França para ajudar a organizar sua primeira cruzada, e ajudou a pagar o resgate exigido após sua derrota. Liderou a ordem de 1250 a 1256.

Ricardo I, Coração de Leão: rei da Inglaterra entre 1189 e 1199. Comandou um grande exército cruzado para socorrer Acre em 1191 e restaurar as possessões

cristãs tomadas por Saladino, mas foi capturado no caminho de volta para a Inglaterra e mantido prisioneiro na Alemanha entre 1192 e 1194.

Robert de Sablé: décimo primeiro mestre do Templo. Apoiador próximo de Ricardo I, nomeado para fortalecer os laços entre a ordem e o rei cruzado inglês.

Saewulf: peregrino cristão, provavelmente inglês, que viajou a Jerusalém em peregrinação por volta de 1101-3, após a Primeira Cruzada.

Saladino: sultão curdo do Egito e da Síria de 1175 até sua morte, em 1193, e fundador da dinastia aiúbida. Vitorioso na batalha de Hattin em 1187, recuperou Jerusalém ao domínio islâmico no fim daquele ano.

Shirkuh: general curdo que serviu a Nur al-Din no Egito. Adversário de Amalric I, rei de Jerusalém, e tio de Saladino, que assumiu o comando no Egito após sua morte, em 1169.

Sibila, rainha de Jerusalém: filha de Amalric I, seu casamento com Guy de Lusignan dividiu os nobres cristãos de Jerusalém. Governou de 1186 até sua morte, em 1190.

Terricus: preceptor do Templo de 1187 a 1189, escapou do campo de batalha de Hattin e ajudou a reconstruir a ordem no rescaldo que se seguiu.

Velho da Montanha: misterioso líder da seita Assassinos, com sede nas montanhas ao redor de Masyaf. Seu verdadeiro nome era Rashid al-Din Sinan. Tentou fazer um pacto com o reino cristão de Jerusalém, que foi sabotado pelos templários.

Xauar: vizir fatímida do Egito, que serviu ao califa Al-Adid até ser assassinado em 1169 durante um golpe.

Apêndice II: papas, 1099-1334

Os antipapas foram excluídos desta lista.

Pascoal II	1099-1118
Gelásio II	1118-1119
Calisto II	1119-1124
Honório II	1124-1130
Inocêncio II	1130-1143
Celestino II	1143-1144
Lúcio II	1144-1145
Eugênio III	1145-1153
Anastácio IV	1153-1154
Adriano IV	1154-1159
Alexandre III	1159-1181
Lúcio III	1181-1185
Urbano III	1185-1187
Gregório VIII	1187
Clemente III	1187-1191
Celestino III	1191-1198
Inocêncio III	1198-1216
Honório III	1216-1227
Gregório IX	1227-1241
Celestino IV	1241

Inocêncio IV	1243-1254
Alexandre IV	1254-1261
Urbano IV	1261-1264
Clemente IV	1265-1268
Gregório X	1271-1276
Inocêncio V	1276
Adriano V	1276
João XXI	1276-1277
Nicolau III	1277-1280
Martinho IV	1281-1285
Honório IV	1285-1287
Nicolau IV	1288-1292
Celestino V	1294
Bonifácio VIII	1294-1303
Bento XI	1303-1304
Clemente V	1305-1314
João XXII	1316-1334

APÊNDICE III: REIS E RAINHAS DE JERUSALÉM

Godefroy de Bouillon[1]	1099-1100
Balduíno I	1100-1118
Balduíno II	1118-1131
Foucher e Melisenda	1131-1143
Balduíno III e Melisenda	1143-1153
Balduíno III	1143-1163
Amalric I	1163-1174
Balduíno IV	1174-1183
Balduíno IV e Balduíno V	1183-1185
Balduíno V	1185-1186
Sibila e Guy de Lusignan	1186-1190
Guy de Lusignan	1190-1192
Isabella e Conrad de Montferrat	1192
Isabella I e Henry de Champagne	1192-1197
Isabella I e Amalric II	1197-1205
Maria I	1205-1210
Maria e Jean de Brienne	1210-1212
Isabella II e Jean de Brienne	1212-1225
Isabella II e Frederico II Hohenstaufen	1225-1228
Conrad II[2]	1228-1254
Conrad III (também conhecido como Conradino)	1254-1268
Hugo I	1268-1284

Jean II	1284-1285
Henrique II[3]	1285-1324

APÊNDICE IV: MESTRES DA ORDEM DO TEMPLO

Hugo de Payns	1119-1136
Robert de Craon[1]	1136-1149
Everard de Barres	1149-1152
Bernardo de Tremelay	1153
André de Montbard	1153-1156
Bertrand de Blancfort	1156-1169
Filipe de Nablus	1169-1171
Odo de Saint-Amand	1171-1179
Arnold de Torrolla	1180-1184
Gérard de Ridefort	1185-1189
Robert de Sablé	1191-1193
Girbert Eral	1194-1200
Filipe de Plessis	1201-1209
Guillaume de Chartres	1210-1219
Pierre de Montaigu	1219-1231
Armand de Périgord	1232-1244
Richard de Bures	1245-1247
Guillaume de Sonnac	1247-1250
Renaud de Vichiers	1250-1256
Thomas Bérard	1256-1273
Guillaume de Beaujeu	1273-1291
Thibaud Gaudin	1291-1292

Jacques de Molay	1292–1314[2]

Notas

Introdução

1. Nicholson, H., *The Knights Templar: A New History* (Stroud, 2001), p. 1.

2. Sintetizado criteriosamente em Barber, M., *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple* (Cambridge, 1994), pp. 315-8.

PARTE I: Peregrinos

Capítulo 1: "Uma bacia de ouro, cheia de escorpiões"

1. Brownlow (trad.), *Saewulf (1102, 1103AD)* (Londres, 1892), p. 7. Para uma tradução em inglês alternativa das memórias da peregrinação de Saewulf, ver Wilkinson, J. et al. (orgs.), *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185* (Londres, 1988), pp. 94-116.

2. Ibid., p. 7.

3. Ibid., p. 31 e "Introdução", p. vi.

4. Ibid., p. 31

5. Ezequiel 5:5.

6. Wilkinson et al., *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, p. 101.

7. Ibid., p. 102.

8. Segundo relato de Daniel, o Abade, um peregrino russo que escreveu um detalhado relato de sua viagem a Jerusalém poucos anos depois de Saewulf:

Jerusalem Pilgrimage 1099-1185, p. 128.

9. Corão 17:1. "Exaltado é Ele que levou Seu Servo à noite de al-Masjid al-Haram [Meca] para al-Masjid al-Aqsa [Jerusalém], cujas cercanias Nós abençoamos, para mostrar-lhe dos Nossos sinais. Realmente, Ele é o Ouvinte, o Vidente."

10. Este era o termo usado, por exemplo, pelo estudioso de Damasco, Ali ibn Tahir al-Sulami, em seu *Kitab al-Jihad* [Livro de Jihad]. Ver Hillenbrand, C., *The Crusades: Islamic Perspectives* (Edinburgo, 1999), p. 71. Trechos de *Kitab al-Jihad* podem ser encontrados em tradução para o francês: Sivan, E., "La genèse de la contre-Croisade: un traité damasquin du début du XIIe siècle", *Journal asiatique,* n. 254, 1966; e em inglês em: <http://www.arts.cornell.edu/prh3/447/texts/Sulami.html>.

11. Richards, D. S. (org.), *The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period from al-Kamil fi'l Ta'rikh* I (Aldershot, 2006), p. 22.

12. Segundo Fulcher of Chartres. Peters, E. (org.), *The First Crusade: The Chronicle of Fulcher of Chartres and Other Source Materials* (Filadélfia, 1971), p. 77.

13. Carta de Godefroy de Bouillon e outros ao papa, setembro de 1099, reimpresso em Peters (org.), *Chronicle of Fulcher of Chartres and Other Source Materials*, p. 234; Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*; Jirkimish, o lorde seljúcida de Mosul, citado em Cobb, P. M., *The Race For Paradise: An Islamic History of the Crusades* (Oxford, 2014), p. 107.

14. Wilkinson et al., *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, p. 104.

15. Ibid., p. 105.

16. Ibid., p. 100. O viajante conhecido como Daniel, o Abade, concordava, definindo a estrada de Jaffa a Jerusalém como "difícil e temível". Ibid., p. 126.

17. Ibid., pp. 100-1.

18. Ibid., p. 109.

19. Ibid., p. 110.

20. Ibid., p. 112.

21. Ibid., p. 110.

22. Ibid., p. 109.

23. Ibid., pp. 112-3.

24. Ryan, F. R. (trad.) e Fink, H. S. (org.), *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127* (Knoxville, 1969), p. 149.

25. Wilkinson et al., *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, pp. 126, 134, 156 e 162-3.

26. Ibn al-Khayyat, *Diwan*, Mardam Bek, H. (Damasco, 1958), citado em Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, pp. 70-1.

27. Ali ibn Tahir Al-Sulami, *Kitab al-Jihad*, f. 189 b, traduzido para o inglês por Christie, N., <http://www.arts.cornell.edu/prh3/447/texts/Sulami.html>.

28. Collins, B. (trad.) e Alta'I, M. H. (rev.), *Al-Muqaddasi: The Best Divisions For the Knowledge of the Regions* (Reading, 2001), p. 141.

Capítulo 2: "A defesa de Jerusalém"

1. Essa datação é proposta e discutida em Luttrel, A., "The Earliest Templars" in Balard, M. (ed.), *Autour de la première croisade* (Paris, 1995), pp. 195-6; ver também Barber, M., *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple* (Cambridge, 1994), pp. 8-9.

2. Os quatro escritores em quem nos baseamos para histórias e evidências das primeiras raízes dos templários são Guilherme de Tiro (que escreveu no início dos anos 1180), Miguel, o Sírio (anos 1190), Walter Map (entre 1181 e 1193) e um relato na história de Ernoul/ Bernardo le Trésorier (1232). Paradoxalmente, o mais recente desses relatos pode ser na verdade o mais próximo dos acontecimentos, extraído da visão de um estudioso baseado em uma fonte datando de antes de 1129: ver Luttrel, "The Earliest Templars", p. 194. Nenhum, contudo, é contemporâneo da fundação da própria ordem, e, no caso de Guilherme de Tiro, as humildes origens dos templários podem ter sido exageradas para enfatizar suas posteriores posses e fortunas, as quais o autor reprovava veementemente.

3. Ryan e Fink, *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*, pp. 208, 210, 218 e 220-1.

4. Ibid., p. 150.

5. Edgington, S. B., Albert of Aachen, *Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem* (Oxford, 2007), p. 881. Albert of Aachen não foi uma testemunha

ocular aos eventos no reino de Jerusalém, tendo compilado seu longo e muito detalhado relato de depoimentos orais de veteranos cruzados na Alemanha.

6. Edgington, S. B. e Asbridge, T. S. (org. e trad.), *Walter the Chancellor's "The Antiochene Wars': a translation and commentary* (Aldershot, 2006), p. 88; Asbridge, T., *The Crusades: The War for the Holy Land* (Londres, 2010), pp. 164-7.

7. Gabrieli, F. (org.) e Costello, E. J. (trad.), *Arab Historians of the Crusades* (Londres, 1969), pp. 37-8.

8. Edgington e Asbridge, *Walter the Chancellor's "The Antiochene Wars'"*, pp. 132-5.

9. Ryan e Fink, *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*, p. 227.

10. Para isso e mais sobre a personalidade e carreira de Bernard, ver Edgington e Asbridge, *Walter the Chancellor's "The Antiochene Wars"*, pp. 34-42.

11. Ibid., p. 138.

12. Ibid., p. 139.

13. Ibid., p. 140.

14. A literatura sobre as ideias cristãs sobre a guerra santa é muito volumosa, mas abordada concisamente em Smith, K. A., *War and the Making of Medieval Monastic Culture* (Woodbridge, 2011), pp. 71-111.

15. Mateus 26:52.

16. Efésios 6:14-17.

17. Sneddon, J., "Warrior Bishops in the Middle Ages", *Medieval Warfare*, n. 3, 2013, p. 7.

18. Dennis, G. T., "Defenders of the Christian People: Holy War in Byzantium" em Laiou, A. E. (org.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World* (Washington, DC, 2001), pp. 31-3. Ver, por exemplo, Sewter, E. R. A. (trad.) e Frankopan, P. (rev.), *Anna Komnene: The Alexiad* (Londres, 2009), pp. 39 e 279.

19. Ivo, bispo de Chartres, definiu assim Hugo, conde de Champagne em 1114. Migne, J. P. (org.), *Patrologia Latina: Patrologus Cursus Completus. Series Latina* (Paris, 1844-64), CLXII, pp. 251-3. Para o contexto, ver Nicholson, *The Knights Templar*, p. 22.

20. Para uma descrição contemporânea de Nablus (Nabalus), escrita por um árabe muçulmano de Jerusalém, ver Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best*

Divisions For the Knowledge of the Regions (Reading, 2001), p. 146.

21. Impressos em latim em Kedar, B. Z., "On the Origins of the Earliest Laws of Frankish Jerusalem: The Canons of the Council of Nablus, 1120", *Speculum*, n. 74, 1999. Sobre o contexto político do Concílio de Nablus, ver Mayer, H. E., "The Concordat of Nablus", *Journal of Ecclesiastical History*, n. 33, 1982, pp. 531-43.

22. A fonte mais conveniente para encontrar os quatro principais relatos das origens dos templários, inclusive este trecho da crônica de Miguel, o Sírio, é Barber, M. e Bate, K. (orgs. e trad.), *The Templars: Selected Sources* (Manchester, 2002), pp. 25-31.

23. Segundo Miguel, o Sírio. Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, p. 27.

24. Segundo Ernoul/Bernard le Trésorier em 1232. Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, p. 30.

25. Forey, A., "The Emergence of the Military Order in the Twelfth Century", *Journal of Ecclesiastical History*, n. 36, 1985, pp. 175-95.

26. Nove é o número dado por Guilherme de Tiro, trinta por Miguel, o Sírio.

27. Mas Latrie, L. de (org.), *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier* (Paris, 1871), pp. 7-9.

28. D'Albon, Marquis (org.), *Cartulaire* général *de l'Ordre du Temple, 1119?-1150. Recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple* (Paris, 1913), p. 99.

29. I Kings, pp. 6-8.

30. Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best Divisions For the Knowledge of the Regions*, p. 143. A Cúpula da Rocha foi construída pelo califa omíada 'Abd al-Malik, concluído em 691 d.C. Abrangia a Pedra da Fundação, considerada o mais sagrado dos sítios no Primeiro Templo.

31. Le Strange, G. (org. e trad.), *Diary of a Journey through Syria and Palestine. By Nâsir-i-K'husrau, in 1047 A.D.* (Londres, 1888), pp. I e 30.

32. Richards, D. G., *Chronicle of Ibn al-Athir*, p. 21.

33. Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, p. 31.

34. Ibid., p. 26.

35. Luttrel, "The Earliest Templars", pp. 198 e 202.

36. James, M. R. (org. e trad.), Brooke, C. N. L. e Mynors, R. A. B. (rev.), *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles* (Oxford, 1983), pp. 54-5.

37. Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, p. 26.

38. Ryan e Fink, *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*, p. 118.

39. O assim chamado "Work on Geography", escrito entre 1128 e 1137. Wilkinson et al., *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, p. 200.

Capítulo 3: "Uma nova fidalguia"

1. Para um esclarecedor resumo da vida de Bernardo, ver Evans, G. R., *Bernard of Clairvaux* (Oxford/Nova York, 2000), pp. 5-21.

2. Matarasso, P., *The Cistercian World: Monastic Writing of the Twelfth Century* (Londres, 1993), pp. 287-92.

3. Pedro, o Venerável, que escreveu isso, foi um abade beneditino que, como Bernardo de Claraval, contava com amigos entre reis e príncipes, e pensou profundamente sobre a natureza da mudança do monasticismo no século XII. Essa é a tradução de Constable, G., *The Reformation of the Twelfth Century* (Cambridge, 1996), p. 45.

4. Ibid., p. 47.

5. A carta está em d'Albon, Marquis, *Cartulaire général de l'Ordre du Temple, 1119?-1150*, p. 1; sigo aqui a data e a atribuição sugeridas em Barber, *The New Knighthood*, pp. 337, n29.

6. D'Albon, Marquis, *Cartulaire* général *de l'Ordre du Temple, 1119?-1150*, p. 1.

7. Idem. Os dois homens que Balduíno disse estar enviando chamavam-se André e Godemar.

8. James, B. S. (trad.), *The Letters of St Bernard of Clairvaux* (Londres, 1953), p. 357.

9. Ibid., pp. 175-6.

10. Para a data, ver Barber, *The New Knighthood*, p. 12.

11. Chibnall, M., *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis VI* (Oxford, 1978), pp. 310-1.

12. Phillips, J., *Defenders of the Holy Land: Relations between the Latin East and the West, 1119-1187* (Oxford, 1996), p. 26. A catedral de St. Julian é o local do túmulo do famoso filho de Foucher, Geoffrey Plantageneta.

13. Ibid., p. 23.

14. Babcock, E. A. e Krey, A. C., *A History of Deeds Done Beyond the Sea: By William, archbishop of Tyre* II (Nova York, 1943), p. 27.

15. Ibid., p. 524.

16. Esses cinco homens foram designados como companheiros de Hugo no Concílio de Troyes, em 1129. Ver Phillips, *Defenders of the Holy Land*, p. 36.

17. Garmonsway, G. N. (trad. e org.), *The Anglo-Saxon Chronicle* (Londres, 1972), p. 259.

18. Guilherme de Tiro concordava: "levado por [suas] palavras persuasivas, muitas companhias de nobres" fizeram a viagem. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 40.

19. Sobre essa perspectiva, ver Phillips, J., "Hugh of Payns and the 1129 Damascus Crusade" em Barber, M. (org.), *The Military Orders I: Fighting for the Faith and Caring for the Sick* (Aldershot, 1994), pp. 141-7.

20. Gibb, H. A. R., *The Damascus Chronicle of the Crusades: Extracted and Translated from the Chronicle of Ibn Al-Qalanisi* (1. ed., Londres, 1932; Nova York, 2000), p. 195.

21. Peixoto, M. J., "Templar Communities in Medieval Champagne: Local Perspectives on a Global Organization" (tese de PhD, New York University, 2013), p. 137.

22. James, *The Letters of St Bernard of Clairvaux*, p. 65.

23. Os únicos clérigos não ligados diretamente à região foram o representante Mathieu e os bispos de Beauvais, Orléans e Laon. Peixoto, "Templar Communities", p. 140. Theobald de Blois, conde de Champagne, foi o citado sobrinho e sucessor de conde Hugo.

24. Upton-Ward, J. M. (trad. e org.), *The Rule of The Templars: The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar* (Woodbridge, 1992), p. 19.

25. Ibid., pp. 19-38.

26. Ibid., p. 24; sobre trajes anteriores, ver Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* I, pp. 524-7.

27. Traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 54-9.

28. Greenia, M. C. (trad.) e Barber, M. W. (intro.), *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood* (Cistercian Publications, Collegeville MN, 2000), p. 31.

29. Ibid., p. 33.

30. Ibid., pp. 37-8 e 46.

31. Ibid., p. 40.

32. Evans, *Bernard of Clairvaux*, p. 30.

33. Greenia e Barber, *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood*, p. 53.

34. Ibid., p. 55.

35. Ibid., p. 31.

Capítulo 4: "Toda boa dádiva"

1. As relíquias de Alfonso *el Battalador* são descritas na *Cronica Adefonsi*, que pode ser encontrada em tradução para o inglês em Lipskey, G. E. (org. e trad.), *The Chronicle of Alfonso the Emperor: A Translation of the Chronica Adefonsi Imperatoris, with Study and Notes* (Evanston, 1972), também disponível em: <http://libro.uca.edu/lipskey/chronicle.htm>. Alfonso roubou seu fragmento da Vera Cruz do mosteiro de São Facundus e São Primitivus, perto de Sahagún.

2. Ver O'Banion, P. J., "What has Iberia to do with Jerusalem? Crusade and the Spanish Route to the Holy Land in the Twelfth Century", *Journal of Medieval History*, n. 34, 2008, pp. 383-4.

3. Ibid., p. 387.

4. Lipskey, *The Chronicle of Alfonso the Emperor*, p. 81.

5. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir*, p. 323.

6. Chibnall, *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis* VI, p. 411.

7. Lipskey, *The Chronicle of Alfonso the Emperor*, pp. 81-2.

8. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* I, p. 323.

9. Lipskey, *The Chronicle of Alfonso the Emperor*, p. 82.

10. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* I, p. 323.

11. O testamento de Alfonso está impresso em d'Albon, Marquis, *Cartulaire* général *de l'Ordre du Temple, 1119?-1150*, p. 30. Pode ser encontrado em tradução

para o inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 161-3.

12. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, pp. 40-1.

13. Garmonsway, *The Anglo-Saxon Chronicle*, p. 259.

14. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, pp. 103-5.

15. Ibid., p. 104.

16. See Burgtorf, J., *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organization and Personnel (1099/1120-1310)* (Leiden/Boston, 2008), pp. 644-5.

17. Uma tradução inglesa de *Omne Datum Optimum* pode ser encontrada em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 59-64.

18. Elliott, J. K., *The Apocryphal New Testament: A Collection of Apocryphal Christian Literature in an English Translation* (Oxford, 1993).

19. *Milites Templi* e *Militia Dei* estão traduzidos para o inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 64-6.

20. Gérard, P. G. e Magnou-Nortier, E. (orgs.), "Le cartulaire des Templiers de Douzens" em *Collection des documents inédits sur l'histoire de France* III (Paris, 1965), pp. 50-1. Tradução: Joserand, P., "The Templars in France: Between History, Heritage and Memory", *Mirabilia: Electronic Journal of Antiquity and Middle Ages*, n. 21, 2015, p. 452.

21. Publicado e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected* Sources, pp. 134-60.

22. Nicholson, H., *The Knights Templar: A New History* (Stroud, 2001), pp. 132-4.

23. Barber, *The New Knighthood*, p. 20.

24. Lees, B. A., *Records of the Templars in England in the Twelfth Century: The Inquest of 1185 with Illustrative Charters and Documents* (Oxford, 1935), pp. xxxviii-xxxix.

25. Ibid., p. 1. Ver também Brighton, S., *In Search of the Knights Templar: A Guide to the Sites of Britain* (Londres, 2006), pp. 86-9.

26. Ver introdução de David, C. W. (trad.) e Phillips, J. (intro.), *The Conquest of Lisbon: De Expugnatione Lyxbonensi* (2. ed., Nova York, 2001), pp. xiv-xv.

27. Impresso e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, p. 132.

28. Lourie, E., "The Confraternity of Belchite, the Ribat, and the Temple", *Viator. Medieval and Renaissance Studies*, n. 13, 1982, pp. 159-76.

29. Forey, A., *The Military Orders: From the Twelfth to the Fourteenth Centuries* (Basingstoke, 1992), pp. 23-4; Forey A., *The Templars in the* Corona de Aragón (Oxford, 1973), pp. 20-5.

30. Impresso e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 95-7.

PARTE II: Soldados

Capítulo 5: "Um torneio entre o Céu e o Inferno"

1. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, p. 267.

2. Ibid., p. 266; Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 142.

3. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* I, pp. 382-3; Cobb, P. M. (trad.), *Usama ibn Munqidh: The Book of Contemplation: Islam and the Crusades* (Londres, 2008), pp. 202-3.

4. Hillenbrand, C., "Abominable Acts: The Career of Zengi" em Phillips, J. e Hoch, M. (orgs.), *The Second Crusade: Scope and Consequences* (Manchester, 2001), pp. 120-5.

5. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, pp. 85 e 407.

6. Ibid., p. 141. Sobre a população variada de cristãos em Edessa, ver Segal, J. B., *Edessa: "The Blessed City"* (Oxford, 1970), pp. 238-42.

7. Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, pp. 531-2.

8. Segal, *Edessa*, pp. 243-4.

9. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 143.

10. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, p. 268.

11. Segal, *Edessa*, p. 246.

12. Joserand, "The Templars in France", p. 452.

13. D'Albon, Marquis, *Cartulaire* général *de l'Ordre du Temple, 1119?-1150*, p. 280.

14. Sobre esta ocasião, ver Phillips, J., *The Second Crusade: Extending the Frontiers of Christendom* (New Haven/Londres, 2007), pp. 122-3.

15. Para uma tradução em inglês de *Quantum Praedecessores,* ver Riley-Smith, L. e J. S. C., *The Crusades: Idea and Reality 1095-1274* (Londres, 1981), pp. 57-9.

16. Estimativas de contemporâneos variavam de quase 1 milhão de homens a um total mais crível de 50 mil, contando combatentes e peregrinos não combatentes. Os números são discutidos em Phillips, *The Second Crusade*, pp. 168-9.

17. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 171.

18. Berry, V. G. (trad. e org.), *Odo of Deuil: De Profectione Ludovici VII in Orientem* (Nova York, 1948), pp. 58-9.

19. Ibid., pp. 58-9 e 87.

20. Sobre essa questão, ver France, J., "Logistics and the Second Crusade" em Pryor, J. H. (org.), *Logistics of Warfare in the Age of the Crusades: Proceedings of a Workshop Held at the Centre for Medieval Studies, University of Sydney* (Aldershot, 2006), p. 82.

21. Berry, *Odo of Deuil*, pp. 66-7.

22. O desastre de monte Cadmus é descrito em detalhes horríveis em Berry, *Odo of Deuil*, pp. 102-23; ver também Phillips, *The Second Crusade*, pp. 199-201.

23. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 177.

24. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, p. 281.

25. Berry, *Odo of Deuil*, pp. 124-5.

26. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, p. 29.

27. Sobre as táticas turcas, ver Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, pp. 512-5. Guilherme de Tiro descreve o mesmo: Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 171.

28. Para um resumo do treinamento, das manobras e da habilidade dos arqueiros montados, ver Hyland, A., *The Medieval War Horse: From Byzantium to the Crusades* (Londres, 1994), pp. 118-9.

29. Berry, *Odo of Deuil*, pp. 124-5.

30. Um ponto levantado por Berry, *Odo of Deuil*, p. 124, n6: "A natureza elementar desses comandos torna a antiga desordem do exército muito aparente".

31. Em francês em Bédier, J. e Aubry, P., *Les Chansons de croisade avec leurs mélodies* (Paris, 1909), pp. 8-11.

32. Berry, *Odo of Deuil*, p. 127.

33. Idem.

Capítulo 6: "A moenda da guerra"

1. Otto de Freising dá St Simeon como ponto de atracagem de Luís; este agora é Samandag, na Turquia. Mierow, C. C. (trad.) e Emery R., *The Deeds of Frederick Barbarossa by Otto of Freising and His Continuator, Rahewin* (Nova York, 2004), p. 101.

2. Barber, *The New Knighthood, pp.* 67-8.

3. Luchaire, A., *Études sur les actes de Louis VII* (Paris, 1885), p. 174.

4. De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, p. 9.

5. Um estudo da arquitetura do Monte do Templo durante a gestão dos templários encontra-se em Boas, A. J., *Archaeology of the Military Orders: A Survey of the Urban Centres, Rural Settlements and Castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)* (Abingdon, 2006), pp. 19-28.

6. Cobb, *Usama ibn Munqidh*, p. 147; para uma versão um pouco mais extensa da mesma passagem, ver Gabrieli e Costello, *Arab Historians of the Crusades*, pp. 79-80.

7. Mierow e Emery, *The Deeds of Frederick Barbarossa*, p. 102.

8. Ibid., p. 102.

9. Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best Divisions For the Knowledge of the Regions*, pp. 133-6; Broadhurst, R. J. C. (trad.), *The Travels of Ibn Jubayr* (Londres, 1952), p. 272.

10. Ibn al-Athir descreve o próprio pai estando presente quando Zengui morreu, que teria implorado para ter um fim mais rápido. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* I, p. 382.

11. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 222.

12. Para uma reavaliação completa e favorável dos objetivos dos cruzados no ataque a Damasco, ver Hoch, M., "The Choices of Damascus as the Objective of the Second Crusade: A Re-evaluation" em Balard, M. (org.), *Autour de la première croisade* (Paris, 1996), pp. 359-69.

13. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 186.

14. Mierow e Emery, *The Deeds of Frederick Barbarossa*, p. 102.

15. Broadhurst, *The Travels of Ibn Jubayr*, pp. 271-2.

16. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 188.

17. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, p. 284.

18. Ibid., p. 285.

19. Sobre o debate a respeito da estratégia dos francos no cerco de Damasco, ver Phillips, *The Second Crusade*, pp. 221-7.

20. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 192.

21. Ibid., p. 195.

Capítulo 7: "A torre que Deus esqueceu"

1. Gaza é mencionada favoravelmente por Al-Muqaddasi como "uma grande cidade na estrada principal para o Egito [...] há uma linda mesquita lá". Collins e Alta'I, *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions*, p. 146.

2. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 202.

3. Al-Ghazzi morreu em 1129-30, e fragmentos de sua poesia foram preservados pelo cronista Ibn al-Athir; Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* I, p. 285.

4. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 481-2.

5. Para a analogia de André com a formiga, ver a resposta de Bernardo de Claraval a ele em James, *The Letters of St Bernard of Clairvaux*, p. 479.

6. Essa carta está impressa em tradução para o inglês moderno em Barber, M. e Bate, K., *Letters from the East: Crusaders, Pilgrims and Settlers in the 12th-13th Centuries* (Farnham, 2013), pp. 47-8; o original em francês pode ser encontrado em Bouquet, M. et al. (orgs.), *Recueil des historiens des Gaules et de la France* XV (Paris, 1878), pp. 540-1.

7. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 203.

8. Ibid., p. 219.

9. Sobre Bethgibelin e outros castelos na região, ver Kennedy, H., *Crusader Castles* (Cambridge, 1994), pp. 30-2; também Smail, R. C., "Crusaders' Castles of the Twelfth Century", *The Cambridge Historical Journal*, n. 10, 1952, p. 140.

10. O único relato detalhado do cerco de Ascalão é de Guilherme de Tiro. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, pp. 217-34.

11. James, *The Letters of St Bernard of Clairvaux*, pp. 519 e 521.

12. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 221.

13. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, p. 315.

14. Como parece evidente de sua posição quando a muralha de Ascalão foi rompida e a torre desmoronou. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, p. 227.

15. Cobb, *Usama ibn Munqidh*, p. 25.

16. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, p. 227.

17. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 227.

18. Para as implicações estratégicas dos governantes seculares de Jerusalém, ver Smail, R. C., *Crusading Warfare 1097-1193* (2. ed., Cambridge, 1995), pp. 103-4.

Capítulo 8: "Poder e riqueza"

1. O detalhado relato de uma testemunha ocular da fuga de Nasr-al-Din's do Cairo e das extraordinárias circunstâncias que a causaram está em Cobb, *Usama ibn Munqidh*, pp. 26-36. Ver também Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, pp. 67-8.

2. Essa afirmação é feita por Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 67.

3. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 251.

4. Cobb, *Usama ibn Munqidh*, pp. 37-8. Usama se interessou particularmente por essa sela, pois na verdade era dele.

5. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 68.

6. James, Brooke e Mynors, *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles*, pp. 62-7.

7. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 253.

8. Upton-Ward, *The Rule of the Templars*, pp. 147-8.

9. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 253.

10. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 69.

11. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 253.

12. Delisle, L. (org.), *Recueil des historiens des Gaules et de la France* XV (Paris, 1808), pp. 681-2.

13. Wilkinson et al., *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, pp. 293-4.

14. Ibid., p. 303.

15. Boas, *Archaeology of the Military Orders*, pp. 106, 111 e 112; Kennedy, *Crusader Castles*, pp. 31 e 55.

16. Boas, *Archaeology of the Military Orders*, pp. 111-2.

17. Ibid., p. 188.

18. Wilkinson et al., *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, p. 310.

19. Ibid., p. 312.

20. Kennedy, *Crusader Castles*, p. 56.

21. Ibid., p. 57.

Capítulo 9: "Problemas em dois territórios"

1. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 300.

2. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 172.

3. Guilherme de Tiro registrou que "a morte de Balduíno foi motivo de muitas discórdias entre os barões do reino, que foram afetados de várias formas pela mudança de monarcas. Na verdade chegou a causar uma séria disputa envolvendo o perigo de um cisma". Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 295.

4. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 53.

5. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 300.

6. Gibb, *The Damascus Chronicle of the Crusades*, pp. 336-7.

7. Sewell, R. C. (org. e trad.), *Gesta Stephani, Regis Anglorum et Ducis Normannorum* (Londres, 1846), p. 38.

8. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 306.

9. Barber, M., *The Crusader States* (New Haven/Londres, 2012), p. 241.

10. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 61.

11. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 317.

12. Ibid., p. 312.

13. Idem.

14. Ibid., p. 330.

15. Nicholson, H. J., *The Chronicle of the Third Crusade:* The Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi (Farnham, 1997), p. 28.

16. Essa citação e a descrição que se segue do palácio em Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, pp. 319-21.

17. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 351.

18. Richards, D. S. (trad.), *The Rare and Excellent History of Saladin* (Farnham, 2002), p. 26.

19. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 23.

Capítulo 10: "Lágrimas de fogo"

1. Gabrieli e Costello, *Arab Historians of the Crusades*, pp. 146-7.

2. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 45.

3. Ibid., p. 28.

4. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 391.

5. Bird, J., Peters, E. e Powell, J. M. (orgs.), *Crusade and Christendom: Annotated Documents in Translation from Innocent III to the Fall of Acre, 1187-1291* (Filadélfia, 2013), p. 189.

6. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 392.

7. Barber, *The New Knighthood*, p. 103.

8. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, pp. 392-3.

9. Ibid., p. 393.

10. Ibid., p. 394.

11. Sobre a localização física do Hospital em Jerusalém, ver Pringle, D., "The Layout of the Jerusalem Hospital in the Twelfth Century: Further Thoughts and Suggestions" em Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, pp. 91-110.

12. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 72.

13. Ver Kedar, B. Z., "The *Tractatus de locis et statu sancte terre ierosolimitane*" em France, K. e Zajac, W. (orgs.), *The Crusades and their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton* (Aldershot, 1998).

14. Abu Shama, "The Book of the Two Gardens" em *Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux Tome IV* (Paris, 1898), p. 185.

15. Idem.

16. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 54.

17. Abu Shama, "The Book of the Two Gardens", p. 185.

18. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 431.

19. Idem.

20. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 54.

21. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 73.

22. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 253.

23. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 437.

24. Gênesis 32:10-32.

25. Ellenblum, R., *Crusader Castles and Modern Histories* (Cambridge, 2007), p. 264.

26. Ibid., p. 273; Abu Shama, "The Book of the Two Gardens", p. 208.

27. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 444.

28. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 264.

29. Ibid., p. 266.

30. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 440.

31. Ibid., p. 443, citando Jó 27:3-4: "Que enquanto em mim houver alento, e o sopro de Deus nas minhas narinas; Não falarão os meus lábios iniquidade, nem a minha língua pronunciará engano".

32. Ibid., p. 443.

33. Imad al-Din, em *Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux Tome IV* (Paris, 1898), p. 200.

34. Ibid., p. 194.

35. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 265.

36. Ibid., p. 265.

37. Imad al-Din, p. 205; Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 266.

38. Imad al-Din, p. 205.

39. Ibid., pp. 206-7.

40. O historiador e arqueólogo Ronnie Ellenblum escavou o sítio no começo do século XX e descobriu "o corpo de pelo menos um dos defensores [...] *in situ*, em frente ao rombo da muralha". Ellenblum, R., *Crusader Castles and Modern Histories* (Cambridge, 2007), p. 273.

41. Imad al-Din, p. 203.

42. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 266.

43. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 444.

Capítulo 11: "Ai de ti, Jerusalém!"

1. Os cânones do Terceiro Concílio de Latrão podem ser consultados em tradução em inglês em: <http://www.papalencyclicals.net/Councils/ecum11.htm>.

2. Phillips, *Defenders of the Holy Land*, pp. 246-7.

3. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, p. 279.

4. Ver, por exemplo, Gargallo, Moya, A. et al. (orgs.), *Cartulario del Temple de Huesca* (Zaragoza, 1985), pp. 44 e 58.

5. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, p. 543.

6. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, pp. 455-6.

7. Durante sua carreira até 1186, o sultão passou um total de apenas onze meses lutando contra exércitos francos, comparados aos quase três anos engajado em campanhas contra muçulmanos. Asbridge, *The Crusades*, p. 335.

8. Babcock e Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea* II, p. 502.

9. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 539-40. Ver também Barber, M., "The Reputation of Gerard of Ridefort" em Upton-Ward, J., *The Military Orders: volume 4, On Land and by Sea* (Aldershot, 2008), pp. 116-7.

10. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 79.

11. De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, pp. 161-2.

12. Jacoby, Z., "The Tomb of Baldwin V, King of Jerusalem (1185-1186), and the Workshop of the Temple Area", *Gesta*, n. 18, 1979, pp. 3-14, discute sobre a tumba, agora perdida a não ser por fragmentos de pedra lavrada.

13. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 68.

14. Para essa interpretação das atitudes de Gerard de Ridefort em Cresson, ver Tyerman, C., *God's War: A New History of the Crusades* (Londres, 2006), p. 367.

15. Carta a Frederico I da Alemanha, publicada em Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 76-7.

16. Hoogeweg, H., *Die Schriften des Kölner Domscholasters* (Stuttgart, 1894), p. 142.

17. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 76.

18. Segundo o continuador de Guilherme de Tiro. Edbury, P. W., *The Conquest of Jerusalem and the Third Crusade* (Farnham, 1998), p. 32.

19. Stevenson, J., *Ralph of Coggeshall: Chronicon Anglicanum* (Londres, 1875), p. 212.

20. Regras 659, 675, 676. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, pp. 170-1.

21. Ver a carta a Frederico I em Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 76. Esta concorda amplamente com a versão de Ralph de Coggeshall da resposta dos templários: "Quer vivamos ou morramos sempre seremos vitoriosos em nome de Cristo!". Stevenson, *Ralph of Coggeshall*, p. 212.

22. Bernardo estava aqui se referindo a Romanos 24:8. Greenia e Barber, *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood*, p. 34. Sobre a relação dos templários com o martírio, ver Rother, J., "Embracing Death, Celebrating Life: Reflections on the Concept of Martyrdom in the Order of the Knights Templar", *Ordines Militares*, n. 19, 2014.

23. O destino de Urs em Cresson é ligeiramente incerto, mas parece muito provável que tenha sido morto. Para um resumo da evidência prosopográfica, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, p. 666. Para o destino de Roger de Moulins, o continuador de Guilherme de Tiro fala em decapitação. Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, p. 32.

24. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 319.

25. Stevenson, *Ralph of Coggeshall*, p. 212.

26. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, pp. 25-6.

27. Ibid., p. 26.

28. O resumo do papa da carta Gérard está publicado em tradução em inglês em Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, p. 33.

29. Stevenson, *Ralph of Coggeshall*, p. 218.

30. De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, p. 457.

31. Abu Shama, "The Book of the Two Gardens", p. 264.

32. Ibid., p. 263.

33. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 31.

34. Carta a Frederico I, Barber e Bate, *Letters from the East* 77; De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, pp. 460-1.

35. De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, p. 461.

36. Melville, C. P. e Lyons, M. C., "Saladin's Hattin Letter" em Kedar, B. Z. (org.), *The Horns of Hattin* (Jerusalém, 1992), pp. 210-1.

37. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 321.

38. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 32.

39. Melville e Lyons, "Saladin's Hattin Letter", p. 211.

40. O "Eracles", esta tradução consta em Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, p. 159.

41. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 82.

42. Ibid., p. 78.

43. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 322.

44. Melville e Lyons, "Saladin's Hattin Letter" p. 211.

45. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 74.

46. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 323.

47. Idem.

48. Melville e Lyons, "Saladin's Hattin Letter", pp. 211-2.

49. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 74.

50. Carta ao mestre dos hospitalários na Itália, traduzida em Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, p. 161.

51. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 75.

52. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 324.

53. Citado por Abu Shama, "The Book of the Two Gardens", p. 277.

54. Ibid., p. 278.

55. O continuador de Guilherme de Tiro relata esta história: Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, p. 47.

56. Citado by Abu Shama, "The Book of the Two Gardens", p. 333.

57. Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, pp. 64-5.

PARTE III: Banqueiros

1. Gabrieli e Costello, *Arab Historians of the Crusades*, p. 288.

Capítulo 12: "A busca pela fortuna"

2. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, p. 81. Ailes (trad.), *The History of the Holy War: Ambroise's Estoire de la guerre sainte* (Woodbridge, 2003), p. 73.

3. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, p. 169.

4. Broadhurst, *The Travels of Ibn Jubayr*, p. 318. Ibn Jubayr está citando *Qur'an Ar-Rahman* 55:24.

5. Theoderic em Wilkinson et al., *Jerusalem Pilgrimage 1099-1185*, p. 310; ver também um croquis do Templo arruinado feito em 1752 por Ladislaus Mayr, reproduzido in Boas, *Archaeology of the Military Orders*, p. 30.

6. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, p. 49.

7. Broadhurst, *The Travels of Ibn Jubayr*, p. 317.

8. Boas, *Archaeology of the Military Orders*, p. 29.

9. Imad al-Din, p. 296.

10. Edbury, *The Conquest of Jerusalem*, p. 80.

11. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 78.

12. Segundo um poema contemporâneo transcrito em Prutz, H., "Ein Zeitgenössisches Gedicht über die Belagerung Accons", *Forschungen zur Deutschen Geschichte*, n. 21, 1881, p. 478.

13. Para um resumo biográfico de Geoffroy Morin, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 534-5.

14. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, pp. 59-60.

15. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 367; Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 102.

16. Essa interpretação parece reconciliar Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 79; e Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 367.

17. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, pp. 78-9.

18. Ibid., p. 79.

19. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 368.

20. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 79.

21. Ibid., p. 80.

22. Isso pareceria explicar a lacuna nas datas entre o ataque ao Grande Navio, datado pela maioria das fontes como 7 de junho, e detalhes do ataque atingindo Saladino, que Ibn Shaddad e o autor de *Itinerarium Peregrinorum* concordam em que aconteceu em 11 de junho. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 151; Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 199. Ibn Shaddad certamente se equivoca ao situar a batalha naval em 11 de junho.

23. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 150.

24. Ibid., p. 145.

25. Ibid., p. 146.

26. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 79-80.

27. Barber, *The New Knighthood*, p. 119.

28. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 523-7.

29. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 158.

30. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 209.

31. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 162.

32. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 237; cf. Asbridge, *The Crusades*, p. 461.

33. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 245.

34. Idem.

35. Ibn Shaddad foi uma testemunha ocular e participante da batalha de Arsuf e apresenta um relato mais retórico e menos padronizado dos eventos que o autor de *Itinerarium Peregrinorum*. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, pp. 174-6.

36. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 258.

37. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, p. 178.

38. Ibid., pp. 186-8.

39. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*, p. 278.

40. De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, pp. 296-7.

41. Segundo Jean de Joinville. Giles, J. A. (org.), *Chronicles of the Crusades: Being Contemporary Narratives of the Crusade of Richard Coeur de Lion, by Richard of Devizes and Geoffrey de Vinsauf; and of the Crusade of Saint Louis, by Lord John de Joinville* (Londres/Nova York, 1892), p. 495.

42. Para um apanhado do breve governo dos templários em Chipre, ver Hill, G. F., *A History of Cyprus II: The Frankish Period, 1192-1432* (Cambridge, 1948), pp. 34-8; um estudo recente mais em profundidade está em Edbury, P., "The Templars in Cyprus" em Barber, *Fighting for the Faith*, pp. 189-95.

Capítulo 13: "Em nenhum lugar na pobreza"

1. Este livro está hoje nos UK National Archives em Kew, E.164/16, e seu texto em latim foi transcrito com uma informativa introdução em inglês em Lees, *Records of the Templars in England in the Twelfth Century*, pp. 139-41.

2. Holden, A. J., Gregory, S. e Crouch, D. (org. e trad.), *History of William Marshal* (Londres, 3 vols., 2002-6) II, pp. 419-21.

3. Gervers, M., "*Pro defensione Terre Sancte*: the Development and Exploitation of the Hospitaller's Landed Estate in Essex" em Barber, *Fighting for the Faith*, p. 5.

4. Lees, *Records of the Templars in England in the Twelfth Century*, pp. 139-40.

5. A edição e tradução mais atualizadas da Magna Carta 1215 encontra-se em: http://magnacarta.cmp.uea.ac.uk/.

6. James, Brooke e Mynors, *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles*, pp. 54-5.

7. Ibid., pp. 60-1.

8. Borchardt, K., "The Military-Religious Orders in the Crusader West" em Boas, A. J. (org.), *The Crusader World* (Londres/Nova York, 2016), pp. 111-28.

9. Para confirmação dos direitos dos templários de Ricardo I em Garway, ver Lees, *Records of the Templars in England in the Twelfth Century*, p. 142.

10. James, Brooke e Mynors, *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtier's Trifles*, pp. 60-1.

11. Para uma discussão sobre a attitude de Jean de Salisbury com os templários, inclusive esta tradução de seu *Polycraticus*, ver Barber, *The New Knighthood*, pp. 59-61.

12. Ibid., p. 61.

13. Bellomo, E., *The Templar Order in North-West Italy (1142-c.1330)* (Boston/Leiden, 2008), pp. 34-5. O papa também fez uso de outras grandes ordens militares, a dos hospitalários e a Ordem Teutônica.

14. De la Torre, I., "The London and Paris Temples: A Comparative Analysis of their Financial Services for the Kings during the Thirteenth Century" em Upton-Ward, *The Military Orders: Volume 4*, p. 122.

15. Barber, *The New Knighthood*, pp. 262-3.

16. Gargallo Moya, *Cartulario del Temple de Huesca*, pp. 85, 87 e 94.

17. Smith, D. J. e Buffery, H. (orgs.), *The Book of Deeds of James I of Aragón: A Translation of the Medieval Catalan* Llibre dels Fets (Farnham, 2003), pp. 26-8.

18. Forey, *The Templars in the Corona de Aragón*, pp. 34-5.

19. Richards, *Rare and Excellent History of Saladin*, pp. 240-5.

20. Ver a bula papal *Post miserabile*, publicada em tradução para o inglês em Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, pp. 28-37.

Capítulo 14: "Damieta!"

1. Château Pèlerin agora costuma ser conhecido como 'Atlit. Para detalhes de estudos modernos sobre seus remanescentes, ver Kennedy, *Crusader Castles*, pp. 124-7; Boas, *Archaeology of the Military Orders*, pp. 32-8.

2. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, pp. 155-6, 153-4 e 148.

3. Carta tradicionalmente – e provavelmente de forma errada – atribuída a Jacques de Vitry, bispo de Acre, traduzida e publicada em Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 110.

4. Jacques de Vitry identifica os navios como "cogs". Ver carta traduzida e publicada em Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 112.

5. Conedera, S. Z., *Ecclesiastical Knights: The Military Orders in Castile, 1150-1330* (Nova York, 2015), p. 87.

6. O'Callaghan, J. F., *A History of Medieval Spain* (Ithaca/Londres, 1975), pp. 243-9.

7. Sobre o cerco de Alcácer do Sal, ver O'Callaghan, J. F., *Reconquest and Crusade in Medieval Spain* (Filadélfia, 2002), pp. 78-80.

8. Forneci aqui a página de referências da edição mais disponível da tradução para o inglês de 1948 de J. J. Gavigan da crônica Oliver of Paderborn, "The Capture of Damietta", disponível em Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, pp. 158-225. Esta citação é ibid., pp. 165-6.

9. Ibid., p. 187.

10. Ibid., p. 194.

11. Murray, A. V., "The place of Egypt in the Military Strategy of the Crusades, 1099-1221" em Mylod, E. J., Perry, G., Smith, T. W. e Vandeburie, J. (orgs.), *The Fifth Crusade in Context: The Crusading Movement in the Early Thirteenth Century* (Londres/Nova York, 2017), pp. 13-131.

12. Sobre o papel de Honório no cruzadismo, especificamente distinto do de Inocêncio III, Smith, T. W., "The Role of Pope Honorius III in the Fifth Crusade" em Mylod, Perry, Smith e Vandeburie, *The Fifth Crusade in Context*, pp. 15-26.

13. Carta citada por Claverie, P. V., "'*Totius populi Christiani negotium*' The crusading conception of Pope Honorius III, 1216-21" em Mylod, Perry, Smith e Vandeburie, *The Fifth Crusade in Context*, p. 34.

14. Delisle, L. (org.), *Recueil des historiens des Gaules et de la France* XIX (Paris, 1880), p. 640.

15. Carta de Jean of Brienne a Frederico II Hohenstaufen, publicada em Mylod, Perry, Smith e Vandeburie, *The Fifth Crusade in Context*, pp. 43-5.

16. Como descrita por vários cronistas, inclusive Ibn al-Athir, que escreveu: "Não tivesse sido por esta torre e estas correntes ninguém teria sido capaz de manter as naves inimigas fora de qualquer parte do Egito, próximas ou distantes". Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* III, p. 176.

17. Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, pp. 168-9.

18. Idem.

19. A proveniência da relíquia é fornecida por Jacques de Vitry: Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 112.

20. Ibid., p. 114.

21. Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, p. 173.

22. Idem.

23. Ibid., p. 175.

24. Para uma introdução à história da ordem, ver Arnold, U., "Eight Hundred Years of the Teutonic Order" em Barber, *Fighting for the Faith*, pp. 223-35.

25. Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, p. 182.

26. Mateus 10:8-11.

27. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, pp. 40-1.

28. A carta está publicada e traduzida em Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 123. O encontro entre Francis of Assisi e Al-Kamil inspirou séculos de arte devocional cristã, descrito em Tolan, J. V., *Saint Francis and the Sultan: The Curious History of a Christian-Muslim Encounter* (Oxford, 2009).

29. Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, p. 184.

30. Ibid., p. 185.

31. Ibid., p. 187.

32. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 120.

33. Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, p. 200.

34. Powell, J. M., *Anatomy of a Crusade, 1213-1221* (Filadélfia, 1986), pp. 92-3.

35. A carta pode ser lida transcrita em Rodenburg, C. (org.), *Monumenta Germaniae Historica, Epistolae* I (Berlim, 1883), pp. 89-91; ou em uma versão mais acessível em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 203-7.

36. Carta de Honório aos prelados da Sicília, datada de 24 de novembro, traduzida em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 230-2.

37. Barber, *The New Knighthood*, p. 129.

38. A carta foi preservada pelo cronista inglês Roger de Wendover. Giles, J. A. (org. e trad.), *Roger of Wendover's Flowers of History* II (Londres, 1844), pp. 433-5.

39. Ibid., pp. 433-5.

40. Ibid., pp. 436-9; também traduzida em Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 123-5.

41. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* III, p. 180.

42. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 124.

Capítulo 15: "Animosidade e ódio"

1. Giles, *Roger of Wendover's Flowers of History* II, p. 511; La Monte, J. R. e Hubert, M. J. (org. e trad.), *The Wars of Frederick II Against The Ibelins in Syria and Cyprus by Philip De Novare* (Nova York, 1936), p. 88.

2. Baird, J. L., Baglivi, G. e Kane, J. R. (org. e trad.), *The Chronicle of Salimbene de Adam* (Binghamton, 1986).

3. Franke, D. P., "Crusade, Empire and the Process of War in Staufen Germany, 1180-1220" em Boas, *The Crusader World*, p. 132.

4. De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, p. 437.

5. Arnold, U., "Eight Hundred Years of the Teutonic Order" em Barber, *Fighting for the Faith*, p. 225.

6. Giles, *Roger of Wendover's Flowers of History* II, p. 502.

7. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* III, p. 285.

8. Sobre a preferência de Frederico pela cultura carnal do Oriente, ver a carta do patriarca Gerold de Lausanne a Gregócio IX, publicada em inglês em Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 127-33.

9. Para seu status como um "castiel del Temple" e para um relato do episódio aqui descrito, ver De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, p. 462.

10. De Mas Latrie, *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*, p. 462.

11. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 129.

12. Giles, *Roger of Wendover's Flowers of History* II, pp. 522-4; mais recentemente republicado em Allen, S. J. e Amt, E., *The Crusades: A Reader* (Toronto, 2010), pp. 287-90.

13. Citado em Van Cleve, T. C., *The Emperor Frederick II of Hohenstaufen, Immutator Mundi* (Oxford, 1972), p. 220.

14. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* III, p. 293.

15. Richards, *Chronicle of Ibn al-Athir* II, p. 334.

16. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 129.

17. Huillard-Bréholles, J. L. A., *Historia diplomatica Friderici Secundi* III (Paris, 1852), p. 89.

18. Jackson, P., "The Crusades of 1239-41 and Their Aftermath" em *Bulletin of the School of Oriental and African Studies, University of London* (1987), p. 50.

19. Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 126-7.

20. La Monte e Hubert, *The Wars of Frederick II*, p. 89.

21. Huillard-Bréholles, J. L. A., *Historia diplomatica Friderici Secundi* III (Paris, 1852), pp. 135-40; e em tradução para o inglês (citada aqui) em Peters, E. (org.), *Christian Society and the Crusades 1198-1229: Sources in Translation including the Capture of Damietta by Oliver of Paderborn* (Filadélfia, 1948), pp. 165-70.

22. La Monte e Hubert, *The Wars of Frederick II*, p. 91.

23. Peters, *Christian Society and the Crusades 1198-1229*, p. 168.

24. Ibid., p. 169.

25. La Monte e Hubert, *The Wars of Frederick II*, p. 91.

26. O estudo mais recente dessa chegada está em Lower, M., *The Barons' Crusade: A Call to Arms and its Consequences* (Filadélfia, 2005).

27. Carta preservada por Matthieu Paris; ver Luard, H. R., *Matthaei Parisiensis, Monachi Sancti Albani Chronica Majora* IV (Londres, 1876), pp. 288-91, ou traduzida para o inglês em Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 140-2.

28. Luard, *Matthaei Parisiensis, Monachi Sancti Albani Chronica majora* III, p. 535, também disponível em tradução para o inglês em Giles, J. A. (trad.), *Matthew Paris's English History: From the Year 1235 to 1273* I (Londres, 1852), pp. 168-9.

29. Uma fonte rica e detalhada de histórias sobre tudo isso ainda é Delisle, L., *Mémoire sur les opérations financières des Templiers* (Paris, 1889), na qual muito do que vem a seguir se inspira. Ver Piquet, J., *Des banquiers au Moyen Âge: les Templiers. Étude de leurs opérations financières* (Paris, 1939). Para algo mais acessível e palatável (em francês), ver: <http://www.templiers.net/leopold-delisle>.

30. Ver Webster, P., "The Military Orders at the Court of King John" em Edbury, P. W. (org.), *The Military Orders: Volume 5, Politics and Power* (Farnham, 2012), pp. 209-19.

Capítulo 16: "Desfraldem e levantem a nossa bandeira!"

1. Lyons, U., Lyons, M. C. (trad.), Riley-Smith, J. S. C. (intro.), *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders: Selections from Tārīkh al-duwal wa'l-Mulūk II* (Cambridge, 1971), pp. 1-2.

2. Giles, *Matthew Paris's English History* I, pp. 497-500.

3. Patriarca de Jerusalém, Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 140-2.

4. As várias estimativas incluem: 312 mortos, em Morgan, M. R., *La continuation de Guillaume de Tyr (1184-1197)* (Paris, 1982), p. 564; 296 mortos, segundo Frederico de Hohenstaufen em Giles, *Matthew Paris's English History* I, pp. 491-2; 296 mortos, segundo o patriarca de Jerusalém, também confirmado por Matthieu Paris e recentemente publicado em Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 140-2.

5. Patriarca de Jerusalém, Barber e Bate, *Letters from the East*, pp. 140-2.

6. Idem.

7. Carta de Frederico II Hohenstaufen a Richard, conde da Cornuália, esta tradução de Giles, *Matthew Paris's English History* I, pp. 491-2.

8. O relato mais vívido da cruzada de Luís IX (que inclui esta história) é *Life of St Louis*, de John de Joinville. Diversas traduções em inglês são disponíveis; eu usei Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*.

9. Le Goff, J., *Saint Louis* (Notre Dame, 2009), pp. 94-101.

10. Barber, *The New Knighthood*, p. 267.

11. Sayous, A., "Les Mandats de Saint Louis sur son trésor et le mouvement international des capitaux pendant la Septième Croisade (1248-1254)", *Revue Historique*, n. 167, 1931, p. 255.

12. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, p. 126.

13. Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, p. 388.

14. Ibid., p. 389.

15. Carta de Jean Sarrasin, chanceler da França, enviada de Damieta em 23 junho, publicada em Beer, J. M. A., "The Letter of John Sarrasin, Crusader" em Sargent-Baur, B. N. (org.), *Journeys Towards God: Pilgrimage and Crusade* (Kalamazoo, 1992), pp. 136-45.

16. Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, p. 400.

17. Para essa carta (em latim), ver Luard, *Matthaei Parisiensis, monachi Sancti Albani Chronica majora* VI, p. 162.

18. Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, p. 407.

19. Ibid., p. 410.

20. Giles, *Matthew Paris's English History* II, p. 367.

21. Ibid., p. 368.

22. Ibid., p. 369.

23. Ibid., p. 369.

24. Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, p. 423.

25. Ibid., pp. 425-6.

26. Registrado por Ibn Wasil em *The Dissipator of Anxieties Concerning the History of the Ayyubids*. Um trecho curto, incluindo o verso citado aqui, pode ser encontrado em Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, p. 361.

27. Giles, *Matthew Paris's English History* II, p. 374.

28. Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, p. 455.

29. Para referências atestando a carreira de Reynald, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 636-40.

30. Giles, *Chronicles of the Crusades: Contemporary Narratives*, pp. 455-6.

31. Segundo Abu Shama, que viu a capa sendo usada em Damasco. Tradução de Holt, P. M., *The Age of the Crusades: The Near East from the Eleventh Century to 1517* (Londres/Nova York, 1986), p. 83.

32. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, p. 36.

PARTE IV: Hereges

1. Chibnall, *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis* VI, pp. 314-5. Cf. *Gawain and the Green Knight*, linha 499, "The forme to the finishment foldez ful selden".

Capítulo 17: "Um caroço na garganta"

2. Sadeque, S. F., *Baybars I of Egypt* (Karachi, 1956), pp. 92-4.

3. Citado aqui pelo colega acadêmico de Al-Zahir, Shihab Al-Din Al-Nuwayri. Muhanna, E. (org. e trad.), *Shihab Al-Din Al-Nuwayri, The Ultimate Ambition in the Arts of Erudition* (Nova York, 2016), pp. 253-4.

4. Giles, *Matthew Paris's English History* I, p. 523.

5. Preservado nos anais da Abadia de Burton. Luard, H. R. (org.), *Annales Monastici* (Londres, 1864), pp. 491-5.

6. Ver Amitai-Preiss, R., "Mamluk Perceptions of the Mongol-Frankish rapprochement", *Mediterranean History Review*, n. 7, 1992, pp. 50-65.

7. Publicada em Meyvaert, P., "An Unknown Letter of Hulagu, Il-Khan of Persia, to King Louis IX of France", *Viator*, n. 11, 1980, pp. 252-9.

8. Para o contexto da escala do desastre, ver Jackson, P., "The Crisis in the Holy Land in 1260", *English Historical Review*, n. 95, 1980, pp. 481-513.

9. Muhanna, *Shihab Al-Din Al-Nuwayri*, p. 251.

10. Sobre este ponto, ver Amitai, R., "The Early Mamluks and the end of the crusader presence in Syria (1250-1291)" em Boas, A. J. (org.), *The Crusader World*, p. 337.

11. Ver Thorau, P. e Holt, P. M. (trad.), *The Lion of Egypt: Sultan Baybars I and the Near East in the Thirteenth Century* (Londres/Nova York, 1992), p. 144.

12. A famosa descrição em latim da construção de Safed, conhecida como *De Constructione Castri Saphet*, está disponível agora em inglês em Kennedy, *Crusader Castles*, pp. 190-8.

13. *De Constructione Castri Saphet*, em Kennedy, *Crusader Castles*, p. 197.

14. Lyons, Lyons e Riley-Smith, *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders*, p. 89.

15. Crawford, P. F. (org.), *The "Templar of Tyre", Part III of the Deeds of the Cypriots* (Aldershot, 2003), p. 50.

16. Idem.

17. Idem.

18. Idem, embora estudiosos discordem desse relato, que não é confirmado por outras fontes; é possível que o próprio Irmão Leo tenha sido enganado. Ver Thorau e Holt, *The Lion of Egypt*, p. 170.

19. Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 232-4.

20. Hillenbrand, *The Crusades: Islamic Perspectives*, p. 437. Para comparação, ver Bennett, M., "La Règle du Temple as a Military Manual, or How to Deliver a Cavalry Charge" em Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, pp. 175-88.

21. A carta está em Jordan, E. (org.), *Les Registres de Clément IV (1265-1268)* (Paris, 1893), pp. 326-7. Esta tradução é de Barber, M., *The Trial of the Templars* (2. ed., Cambridge, 2006), p. 17.

22. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 593-4.

23. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 59.

24. Esta tradução de Upton-Ward, J., "The Surrender of Gaston and the Rule of the Templars", está em Barber, *Fighting for the Faith*, p. 181.

25. Ver Upton-Ward, J., *The Catalan Rule of the Templars* (Woodbridge, 2003), pp. 81-7.

26. Bird, Peters e Powell, *Crusade and Christendom*, p. 361.

27. Giles, *Matthew Paris's English History* II, pp. 389-93.

Capítulo 18: "A cidade cairá"

1. Há um mapa útil de Acre e Montmusard em Boas, *Archaeology of the Military Orders*, p. 30.

2. O Templário de Tiro viu pessoalmente essa carta e a traduziu do árabe para o francês para Guillaume de Beaujeu. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 104. Os "Dois Mares" são o Mediterrâneo e o mar Vermelho; os "Dois Locais de Peregrinação" são Meca e Medina.

3. É difícil reconstituir a exata localização dos portões no sistema de muralhas de Acre, mas, segundo um relato presencial do Templário de Tiro, parece que o Portão de Santo Antônio era parte da muralha interna que ligava a cidade velha de Acre a Montsumard, não fazendo parte das muralhas duplas ao redor de toda a cidade.

4. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 111.

5. Little, D. P., "The Fall of Akka in 1291: the Muslim version" em Sharon, M. (org.), *Studies in Islamic History and Civilisation in Honour of Professor David Ayalon* (Jerusalém, 1986), p. 175.

6. Ibid., p. 176.

7. O trajeto básico da carreira de Jacques de Molay é muito bem sintetizado em Barber, M., "James of Molay, the last Grand Master of the Order of the Temple", *Studia Monastica*, n. 14, 1972, pp. 91-124, que também consta em Barber, M., *Crusaders and Heretics, Twelfth to Fourteenth Centuries* (Farnham, 1995).

8. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 119.

9. Segundo o depoimento de Jacques de Molay em seu julgamento no outono de 1307. Ver Lizerand, G. (org.), *Dossier de l'affaire des Templiers* (Paris, 1923), p. 35.

10. Sobre as idades dos templários no Oriente, ver Forey, A., "Towards a Profile of the Templars in the Early Fourteenth Century" em Barber, *Fighting for the Faith*, pp. 196-204 e esp. 198.

11. Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, pp. 169-71.

12. Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, p. 665. Forey, A., "Letters of the Last Two Templar Masters", *Nottingham Medieval Studies*, n. 45, 2001, p. 155.

13. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 179.

14. Barber e Bate, *Letters from the East*, p. 165.

15. Langlois, E. (org.), *Registres de Nicholas IV: recueil des bulles de ce pape* II (Paris, 1891), p. 903. Ver também Schein, S., *Fideles Crucis: The Papacy, The West and The Recovery of the Holy Land 1274-1314* (Oxford, 1991), pp. 74-6.

16. Langlois, *Registres de Nicholas IV*, p. 903.

17. Luard, H. R. (org.), *Annales Monastici* III (Londres, 1866), p. 366.

18. Sobre Limassol e Nicósia, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 133-6.

19. Potthast, A. (org.), *Regesta Pontificum Romanorum* II (Berlim, 1875), p. 1791. Deve ser ressaltado que o Papa Martinho IV, que fez essa repreensão, era francês e também favorável à reivindicação de Charles à Coroa de Jerusalém contra Hugo.

20. Nicholson, H., *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights: Images of the Military Orders, 1128-1291* (Leicester, 1993), p. 126.

21. Housley, N., *Documents on the Later Crusades* (Basingstoke, 1996), p. 36.

22. Ibid., p. 37.

23. Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, pp. 4-5.

24. Digard, G. et al. (org.), *Les registres de Boniface VIII: recueil des bulles de ce pape* (Paris, 1881), pp. 169-70.

25. Barber, "James of Molay, the last Grand Master", pp. 94-5.

26. Schein, *Fideles Crucis*, pp. 135-8.

27. Forey, *The Templars in the Corona de Aragón*, p. 137.

Capítulo 19: "Sob a indução do Diabo"

1. Menache, S., *Clement V* (Cambridge, 1998), pp. 32-3.

2. Ibid., p. 18, citando Napoleone Orsini em uma carta de 1314.

3. Ibid., p. 17.

4. Ibid., p. 19.

5. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 164.

6. Sobre a coroação de Clemente, ver Dollin Du Fresnel, M., *Clément V (1264-1314) Le Pape gascon et les Templiers* (Bordeaux, 2009), pp. 13-4.

7. Schein, *Fideles Crucis*, pp. 182 e 197-8.

8. A cópia existente das cartas são para Foulques de Villaret, mas não há razão para achar que o conteúdo da carta para Jacques de Molay continha diferenças significativas. *Regestum Clementis Papae V* (Roma, 1885), pp. 190-1.

9. Forey, A., "Towards a Profile of the Templars in the Early Fourteenth Century" em Barber, *Fighting for the Faith*, p. 198.

10. Demurger, A., *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay, Last Grand Master of the Temple* (Londres, 2004), pp. 117-8.

11. A carta original está transcrita em Baluze, E. e Mollat, G. (orgs.), *Vitae Paparum Avenionensium* III (Paris, Letouzey/Ané, 1921), pp. 145-9. Uma tradução em inglês consta em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 105-9.

12. Uma tradução em inglês em Housley, *Documents on the Later Crusades*, pp. 40-7.

13. O caso da resistência de Jacques de Molay à união das ordens está em Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, pp. 2-15; e em tradução para o inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 234-8.

14. Brandt, W. I. (org. e trad.), Pierre Dubois, *The Recovery of the Holy Land* (Nova York, 1956), p. 81.

15. Bettenson, H., *Documents of the Christian Church*, pp. 159-61.

16. Woodacre, E., *Queens Regnant of Navarre: Succession, Politics and Partnership, 1274-1512* (Nova York, 2013), pp. 37-8.

17. A motivação política de desvalorizar o gros foi exacerbada por uma grave falta de prata com que cunhar novas moedas. Mechoulan, S., "The Expulsion of the Jews from France in 1306: A Modern Fiscal Analysis", *Journal of European Economic History*, n. 33, 2006, pp. 555-84; De la Torre, I., "The Monetary Fluctuations in Philip IV's kingdom of France and Their Relevance to the Arrests of the Templars" em Burgtorf, J., Crawford, P. F. e Nicholson, H. (orgs.), *The Debate on the Trial of the Templars (1307-1314)* (Farnham, 2010), pp. 57-68.

18. Para o pano de fundo da expulsão dos judeus em 1306, ver Jordan, W. C., *The French Monarchy and the Jews: From Philip Augustus to the Last Capetians* (Filadélfia, 1989), pp. 178-99.

19. De la Torre, I., "The Monetary Fluctuations", p. 66.

20. Tradução em Demurger, *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay*, p. 163.

21. Forey, "Letters of the Last Two Templar Masters", pp. 166-7.

22. Ibid., p. 170.

23. Upton-Ward, *The Rule of The Templars*, p. 172.

24. Idem.

25. Ibid., pp. 112 e 148.

26. A carta de Guillaume de Plaisians contendo essas alegações está em Finke, H., *Papsttum und Untergang des Templerordens* II (Berlim, 1907), p. 143.

27. Demurger, *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay*, p. 171.

28. Texto original transcrito em Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, pp. 16-25; tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 244-7.

Capítulo 20: "Depravação herética"

1. Lizerand, *Dossier de L'affaire des Templiers*, pp. 16-25; tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 244-7.

2. Lizerand, *Dossier de L'affaire des Templiers*, pp. 24-9; tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 247-8.

3. Barber, *The Trial of the Templars*, p. 69.

4. Schenk, J., "Aspects of Non-Noble Family Involvement in the Order of the Temple" em Upton-Ward, J. (org.), *The Military Orders: Volume 4, On Land and by Sea* (Aldershot, 2008), p. 157.

5. Forey, A., "Towards a Profile of the Templars in the Early Fourteenth Century" em Barber, *Fighting for the Faith*, pp. 197-8.

6. Segundo um depoimento prestado em 1309. Michelet, J., *Procès des Templiers* I (Paris, 1841), pp. 36-9; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 289-92.

7. Moore, R. I., *The War on Heresy: Faith and Power in Medieval Europe* (Londres, 2012), p. 6.

8. Transcrito em Michelet, *Procès des Templiers* II; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 252-3.

9. Michelet, *Procès des Templiers* II, pp. 295-6; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 251-2.

10. Michelet, *Procès des Templiers* II, pp. 361-3; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 247-8.

11. Ver Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, pp. 24-9; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 251-2.

12. Para pontos-chave de sua biografia, ver Burgtorf, *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 625-8.

13. Michelet, *Procès des Templiers* II, pp. 374-5.

14. Para as idades e ocupações dos interrogados em 1307-8, ver Barber, *The Trial of the Templars*, p. 73.

15. Finke, *Papsttum und Untergang des Templerordens* II, p. 51; tradução em Barber, *The Trial of the Templars*, p. 85.

16. Tradução em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 249-50.

17. O texto da bula endereçado a Eduardo II da Inglaterra está em Rymer, T., *Foedera, conventiones, litterae et cujuscunque generis acta publica inter reges Angliae* 1 (The Hague, 1744), pt 4, pp. 99-100.

18. Schottmüller, K., *Der Untergang des Templer-Ordens* (Berlim, 1887), p. 656.

19. Lizerand, *Dossier de l'affaire des Templiers*, pp. 62-71; e em inglês em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 260-3.

20. Relato literal em uma carta ao rei de Aragão, Finke, *Papsttum und Untergang des Templerordens* II, pp. 140-50 e traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 263-72.

21. Barber, *The Trial of the Templars*, extraído de Finke *Papsttum und Untergang des Templerordens* II, pp. 334-7. Barber faz a sugestão de que a cabeça de Hugo de Payns era na verdade um relicário contendo a própria cabeça, ainda que em vista da natureza estapafúrdia da confissão de Étienne de Troyes é difícil perceber algum sentido.

Capítulo 21: "Deus vingará nossa morte"

1. Barber, *The Trial of the Templars*, p. 135.

2. Os registros da maior parte dos inquéritos locais desapareceram, mas um lugar que preservou seus registros foi Clermont, em Auvergne, onde 69 templários foram interrogados numa única semana no verão de 1309. Ver Sève, R. e Chagny-Sève, A. M. (orgs.), *Le Procès des Templiers d'Auvergne (1309-1311): edition de l'interrogatoire de juin 1309* (Paris, 1987).

3. Krämer, T., "Terror, Torture and the Truth: The Testimonies of the Templars Revisited" em Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, p. 83.

4. Michelet, *Procès des Templiers* I, pp. 32-5; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 286-9.

5. Michelet, *Procès des Templiers* I, pp. 42-5; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 292-5.

6. Michelet, *Procès des Templiers* I, pp. 87-8; traduzido em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 296-301.

7. Barber, *The Trial of the Templars*, p. 172.

8. Hamilton, J. S., "King Edward II of England and the Templars" em Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, p. 217.

9. Ramos, L., "The Extinction of the Order of the Temple in the Kingdom of Valencia and Early Montesa 1307-30: A Case of Transition from Universalist to Territorialized Military Orders" em Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, pp. 203-5.

10. Barber, *The Trial of the Templars*, pp. 229-37; ver também Forey, *The Templars in the Corona de Aragón*, pp. 356-64.

11. Bellomo, E., "The Templar Order in North-Western Italy: A General Picture" em Mallia-Milanes, V., *The Military Orders: Vol. 3*, History and Heritage (Aldershot, 2008), p. 105; Gilmour-Bryson, A., "A Look Through The Keyhole: Templars in Italy from the Trial Testimony" em ibid., pp. 123-30.

12. Toomaspoeg, K., "The Templars and their Trial in Sicily"; Burgtorf, Crawford e Nicholson, *The Debate on the Trial of the Templars*, p. 281.

13. Nicholson, H., *The Knights Templar* (Stroud, 2001), pp. 130-1.

14. Sobre datas e da questão não esclarecida se houve dois julgamentos em Chipre, ver Gilmour-Bryson, A., *The Trial of the Templars in Cyprus: A Complete English Edition* (Leiden, 1998), pp. 24-30.

15. Gilmour-Bryson, *The Trial of the Templars in Cyprus*, p. 428.

16. Gilmour-Bryson, *The Trial of the Templars in Cyprus*, p. 407.

17. A bula está traduzida em Barber e Bate, *The Templars: Selected Sources*, pp. 309-18.

18. Barber, *The New Knighthood*, p. 1.

19. "*adjudicati sunt muro et carceri perpetuo retrudendi*"; Géraud, H. (org.), *Chronique latine de Guillaume de Nangis de 1113 à 1300* (Paris, 1843), p. 402.

20. Ibid., p. 403.

21. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 180.

22. Géraud, H., *Chronique latine de Guillaume de Nangis*, p. 403.

23. Crawford, *The "Templar of Tyre"*, p. 180.

24. "Seingnors, dit il, sachiez, sans tère, Que tous celz qui nous sont contrère, Por nous en aront à souffrir, En ceste foy veil-je mourir"; Buchon, J. A. (org.),

Chronique métrique de Godefroy de Paris (Paris, 1827), p. 220.

25. *Inferno* de Dante XIX, pp. 83-7.

26. Housley, *Documents on the Later Crusades*, p. 51.

27. O plano completo está agora disponível em tradução: Lock, P. (org. e trad.), *Marino Sanudo Torsello: The Book of the Secrets of the Faithful of the Cross* (Farnham, 2011).

28. Housley, *Documents on the Later Crusades*, p. 55.

29. Ibid., p. 178.

30. Ibid., p. 180.

Epílogo: "O Santo Graal"

1. Original está na British Library de Londres, *BL Royal 14 E V* f.492v.

2. Villegas, P., "Mexico: Police Kill a Gang Leader", *The New York Times*, 2 abr. 2014.

Bibliografia

FONTES PRIMÁRIAS

Ailes, Marianne (trad.). *The History of the Holy War. Ambroise's Estoire de la Guerre Sainte.* Woodbridge, Boydell Press, 2003.

Babcock, E. A. e Krey, A. C. (trad.). *A History of Deeds Done Beyond the Sea: By William, Archbishop of Tyre.* Vols. 1 e 2. Nova York, Columbia University Press, 1943.

Baird, J. L., Baglivi, G. e Kane, J. R. (org. e trad.). *The Chronicle of Salimbene de Adam.* Binghamton, Medieval and Renaissance Texts and Studies, 1986.

Barber, Malcolm e Bate, Keith (trad.). *Letters from the East: Crusaders, Pilgrims and Settlers in the 12th-13th Centuries.* Farnham, Ashgate, 2013.

Barber, Malcolm e Bate, Keith (org. e trad.). *The Templars: Selected Sources.* Manchester, Manchester University Press, 2002.

Bédier, Joseph e Aubry, Pierre (org.). *Les Chansons de Croisade avec leurs mélodies.* Paris, H. Champion, 1909.

Berry, V. G. (org. e trad.). *Odo of Deuil: De Profectione Ludovici VII in Orientem.* Nova York, W. W. Norton, 1948.

Bettenson, Henry (org.). *Documents of the Christian Church.* 2. ed. Oxford, Oxford University Press, 1963.

Bird, J., Peters, E. e Powell, J. M. (org.). *Crusade and Christendom: Annotated Documents in Translation from Innocent III to the Fall of Acre, 1187-1291.* Filadélfia,

University of Pennsylvania Press, 2013.

Brandt, W. I. (org. e trad.). Pierre Dubois *The Recovery of the Holy Land*. Nova York, Columbia University Press, 1956.

Broadhurst, R. J. C. (trad.). *The Travels of Ibn Jubayr: Being the Chronicles of a Mediaeval Spanish Moor Concerning His Journey to the Egypt of Saladin, the Holy Cities of Arabia, Baghdad the City of the Caliphs, The Latin Kingdom of Jerusalem, and the Norman Kingdom of Sicily*. Londres, Jonathan Cape, 1952.

Brownlow, M. A., Rev. Canon (org. e trad.). *Saewulf, 1102, 1103 A.D.* Londres, Palestine Pilgrims' Text Society, 1892.

Carrière, Victor (org.). *Histoire et Cartulaire des Templiers de Provins, avec une introduction sur les débuts du Temple en France.* Paris, E. Champion, 1919.

Chibnall, Marjorie (org. e trad.). *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis.* Vols. 1-6. Oxford Medieval Texts. Oxford, Oxford University Press, 1969-78.

——— *The* Historia Pontificalis *of John of Salisbury.* Oxford Medieval Texts. Oxford, Oxford University Press, 1986.

Cobb, Paul M. (trad.). *Usama ibn Munqidh: The Book of Contemplation: Islam and the Crusades*. Londres, Penguin, 2008.

Collection des documents inédits sur l'histoire de France. Livro III. Paris, Imprimerie Royal, 1835.

Collins, Basil (org.) e Alta'I, M. H. (rev.). *Al-Muqaddasi: The Best Divisions for the Knowledge of the Regions.* Reading, Garnet Publishing, 2001.

Crawford, Paul F.(ed.). *The "Templar of Tyre". Part III of the Deeds of the Cypriots.* Aldershot: Ashgate, 2003.

D'Albon, Marquis (org.). *Cartulaire général de l'Ordre du Temple, 1119?-1150. Recueil des chartes et des bulles relatives à l'Ordre du Temple.* Paris, H. Champion, 1913.

David, Charles Wendell (trad.) e Phillips, Jonathan (org.). *The Conquest of Lisbon: De Expugnatione Lyxbonensi*. Nova York, Columbia University Press, 2001.

Delisle, Léopold (org.). *Recueils des historiens des Gaules et de la France.* Vol. 1-24. Paris, Imprimerie Nationale, 1878-1904.

Digard, Georges, Faucon, Maurice, Thomas, Antoine e Fawtier, Robert (org.). *Les Registres de Boniface VIII: recueil des bulles de ce pape.* Paris, E. Thorin, 1881.

Dostourian, A. E. (trad.). *Armenia and the Crusades: Tenth to Twelfth Centuries: The Chronicle of Matthew of Edessa.* Lanham, Maryland, National Association for Armenian Studies and Research, 1993.

Dubois, Pierre. *The Recovery of the Holy Land*. W. I. Brandt (org. e trad.). Nova York, Columbia University Press, 1956.

Edbury, Peter (org. e trad.). *The Conquest of Jerusalem and the Third Crusade: Sources in Translation.* Farnham, Ashgate, 1998.

Edgington, Susan B. (org.). Albert of Aachen. *Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem.* Oxford, Clarendon Press, 2007.

Edgington, Susan B. e Asbridge, Thomas S. (org. e trad.). *Walter the Chancellor's* The Antiochene Wars: *A Translation and Commentary.* Aldershot, Routledge, 2006.

Elliott, J. K. (org. e trad.). *The Apocryphal New Testament: A Collection of Apocryphal Christian Literature in an English Translation.* Oxford, Oxford University Press, 1993.

Fink, Harold S. (org.), Ryan, Frances R. (trad.). *Fulcher of Chartres: A History of the Expedition to Jerusalem 1095-1127*. Knoxville, University of Tennessee Press, 1969.

Finke, H. (org.). *Papsttum und Untergang des Templerordens.* Vols. 1-2. Berlim, Munster, 1907.

Gabrieli, Francesco (org.) e Costello, E. J. (trad.). *Arab Historians of the Crusades.* Londres, Routledge, 1969.

Gargallo Moya, Antonio, Iranzo Muñío, Maria Teresa, e Sánchez Usón, Maria José (org.) *Cartulario del Temple de Huesca.* Zaragoza, Anubar, 1985.

Garmonsway, G. N. (org. e trad.). *The Anglo-Saxon Chronicle.* Londres, J. M. Dent, 1972.

Gavigan, J. J. (trad.). *The Capture of Damietta by Oliver of Paderborn.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1948.

Géraud, H. (org.). *Chronique latine de Guillaume de Nangis de 1113 à1300.* Paris, Chez Jules Renouard, 1843.

Gibb, H. A. R. *The Damascus Chronicle of the Crusades: Extracted and Translated from the Chronicle of Ibn Al-Qalanisi*. Londres, Luzac, 1932; Nova York, Dover, 2000.

Giles, J. A. (org.). *Chronicles of the Crusades: Being Contemporary Narratives of the Crusade of Richard Coeur de Lion, by Richard of Devizes and Geoffrey de Vinsauf; and of*

the Crusade of Saint Louis, by Lord John de Joinville. Londres/Nova York, Henry G. Bohn, 1892.

Giles, J. A. *Matthew Paris's English History: From the Year 1235 to 1273.* Vol. 1. Londres, H. G. Bohn, 1852.

Giles, J. A. (org. e trad.). *Roger of Wendover's Flowers of History.* Vols. 1-2. Londres, H. G. Bohn, 1849.

Greenia, Conrad (trad.) e Barber, Malcolm (intro.). *Bernard of Clairvaux: In Praise of the New Knighthood.* Edição revisada. Collegeville, Minnesota, Cistercian Publications, 2000.

Hagenmeyer, Heinrich (org.). *Fulcher of Chartres: Historia Hierosolymitana 1095-1127*. Heidelberg, Carl Winters, 1913.

Hill, Rosalind (org.). *Gesta Francorum: The Deeds of the Franks and the Other Pilgrims to Jerusalem.* Oxford Medieval Texts. Oxford, Oxford University Press, 1979.

Holden, A. J., Gregory, S. e Crouch, D. (org. e trad.). *History of William Marshal.* Vols. 1-3. Anglo-Norman Text Society, 2002-6.

Hoogeweg, H. (org.). *Die Schriften des kölner Domscholasters, späteren Bischofs von Paderborn und Kardinal-Bischofs von S. Sabina Oliverus.* Tübingen, Bibliothek des Litterarischen Vereins in Stuttgart 202, 1894.

Housley, N. (org.). *Documents on the Later Crusades.* Basingstoke, Macmillan, 1996.

Huillard-Bréholles, Jean-Louis-Alphonse. *Historia Diplomatica Friderici Secundi.* Vol. 3. Paris, Plon Brothers, 1852.

James, B. S. (trad.). *The Letters of St Bernard of Clairvaux.* Londres, Burns Oates, 1953.

James, M. R. (org.), Brooke, C. N. L. (trad.) e Mynors, R. A. B. (rev.). *Walter Map: De Nugis Curialium, Courtiers' Trifles.* Oxford Medieval Texts. Oxford, Oxford University Press, 1983.

Jordan, E. (org.). *Les Registres de Clément IV (1265-1268): recueil des bulles de ce pape.* Paris, Thorin & Fils, 1893.

La Monte, John L. e Hubert, Merton Jerome (org. e trad.). *The Wars of Frederick II Against the Ibelins in Syria and Cyprus by Philip De Novare.* Nova York, Columbia University Press, 1936.

Langlois, Ernest (org.). *Registres de Nicholas IV: recueil des bulles de ce pape.* Paris, E. Thorin, 1886-91.

Le Strange, Guy (org. e trad.). *Diary of a Journey through Syria and Palestine. By Nâsir-i-Khusrau, in 1047 A.D.* Londres, Palestine Pilgrims' Text Society, 1893.

Lees, Beatrice A. (org.). *Records of the Templars in England in the Twelfth Century: The Inquest of 1185 with Illustrative Charters and Documents.* Oxford, Publicado para a British Academy by Humphrey Milford, Oxford University Press, 1935.

Lipskey, Glenn Edward (trad.). *The Chronicle of Alfonso the Emperor: A Translation of the Chronica Adefonsi Imperatoris, with Study and Notes.* Evanston, n.p., 1972.

Lizerand, G. (org.). *Dossier de l'affaire des Templiers*. Paris, Champion, 1923.

Lock, Peter (org. e trad.). *Marino Sanudo Torsello: The Book of the Secrets of the Faithful of the Cross.* Farnham, Ashgate, 2011.

Luard, Henry Richards(ed.). *Annales Monastici.* Vols. 1-5. Londres, Longman, Green, 1864-9.

——— *Matthaei Parisiensis: Monachi Santi Albani, Chronica Majora.* Vols. 1-6. Londres, Longman, 1872-1883.

Luchaire, Achille. *Études sur les Actes de Louis VII.* Paris, A. Picard, 1885.

Lyons, Ursula e Lyons, M. C. (org.), Riley-Smith, J. S. C. (intro.). *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders: Selections from the* Tārīkh al-duwal wa'l-Mulūk. Vols. 1-2. Cambridge, Heffer, 1971.

Mardam Bek, H. (org.). Ibn al-Khayyat, *Diwan.* Damasco, n.p., 1958.

Mas Latrie, Louis, comte de (org.). *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier.* Paris, Renouard, 1871.

Matarasso, Pauline M. (trad.). *The Cistercian World: Monastic Writings of the Twelfth Century.* Londres, Penguin, 1993.

Mierow, Charles Christopher (trad.) e Emery, Richard. *The Deeds of Frederick Barbarossa by Otto of Freising and His Continuator, Rahewin*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

Migne, Jacques Paul (org.). *Patrologia Latina: Patrologiae Cursus Completus. Series Latina.* Vols. 1-221. Paris, n.p., 1844-64.

Morgan, M. R. *La Continuation de Guillaume de Tyr (1184-1197).* Paris, P. Geuthner, 1982.

Muhanna, E. (org. e trad.) Shihab al-Din al-Nuwayri, *The Ultimate Ambition in the Arts of Erudition.* Nova York, Penguin, 2016.

Nicholson, Helen J. *The Chronicle of the Third Crusade: The* Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi. Farnham, Ashgate, 1997.

O'Callaghan, Joseph F. *A History of Medieval Spain.* Ithaca, Nova York e Londres, Cornell University Press, 1975.

Peters, Edward (org.). *The First Crusade: The Chronicle of Fulcher of Chartres and Other Source Materials.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1971.

——— C*hristian Society and the Crusades 1198-1229: Sources in Translation including the Capture of Damietta by Oliver of Paderborn*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1948.

Potthast, August (org.). *Regesta Pontificum Romanorum.* Vols. 1-2. Berlim, Rudolf de Decker, 1873-5.

Recueil des historiens des croisades. Paris, Imprimerie Nationale, 1841-1906.

Regestum Clementis Papae V. Roma, Typographia Vaticana, 1885.

Richards, D. S. (trad.). *The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period from al Kamil fi'l Ta'rikh*. Vols. 1-3. Aldershot, Routledge, 2006-8.

——— *The Rare and Excellent History of Saladin by Baha al-Din Ibn Shaddad.* Farnham, Ashgate, 2002.

Rodenburg, C. (org.). *Monumenta Germaniae Historica, Epistolae I.* Berlim, Weidemanns, 1883.

Roehricht, Reinhold (org.). *Regesta Regni Hierosolymitani, 1097-1291.* Oeniponti, Libraria Academica Wagneriana, 1893.

Rymer, Thomas. *Foedera, Conventiones, Litterae et Cujuscunque Generis Acta Publica inter Reges Angliae.* Vol. 1. The Hague, Joannem Neaulme, 1744.

Schottmüller K. *Der Untergang des Templer-Ordens.* Berlim, n.p., 1887.

Sepet, Marius Cyrille Alphonse. *John of Joinville: The Life of St. Louis, King of France.* Nova York, P. J. Kennedy, 1902.

Sève, Roger e Chagny-Sève, Anne-Marie (org.). *Le Procès des Templiers d'Auvergne (1309-1311): Edition de l'Interrogatoire de Juin 1309.* Paris, Editions du Comité des Travaux Historique et Scientifiques, 1987.

Sewell, Richard Clarke. *Gesta Stephani, Regis Anglorum et Ducis Normannorum.* Londres, Sumptibus Societatis, 1846.

Sewter, E. R. A. (trad.), Peter Frankopan (rev.), Anna Komnene. *The Alexiad.* Londres, Penguin, 2009.

Smith, Damian J. e Buffery, Helena (org.). *The Book of Deeds of James I of Aragón: A Translation of the Medieval Catalan Llibre dels Fets.* Farnham, Ashgate, 2003.

Stevenson, Joseph (org.). *Ralph of Coggeshall: Chronicon Anglicanum.* Londres, Longman, 1875.

Tanner, Norman P. (org. e trad.). *Decrees of the Ecumenical Councils.* Vols. 1-2. Londres, 1990.

Tyerman, Christopher. *Chronicles of the First Crusade.* Londres, Penguin, 2012.

Upton-Ward, Judith M. (trad.). *The Catalan Rule of the Templars.* Woodbridge, Boydell Press, 2003.

——— *The Rule of the Templars: The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar.* Woodbridge, Boydell Press, 1992.

Wilkinson, John, Hill, Joyce e Ryan, W. F. (org.). *Jerusalem Pilgrimage, 1099-1185.* Londres, Hakluyt Society, 1988.

FONTES SECUNDÁRIAS

Abel, P. F. *Géographie de la Palestine.* Paris, Gabalda, 1938.

Addison, Charles G. *History of the Knights Templar.* Nova York, AMS Press, 1978.

Allen, S. J. e Amt, Emilie. *The Crusades: A Reader.* Toronto, University of Toronto Press, 2010.

Asbridge, Thomas. *The Crusades: The War for the Holy Land.* Londres, Simon & Schuster, 2010.

Balard, M. (org.). *Autour de la première croisade: actes du colloque de la "Society for the Study of the Crusades and the Latin East".* Clermont-Ferrand, France, 22-25 June 1995. Paris, Publications de la Sorbonne, 1996.

Barber, Malcolm. *Crusaders and Heretics: Twelfth to Fourteenth Centuries.* Farnham, Ashgate, 1995.

——— *The Crusader States.* New Haven e Londres, Yale University Press, 2012.

——— *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple.* Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

——— *The Trial of the Templars.* Cambridge, Cambridge University Press, 2. ed., 2006.

Barber, Malcolm (org.). *The Military Orders I: Fighting for the Faith and Caring for the Sick.* Aldershot, Variorum, 1994.

Bartlett, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings: 1075-1225.* Oxford, Oxford University Press, 2000.

Baudin, Arnaud, Brunel, Ghislain e Dohrmann, Nicolas. *The Knights Templar: From the Days of Jerusalem to the Commanderies of Champagne.* Paris, n.p., 2012.

Bellomo, Elena. *The Templar Order in North-West Italy (1142-c. 1330).* Leiden e Boston, Brill, 2008.

Best, Nicholas. *The Knights Templar.* Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1997.

Boas, Adrian J. *Archaeology of the Military Orders: A Survey of the Urban Centres, Rural Settlements and Castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291).* Abingdon, Routledge, 2006.

Boas, Adrian J.(ed.). *The Crusader World.* Abingdon e Nova York, Routledge, 2016.

Bom, Myra Miranda. *Women in the Military Orders of the Crusades.* Nova York, Palgrave Macmillan, 2012.

Bouquet, M. et al. (org.). *Recueil des historiens des Gaules et de la France.* Vol. XV. Paris, Victor Palme, 1878.

Brighton, Simon. *In Search of the Knights Templar: A Guide to the Sites of Britain.* Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2006.

Buc, Philippe. *Holy War, Martyrdom, and Terror: Christianity, Violence and the West.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2015.

Bulst-Thiele, Marie Louise. *Sacrae Domus Militiae Templi Hierosolymitani Magistri: Untersuchungen zur Geschichte des Templerordens 1118/19-1314.* Gottingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1974.

Burgtorf, Jochen. *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organization and Personnel (1099/1120-1310).* Leiden e Boston, Brill, 2008.

Burgtorf, Jochen, Crawford, Paul F. e Nicholson, Helen J. (org.). *The Debate on the Trial of the Templars (1307-1314).* Farnham, Ashgate, 2010.

Buttigieg, Emanuel e Phillips, Simon (org.). *Islands and Military Orders, c. 1291-c. 1798.* Farnham, Ashgate, 2013.

Catlos, Brian A. *Muslims of Medieval Latin Christendom, c. 1050-1614.* Cambridge, Cambridge University Press, 2014.

Cobb, Paul M. *The Race for Paradise: An Islamic History of the Crusades.* Oxford, Oxford University Press, 2014.

Conedera, Sam Zeno. *Ecclesiastical Knights: The Military Orders in Castile, 1150-1330.* Nova York, Fordham University Press, 2015.

Constable, Giles. *The Reformation of the Twelfth Century.* Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

Delisle, Léopold. *Mémoire sur les opérations financières des Templiers*. Paris, n.p., 1889.

Demurger, Alain. *The Last Templar: The Tragedy of Jacques de Molay, Last Grand Master of the Temple.* Londres, Profile Books, 2004.

Dollin du Fresnel, Monique. *Clément V (1264-1314): Le pape gascon et les Templiers.* Bordeaux, Editions Sud-Ouest, 2009.

Duby, Georges. *The Three Orders: Feudal Society Imagined.* Tradução de Arthur Goldhammer. Chicago, University of Chicago Press, 1980.

Edbury, Peter W. (org.). *The Military Orders, Volume 5: Politics and Power.* Farnham, Ashgate, 2012.

Ellenblum, Ronnie. *Crusader Castles and Modern Histories.* Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

Evans, G. R. *Bernard of Clairvaux.* Nova York e Oxford, Oxford University Press, 2000.

Faith, Juliet. *The Knights Templar in Somerset.* Stroud, History Press, 2009.

Ferguson, Robert. *The Knights Templar and Scotland.* Stroud, History Press, 2010.

Forey, Alan. *Military Orders and Crusades.* Aldershot, Variorum, 1994.

——— *The Military Orders: From The Twelfth to the Fourteenth Centuries.* Basingstoke, Macmillan, 1992.

——— *The Templars in the* Corona de Aragón. Oxford, Oxford University Press, 1973.

France, John e Zajac, W. G. *The Crusades and Their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton.* Aldershot, Ashgate, 1998.

Frankopan, Peter. *The First Crusade: The Call from the East.* Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 2012.

——— *The Silk Roads: A New History of the World.* Londres, Bloomsbury, 2015.

Gervers, Michael (ed.). *The Second Crusade and the Cistercians.* Nova York, St. Martin's Press, 1992.

Gilmour-Bryson, Anne. *The Trial of the Templars in Cyprus: A Complete English Edition.* Leiden, Brill, 1998.

Glasse, Cyril. *The New Encyclopedia of Islam.* 4a. edição. Londres, Rowman & Littlefield, 2013.

Griffith-Jones, Robin. *The Knights Templar.* Stroud, History Press, 2014.

Grishin, A. A. *The Knights Templar Absolution: The Chinon Parchment and The History of the Poor Knights of Christ.* Londres, Knights Templar Vault, 2013.

Haag, Michael. *The Templars: History & Myth*. Londres, Profile Books, 2008.

Hill, George Francis. *A History of Cyprus, Volume II: The Frankish Period, 1192-1432.* Cambridge, Cambridge University Press, 1948.

Hillenbrand, Carole. *The Crusades: Islamic Perspectives.* Edimburgo, Edinburgh University Press, 1999.

Holloway, Diane. *The Knights Templar in Yorkshire.* Stroud, History Press, 2008.

Holt, P. M. *The Age of the Crusades: The Near East from the Eleventh Century to 1517.* Londres e Nova York, Longman, 1986.

Hopper, Vincent Foster. *Medieval Number Symbolism. Its Sources, Meaning and Influence on Thought and Expression.* Nova York, Columbia University Press, 1938.

Housley, N.(ed.). *Knighthoods of Christ: Essays on the History of the Crusades and the Knights Templar, Presented to Malcolm Barber.* Aldershot, Ashgate, 2007.

Howarth, Stephen. *Knights Templar.* Nova York, Marboro Books, 1982.

Hunyadi, Z. e Laszlovszky, J. (org.). *The Crusades and the Military Orders: Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity.* Budapeste, Central European University Press, 2001.

Hyland, Ann. *The Medieval War Horse: From Byzantium to the Crusades.* Londres, Grange, 1994.

Irwin, R. *The Middle East in the Middle Ages: The Early Mamluk Sultanate, 1250-1382.* Carbondale, Southern Illinois University Press, 1986.

Jordan, William Chester. *The French Monarchy and the Jews: From Philip Augustus to the Last Capetians.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1989.

——— *Louis IX and the Challenge of the Crusade.* Princeton, Princeton University Press, 1979.

Kedar, Benjamin Z. *The Franks in the Levant, 11th to 14th Centuries.* Aldershot, Variorum, 1993.

——— *The Horns of Hattin.* Jerusalém e Londres, Yad Izhak Ben-Zvi/Israel Exploration Society & Variorum, 1992.

Kennedy, Hugh. *Crusader Castles.* Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

Khowaiter, Abdul-Aziz. *Baibars the First: His Endeavours and Achievements.* Londres, Green Mountain Press, 1978.

Labarge, Margaret Wade. *Saint Louis: The Life of Louis IX of France.* Londres, Eyre & Spottiswoode, 1968.

Laiou, Angeliki E. (org.). *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World.* Washington, DC, Dumbarton Oaks, 2001.

Le Goff, Jacques. *Saint Louis.* Notre Dame, University of Notre Dame Press, 2009.

Lord, Evelyn. *The Knights Templar in Britain.* Abingdon, Routledge, 2004.

Lower, Michael. *The Barons' Crusade: A Call to Arms and its Consequences.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2005.

Mallia-Milanes, Victor (org.). *The Military Orders, Volume 3: History and Heritage.* Aldershot, Ashgate, 2008.

Mayer, L. A. *Saracenic Heraldry.* Oxford, Oxford University Press, 1933.

Menache, Sophia. *Clement V.* Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

Moore, R. I. *The War on Heresy: Faith and Power in Medieval Europe*. Londres, Profile, 2012.

Mylod, E. J., Perry, Guy, Smith, Thomas W. e Vandeburie, Jan. *The Fifth Crusade in Context: The Crusading Movement in the Early Thirteenth Century.* Londres e Nova York: Routledge, 2017.

Nicholson, Helen. *Templars, Hospitallers, and Teutonic Knights: Images of the Military Orders, 1128-1291.* Leicester University Press, 1993.

——— *The Knights Templar: A New History.* Stroud, History Press, 2001.

——— *The Knights Templar on Trial: The Trial of the Templars in the British Isles, 1308-1311.* Stroud, History Press, 2009.

Nicholson, Helen (org.). *The Military Orders: Welfare and Warfare.* Farnham, Ashgate, 1998.

——— *On the Margins of Crusading: The Military Orders, the Papacy and the Christian World*. Farnham, Ashgate, 2011.

O'Callaghan, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2002.

Perry, Guy. *John of Brienne: King of Jerusalem, Emperor of Constantinople, c. 1175-1237.* Cambridge, Cambridge University Press, 2013.

Phillips, Jonathan. *Defenders of the Holy Land: Relations between the Latin East and the West, 1119-1187.* Oxford, Oxford University Press, 1996.

——— *The Second Crusade: Extending the Frontiers of Christendom.* New Haven e Londres, Yale University Press, 2007.

Phillips, Jonathan e Hoch, Martin (org.). *The Second Crusade: Scope and Consequences.* Manchester, Manchester University Press, 2001.

Piquet, Jules. *Des Banquiers au moyen âge: les Templiers. Étude de leurs opérations financières.* Paris, Hachette, 1939.

Powell, James M. *Anatomy of a Crusade, 1213-1221.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1986.

Pryor, John H. (org.). *Logistics of Warfare in the Age of the Crusades: Proceedings of a Workshop Held at the Centre for Medieval Studies, University of Sydney.* Aldershot, Ashgate, 2006.

Read, Piers Paul. *The Templars.* Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1999.

Reilly, Bernard F. *The Contest of Christian and Muslim Spain, 1031-1157.* Oxford, Blackwell, 1992.

Riley-Smith, Louise e Jonathan. *The Crusades: Idea and Reality, 1095-1274.* Londres, Edward Arnold, 1981.

Russell, Frederick H. *The Just War in the Middle Ages.* Cambridge, Cambridge University Press, 1975.

Sadeque, S. F. *Baybars I of Egypt.* Karachi, Oxford University Press, 1956.

Sargent-Baur, Barbara Nelson (org.). *Journeys Towards God: Pilgrimage and Crusade.* Kalamazoo, Medieval Institute Publications, Western Michigan University, 1992.

Schein, Sylvia. *Fideles Crucis: The Papacy, The West and the Recovery of the Holy Land, 1274-1314.* Oxford, Oxford University Press, 1991.

Schenk, Jochen. *Templar Families: Landowning Families and the Order of the Temple in France, c. 1120-1307.* Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

Segal, J. B. *Edessa: "The Blessed City".* Oxford, Oxford University Press, 1970.

Sharon, M.(ed.). *Studies in Islamic History and Civilization in Honour of Professor David Ayalon.* Jerusalém, Cana, 1986.

Smail, R. C. *Crusading Warfare, 1097-1193.* Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

Smith, Katherine Allen. *War and the Making of Medieval Monastic Culture.* Woodbridge, Boydell Press, 2011.

Stalls, Clay. *Possessing the Land: Aragón's Expansion into Islam's Ebro Frontier under Alfonso the Battler, 1104-1134.* Leiden, Brill, 1995.

Thorau, Peter e Holt, P. M. (trad.). *The Lion of Egypt: Sultan Baybars I and the Near East in the Thirteenth Century.* Londres e Nova York, Longman, 1992.

Tobin, Stephen. *The Cistercians: Monks and Monasteries of Europe.* Londres, Herbert Press, 1995.

Tolan, John V. *Saint Francis and the Sultan: The Curious History of a Christian-Muslim Encounter.* Oxford, Oxford University Press, 2009.

Tyerman, Christopher. *God's War: A New History of the Crusades.* Londres, Penguin, 2006.

Upton-Ward, Judith M. (org.). *The Military Orders: Volume 4, On Land and by Sea.* Aldershot, Ashgate, 2008.

Van Cleve, Thomas Curtis. *The Emperor Frederick II of Hohenstaufen, Immutator Mundi.* Oxford, Clarendon Press, 1972.

Woodacre, Elena. *Queens Regnant of Navarre: Succession, Politics and Partnership, 1274-1512.* Nova York, Palgrave Macmillan, 2013.

ARTIGOS

Amitai-Preiss, Reuven. "Mamluk Perceptions of the Mongol-Frankish Rapprochement". *Mediterranean History Review* 7 (1992).

Barber, Malcolm. "The Origins of the Order of the Temple". *Studia Monastica* 12 (1970).

——— "The Social Context of the Templars". *Transactions of the Royal Historical Society*, fifth series, 34 (1984).

Brown, Elizabeth A. R. "The Prince Is Father of the King: The Character and Childhood of Philip the Fair of France". *Medieval Studies* 49, n. 1 (1987).

Brundage, James A. "The Crusader's Wife Revisited". *Studia Gratiana* 14 (1967).

Cassidy-Welch, Megan. "'O Damietta!': War, Memory and Crusade in Thirteenth-Century Egypt". *Journal of Medieval History* 40, n. 3 (2014).

Constable, Giles. "The Second Crusade as Seen By Contemporaries". *Traditio* 9 (1953).

Ferris, Eleanor. "The Financial Relations of the Knights Templars to the English Crown". *American Historical Review* 8 (1902).

Fletcher, R. A. "Reconquest and Crusade in Spain *c.* 1050-1150". *Transactions of the Royal Historical Society,* fifth series, 37 (1987).

Forey, Alan. "The Emergence of the Military Order in the Twelfth Century". *Journal of Ecclesiastical History* 36, n. 2 (1985).

——— "The Failure of the Siege of Damascus in 1148". *Journal of Medieval History* 10, n. 1 (1984).

——— "Letters of the Last Two Templar Masters". *Nottingham Medieval Studies* 45 (2001).

——— "Were the Templars Guilty, Even if They Were Not Heretics or Apostates?" *Viator* 42, n. 2 (2011).

Frale, Barbara. "The Chinon Chart: Papal Absolution to the Last Templar, Master Jacques de Molay". *Journal of Medieval History* 30, n. 2 (2004).

Franceschi, Francesco, Bernabei, Robert, Malfertheiner, Peter, e Gasbarrini, Giovannia. "The Diet of Templar Knights: Their Secret to Longevity?" *Digestive and Liver Disease* 46, n. 7 (2014).

Gilmour-Bryson, Anne. "Sodomy and the Knights Templar". *Journal of the History of Sexuality* 7, n. 2 (1996).

Hamilton, Bernard. "Knowing the Enemy: Western Understanding of Islam at the Time of the Crusades". *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland* 7, n. 3 (1997).

——— "Our Lady of Saidnaiya: An Orthodox Shrine Revered by Muslims and Knights Templar at the Time of the Crusades". *Studies in Church History* 36 (2000).

Harari, Yuval. "The Military Role of the Frankish Turcopoles: A Reassessment". *Mediterranean Historical Review* 12 (1997).

Jackson, Peter. "The Crisis in the Holy Land in 1260". *English Historical Review* 95 (1980).

——— "The Crusades of 1239-41 and Their Aftermath". *Bulletin of the School of Oriental and African Studies, University of London* 50, n. 1 (1987).

Jacoby, Zehava. "The Tomb of Baldwin V, King of Jerusalem (1185-1186), and the Workshop of the Temple Area". *Gesta* 18, n. 2 (1979).

Joserand, Philippe. "The Templars in France: Between History, Heritage, and Memory". *Mirabilia: Electronic Journal of Antiquity and Middle Ages* 21 (2015).

Kedar, Benjamin Z. "On the Origins of the Earliest Laws of Frankish Jerusalem: The Canons of the Council of Nablus, 1120". *Speculum* 74 (1999).

Khamisy, Rabei G. "The Templar Estates in the Territory of Acre". *Ordines Militares* 18 (2013).

Lee, John S. "Landowners and Landscapes: The Knights Templar and Their Successors at Temple Hirst, Yorkshire". *Local Historian* 41 (2011).

Lotan, Shlomo. "The Battle of La Forbie and Its Aftermath – Reexamination of the Military Orders' Involvement in the Latin Kingdom of Jerusalem in the Mid-Thirteenth Century". *Ordines Militares* 12 (2012).

Lourie, Elena. "The Confraternity of Belchite, the Ribat, and the Templars". *Viator*. Mediaeval and Renaissance Studies 13 (1982).

——— "The Will of Alfonso I, 'El Batallador', King of Aragón and Navarre: A Reassessment". *Speculum* 50, n. 3 (1975).

Mayer, Hans Eberhard. "The Concordat of Nablus". *Journal of Ecclesiastical History* 33, n. 4 (1982).

Mechoulan, Stéphane. "The Expulsion of the Jews from France in 1306: A Modern Fiscal Analysis". *Journal of European Economic History* 33, n. 3 (2006).

Meyvaert, Paul. "An Unknown Letter of Hulagu, Il-Khan of Persia, to King Louis IX of France". *Viator* 11 (1980).

Nicolle, David C. "The Reality of Mamluk Warfare: Weapons, Armour and Tactics". *Al-Masāq* 7 (1994).

O'Banion, Patrick J. "What Has Iberia to Do with Jerusalem? Crusade and the Spanish Route to the Holy Land in the Twelfth Century". *Journal of Medieval History* 34, n. 4 (2008).

Pringle, Denys. "The Templars in Acre *c.* 1150-1291". *Bulletin for the Council for British Research in the Levant* 2 (2007).

Prutz, Hans. *"Ein Zeitgenössisches Gedicht über die Belagerung Accons". Forschungen zur Deutschen Geschichte* 21 (1881).

Pryor, John H. "Two *Excitationes* for the Third Crusade: The Letters of Brother Thierry of the Temple". *Mediterranean Historical Review* 25 (2010).

Rother, Joachim. "Embracing Death, Celebrating Life: Reflections on the Concept of Martyrdom in the Order of the Knights Templar". *Ordines Militares* 19 (2014).

Sayous, André-E. *"Les Mandats de Saint Louis sur son trésor et le mouvement international des capitaux pendant la Septième Croisade (1248-1254)". Revue Historique* 167 (1931).

Sivan, Emmanuel. "La Genèse de la contre-croisade: un traité damasquin du début du XIIe siècle". *Journal asiatique* 254 (1966).

Slavin, Philip. "Landed Estates of the Knights Templar in England and Wales and Their Management in the Early Fourteenth Century". *Journal of Historical Geography* 42 (2013).

Smail, R. C. “Crusaders’ Castles of the Twelfth Century”. *The Cambridge Historical Journal* 10 (1952).

Smith, Thomas W. “Between Two Kings: Pope Honorius III and the Seizure of the Kingdom of Jerusalem by Frederick II in 1225”. *Journal of Medieval History* 41 (2015).

Sneddon, Jonathan. “Warrior Bishops in the Middle Ages”. *Medieval Warfare* 3, n. 2 (2013).

Telfer, Alison. “Locating the First Knights Templar Church”. *London Archaeologist* 10, n. 1 (2002).

Tsurtsumia, Mamuka. “Commemorations of Crusaders in Manuscripts of the Monastery of the Holy Cross in Jerusalem”. *Journal of Medieval History* 38 (2012).

Warren, F. M. “The Battle of Fraga and Larchamp in Orderic Vitalis”. *Modern Philology* 11 (1914).

TESES NÃO PUBLICADAS

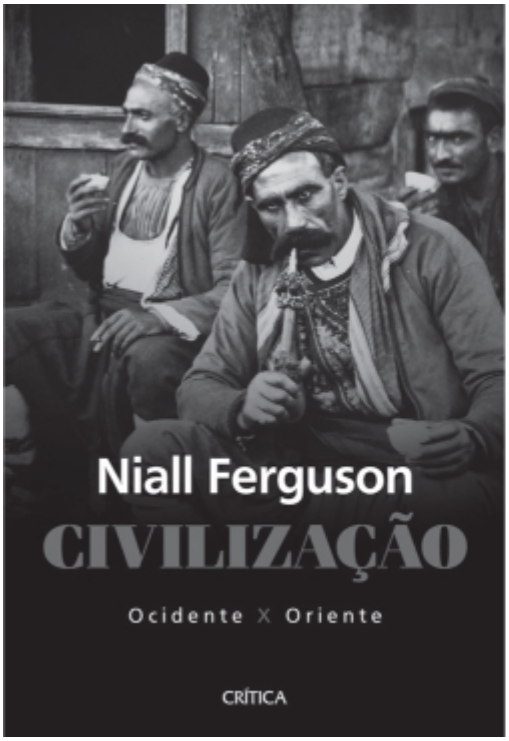
Crawford, Paul. “An Institution in Crisis: The Military Orders, 1291-1310”. PhD diss., University of Wisconsin-Madison, 1998.

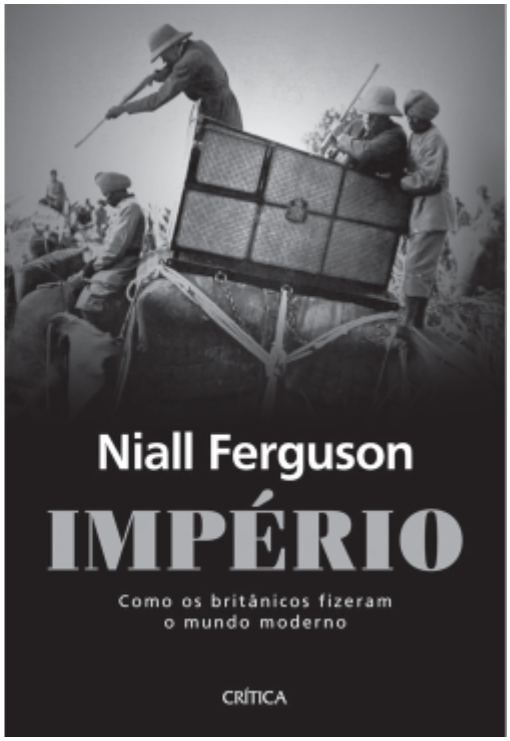
Peixoto, M. J. “Templar Communities in Medieval Champagne: Local Perspectives on a Global Organization”. PhD diss., New York University, 2013.

Leia também

RUTGER BREGMAN
Humanidade
UMA HISTÓRIA OTIMISTA DO HOMEM
"Este livro está me fazendo enxergar a humanidade sob uma nova perspectiva" YUVAL NOAH HARARI, HISTORIADOR, AUTOR DE SAPIENS
CRÍTICA

PETER FRANKOPAN
O CORAÇÃO DO MUNDO
UMA NOVA HISTÓRIA UNIVERSAL A PARTIR DA ROTA DA SEDA: O ENCONTRO DO ORIENTE COM O OCIDENTE
BEST-SELLER NOS ESTADOS UNIDOS E NA INGLATERRA
CRÍTICA


Niall Ferguson
CIVILIZAÇÃO
Ocidente X Oriente
CRÍTICA


Niall Ferguson
IMPÉRIO
Como os britânicos fizeram
o mundo moderno
CRÍTICA

1 Na tradução para o português, os nomes foram conservados na grafia original do próprio idioma, a não ser em casos em que a transliteração já é de uso corrente, como a do rei Balduíno de Jerusalém (e não Baldwin), do sultão Saladino e de toda a linhagem de reis da Inglaterra, que ficaram conhecidos no Brasil por seus nomes adaptados, como Henrique (Henry), Ricardo (Richard), Eduardo (Edward), entre outros casos análogos. Portanto, nesse caso e nos demais semelhantes, os nomes foram mantidos no original em francês, como "Jacques" de Molay. [N. T.]

1 Sobrenome de vários reis da Inglaterra, conhecidos como Dinastia Plantageneta ou Angelina (de Anjou), que reinaram na Inglaterra de 1154 a 1399. [N. T.]

1 Saewulf não faz menção ao local onde nasceu em seu relato em latim escrito na Terra Santa, e quase não sabemos nada sobre sua biografia a não ser o conteúdo de seu diário de peregrinação. Mas é razoável supor que fosse da Inglaterra: ele usa material de referência de São Beda da Nortúmbria e uma cópia medieval de seu relato acabou chegando à biblioteca de Matthew Parker, arcebispo de Canterbury no século XVI.

2 Um belo exemplo é o *Mappa Mundi* da catedral de Hereford, na Inglaterra. Foi criado em *c.* 1300, mas é uma ilustração perfeita da concepção medieval do mundo da época de Saewulf, com Jerusalém no local central do mapa. Os guias de viagem diziam que os visitantes podiam localizar o centro do mundo "treze passos a oeste do monte do Calvário".

1 Os artúquidas eram uma dinastia tribal turca sunita iniciada por um soldado chamado Artuque Bei, que foi general do sultão seljúcida Malique Xá I. Os descendentes de Artuque abriram um novo território independente no norte da Mesopotâmia, no norte da Síria e no leste da Anatólia.

2 Aqui há uma referência, talvez intencional, ao nome bíblico dado a certo campo usado para enterrar estrangeiros, comprado pelos anciões de Jerusalém com as trinta peças de prata devolvidas a eles por Judas Iscariotes pouco antes de se suicidar (Mateus, 27:6-8).

1 No fraturado império seljúcida havia diversos sistemas paralelos de postos políticos e militares. O *sultão* era como um rei. O *emir* era uma posição abaixo, que podia exercer o cargo de governante de uma cidade ou região específica. Um *atabegue* era um governador semelhante a um regente, que exercia poder em nome de um emir jovem ou fraco demais para fazer isso pessoalmente.

2 A escolha de mantos brancos foi uma das mais nítidas influências dos cistercienses na regra dos templários. A famosa cruz vermelha seria acrescentada mais tarde, em 1139.

3 Apesar disso, os templários usaram barbas e cabelos em diferentes estilos, de acordo com a época; algumas imagens os mostram com barbas cheias, outras com cabelos longos e cacheados. Um relato do século XIII de Jacques de Vitry mencionava templários com a cabeça quase raspada.

1 “Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação.” (Tiago 1:17)

2 Interdito era uma severa sentença de limbo terrestre, que tomava a forma do fechamento de uma igreja, geralmente imposto quando o governante local se desentendia com Roma; só podia ser revogado pelo papa ou por seus representantes diretos.

3 Os termos “comandaria” e “preceptoria” podem ser usados de forma intercambiável, assim como a graduação dos funcionários que as supervisionavam, conhecidos tanto como comandantes como preceptores.

1 O rei dos alemães, também conhecido como rei dos romanos, era um governante eleito pelos nobres e príncipes dos Estados semiautônomos da grande Alemanha.

1 Um marco era uma unidade monetária igual a dois terços de uma libra; neste caso, 1.333,33 *livres parisis*.

1 Nos acampamentos, a bandeira malhada identificava a localização do senescal. Durante a batalha, era o marechal dos templários, e não o senescal, que levantava e conduzia a bandeira e organizava sua proteção. Upton-Ward, J. M. (trad. e org.), *The Rule of The Templars: The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar* [A Regra dos Templários: o texto francês da regra da Ordem dos Cavaleiros Templários] (Woodbridge: 1992), pp. 44, 59-60.

2 Bizâncios eram moedas de alto valor do reino dos cruzados, cunhadas no modelo do *dinar* árabe e do *hyperpyron* grego.

1 Filipe de Nablus seria um futuro mestre da ordem, tendo ocupado o comando de 1169 a 1171.

1 O termo “grão-mestre”, em geral usado hoje para definir o mestre superintendente dos templários (ao contrário dos mestres regionais), na verdade não era comumente usado, e nem mesmo um título formal no Oriente. Ver Burgtorf, J., *The Central Convent of Hospitallers and Templars: History, Organisation and Personnel (1099/1120-1310)* [O convento central dos hospitalários e dos templários: história, organização e pessoal (1099/1120-1310] (Leiden/Boston: 2008), p. 182.

1 Agora identificada como ‘Ain Gozeh. Ver Abel, P. F., *Géographie de la Palestine* I (Paris: 1938), p. 445.

1 Teria sido um pequeno consolo para Gérard ver que a casa dos hospitalários, com seus cômodos, igreja e alas para tratar os doentes tinha sido convertida por Saladino numa escola.

2 Henrique II teve uma morte infeliz em 6 de julho, com seus dois filhos sobreviventes, Ricardo e João, rebelados contra ele.

1 O Livro Domesday era uma imensa avaliação de propriedades e pessoas na Inglaterra e no País de Gales, compilado sob as ordens de Guilherme, o Conquistador, em 1086, vinte anos depois da Conquista Normanda.

2 Essa foi a comitiva que saiu de Jerusalém em 1184, na qual o mestre Arnold de Torrolla morreu.

1 Jean fez um caminho ligeiramente complexo para assumir o reinado: se casou com uma neta de Amalric I, conhecida como Maria de Jerusalém, que morreu em 1212, pouco após ter dado à luz Isabella, deixando Jean como regente.

2 Dois outros irmãos Montaigu também chegaram a altos postos no serviço religioso, ambos sediados em Chipre. Eustorge de Montaigu se tornou arcebispo de Nicósia, e Fulcher de Montaigu, bispo de Limassol.

3 No fim do século XII, um funcionário aduaneiro árabe escreveu um manual e registrou os artigos que fluíam pelas cidades portuárias do Egito, observando que Damasco tinha um comércio especialmente grande de frango, grãos e alume – um ingrediente vital para a produção têxtil em todo o Ocidente cristão. O Egito era também uma fonte de tesouros exóticos roubados de tumbas de seus reis antigos: além de ouro e pedras preciosas, era um dos únicos lugares do mundo onde mercadores de produtos farmacêuticos conseguiam obter pó de múmia – um valioso ingrediente em certas práticas médicas medievais. Ver Abulafia, D., *The Great Sea: A Human History of the Mediterranean* [O grande mar: Uma história do Mediterrâneo] (Londres: 2011), p. 297.

4 Assis era a cidade de seu nascimento; Francisco [no original Francis], um apelido supostamente dado a ele pelo pai na infância, significava “francês”.

1 Garin de Montaigu morreu antes de 1º de março de 1228, em Sidon.

2 Foi esse o caso durante as guerras do começo do século XIII entre João, rei da Inglaterra, e Filipe II Augustus da França: os aliados de João nas proximidades de La Rochelle não estavam preparados para confiar no rei para pagar o que havia prometido em troca da sua lealdade em tempos da guerra; o acordo foi fechado depositando os valores em questão em confiança na casa templária de La Rochelle para distribuição independente. O rei João também tomou emprestado grandes quantias em dinheiro corrente dos templários em todo seu reino, garantido pelo ouro do tesouro equivalente ao empréstimo. Na verdade, ele empenhou as joias da Coroa.

1 O conceito de possessões móveis, crucial para a taxação na Europa na Idade Média, era bem literal. Calculava o valor da propriedade que podia ser fisicamente mudada de um lugar para outro; assim, incluía alimentos, mobiliário e tecidos, mas não terrenos ou construções.

1 A lenda de “Preste João”, de meados do século XIII, falava de um exótico rei de fé nestoriana, cuja participação nas guerras contra os sarracenos era iminente.

2 A chamada Guerra de São Sabas assolou Acre e os territórios ao redor por catorze anos, entre 1256 e 1270.

3 O assim chamado Templário de Tiro, cuja crônica é um relato valioso e favorável dos últimos anos da ordem no Oriente, não era na verdade um irmão jurado, mas sim um escriba a serviço da ordem.

1 Celestino queria voltar à sua vida de ermitão, mas foi impedido por medo de que fosse apresentado como um antipapa por inimigos do novo pontífice, Bonifácio VIII. Por essa razão, foi encarcerado por seu sucessor, numa cela de sua própria escolha, onde morreu em 1296.

1 Em referência às suas primeiras palavras: “Em uma única Igreja católica e apostólica...”.

2 Quando o cadáver de Bonifácio foi exumado e examinado, em 1605, a lenda de que teria morrido de mastigar as próprias mãos finalmente foi descartada.

3 O grande número de judeus na França (estimadoentre 40 mil e 140 mil por Jordan, W. C., *The French Monarchy and the Jews: From Philip Augustus to the Last Capetians* (Filadélfia: 1989), pp. 203-4) era em parte resultado da expulsão de outros lugares. Os judeus da Europa iam para a França em busca de segurança como refugiados.

4 O pequeno detalhe de Bonifácio ter morrido havia três anos não era um empecilho. Um cadáver papal já havia sido julgado pelo menos uma vez antes, quando em 897 o falecido Papa Formoso foi exumado, acusado de perjúrio e considerado culpado. Seu papado foi devidamente expurgado dos registros.

5 A crônica do Templário de Tiro contém uma história problemática e peculiar, sugerindo que a fonte da discórdia entre o rei e o Templo foi um enorme empréstimo feito ao rei pelo tesoureiro templário Jean de Tour, que teria sido desautorizado por Jacques de Molay. Segundo seu relato, Jacques demitiu o tesoureiro e recusou o pedido do rei para readmiti-lo, jogando uma carta enviada por intermédio do papa no fogo. Poucos historiadores dão crédito a essa história, que parece ter sido uma mistura de má informação e preconceito contra Jacques, em alto contraste com o excelente testemunho visual e relato do Templário de Tiro sobre a queda de Acre, em 1291. Crawford, P. (org.), *The Templar of Tyre, Part III of the Deeds of the Cypriots* (Aldershot: 2003), pp. 179-80.

1 O “Pergaminho de Chinon”, perdido por muitos anos no arquivo do Vaticano e descoberto em 2001 pela dra. Barbara Frale. Em 2007, foram produzidos oitocentos fac-símiles do documento; alguns estão em mãos privadas e outros em bibliotecas públicas de todo o mundo. *Processus contra Templarios* (Cidade do Vaticano: 2007).

1 Apesar de ser considerado com frequência como um objeto físico datado da Santa Ceia, o Santo Graal é na verdade uma invenção dos romances arthurianos do fim da Idade Média que se seguiram a *Percival, a história do Graal*, de Chrétien de Troyes, escrito nos anos 1180.

1 Nunca coroado: usou o título “Príncipe e Defensor do Santo Sepulcro”.

2 Poder exercido por Frederico II Hohenstaufen até 1243 e depois por outros regentes.

3 Titular só a partir de 1291.

1 Ou Robert Burgundino.

2 Data da morte. A Ordem do Templo foi dissolvida no Concílio de Vienne, em 1311.

DAN JONES é um premiado historiador britânico que estudou em Cambridge e se especializou em Idade Média. Escreveu vários livros, que venderam mais de um milhão de exemplares no mundo todo. Seu sucesso o levou a escrever colunas em jornais como *The Wall Street Journal* e *The Sunday Times*. Também escreve roteiros e apresenta programas de história na televisão e na Netflix.

PlanetaLivrosBR
planetadelivrosbrasil
criticatusquets
planetadelivros.com.br

#acreditamosnoslivros

Richard J. Evans

ERIC HOBSBAWM

Uma vida
na história

BIOGRAFIA

CRÍTICA

Eric Hobsbawm

Evans, Richard J.
9786555354102
728 páginas

Compre agora e leia

Para entender o século XX
Quando morreu aos 95 anos, Eric Hobsbawm era o historiador mais conhecido em todo o mundo. Autor de clássicos como A era dos extremos, sua obra foi traduzida em mais de 50 línguas. Era tão popular na Itália e no Brasil como na Inglaterra e nos Estados Unidos e seus livros continuam sendo adotados em escolas e universidades. Em **Eric Hobsbawm: Uma vida na história**, Richard Evans conta a trajetória desse personagem que foi testemunha dos episódios mais marcantes do século XX. Hobsbawm não apenas escreveu sobre esses acontecimentos mas participou de muitos deles como a resistência a Hitler, a revolução em Cuba e emergência no Novo Trabalhismo, inclusive no Brasil.

Compre agora e leia

RUTGER BREGMAN
Humanidade
UMA HISTÓRIA OTIMISTA DO HOMEM
"Este livro está me fazendo enxergar a humanidade sob uma nova perspectiva" YUVAL NOAH HARARI, HISTORIADOR, AUTOR DE SAPIENS
CRÍTICA

Humanidade

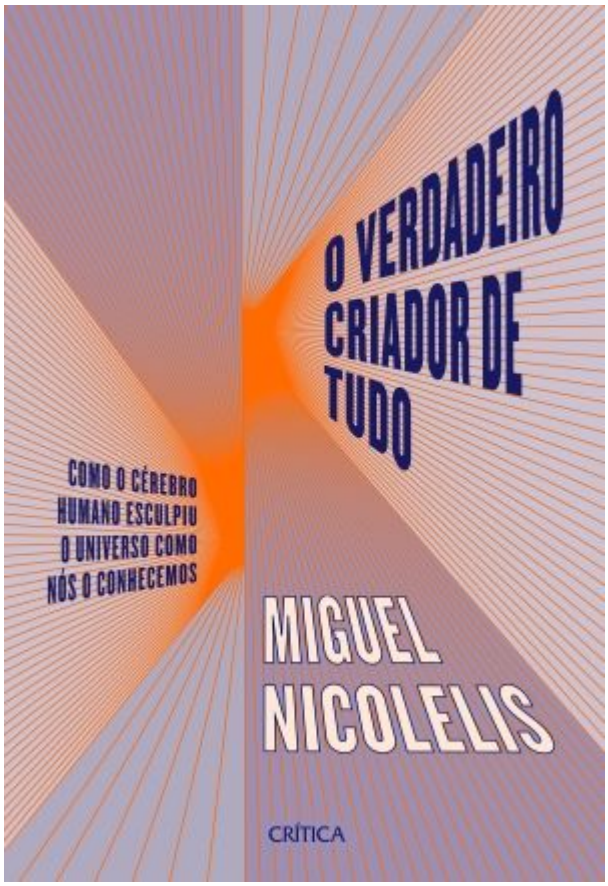
Bregman, Rutger
9786555353006
464 páginas

Compre agora e leia

O caminho do bem Se existe uma crença que une a esquerda e a direita, psicólogos e filósofos, pensadores antigos e modernos, é a suposição de que os seres humanos são maus – e ponto final. É uma noção que pode ser vista diariamente nas manchetes dos jornais. De Maquiavel a Hobbes, de Freud a Pinker, essa crença moldou o pensamento ocidental. O ser humano é egoísta por natureza e age, na maioria das vezes, pensando no interesse próprio. Mas... e se isso não for verdade? O best-seller internacional de Rutger Bregman oferece uma nova perspectiva sobre a história da humanidade com o objetivo de provar que estamos "programados" para a bondade, voltados para a cooperação em vez da competição e mais inclinados a confiar em vez de desconfiar uns dos outros. Na verdade, esse instinto tem uma base evolutiva que remonta ao início da história do Homo sapiens. Éramos assim até descobrirmos a agricultura, a propriedade e a competição.

Esse é o conceito defendido pelo filósofo Jean Jacques Rousseau, um dos pais do iluminismo. Segundo o francês, o homem nasce livre – é a civilização que lhe coloca correntes... A partir de inúmeras e importantes pesquisas, de uma argumentação revolucionária e convincente e exemplos reais, Bregman nos mostra que acreditar na humanidade, na generosidade e na colaboração entre as pessoas não é uma atitude otimista – é uma postura realista! E tal comportamento tem enormes implicações para a sociedade. Quando pensamos no pior das pessoas, isso traz à tona o que há de pior na política e na economia. Mas, se acreditarmos na bondade e no altruísmo da humanidade, isso formará a base para alcançarmos uma verdadeira mudança na sociedade.

Compre agora e leia


O VERDADEIRO CRIADOR DE TUDO
COMO O CÉREBRO HUMANO ESCULPIU O UNIVERSO COMO NÓS O CONHECEMOS
MIGUEL NICOLELIS
CRÍTICA

O verdadeiro criador de tudo

Nicolelis, Miguel
9786555351118
400 páginas

Compre agora e leia

A visão cosmológica revolucionária de um neurocientista inovador que coloca o cérebro humano no centro do universo

O renomado neurocientista Miguel Nicolelis apresenta uma teoria revolucionária de como o cérebro humano evoluiu para se tornar um computador orgânico sem rival no universo conhecido. Como já fizeram cientistas como Darwin, o brasileiro parte de sua experiência e de uma enorme paixão pelo conhecimento nesta surpreendente formulação de uma teoria sobre as origens de tudo.

Autor do best-seller Muito além do nosso eu, Nicolelis empreende neste livro a primeira tentativa de explicar a totalidade da história, cultura e civilização humana como base em uma série de princípios-chave recentemente descobertos da função cerebral. Essa nova cosmologia é centrada em torno de três propriedades fundamentais do cérebro humano: sua maleabilidade para se adaptar e

aprender; sua habilidade de permitir que vários indivíduos sincronizem suas mentes em torno de uma tarefa, objetivo ou crença; e sua incomparável capacidade de abstração. Combinando ideias de campos tão diversos como neurociência, matemática, evolução, ciência da computação, física, história, arte e filosofia, Nicolelis apresenta um manifesto neurobiologicamente baseado na singularidade da mente humana e coloca o cérebro como o centro do universo.

O verdadeiro criador de tudo é uma grande história de aventura sobre o papel central do cérebro na criação de nossa concepção do universo.

Compre agora e leia

Noam
Chomsky
INTERNACIONALISMO
OU EXTINÇÃO
Reflexões sobre as grandes ameaças à existência humana
COM PREFÁCIO SOBRE O CORONAVÍRUS
CRÍTICA

Internacionalismo ou extinção

Chomsky, Noam
9786555350371
128 páginas

Compre agora e leia

Como será o futuro pós coronavírus? Em seu novo livro, Noam Chomsky alerta sobre as grandes ameaças à sobrevivência do planeta. Reconhecido como um dos principais intelectuais contemporâneos, defensor ferrenho da democracia e crítico da política externa dos Estados Unidos e do poder global das grandes corporações, Chomsky mostra-se preocupado com o futuro e explica detalhadamente o porquê. Segundo ele, os estados nacionais não têm mais a capacidade para controlar o futuro e preservar o planeta. Só movimentos populares vão conseguir acordos mundiais em defesa do clima e da paz. Como este livro foi originalmente escrito antes do coronavírus, oferecemos na edição brasileira um prefácio onde Chomsky comenta como a pandemia vai alterar a ordem política e econômica global. Também questiona por que a indústria farmacêutica não se preocupou em fazer uma vacina contra este tipo de vírus depois do SARS.

Quanto ao futuro, ele acredita que, se por um lado, talvez haja uma emergência de estados autoritários, por outro a sociedade pode exigir uma reforma em favor da assistência universal à saúde e a emergência do estado de bem-estar social.

Compre agora e leia

Sue Prideaux
EU SOU
DINAMITE!
A vida de Friedrich Nietzsche
Biografia do ano pelo jornal The Times,
um dos livros do ano pelo jornal The New York Times
CRÍTICA

Eu sou dinamite!

Prideaux, Sue
9788542216516
440 páginas

Compre agora e leia

O trabalho de Friedrich Nietzsche abalou a base do pensamento ocidental e continua a permear nossa cultura. Mesmo assim – ou talvez por isso - ele é um dos filósofos mais mal compreendidos e enigmáticos da História. Sua descrença nos valores da sociedade, sua ideia de que "Deus está morto" e seu conceito sobre o super-homem, que encara a vida sem as muletas da religião e da moral, influenciam gerações até hoje. Mas o que a maioria das pessoas realmente sabe de Nietzsche - além do bigode, da carranca e da persistente associação com o niilismo e o fascismo? Onde colocamos um pensador que era igualmente amado por Albert Camus e Adolf Hitler? O livro de Sue Prideaux destrói mitos e leva os leitores ao mundo de um homem brilhante, excêntrico e profundamente perturbado, iluminando os eventos e as pessoas que moldaram sua vida e obra. Eu sou dinamite! é a biografia essencial para quem quer entender Nietzsche: o filósofo que

previu e buscou soluções para nossos tempos conturbados. Ao final, a autora apresenta uma série de aforismos de Nietzsche que se tornaram muito populares: "Torne-se quem você é" e "O que não me mata me faz mais forte" são algumas dessas pérolas. "Livro esplêndido. Um relato maravilhosamente escrito, e muitas vezes comovente, de uma vida dedicada à conquista da grandeza intelectual e à exploração das condições para o seu florescimento. Nietzsche ficaria orgulhoso..." – THE FINANCIAL TIMES "Esta é a biografia que Friedrich Nietzsche tem clamado desde o dia em que perdeu a razão e abraçou um cavalo em uma praça de Turim, em 1889. Prideaux traz uma luz calma e constante para suportar o mais incandescente dos poetas-filósofos, com resultados esclarecedores". – THE GUARDIAN

Compre agora e leia